



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LARISSA DE REZENDE TANGANELLI

**Há perigo na esquina:
Discursos dissidentes no jornal *Lampião*
(1978-1981)**

Campinas

2019

LARISSA DE REZENDE TANGANELLI

Há perigo na esquina:
Discursos dissidentes no jornal *Lampião*
(1978-1981)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Mestra em
Antropologia Social

Orientadora: Prof^a Dr^a. Nádia Farage

Este trabalho corresponde à versão
final da dissertação defendida pela
aluna Larissa de Rezende Tanganeli
e orientada pela Prof^a Dr^a Nádia
Farage.

CAMPINAS

2019

Agência de fomento: CAPES; Processo nº 1841715

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

T156h Tanganelli, Larissa de Rezende, 1989-
Há perigo na esquina : discursos dissidentes no jornal *Lampião*
(1978-1981) / Larissa de Rezende Tanganelli. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Nádia Farage.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lampião da Esquina (Jornal). 2. Imprensa alternativa - Brasil. 3. Ditadura
- História - 1964-1985. 4. Minorias - Atividades políticas. 5. Sexualidade. 6.
Gênero. I. Farage, Nádia, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: There's danger at the street corner : dissident discourses in the
newspaper *Lampião* (1978-1981)

Palavras-chave em inglês:

Lampião da Esquina (Newspaper)

Alternative press - Brazil

Dictatorship - History - 1964-1985

Minorities - Political activities

Sexuality

Gender

Área de concentração: Antropologia Social

Títuloção: Mestra em Antropologia Social

Banca examinadora:

Nádia Farage [Orientador]

Peter Henry Fry

Rodrigo Camargo de Godoi

Data de defesa: 26-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7113-8977>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3219544475255222>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 26/3/2019, considerou a candidata Larissa de Rezende Tanganelli aprovada.

Profª Drª Nádia Farage (UNICAMP) – Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi (UNICAMP) – Membro interno

Prof. Dr. Peter Henry Fry (UFRJ) – Membro externo

Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no Siga/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico este trabalho a todos os dissidentes referenciados por sua irreverência nestas páginas e àqueles que, no presente, seguem em resistência permanente. Que a ânsia por justiça e a coragem de lutar por liberdade possa restituir a humanidade de cada um.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Nádia, por ter me colocado a possibilidade de trabalhar com um material tão instigante. Agradeço pela precisão que teve na orientação dos caminhos desta pesquisa, sobretudo, por ter me estimulado a produzir um trabalho a partir de discursos dissidentes e não daqueles hegemônicos, conforme se delineavam minhas inclinações iniciais. Esta torção foi tanto desafiadora, quanto decisiva para me formar antropóloga. Obrigada pela liberdade de reflexão e de tempo que me deu para seu desenvolvimento. Por fim, pela grande inspiração e amizade.

Agradeço aos Professores Peter Fry e Rodrigo Camargo de Godoy, primeiramente pelos valiosos comentários e sugestões que me fizeram quando apresentei o texto para qualificação e que reorientaram alguns dos debates desenvolvidos nesta dissertação. A ambos, também agradeço por terem feito uma arguição tão presente e generosa deste trabalho. Ao Professor Peter, agradeço também pela conversa que tivemos no momento em que eu começava esta pesquisa; foi um prazer poder ter nela passado pelo Lampião e por tantas questões para além dele.

Às professoras e professores que contribuíram para minha formação e que me instigaram a pensar questões tão importantes ao decorrer de seus cursos, agradeço à Artionka Capiberibe, Gustavo Rossi, Heloisa Pontes, Joana Cabral de Oliveira, Maria Filomena Gregori e Suely Kofes.

Agradeço ao Rui Murrieta, que orientou, ao longo de anos, minha primeira pesquisa, por ter sido tão sensível ao meu propor um objeto de pesquisa que acabou por me fazer redirecionar minha formação dentro da Antropologia; pelo carinho e amizade.

Agradeço à minha família; aos meus pais Glória e Clovis, meus irmãos Otávio e João, meus avós Helena e Pedro e meus tios Omar e Paulo, por todo amor e por todos os investimentos e contribuições com a minha formação. Uma parcela mínima de pessoas neste país teve o que me foi proporcionado por vocês e eu soube, a cada dia, que isso fez toda a diferença.

Agradeço aos meus colegas do PPGAS e amigos de Campinas pela companhia e diálogos. Em particular, agradeço à Ana Gabriela Morim, Cristiano Monteiro, Fernando Ramírez, Giulia Levai, Ian Packer, Inaida Pires, José Cândido, Ligia Medeiros, Lilith Esther Groove, Lorena Aragão, Lucas Lima, Luiza Terassi, Mariana Marquez, Mariela Almeida, Nathanael Araújo e Rodrigo Ribeiro. À Ângela Maria Alves e à Sandra Camargo Silva, agradeço por todo o suporte e carinho.

Agradeço às mulheres maravilhosas Ana Cláudia Muniz, Ana Rabêlo, Brunela Succi, Jordana Barbosa, Julia da Silva, Maiane Fortes, Maiara Dourado, Marina Sousa e

Ralyanara Freire, com quem entrei e saí do mesmo lado, de mãos dadas e peito aberto. Obrigada por cada dose de coragem. Agradeço também ao Sávio Cavalcante por ter estado perto e partilhado perspectivas comigo. Agradeço a vocês por terem dado cor a este lugar chamado Barão, por terem me feito comer e beber e por terem dividido ou multiplicado comigo divagações, angústias, compromissos e propósitos diversos.

Também pelos diálogos fundamentais, encontros, visitas e apoio durante a realização desta pesquisa, agradeço às amigas e amigos de São Paulo, Arthur Fontgaland, Augusto Ventura dos Santos, Filipe Araújo, Giancarlo Gozzi, Gustavo Rubio Claret, Henrique Cunha, Julia Dias, Laura Segovia Tercic, Lucas Bulgarelli, Luisa Caetano, Luisa G. Girardi, Luisa Girardi, Olivia Bon Angelo, Ramiro Araújo, Raquel Abe, Roberta Heleno Novello, Rodrigo Messias, Thiago Zahn e Vitor Lucianelli.

Em especial, aos queridos Alex Salto, Danielle Sousa, Frederico Bertani, Gabriela Rosa, Luiz Perds Nogueira, Maraiza Adami, Maria Umeno Morita, Marina Macedo Rego, Rafael Pacheco e Thales Marreti. Agradeço por tudo o que formulamos e construímos juntos, pelo amor, pelas deselegâncias, pela vida partilhada e por sempre reestabelecerem os significados disso. Ao Thales, agradeço especialmente por ter nunca ter deixado de estar próximo. Encontrei nas páginas deste jornal tantas partes das nossas preocupações e transações de todas as ordens ao longo dos anos, que tive que me atentar para não confundir as peças. Vocês entenderão tudo.

Pelas leituras, releituras comentários, revisões, diálogos, recomendações teóricas, ajudas diversas e companhia em momentos decisivos (sobretudo os finais), agradeço a Ana Letícia Fiori, Ana Horiuchi, Brunela Succi, José Agnello Andrade, Julia da Silva, Marina Macedo, Sávio Cavalcante e Thales Marreti.

Ao Zé, agradeço por ter se deslocado para compreender as diversas vezes que as narrativas dissidentes, também as do Lampião, me fizeram mudar todas as ideias e coisas de lugar. Obrigada por ter dado sentido a tudo com amor e paciência. Diriam algumas narrativas do Baixo Amazonas que, a partir de você, passaram a fazer parte de mim, que estivemos experimentando os múltiplos sentidos de “andar junto” e que estivemos assumindo essa modalidade de relação em todas as suas consequências.

Agradeço às trabalhadoras e trabalhadores da Unicamp que auxiliaram o cumprimento de todas as ordens de questões relativas a esta pesquisa e aos anos de curso do mestrado. Agradeço também às trabalhadoras e trabalhadores deste país, que sustentam a existência e as pesquisas realizadas nas Universidades públicas estaduais e federais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento nº 1841715, a que agradeço pelo apoio que possibilitou sua realização.

[...]

que apagaram cigarros acesos em seus braços protestando contra o
nevoeiro narcótico de tabaco do Capitalismo,

que distribuíram panfletos supercomunistas em Union Square,
chorando e despindo-se enquanto as sirenes de Los Alamos os afugentavam
gemendo mais alto que eles gemiam pela Wall Street e também gemia a
balsa de Staten Island,

que caíram em prantos em brancos ginásios desportivos, nus e
trêmulos diante da maquinaria de outros esqueletos,

que morderam policiais no pescoço e berraram de prazer nos carros
de presos por não terem cometido outro crime a não ser uma transação
pederástica e tóxica,

que uivaram de joelhos no metrô e foram arrancados do telhado
sacudindo genitais e manuscritos,

[...]

(Allen Ginsberg, Uivo. Tradução de Cláudio Willer)

Resumo

O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) foi a primeira publicação de ampla circulação existente no Brasil produzida por e voltada a “minorias” políticas, entre as quais pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Impresso durante abertura da ditadura militar, seu propósito foi criar um espaço para debate e divulgação de temáticas relacionadas aos interesses destas categorias sociais, estando inserido no quadro mais amplo da imprensa alternativa produzida nesse período. Nesta dissertação são descritos e analisados os discursos, marcadamente dissidentes, produzidos pelo jornal, aglutinados em torno de quatro grandes eixos, a saber: sua importância enquanto imprensa alternativa; a denúncia de distintas modalidades de repressão civil-militar; as políticas elaboradas pelos movimentos sociais minoritários, incluso o “movimento homossexual”; e as produções discursivas e as experiências sociais da dissidência de gênero e sexualidade.

Palavras chave: Lampião da Esquina (Jornal); Imprensa Alternativa – Brasil; Ditadura – História - 1964-1985, Minorias – Atividades Políticas; Sexualidade; Gênero.

Abstract

Lampião da Esquina [Street Corner Lightpost] (1978-1981) was the first widespread newspaper in Brazil edited by and aiming political “minorities”, as people with dissident genders and sexualities. Published during the military dictatorship’s opening, its purpose was to create a space for debate and release of issues related to the interests of those social categories, within a wider frame of the alternative press of the period. This dissertation describes and analyzes the saliently dissident discourses conveyed by the newspaper, gathered around four major axis: the newspaper’s importance as an alternative press; the denunciation of the several kinds of civil-military repression; the policies elaborated by minority social movements, including the “homosexual movement”; and the discursive productions and social experiences of gender and sexuality dissidence.

Key Words: Lampião da Esquina (Newspaper); Alternative Press – Brazil; Dictatorship – History - 1964-1985, Minorities – Political Activities; Sexuality; Gender

Índice

Introdução	14
Considerações teóricas e acerca dos procedimentos e relevância da pesquisa	16
Apresentação dos capítulos	22
1. Uma revolução feita de escândalo: impressões contradiscursivas e contraculturais	24
Primórdios de escândalo: das divas dos salões à “imprensa homossexual”	24
As cariocas	26
As baianas	30
Alternativas contestatórias e páginas de contrainformação.....	33
A temática sexual das esquinas ao <i>front</i>	35
Contracultura, desbunde e minorias: a politização das diferenças.....	39
Escândalo da esquina: sobre formas, formações e discursividades “lampiônicas”	43
Retratos do desvio e os caminhos de produção “fechativa” da dissidência	51
Contradiscursos versados e a captura da diversidade	66
Diversidade e alguns dissensos: as multiplicidades da redação.....	74
As trajetórias dos membros do conselho e colaboradores	75
Que <i>Lampião</i> fazer?	79
O caráter efêmero da produção alternativa e o fim do <i>Lampião</i>	84
2. Retratos da repressão: censura institucional, dispositivos médico-legais e violência policial.....	90
Páginas proibidas: moral e bons costumes	91
Caso Cúri: a exaltação do “homossexualismo”	93
Caso Cassandra Rios: literaturas ilícitas	95
Caso <i>Lampião</i> : as apologias presumidas	97
Regimes de verdade.....	104
Caso Chrysóstomo: pela homoparentalidade	105
Caso Ninuccia: pelas festinhas frequentes	110
Caso Marisa: por andar sozinha em hora indevida	111
Caso Regina: por ser puta	113
Caso Marquinhos: pela baderna.....	115
Caso Felpuda: por dar, sem comer.....	116
Caso G.G. e correlatos: pela extraconjugalidade	118
Corpos técnico-judiciais, indícios de gênero e sexualidade e outros envolvidos	120

Cuidado! Há perigo na Esquina	124
Batalhas entre batedora/es de calçada e batidas policiais	125
Dar escândalo: averiguação da vadiagem e violação dos corpos	127
Todo preso é político	131
Escândalo não dá: das limpezas escancaradas até a 3ªDP	135
O Arouche é nosso!.....	140
Das outras: mortas desaparecidas e suicidadas.....	143
A varredura da abertura.....	144
3. Dissidentes, resistentes e revolucionários: das políticas do entre décadas (1970-1980)	149
As internacionais: algumas ressonâncias entre cá e lá	149
Distensão do regime e da esquerda “tradicional”	159
As novas tendências de esquerda e as políticas minoritárias no <i>Lampião</i>	167
As minorias políticas e as contiguidades de articulação e resistência	181
Trabalhadores: dos que podem estar do mesmo “lado”	181
A classe operária: aliados desde o chão.....	185
Batedoras(es) de calçada e outras trabalhadoras(es) sexuais.....	189
Mulheres: as pontas de lança e a sutileza da costura política	187
Negros: a explicitação das falácias democráticas	199
Índios: das liberdades originárias.....	206
Ecologistas e drogas: as questões afins	210
“Libertos, libertinos e libertários”: as dissidências de sexualidade e gênero na “Primeira Onda” do movimento no Brasil.....	212
De grupos, encontros, desencontros e intervenções.....	220
Das diferenças constitutivas e de perspectivas: os rumos do movimento e as insuperáveis divergências.....	228
Tigresas de unhas negras: inventando o lugar político do desbunde	236
4. Dispositivos discursivos e disposições dissidentes: elaborações sobre gênero e sexualidade	240
Da humanidade cindida à humanidade restituída	246
As críticas aos dispositivos de saber.....	248
As denúncias das práticas médico-psiquiátricas	263
As questões de saúde que interessam.....	273
As intervenções biotecnológicas sobre o corpo e controvérsias públicas	274
Do diálogo com teorias científicas e das atribuições de naturalidade.....	280
As falas de si: sobre ser, tornar-se e assumir-se.....	287
As classificações sexuais: definições, dissidências e distinções internas.....	291

As bichas loucas e os “gueis” esclarecidos	295
As divas divinas artistas e as do babado batedoras de calçada: entre palco e rua	304
As lésbicas, em poucas páginas	315
As bissexuais liberadas ou enrustidas.....	318
Meandros da busca de significados e possibilidades expressivas da dissidência de sexualidade e gênero.....	321
Apropriações, inversões e reelaborações discursivas	321
Entre dissimuladas e fechativas: algumas questões estético-comportamentais.....	324
Modos de subjetivação e modos de relação	326
Considerações finais: dos que organizaram o movimento e orientaram o carnaval	331
Bibliografia	336
Referências gerais.....	336
Referência Documentário	347
Referências <i>Lampião da Esquina</i>	348
Anexo A – Capas do <i>Lampião da Esquina</i>	370
Anexo B – Fotos jornal <i>Lampião da Esquina</i>.....	378

Introdução

Publicado de abril de 1978 a junho de 1981, o *Lampião da Esquina* foi um jornal produzido pela reunião de intelectuais, jornalistas, artistas e militantes, que ansiavam por trazer a reflexão sobre as experiências minoritárias ao quadro dos debates públicos do final dos anos 1970, com particular ênfase àquelas das dissidências de sexualidade e gênero. As experiências e os debates socioculturais daquele momento histórico no Brasil são particularmente relevantes para informar o contexto de produção e circulação do jornal, bem como para situar suas marcas antiautoritárias, contestatórias e libertárias.

A ditadura militar em curso no país, a despeito do processo de decadência em que se encontrava nos anos de publicação do *Lampião*, é cenário e contingência da produção do jornal. À ditadura militar interessava conduzir a vida pública de modo a demarcar limites comportamentais entre o lícito e o ilícito; assim, no período da abertura do regime, em que foi publicado o *Lampião*, a transgressão de tais limites remetia, precisamente, à divergência das orientações e interesses de caráter moral e conservador do Estado. Associadas, imprecisamente, aos riscos de implementação do comunismo no país, as experiências dissidentes de sexualidade e gênero foram diretamente atreladas à subversão política e, como tal, passaram a ser controladas e submetidas a distintas modalidades de controle e repressão, que transitavam das mais sutis às mais brutais. Dissidentes de gênero e sexualidade foram vistos como transgressores potenciais da segurança nacional, oferecendo riscos à estabilidade da família, da propriedade e da moral.

A um só tempo e, de maneira inusitada, existia uma atmosfera de liberdade experimentada por dissidentes de gênero e sexualidade, que assumiam, na radicalidade comportamental, a contestação de caráter político. Redimensionadas, no decorrer da década de 1970, nas expressões e reflexões culturais do país, distintas formas de contestação comportamental e cultural escandalizavam os padrões tradicionais de valores das classes médias e altas com sua irreverência, reivindicadas enquanto detentoras de potência subversiva e genuinamente políticas. Informado e comprometido com a produção contracultural internacional, o *Lampião* aproximava-se das expressões estético-comportamentais daqueles dissidentes de gênero e sexualidade nos centros urbanos do país sobre os quais pretendia falar, aqueles que operavam deslocamentos das normas sexuais e de gênero. Em outras palavras, o *Lampião* encontra, nos meandros de sua

idealização e realização, a contestação cultural de gênero e sexualidade como foco de suas motivações jornalísticas.

O *Lampião* se apresenta como “imprensa alternativa”, e os membros de seu conselho editorial assinalam seu papel no registro jornalístico de “assuntos não prioritários”, no extremo oposto da “imprensa marrom”. Ao longo daqueles anos, a grande imprensa havia estado, por um lado, à mercê da censura; por outro, dispusera-se a apoiar o regime. A imprensa alternativa esteve, desde seu surgimento até o final, comprometida com a proposta de não desvincular informação e opinião em sua produção, tendo sido um dos principais instrumentos de resistência, contestação e irreverência das gerações das décadas de 1960 e 1970. Ao lado disso, a imprensa alternativa configurava um espaço possível de denúncia dos abusos e violações do regime autoritário, sendo, por isso, alvo de perseguições, que chegaram a trágicos desfechos. O *Lampião*, conforme será discutido neste trabalho, não saiu ileso à censura.

A década de 1970, no Brasil, foi marcada pela pluralização da oposição, em uma multiplicidade de campos organizacionais e ideários que intensificam e são intensificados pela redemocratização, tanto nos planos macro quanto nos planos micropolíticos, conforme discutido nesta dissertação. Neste contexto, os movimentos ligados às políticas minoritárias, de modo geral, privilegiaram a diferença como substrato da política. Para tanto, amplos sentidos de “resistência” estiveram colocados, entre eles, alargar o próprio campo de política, trazendo à cena novos ideários e estratégias. O *Lampião* inovava com a proposta de ser um jornal representante de “todas as minorias” e, particularmente, de uma “minorias” composta pelos dissidentes de sexualidade e gênero; apesar de manter suas ressonâncias com a luta pela redemocratização, as divergências com tendências da esquerda atuantes no período não foram raras nem sutis, o que explica a situação ambivalente do jornal frente ao espectro da esquerda no período.

Conforme argumento nesta dissertação, o *Lampião* era um jornal comprometido com a produção contradiscursiva, buscando a abertura de um canal de debate, que questionasse e escapasse aos discursos produzidos pelo repertório popular, pelas instituições médico-jurídicas, pela produção de conhecimento acadêmica e pela ideologia abraçada pelo regime militar. Em sentido semelhante, a abertura deste canal de diálogo criava um espaço singular para a reflexão acerca das possibilidades, práticas e significados das experiências da dissidência de sexualidade e gênero – em que estava a originalidade do projeto do jornal e atestava sua posição de referência na época.

Informando a produção do jornal de ponta a ponta, estiveram compreendidos anseios de questionar os limites e as possibilidades de expressão de gênero e sexualidade, que marcavam as recusas daqueles que nele escreviam, e daqueles sobre os quais escreviam.

Tendo por objeto o contradiscurso do *Lampião*, esta dissertação buscou interrogar, em primeiro lugar, o lugar do *Lampião* enquanto imprensa alternativa e contracultural. Para tanto, voltou-se ao contexto da ditadura militar e às modalidades de repressão civil-militar, experimentadas por dissidentes de sexualidade e gênero, tal como operadas pelo jornal em suas denúncias. De modo correlato, buscou-se compreender as políticas elaboradas pelos movimentos sociais minoritários, incluindo o “movimento homossexual”, suas disposições e interrelações, a partir de seu tratamento pelo *Lampião*. Pode-se dizer, assim, que o objeto desta dissertação está centrado sobre pressupostos, conexões e efeitos de sentido dispostos no e pelo *Lampião*.

Considerações teóricas e acerca dos procedimentos e relevância da pesquisa

A pesquisa realizada tomou o jornal *Lampião da Esquina* enquanto material para análise. De início, foi feita a leitura integral dos 37 volumes do jornal, que tem, em sua maioria vinte páginas. O material está arquivado no Arquivo *Edgard Leurenroth*, e sua leitura detalhada foi facilitada pela disponibilização de todos os volumes digitalizados pelo site do *Grupo Dignidade* de Curitiba. A partir da leitura, foi iniciada uma sistematização dos ensaios, reportagens, entrevistas, contos e anúncios presentes no jornal, orientada por eixos temáticos presentes em suas páginas.

Embora o *Lampião*, em muitos sentidos, tenha sido precursor de determinados debates sobre gênero e sexualidades dissidentes e da articulação de categorias sociais minoritárias, inevitavelmente, corre-se o risco de atribuir grande singularidade a este jornal, enquanto experiência jornalística, política e histórica. Tendo em vista evitar este contrafeito, a consideração de redes de relações com outros alternativos, as ressonâncias com movimentos contraculturais, com movimentos minoritários e com as imprensas ditas homossexuais que o precederam são consideradas de modo a ampliar o espectro contextual e das ideias que estavam sendo articuladas pelos discursos presentes no jornal. Quero dizer que os conteúdos e os discursos dispostos no *Lampião* são mais abrangentes que ele próprio, embora sua singularidade seja o foco deste trabalho.

Esta dissertação é construída a partir dos discursos presentes no jornal. Sua consideração teve por intuito a tentativa de buscar constantes internas ao jornal. Tal comparece, por exemplo, textualmente, todas as vezes em que digo que “*O Lampião*”, como um todo, mantinha determinada inclinação ou opinião em relação a algo. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade é uma marca muito particular do jornal, e as disputas e diversidades internas são nele ressaltadas, a todo momento. Se, por um lado, o que está impresso no jornal pode ser considerado discurso homogêneo, por outro, ressalto que o *Lampião* é um jornal bastante diverso, ambivalente, perpassado por disputas em suas páginas. A depender das descrições e da análises propostas – e a escolha foi feita deliberadamente e em consideração a elas –, o texto ressalta um ou outro efeito.

O enfoque analítico nos discursos do jornal considerou tanto os argumentos de seus redatores quanto aqueles implícitos ao que estava sendo discutido. Busquei rastrear as ênfases e ressaltar a importância posta pelo jornal e por seus discursos, considerando as pluralidades apresentadas, suas conexões com outros contextos e discursos internos e externos ao jornal. A consideração destas dimensões “externas” ao jornal se refere, mais uma vez, à ditadura militar, aos movimentos minoritários e contraculturais e à imprensa alternativa, por exemplo, antes que às histórias de vida, às trajetórias intelectuais e de engajamento dos membros do conselho editorial e sua rede de colaboradores. Nesse âmbito, o trabalho de Silva (1998), que tem por objeto as histórias orais e de vida dos membros do conselho e da rede de colaboradores do jornal, foi de destacada importância. O autor indica, em sua dissertação, que sua inclinação inicial teria sido trabalhar duplamente com o material escrito do *Lampião* e com as histórias orais; por esta razão, posso supor que o presente trabalho seja complementar ao seu. Esta suposição também se faz porque a organização dos grandes eixos temáticos em torno dos quais o autor organiza seu trabalho, a partir de suas entrevistas, tem consideráveis ressonâncias com aqueles em torno dos quais organizei a minha dissertação, a partir do material escrito.

Para a orientação geral da leitura, faço dois importantes destaques de ordem teórica. Em primeiro lugar, a categoria de “dissidência de gênero e sexualidade”, também expressa como “sujeitos de sexualidade e gênero dissidentes”, é teoricamente assumida com o intuito de designar todos aqueles sujeitos, expressões estético-comportamentais e experiências de gênero e sexualidade que se constituíram em contraposição ao discurso normativo. A abrangência de sua especificação serve ao propósito de, por um lado, ressaltar as experimentações dispostas nas páginas do jornal e de assumir positivamente

as ambiguidades, trânsitos, fluxos e ambivalências destas expressões e experiências que não se encerrariam naquelas de “homossexuais”, “lésbicas”, “travestis”, “transsexuais”, “bissexuais”, entre outros, que têm sido – por razões histórica e politicamente pertinentes – enunciados e enumerados em siglas como “LGBT”. Sua utilidade, de qualquer modo, contém em si seu caráter eminentemente político. Por outro, antes de ser uma categoria normativa, ela serve enquanto princípio de precaução para que não se excluam outras expressões e experiências de dissidência de sexualidade e gênero constitutivas de pessoas que aparecem nesta dissertação, tais como prostitutas, mulheres “adúlteras” e “mundanas”, “feministas”, entre outras. Na literatura especializada, o conceito de dissidência de sexualidade e de gênero é expresso de modo a distinguir-se de outros conceitos, como o de “diversidade” de sexualidade e gênero, expressando as diferenças de legitimidade, possibilidade de experiência, hierarquias e relações de poder internas a estes tantos sujeitos que escapam às normatizações de gênero e sexualidade (Mogrovejo, 2008). A categoria de dissidência de sexualidade e gênero traz suas importantes marcas latino-americanas¹ e apresenta-se distinta de outros conceitos, tais como “*queer*”, tendo suas origens no âmbito de contextos populares e de resistência latino-americanos (ver Ortuño, 2016; *Colectivo Universitario de Disidencia Sexual* – CUDS)².

Em segundo lugar, a ideia de “discurso” é compreendida aqui a partir das formulações teóricas de Foucault (1996 [1970] e 2014 [1976]). De acordo a perspectiva do autor, a sexualidade seria articulação, no âmbito de um dispositivo historicamente interposto entre saberes e poderes que se tornam definidores da verdade sobre os sujeitos, podendo, então, serem percebidos, lidos e tornados inteligíveis. Sendo ponto de passagem particularmente denso desta imbricação, a sexualidade se torna região de definição de diversas partes e contrapartes como norma e desvio, saúde e doença, de disposições inescapáveis, entre outras. No âmbito da perspectiva foucaultiana, os discursos, diferentes em termos de forma, são destinados a produzir verdades sobre sujeitos, produzindo-os, modificando a economia do real e tendo efeitos sobre os desejos e os modos de subjetivação individuais e coletivos. A sexualidade, em todos os âmbitos, é alvo de regulação. O discurso incitador da sexualidade estaria inscrito em registros de saber cuja produção se destina a ser tanto útil quanto pública, mediada pela qualificação de seus

¹ Note-se: preocupação que de modo mais ou menos direto foi colocada pelo *Lampião* sobre os contextos latino-americanos e que tem ressonâncias com a recusa do jornal de se valer de terminologias tais como “gay”.

² Disponível em: <<https://disidenciasexualcuds.wordpress.com/about/>>, acessado em 20/2/2019.

conteúdos e locutores, assumida por distintas instituições e campos que, a todo momento, multiplicam suas expressões, abarcando, inclusive, aquelas destinadas à sua repressão. Este caráter de multiplicidade implica a possibilidade de que ele assuma diversas formas de expressão. Esquemas de desordem podem estar contidos tanto no fundo dos esquemas discursivos disciplinares quanto na superfície de seus efeitos verificáveis, sendo seu alcance e eficácia sempre dependente de estratégias e táticas que se articulam com contexto e conjunturas distintas. Seria, para o autor, necessário admitir que as lógicas tanto complexas quanto instáveis de produção discursiva sobre a sexualidade poderiam ser, a um só passo, instrumento e efeito dos dispositivos discursivos de saber-poder, podendo as resistências a eles serem formuladas enquanto parte constitutiva do próprio dispositivo. Tais atribuições implicariam descontinuidades, instabilidades e ambivalências de ordem tática em relação aos elementos discursivos que, potencialmente, podem sempre ser dirigidos a estratégias diferentes.

Foram relevantes para informar as discussões desta dissertação, além do citado trabalho de Silva (1998), os de Rodrigues (2010), de Green (2000), de Trevisan (1986) e de Simões (2009). Destaco que a etnografia de MacRae (1990) sobre o grupo Somos, de São Paulo, foi de fundamental importância para as discussões apresentadas nesta dissertação, não somente pela qualidade do trabalho do autor, mas por se tratar de um trabalho produzido no âmbito da Antropologia, dispondo às minhas perguntas e elaborações muitos sentidos de diálogo teórico.

Nos últimos dez anos, a produção de trabalhos que tomaram por objeto o *Lampião da Esquina* aumentou sensivelmente. Entre as produções recentes sobre o Lampião, constam, Moretti, Tesser Junior e Kovaleski, 2018, Júnior, 2015, Heeren, 2011, Amaral, 2013, Bandeira 2006, Canabarro, 2015, Gimenez, 2015, Santos, 2017, Alves, 2017, Mariuso, 2015, Junior, 2006, Brito (2016), Pereira (2017), Oliveira (2017), Silva (2016), Andrade (2015), Rodrigues (2010) e Silva (1998). Em sua maior parte são trabalhos produzidos no âmbito da área de História, incluindo o de Silva (1998) (cuja importância mencionei), e em seguida de Comunicação; também constam trabalhos advindos das áreas de Memória Social, Direitos Humanos, Cognição e Linguagem, Letras e Saúde Coletiva. A estes se soma a presente leitura antropológica.

Está compreendida neste trabalho a preocupação em contemplar e explicitar o quadro conceitual utilizado pelo *Lampião*, tentando evitar anacronismos, tais como “direitos”, “LGBT”, “heteronormatividade”, “homofobia”, “orgulho”, que são, na

contemporaneidade, imprescindíveis para as lutas de dissidentes de sexualidade e gênero. Outra preocupação está considerar não só as categorias e debates “majoritários” ou prioritários do jornal, mas aqueles “minoritários”, o que seria preocupação teórica e política presente nele próprio. Quero dizer que nesta dissertação estão presentes não só os casos de grandes investimentos repressivos da ditadura contra homossexuais, que são mais evidentemente verificáveis, mas aqueles de ordem mais dispersa; deste modo, regulações e violências médico-jurídicas, por exemplo, assumem relevância equiparável à censura institucional e violência policial. Não somente dissidentes de gênero e sexualidade são considerados em primeiro plano, mas as tantas minorias políticas que eram objeto de preocupação do jornal; minorias políticas de maior visibilidade dentro do jornal são consideradas, mas também aquelas categorias politicamente deslegitimadas como trabalhadores, loucos, vagabundos e desempregados; homens “homossexuais” que ganharam maior destaque nas páginas do jornal aparecem com evidência, mas também lésbicas, travestis, bissexuais, prostitutas e outros que aqui estão aglutinadas sob a propositalmente abrangente categoria de dissidentes de gênero e sexualidade; o importante papel do *Lampião* é destacado, mas também aquele de imprensas diversas que, de alguma maneira, se inclinaram à discussão de temáticas de sexualidade e gênero.

Os debates apresentados pelo *Lampião* se fazem relevantes ao tempo presente tendo em vista os recentes investimentos de grupos conservadores no país que, respaldados juridicamente, passaram a questionar, com intento de censurar quaisquer representações de sexualidade ou a mera apresentação de corpos nus em museus de arte, identificando-os como pornográficos, impróprios e mesmo “pedófilos”. Nos meandros deste processo, foi alvo de questionamento inclusive da exposição *Histórias da sexualidade*, realizada no Museu de Arte de São Paulo, em que estavam expostos os 37 volumes do *Lampião da Esquina*, no âmbito de um eixo temático voltado a “Políticas do corpo e ativismos”. Os desmedidos alarmismos oportunisticamente criados em torno de exposições como esta atestaram que uma multitude de referências à sexualidade colocadas no plano público seria contrária à moral, provocaria afrontas e constrangimentos considerados inaceitáveis aos “cidadãos de bem”. O conteúdo das acusações e o decorrer dos processos acionaram diversos agentes que se mostraram todos dispostos a acrescentar suas doses de julgamento e a incrementar os fatos, endossando os mesmos julgamentos morais.

Durante a ditadura militar, parâmetros conservadores de moralidade e civilidade públicas estiveram atrelados ao amplo ideário antiesquerda que fundamentou o regime. Uma série de expressões estético-comportamentais que assinalaram a dissidência de gênero e sexualidade no âmbito público foram aglutinadas sob vagas e difusas categorias como “subversão” e “declínio moral”, tidas como “contrárias à moral” da sociedade. A problemática colocada para os militares transcendia aquela de desordenamento das expressões de feminilidades, masculinidades e sexualidades dissidentes, de defesa da tradição, da família e da propriedade. A tese extensamente registrada pelos dossiês dos órgãos de informação e elaborada enquanto diretriz para segurança nacional, que justificou a formulação e a instrumentalização de planos e aparatos de regramento e contenção dirigidos a dissidentes de sexualidade e gênero, era a de que “homossexuais” estariam sendo recrutados clandestinamente pelo “Movimento Comunista Internacional” para “desviar moralmente” a ordem pública. Dizia-se que “pedagogos socialistas radicais”, atuando no campo moral, conduziriam “seguramente ao caos social”, se não levassem o país ao “paraíso comunista”, sendo estes os responsáveis pela “permissividade moral sem limites” pelas quais a juventude do país passava.

No presente, encontramos ressonâncias entre aquilo que foram as hipóteses conspiratório-subversivas levantadas pelo regime com aquelas corruptivo-doutrinadoras. No debate político, fala-se na instalação de uma “ditadura” ou “ideologia” “feminazi-gayzista-comunista” assumida enquanto risco, chama-se professores e pesquisadores de “doutrinadores” que contaminarão as crianças da nação com teses orientadas ideologicamente pelo “comunismo” e pelo “gênero”. Um acoplamento destacável e decisivo entre a subversão política e a moral, entre “comunismo” e “feminismo” ou “viadagem”, está articulado no(s) projeto(s) de lei “Escola sem Partido”, que tem como um de seus dois pilares o combate à “ideologia de gênero”. O projeto prevê a “neutralidade” de professores que não devem expressar suas “opiniões” e expor seus alunos às suas “preferências ideológicas, políticas, partidárias e morais”, nem “incentivá-los” à “participação política”. Além disso, seria atribuição do poder público não permitir “dogmatismos” em questões referentes ao “gênero”. Diz-se que não se deve estimular a “sexualização” das crianças nem fazer “propagandas” da “homossexualidade” nas escolas. Pânicos morais e sexuais instrumentalizados sobre a “corrupção” do país apareceram na ordem do discurso e dos ânimos sociais, como se planos e práticas de doutrinação, desmoralização e degeneração estivessem em curso no Brasil.

Discursos como estes foram decisivos para a últimas eleições presidenciais no país. Tanto o presidente eleito quanto seus ministros falam explicitamente em combater a ideologia de gênero, em “respeitar a identidade biológica das crianças”, em combater o “denodo marxismo cultural”. Importantes intelectuais e pessoas que tinham carreiras públicas ligadas a questões de gênero e sexualidade foram perseguidos, ameaçados de morte e saíram do país recentemente. Pessoas têm sido mortas por motivações políticas, inclusive travestis, na esteira dos discursos daqueles que dizem que estas pessoas têm de deixar de existir e incitam limpezas morais. Se a história é feita de repetições e descontinuidades, elas não devem passar despercebidas.

Apresentação dos capítulos

O primeiro capítulo destina-se à apresentação do jornal enquanto imprensa. Neste sentido, as aproximações e distanciamentos do jornal com as produções que podem ser consideradas sob a rubrica de “imprensa homossexual” são destacadas, bem como sua situação no seio da “imprensa alternativa” que teve lugar na década de 1970. Nele, são consideradas suas constituições e inclinações nas produções contradiscursivas, no que diz respeito ao enquadramento da dissidência de sexualidade e gênero no período. O capítulo compreende uma discussão sobre a formação do *Lampião*, seus conteúdos, os dissensos e consensos que estiveram implicados no processo de sua produção e, por fim, seu desmanche disposto na esteira de um processo mais geral de fim da imprensa alternativa.

O segundo capítulo trata das denúncias erguidas pelo jornal das violações cometidas pelo Estado brasileiro, no que se refere às categorias sociais diversas, tais como desempregados, bem como aqueles considerados “vagabundos” e “perturbadores da ordem pública”, em que dissidentes de gênero e sexualidade, comumente, se incluíam. O capítulo percorre o registro feito pelo *Lampião*, quanto às múltiplas modalidades de repressão dirigidas a pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, às práticas de censura, à exposição e circulação de conteúdos que remetiam a questões de sexualidade e gênero, à repressão de ordem jurídica e às operações de limpeza urbana que, na contenção da vadiagem e escândalos públicos, articularam a violência policial.

O terceiro capítulo é dedicado às múltiplas formas de política elaboradas por movimentos minoritários no período. Para tanto, cabe uma discussão, expressiva nas páginas do jornal, sobre as aproximações e distanciamentos com diversas tendências da esquerda, no decorrer da década de 1970: seu diálogo e o dissenso com aqueles

movimentos chamados minoritários, que se dedicavam à inscrição no debate político de questões relativas a negros, mulheres, índios, questões ambientais e relativas a dissidentes de sexualidade e gênero. Estes debates tiveram centralidade na proposta do *Lampião* em se construir como um jornal representativo de minorias políticas. A segunda parte do capítulo trata do surgimento do “movimento homossexual” no Brasil e das relações sinérgicas e conflituosas que foram estabelecidas entre este e o jornal. Seu cerne são questões de resistência.

O quarto capítulo leva em consideração os discursos sobre a dissidência de sexualidade e gênero produzidos pelos dispositivos de saber e as disposições contradiscursivas presentes no jornal, elaboradas em contraposição a eles. Nos meandros destas produções discursivas de objetivação destas categorias, são apresentados alguns dos pressupostos, processos de produção e rendimentos das produções e práticas médicas relacionadas à dissidência de sexualidade e gênero. Neste ínterim, apropriações, inversões e reelaborações destes discursos se mostram alvo de particular preocupação das múltiplas vozes que imprimiam seus discursos no jornal. Por último, são apresentadas algumas especificações das categorias que aparecem neste trabalho, aglutinadas sob a categoria de dissidentes de gênero e sexualidade, e as distinções internas pelas quais passaram seus modos de subjetivação e expressão.

Destaco que nas seções finais de cada capítulo são elaboradas algumas sínteses e considerações mais precisas sobre o escopo das discussões propostas nesta dissertação. As seções finais em questão são: “A varredura da abertura”, apresentada no segundo capítulo; “Tigresas de unhas negras: inventando o lugar político do desbunde”, apresentada no terceiro capítulo; e “Trânsitos, discursos, estéticas, experiências e debates”, apresentada no quarto capítulo. Esta última, composta de três subseções: a) “Discursos, apropriações, inversões e reelaborações”; b) “As etiquetas comportamentais: entre dissimuladas e fechativas; o que se assume?”; e c) “Modos de subjetivação e modos de relação”.

1. Uma revolução feita de escândalo: impressões contradiscursivas e contraculturais

A revista moralista
Traz uma lista dos pecados da vedete
E tem jornal popular que
Nunca se espreme
Porque pode derramar

É um banco de sangue encadernado
Já vem pronto e tabelado
É somente folhear e usar

(Tom Zé)

Primórdios de escândalo: das divas dos salões à “imprensa homossexual”

A rubrica de “imprensa homossexual” corresponde a uma multiplicidade de tentativas de organização e diálogo mais ou menos politizados realizadas por dissidentes de gênero e sexualidade que buscaram registrar e refletir sobre suas próprias experiências, interesses e sociabilidades em formas impressas com o propósito de circulação. Se a diversidade de suas formas e óticas é vasta, o ponto comum que perpassa esta produção é o enquadramento do tema das sexualidades dissidentes externo e contrário à ótica patologizante que, historicamente, caracterizou sua representação. Tais materiais foram produzidos sobretudo por sujeitos enquadrados enquanto desviantes, destituídos, não raras vezes, da própria condição de sujeitos ou da possibilidade de fala. Sendo assim, esta forma de imprensa chamada “homossexual” promoveu um deslocamento potente: aquele de uma produção médico-criminalista, que interpretou estas pessoas dentro de quadros transcendentais e hegemônicos de conhecimentos legitimados e armados com o espírito punitivo, corretivo e especulativo (produzindo o próprio desvio e dissidência da norma como sua contraparte) e que se disseminou no repertório simbólico nacional, para uma outra que emergiu como um aparato expressivo e afirmativo sensível às próprias experiências ou a partir da construção de alteridades e produção imanentes a um campo de ideias e práticas destes sujeitos.

Uma breve retomada desta produção assume importância não somente pelo mérito histórico que a elas deve ser concedido, enquanto iniciativas e abordagens pioneiras, ou pelo motivo fundamental da situação interpretativa do *Lampião* em um plano histórico,

mas pelo lastro que sua recuperação tem nas próprias retomadas buscadas pelo jornal, sobretudo nos interesses mais evidentes de sua colaboradora, Leila Mícolis, e de um dos membros de seu conselho editorial, Peter Fry (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 4 e v. 28, 1980, p. 6-7), de investigar e recuperar o que teriam sido os “antecedentes” do *Lampião* ou as tentativas históricas de construção destes espaços expressivos. Nas palavras da autora: “O que vivemos agora não surgiu por acaso”.

Apesar da singularidade distintiva da envergadura e alcance do *Lampião da Esquina* e de seu considerável impacto sobre a formação de um primeiro momento de articulação política, que à época foi chamado “movimento homossexual”, a construção da memória deste espaço de expressão, afirmação e contestação não pode se dar de maneira a reificar a própria imagem do jornal enquanto uma espécie de marco fundador da imprensa que tratou das dissidências sexuais e de gênero no Brasil – ideia que me parece consideravelmente partilhada entre os conhecedores de sua existência. As tentativas de organização de tais sujeitos e a produção jornalística do que poderíamos chamar de uma “imprensa homossexual” deram-se através de uma diversidade de articulações que antecedem 1978 e transcendem o eixo Rio-São Paulo.

Um trabalho de seleção de jornais e revistas que teriam destinado suas páginas à tematização de sexualidades e gêneros dissidentes de forma não negatizada ou exclusivamente pornográfica³ é feito por James Green (2000) e Leila Mícolis (1983)⁴. Embora a maior parte desta produção não tenha se voltado exclusivamente a temas e interesses ditos “homossexuais” (aliás, como também não foi o caso do *Lampião*), a lista

³ O balanço referente a este capítulo será restrito ao recorte de um período imediatamente antecedente ao *Lampião* por estarem nessa produção contidos elementos subsidiários para a compreensão do *Lampião*, bem como a formulação de intenções cujas continuidades são importantes.

⁴ Os jornais e revistas seriam: *O Vedete* (Campos, RJ), 1962; *Terceira Força* (RJ), 1963; *Zona Norte* (RJ), 1963; *Vagalume* (RJ), 1964; *O Mito* (RJ), 1966; *O Bem* (RJ), 1966; *Edifício Avenida Central* (RJ), 1966; *O Show* (RJ), 1966; *O Estábulo* (RJ), 1966; *Sophistique* (RJ), 1966; *Mais* (MG); *Fatos e Fofocas* (BA), 1966; *Charme* (RJ), 1966; *O Pelicano* (RJ), 1966; *Le Charrilon* (RJ), 1966; *Chic* (RJ), 1966; *Sputnik* (RS), 1967; *Os Felinos* (RJ), 1967; *Gay* (BA), 1967; *Gay Society* (BA), 1967; *Zéfiro* (BA), 1967; *Baby* (BA), 1967; *O Núcleo*, 1967; *Le Femme* (RJ), 1968; *Centaurus* (RJ), 1968; *O Vic*, 1968; *O Badalo* (RJ), 1968; *O Grupo* (RJ), 1968; *Opinião*, 1968; *Darling* (RJ), 1968; *O Tiraninho* (BA); *Ello* (BA); *La Saison* (RJ); *Gay Press Magazine* (RJ); *20 de abril* (RJ); *Little Darling* (BA), 1970 (Green, 1999, p. 325, nota 115). Além destes, Mícolis acrescenta *Subúrbio à noite* (RJ); *Gente Gay* (RJ); *Aliança de ativistas homossexuais* (RJ); *Eros* (RJ); e *O Galo* (local indefinido), todos mimeografados e distribuídos de mão em mão nos pontos de encontro de homossexuais (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7). Para um panorama maior sobre estas publicações ver também Colaço (1984, p. 61).

é extensa, abrangendo o período de 1962 até 1970⁵, e inclui produção da Bahia e do Rio de Janeiro, que se destaca não somente em número, mas também em relevância.

As cariocas

O jornal *O Snob*, produzido pela Turma OK no Rio de Janeiro, aparece como uma das experiências de destaque mais expressivo. Durante a década de 1950, quando as leis de vadiagem e perturbação de ordem pública tinham efeitos repressivos sobre as expressões públicas da dissidência de gênero e sexualidade, sobretudo em virtude das ações do delegado Deraldo Padilha⁶, e na quase impossibilidade de que estas pessoas pudessem encontrar locais para socializar, a Turma OK constitui-se como uma “rede social” e opera como se fosse uma “família alternativa” (Green, 1999, p. 290): uma de rede de apoio estabelecida nos entremeios de hostilidade e solidão destinados a estas pessoas⁷ que viviam e chegavam ao Rio de Janeiro na época – fazendo, portanto, muito mais a imagem de um grupo de amigos do que um grupo ativista voltado às questões “homossexuais”. A “Turma” empenhava-se, sobretudo, na promoção de encontros, comumente na forma de “bailes”, que reiteravam o *glamour*⁸ constituído em oposição aos supérfluos modos heterossexuais, e realizavam-se em espaços privados, como casas do restrito círculo destas “bonecas”, conforme discutido por Green (1999). Em 1961, alguns dos integrantes da “Turma”, entre os quais Agildo Guimarães e Anuar Farah, fundam o jornal *O Snob*, datilografado e mimeografado, cuja distribuição era feita pelos próprios integrantes da “Turma” em locais como Copacabana, Cinelândia, a bolsa de valores, bares e cafés, além de se dirigir a amigos próximos. O jornal teve 99 edições regulares cujo conteúdo transitava entre colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com travestis famosas, concursos de *miss* traje típico, badalações sociais, algumas indicações culturais, reportagens, charges, roteiros “homossexuais”, palavras cruzadas e poucos textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa – assinados por Darcy Penteado, Antônio Bivar entre outros (Green, 1999; *Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7). Os temas enfatizados pelo jornal, em geral amenidades voltadas à sociabilidade ou

⁵ José Fabio Barbosa da Silva notou uma publicação efêmera em São Paulo durante o período de realização de seu trabalho de campo (1959-1960), portanto, anterior ao jornal *O Vedete*, listado por Green, que data de 1962 (Silva, J., 2005).

⁶ (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 19)

⁷ O trabalho histórico do autor refere-se, sobretudo, a homens “homossexuais” e em relação aos homens acolhidos pela “Turma”. Tratam-se de homens situados em estratos socioeconômicos médios.

⁸ Em relação a sofisticação associada à homossexualidade, Rodrigues (2010) ressalta que a revista *One*, nos EUA da década de 1950, também partilhava desta concepção de que gays têm gosto refinado, um dos motivos para o sucesso da revista.

distrações, estavam, em grande medida, afinados as suas posições políticas: já em seu primeiro editorial era enfatizada uma posição de “meio” ou “nem direita nem esquerda” (*O Snob*, v. 1, 1963 p. 1), e as seguintes edições mantiveram-se indiferentes, ou acima das efervescências políticas acontecendo no Brasil, tendo passado, por exemplo, sem qualquer comentário sobre o golpe em 1964 (Green, 1999, p. 300).

As noções de gênero partilhadas entre os integrantes da “Turma” e editores do jornal, bem como de seu público leitor, ordenavam-se em torno de um sistema tradicional de atribuição de gênero e sexualidade coextensivo a um repertório popular. Como apontam Green (1999) e MacRae (1990), conforme o modelo classificatório hierárquico elaborado por Fry (1982), em que as “bichas” ou “bonecas” – categorias associadas ao gênero feminino –, situavam-se em oposição aos homens masculinos, frequentemente caracterizados enquanto “bofes”, que se figuram como seus objetos de desejo. As capas ilustradas com mulheres glamorosas, a estética prototípica das divas inspiradoras perpassada por suas páginas, os gêneros femininos que constavam nos pseudônimos⁹, que assinavam em suas matérias, e conforme expresso em uma de suas edições: um dos dez mandamentos das bonecas é “não querer as mariconas”¹⁰ (*O Snob*, v. 12, 1964), expõem a autoatribuída identificação destes enquanto “bonecas” preponderante ao decorrer da maior parte de suas edições.

Ao mesmo passo, é certo que o leque de alternativas pelas quais as pessoas organizavam suas vidas revela um sistema classificatório e de produção de gênero muito mais complexo (Green, 1999). Tensionamentos que incidem sobre esse sistema passam a ser dispostos por parte dos próprios membros do conselho editorial do jornal: em 1966, Hélio muda seu pseudônimo de “Pantera Cor de Rosa” para “Hélio Gato Preto” como forma de questionamento da feminilização dos sujeitos do círculo (Péret, 2011), e concomitantemente é sugerida uma mudança na linha editorial do jornal, que passava pela inclusão de nus masculinos, sugerindo ressonâncias com os interesses das teorias de gênero mais “igualitários” (Fry, 1982), que vinham sendo elaboradas pelas feministas e

⁹ Sobre o uso de pseudônimos, Agildo Guimarães, em entrevista ao *Lampião*, ressalta que os colaboradores tinham responsabilidades em seus trabalhos, por isso não colocavam os nomes verdadeiros, e completa: “[...] hoje ninguém se preocupa mais com isso, é tudo normal” (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7). Tal asserção nos mostra que, além da operatividade de modelos duais de ordenamento da sexualidade, os prejuízos potenciais às suas vidas profissionais aparecem como uma justificativa para a adoção do gênero feminino em suas assinaturas; desta maneira, o receio e o medo aparecem como operadores eficazes nestas escolhas.

¹⁰ Por oposição, os desejos sexuais eram dirigidos aos “bofes”, homens que apresentassem a si mesmo de acordo com uma série de preceitos de masculinidade.

pelo movimento gay nos EUA (Péret, 2011), enfatizando transformações nos ordenamentos simbólicos classificatórios e identificatórios que ocorriam na época. Tal deslocamento, promovido não somente pela iniciativa de “Hélio Gato Preto”, é visível nos últimos números do jornal, sobretudo, o último, no qual a capa ilustrava dois homens em uma relação sexual e não mais uma diva.

Conjugado ao deslocamento da linha editorial sob a perspectiva de gênero – da “boneca” ao “entendido” –, *O Snob* apresenta uma mudança em relação à ênfase em questões políticas, sobretudo a partir de 1969 (Green, 1999). Especialmente os novos membros do jornal passam a se referir aos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, como a legislação que legalizou as práticas e existências homossexuais na Grã-Bretanha, seguidos de comentários expressando a esperança de que os ventos de mudança soprassem também para os “homossexuais” do Brasil (Green, 1999, p. 311), à guerra do Vietnã, ao movimento Hippie, além dos protestos de estudantes acontecendo em Paris e no Brasil¹¹. Alguns dos próprios membros da “Turma” buscavam articular visões reconhecidamente políticas, por exemplo, uma entrevista em que Gato Preto criticou os militares, outra em que Agildo também se posicionou a favor dos protestos dos estudantes e escreveu um artigo sobre a Marcha dos Cem Mil no Rio de Janeiro (Green, 1999). Em 1969, um artigo intitulado “Protesto” passa a imaginar uma manifestação massiva em Brasília em defesa dos “direitos civis da boneca brasileira” (Colaço, R 2010, p. 204), que reivindicava que o governo tomasse as medidas necessárias por meio de uma marcha que seguiria até a casa de veraneio do presidente para apresentar suas demandas, apresentando faixas e cartazes como “Abaixo Padilha, viva Rogéria” ou “Nas festas do Itamaraty, queremos ir de travesti”¹² (Green, 1999).

¹¹ Sobre esse assunto, Green (1999) comenta que, apesar disso, os editores não se tornaram ativistas políticos e a justaposição de notícias internacionais com as fofocas do grupo, com raras exceções, pareciam um tanto distantes dessas bonecas.

¹² Além das repressões já mencionadas, promovidas pelo delegado Padilha no Rio de Janeiro, tais frases também fazem alusão à expulsão de homossexuais do Itamaraty, que foi uma das primeiras ações promovidas por militares após o golpe de 1964. Conforme consta no relatório temático da Comissão Nacional da Verdade: “Em 1969, 15 foram os diplomatas cassados, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de ‘prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa’. Conforme matéria publicada pelo jornal *O Globo*, ‘em vez de perseguir esquerdistas, como fizeram outros ministérios na época, o Itamaraty mirou nos funcionários cujo comportamento na vida privada afrontaria os ‘valores do regime’. Chegou a ser constituída uma Comissão de Investigação Sumária, criada por Magalhães Pinto, que buscou punir pessoas às quais eram atribuídas ‘prática de homossexualismo’, ‘incontinência pública escandalosa’, ‘embriaguez’, ‘instabilidade emocional’, ‘uso de entorpecentes’, além de funcionários considerados perigosos para a segurança nacional” (2014, p. 293-4).

Em entrevista concedida ao *Lampião*, na casa de Anuar Farah, em 1980 (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7), Agildo Guimarães recorda-se do *Snob* como um trabalho que, apesar de ingênuo, teve extrema importância, sendo este comentário respaldado por outro da poeta e colaboradora do *Lampião*, Leila Mícolis (que produziu trabalhos importantes sobre o tema), lembrando que o *Snob* influenciou o surgimento de outros “jornalinhos gays” em uma “grande e pioneira cadeia de informações e intercâmbio”. Ainda que tendo tido uma linha editorial profundamente distinta daquela assumida pelo *Lampião* mais de uma década depois, Leila Mícolis ressalta na mesma matéria o que o *Snob* teve em comum com o *Lampião* foi que as pessoas que estiveram envolvidas com este projeto fizeram o máximo dentro de suas possibilidades para lutar contra o tratamento diferenciado que sofriam e que uma de suas maiores contribuições foi sair dos “salões fechados” e se apresentar à sociedade.

Àquela época, com a proposta, segundo conta Anuar Farah na mesma entrevista, de aglutinar “todos os jornais gays editados no Brasil”, era fundada a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG), presidida por Anuar Farah e pela travesti Thula Morgani (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 4), cujas reuniões eram mantidas na redação do *Snob*, que congregava outros representantes da “imprensa entendida” ou “imprensa rosa choque”, conforme eram rotulados, jornais como *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Le Vic*, *Le Sophistique*, *O Felino*, *Mito*, *Darling*, *La Saison*, *Gay Society*, *Fotos e Fofocas*, *Baby*, *Zéfiro*¹³, *Little Darling* e *Ello* – todos mimeografados e distribuídos em pontos de encontro de “homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 4).

Tendo tido uma existência efêmera entre 1962 a 1964 e terminado por conta dos estilhaços da instauração da ditadura militar em 1964 no país, a ABIG pode ser pensada, conforme a consideração de MacRae (1990), como uma forma de “atuação política embrionária”, o que nos leva ao destaque de Leila Mícolis de que “os primórdios da luta homossexual no Brasil coincidem com a tentativa de organização de uma imprensa guei” (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 4). Anuar, na entrevista concedida a Leila para o *Lampião*, relembra: “[...] a ABIG foi feita para lutar porque nós todos tínhamos um ideal, queríamos mostrar que eram pessoas normais, que fazíamos o que todas as outras faziam.

¹³ Em alusão à Carlos Zéfiro, pseudônimo autoatribuído de Alcides Caminha, com o intuito de evitar acusações de imoralidade. Zéfiro foi autor de conhecidos quadrinhos eróticos que circularam no período, pelas assinaturas de pequenas revistas pornográficas chamadas, ironicamente, de “catecismos” (Kfourir, 2017, p. 98-102).

Normais sempre fomos, sem diferenças”. Agildo e Anuar rememoram o episódio da prisão de uma mulher que, na ocasião de uma das batidas policiais que eram feitas entre os estudantes, estava com um exemplar do *Snob* que foi apreendido pelo Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS); tendo sido subsequentemente liberada – uma vez que nesta ocasião o conteúdo do jornal não foi considerado significativo para os agentes do DOPS do Rio de Janeiro (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7). Agildo menciona terem sido interpelados algumas vezes enquanto distribuíam o jornal¹⁴ (Figari, 2007 apud Colaço, 2014). Sendo arriscada a prática de distribuição de jornais na rua naquele período, por receio de maiores problemas se fossem confundidos com “subversivos”, editores e colaboradores decidiram interromper o jornal (Green, 1999).

Agildo ainda conta na entrevista ao *Lampião* que, pelas circunstâncias políticas e repressivas mais abrandadas em 1976, voltaram a editar um jornal chamado *Gente Gay*, mimeografado, de início, passando a ser xerocado e chegando, mais tarde, a ter dois números impressos, que contou com a colaboração de Hélio Fonseca, José Rodrigues, Jorge Dantas (que posteriormente também colaborou no *Lampião*), entre outros, além de Agildo e Anuar. Agildo conta, na entrevista ao *Lampião*, que certa vez se esqueceu de um número de *Gente Gay* na gaveta da empresa onde trabalhava – a Vale do Rio Doce – que teria sido encontrado, e isso teria levado à sua subsequente demissão, desfecho que segundo ele, teria sido consideravelmente mais brando do que o esperado, já que “naquela época aquilo era um escândalo”¹⁵ (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 6-7).

As baianas

Na seção “Cartas na mesa”, do segundo número do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 14) um leitor, José Alcides Ferreira, reitera, por meio de uma saudação ao jornal, que o *Lampião* passa a circular justamente em um momento em que se estava “afundando em matéria de jornalismo homossexual”. O leitor retoma jornais dessa natureza que existiram no passado, como *Mundo Gay*, *Entender*, *Eros*, *Gente Gay*, *Tiraninho* e *Little Darling*, e os qualifica como jornais fragilizados devido aos “roteiros”

¹⁴ MacRae menciona que Anuar Farah também foi intimado a comparecer ao DOPS-RJ para prestar declarações em relação ao *Le Femme*, embora, segundo o autor, este episódio também tenha terminado sem maiores problemas por conta dos agentes deste departamento não terem considerado necessário levar o assunto adiante (1990, p. 66).

¹⁵ Para James Green (1999), o fim do *Gente Gay* estaria associado ao início do *Lampião*, que teve muitas mais tiragens, apesar disso, pode-se levantar a hipótese, a partir deste relato de Agildo Guimarães, que a repressão exercida pela sociedade civil foi um elemento relevante para a compreensão da interrupção do jornal.

distribuídos em suas páginas e às aberturas de espaço excessivos para “bichices” e invasões de travestis que “sujam a barra” da firme consciência que deveriam ter esses jornais. Sendo expostos enquanto expressão do “ridículo” e da vulgaridade”, tais jornais escapariam à “realidade” dos “homossexuais” – expressão de um “nós”, que segundo o leitor, teria “necessidades intelectuais” distanciadas dos “tiques”, “paetês”, “miçangas” e “machismo”.

O comentário deste leitor pode ser tomado como representante de um imaginário social mais amplo, que passou a questionar e subalternizar os papéis de gênero tradicionais que ordenavam o sistema de sexualidade popularmente difundido no Brasil, em especial as feminilidades tomadas como excessivas de “bichas” e “travestis”, ao mesmo passo que se mostra situado na fala de uma classe social média-alta, cujas “necessidades intelectuais” historicamente produziram e restituíram cisões e hierarquizações entre “alta” e “baixa” cultura. Tais separações serão discutidas de maneira mais aprofundada ao decorrer deste trabalho também pelo motivo de que elas se encontram distribuídas na forma de tensionamentos e dissensos impressos nas páginas do *Lampião*, mas seus meandros já se encontram apontados em um ensaio-resposta publicado em um número subsequente do jornal.

No quarto volume do *Lampião*, uma matéria intitulada “História da imprensa baiana” aparece assinada pelo antropólogo e membro do conselho editorial do jornal Peter Fry (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 4). Recuperando o comentário do leitor e qualificando como “preconceituoso” o descarte sumário por parte deste do trabalho jornalístico por ele mencionado, o autor parte em defesa das iniciativas pioneiras do baiano Waldeilton di Paula, responsável pelo mencionado jornal *Little Darling* e também por *Fotos e Fofocas*, *Baby*, *Zéfiro* e *Ello*, a quem tivera a oportunidade de entrevistar. Remontando um cenário muito similar àqueles referidos sobre o *Snob* e a “Turma Ok”, no Rio de Janeiro, di Paula descreve a impossibilidade de vivência pública e liberdade de expressão e os modos pelos quais homens buscaram criar vínculos formando grupos fechados, em Salvador, como o *VIDs* (*Very Important Dolls*), *Carimbós* e *Os Intocáveis*, cujas redes também terminaram por produzir duplamente encontros em suas casas e “jornaizinhos”.

O primeiro deles, *Fatos e Fofocas*, que duraria até 1967, transformava os membros do grupo em mulheres elegantes e deslumbrantes ao decorrer de suas páginas, à maneira da época em que a identificação ou equacionamento destes homens dava-se

com mulheres transgênero ou cisgênero – bonecas e divas –, e incluindo fofocas da turma em suas páginas e ilustrações, desenhadas a lápis, tematizando suas vidas ao longo daqueles anos. Em seguida, vieram *Zéfiro* em 1967, *Baby* em 1968 e *Little Darling* em 1970, este último já apresentando deslocamentos em relação aos outros por incluir em suas páginas acontecimentos do “mundo guei” nacional e internacional, bem como críticas de teatro. Tendo seu nome mais tarde alterado para *Ello* (cuja proposta nominativa pretendia estar situada no intermédio entre “ele” e “ela”), sua proposta editorial era ampliada ao incluir uma diversidade de temas, como questões referentes ao meio artístico, críticas de teatro e cinema, fofocas, uma coluna em que se relatavam as primeiras experiências que marcaram as histórias de vida sexuais dos que escreviam (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 4).

Fry e di Paula partilham da leitura de que os movimentos de transformação de tais temas, representações e interesses contidos no plano destes jornais também apresentam ressonâncias com as metamorfoses ocorridas no plano social e cultural nos trânsitos dos anos 1960 para 1970. As liberdades mencionadas por di Paula, no momento da entrevista, de que “hoje na Praça Castro Alves, todo mundo faz o que quer, abertamente [...]” diferem diametralmente daqueles espaços fechados em que se articulavam grupos e sociabilidades nos interstícios dos espaços possibilitados pelo contexto social nos anos precedentes. Tais deslocamentos são relacionados por di Paula a movimentos mais amplos, como o “tropicalismo”, e para Fry parecem ter dado as possibilidades de existência do *Lampião*¹⁶. A matéria-resposta do autor é enfática em afirmar que tais trabalhos jornalísticos “verdadeiramente underground” são importantes registros históricos que revelariam a “realidade” da vida homossexual no Brasil e aproveita para saudar a heterogeneidade compreendida por estas perspectivas que conjugam, ou não apartam, alta e baixa culturas, que permearam as experiências sociais de sexualidade no Brasil (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 4).

Anteriormente ao surgimento do *Lampião da Esquina*, a veiculação de conteúdos e informações relacionadas ao que estamos chamando de “homossexualidade” esteve também vinculada à chamada “grande imprensa”, apresentando-se na forma de colunas, entre as quais podem ser citadas “Tudo Entendido” de Fernando Moreno, na *Gazeta de*

¹⁶ Tal leitura que é reiterada em uma nota que aparece no sexto volume do *Lampião* sobre a importância do *Gente Gay*, por ocasião da chegada de um de seus volumes impressos nas bancas em que o *Lampião* dá a este jornal (*LampiãoLampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 3)

Notícias do Rio; “Guei” de Glorinha Pereira, no *Correio de Copacabana* do Rio; e “Coluna do Meio” de Celso Curi, na *Última Hora* de São Paulo – esta última, com grande destaque (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 4) –, além destas, uma coluna intitulada “Gay Power” da *Revista Já* (que circulou durante a segunda metade de 1971, assinada por Sylvio Lamenha) e os boletins internos do grupo Somos, citados por MacRae (1990). Apesar disso, a veiculação destes tipos de conteúdo que envolveram a liberalização de costumes mantiveram-se muito mais presentes dentro da imprensa alternativa e marginal durante a década de 1970.

De forma geral, estas publicações foram bastante efêmeras e intermitentes, características também extensíveis ao *Lampião*. Embora seja verdade que este conseguiu manter uma periodicidade bastante acima da média da dita imprensa homossexual, no seu caso, esta é compatível com a periodicidade de muitos alternativos, compartilhando com estes uma série de outros aspectos, conforme será discutido a seguir.

Alternativas contestatórias e páginas de contrainformação

Já na edição zero, os editores do *Lampião* apresentam o jornal como pertencente a uma imprensa alternativa e assinalam seu papel enquanto uma forma jornalística que se define essencialmente pelo tratamento de “assuntos não prioritários” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 5). Esse “prioritarismo” que podemos tomar em relação a uma grande imprensa, que continuamente operou quase como um braço oficial do regime militar. No segundo volume do jornal, um quadro com o título “Por uma imprensa independente” apresenta diversos jornais que ocupariam posições análogas a do *Lampião* de contestação e divergência dos temas e opiniões majoritariamente veiculados pela “imprensa marrom”; aparecem no quadro: *De fato*, *Pasquim*, *O Repórter*, *Em Tempo*, *O Beijo*, *Amanhã*, *Nós Mulheres*, *Coojornal*, *Varadouro*, *Lampião*, *Brasil Mulher*, *Bagaço*, *Versus*, *Trabalho*, *Uai* e *Movimento* (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 13).

A imprensa alternativa institui-se enquanto um dos principais instrumentos sociais de resistência contestatória e irreverência das gerações da década de 1960 e 1970 ao regime ditatorial instaurado pelo golpe militar em 1964. Diante do fechamento ou da complacência da grande imprensa com o ideário promovido pelo regime e do rígido controle sobre informações e opiniões que nela podiam ser publicadas, através de diversos procedimentos censórios que se tornaram práticas legais desde a instauração do regime, a imprensa alternativa esteve desde seu surgimento até seu final comprometida com a

proposta de não desvincular informação e opinião em sua produção jornalística engajada, tendo idealizado possibilidades de transformações sociais desvinculadas das políticas dominantes. Diante de um amplo descaso ou alinhamento as sociedade civil com o golpe militar, engajou-se na denúncia sistemática (dentro das condições de possibilidade existentes) do autoritarismo, abusos, violações e crimes de responsabilidade do Estado brasileiro, tendo sido alvo de sistemáticas perseguições que chegaram a trágicos desfechos, por meio de prisões, torturas e assassinatos daqueles que com ela se envolveram.

A busca por jornalistas e intelectuais de espaços alternativos à grande imprensa¹⁷ e à universidade também foi fundamental para o surgimento desta forma de imprensa, como lembra o jornalista e professor Bernardo Kucinski: é “nessa dupla oposição ao sistema, representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos” (Kucinski, 1991, p. XVI), funcionando os jornais como um ponto de encontro ao ambiente desagregador e repressivo da ditadura e tendo por efeito a criação de um próprio espaço público alternativo de disposição ativista e contestatória, aliás, muito mais próxima dos motivos ideológicos que moviam os militantes de esquerda do que da forma de atuação de expressiva parcela de jornalistas e intelectuais.

Ainda de acordo com Kucinski (1991), os jornais alternativos poderiam retrospectivamente ser agrupados em duas “classes” baseadas, sobretudo, nas temáticas e orientações “ideológicas” que veiculavam e seguiam. Parcela dos jornais, partindo de um engajamento marxista, tiveram suas páginas impressas com discussões de temas “clássicos” da esquerda, como táticas de oposição e caminhos da revolução, recobrando protestos e movimentos populares – muito mais inspirados na valorização nacional e popular dos anos 1950 e no marxismo estudantil dos anos 1960 (Hollanda, 2004)¹⁸. Apesar de uma série de divergências ideológicas, esses jornais teriam interpretado uns aos outros como complementares na resistência contra o regime militar, imaginada como uma “frente” de atuação. Outra parcela poderia ser agrupada através da partilha de um

¹⁷ Tal busca de espaços alternativos à grande imprensa é também devida à legislação de 1968, que institui a obrigatoriedade de diploma para o desempenho da função de jornalista e seu registro no Ministério do Trabalho. Conforme aponta Kucinski (1991), a imprensa alternativa é também um produto de jornalistas ansiosos por encontrarem espaço fora destas restrições da grande imprensa.

¹⁸ Entre estes, podem-se citar *Movimento*, *O Repórter*, *O Pasquim*, *Em Tempo* e *Versus*.

ideário menos “político” e mais “existencialista”, nos termos do autor, e na recusa daquele discurso político tal como era empreendido pelos primeiros. Estes, mais inclinados a críticas culturais e dos costumes, lançavam-se sobre o questionamento dos costumes hegemônicos das classes médias urbanas e inspiravam-se em vertentes filosóficas anteriormente articuladas aos movimentos de contracultura norte-americanos e, neste interim, recorrentemente traziam às suas páginas temas relacionados à sexualidade.

A temática sexual das esquinas ao *front*

Ao contrário destes jornais, que pareciam ter uma ótica mais convergente com aquela do *Lampião*, a temática da dissidência de gênero e sexualidade passou, aos poucos, a aparecer em jornais alternativos que tinham um caráter menos “contracultural” e mais voltado à dimensão política de crítica do regime militar, cujos parâmetros subsidiários eram dimensões de classe, que tendiam a desprezar ou subestimar outras, como sexualidade e gênero¹⁹. Tal tematização, no entanto, apareceu, por vezes, de formas que transitaram entre a ingenuidade, o preconceito e a ótica espetacularizante, provocando tensões explicitadas em matérias do *Lampião*, não raramente sob a forma de duras críticas.

Um destes dissensos foi desencadeado por conta de uma matéria publicada pelo jornal *O Repórter*, no início de 1979, intitulada “Lésbicas metem o pau na repressão”. A partir de considerações como a superficialidade jornalística da matéria e o desrespeito com que são tratadas as entrevistadas, sua proposta e conteúdo são criticadas por Leila Mícolis e Aguinaldo Silva no décimo volume do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 2). Para Leila Mícolis, a apresentação corriqueira de “homossexuais” enquanto entretenimento já é delineada na página que antecede a matéria em questão, em que é exposta em uma fotografia a cabeça esmigalhada de um homem morto por um companheiro, supostamente por ter tentado à força uma relação sexual com este, aparecendo sob o título de “Amor entre homens acaba tragicamente”, dessa maneira, reificando as associações popularmente difundidas entre homossexualidade, violência e crime.

A matéria sobre as mulheres lésbicas é escrita por Iara Reis Carvalho em torno de depoimentos de mulheres sobre sua sexualidade que, já de início, são revertidos em

¹⁹ Essas distinções serão tratadas nas seções seguintes deste capítulo.

manchetes sensacionalistas e debochantes, como “Favelada tá doida para experimentar” e “Fiscal de ônibus só soltou o bicho quando ficou viúva”. Na leitura de Leila, o texto desrespeita a privacidade individual das entrevistadas, por exemplo, identificando pelo nome completo uma moça residente de uma pequena cidade de interior que declara que “seus pais não sabem sobre sua situação” e culmina na representação destas “homossexuais” como “vazias” “fúteis e “alienadas”. A matéria termina com um depoimento da deputada Heloneida Studart (cujas muitas declarações controversas foram inúmeras vezes retomadas e rebatidas nas páginas do *Lampião*), ressaltando que a deputada, buscando um comentário científico, interpreta teorias sobre conflitos edipianos atrelando sua “resolução” à impossibilidade de atração de uma pessoa por outra de “mesmo sexo”. O comentário de Aguinaldo Silva lamenta o excesso de preconceito e sensacionalismo da matéria vindos de um jornal de “melhor qualidade” e que enfrenta a mesma “barra” que o *Lampião*.

Apesar das críticas, o *Lampião* também reiterou em outros momentos os méritos de matérias sobre as dissidências de gênero e sexualidade naquele jornal. Em matéria assinada por Antônio Chrysóstomo, no 15º volume do *Lampião*, a reportagem de José Antônio Nonato, publicada no mês anterior no *Repórter*, foi por ele lembrada por não ter apresentado travestis como “motivo de curiosidade machista” (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 4). Pode-se perceber que tais temas tiveram alguma constância neste jornal, como uma matéria (de capa, do número 3) de Luiz Alberto Bettancourt, intitulada “Repressão até na cama”, na qual, de acordo com Kucinski, são entrevistadas duas donas de casa que durante a noite são trabalhadoras sexuais (1991, p. 221). No 17º volume do *Lampião*, aparece um quadro de propaganda²⁰ sobre *O Repórter*, em que constava a chamada “Travestis, lésbicas, polícia, porrada. Repórter encara qualquer assunto sem medo” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 12). Esta chamada faz parecer que, sucessivamente, o *Repórter* altera o tom empreendido a tais temas e as tensões iniciais produzidos, por parte do *Lampião*, em relação a ele se metamorfoseiam em sentido positivo, ao ponto que, ao final das edições do *Lampião*, este chega a caracterizar *O Repórter* como “o outro jornal das bichas do Brasil”²¹ (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 11).

²⁰ Os anúncios eram pouco comuns no *Lampião*, se comparado aos outros alternativos da época.

²¹ Mesmo que esta caracterização seja, mais uma vez, seguida por uma discordância. Na matéria, que é uma breve cobertura com comentários sobre o carnaval de 1980 no Rio de Janeiro, aparece: “O outro jornal de

O Pasquim foi um dos grandes e mais duradouros alternativos que teve papel ímpar na transformação da linguagem jornalística em uma mescla de críticas políticas ao regime militar e irreverência com que levou as pautas da contestação cultural, em seu característico tom satírico (Kucinski, 1991; MacRae, 1990). *O Pasquim* tratava frequentemente de questões sobre sexualidades em geral e, de maneira explícita, as homossexualidades em particular; a palavra “bicha”, por exemplo, aparece publicada pela primeira vez na imprensa brasileira na terceira edição do jornal, em artigo de Tarso de Castro, tendo o jornal sido um dos responsáveis pela divulgação mais massiva destas questões no país, dada sua ampla tiragem e rede de leitores (Kucinski, 1991, p. 157). Ainda em 1970, conforme nota Kucinski (1991, p. 161), em sua 34ª edição, do dia 18 de dezembro, o jornal publica um editorial intitulado “O Sexo de *O Pasquim*”, que argumentava de modo a desconstruir o raciocínio que buscava associar a liberdade e a modernidade de costumes ao comunismo internacional²². Apesar do reconhecimento público por parte do *Lampião* da relevância do trabalho jornalístico do *Pasquim*, tributário em grande medida da radicalidade expressa em suas abordagens, este conviveu com constantes trocas de farpas empreendidas por ambas as partes.

O preconceito pressuposto do humor do *Pasquim* parecia frequentemente engendrar a expressão de sua radicalidade humorística a despeito dos limites éticos necessários a esta forma crítica, fazendo com que o imaginário subsidiário aos preconceitos por ele manipulados, por diversas vezes, em nada diferisse de um senso comum de cunho machista e homofóbico. Do ponto de vista do *Lampião*, as lógicas atribuidoras de múltiplas negatividades às homossexualidades, os frequentes posicionamentos “contrários” a estes comportamentos e a exploração de corpos nus de mulheres – cujo intuito seria de ordem comercial visando aumentar as vendas do jornal – seriam os grandes motivos em torno dos quais se desdobraram dissensos e acusações; uma curta matéria intitulada “Preconceituosas”, assinada por Alexandre Ribondi, publicada no 28º volume do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 11), ilustra tais pontos. De acordo com essa matéria, uma fotonovela publicada pelo *Pasquim*, “A vida sexual de um terrorista”, seria iniciada pela caracterização pejorativa da mãe de um

bichas do Brasil, *O Repórter*, tem razão: este foi um carnaval de homens. Só que, ao contrário deles, a gente não acha que isso seja um bom negócio. Para falar a verdade, uma festa sem mulheres, ou em que as mulheres são sempre figuras decorativas ou meros objetos para deleite masculino [...], não faz a nossa cabeça” (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 11).

²² Tal associação da libertinagem sexual ao comunismo, em sua forma suposta de grande articulação internacional, será abordada no capítulo seguinte.

terrorista, de forma acentuadamente machista, de acordo com o autor, em virtude do desmerecimento da figura de uma mulher e de sua culpabilização pelos comportamentos desviantes de seu filho: o próprio terrorista, caracterizado como uma espécie de “bicha reprimida” que se inclinava ao uso de soutiens e calcinhas por alguma espécie de insatisfação de seus desejos sexuais. No mesmo número, *O Pasquim* traria o registro de uma conversa entreouvida em São Paulo que dizia: “Enquanto os gays fazem as lutas deles, a gente tem campo aberto para fazer nossas corrupçõeszinhas, sem chamar muito a atenção”. Perguntando-se se estaria ele mesmo sendo chamado de “alienante”, dado esse segundo tratamento, Alexandre Ribondi comenta:

Prefiro acreditar que não, porque um jornal que, como o Pasquim, se coloca nas trincheiras das lutas pela liberdade de expressão e pelo respeito do indivíduo, não pode, de uma só vez, dar duas cagadas deste tamanho como se, exoticamente, alguns indivíduos fossem mais dignos de respeito que outros e algumas expressões mais merecedoras de liberdade.

E segue:

Portanto, apesar de tudo, eu não assino o Pasquim e que ele vá vender seu peixe podre em outra quitanda porque eu tenho o olfato apurado. E, como respondeu um amigo meu ao Ziraldo quando este lhe perguntou se ele achava falta de respeito fazer piada com homossexuais: “Não, meu jovem. Mas tudo depende do seu preconceito”. (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 11)

O desrespeito e a hierarquização das liberdades legítimas empreendidas pelo *Pasquim*, frequentemente colocados em termos de “machismo” e “preconceito” por parte do *Lampião*, também apareceram em suas páginas na seção de cartas vindas dos seus leitores e leitoras, como, por exemplo, uma em que uma pessoa dizia que não haveria nada mais irritante que o “liberalismo da esquerda, que nem fode nem sai de cima”, referindo-se à maneira como *O Pasquim* vinha tratando questões como o lesbianismo (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 18). Em outros momentos, tais questões críticas tiveram no *Lampião* suas ênfases relativizadas face às considerações dos méritos daquele jornal. Em seu 14º volume, aparecia uma matéria também assinada por Francisco Bittencourt, intitulada “Ao *Pasquim*, com carinho”, produzida a título do aniversário de dez anos do semanário (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 5). Já em tom sarcástico, a matéria começa:

Os homens do *Lampião* saúdam os héteros do Pasquim, pelos seus dez anos de serviços prestados... Não, esse não é um bom começo para um laudatório ao heróico Pasquim na festa de aniversário de sua primeira década. (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 5)

Mais adiante, o autor torce seu tom, fazendo sobrevoar uma crítica de teor generalista às “minorias” políticas que se prestariam à corriqueira prática de “inventar inimigos”, colocando falsas oposições entre campos políticos e tece um elogio ao “Pasca” por seu histórico de resistência, à despeito de suas falhas, delineando certa homologia posicional deste jornal com o *Lampião*, como diz:

É bem verdade que tem pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do Pasquim, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal. O que o Pasquim faz gozando as feministas com suas mulheres peladas e as bichas com seus bofes desmunhecados é gozar a si mesmo.

E segue:

Por isso não podemos deixar de festejar a resistência do velho Pasca, que nestes de anos, sempre se jogou de corpo inteiro na luta. Se pisou em falso algumas vezes e se a seguir teve algumas recaídas, sua atuação nos momentos de combate foi muito mais importante. Afinal, ninguém é perfeito. Nem nós. (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 5)

À parte as divergências e os tensionamentos dispostos entre as linhas editoriais dos dois jornais, as alianças transversais entre ambos seriam mantidas em momentos mais críticos, como por ocasião do processo censório ao qual foi submetido o *Lampião*²³, em que o *Pasquim* presta grande solidariedade pública a ele²⁴, e inversamente, o *Lampião* também se manifesta em relação ao episódio de apreensão de um número do *Pasquim* (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 10).

Contracultura, desbunde e minorias: a politização das diferenças

No decorrer dos anos 1970, experimentava-se no Brasil uma multiplicidade de projetos estético-políticos. Do ponto de vista da produção cultural *Dzi Croquettes*, Ney Matogrosso, *Secos e Molhados*, *Doces Bárbaros*, Caetano Veloso e Gilberto Gil traziam nas performances, corporalidades e linguagens andróginas utilizadas no palco, a sexualidade enfatizada por seu caráter contestatório. Ao mesmo passo, estudantes, intelectuais e jovens de centros urbanos no país passavam a tomar o corpo, o erotismo, a subversão de valores e comportamentos como elementos privilegiados de suas preocupações e emprestavam no uso de drogas e na psicanálise, por exemplo, a função “liberadora” da revolução. Nos chamados “guetos” dos grandes centros urbanos do país,

²³ Este processo será discutido no segundo capítulo desta dissertação.

²⁴ Também a revista *Versus* manifesta publicamente sua solidariedade em relação ao *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 18).

escancarava-se liberação de costumes nas experiências e nas sociabilidades, cuja marginalidade era reivindicada em suas crescentes visibilidades.

Conforme ressalta Heloisa Buarque de Hollanda, tal forma de contestação “[...] é assumida conscientemente. O uso de “tóxicos, a bissexualidade, o comportamento descolonizado são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais e, portanto, assumidos como contestação de caráter político” (2004, p. 76-77). Abertas desde os espaços públicos restritos até os canais de massa, as propostas, práticas e intervenções contraculturais – cuja radicalidade anárquica e “desbundada” era elemento constitutivo de destaque, não somente escandalizavam os padrões tradicionais de valores das classes médias e altas com sua rebeldia; suas potências subversivas, reivindicadas enquanto genuinamente políticas, divergiam radicalmente – fossem como propostas ou como efeitos – das posturas teóricas dos movimentos culturais precedentes (como as vanguardas) e da esquerda (sobretudo das tendências mais ortodoxas)²⁵. De acordo com a autora, mesmo mediante a diversos impasses, é particularmente em torno dos movimentos contestatórios internacionais que serão absorvidos e “redimensionados os temas do debate cultural, dando lugar a um jogo de definições entre seus diversos interlocutores” (2004, p. 13), sendo sua divulgação no país dada sobretudo nas páginas de jornais e nas revistas da imprensa alternativa, tais como *O Pasquim*, *Flor do Mal*, *Bondinho*, *A Pomba* e outros (Hollanda, 2004, p. 72) – aqueles caracterizados enquanto “contraculturais” segundo a já mencionada classificação de Kucinski.

Mesmo não se voltando exclusivamente à temática homossexual, outros jornais alternativos, cujas vertentes editoriais se voltaram mais enfaticamente à crítica dos costumes, colocaram a sexualidade de maneira mais aberta e não negatizada; vertentes que se assemelham às do *Lampião*. Entre eles, pode-se destacar, por exemplo, *O Beijo* e *Flor do Mal* que, assim como o *Lampião*, se propunham a discutir prazer como forma de luta. Destaca-se também o *Jornal Dobrabil*, iniciado em 1977, de Glauco Mattoso – que futuramente seria colaborador do *Lampião*. De nome que incluía “o próprio jornalismo enquanto elemento de paródia”, o jornal tinha uma seção que abordava mais diretamente a questão da homossexualidade, na qual atribuía, por exemplo, ao erotismo anal uma forma privilegiada da contestação de valores de uma moral sexual repressiva,

²⁵ As tensões e as discordâncias entre movimentos políticos e culturais ligados aos partidos de esquerda e aqueles ligados aos movimentos contraculturais serão exploradas no terceiro capítulo desta dissertação.

experimentando a partir da subversão da linguagem a “capacidade crítica dada pelo imbricamento do ideológico com o sexual”²⁶ (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 17).

O redator do *Lampião*, Antônio Chrysóstomo, assina uma matéria intitulada “O rei que se cuide”, veiculada no quinto volume do *Lampião*, a propósito do futuro lançamento de um nanico libertário, em vias de ser lançado em Salvador sob o mote de ser “um jornal sem medo de crítica e sem medo de criticar” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 6). Publicado por estudantes da Universidade Federal da Bahia, o bimensário *O Inimigo do Rei* vinha com a proposta “apetitosa” de veicular “assuntos proibidos”, ausentes na grande imprensa. Os debates e as reportagens que o jornal prometia incluíam questões ligadas a movimentos minoritários, homossexualidade, marginalidade, movimentos negros e feministas. O jornal, que se autoatribuía o qualificativo de dizer que era anarquista “antimonarquista”, seria distribuidor do *Lampião* em Salvador, sendo, por estas razões, qualificado por Chrysóstomo como uma publicação genuinamente “lampiônica” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 6); de fato, a proposta do jornal em muito tinha similaridades àquelas do *Lampião*.

Em um momento em que tanto o *Lampião* quanto o grupo Somos já haviam lançado em nível nacional discussões sobre homossexualidade, e que o *Lampião* era um jornal que se propunha a incluir em suas discussões e respaldar questões de políticas minoritárias, *O Inimigo do Rei* parece ter seguido e, em alguns termos, avançado em relação a esta proposta. Conforme retoma MacRae (1990), o número 4 do jornal trazia em sua capa a chamada “além de preto, bicha”, referindo-se a uma matéria do jornalista negro Hamilton Vieira e trazendo diversos depoimentos de homossexuais que falavam tanto sobre a marginalização dos homossexuais no Brasil quanto sobre os valores culturais vinculados a essa estigmatização; entre as questões trazidas, estavam as diferenças entre as profissões de homossexuais negros e brancos, as experiências de homossexuais em terreiros e as preferências de turistas brancos por homens negros – cujos corpos eram tratados enquanto “objetos sexuais”.

No final da década de 1970, após um longo período de operação dos projetos militares de desarticulação da sociedade civil – que atuou sob uma multiplicidade de formas, desde a dissolução dos partidos políticos, a cassação de direitos civis e políticos,

²⁶ Também podem ser citados *O Bondinho*, *Leva e Traz* e *O Corpo*.

a tortura e o assassinato de militantes –, vários de seus segmentos voltavam a organizar-se, e, nesse momento, de maneira muito mais abrangente e deslocadas dos canais e das formas políticas tradicionais²⁷. Tais reorganizações serão discutidas mais detidamente ao decorrer desta dissertação; por ora, destaco que os setores que reconheciam especificidades, em relação às suas experiências e precariedades, passavam a organizar-se em torno destas: mulheres, negros, índios, homossexuais e pessoas envolvidas com causas ambientalistas apostaram também no âmbito da imprensa alternativa como meio para levantar discussões e fazer erigir a diversidade como valor político e de ampliação da própria política.

É neste contexto que se dá o surgimento do que poderíamos chamar de uma “imprensa lésbica”. Embora tenha sido realizada majoritariamente ao decorrer da década de 1980 e, portanto, posterior ao período de edição do *Lampião*, além da produção artesanal e da circulação restrita, podem-se destacar o boletim *Lamaricumás*, feito no Rio pela associação de mesmo nome; o boletim *Amazonas*, do grupo Libertário da Bahia; o jornal *Xereca*, editado pela jornalista Rita Colaço no Rio; e o boletim *Ponto G*, do grupo Lésbico da Bahia (Péret, 2011). Destaca-se o boletim *Chanacomchana*, produzido pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista, em São Paulo, também apresentado no *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 18), que talvez tenha sido o mais duradouro de todos os jornais, colunas e boletins aqui apresentados²⁸, voltando-se às temáticas de interesse deste grupo, com especial cuidado de estar próximo às mulheres frequentadoras do “gueto” em São Paulo.

Entre estas iniciativas da imprensa, que aqui chamarei de minoritária, voltada a questões específicas, também estava o *Jornegro*, que era um órgão da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, que se voltava, entre outros assuntos, às multiplicidades de formas pelas quais o racismo é estruturante no Brasil em oposição

²⁷ A desarticulação da sociedade civil aqui se refere a um movimento perpetrado pelo Estado militar de sufocamento de diversos movimentos resistentes e contestatórios mobilizados em prol de interesses políticos contrários àqueles deste mesmo Estado. Nesse sentido, estão compreendidos partidos políticos tradicionais, organizações guerrilheiras, movimentos minoritários e lideranças locais de diferentes ordens. Parte deste movimento será exposto no terceiro capítulo desta dissertação. Com isso, contudo, não se deve perder de vista que expressiva parcela do que se pode denominar “sociedade civil”, assim compreendida enquanto categoria diretamente oposta ao “Estado militar”, se manteve indiferente ou entusiasta de suas políticas de exceção. Especificamente no que se refere a dissidentes de gênero e sexualidade, veremos, no segundo capítulo, como alguns grupos e sujeitos a ela pertencentes operaram como sustentáculos do regime militar, no que diz respeito aos seus ânimos regulatórios e punitivos em relação aos dissidentes.

²⁸ O *Chanacomchana* durou de 1981 até 1987, passando por uma série de mudanças editoriais e uma breve interrupção em seu período de editoração (Péret, 2011).

a um reiterado discurso presente no imaginário nacional de que viveríamos uma democracia racial; tematizando problemáticas raciais, também podem ser citados o *Sinba e Tição*; os jornais voltados a pautas ecológicas, como o *Paranapanema* e o *Ecojornal* (ambos de São Paulo). Também destacam-se os jornais *Mulherio* e *Nós Mulheres*, ambos de São Paulo, que trataram de questões de gênero, passando tanto pelas discussões das situações sociológicas das mulheres no Brasil até as preocupações com a subjetividade e as relações pessoais, tomando o âmbito privado como espaço privilegiado de problematização e formulação política. O *Lampião* figurava entre esses alternativos não unicamente porque era um jornal que trazia as temáticas sobre experiências e interesses homossexuais à tona, mas se mostra particularmente interessante, uma vez que se propunha a ser um jornal representativo de todos os interesses “minoritários” supracitados.

Escândalo da esquina: sobre formas, formações e discursividades “lampiônicas”

No final da década de 1970 – aqui falamos precisamente do ano de 1977 –, em meio à densa atmosfera da produção contracultural que ganhava corpo no país, o editor do jornal norte-americano *Gay Sunshine*, Winston Leyland, vinha ao Brasil com o intuito de reunir autores brasileiros para a publicação de uma antologia de poesias latino-americanas sob a temática “homossexual” – financiada pelo National Endowment of Arts e que futuramente seria publicada sob o título de *Now the Volcano*. O *Gay Sunshine*, na época, era uma publicação consistente de circulação considerável nos Estados Unidos, e Leyland já havia feito trabalhos bastante interessantes, como o livro *Gay Sunshine Interviews*, que reunia entrevistas com escritores renomados, muitos deles ligados aos movimentos de contestação cultural norte-americanos, em particular o movimento Beat, entre eles William Burroughs, Jean Genet, Allen Ginsberg, Christopher Isherwood, John Rechy, Gore Vidal e Tennessee Williams.

Por ocasião de sua vinda, o jornalista João Antônio Mascarenhas, que desde 1972 assinava o *Gay Sunshine*, propõe uma entrevista com o editor norte-americano para *O Pasquim* (MacRae, 1990, p. 71). A partir da reunião marcada para este propósito, na casa do artista plástico Darcy Penteado, em São Paulo (Trevisan, 1986, p. 338), teria surgido a vontade coletiva do grupo de jornalistas e intelectuais envolvidos de fazer uma publicação que tratasse de questões relativas à “homossexualidade”, partindo para a

concretização dessa ideia foram articulados contatos com outros conhecidos, pedidos auxílio financeiro e agregados outros interessados (MacRae, 1990, p. 71).

O primeiro editorial do *Lampião* apresenta o grupo de onze intelectuais, escritores, jornalistas e artistas idealizadores que fariam parte do conselho editorial do jornal. São eles: Adão Acosta, pintor e jornalista, também ex-terapeuta ocupacional e que atuava esporadicamente como tradutor; Aguinaldo Silva, jornalista de assuntos policiais (à época trabalhando em *O Globo*), escritor de livros, como *República dos Assassinos* e *Primeira carta aos andróginos*, que tinha já experiência de atuação junto à imprensa alternativa, tendo colaborado desde o início com o *Opinião* e tendo sido um dos fundadores do *Movimento*; Antônio Chrysóstomo, polêmico crítico de arte, especializado em música popular, também produtor e diretor de shows e jornalista reconhecido, tendo passado por revistas e jornais renomados, como *Veja* e *O Globo*; o jornalista, tradutor e crítico de cinema, Clóvis Marques, que havia sido subeditor do *Guia de Filmes*, publicado pela Embrafilme, e à época era correspondente no Brasil da *Filme Dope* londrina; o estabelecido artista plástico e escritor Darcy Penteado, caracterizado no editorial como “uma das figuras importantes do *front* cultural paulista, foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais”; o poeta, crítico de arte e jornalista Francisco Bittencourt, que na época atuava, sobretudo, como crítico em diversos jornais e era membro da seção brasileira da Associação Internacional de Críticos de Arte; Gasparino Damata, jornalista e escritor que havia sido diplomata, na época já havia organizado duas antologias que tematizavam o homossexualismo: *Histórias de amor maldito* e *Poemas do amor maldito*; Jean Claude Bernadet, teórico do Cinema Novo e crítico de cinema que, assim como Aguinaldo, tinha experiência anterior com a imprensa alternativa por sua ativa participação no *Opinião* e por ter sido fundador do *Movimento*; João Antônio Mascarenhas, além de jornalista, era advogado e tradutor e havia ocupado cargos altos no Ministério da Educação e Agricultura; João Silvério Trevisan era escritor e cineasta e havia publicado um livro que recebeu boas críticas, intitulado *Testamento de Jônatas a Davi*; Peter Fry, antropólogo que se dedicava ao estudo de temas africanistas, após deixar a universidade de Londres, onde fora estudante e professor, foi contratado pela Universidade Estadual de Campinas, onde passou a se dedicar à temática das religiões afro-brasileiras e, na época, já iniciava seus estudos sobre sexualidade no Brasil (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2).

Destaca-se que diversos desses “membros do conselho”, conforme são apresentados pelo jornal, mantiveram uma rede de contato com Leyland e participaram, mais tarde, de um volume especial sobre o Brasil no *Gay Sunshine* (*Gay Sunshine*, n.24, 1975), tendo suas histórias selecionadas pelo editor e traduzidas por Keneth Lane. O volume do jornal, que era também uma chamada para a antologia *Now the Volcano*²⁹, trazia a produção dos escritores citados ao lado de outros como Caio Fernando Abreu e Edilberto Coutinho, além de desenhistas e poetas brasileiros, divulgada no nono volume do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 12).

A divulgação de jornais internacionais de temáticas “homossexuais” no *Lampião* não se restringiu ao *Gay Sunshine* por conta da proximidade entre os membros dos conselhos editoriais de ambos. Ao modo dos alternativos contraculturais que tiveram papel decisivo em trazer as informações sobre movimentos e movimentações de contestação dos costumes para o Brasil, o *Lampião* empenhou-se na tradução de inúmeros artigos acerca de tais temas, com ênfase na liberação e prazer sexual e nos movimentos e produção relativos ao *gay liberation*, *gay power*, aos movimentos feministas e outras articulações contestatórias que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa naqueles anos. Os jornais e revistas estrangeiras que existiam ou emergiam com tais temáticas, como as norte-americanas *In Touch* (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 4) e *Gay News* (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 4), as colombianas *Las Mujeres* (sobre a condição feminina) e *El Outro* (jornal do movimento homossexual colombiano) (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 12) e o jornal da Frente de Liberación Homossexual da Argentina, chamado *Somos*, trazendo por diversas vezes textos traduzidos deste jornal ou escritos pelos integrantes da Frente (ver, por exemplo, *Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 10). Ademais, o *Lampião* também manteve correspondentes em algumas grandes metrópoles exteriores, que constou na maior parte de seus números, sendo os seguintes: Fran Tornabene (São Francisco), Allen Young (Nova York), Armand de Fluvíá (Barcelona) Ricardo e Hector (Madrid), Addy (Londres), Celestino (Paris) e Nestor Perkal (Frankfurt); bem como se preocupou com a tradução de inúmeros artigos estrangeiros acerca de temáticas relativas a experiências dissidentes de gênero e sexualidade.

²⁹ Cláudio Roberto da Silva (1998), em sua tese produzida sobre as histórias orais da rede de colaboradores do *Lampião*, ressalta também a confluência de nomes entre esta antologia e aqueles nomes que constavam na antologia organizada por Leyland.

A importância notória concedida ao repertório disposto nos engajamentos contestatórios e da produção cultural, dado na esteira das inquietações populares estrangeiras, compunha os interesses pessoais de muitos dos membros do conselho editorial e de colaboradores do jornal, mediados também pelas suas experiências de autoexílio ou de residência na Europa e nos Estados Unidos, conforme podemos constatar em suas histórias de vida colhidas por Silva (1998) e pela ênfase concedida a este ponto que este autor encontra em suas narrativas. Tais temas e perspectivas apareciam no jornal não só pelo entusiasmo assumido por editores e colaboradores a partir de suas experiências vividas e aprendidas no exterior e pela importância com que emergiam nos movimentos culturais de diversos países, mas, sobretudo, pelo reconhecimento de sua relevância e pela intenção de mostrar aos leitores a abrangência das questões políticas e expressões relacionadas à liberação sexual e de gênero, bem como a não exclusividade da repressão e regulamentação dirigida à práticas de sexualidade e gênero dissidentes empreendida por estados de exceção e ditaduras como a que se vivia no Brasil ou por regimes capitalistas.

Outras mediações também compõem a relevância concedida às questões internacionais e aos trânsitos entre as movimentações e ideias produzidas fora do país, que não estão circunscritas unicamente a uma agência interessada dos membros do conselho editorial e colaboradores do *Lampião*. Ressalta-se que, com a distensão do regime, muitos dos exilados passam a regressar ao Brasil, povoando o ideário político-cultural da esquerda e das classes médias intelectualizadas com questões que diziam mais a respeito da liberação cultural que às amarras estruturais de classe, mais aos aspectos pessoais e simbólicos dos usos do corpo e dos âmbitos reflexivos da existência do que à pobreza escancarada enquanto problema social latente. De outro modo, passava a circular no Brasil diversas publicações literárias, panfletárias e acadêmicas produzidas na esteira destes movimentos e movimentações libertárias, muitas, inclusive, ganhando traduções no português.

Tais condicionantes levam alguns dos membros e colaboradores do *Lampião* a afirmar, em entrevista a Silva (1998), que o próprio *Lampião* era reflexo do que estava acontecendo em outros países; sem que isso signifique que tais ideários tenham sido absorvidos pela intelectualidade e juventude brasileiras, conforme ressalta Heloisa Buarque de Hollanda no livro fruto de sua tese de doutorado (2004). A multiplicidade de correntes contraculturais e liberalizadoras internacionais são recebidas e profundamente

redimensionadas nos nossos debates culturais, estéticos, intelectuais e políticos – tal espectro não é só válido para as articulações e atuações libertárias de modo geral, mas para aquelas especificamente atreladas aos movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade, aqui todos coproduzidos pelo contexto da ditadura militar e de diferenças culturais marcantes.

*

Os membros do conselho editorial do *Lampião* eram personagens de perfis de destaque, cuja expressividade restava em meio à intelectualidade do país no seio das artes, letras, jornalismo e na universidade, e também nos âmbitos profissionais e políticos de suas carreiras. Tal arranjo era característico a todos os principais jornais alternativos de maior porte da época, que procuravam montar um conselho editorial composto por personalidades de prestígio, com a finalidade de legitimar sua linha editorial e ampliar sua base de sustentação frente às investidas da repressão, bem como se identificar com correntes expressivas de opinião (Kucinski, 1991). Configuração que, de fato, se mostrou crucial, conforme veremos, por ocasião do inquérito ao qual o *Lampião* seria submetido e pela rede notória de intelectuais, políticos, artistas, jornalistas e personalidades de prestígio que se manifestaram em carta a ser enviada ao Ministério da Justiça em defesa do jornal.

As considerações sobre o perfil prestigioso dos membros do conselho editorial é em grande medida extensível para suas e seus colaboradores, entre os quais figuram nomes de notoriedade no cenário artístico e intelectual brasileiro. Destaca-se igualmente a diversidade de localidades do território nacional de onde eram originários ou residiam colaboradoras e colaboradores, entre os quais estavam Brasília, Campina Grande, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Jacareí, João Pessoa, Niterói, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Teresina e Vitória. Do volume zero ao 37 do *Lampião* estão listados os seguintes colaboradores: Agildo Guimarães, Alceste Pinheiro Alexandre Ribondi, Amylton Almeida, Antônio Carlos Moreira, Arístedes Nunes, Aristóteles Rodrigues, Beto Stodieck, Biroca, Caio Fernando Abreu, Carlos Alberto Miranda, Celso Cúri, Cynthia Sarti, Dolores Rodriguez, Edécio Mostaço, Eduardo Dantas, Edvaldo Ribeiro de Oliveira, Edward MacRae, Emanuel Freitas, Farnese de Andrade, Francisco Fukushima, Frederico Jorge Dantas, Gilmar de Carvalho, Glauco Mattoso, Henrique Neiva, Iaponi Araújo, Jairo Ferreira, João Carneiro, Jorge Schwartz, José Fernandes Bastos, José Pires Barrozo Filho, Leila Míccolis, Lúcia

Rito, Luís Cambrava, Luiz Carlos Lacerda, Luiz Mott, Mariza Corrêa, Max Stoltz, Mirna Grzych, Nelson Abrantes, Nica Bonfim, Paulo Augusto, Paulo Hecker Filho, Paulo Sérgio Pestana, Políbio Alves, Regina Nóbrega, Regina Rito, Rubem Confete, Sandra Maria C. de Albuquerque, Sérgio Santeiro, Wilson Bueno, Zé Albuquerque, Zezé Melgar e Zsu Vieira³⁰.

Apesar da ausência de mulheres na composição do corpo editorial do jornal, o que se manteve constante durante a maior parte de sua existência³¹, destaca-se os reiterados convites dispersos pelas páginas do jornal feitos em prol da participação de mulheres para que estas pudessem escrever sobre os assuntos que as interessassem. Se podemos dizer que as grandes tônicas do jornal incidiram majoritariamente sobre questões relacionadas às experiências e interesses de homens “homossexuais”, também deve-se salientar a relevância concedida a diversas pautas relacionadas à experiências de mulheres lésbicas, transgênero, travestis, negras e heterossexuais³² e o esforço genuíno feito por parte dos membros do conselho editorial para que estas discussões fossem impressas a partir da própria voz destas mulheres. Entre as que colaboraram com o *Lampião*, destacam-se a poetisa, ensaísta, dramaturga e editora Leila Mícolis e a jornalista e militante Dolores Rodriguez, que tiveram grande engajamento com sua produção e redação; entre as que escreveram em suas páginas, destacam-se feministas de grande importância histórica, como a antropóloga e jornalista Mariza Corrêa, a historiadora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzáles, a jornalista Inês Castilho, a historiadora e antropóloga Maria Luiza Heilborn, a antropóloga Cynthia Sarti e a psicóloga e antropóloga Janice Caiafa.

Em abril de 1978, era distribuído às caixas de correios de 5 mil pessoas, como disseram “sem distinção de credo, raça ou preferência sexual”, pelos bares do Largo do Arouche e boates centro de São Paulo, o número Zero do *Lampião da Esquina* (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 9)³³. Em formato de tabloide, o jornal começava com uma

³⁰ Esta listagem foi realizada a partir de um levantamento de todos os nomes que aparecem em cada uma das listas de colaboradores que constam nos números citados do jornal. Apesar disso, destaco que nem todos os nomes aqui listados constam enquanto colaboradores e colaboradoras em todas as edições do jornal, apresentando certo dinamismo, na medida em que diversos deles apareceram e depois desapareceram das listas, e igualmente diferenças de ênfase, considerando que muitos deles se mostraram como pessoas muito mais participativas que as demais enquanto redatoras.

³¹ Esta configuração mantém-se praticamente inalterada, exceto pelo fato de que o nome de Mascarenhas desaparece a partir do sétimo volume, e nos volumes finais, desaparecem metade dos membros devido a conflitos internos, questões que serão tratadas adiante neste capítulo.

³² Essas questões serão discutidas com mais profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

³³ O nome do jornal, conforme ressaltam os membros do seu conselho editorial, remetia propriamente à ideia de uma luz que se acendia, antes de remeter ao cangaceiro *Lampião*. Apesar disso, o nome servia à

tiragem de 10 mil exemplares e iniciava uma trajetória de publicações mensais que teria mais 37 números, passando a uma tiragem de 15 mil (MacRae, 1990, p. 72), que conquistaria distribuição em grande parte do território nacional, chegando a supostos 40 mil leitores em todo o país (*Lampião da Esquina*, v. 37, 1981, p. 2). Por ocasião de seu lançamento, a revista *Isto É*, segundo o *Lampião* “assume simpaticamente sua condição de fada madrinha” do jornal e designa o repórter Milton Hatoum para a cobertura jornalística do processo; após distribuições e uma matéria na *Isto É*, a divulgação do número experimental zero termina com um coquetel “badalado”, realizado na Livraria Cultura em São Paulo (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 9)³⁴. Ao que tudo indicava, o *Lampião* tornar-se-ia ao longo de sua trajetória um jornal comentado, aparecendo em canais importantes, tanto nacionais quanto internacionais:

Em apenas doze meses de atividade, o *Lampião da Esquina* tornou-se, disparado o mais comentado de todos os jornais nanicos surgido no Brasil nos últimos anos. A cobertura foi total: abrangeu a própria imprensa nanica, passando pelos jornais diários – do Globo ao vetusto Estado de São Paulo – e chegando a revistas como Manchete, Fatos e Fotos, etc... Sem esquecer Isto É, nossa fada madrinha. Mas isso em termos de Brasil. Pois *Lampião*, após o empurrão que nos deu o Sr Falcão, tornou-se notícia, igualmente na Imprensa internacional: não só a guei como a “straight”: do Newsweek ao Le Monde, chegando até a ser citado- pasmem, é a glória! – no sisudo L Humanité, órgão oficial do PC francês. (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 4)

O *Lampião* funcionou durante seus anos de existência com base no trabalho coletivo e voluntário de seu conselho editorial, redatores e colaboradores. Ao modo de outros jornais da imprensa alternativa, como o *Nós Mulheres* (Corrêa, 2001), tinha todas as etapas do processo – o trabalho jornalístico, ensaístico, de redação, diagramação, revisão e impressão – feito de maneira artesanal, diferente de parte dos outros jornais voltados a temáticas minoritárias, como o *Brasil Mulher* (MacRae, 1990), e outros alternativos de maior porte, como *O Pasquim*. Além disso, com espaço destinado à publicidade bastante reduzido e com assinaturas escassas e oscilantes, o jornal mal conseguia arcar com os custos da produção e, em grande parte de sua existência, não conseguia pagar pelo trabalho dos que se envolveram com ele, conforme ressaltam Antônio Carlos Moreira, Alceste Pinheiro e Dolores Rodriguez em entrevistas a Silva (1998, p. 104 e 540). Dessa forma, as dificuldades financeiras atravessaram toda sua existência, tendo sido o jornal em grande medida custeado pelo capital particular dos

contraposição imagética com a imagem de masculinidade desbravada do último. “Da Esquina”, por que era produto da editora Esquina (Documentário “*LampiãoLampião da Esquina*”, 2006).

³⁴ Também foi feito um lançamento em uma banca de jornal na Cinelândia, no Rio de Janeiro (Documentário “*LampiãoLampião da Esquina*”, 2016).

membros do conselho editorial. A importância de Aguinaldo Silva para juntar todo o material, fazer os textos caberem nas páginas, levar até a gráfica e, sobretudo, sustentar economicamente o *Lampião* é enfatizada por Peter Fry, Antônio Carlos Moreira, João Carlos Rodrigues, Alceste Pinheiro e Dolores Rodrigues (Silva, C., 1998, p. 101), sendo ele, inclusive, que custeava sua sede na Rua Joaquim Silva, na Lapa, no Rio de Janeiro³⁵.

O *Lampião* não foi um jornal caracterizado pela rigidez de suas seções editoriais, embora notemos a recorrência de algumas delas, como “Opinião” (próxima a um editorial), “Reportagem”, “Esquina” (de artigos diversos), “Ensaio”, “Tendências” (com resenhas de filmes, livros, peças e exposições), “Bixórdia” (uma seção satírica com comentários livres e variados) e “Cartas na mesa” (destinada às cartas dos leitores). Por ocasião da abertura de uma seção nomeada “Badalo”, que propunha ser um espaço para a divulgação de jornais e revistas internacionais acerca de temáticas relacionadas às do *Lampião*, como a dissidência de gênero e sexualidade, o prazer e as políticas do corpo, encontra-se a seguinte descrição: “Não é uma seção fixa, porque a gente não curte muito essas coisas de fazer um jornaleco sempre muito igual, mas sairá sempre que houver notícias, com tópicos sobre o que os jornais entendidos andam publicando lá fora [...]”, a qual parece bastante ilustrativa acerca desta deliberada ausência de rigidez. Diversos gêneros textuais foram impressos nas páginas do jornal, como entrevistas, reportagens, cartas de leitores e resenhas, grande parte deles assinados e dotados de teor fortemente opinativo, diferenciando-se daqueles textos pretensamente objetivos e imparciais da chamada “imprensa marrom”, que buscavam encobrir as diretrizes políticas subsidiárias aos mesmos.

Conforme nota Rodrigues (2010, p. 61), a seção “Opinião” do *Lampião*, que seria o espaço que mais se aproximaria de um editorial do jornal, e como tal deveria assinalar uma linha de opinião coletiva dirigida, é ocupada por uma série de opiniões pessoais dos membros do conselho editorial. Em função desta configuração, o jornal é retratado pelo autor pela “ausência de uma linha editorial definida” (2010, p. 62), consideração que é acentuada pelo motivo de que a seção em questão desaparece a partir de seu sétimo número, cedendo espaço à seção “Esquina”, destinada majoritariamente a matérias informativas e não opinativas. De fato, a análise de Rodrigues me parece acertada devido

³⁵ O próprio Aguinaldo menciona, em documentário sobre o *Lampião*, que Adão Acosta o ajudava muito a editar o jornal com o sistema *offset*, que era utilizado (Documentário “*LampiãoLampião da Esquina*”, 2016).

ao entendimento sensível à diversidade de opiniões dos membros do conselho editorial, muitas vezes conflitantes entre si, conforme será discutido nesta dissertação; entretanto, cabe ressaltar que o teor opinativo dos discursos presentes em suas páginas tem lugar em uma multiplicidade alargada de espaços, que vão desde a escolha das temáticas a comparecer em suas páginas (como as experiências coletivas e pessoais da violência e da sexualidade) passando pela presença marcante de gêneros textuais opinativos por excelência (como ensaios) até a ausência de compromisso com a depuração dos pressupostos e consequências políticas dos conteúdos expostos em suas páginas (sobretudo nas entrevistas e reportagens), para que pudessem emergir enquanto fatos e questões verdadeiramente objetivas. Conforme foi mencionado, a objetividade jornalística é equacionada a predisposições da “imprensa marrom”, compromissada em assumir-se como braço do regime ou em compactuar com as estruturas discursivas e políticas de apagamento da dissidência de gênero e sexualidade, e nesse sentido, parece-me que, a despeito da inexistência de uma linha editorial programática disposta em uma seção claramente destinada a este propósito, o *Lampião* condensa uma diversidade de discursos fortemente opinativos que, de um ponto de vista mais abrangente, nos permitem captar suas linhas editoriais entrecruzadas.

Retratos do desvio e os caminhos de produção “fechativa” da dissidência

No quarto volume do *Lampião*, uma matéria intitulada “Não me espreme que eu sangro” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 5), assinada por Glauco Mattoso, é elucidativa no que diz respeito aos termos e enquadramentos discursivos acerca da dissidência de gênero e sexualidade dispostos nas narrativas ditas objetivas da grande imprensa no final da década de 1970. Glauco retoma uma série de manchetes que haviam sido publicadas seguidamente, apenas no intervalo julho de 1978, pelo *Notícias Populares*, que era um jornal de cunho acentuadamente sensacionalista, conforme seu levantamento:

“Homossexuais sequestram 2 irmãos em SP” (dia 11); “Mãe acha que travestis mataram um dos filhos” (dia 12); “Homossexual é suspeito de ocultar um crime” (dia 13); “Escapei do inferno dos homossexuais” (dia 18); “Polícia caça homossexual sequestrador” (dia 20); “Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo” (dia 21); “Mistério: homens que se casaram, sumiram” (dia 21); “Lésbica matou Dulcinéia, que lhe negou amor” (dia 31). O teor dos entretítulos é o mesmo, por exemplo: “Máfia do sexo age na boca do Luxo da cidade”; “Corrupção e tóxicos na rota dos sequestradores” [...] “Carlinhos teria sido vítima dos travestis” [...]. (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 5)

O equacionamento da dissidência de sexualidade e gênero à propensão à criminalidade em específico, sendo estes dissidentes comumente levantados enquanto os primeiros suspeitos, e ao perigo e deturpação social em um espectro mais abrangente por parte da grande imprensa, partindo de imaginários popularmente disseminados e respaldados, foi veementemente denunciado e discutido nas páginas do *Lampião*, tomando parte de inúmeras de suas matérias. Em grande medida, tais preceitos foram fundamentais para servir como subsídio e legitimação às investidas e crimes de responsabilidade do Estado brasileiro (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 11) durante o período da ditadura militar ou por ele sancionados desde suas múltiplas ramificações institucionais – inclusive por intermédio de campanhas empreendidas por veículos da grande imprensa, como o *Estado de S.Paulo*³⁶. Tais discussões serão exploradas com maior afincamento no segundo capítulo desta dissertação, mas cabe ressaltar que, embora bastante preponderante, o enquadramento destas práticas e sujeitos dissidentes não se circunscreveu à criminalidade e ao risco social, mas transitou entre discursos da grande imprensa através de uma multiplicidade de retratos, que, apesar de sua variedade, soaram uníssonos em relação às suas inclinações depreciativas, seja de maneira escancaradamente sensacionalista, conforme acusa Glauco Mattoso a respeito do *Notícias Populares*, seja sob as sutilezas nos entremeios da pretensa seriedade e “objetividade” jornalística ou midiática, conforme constatamos nas páginas do *Lampião*.

As inscrições da dissidência de gênero e sexualidade não só enquanto atentados criminosos contra a vida e a propriedade, mas como perigo de corrupção da família e da ordem simbólica, também foram explicitadas e denunciadas pelo *Lampião*. Em matéria intitulada “Que trapalhada!”, assinada por Antônio Carlos Moreira no 24º volume do jornal, é trazida à tona a preocupação gerada por telespectadores do programa *Os Trapalhões*, que trazia a figura de uma “bicha” e, por conta disso, estaria colocando em risco a “formação de crianças” no Brasil, como uma espécie, conforme ressalta o autor, de “aliciamento de menores” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 11). Podemos perceber, implícita nas “preocupações” dos telespectadores, uma ideia constitutiva do repertório popular de época, que por vezes reapareceu no *Lampião*, de que uma convivência prolongada ou mesmo fugazes contatos com representantes ou representações dessa dissidência fariam com que as crianças se tornassem indevidamente masculinizadas ou feminilizadas e, portanto, corrompidas e desviadas das normatividades

³⁶ Este caso será tratado no segundo capítulo desta dissertação.

pressupostas ao seu gênero – uma espécie de potência de contágio e corrupção que seria efeito destes contatos (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 9; v. 16, 1979, p. 7). Conforme ainda ressalta Moreira, tamanhas preocupações estavam sendo depositadas sobre uma personagem e um programa que, além do dito, teriam “uma grande dose de grosserias e estereótipos”, em que gestos, jeitos, entonações de voz, vestimentas e diversos usos performáticos do corpo e as práticas discursivas da personagem construíam a “bicha” de maneira generalizante, uma representação arquetípica carregada de preconceitos. O comentário do autor nos chama atenção para a função que tais imagens da dissidência, dadas pelas feminilidades ou masculinidades em excesso e deslocadas de lugar, teriam em relação ao público (leitor ou expectador): a de divertimento via a exacerbação do ridículo nelas contido; conforme constamos em outras matérias do *Lampião* que vão ressaltar quanto tais dispositivos estereotípicos eram acionados, convertendo a imagem de “bichas” em instrumento de entretenimento³⁷ (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 5; ver também Colaço, 2014)³⁸.

Os artifícios discursivos de invisibilização de determinadas categorias de sujeitos também eram bastante difundidos em canais de comunicação midiáticos e impressos. Conforme ressaltou o *Lampião*, por vezes, jornais da grande imprensa substituíam a palavra “lésbica” por “feminista”, como um caso mencionado a respeito de uma matéria da *Folha de S. Paulo* (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 11), tomado como um caso de “resistência cultural” pelo *Lampião*; por outras, o próprio termo “feminista” era interdito e permutado por “mulher”, conforme o caso de um programa de televisão na rede *Tupi* (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 5). Ambos são procedimentos de permuta de categorias que não tinham relação de equivalência de significado com seus precedentes, além de encobrirem os sentidos políticos destes a partir de sua generalização.

O *Lampião* comprometeu-se, ao decorrer de suas edições, com a nomeação de tais sujeitos, contemplando a heterogeneidade de terminologias que circulavam nos “guetos” das grandes cidades para sua designação, por exemplo, “bicha”, “viado”, “bofe”, “travesti” e “lésbica”, bem como com a incorporação de designações que passavam a

³⁷ Neste caso, é acionada a disposição popularmente difundida de tomar atributos de feminilidade ou sua exacerbação nas atitudes e aparência de um homem como motivo para o riso. Além disso, enfatiza-se que a única performance possível para sujeitos ditos homossexuais é essa, e por isso a esteriotipação grosseira é acusada por Moreira. Questões acerca destas disposições de gênero serão discutidas no último capítulo desta dissertação.

³⁸ Para uma discussão sobre “homossexualidades” e mídia no período do golpe militar, as “bichas” enquanto instrumento de entretenimento e seu subsequente expurgo dos canais televisivos ver Colaço (2014).

circular entre os “entendidos” de classes médias e altas como “homossexual” e “guei”, esta última cuja grafia tinha por intuito a conversão abrigada do termo anglo-saxônico “gay”. Ao contrário do termo “guei” que nem naquele momento, nem ao longo das décadas seguintes, parece ter tido penetração expressiva em nosso repertório grafado, pode-se considerar que em grande medida é tributário ao jornal a reivindicação histórica de termos como “bicha” e “viado” em suas conotações positivas. No terceiro volume do *Lampião*, consta uma matéria assinada por Aguinaldo Silva explicitando os propósitos políticos das escolhas de linguagem feitas pelo jornal, conforme a matéria, termos como “bicha” e “boneca”, popularmente categorias pejorativas e ofensivas e tidas como de “baixo nível” devem ser “resgatadas” desde o “vocabulário machista” para, em seguida, serem “domesticadas” e, assim, “desmistificadas” e potencializadas, conforme preconiza: “se nos chamarem de bichas, responderemos que somos mais que isso – somos trichas” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 5). Para Aguinaldo, com o temor de tais palavras, acabam-se criando alternativas “sutis” de sentido vazio e igualmente mistificadoras, como “entendido” e “gay”, que não “significariam absolutamente nada” e não se mostrariam suficientes para quebrar o silêncio ou afrontar aqueles que fazem ironias veladas em torno da “homossexualidade” das pessoas – a propósito “como sempre foi a prática de alguns representantes da imprensa machista”, em suas palavras. Cabe ainda destacar os sentidos que podem ser atribuídos ao “resgate” destas categorias, não unicamente no que é referente à domesticação de sentido recuperadas dos usos machistas e de sua restituição positivada – o que é explícito no argumento do autor –, mas no que concerne ao resgate do próprio vocabulário popular para as designações das “homossexualidades”, que são reificadas em oposição aos sentidos pouco expressivos de termos como “gay”. Em outro sentido, a linguagem popular não é apenas mobilizada pelo jornal a partir dos termos e categorias em questão, mas conjuntamente às ênfases nos tons sarcásticos, debochados e cheios de humor constantemente acionados como formas expressivas características do mundo das “bichas”³⁹.

Ainda na matéria em questão, o autor menciona que tais palavras em suas conotações ofensivas “serviram como o meio mais simples para mostrar a ‘separação’ que existe entre o nosso mundo e o dos outros” por intermédio de certo exotismo classificatório que incide sobre a dissidência de gênero e sexualidade. Conforme aparece

³⁹ MacRae (1990) ressalta que “linguagens ferinas” eram normalmente atribuídas às travestis e bichas loucas do gueto.

no primeiro editorial do *Lampião*, em sua edição experimental (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2), a cisão entre mundos é ensejada pela imagem do “gueto”, território de ambiguidade que, apesar de permitir a existência e experiência da dissidência em seus meandros, tem como contraparte a restrição destas aos seus limites; estendendo, assim, a expressão da cisão entre a dissidência e a norma: ela não é efeito exclusivo da repartição classificatória que cria sujeitos, mas também da compartimentação de territórios e experiências da dissidência.

No decorrer dos volumes do *Lampião*, estão impressas inúmeras matérias sobre territórios e territorialidades de frequência e expressão de gêneros e sexualidades dissidentes, como lésbicas, homens gays, travestis, mulheres transgênero, michês e prostitutas. Bairros, ruas, esquinas, galerias, banheiros públicos, praças e estabelecimentos diversos apareceram no jornal, sobretudo, os paulistanos e cariocas, tais como Lapa, Madureira, a Galeria Alaska, a Praça Tiradentes, o Buraco da Maísa, O Cinema Íris e a zona do Mangue, no Rio de Janeiro; e a Praça da República, os cinemas, esquinas, cantos e buracos das Avenidas Rio Branco, Ipiranga e São João, a Galeria Metrôpole e o Largo do Arouche, em São Paulo. As abordagens do *Lampião* em relação a estes territórios e territorialidades são bastante diversificadas. Transas, encontros, luzes, modos de olhar, modos de negociar, bichas pintosas, travestis e bofes misturam-se todos nos ensaios e reportagens que buscam recobrir o cenário destas experiências urbanas e preponderantemente noturnas; sendo apresentadas desde os shows de Ney Matogrosso (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 5) na galeria Alaska, onde o escândalo e a “fechação”⁴⁰ quase passam despercebidas em meio a famílias tradicionais e as mais variadas faixas etárias das classes médias urbanas, que comparecem para desfrutar o desbunde⁴¹ disposto no palco após a compra dos ingressos, até as pegações nos banheiros públicos, cinemas e esquinas do centro de São Paulo, onde se pode chegar, “tirar o pau para fora e chupar ali mesmo” (*Lampião da Esquina*, v. 37, 1981, p. 8), escritas no jornal sem maiores reservas com os detalhes e a linguagem.

⁴⁰ “Fechação” seria uma modalidade estético-comportamental que caracterizaria a atuação das “bichas loucas”, no final dos anos 1970. Caracterizada enquanto agenciamento afrontoso de padrões de feminilidade, a fechação teria a ver com multiplicidades de comportamentos, tais como dar escândalo, confrontar, alardear, e com estéticas que reivindicavam a exacerbação de estereótipos de feminilidades.

⁴¹ O desbunde e suas articulações com as políticas minoritárias e “homossexuais”, do final da década de 1970, será mais amplamente discutido no terceiro capítulo. Por ocasião, ressalta-se que esta postura figurava modo de atuação constituído e reivindicado em contraposição ao imaginário dos fazeres políticos “guerrilheiros”, sérios e programáticos atribuídos à esquerda tradicional.

O “gueto” é positivamente retratado pelo *Lampião* e reificado enquanto espaço de possibilidade de existência e expressão das experiências de gêneros e sexualidades não possíveis em outros espaços das cidades e âmbitos das vidas pessoais dos sujeitos que o habitam⁴². Local de marginalidade reivindicada politicamente – tal como a que se refere Heloisa Buarque de Hollanda em relação às ideias subsidiárias ao desbunde contracultural de maneira geral –, o “gueto” é tomado, do ponto de vista do *Lampião*, enquanto território de prazer, inovação e contestação, o que pode ser aproximadamente sintetizado em uma frase de Janice Caiafa, publicada em uma de suas matérias: “A Lapa é a possibilidade de uma clandestinidade de passo, de atos, de gestos. E é aqui que se produz novidade” (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 4). Além dos gêneros discursivos ensaísticos e jornalísticos, que se debruçaram sobre tais espaços e experiências a eles imanescentes, o *Lampião* também buscou recuperá-los a partir dos registros do que teriam sido seus análogos pretéritos – o que pode ser visto, por exemplo, em um conto de João do Rio, intitulado “Sono profundo”, sobre as hospedarias do Rio de Janeiro no início do século XX, que é trazido no 34º volume do jornal (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 5-6), seguido de um pequeno ensaio de Antônio Carlos Moreira sobre estas hospedarias (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 8). Ou, ainda, a retomada que o mesmo colaborador faz sobre a vida noturna e a prostituição no Rio de Janeiro, durante o entre séculos (XVIII-XIX), a partir de arquivos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Municipal da cidade (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 9). Muito tributário aos pedidos dos leitores, feitos nas primeiras edições do jornal, o *Lampião* passa a apresentar uma seção chamada “Escolha seu Roteiro”, sustentada quase inteiramente pelos leitores, mapeava locais de frequência de desbandados e dissidentes em diversas cidades. É notória a acuidade com que os roteiros foram feitos, quase sempre por residentes das cidades e, com menor frequência, por visitantes ocasionais que enviaram seus mapeamentos ao *Lampião*. Ao final dos três anos do jornal, poderíamos listar cidades de todo o país, recobrando inúmeras capitais e maiores centros urbanos.

Os discursos presentes no *Lampião*, em relação aos espaços de sociabilidade ativamente formados e habitados por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, anunciam-se constantemente críticos a modos diversos de normalização,

⁴² Para mais informações sobre o gueto de São Paulo, sobretudo no que diz respeito às sociabilidades entre homens, ver Perlongher (1987).

disciplinarização e repressão a estes direcionados. As frequentes batidas policiais em locais como a Galeria Alaska e o Buraco da Maísa, no Rio, e as ruas e praças da República, em São Paulo, talvez sejam as mais evidentes, aparecendo de maneira mais ou menos sistemática no que se refere à repressão destes sujeitos e sociabilidades; de forma mais indireta, aparecem os expurgos destas populações de seus territórios em função de fenômenos de reorganização urbana, como, por exemplo, a construção de grandes empreendimentos, como metrô (no Rio de Janeiro e na Praça da República em São Paulo) e construção de prédios (na zona do Mangue no Rio). Alguns processos e episódios do que se pode chamar de higienização urbana e repressão à dissidência de sexualidade e gênero em espaços públicos serão analisados mais detidamente no segundo capítulo desta dissertação, mas se pode ressaltar que é notório o movimento constatado a partir dos discursos do *Lampião*, de que a expansão ou reorganização de espaços urbanos incide diretamente sobre estes territórios e sujeitos e muito enfaticamente sobre as zonas associadas à prostituição, e frequentemente a higienização e desaparecimento destes espaços é descrita com indignação e melancolia (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 7; v. 10, 1979, p. 4; v. 13, 1979, p. 6). Fora das ordens e arbitrariedades policiais e de Estado, uma diversidade de situações de interdição, violência e perigo são descritas e acusadas nas páginas do jornal. Bares que impedem a entrada de lésbicas, homossexuais e travestis; agressões físicas e verbais nas ruas; homens que começam a negociar transas em banheiros e em seguida pedem suborno para que não passem a anunciar publicamente o caso – comprometendo o outro; encontros, transas, negociações, trânsitos de afetos e prazeres que devem ocorrer apenas nas sombras e silêncios da noite e que passam pelo risco iminente de aparecerem onde não devem; conforme dispostos em passagens como estas, os sentidos de marginalidade são transformados, convertendo-se muito mais em perigos constantes e precariedades das possibilidades de expressão de desejos, que convivem no espaço do gueto com o desbunde e a marginalidade reivindicada por seus sentidos contestatórios e produtores de “novidade”.

Talvez a proposta política mais eminente do *Lampião*, conforme apresentada no editorial do número zero do jornal, seja a de criação de um terreno para que fosse possível “sair do gueto”, apesar do reconhecimento de sua importância enquanto espaço de existência e resistência. Ao contrário do sentido forte que tendemos a atrelar à “saída” – como análogo ao ato ou processo de “assumir-se” – o jornal é enfático em assinalar que seu desejo não é apenas que as pessoas possam “assumir-se” e assim serem “aceitas”, mas

que seu intuito primeiro é o de extrapolar os limites do gueto para que os “homossexuais” possam ter resgatada sua própria condição de humanidade e para que, enquanto tal, possam realizar-se plenamente – a despeito do “sistema” que os “oprime” e os torna minoritários (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2). Esta quebra de barreiras se daria pela dupla via da destruição das imagens negativas que sustentam a produção discursiva da dissidência de sexualidade e gênero (a ideia de que as preferências sexuais impactariam negativamente na atuação destas pessoas no mundo), procurando discutir e explorar os sentidos da existência e experiências da dissidência e, concomitantemente, pelo reconhecimento de que os processos de exclusão e estigmatização incidentes sobre estas categorias sociais recaem também sobre outras categorias sociais “minoritárias”, sobre as quais se deve falar e com as quais se deve alinhar, conforme o editorial:

Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – aos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão; abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.

Falando do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar aponta-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2)

O ato de sair do gueto é, desta maneira, mais amplo que a saída de um espaço físico ou de territorialidades específicas e tem em seu cerne a compreensão dos modos possíveis de expressar a própria sexualidade e identificações de gênero, dadas por intermédio de alianças políticas minoritárias que podem formular, assim, a saída de um espaço simbólico, discursivo e político de marginalidade. O que significa a humanidade almejada e como fazer isso entre as demais “minorias” foram questões exaustivamente exploradas pelo jornal (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2). A tematização dos significados e possibilidades pessoais e coletivas de sentir desejos e prazeres através de relações afetivas e sexuais com pessoas ditas do “mesmo sexo” ou com pessoas de ambos os sexos, bem como a exploração das experiências e significados de se cruzar as barreiras de gênero e experimentar a identificação com gêneros distintos daqueles que se é socialmente designado na ocasião do nascimento – desta forma, os sentidos dos corpos, da produção discursiva sobre gênero e sexualidade, da contraidentificação com estereótipos de gênero e a densidade política dessas existências são amplamente exploradas e enfatizadas de maneira positiva nas páginas do *Lampião*.

Os discursos sobre as experiências de sexualidade e gênero passam a se desdobrar nos discursos presentes no jornal de maneira muito particular em linguagens mestiças de malícia, detalhamento e sobriedade, conjugando, a um só tempo, enfoques informativos e dialógicos em que sexo, sexualidade e gênero são tornados enquanto dispositivos, ora de conhecimento, ora de transgressão, e por vezes pela simples posituação de sua curtição. Nestes meandros, visibilidade, liberdade e autoconhecimento são inextricáveis, conforme será adensado em discussão no último capítulo desta dissertação. Destaca-se que, com esta abertura de um canal de diálogo, que tem como proposta a formulação de tais questões fora das óticas da grande imprensa, do repertório popular ou da produção médica que alcançaram abrangência nacional, o jornal se projeta como uma experiência singular em relação às da imprensa “homossexual” anterior e em relação à imprensa alternativa, a ele contemporânea.

Além disto, especificamente sobre a proposta de sair do gueto, embora ela tenha assumido multiplicidades de sentidos nas páginas do jornal e tenha sido colocada de maneira aberta, e não prescritiva em relação aos caminhos pelos quais essa saída poderia se dar, ao menos um caminho a não ser seguido foi reiteradamente explicitado. A “integração” à sociedade nacional mostrava-se veementemente indesejada pelos discursos dispostos em suas páginas. Desse modo, mostrava-se importante a saída da marginalidade e do espaço de enclausuramento das possibilidades de existência plena e digna para dissidentes de gênero e sexualidade; a saída das “sombras”, conforme era expresso, não poderia se dar satisfatoriamente via “integração” às normatizações do “sistema”. Não era a “aceitação” que era buscada, nem pela “sociedade”, nem pela família”, e muito menos pelo “sistema capitalista”. Diversas matérias do *Lampião* teceram duras críticas às bichas e movimentos “homossexuais” que buscavam participar do “*estabilishment*” social e gozar as “delícias da legalidade” pelas vias de acesso aos crescentes mercados que passavam a se voltar a estas categorias (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 9). Em um de seus artigos, Darcy Penteado ironiza a ausência de preocupação com a política por parte de muitos dissidentes de gênero e sexualidade, em detrimento de sua opção por integrar-se à sociedade. Conforme texto do autor, a modalidade de gozar das “liberdades” oferecidas pelo sistema não contribui para a verdadeira saída do gueto que, em alguma medida, exigiria conscientização por parte de dissidentes e marginais:

Bonecas não se preocupam com a política, desde que a polícia não as prenda – que não falte dinheiro para frequentar a boate especializada no sábado à noite ou a sauna na tarde de domingo, elas estão felizes da vida. Não se pode esperar conscientização dos políticos se nós

mesmos como classe ainda não coscientizamos nem mesmo a nossa realidade de vivência. (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 4)

Em relação às temáticas chamadas “minoritárias”, a disposição de questões referentes à raça e ao movimento negro, às mulheres e ao movimento feministas, aos povos indígenas e às suas articulações políticas, ao incipiente ambientalismo que se designava por luta ecologista, ao uso de drogas e às pessoas portadoras de deficiências no *Lampião* são também tributárias à reorganização da sociedade civil nos últimos anos da década de 1970 e partilham das leituras imanentes à maior parte destas minorias, acerca da insuficiência das propostas políticas pautadas sobretudo em relação às dimensões de “classe” pela esquerda tradicional, que, ao almejar certa revolução social, a partir de um *front* de luta contra a ditadura militar, não seria capaz de abarcar uma multiplicidade de outras dimensões constitutivas da experiência de sujeitos e coletivos como gênero, sexualidade e raça; tais divergências e/ou alianças serão abordadas no terceiro capítulo desta dissertação. Tanto estas abordagens minoritárias, conjugadas todas em um só jornal, quanto a diversidade temática da contrainformação trazida pelo *Lampião* são âmbitos nos quais se destacam os sentidos de pioneirismo e singularidade do jornal, em relação à imprensa alternativa e àquela aqui tomada sob a rubrica de “homossexual”. Desde e além do gueto, o *Lampião* conjugou variados vértices temáticos, além dos já mencionados, como direitos humanos, insurgentes militâncias “homossexuais”, artes, religiosidades, experiências da dissidência em âmbitos tradicionalmente concebidos enquanto viris, como futebol, prostituição, questões jurídicas e médicas relacionadas à dissidência, trajetórias de personalidades lésbicas, trans, bissexuais, homossexuais e diversos outros.

Artes, literatura, teatro e cinema foram uma das temáticas de maior expressividade e constância no jornal, com uma seção que se manteve dedicada à sua divulgação e crítica – a seção “Tendências”. Exposições, filmes e peças censuradas, arte erótica, recomendações de livros literários e acadêmicos, poesia erótica e pornográfica, chanchadas, cinema novo, cinema da boca do lixo, shows de artistas transgênero, como Rogéria e Eloína, a volta de Dzi Croquettes, e poetas homossexuais, como Roberto Piva e Allen Ginsberg, povoaram recomendações e críticas nesta seção, em grande medida dispostas pelas vozes interessadas e especialistas dos membros do corpo editorial e colaboradores do jornal⁴³. É interessante ressaltar seu envolvimento contundente com as

⁴³ As artes divulgadas e comentadas pelo *Lampião*, bem como as diversas entrevistas com artistas importantes de época, não se enquadram enquanto objeto de reflexão deste trabalho. Apesar disto, gostaria

artes, em múltiplos níveis – enquanto artistas, críticos, produtores, diretores – em um momento em que a produção artística (com ênfase na música e teatro) erigia como um canal de articulação política privilegiado e explicitava a contestação contida nas relações entre gênero e sexualidade dispostas no palco, expressões marcantes na produção de Dzi Croquettes, Ney Matogrosso e Vivencial Diversiones, que, mais tarde, seriam, inclusive, transformadas em questões teóricas como o uso performático do corpo (Corrêa, 2001; Lobert, 2010).

O jornal também conservou de ponta a ponta a seção de entrevistas, trazendo personalidades destacáveis, tanto associadas ao meio de lésbicas, homossexuais, bissexuais, mulheres transgênero, prostitutas e michês, como artistas, escritores, sindicalistas, ativistas e ex-guerrilheiros, entre os quais podemos destacar: o coreógrafo Lennie Dale, o editor Winstom Leyland, a atriz Norma Benguell, a artista Rogéria, o estilista Clodovil, a cantora Lecy Brandão, o cantor Ney Matogrosso, o cineasta Antônio Calmon, o artista e professor Abdias do Nascimento, o ex-guerrilheiro Fernando Gabeira, a artista Eloína dos Leopardos, a escritora Rudy Pinho, a artista Jane Di Castro, a escritora Cassandra Rios e o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. As entrevistas, de maneira geral, transcorriam através das já mencionadas linguagens abertas do jornal e em tom, muitas vezes, descontraído; pergunta-se diretamente sobre as preferências sexuais de entrevistadas e entrevistados ou sobre o tamanho de sua “mala”, em conjunção com os perguntas técnicas ou altamente intelectualizadas sobre sua produção.

Se é verdade que, do ponto de vista técnico, são bastante escassos no jornal canais e espaços formalmente destinados ao humor, como charges e tiras (Rodrigues, 2010), é bastante evidente que o humor está exposto nos interstícios discursivos do *Lampião*: as linguagens “fechativas” e “descontraídas”, que povoam a diversidade dos termos, e as abordagens das entrevistas ganham também formas editoriais constantes e bem delineadas. A seção chamada “Bixórdia”, inaugurada na quinta edição do *Lampião*,

de ressaltar que estas constituem material abrangente e bastante denso no jornal, que certamente possibilitariam a realização de pesquisas interessantes acerca de diversos temas a ela relacionados. De início, destaco que o *Lampião* aparentemente recobriu parte muito considerável espetáculos teatrais que foram realizados durante a segunda metade da década de 1970; além disso, artistas importantíssimas foram entrevistadas, sobretudo mulheres transgênero e “transformistas”. Entre muitos dos debates críticos que o jornal levou a cabo à respeito das artes, estiveram questões que continuam, quarenta anos depois, estando na ordem de debates centrais neste campo, como, por exemplo, a representação de lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e pessoas transgênero neste campo, bem como os debates sobre as questões éticas acerca da designação de artistas cisgênero para papéis que representam pessoas transgênero.

destaca-se nesse quadro; enquanto um *pot-pourri* de concursos e festas organizados pelo jornal, notícias sobre o carnaval, comentários desinibidos sobre assuntos diversos, tais como peças e eventos, alguns roteiros urbanos e alertas sobre perigos em pontos de frequência de lésbicas, mulheres transgênero, michês, homossexuais e prostitutas⁴⁴; a seção apresenta-se coberta de ironias, provocações e apreciações ácidas, conforme seu texto inaugural:

O que vem a ser a Bixórdia?

Está no dicionário de Mestra Mambaba: BIXÓRDIA, s.f; em machês, palavra originária de bicha, s.i.(substantivo indefinido), somada à mixórdia, s.f., mistura, bagunça. Representação do que é livre, autopermitido. Tudo é sério, nada é triste. Paradoxo vivo (finíssimo, adorei) em que se misturam viados, bichas, perobos, tias, sobrinhas, primas, entendidos, gueis, transadores, mariconas, paneleiros, frescos, frutas e xibungos. Por ext.: Vale tudo, né queridinhas? (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 12)

A personagem fictícia criada pelo jornal, Rafaela Mambaba, “Mestra Mambaba”, aparece como voz característica da seção “Bixórdia”, chamada para proferir os comentários mais debochados e as acusações estéticas e políticas mais diretas nela dispostas⁴⁵. Trazendo consigo a densidade expressiva e contundente das linguagens do “gueto”, Mambaba apresenta-se como a figura que marca a identidade do jornal. Aqui aparece uma retomada e um deslocamento interessante: se a imprensa “homossexual” anterior apoiava-se nas figuras de “divas”, mulheres cis-gênero elegantes e princesas divinas, Rafaela destaca-se no *Lampião* através da linguagem que tem no refinamento da deselegância e na fala incisiva sua potência crítica e cômica; ademais, toda uma atmosfera de ambiguidade é arquitetada em torno de sua sexualidade, e nada leva a supor sua cisgenereidade. Embora ainda estejamos com a figura de uma mulher, e ela ainda seja a voz de uma seção que tem certo tom de “colonismo social”, o *Lampião* enseja uma figura quimérica e oblíqua, que articula discursividades satíricas, empreendendo, assim,

⁴⁴ Estes alertas constituem nesta seção e em outras, como a seção “Cartas na mesa” e “Escolha seu roteiro”, uma espécie de rede de informação que busca alarmar sobre os perigos iminentes nestes espaços, apontando certos homens dispostos a assaltar outros após transas efêmeras, indicando policiais à paisana em espaços como banheiros públicos, prontos para flagrar transas e subornar os envolvidos, e indicar homens que incitam transas e, logo em seguida, chantageiam os parceiros, ameaçando causar escândalos e espalhar a notícia entre a família ou local de trabalho.

⁴⁵ A personagem teria sido criada por Antônio Chrysóstomo (Documentário “*LampiãoLampião da Esquina*”, 2016).

metamorfoses icônicas significativas em relação à imprensa a ele precedentes, a partir da conversão da beleza e refinamento estético em malícia e acuidade crítica⁴⁶.

Além da “Bixórdia” e dos já mencionados roteiros sobre os circuitos urbanos para múltiplos modos de sociabilidade entre dissidentes de gênero e sexualidade, o jornal também manteve a seção “Troca-Troca”, uma espécie de correio elegante, ativamente alimentada pelos leitores do jornal – sobretudo homens – manifestando seu interesse em encontros, relações sexuais pontuais e amizade com outros homens e apresentando um breve perfil que, de modo geral, incluía diversas de suas características físicas, profissão e localidade de residência. “Troca-Troca”, “Bixórdia” e “Escolha seu Roteiro” passaram a ser seções dispostas nas páginas do jornal em decorrência de pedidos e sugestões advindas dos próprios leitores, que por diversas vezes se mostraram desejosos de conteúdos e espaços no jornal menos “sérios” ou mais “divertidos”; embora seja evidente que tais seções tenham certo caráter utilitário, servindo ao estímulo de relações sociais entre leitoras e leitores, o que nelas se destaca é seu tom “descontraído”, que tem ressonâncias com diversos outros pedidos de leitores para que palavras cruzadas e nus masculinos estivessem presentes no *Lampião*, amenizando ou divertindo a “dose para leão” que era o jornal, conforme caracterizado por duas leitoras (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 13).

Às leitoras e leitores do *Lampião* foi reservada a seção “Cartas na mesa” que ocupou uma ou duas páginas em cada uma das 38 edições do jornal. Vindas de mulheres e homens de todo o país, e por vezes de fora do Brasil, tais cartas são diversas no que se refere aos temas, opiniões, comentários, pedidos e problemas expostos; em relação às suas orientações políticas, modos de perceber, interpretar e narrar a própria sexualidade e gênero e por fim, no que diz respeito ao tipo de jornal que consideram desejável para pessoas de gênero e sexualidade dissidentes⁴⁷. Pouco se sabe sobre o público do leitor para além do que é possível extrair de seus discursos, confissões e opiniões dispostos em suas cartas; conforme já exposto neste capítulo, o próprio jornal estimava um número de 40 mil leitores no último de seus volumes.

⁴⁶ As referidas metamorfoses entre as figuras presentes na imprensa “homossexual”, anteriores ao *Lampião* e àquela de Rafaela Mambaba, estão arraigadas em metamorfoses mais amplas acerca de concepções de gênero distintas entre as décadas de 1960 e 1970 e serão discutidas no quarto capítulo desta dissertação.

⁴⁷ Deve-se notar que muitas das cartas eram escritas pelos próprios membros do conselho editorial, que se dispunham a comentar matérias que gostariam que tivessem sido mais polêmicas, também elaborando críticas e elogios diversos ao jornal (Documentário “*LampiãoLampião da Esquina*”, 2016).

A respeito do público leitor dos jornais alternativos, Bernado Kucinski (1998) ressalta a constância com que este se confundia com os próprios protagonistas das notícias, sendo que a maioria dos jornais portadores de projetos nacionais dirigia-se ao mesmo e pequeno público já esclarecido. O *Lampião* não dispôs exatamente da ambição de lançar o que poderia ser caracterizado enquanto um projeto nacional; conforme veremos adiante, o jornal teve inclinações muito pouco programáticas em comparação àqueles jornais aos quais o autor faz alusão⁴⁸ e, embora não se tenha informações exatas sobre o público leitor do *Lampião*, é possível afirmar a partir da leitura de suas cartas que este tinha confluência tanto em relação aos “protagonistas das notícias” quanto em relação aos membros do conselho editorial e aos colaboradores, justamente pelo espectro abrangente e diverso que caracterizou os conteúdos discursivos do jornal entre culturas de elite e populares.

Se os leitores do jornal manifestaram seu interesse por temas variados e espaços no jornal que pudessem oferecer um tom mais “descontraído”, tais atrativos devem ser considerados em relação de conflito ou oposição aos discursos intelectualizados e que, muitas vezes, foram interpretados como elitizados por parte destes em relação ao *Lampião*. Das cartas, algumas críticas sobressaem-se por seu caráter acusatório incisivo ao jornal por “cultuar o mito da bicha artista” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 6), por parecer que “só as estrelas merecem destaque” no *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1981, p. 18), pelo jornal ser “metido a intelectual e elitista”, tendo entre seus membros só “professores e artistas” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 17), pelos editores serem “bichas esclarecidas” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 17) e pelos “homossexuais comuns não terem vez no *Lampião*” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1981, p. 18) – o que leva outros deles a inferir o “recorte classista” do jornal, como se esse “discriminasse as outras bichas” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 13), chegando ao limite de dizerem que o jornal seria “propriedade privada de uma elite” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 16) e seu direcionamento seria restrito às “minorias privilegiadas” e que deveria ser vendido em “ambientes de luxo” (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 2). A grande maioria destas críticas foi publicada sem resposta no *Lampião* – conforme a maior parte das cartas –, outras foram respondidas de maneira contra-acusatória e sarcástica:

⁴⁸ Tais disposições tem lastro em nas maneiras de pensar e fazer política empreendidos pelo *Lampião* ou pelos grupos minoritários que se rearticulavam na época que diferem radicalmente daqueles que eram eles mesmo caracterizados enquanto verdadeiramente políticos pela esquerda tradicional. Tais questões compreendem descrições e análises assinaladas no terceiro capítulo desta dissertação.

referindo-se a uma matéria sobre michês e o negócio nos “guetos”, um leitor dizia que nela o *Lampião* teria se focado demasiadamente sobre “si”, deixando a desejar uma “aproximação verdadeira com o povo” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 2). Retrucando, o jornal responde que o número em questão aumentou suas vendas em 30% e que, portanto, eles acertaram, ademais o jornalismo do tipo “fala do povo” que o leitor pedia era para jornais como “o *Globo*”, não para o *Lampião* que pretendia “ser o mais abrangente possível”⁴⁹ (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 2). Outras colocações são mais propositivas e sugeriram que mais entrevistas com “pessoas comuns” aparecessem no *Lampião*, não apenas “celebridades” e artistas (*Lampião da Esquina*, v. 8, p. 13 e 20 p. 18) ou que faltariam histórias de “mulheres da vida e michês” (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 14), e a estas o jornal responde acatando as recomendações que recaem sobretudo em relação às entrevistas e aos entrevistados, alegando que de fato não artistas deveriam ser entrevistados com mais frequência até para que não fosse reificada a ideia popularmente difundida de que homossexuais são mais sensíveis, finos e delicados (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 18); além do mais, os membros do conselho editorial ressaltam reiteradas vezes que as reuniões do jornal eram abertas e todos os interessados e interessadas poderiam participar (por exemplo, *Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 18).

Estes comentários coexistiram no jornal com outros vindos de leitores que desprezavam a “vulgaridade” e o excesso de “bichices” da imprensa “homossexual” anterior ao *Lampião*⁵⁰, que viam o jornal enquanto uma imprensa “à altura do entendimento que se preze” e que o *Lampião* seria uma “joia do intelecto gay” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 13). Tais divergências subsidiárias a distinções e hierarquizações entre um “jornal de elite” e “jornal do povo” têm ramificações através de uma série de oposições, sendo uma de suas expressões mais marcantes as divergências conflituosas entre “alta” e “baixa” cultura. De certa maneira parece que, do ponto de vista de muitos dos leitores, a tematização da prostituição e das sociabilidades nos guetos das grandes cidades, a linguagem pouco recatada do jornal e as seções “fechativas”, que assinalavam as

⁴⁹ MacRae (1990) chama atenção para a violência da linguagem empregada que não só como se pode perceber nas críticas dos leitores supracitadas, mas também existentes entre os membros do movimento homossexual. Conforme ressalta o autor, o tom altamente emotivo destes debates era tributário dos sentimentos destes jovens a respeito de seu grande envolvimento com os grupos e as pautas do movimento, que muitas vezes desvalorizavam as posições de frieza associadas às teorias sobre sexualidade. Uma discussão mais aprofundada sobre as posições acadêmico-teóricas consta mais adiante neste capítulo.

⁵⁰ Conforme o já mencionado comentário de José Alcides Ferreira acerca da discussão sobre a imprensa baiana.

experiências populares da dissidência de gênero e sexualidade, conviveram de maneira pouco convencional com os prezados discursos e conteúdos intelectualizados, as linguagens formalistas e as referências acadêmicas.

Tal como veremos, apesar de não existir expressiva diversidade de classes entre os membros do conselho editorial e os colaboradores, conforme aparenta existir entre o público leitor aqui inferido a partir das seções de cartas do jornal, tais diversidades em relação aos conteúdos de interesse é também replicável aos colaboradores e, sobretudo, aos membros do conselho. Para a compreensão mais ampla dos sentidos das críticas ao “elitismo” do jornal e das críticas a ele direcionadas pelos leitores, destaco uma discussão sobre a produção simbólica de caráter mais formal do jornal e em seguida realizo uma análise sobre as diversidades existentes entre os membros do conselho que por efeito culminam, de acordo com minha interpretação, no caráter híbrido e abrangente do jornal que foi capaz de recobrir tanto temas intelectualizados, quanto os mais populares.

Contradiscursos versados e a captura da diversidade

Com maior ênfase nas edições de seu primeiro ano, o *Lampião* publicou uma série de resenhas de livros recém publicados e traduções de entrevistas e ensaios de intelectuais discorrendo acerca da temática da sexualidade, entre estes estiveram Michel Foucault, Jean-Paul Sartre, Paolo Pasolini, Guy Hocquenghem, Shere Hite e Alfred Kinsey e seus sucessores. Tais personalidades e seus trabalhos são reconhecidos, quatro décadas depois, por serem marcos fundamentais da produção de conhecimento sobre a sexualidade ocidental, diversos dos quais alcançaram renome também em virtude de suas atuações destacáveis enquanto lésbicas e homossexuais dentro do âmbito acadêmico.

Não somente a grandes marcos internacionais da discussão sobre sexualidade o *Lampião* concedeu atenção, mas também àquelas obras acadêmicas pioneiras que haviam sido produzidas no país. No 11º volume do *Lampião*, aparecem publicadas duas resenhas críticas elaboradas pelo sociólogo Reginaldo Prandi para o jornal a respeito de duas teses acadêmicas que haviam sido produzidas, ambas no âmbito das ciências sociais, tomando a “homossexualidade” enquanto objeto de estudo (*Lampião da Esquina*, v. 11 1979, p. 17). A primeira dizia respeito a um artigo de José Fábio Barbosa, publicado em 1959 na *Revista de Sociologia* da Escola de Sociologia e Política, intitulado “Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo”; aparentando tratar-se de uma tese produzida na Universidade de São Paulo – embora o autor destaque que não havia sido

possível localizar o trabalho no banco de teses desta universidade – este seria o primeiro publicado no país desde uma ótica positiva acerca das redes de sociabilidade homossexuais⁵¹. De acordo com Prandi (1979), a análise empreendida por Barbosa toma a diminuição de sanções e controle no centro de São Paulo como catalisador de “grupos” homossexuais, que foram analisados a partir de suas funções sociais na socialização de novos membros e na promoção de valores de normas de conduta específicos. Embora o “grupo” estudado por Barbosa, a partir de um trabalho de campo, fosse composto majoritariamente por membros da alta classe paulistana, e sua sociabilidade ocorresse sobretudo em espaços privados, como os apartamentos de seus membros, ao analisar os processos urbanos de transformação do centro da cidade, Barbosa descreve locais marcados pela presença de homossexuais fora dos “apartamentos”, como as avenidas São João, Ipiranga e parte da São Luís e o cinema Oasis, ArtPalácio, além de localidades como bares, cafés e praças em suas imediações (Silva, J., 2005, p. 73). Para Prandi (1979), embora o autor se prenda demasiadamente à “pobreza teórica” do funcionalismo e não vá muito além da descrição das relações aparentes, o trabalho tem o mérito de iniciar uma discussão importante.

Em relação à segunda tese acadêmica resenhada por Prandi no *Lampião*, trata-se de uma dissertação de mestrado, de Carmen Dora Guimarães, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, sob a orientação de Gilberto Velho, intitulada “O Homossexual visto por entendidos” (Guimarães, 2004). Também ancorada em um trabalho etnográfico, a autora tem como foco de estudo um grupo de homens de classe média do Rio de Janeiro e desenvolve uma análise que se centra sobre seus estilos de vida, seus critérios de produção de identidade, semelhança e diferença, suas histórias de vida e a produção de normas e valores feitas por estes homens em oposição àquelas que seriam heterossexuais e dominantes. De acordo com Prandi

⁵¹ Compreendo o trabalho como uma tese que de fato trata de maneira positiva a “homossexualidade”. Neste caso, a qualificação é dada uma vez que o escopo teórico-analítico do trabalho se distancia das teorias patologizantes ou criminalizantes características da produção das ciências médico-criminalistas do período anterior, mesmo que o autor lance mão, por vezes, de chaves analíticas que irão ressaltar a desorganização social ou de terminologias como “vício” para tratar destas redes de sociabilidade, conforme ressalta Prandi (1979) na resenha em questão. Tais inclinações são assumidas conscientemente enquanto preocupações do autor, bem como a relevância de desenvolver estudos fora dos campos da medicina e psiquiatria, conforme destaca na introdução de seu trabalho: “A maior parte das contribuições existentes tem partido do campo da medicina e da psiquiatria, e estas, quando muito auxiliam o nosso entendimento do fenômeno na perspectiva da personalidade individual e, mesmo assim, encarada no nível das ‘patologias’. Além disso, a maior parte dos recentes estudos tem diminuído, e muito a importância de fatores biológicos para a fundamentação do fenômeno, apontando a maior importância dos aspectos sociais e culturais para o seu entendimento. E é justamente nessa área que menos estudos temos tido” (Silva, J. 2005, p. 56).

(1979), o trabalho seria uma verdadeira “cartilha da homossexualidade” que, apesar da falta de acuidade teórica com que a autora articula conceitos como “poder” e “dialética”, tem a importância de ressaltar a constituição do grupo como tática fundamental para a solução ou amenização de problemas de discriminação e repressão que incidem sobre estes sujeitos e que orienta as relações sócio-sexuais destes indivíduos; em relação a estas, o autor destaca a ênfase reconhecida por Guimarães que estes homens concedem à negação das diferenciações entre a passividade (associada ao gênero feminino) e a atividade (associada ao gênero masculino) para a definição de suas relações sexuais, em que a própria categoria de “homossexual” parece sobressair enquanto categoria valorativa.

Cabe ressaltar que ambos os trabalhos acadêmicos destacados por Prandi têm como objeto de estudo redes de relações entre pessoas que apresentam semelhanças com as “turmas”, descritas neste capítulo, enquanto as formas de organização e socialização de indivíduos e que, neste último caso, se encontra o questionamento dos papéis de gênero femininos e masculinos, similares àquelas descritas nos processos de transformação do jornal “*O Snob*” em sua fase final⁵².

A produção acadêmica, trazida para o jornal, tem a relevância evidente de apresentar ao círculo de leitores ideias distantes dos manuais médicos sobre sexualidade; de outra produção acadêmica, marcadamente moralista, advinda de outras áreas disciplinares⁵³; e dos retratos costumeiramente produzidos pela imprensa daquele momento. Assim, o registro feito pelo *Lampião* veio servir, de modo importante, para a posterior construção da memória sobre a produção acadêmica relativa à temática da sexualidade no Brasil.

O trabalho de Barbosa – hoje tido como a primeira produção desta que se tornou uma linha de pesquisa expressiva nas ciências sociais sobre a temática da sexualidade e que aparentemente havia “desaparecido” do banco de teses da Universidade de São Paulo – , intrigou e tornou-se alvo de interesse de pesquisadores sobre o tema, quando trazido por Prandi ao *Lampião*. Cerca de duas décadas depois, o historiador James Green (que também havia sido colaborador do jornal) teve sucesso em seu trabalho de rastreio desta pesquisa em conjunto de outros pesquisadores e conseguiu encontrar José Fábio Barbosa,

⁵² Discussões mais aprofundadas sobre tais questões de gênero e sexualidade conforme dispostas nos discursos do *Lampião* serão objeto de análise do quarto capítulo desta dissertação.

⁵³ Um balanço mais detido desta produção será apresentado no quarto capítulo desta dissertação.

lecionando nos Estados Unidos e localizar a misteriosa “tese”, que na verdade, havia sido um trabalho de conclusão de curso, realizado sob a orientação de Florestan Fernandes. O trabalho foi, por fim, publicado em 2005 (Silva, 2005).

O *Lampião* efetivamente preocupou-se com a produção de memória sobre a dissidência de sexualidade e gênero. Em seu vigésimo quarto volume, aparece um anúncio intitulado “Memória guei” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 11):

De alguns anos pra cá, a Imprensa brasileira tem dado destaque a Questão Homossexual. Notícias, ensaios, entrevistas, matérias e contos têm sido publicados em jornais e revistas de Norte a Sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o jornal *Lampião* resolveu organizar uma memória de tudo que tenha sido ou venha a ser publicado sobre homossexualismo. Para isto, pedimos a colaboração dos leitores que enviem-nos os originais ou xerox desse material. (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 11)

Embora a seção, conforme a proposta de sua elaboração sistemática junto aos leitores, não pareça ter tido adesão expressiva, não perdurando em edições subsequentes⁵⁴, destaca-se a intenção do jornal em torno do trabalho de coleta de material sobre estas temáticas em suas diversas expressões e canais, bem como a de constante vigília acerca dos conteúdos das produções mais diversas que vinham circulando na esfera pública – que é marcante no jornal, não apenas por conta desta proposta. De outro modo, embora tenha sido uma das estratégias para contornar as dificuldades financeiras dadas sobretudo pelas assinaturas escassas do jornal, o *Lampião*, a partir da *Esquina Editora*, fez um trabalho bastante interessante de selecionar e disponibilizar à venda uma série de obras científicas e literárias que vinham sendo produzidas ou traduzidas sobre tais temáticas no Brasil. Aglomerados em listagens que apareciam em um quadro do jornal sob o título de “Biblioteca universal guei” estiveram obras como *Escola de Libertinagem* de Marques de Sade; *O Estigma do passivo sexual* de Michel Misse; *Falo* de Paulo Augusto; *A função do orgasmo* de Wilhelm Reich; *Balu* de Jorge Domingos; *Nus Masculinos/81* de Cynthia Martins; Um ensaio sobre a revolução sexual de Daniel Guérin; *O beijo da Mulher Aranha* de Manuel Puig; *Teoremambo* e *A Meta* de Darcy Penteado; *Testamento de Jônatas deixado a Davi* de João Silvério Trevisan; *Mulheres da vida* de várias autoras como Norma Benguel, Leila Mícolis, Isabel Ribeiro, Socorro

⁵⁴ Cabe ressaltar que embora a seção de memória pareça não ter tido adesão expressiva, costumeiramente os leitores traziam na seção de cartas uma variedade de comentários sobre materiais que saíam na imprensa, programas midiáticos e, por vezes, produção acadêmica relativa ao tema da dissidência de sexualidade e gênero.

Trindade e outras; A contestação Homossexual de Guy Hocquenghem; República dos Assassinos, *No país das sombras*, *O crime antes da festa* e *Primeira Carta aos Andróginos* de Aguinaldo Silva; *Shirley* de Leopoldo Serran; *O Digno do Homem* de Paulo Hecker Filho; *Sexo e poder* de vários autores como Jean Claude Bernadet, Aguinaldo Silva, Maria Rita Khel e Guido Mantega; *Sexualidade e Criação Literária* de Winstom Leyland; *O autoritarismo e a mulher* de Maria Inácia d'Ávila Neto; *Os Homossexuais* de Marc Daniel e André Baudry, *Internato* de Paulo Hecker Filho; *Piazzas* de Roberto Piva e *Eu, Rudy* de Rudy Pinho; a maior parcela delas resenhada e divulgada na seção “Tendências” do jornal.

Acredito que as críticas advindas dos leitores e as taxações do jornal enquanto “elitista” ou a percepção de alguns que este seria demasiadamente “intelectual” possam ser compreendidas não unicamente por diferenças de classe que separariam, neste caso, os “intelectuais e artistas” do jornal e os “integrantes do gueto”, mas extensivamente são subsidiárias a percepções mais abrangentes acerca da descrença depositada na “academia”, à desconfiança de espaços de produção de conhecimento institucionais e ao descrédito dos conteúdos e moralidades estigmatizantes por ela produzidos. Se a produção acerca da sexualidade era sobretudo proveniente de campos disciplinares como a medicina, psiquiatria e psicologia, que tendiam a produzir conhecimentos distanciados e moralistas sobre os chamados desviantes sexuais, colocados na posição epistemológica de “objeto” e enquadrados entre a patologia e incapacidade de realização pessoal, ou aqueles conhecimentos normativos arrematados na forma de manuais inscritos em óticas preconceituosas; em outro plano, duvidava-se do próprio espaço acadêmico enquanto âmbito de produção simbólica crítica. Conforme aponta Hollanda acerca da juventude da década de 1970, envolvida desde uma multiplicidade de pontos de contato com as críticas contraculturais, seu envolvimento com os problemas intelectuais vividos pelas gerações anteriores encontravam-se metamorfoseados chegando, por vezes, à sua rejeição:

Pode-se dizer que para toda a juventude tal descrença já estava “pronta”. O clima político e cultural do “milagre brasileiro”, o sufoco da primeira metade da década e a própria experiência social de cursar a universidade nesse momento fornecem a essa geração o ambiente para recusa e a descrença das linguagens e das significações dadas. As linguagens do sistema, as “formas sérias de conhecimento” e especialmente a “forma séria do conhecimento por excelência” que é a ciência são rejeitadas. O mesmo parece em relação ao discurso da esquerda burocratizada que passa a ser confundido com o discurso da cultura oficial e, portanto, com o próprio sistema. (Hollanda, 2004, p. 106-7)

Se, por um lado, o conhecimento científico tradicionalmente produzido acerca das sexualidades não descia às ruas do gueto, onde elas eram experienciadas e construídas cotidianamente, por outro, delineava-se do ponto de vista da juventude engajada com as experiências da marginalidade, da transformação individual e a liberação dos costumes, a aversão à ortodoxia e às imposições tecnicistas e burocratizadas das universidades, dispostas neste momento na esteira das reformas promovidas pelo regime militar que estenderam-se desde a vigilância das associações estudantis, a valorização do ensino especialista e fragmentário e o controle mais específico dos conteúdos políticos que podiam nela circular; sendo portanto, vista com pouco entusiasmo por elas⁵⁵.

Caracterizações como esta são extensíveis aos insurgentes grupos de “militância Homossexual” do período conforme aponta MacRae (1990), em sua etnografia sobre o grupo Somos em São Paulo, existia grande desconfiança ou mesmo desprezo dentro do grupo em relação às teorias acadêmicas sobre a “homossexualidade”, inclusive aquelas advindas das tradições humanistas⁵⁶. O autor chama a atenção, por exemplo que “geralmente era considerado inútil dentro do somos discutir a etiologia do homossexualismo, pois tudo o que tem sido escrito ou dito por evidências acadêmicas sobre o assunto era tratado com desconfiança”⁵⁷ (MacRae, 1990:41). Se dentro do grupo estudado por MacRae e de outros grupos de militância homossexual, conforme aponta o próprio autor, era comum a prática de se criar “inimigos comuns” externos ao grupo, que se colocavam em contraposição com a homogeneidade esforçadamente criada internamente e, neste caso, a “academia” figurava como mais um desses agentes; tal observação se entrecruza com as disposições correntes da juventude de suspeita generalizada em relação a todas as instituições e espaços institucionais representantes do “sistema” e de seus perigos potenciais – algo concebível na medida em que a própria democracia estava em suspensão naquele momento político do país – sendo a academia facilmente abarcada enquanto representante genérica ou materializada desta suspeição.

⁵⁵ Para mais sobre questões universitárias e as transformações da universidade nesse período ver Holanda (2004). Uma discussão mais ampliada sobre esta questão será exposta no terceiro capítulo desta dissertação.

⁵⁶ Conforme exposto sobretudo no terceiro capítulo do trabalho de MacRae, isso se dava por estas teorias enfatizarem perspectivas construcionistas em relação à sexualidade em prol daquelas essencialistas conforme será mais discutido no capítulo 4.

⁵⁷ Estes procedimentos também se deviam a outras razões, sobretudo às práticas correntes dentro do grupo de se anular discussões referentes a outras dimensões constitutivas da vida dos indivíduos e de suas posições sociológicas para além da sexualidade como gênero, religião, classe e raça; isto porque era de entendimento comum entre membros do grupo que estas diferenças sobrepujariam o sentimento de igualdade a ele necessário dado pela condição “homossexual”. Estas questões referentes a construção da igualdade e reivindicação da diferença serão rediscutidas ao decorrer esta dissertação.

De qualquer modo, divergências marcantes podem ser pontuadas entre as propostas ou inclinações deste grupo de militância, aliás majoritariamente composto por jovens de classe média, e aquelas do jornal. O *Lampião* dispõe de diversas matérias que tratam das relações entre religiosidades e “homossexualidade”, temática historicamente cara a dissidentes de gênero sexualidade, que recobrem uma diversidade de perspectivas possíveis sobre elas e ressaltando as distintas possibilidades de engajamento positivo entre o meio religioso e a “homossexualidade”, bem como as relações conflituosas históricas existentes entre ambos; assim aparecem conjugadas críticas tenazes sobre a vinda do papa João Paulo II para o Brasil, os fenômenos de higienização urbana a ela atrelados e a discriminação dirigida a pessoas de gênero e sexualidade dissidentes sofridas por interpretações do catolicismo; matérias sobre as confissões de um padre sobre sua homossexualidade, as relações conflituosas da igreja em relação a sua sexualidade e sua vontade viver a própria vida de acordo com sua sexualidade; as (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1978:, p.) experiências homossexuais de um rabino (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 14-15); a tradução de um ensaio de Guy Ménard sobre as práticas históricas da igreja em relação à homossexualidade (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 3-4) e movimentos internacionais de grupos católicos que posicionam-se favoravelmente ao “mundo guei” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 7; v. 26, 1980, p. 4-5)⁵⁸.

Tais disposições mostram-se muito mais afinadas com a perspectiva que aqui denomino de acadêmica em que as multiplicidades discursivas são colocadas lado a lado para discussão, sobretudo nas formas de pesquisas empíricas e quase etnográficas que buscam captar a diversidade de pontos de vista e experiências elaborados por pessoas vivendo em distintos contextos sociais. O *Lampião*, de fato, apresenta-se múltiplo não apenas em relação aos temas que aborda, mas, como descrevo e argumento neste capítulo, em relação aos diversos modos de abordar estes temas e à preocupação fundamental de expressar o caráter múltiplo das experiências e opiniões de diferentes sujeitos. É bastante interessante que o jornal use com certa frequência a expressão “sair a campo” (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 5), para caracterizar suas incursões a pontos de prostituição, pegação, de negócio entre de michês e prostitutas e que tenha enfatizado a relevância de se construir matérias que refletissem as práticas e conhecimentos dos sujeitos tratados a

⁵⁸ Outras matérias sobre a temática em questão são: *LampiãoLampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 4; v. 12, 1979, p. 15; v. 18, 1979, p. 14; v. 23, 1980, p. 12; v. 26, 1980, p. 6 e v. 26, 1980, p. 6

partir de perspectivas que fossem imanentes a estes campos de pesquisa – verdadeiras pesquisas: os autores das matérias em mais de um número temático do jornal dispuseram-se a entrar ou experimentar as redes do “negócio” que pretendiam reportar e refletir acerca de seu funcionamento e de suas próprias experiências, além das detalhadas entrevistas com os múltiplos atores nele envolvidos, prezando pela e enfatizando a importância dos conhecimentos produzidos desde o contato íntimo e partilhado com os dissidentes de gênero e sexualidade em pauta. Neste e em outros sentidos já destacados, o *Lampião* erigia no espaço de produção de conhecimento acerca da sexualidade, não apenas em termos de conteúdo, mas em relação às suas perspectivas sobre estes e as relações teóricas e sociais criadas em torno de sua produção.

Muito devido à visibilidade e esforços de posituação dos retratos da dissidência de sexualidade e gênero colocadas pelo *Lampião* e pelos grupos de “militância homossexual” que surgiam na virada da década de 1970 para a década de 1980, tais pautas e categorias sociais passaram a ser colocadas em debate público não somente nas páginas de jornais e revistas da grande imprensa ou programas de televisão; por diversas vezes, convites foram adereçados aos membros destes segmentos para que compusessem rodas de conversa e concedessem entrevistas; dentre essa gama de convites, estavam compreendidos aqueles com o intento de que estes passassem a fazer falas dentro das universidades⁵⁹. Em um momento em que os espaços para tratar destes temas eram escassos, restritos ou contra-producentes, o *Lampião* aparecia não apenas como uma alternativa à imprensa marrom ou aos espaços midiáticos de massa, mas mesmo como um espaço intelectual alternativo que formulava e trazia para circulação as teorias e perspectivas aqui elucidadas, mesmo nunca tendo pretendido ser um veículo de cunho propriamente acadêmico; não só foi relevante o tratamento “alternativo” que o *Lampião* concedeu a tais temas, mas seu importante papel e de muitos de seus membros de ocupar, na medida do possível estes mesmos espaços enquanto debatedores críticos, fazendo com que de certa maneira fosse criada a própria possibilidade de transformação destes espaços e de suas produções discursivas, o que mostrava-se em sintonia com suas abordagens acerca da sexualidade, que buscavam ancorar-se no conhecimento próximo e engajado.

Embora classe, conteúdo e legitimidade institucional estejam entrecruzadas enquanto dimensões subsidiárias à experiência da descrença ou a inclinação à suspeita da

⁵⁹ Ver depoimento da colaboradora do *Lampião* Dolores Rodriguez a Silva (1998, p. 160-161)

“intelectualidade”, o espaço acadêmico não deixa de figurar enquanto âmbito importante de disputa e de produção de teorias potencialmente transformadoras. Se a dicotomia academia e contestação cultural é operacional conforme acionada por muitos setores da juventude, oposição traz consigo inconsistências, uma vez que, por outros ângulos, um polo e outro são inextricáveis. Conforme destacado por Gilberto Velho, as diversas manifestações e movimentos contra-culturais existem também em função do que se passava na universidade, nem que seja como pretexto para que fossem levantadas alternativas críticas à própria universidade; um desses movimentos intelectuais importantes do período foi, de acordo com o autor a antropologia, que destacava no âmbito teórico e empírico, a diversidade de possibilidades de modos de se viver, ou a reflexão de Foucault acerca das tecnologias de poder e sexualidade (2007, p. 206). Deve-se notar que é característica distintiva dos movimentos de contestação cultural brasileiros sua origem no âmbito dos setores intelectualizados da sociedade, que detinham acesso aos privilégios da cultura dominante⁶⁰, o que nos remete de volta ao *Lampião*: as marcas desta configuração estão nele presentes desde a composição social dos membros de seu conselho editorial e colaboradores até as escolhas e formulações de seus conteúdos. Da mesma maneira cabe ressaltar a importância dos debates acadêmicos que tomavam gênero e sexualidade como focos de pesquisa que no Brasil, foram iniciados justamente nesse período, não só o já citado trabalho de Carmen Dora Guimarães, cuja publicação data do ano anterior à da primeira edição do *Lampião*, mas de importantes pesquisadoras e pesquisadores que faziam parte do corpo editorial do jornal ou de sua rede de redatores e colaboradores e desenvolviam pesquisas pioneiras no campo ou que tiveram textos publicados no jornal como Peter Fry, Mariza Corrêa, Cynthia Sarti, Edward MacRae, James Green, Maria Luiza Heilborn, Janice Caiaffa, Lélia Gonzáles, Inês Castilho, Reginaldo Prandi, entre outros.

Diversidade e alguns dissensos: as multiplicidades da redação

De maneira replicada, a diversidade de opiniões existente entre os leitores era extensível aos membros do conselho editorial do jornal e existiu desde seu início, sendo uma característica fundante deste grupo de artistas, intelectuais e jornalistas. Destaco esta

⁶⁰ Cabe destaque também que o problema das relações os intelectuais com o Estado e a ditadura era tema de importantes debates na imprensa alternativa, sendo o Jornal Opinião, um dos principais espaços para o desenvolvimento destas polêmicas conforme ressalta Hollanda (2004, p. 104)

diversidade a partir de duas perspectivas distintas, a saber: primeiramente, a diversidade constitutiva das experiências políticas e filosóficas as trajetórias de alguns dos membros do conselho e de participantes de sua rede de colaboradores e, em sequência, alguns pontos em torno dos quais essa diversidade teve expressão no que dizia respeito às linhas editoriais do jornal ou aos conteúdos dispostos em suas páginas.

As trajetórias dos membros do conselho e colaboradores

Apesar de as transformações contraculturais informarem o contexto em que o *Lampião* foi publicado e que muitos dos envolvidos em sua realização tenham tido experiências bastante ligadas a estes movimentos e ideários, diversos deles haviam participado, no período anterior à idealização e engajamento com o jornal, mais ou menos ativamente da militância oposicionista à ditadura militar no seio de organizações da esquerda tradicional. Muitas das críticas impressas nas páginas do *Lampião* à esquerda, conforme serão analisadas com maior densidade no terceiro capítulo, são tributárias destas experiências. O intuito em apresentar algumas elementos parciais sobre suas trajetórias deve servir ao propósito de ampliar os sentidos dos discursos políticos compreendidos no *Lampião*, que derivam de suas experiências de contato com diversas modalidades de organização relacionadas com movimentos políticos sintonizados com as novas tendências de esquerda, que surgiam no Brasil e internacionalmente⁶¹.

Aguinaldo Silva, que era um dos membros do conselho mais ativos do jornal, havia sido preso, por exemplo, e levado à Ilha das Flores, por ter escrito um prefácio para um livro sobre Che-Guevara. O episódio de sua prisão é relatado pelo jornalista em uma matéria publicada no *Lampião*, em que parte da compreensão de que a razão da prisão seria o fato de que ele era “homossexual”, do que o potencial subversivo do escrito prefácio (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 10-11). Posteriormente a este incidente, engajou-se na redação dos jornais *Opinião* e *Movimento*, onde se depara-se com a pouca importância concedida pelos militantes de esquerda dentro destes jornais às questões de sexualidade que o interessavam (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 10-11). Tal descrédito também é atribuído pelo autor ao PC. Em uma entrevista concedida ao *Pasquim* em 1981 (Silva 1981), retomada por MacRae (1990), Aguinaldo relata que

⁶¹ A diversidade das orientações e inclinações políticas constitutivas das trajetórias políticas dos membros do conselho, redatores e apoiadores do *Lampião* são aqui todas tomadas a partir das narrativas por eles concedidas a Silva, bem como a partir das análises do autor (1998).

chega a escrever para o *Opinião* uma crítica favorável ao livro “Amor entre mulheres” da psicanalista Charlotte Wolf ⁶², entretanto o editor do jornal se contrapõe a sua publicação justamente porque esta tratava abertamente de questões de “homossexualidade”.

Outros redatores e colaboradores haviam sido presos pelo DOPS, como José Fernando Bastos, por conta de seu envolvimento com o PC quando estudante de graduação. Este também foi o caso de Alexandre Ribondi que, mesmo após sua liberação da prisão em 1974, continuou recebendo intimações por parte da polícia e por conta disso se auto-exilou na Europa. Alexandre, em entrevista a Silva (1998), relembra a demasiada importância para os adolescentes e jovens das décadas de 1960 e 1970 serem “de esquerda”, entretanto ressalta que, quando foi preso, as “pessoas do trabalho clandestino” não se importaram com ele, não avisaram a outros que ele havia sido preso e, deste modo, sua percepção sobre este incidente se passava como se ele pudesse ser preso e torturado e isso não teria nenhuma relevância aos opositores do regime, já que era um “maconheiro e viado”.

Apesar de manterem recuos críticos em relação aos grupos marxistas, outros redatores e colaboradores do jornal engajaram-se com eles. A narrativa de Antônio Carlos Moreira mostra-se em ressonância com estas impressões: apesar de perceber que a questão homossexual não era bem aceita neste meio, ele engaja-se durante o período de sua graduação com o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) – uma organização marxista-leninista, conforme define – tal como havia se aproximado, durante o período secundarista, com outras organizações de orientação semelhante (Silva, 1998). Edward MacRae narra a Silva (1998) compreender seu posicionamento político como situado a “meio caminho” em relação à esquerda e ressalta a pluralidade de ideias e orientações políticas existentes internamente aos movimentos homossexuais do período, havendo pessoas muito politizadas, enquanto outras não se dispunham a discussões políticas de nenhum tipo e muitas se mostravam inclusive bastante conservadoras. James Green sempre insistiu nos diálogos entre movimento operário, sindical, feminista e movimento homossexual e, por fim, com os grupos de “esquerda”. Além disso, pontuava sua percepção de que, enquanto os grupos marxistas de orientação stalinistas eram totalmente “homofóbicos”, os de orientação trotskista internacionalmente defendiam homossexuais, ele mesmo fez parte de um deste último tipo no Brasil. Luiz Mott e João

⁶² Um dos livros referidos pela seção “Biblioteca universal Guei” do *Lampião*, aliás.

Antônio Mascarenhas engajavam-se em variadas atividades de militância e também fizeram parte de grupos homossexuais no Brasil. Nesta condição, mostravam acreditar, conforme ressalta Silva (1998), que a diversidade relativa às orientações sexuais deveria ser capaz de estar atrelada continuamente a projetos de transformação sócio-históricos mais amplos.

Outros redatores e membros do conselho editorial, em maior sintonia com as novas tendências de esquerda, que se mobilizavam ao decorrer da década de 1970⁶³, privilegiavam, conforme Silva (1998), a defesa da individualidade em detrimento dos sujeitos coletivos ou universais e se dispuseram a confrontos pessoais com ideias e práticas políticas abraçadas pela esquerda no período e também pelo incipiente movimento homossexual. Roberto Piva tece árdios comentários à esquerda partidária que, de seu ponto de vista, seria pouco transgressora, sobretudo no que diz respeito ao comportamento; assim, mesmo grupos homossexuais teriam dificuldades em relação ao tratamento concedido às especificidades individuais. Perspectivas muito similares são narradas por Glauco Mattoso (Silva, 1998). Também são encontradas nas narrativas elaboradas por Peter Fry a Silva (1998) percepções sobre as perspectivas individuais não serem plenamente abarcadas pelos grupos homossexuais do período. Para o antropólogo, esta postura estaria também relacionada ao fato de que os militantes sustentariam uma postura de identidade sexual que passaria ao largo das especificidades culturais do país. Por fim, Fry chama a atenção para uma ampla visão libertária que chegava ao país durante a década de 1970 e influenciava o questionamento da legitimidade das posições políticas em relação a luta de classes em favor das lutas mais específicas (Silva, 1998).

Muitos dos redatores, colaboradores e membros do conselho editorial do *Lampião* foram forçados ao auto-exílio por conta das conjunturas ditatoriais e repressivas instauradas desde 1964, entre eles Celso Curi, João Carlos Rodrigues e Alexandre Ribondi. Outros, por razões diversas, também experienciaram, no plano internacional, os movimentos e transformações pelos quais passava a esquerda, e as experiências de visibilização e organização de dissidentes de gênero e sexualidade e grupos minoritários de modo geral. Além das lutas “específicas” que afluíam internacionalmente, os movimentos contra-culturais apresentavam-se enquanto fortes ideários transformadores no plano filosófico, político e comportamental, que passavam a compor também as

⁶³ As tendências de esquerda mobilizadas na década de 1970, suas aproximações e afastamentos dos “grupos marxistas” historicamente opositoristas da ditadura militar serão discutidas no terceiro capítulo.

transformações político-comportamentais no plano nacional. João Silvério Trevisan, que havia militado junto a juventude operária católica (MacRae, 1990)), relata a Silva (1998) identificar-se ao anarquismo, discorre sobre sua compreensão do “poder” enquanto algo difuso, não monolítico ou unidirecional, sobre a importância do direito de apresentar seu ponto de vista enquanto ser humano que tem vivência especificamente homossexual. Luis Carlos Lacerda, mencionando igualmente a tendência à repressão imposta sobre a homossexualidade por parte dos grupos de esquerda, refere-se à contracultura e a reivindica enquanto uma “ideologia pautada pela livre expressão do indivíduo”. Alceste Pinheiro diz considerar o anarquismo atraente, e entende que seria “perda de tempo” atuar junto aos grupos. João Carlos Rodrigues narra sua proximidade com as ideias da contracultura, a partir de sua passagem pelos Estados Unidos; sua compreensão era de que todas as minorias e excluídos do sistema tais como mulheres, negros, índios e homossexuais mereceriam atenção e idealizava a união de todas essas especificidades. Dolores Rodrigues ressalta a importância dos movimentos feministas e discorre sobre novas linhas de tensão que existiam entre as mulheres lésbicas dentro dos grupos homossexuais.

Tal disparidade de perspectivas é destacada por Silva (1998) também entre a geração mais velha destes homens que restituem suas impressões políticas a partir de sua trajetória de engajamento com a esquerda nos anos 1960 e aquela mais nova que tendia a fazer referências aos movimentos de contestação contra-cultural que passavam a tomar lugar no panorama político dos anos 1970. Enfatizadas pelos pontos de vista dos redatores, membros do conselho editorial e colaboradores do *Lampião* restavam críticas em relação à “esquerda”, apresentada enquanto espaço teórico e prático no seio do qual estavam impossibilitadas ou descreditadas as expressões e interesses “homossexuais”. De modo geral, para estes personagens e para amplos setores que surgiam na década de 1970 com novas propostas políticas, os modos de operação e ideários da esquerda tradicional eram questionados por todos os ângulos: seus conceitos, os sujeitos que buscavam representar, a temporalidade de uma pretendida revolução que parecia longínqua e quase intangível, a forma de atuação que se centrava em torno da luta pelo poder e pela derrubada do regime capitalista, a centralização, hierarquização e setorização presentes nas tradições de seus grupos, seu conservadorismo comportamental, suas práticas autoritárias e sobretudo suas práticas de suggestionar certas lutas tomadas enquanto “prioritárias” em detrimento de outras consideradas “menores”; a literalidade deste último

termo, refere-se automaticamente aos movimentos e interesses minoritários e específicos que passavam a protagonizar a luta pelas liberdades democráticas.

Que *Lampião* fazer?

Simões (2009) ressalta, a partir de um caso específico, os pontos de vista e interesses antagônicos existentes entre membros do conselho editorial; retomando a matéria citada neste capítulo sobre a história da imprensa baiana escrita por Peter Fry, em que a imprensa popular é positivamente valorada, o autor a contrasta com outra matéria escrita por Antônio Chrysóstomo a título do recém-lançado disco *Macho Men* do grupo Village People, em que o redator tece uma crítica dirigida à pobreza musical do disco ressaltando que “o grupo não passa, na verdade de um sub-arranjo chinfrim do tal som de discoteca que fere, atualmente, nossa aviltada capacidade de ouvir” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 11)⁶⁴. Esta comparação específica serve ao pretexto de tornar explícito, conforme buscarei argumentar, o fato de que, no que diz respeito às distinções entre temas e abordagens intelectualizadas ou relacionadas a uma cultura de elite e aquelas relativas às culturas populares ou consideradas “baixa” cultura, as disparidades em relação aos conteúdos considerados apropriados para o jornal não foram marcadas apenas por distinções entre leitores e membros do conselho, mas, antes, mantiveram-se latentes entre os próprios membros do conselho editorial do *Lampião*.

A partir dos depoimentos de membros do conselho editorial e de pessoas que fizeram parte da rede de colaboradores do *Lampião* concedidos a Silva (1998), pode-se notar que dissensos afloraram entre eles desde o início do jornal e permaneceram durante a preparação de suas edições ao decorrer de seus anos de existência. Para alguns dos membros, o *Lampião* deveria ser um jornal prestador de serviços para pessoas de gênero e sexualidade dissidentes ou para seu esclarecimento, outros idealizavam a proposta de que o jornal fosse mais consequente politicamente (Silva, 1998, p. 94). Tais antagonismos ou perspectivas diversas notáveis em entrevistas e depoimentos que membros do conselho, à parte o fato de que o jornal apresentava-se com um espectro tão variado de temas e abordagens, em geral passavam despercebidos para os leitores, a não ser sob aparências sutis, mas que nos dão ideia dos debates dispendidos dentro do conselho

⁶⁴ Outros apontamentos de Chrysóstomo sobre o “nível” dos debates sobre homossexualidade serão expostos no terceiro capítulo, em discussão acerca de quem está autorizado para falar em nome das homossexualidades.

editorial. A resposta à carta de uma leitora que falava sobre roteiros para mulheres aparece publicada por parte do conselho mencionando, por exemplo, que havia realmente existido “dramas existenciais na redação em torno da publicação de roteiros gueis” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 14).

Talvez, um dos antagonismos e consequentes mudanças na linha editorial do jornal que tenha transparecido de maneira mais evidente nos discursos do jornal tenha incidido em torno do dilema de se publicar ou não nus masculinos em suas páginas. No número zero do *Lampião*, ao ser interrogado por uma leitora se o jornal publicaria fotos de homens “em trajes de Adão” como faziam os jornais “gays” norte-americanos, o *Lampião* responde: “Quanto às fotos de rapazes nus, não é nosso gênero: *LAMPIÃO* acha que ninguém, nem mesmo Pedrinho Aguinagua, deve ser tratado como objeto sexual” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 14). Justificando-se com princípios que ressoavam com aqueles elaborados pelas feministas da época, de que os corpos femininos são explorados e objetificados publicamente e comercialmente e que estas práticas e as relações de gênero que as subsidiam devem ser combatidas, o *Lampião* opta inicialmente por não se verter a esse tipo de publicação. Esta reticência inicial em relação à questão é revertida, por diversas razões que podem ser supostas, na publicação frequente de nus masculinos sobretudo no terceiro ano do jornal, entre elas, pedidos dos leitores que distribuíram-se das edições iniciais até as últimas do *Lampião* manifestavam-se favoravelmente – de maneira mais ou menos aberta - aos nus no jornal, conforme aparece em uma carta de um leitor (que, por sinal, reclamava do preço do jornal e de seus conteúdos intelectualizados e artísticos) : “precisamos de um jornal que mostre o pau do maquinista do trem” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 19).

A propósito deste comentário, deve-se destacar que o dissenso em relação a uma diversidade de questões – que pode ser melhor explicitada a respeito das opiniões em relação aos nus – não existia somente entre os membros do conselho editorial, mas articulava concomitantemente pedidos e reclamações dos leitores e leitoras e, por fim, mobilizava comentários daqueles que estavam atentos aos caminhos editoriais do *Lampião*. Acredito que possa ser atribuído aos nus masculinos no jornal o comentário que este recebe por parte do intelectual Bernardo Kucinski de que o “*Lampião* começou elegante e terminou pornográfico” (1991, p. 84); a meu ver, implicando uma leitura redutiva dos significados dos nus nas páginas do jornal, a crítica parece pouco acertada se considerarmos que a referida elegância diz respeito aos ensaios intelectualizados em

suas páginas que, mesmo com menor frequência que em seu início, permaneceram publicados até sua última edição e que, ademais, os conteúdos políticos presentes no *Lampião* fazem com que ele pouco possa se assemelhar às revistas pornográficas de época.

É certo que os nus masculinos começam a aparecer no jornal em um momento de crise de vertente sobretudo financeira e que este tipo de publicação de fato trazia consigo uma potência de acentuação do consumo. O trigésimo terceiro volume do *Lampião* trazia em sua capa uma ilustração de Fidel Castro vestido de Carmen Miranda junto ao escrito “Yo no creo en maricones, pero que los hay, los hay”, a imagem e a mensagem atrelavam-se a matérias publicadas naquele número que chamavam atenção às graves situações de perseguição a “homossexuais” no país e traziam críticas fortes ao modelo comunista vigente em Cuba que, visto pela esquerda brasileira como grande conquista e arquétipo político da almejada revolução, mas, que apesar disso, segundo apontava o *Lampião*, destituía de direitos políticos e sexuais e violentava pessoas de práticas de gênero e sexualidade dissidentes (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 1). Conforme ressalta o membro do conselho editorial do *Lampião*, João Silvério Trevisan, este seria o número do jornal que teve o menor número de vendas, dado exposto com lamento do redator, sobretudo quando comparado com uma edição anterior (a vigésima sétima) que, trazendo em sua capa a foto de um homem nu, foi a que obteve o maior sucesso em relação às vendas. De fato, inicialmente, alguns dos membros do conselho editorial colocavam-se críticos aos nus nas páginas do jornal tanto em função dos citados princípios políticos em relação à objetificação dos corpos e ao consumo de sexo, quanto em função dos temores de enfrentarem novos inquéritos policiais e, por fim, por suas posturas contrárias ao jornal tornar-se um mero objeto de consumo para o público homossexual ao invés de um veículo de informação, libertação e afirmação política da dissidência de sexualidade e gênero. Realmente, para um jornal que sempre manteve inclinações em não se tornar meramente um objeto de consumo, a inclinação e mais tardiamente a escolha efetiva de se publicar nus em suas páginas feita por parte dos membros do conselho editorial explicitava as distinções entre eles e convertia os dilemas iniciais em torno da questão em acentuados dissensos internos (MacRae, 1990 e Silva, 1998).

De acordo com MacRae (1990) parecia existir algum consenso entre os membros do conselho editorial do *Lampião* em relação a serem contrários ao jornal render-se ao consumismo uma vez que este grupo de jornalistas, intelectuais e artistas receava que o

jornal se convertesse em um veículo que, ao buscar massificar-se, acabasse rendendo-se ao duplo perigo de entrar nas lógicas capitalistas e das culturas de massa, dentro das quais o conteúdo publicado no jornal iria se tornar mero epifenômeno das demandas de mercado. Voltando-se ao consumo, a questão da dissidência de gênero e sexualidade só poderia ser veiculada através do abrandamento da linguagem e do controle do que era dito para que fosse mais palatável ao público consumidor e é notável esta postura veemente contrária a tais práticas por parte dos membros do conselho, de sua rede de colaboradores e dos conteúdos veiculados no *Lampião*. No final da década de 1970 era tácita a permeabilidade cada vez mais extensa dos processos capitalistas em diversas instâncias da vida social e sua intensa comercialização; a leitura destes processos é feita por parte de autores como MacRae (1990) e Silva (1998) bem como por colaboradores, redatores e membros do Conselho editorial do jornal tais como Alceste Pinheiro, Antônio Carlos Moreira, Leczy Brandão, Peter Fry e Roberto Piva, que os atrelam a processos subjacentes de normatização da dissidência de gênero e sexualidade em identidades sociais padronizadas para o consumo e nesse sentido neutralizadas em seu potencial subversivo; de outro modo, estes processos se passavam como se a especialização mercadológica que acompanhava as diferenciações sociais convertesse a dissidência política em identidades ou perfis consumidores estanques, sendo estas categorias integradas no plano social não pelo reconhecimento político e civil de suas experiências de gênero e sexualidade, mas por sua inserção no mercado enquanto categorias produzidas para o consumo e, assim, aceitas e controladas pelo mercado e por culturas de massa amorfas⁶⁵. Em entrevista a Silva (1998) Alceste Pinheiro diz que o *Lampião* nunca possuiu esta “ideia de mercado” e Antônio Carlos Moreira é enfático ao dizer que nem o movimento homossexual desta época, nem o *Lampião* “contribuíram para isto”. Por vezes colocado em termos de “cooptação” capitalista pelo jornal, não surpreende o potencial de predação deste regime econômico destas experiências de vida e políticas, ao decorrer da década de 1970. Conforme Hollanda (2004) a própria política passava a ser consumida

⁶⁵ As referidas opiniões dos colaboradores, redatores e membros do conselho editorial do jornal são baseadas sobretudo nos relatos concedidos a Silva (1988). Exemplos mais concertos desses processos são referidos pelos editores e colaboradores nestes depoimentos: Antônio Carlos Moreira ressalta as pesquisas de época que indicavam que homossexuais não se casam e portanto teriam maior reserva de capital para gastar consigo e com seus parceiros; Roberto Piva destaca setores do mercado como as marcas de carros e refrigerantes utilizando-se de “identidades homossexuais” para suas propagandas e o “modelo gay” de consumo se cristalizando nos Estados Unidos e transformando-se no que chama de “cultura de massa”. Para uma bibliografia sobre as relações entre estas “identidade” e consumo e a expansão deste segmento de mercado ver França e Simões, 2005); para uma bibliografia sobre os modos como certas vertentes publicitárias e mercadológicas conformam tais identidades e as relações de gênero e sexualidade ver Monteiro, 2001 e Preciado, 2010.

comercialmente e as políticas culturais estatais investiam em canais fortes, que se mostraram capazes de recuperar ideias e produções contestatórias, transformando-as em rentáveis negócios a uma cultura oficial.

A cantora Lecy Brandão, que era uma das personalidades preferidas do *Lampião*, adverte em mais de uma ocasião no jornal que havia muitas pessoas com intenções de “explorar o povo guei” ou que “o sistema descobriu uma coisa: guei agora vende, dá bom lucro” e refere-se especificamente a sua observação de que jornais “machistas” vinham utilizando palavras como gay e bicha na capa “só para vender aos incautos” e faturar com isso, jornais que, ao contrário do *Lampião*, não eram verdadeiros porta-vozes destas categorias sociais (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 10-11 e v. 19, 1979, p. 16). O *Lampião* é bastante crítico às veiculações destes temas em diferentes espaços; no que se refere ao teatro, o jornal chama a atenção para o que nomeia como uma avalanche de peças que vinham entrando em cartaz no eixo Rio-São Paulo, cujos temas principais eram as “homossexualidades” e ressaltam que, se antes diversas peças foram censuradas por apresentá-las, neste momento em que os “empresários” haviam “descoberto os homossexuais”, elas aparentemente tinham passado a ser permitidas (*Lampião da Esquina*, v. 37, 1981:13), entretanto, a grande imprensa parecia figurar como o maior alvo de suas críticas, por tentar “digerir” o “homossexual” e “transformá-lo em produto de consumo” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 5). Em função da distensão do regime e do conseqüente menor controle dos conteúdos da imprensa, a chamada imprensa marrom, conforme foi exposto neste capítulo, passava a veicular notícias e reportagens sobre a dissidência de sexualidade e gênero, embora a maior parte delas tratasse de maneira preconceituosa as experiências de dissidência de sexualidade e gênero ou as expusesse de maneira desvinculada de qualquer aspiração ético-política conforme aquelas articuladas pelo *Lampião* ou daquelas vinculadas na *Coluna do Meio* de Celso Curi no *Última Hora*⁶⁶ e por conta disso fossem vistas com pouquíssimo entusiasmo pelos membros do conselho e redatores, senão com desprezo.

Apesar dos conteúdos discursivos do jornal tomarem estas mudanças enquanto um processo que se passava como se os homossexuais tivessem sido jogados no “açougue do marketing” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 3), o fato é que ao menos no que diz respeito à presença de conteúdos relacionados às dissidências de sexualidade e gênero na

⁶⁶ Maiores informações sobre a *Coluna do Meio* de Celso Curi encontram-se no segundo capítulo desta dissertação.

imprensa, pode-se dizer que a grande imprensa – esta, marcadamente voltada ao mercado – não foi capaz de absorver tais conteúdos à maneira que fez o *Lampião* e vinculá-los incorporando qualquer uma de suas características – fossem as informativas, as contestatórias ou as incitações à liberação sexual; conforme também nota Silva (1998) e conforme pode-se constatar nos depoimentos de alguns dos membros do conselho editorial e colaboradores como João Silvério Trevisan, Antônio Carlos Moreira, Alceste Pinheiro e Luiz Carlos Lacerda a ele concedidos⁶⁷. No entanto, a década de 1980 abria-se junto a um cenário bastante desestruturador para a imprensa alternativa de modo geral e o *Lampião* não saiu ileso deste processo, tendo sido publicado pela última vez em julho de 1981.

O caráter efêmero da produção alternativa e o fim do Lampião

Segundo Kucinski, durante o período que se passou entre 1964 e 1980 chegaram a circular cerca de 170 periódicos, sendo que mais da metade não chegou a completar um ano de existência e raros os casos daqueles que puderam manter edições regulares, estendendo a tiragem mínima para uma distribuição nacional que pudesse cobrir suas despesas com as vendas; no início da década de 1980 praticamente não restaram jornais alternativos. O desaparecimento repentino dessa imprensa não se explica unicamente pelos fins da ditadura militar, lógica que relegaria a existência desta forma de imprensa a um mero epifenômeno da ditadura, como a contraparte de resistência do acentuado controle e censura da informação causado por ela. Conforme o autor:

Além de não corroborada pelos fatos, a falha desse modelo está em atribuir uma lógica única e exógena, a gênese e a morte da imprensa alternativa, fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário de seus protagonistas, daqueles que a fizeram e não nas ações daqueles que não a quiseram. A repressão, os sequestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento.

Efetivamente, com a abertura, a grande imprensa não só foi recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito de seus partidos e de seus jornais, que após a decretação

⁶⁷ Muitas vezes, inclusive questionou-se no jornal a os efeitos positivos que seriam possíveis em decorrência da abertura dos meios de comunicação (ver, por exemplo *Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 10).

da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sócio-política. (Kucisnski, 1991, p. XXV)

Destaco o importante argumento do autor de que o impulso definidor da imprensa alternativa foi muito mais jornalístico que político, sendo complexa e multifacetada a relação entre as duas motivações que durante o período puderam tanto se somar (como seria de maneira geral o caso durante o período de 1964 a 1978) quanto se anular (marcadamente no caso no triênio de 1968-1970 e novamente a partir de 1980)⁶⁸. No caso dos anos entre 1968 e 1970, com a eclosão de grande movimentação militante passando pelas greves operárias e pelas guerrilhas caracteristicamente “subterrâneas” estipulando a impossibilidade de qualquer vínculo com a imprensa alternativa, esta imprensa fortemente inspirada pela resistência democrática crítica ao golpe desaparece. Com a gradual abertura da ditadura, a grande imprensa reabre parcialmente seus espaços críticos e muitos jornalistas voltam-se a ela e deixam os espaços alternativos, que são eles mesmos desmantelados pela apropriação por parte da grande imprensa, que além de seu espaço legitimado, dispunha de muito mais recursos e detinha maior eficácia em relação à sua comunicabilidade com o público (Kucisnski, 1991, p. 123-127). Ainda sobre a anulação da imprensa alternativa em relação aos momentos de maior efervescência política e pública, o autor atesta que tal alternância entre imprensa alternativa e atividade política sugere um “modelo funcional” da imprensa alternativa no Brasil que teria ocupado uma posição muito mais de substituta da ação política do que como parte dessa ação; ao contrário, por exemplo, da relação que teria sido mantida na Europa em 1968, onde a procura de meios alternativos de expressão foi componente inerente ao processo de contestação política e protestos estudantis (1991).

Para Kucisnski a gradual abertura do regime também teria minado um sentimento generalizado de solidariedade dentro e entre os alternativos, dando lugar ao surgimento de uma série de propostas divergentes, tendo sido as relações partidárias as mais expressivas nesta passagem disruptiva. Se também com a abertura, muitos dos integrantes de partidos políticos, que colaboravam com ela passaram a formar a imprensa partidária, ao mesmo passo em que jornais originalmente desvinculados dos partidos, cuja forma de atividade, assembleias, redações e debates inicialmente funcionavam como substitutos dos partidos enquanto espaços sociais de articulação, terminaram “dominados pela prática partidária”. Anteriormente pautada sobre a explicitação de propósitos participativos e

⁶⁸ A especificidade das motivações políticas do *Lampião* serão discutidas no terceiro capítulo desta dissertação.

democráticos, priorizando auto-gestão e autonomia intelectual, grande parte das propostas comunitárias dos alternativos teria sido subordinada a projetos ideológicos hegemônicos dos partidos. Sua estrutura abandonou a horizontalidade idealizada em suas propostas, e praticada durante parte de sua existência, em favor da hierarquização do trabalho (Kucinski, 1991).

É interessante pensar que, a despeito da diversidade de adversidades que surgiram na trajetória do *Lampião*, muitas das quais são partilhadas entre os alternativos de que fala Kucinski, o jornal manteve-se, em comparação com estes, sendo colocado mensalmente nas bancas por três anos inteiros, período superior à grande parte dos alternativos, sendo equiparável ao tempo de existência de jornais que tiveram porte e investimentos muito maiores que o seu. Conforme aponta Mariza Corrêa (2001) o jornal *Nós Mulheres* – mencionado neste capítulo como um dos jornais minoritários mais expressivos do período -, que tinha estrutura muito similar à do *Lampião*, com base no trabalho voluntário e coletivo, também não conseguiu sobreviver por muito tempo. Enquanto modalidade impressa de política jornalística alternativa, o *Lampião* também não parece ter sido minado nem pelos inquéritos de caráter censório ao qual foi submetido, nem pelo suposto vácuo contestatório que a distensão do regime militar e o lento processo de redemocratização abriram. Conforme exposto, apesar da relativa abertura dos meios de comunicação e do fato de que o tema da dissidência de gênero e sexualidade tenham passado a ser apropriados ou incorporados pela imprensa comercial, nenhum destes canais conseguiu absorver as características do *Lampião*, tampouco jornal similar foi criado nas décadas seguintes⁶⁹. Também não foram os grupos de militância homossexual, à maneira da imprensa partidária e militante, descrita por Kucinski, que conseguiram cumprir o papel de canalizar conteúdos e articular politicamente setores sociais, como o *Lampião*; estes grupos, literalmente, extinguem-se quase todos, no início da década de 1980, junto com o *Lampião*. Pelo contrário, as incessantes e acentuadas disputas internas aos incipientes grupos de militância homossexual e os estilhaços destas tensões aparecem reportadas em uma longa sequência de edições do *Lampião* e mais tardiamente passam a figurar antagonismos próprios entre o jornal e os grupos que, além

⁶⁹ Pelo menos não nas duas décadas subsequentes, de 1980 e 1990. Uma análise mais detalhada da imprensa voltada a “homens gays” e “homens que transam com homens”, na década de 80 e suas relações com as questões de saúde e políticas em torno do HIV-AIDS, ver Rodrigues, 2010; sobre a imprensa voltada a “homens homossexuais” e suas relações com um mercado de consumo, ver Monteiro, 2001.

de minar o senso de solidariedade entre ambos, enfraquecem consideravelmente o jornal, podendo ser considerados como elementos significativos para seu fim⁷⁰.

Uma diversidade de alianças transversais foi enfatizada sempre com sua contraparte crítica nas páginas do *Lampião*. As convergências de cunho pragmático e, mais raramente, teórico com as tendências de esquerda no movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do ABC e alguns outros setores mais ligados às estruturas partidárias não culminaram em aproximações mais estreitas das ideias impressas em suas páginas com aquelas dos partidos políticos, não tendo erigido para o *Lampião* a “cooptação” por estes mesmos partidos como um problema potencial. Apesar de divergências teóricas dos membros do conselho em relação à linha editorial do jornal, os campos de divergência entre eles que teve por efeito metamorfoses e inconstâncias sobre o jornal parece ter passado às margens da partidarização discutida por Kucinski em seu livro.

Das razões conjunturais elencadas por Kucinski para a explicação da dissolução repentina da imprensa alternativa, pode-se dizer que as motivações financeiras e internas são as que se sobressaem como as mais preponderantes para seu fim. Conforme discutido, o auto-sustento do jornal do ponto de vista financeiro mostrou-se insuficiente e problemático desde seu início, contando muito com o trabalho voluntário dos membros de seu conselho editorial e colaboradores e de seu capital particular, contando poucas assinaturas, sem grande sucesso com a venda de livros pela *Esquina Editora* e quase que com ausência de publicidade; este quadro certamente é agravado pelo cenário de crise financeira causada em decorrência das políticas econômicas empreendidas pelo estado durante o regime militar. O “milagre econômico”, além de afetar abruptamente a maior parte da população brasileira, também tem seu preço pago pelas classes médias urbanas cujo poder de consumo decaiu consideravelmente, dificultando ainda mais a publicação do *Lampião*, inclusive em função do preço do papel que subia consideravelmente.

Em relação às questões internas, conforme mencionado, as fotos de homens nus ou matérias mais voltadas a temas como masturbação e prostituição começavam a aparecer mais frequentemente nas edições do último ano do *Lampião*. De acordo com MacRae (1990) estes números refletiam a convicção de Aguinaldo Silva de que não se

⁷⁰ Muito em função do fim do *Lampião* extinguem-se quase que a totalidade de grupos de militância homossexual existentes no Brasil naquele período. Uma discussão mais detalhada sobre este processo e acerca das relações entre o *Lampião* e estes grupos consta no terceiro capítulo desta dissertação.

estava oferecendo aos leitores conteúdos que vendessem e, portanto, se começava a criar internamente ao conselho editorial do jornal uma tensão que incidia sobre um dos poucos pontos inicialmente consensuados entre os membros do conselho e sobre uma pauta muito cara a todos: a de não transformar o jornal em um produto designado a um mercado consumidor. Na medida em que se passava a ansiar mais incisivamente por uma resposta financeira do público leitor, discussões sobre o que se fazer com o jornal emergiram e passaram a compor as pautas das reuniões editoriais sobretudo a partir do primeiro semestre de 1981 (Silva, 1998), as visões de Aguinaldo Silva de que o *Lampião* deveria trazer temas e abordagens mais palatáveis ao que se supunha ser um público leitor potencial pareciam desagradar sobretudo João Silvério Trevisan que tinha uma perspectiva muito mais voltada à contestação filosófica acerca dos sentidos de liberação homossexual (ver depoimentos dos membros do conselho editorial e colaboradores em Silva, 1998, p. 103-116 e no documentário “*Lampião da Esquina*”). Tais questões de natureza política passaram a acentuar-se e desdobrar-se em outras, como uma polarização entre o grupo de São Paulo (que contava mais particularmente em relação a Trevisan e Darcy Penteado) e o grupo do Rio (mais particularmente em relação a Aguinaldo Silva) e as disputas entre estes polos e pessoas passou a figurar hierarquizações internas ao corpo editorial em que alguns passaram a exercer todo o trabalho e disputar sobre os conteúdos a serem impressos e outros passaram a se sentir colocados de lado, gerando crises e desagregações internas, o que tornou insustentável a continuação do jornal. A partir do trigésimo-segundo volume do *Lampião*, podemos constatar que o conselho editorial desaparece, passando a constar somente o nome de Aguinaldo Silva como coordenador da edição e de alguns dos membros do conselho editorial, agora apenas como redatores.

As marcadas hierarquizações das posições entre os membros do conselho editorial do *Lampião*, visíveis sobretudo nas transformações ocorridas em suas últimas edições e pelos depoimentos e entrevistas dos editores que pude acessar, apontam uma espécie de auto-dissolução comparável às “crises latentes” dentro dos jornais descritas por Kucisnski. Se, como aponta o trecho supra citado do autor, elas não foram “as causas diretas de seu fechamento”, no caso do *Lampião*, tais crises internas podem ser tomadas como o motivo aparentemente mais substancial para seu término, conjugada às dificuldades de natureza financeira. Conforme aponta MacRae (1990:89), os inúmeros conflitos e crises pelas quais passou o *Lampião* foram de todas as ordens: políticas, econômicas, pessoais e estéticas e mais do que erros de determinadas políticas, eles

refletem a grande diversidade de opiniões existentes não somente dentro de sua redação, mas também entre seu público leitor; se tomarmos o *Lampião* a partir de uma perspectiva conjuntural mais ampla, seu fim também aparece quase como uma inevitabilidade sob a qual, com o passar do tempo, a horizontalidade marcada pelo trabalho voluntário e coletivo converteu-se em estruturas hierárquicas dentro do conselho, os dilemas em dissensos e a diversidade em disputas por hegemonia, cujo desfecho certamente desagradou a toda a multiplicidade de opiniões que em torno dele aglutinou-se.

Os sentidos de ação política presentes nos discursos do *Lampião*, certamente diferem daqueles apontados por Kucisnski, que se referem muito mais a modalidades e práticas políticas provenientes das tendências de esquerda mais tradicionais atuantes no Brasil das décadas de timidez, de chumbo e de distensão do regime. À parte as distinções, o *Lampião* impulsionou-se a partir de motivações inequivocamente e inextricavelmente políticas, jornalísticas e culturais incidentes sobre a visibilidade, liberdade e auto-conhecimento da dissidência de sexualidade e gênero; ademais, é justamente por conta destas que o jornal distingue-se daquela outra imprensa, que denominei homossexual, conforme exposto em seu décimo segundo número:

Sendo hoje, sem dúvida, uma das publicações mais vivas e inovadoras entre as manifestações de imprensa nanica que vem emergindo nessa fase liberal do regime imposto em 1964, *Lampião* não é exatamente a primeira publicação que é feita no Brasil objetivando um público preponderantemente homossexual. [...] contudo, *Lampião* é a primeira publicação no gênero que, ao contrário de muitas outras existentes [...] incomoda e gera controvérsias. (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 4).

Duplamente crítico às tendências tradicionais de esquerda e engajado nas críticas culturais, sobretudo no que dizia respeito ao controle da sexualidade, normatizações de gênero e moralismos generalizados sobre os costumes popularmente e institucionalmente compreendidos enquanto escandalosos ou “imorais”, o *Lampião da Esquina* foi um projeto elaborado a partir da tríplice confluência de ideias e motivações contra-discursivas e contra-culturais e engajadas com as articulações minoritários do final da década de 1970, constituindo-se enquanto uma imprensa cuja potência agitadora e transformadora recaía sobretudo em seu caráter híbrido e multifacetado; conforme veremos, as intenções críticas do *Lampião* e sua ação política não foram apenas libertadoras ou “incômodas” do ponto de vista cultural, mas se fizeram atentatórias contra a moral do regime militar e para suas diretrizes de controle de conteúdo impresso, trazendo problemas para o jornal.

2. Retratos da repressão: censura institucional, dispositivos médico-legais e violência policial

Sangue e vinho derramados no convés
Sons de gaitas, violões e pés
Quando de repente surgem dez canhões
Era o Barba Negra com a sua turma e suas canções

(Ave Sangria)

O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) foi a mais contínua e sistemática fonte documental de violação de direitos e múltiplas repressões incidentes sobre pessoas cujas experiências de gênero e sexualidade foram dissidentes e marginais no período da abertura democrática. Sua importância é destacada e assumida por expressiva parcela de pesquisas recentes que têm tomado como objeto investigativo as intersecções entre os temas referentes às dissidências de gênero e sexualidade e as políticas e práticas repressivas do estado de exceção no Brasil⁷¹. Isto pode ser demonstrado, a título de exemplo, por constarem no jornal todos os casos posteriormente apresentados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade⁷².

Neste capítulo destaco, dentre as múltiplas facetas do jornal, a importância de seu papel enquanto fonte documental e enquanto produtor de memória e contestação dos regimes de verdade produzidos pelo estado de exceção instaurado no Brasil em 1964 e pela sociedade civil que a ele se aliou e que o ampliou. Processos excludentes, marginalizadores e violadores dos quais o Estado brasileiro foi condutor tiveram respaldo da grande imprensa e de uma diversidade de agentes civis que também produziram por critérios e ideários próprios, versões da história. As páginas do jornal registram operações oficiais, violências e violações hoje conhecidas, marcam eventos invisibilizados ou

⁷¹ Os documentos existentes relativos à repressão e à violação incidentes sobre as dimensões de gênero e sexualidade, no período da “distensão” e “abertura” do regime são consideravelmente mais abundantes que aqueles referentes aos chamados “anos de chumbo”. Entretanto, tais documentos são amplamente oriundos da documentação produzida pelo aparato do regime militar e pela grande imprensa, tratando-se portanto de versões oficiais e hegemônicas. Dadas as dificuldades impostas às organizações civis não surgiram redes estruturadas de ativistas que tivessem monitorado e documentado de maneira mais sistemática as violações de direitos humanos, mortes e as múltiplas facetas da repressão sofridas por pessoas cujas experiências de gênero e sexualidade foram dissidentes e marginais no período e, por conta de tal, tivessem sido alvos privilegiados ou fáceis dos dispositivos de controle e repressão. Um levantamento mais sistemático e pioneiro começa a ser feito pelo Grupo Gay da Bahia durante a década de 1980 e estende-se pela década de 1990 (ver Mott, 1997).

⁷² Relatório da Comissão Nacional da verdade, Volume II, 2014.

desconsiderados, restituem experiências e constituem histórias diversas e divergentes. O *Lamplão* trazido aqui é uma instância de denúncia de tais processos e estruturas, bem como de contra-produção de narrativas; sua situação é, conseqüentemente e em qualquer sentido, minoritária.

Páginas proibidas: moral e bons costumes

Embora bastante afastadas das práticas de resistência da esquerda, incluindo a luta armada, para as instâncias estatais do regime de exceção instaurado em 1964, as “homossexualidades” foram tomadas como *loci* privilegiado de uma “conspiração comunista” em curso. O ideário anti-esquerda que fundamentou a ditadura civil-militar no Brasil, revestido de parâmetros conservadores de moralidade e civilidade públicas, aglutinou as dissidências sexuais e de gênero sob a vaga e difusa categoria da “subversão”. Expressão do “declínio moral” e contrária aos “bons costumes” da sociedade brasileira, as experiências de gênero e sexualidade de sujeitos, representaram da perspectiva dos planos de segurança do regime problemática que transcendia àquela do desordenamento de expressão de feminilidades e masculinidades públicas.⁷³

O vínculo entre homossexualidades, patologia e criminalidade e sua conjugação à dupla degenerescência do corpo individual e social datam de pelo menos o final do século XIX no Brasil. Entretanto, o estabelecimento de sua articulação ao potencial revolucionário e subversivo é consideravelmente adensada no período da ditadura militar.⁷⁴ Comportamentos e sujeitos “homossexuais”, segundo as elaborações documentadas do regime, estariam sendo recrutados clandestinamente pelo “Movimento Comunista Internacional”. Na esteira de uma conspiração com vistas à implantação do comunismo no país, constariam enquanto ameaças à segurança nacional e à “família,

⁷³ A associação entre experiências de gênero e sexualidade dissidentes e subversão é apontada ou explorada mais detidamente por diversos autores: Carrara, 2005; Costella, 1970; Cowan, 2014; Gaspari, 1978; Fico, 2001; Figari, 2007; Martins, 2009 e Morando, 2014.

⁷⁴ Embora a bibliografia mais recente sobre a questão, sobretudo aquela que foi subsidiária para os trabalhos da Comissão da Verdade Rubens Paiva e da Comissão Nacional da Verdade referentes às “homossexualidades” (ver Green e Quinalha, 2014) tome a associação à subversão política como traço distintivo de um ideário elaborado durante o regime militar; compreendo a natureza de tal vínculo como uma ênfase ou intensificação e não particularidade do período. Esta leitura parte da observação de que a produção médico-criminalista sobre os então chamados “invertidos” ou “pervertidos” na primeira metade do século XX no Brasil já apresenta associações análogas. Em especial, destaco o laudo médico, elaborado em 1936 por Heitor Carrilho em relação a Febrônio Índio do Brasil, em que acrescenta aos atestados de insanidade mental e periculosidade de Febrônio as intenções do último de “realização de reformas e transformações sociais”, fazendo com que viesse a tornar-se também, segundo Peter Fry, “subversivo” (Fry, 1982),

propriedade e moral”. Tais formulações de cunho homo e transfóbico foram subsidiárias a um ideário moralizador e repressor, instrumentalizado na formulação de diversos aparatos de regramento e contenção dirigidos a estes sujeitos.

Uma das formas assumidas deste vínculo entre “desvio moral” e “subversão” peculiar ao período foi seu extenso registro nos dossiês dos órgãos de informação, mais enfaticamente após instauração de um regime de exceção radicalizado com o AI-5 (Fico, 2014, p. 15). Sobretudo os órgãos de informação federais e estaduais, que estabeleciam as diretrizes para controle da segurança nacional, mencionavam em seus relatórios e publicações aqueles que “agem contra a ordem”, os “delicados”, a “permissividade moral sem limites”, as “publicações de caráter licencioso” e as manifestações culturais de naturezas das mais diversas como suspeita de subversão⁷⁵. “Pedagogos socialistas radicais”, cujas ações no campo moral conduziriam seguramente ao caos social se não levassem ao “paraíso comunista”, seriam os grandes responsáveis pelas, já em curso, degenerações e desastres culturais por que passava a juventude (Cowan, 2014). Tais documentações demonstravam uma associação direta entre ideologia conservadora e repressão aos costumes (Morando, 2014) e colocavam as experiências de dissidência de gênero e sexualidade, bem como sua irreverência, sob constante vigília e estigmatização.

As atividades censórias à liberdade de expressão constituíram-se, nesse período, como aparato central da expressão de tal ideário a partir da duplicidade das modalidades preventiva e repressiva de suas prescrições legais. Em janeiro de 1970, o general Emílio Médici baixa o Decreto-Lei n. 1.077, a “Lei de Imprensa”⁷⁶, com o expreso objetivo de reprimir publicizações e exteriorizações obscenas, consideradas “contrárias à moral e aos bons costumes” quaisquer que fossem os meios de comunicação. De acordo com seu texto, o estímulo à “licença de costumes” e a insinuação do “amor livre” tanto ameaçariam destruir os “valores morais da sociedade brasileira” quanto obedeceriam a “um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional” (Costella, 1970). Também era explicitada no texto a finalidade de proteger a “instituição da família, preservar-lhe os

⁷⁵ Os órgãos e os veículos diretivos em questão são: Escola Superior de Guerra (ESG), Centro de Informações do Exército (CIE), Departamento da Polícia Federal (DPF), Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Divisão de Segurança do Ministério da Justiça (DSI), Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem e Política Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP), a Revista Militar Brasileira e a Revista de Defesa Nacional.

⁷⁶ Para uma historiografia do controle da informação no Brasil e uma genealogia das transformações da Lei de Imprensa e da censura à liberdade de expressão no período, ver Costella (1970).

valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade” (Lopes, 2014, p. 276). Conforme ressalta Lopes (2014), a tríade “tradição, família e propriedade” era a marca de um ideário mais amplo do regime de apelo à ordem, contra a qual as homossexualidades constavam na ordem de ameaças, como se pode verificar pelo Decreto n. 1.077/1970. Em defesa pública deste estatuto legal, após consideráveis manifestações de oposição por parcelas da sociedade civil, o Ministro Alfredo Buzaid declara no *Estado de S.Paulo*:

[seu objetivo] foi preservar a integridade da família brasileira que guarda larga tradição de moralidade, combatendo o processo insidioso do comunismo internacional que insinua o **amor livre** para desfibrar as **resistências morais** de nossa sociedade. Este processo, elaborado e desencadeado em escala internacional, visa submeter o Brasil ao regime comunista, utilizando-se do **erotismo** e da **pornografia** para atingir seu propósito político. (*O Estado de S.Paulo*, 15 de fevereiro de 1970 apud Costella, 1970, p. 146)

Os dispositivos de censura do regime, atuando enquanto depositários da moral, passaram a ocupar-se do ofício de resguardar a ordem e segurança públicas, dirigindo-se à meticulosa classificação, à proibição, à apreensão de obras impróprias, bem como ao inquérito ou processo de seus autores. Reconstruo aqui três casos ressaltados pelo *Lampião* acerca desta questão, buscando recobrir as ênfases que o jornal destina às questões de ordem mais abrangente subsidiárias a eles.

Caso Cúri: a exaltação do “homossexualismo”

O número zero do *Lampião* traz em sua capa a chamada de uma matéria intitulada “Demissão, processo, perseguição: mas qual o crime de Celso Curi?”, que trata de um caso de censura, assinada por João Silvério Trevisan, informando tratar-se do caso de “um jornalista demitido por ser homossexual” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8). Em 1974, Celso Curi passa a trabalhar no jornal *Última Hora* e apresenta a proposta de escrever uma coluna sobre comportamento e cultura gay, que teria sido desencorajada pelo editor chefe do jornal, Samuel Wainer. Trabalhando no jornal em São Paulo, Curi faz uma entrevista de grande repercussão com o artista plástico Darcy Penteado, tendo sido a primeira declaração pública de homossexualidade que se tem registro na imprensa (Péret, 2011). Em fevereiro de 1976, cria a “Coluna do Meio” que foi publicada diariamente durante 3 anos, caracterizada por Péret (2011) como um “olhar gay sobre a cidade” com a função política e social de agregar pessoas excluídas e, de acordo com o *Lampião*, como uma coluna de caráter “informativo, social e burlesco” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8). A repercussão negativa da coluna entre certos setores da

sociedade fez surgir manifestações de intolerância diversas, incluindo cartas anônimas criticando o jornalista e chegando a ameaças de morte.

Em março 1977, é aberto um processo pela Procuradoria Geral da República, ação instaurada após denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo como incurso de artigo da Lei de Imprensa (ofender a moral e os bons costumes), que teve por efeito imediato a demissão do jornalista. Entre os textos da coluna apresentados pela promotoria estavam: um a respeito de notícias de homossexuais da Inglaterra e dos Estados Unidos e a transcrição de uma entrevista do soldado norte-americano Nel B. Thomas pedindo a liberdade de amor para homossexuais e bissexuais do exército. Entre expressões citadas estavam: “herói gay”, “terrível perseguição”, “enxutos da Baixada”, “cidade Ma-ra-vi-lhoos-sa” e a frase “e na América do Sul, até quando o homossexualismo vai ser considerado pecado por uns, e doença por outros?” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8). Segundo a reportagem do *Lampião*, o processo é aberto sob a acusação de “promover a licença de costumes e a homossexualidade especificamente”. O promotor que ofereceu a denúncia ao juiz de direito da 14ª vara criminal da comarca de São Paulo Capital, alegou que o denunciado ofendeu:

de modo contínuo [...], a moral pública e os bons costumes [...] o homossexualismo é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção “Correio Elegante”. (*Lampião da Esquina*, v. 0, 197 p. 8,6-8)

Para sua defesa, Curi procurou o advogado do Grupo Folha, do qual o *Última Hora* fazia parte, que teria recusado, alegando que não defendia “viados” (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 3). Por fim, a defesa foi realizada por um amigo de Curi, o advogado Luiz Gonzaga Modesto de Paula⁷⁷, sustentando a tese da historicidade da noção de moral e bons costumes⁷⁸ e a inexistência de qualquer definição legal para tal expressão subjetiva (Colaço, 2014; *Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8; *Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 3). Em 1979, o jornalista é absolvido em São Paulo pelo juiz Regis de Castilho Barbosa, que profere sua decisão afirmando não ser doutrinário o fato dos homossexuais procurarem se impor como segmento estruturado dentro da sociedade e

⁷⁷ Entre os poucos anúncios impressos no *Lampião*, encontra-se em diversas edições a recomendação do advogado para aqueles que precisassem de apoio jurídico.

⁷⁸ Sobre a aplicação legal deste conceito, a matéria do *Lampião* ainda ressalta o comentário de um “ex-ministro do STF” alertando que os juízes não deveriam impor seus padrões às novas gerações e que sendo o conceito de moral e bons costumes subjetivo, os agentes policiais não deveriam “interpretar” a vontade da lei (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8).

sustentando que a coluna não tinha o caráter de obscenidade que lhe fora atribuído (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 3). Na ocasião, o *Lampião* (à época sob Inquérito do DOPS, enquadrado sob a Lei de Imprensa) lança uma nota noticiando o fato conjuntamente com a absolvição de Nicolas Behr, em Brasília, enquadrado sob o mesmo decreto.⁷⁹ A matéria do *Lampião* sobre a absolvição do jornalista ressalta que este foi o primeiro processo na história da justiça brasileira em que o “homossexualismo” foi enquadrado como objeto direto de denúncia e que com sua absolvição se criou um importante precedente jurídico para a defesa dos direitos dos homossexuais no país.

Entrevistado pelo *Lampião*, Curi expressa suas intenções de escrita sobre homossexuais também como um caminho para a abordagem de assuntos mais gerais, comenta que a luta dos homossexuais não deveria ser fechada dentro de uma “elite política” e sobre a extrema marginalidade e vulnerabilidade de travestis no Brasil fazendo viração na rua. A propósito de ter recebido críticas de certos setores mais “radicais”, que presumiam que a coluna deveria ser mais “política”, conscientizando mais homossexuais para a união, o jornalista afirma partir da compreensão de que as pessoas deveriam “viver naturalmente” e procurar “conviver bem com sua própria homossexualidade”. Sobre a existência de um movimento homossexual no Brasil, diz julgar ser uma coisa “muito perigosa”, e ressalta os problemas prioritários que os homossexuais têm no Brasil, como, por exemplo, ter de tomar diversas precauções para não perder o emprego (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8).

Caso Cassandra Rios: literaturas ilícitas

De acordo com a ativista lésbica e feminista, ex-colaboradora do jornal *Lampião da Esquina*, Marisa Fernandes, Cassandra Rios foi a escritora mais censurada durante todo o período do golpe militar (considerando-se outros escritores e artistas em geral), tendo cerca de quarenta de suas obras censuradas (2014). Levada diversas vezes de forma ilícita como criminosa para as delegacias, a escritora passou por vexames e sofreu pelo menos uma agressão física por um delegado. Segundo Fernandes (2014), as denúncias feitas contra a autora orientaram-se sustentando que Cassandra estaria aliciando, corrompendo e direcionando a juventude e a sociedade rumo à homossexualidade por meio de seus romances eróticos que frequentemente tematizavam relações ilícitas,

⁷⁹ Em sua tese, Edward MacRae menciona o caso do inquérito contra o poeta Nicolas Behr, mas sem fornecer maiores explicações (1990, p. 162).

apresentando a sexualidade fora dos padrões considerados normais excessivamente e explicitamente. Sua livraria foi fechada e mais de cem mil de seus livros apreendidos das editoras.

Em 1977, 1.046 intelectuais escreveram e assinaram o manifesto contra a censura para entregar ao então Ministro da Justiça Armando Falcão. Entre os signatários do manifesto, constava o nome de Cassandra, mas fora subtraído por um dos intelectuais responsáveis, a partir da consideração de que ela não seria uma “escritora séria” (Fernandes, 2014). Tal avaliação incide também sobre os temas abordados pela autora em suas obras e conta como elemento explicativo do porquê artistas e intelectuais engajados na luta contra a censura não se mobilizaram frente o caso de Cassandra Rios, recusando-se a contaminar sua luta política.

O *Lampião* realiza duas entrevistas longas com a autora ao longo de sua trajetória, respectivamente em outubro de 1978 (*Lampião da Esquina*, v. 5, p. 8-10) e outubro de 1980 (*Lampião da Esquina*, v. 29, p. 16-17). Da primeira, intitulada “Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever: Cassandra Rios ainda resiste”, participam Mariza Corrêa, Mirian Paglia Costa, Maria Adelaide Amaral, Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e Glauco Mattoso. Cassandra fala sobre suas personagens, sobre como supõe que os leitores se afetem com sua obra e sobre a educação sexual repressiva que é destinada às mulheres, colocando também em pauta as discussões sobre ensino de sexualidade nas escolas e sobre direitos humanos de maneira mais ampla. Da segunda, intitulada “Cassandra Rios: assim, até a bíblia é pornográfica”, participam Francisco Bittencourt, Dolores Rodrigues, Antônio Carlos Moreira, Anne Rachel, Luciane Louzeiro, Pablo Ortega e Nicole Puzzi. A escritora reflete, sobretudo, sobre os rumos de mudança nesse período de dois anos de distensão do regime comentando que, se anteriormente seus livros estavam sendo apreendidos de uma “maneira criminosa e arbitrária”, em 1980, certa liberação permitiria que se pudesse “respirar um pouco mais”. Ainda ressalta que uma das formas que encontrou para lidar com a censura foi sempre engavetar os livros e guardá-los para uma época de menos sufoco.

Sobre este ponto, os entrevistadores frisam que ainda pairava no ar um clima de ameaça e possíveis apreensões, e que mesmo algumas revistas como *Ele e Ela*, que circulavam com certa liberdade no período de sufoco, estavam sendo ameaçadas de apreensão. Tal colocação também denota que a distensão da censura incidente sobre a

tematização de formas de sexualidade não hegemônicas não foi linear em direção à abertura do regime.

Se, por um lado, a supressão do Estado democrático no Brasil institucionaliza uma figura executiva centralizada, também é verdade, por outro, que a produção e a prática dos esquemas disciplinares não se deu de maneira unificada e ordenada; tendo a própria censura estado sujeita a uma variedade de interesses localizados e pessoais das autoridades jurídicas. Colaço (2014) aponta casos em que as teses formuladas por membros do Ministério Público contra jornalistas por afronta à moral e bons costumes não foram acolhidas por diversos juízes apesar do mais recorrente ânimo punitivo em relação às homossexualidades (2014, p. 226-7). Em entrevista ao *Lampião*, publicada em sua 16ª edição, de setembro de 1979, o diretor José Augusto Iwersen comenta ter se surpreendido com as declarações de que o censor responsável teria dado à obra “Daniele Carnaval e Cinzas”, sobretudo após ter tido tantos filmes censurados. José Augusto Costa, além de ter liberado sem cortar qualquer parte do filme de Iwersen, ainda teria dito ao diretor que achava muito “importante” e “necessária” a temática explorada por este, que tratava de um dia na vida da travesti Daniele⁸⁰ (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 12).

Caso Lampião: as apologias presumidas

Apesar de não ter sido processado, como no caso do jornalista Celso Curi, o *Lampião da Esquina* foi alvo de um inquérito do Ministério da Justiça e seus editores acusados de atentado à moral e aos bons costumes, sendo enquadrados pelo decreto 17 da Lei de Imprensa. Uma carta da Polícia Federal foi enviada aos editores em agosto de 1978, apenas 5 meses após o lançamento da edição inaugural do jornal⁸¹. Em entrevista a

⁸⁰ Segundo o *Lampião*, o filme focalizaria, pela primeira vez no cinema brasileiro, a vida de uma travesti dentro de uma “visão adulta e sem preconceitos”.

⁸¹ Já no número 8 do jornal, pode-se ver a menção à solidariedade manifestada pelo jornal *O Pasquim*; em nota: “Deu no Pasquim: ‘A polícia está querendo enquadrar o mensário guei LAMPIÃO por atentado à moral e aos bons costumes. Audácia dos bofes! Contem com nossa Solidariedade, queridinhas. Jaguar.’ É isso aí Jaguarete. Tudo o que a gente espera é se comportar com a mesma classe de vocês em episódios semelhantes. Aliás, pessoas maldosas costumam dizer que a gente – LAMPIÃO – e vocês – os outros nanicos – remam em direções contrárias. Mas como é possível remar em direções contrárias, quando se está no mesmo barco?” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 11). As relações entre o *Lampião* e o *Pasquim* são marcadas por uma série de aproximações e afastamentos; se, frente à repressão ou à grande imprensa, os jornais mantêm uma relação de apoio e partilham posicionamentos, há uma série de questões colocadas no decorrer das páginas do *Lampião* sobre posições machistas do jornal. Como exemplo, uma nota no número quinze do *Lampião*, em que os editores dizem reiterar o papel do *Pasquim* e sua atuação de combate, saudar sua duração, bem como parabenizam a recente tematização de questões referentes às “minorias políticas” em suas páginas, apesar do machismo e seguem: “O que o Pasquim faz gozando as

Péret (2011, p. 55), o editor do *Lampião* Jean-Claude Bernadet disse que ficou sabendo pela mídia que o jornal estava sendo acusado de fazer “apologia à homossexualidade”, conforme o noticiário. De acordo com Trevisan (1986, p. 346), o conteúdo do inquérito trazia uma menção a “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, o que, segundo o jornalista, já presumia uma homossexualidade patologizada.

Em 12 de abril de 1979, compareceram à sede da polícia Federal no Rio de Janeiro os editores Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 3) para inquérito, no qual teriam sido de início interrogados se eram homossexuais. Antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, eles foram fotografados e identificados criminalmente, o que denota, como ressalta Trevisan (1986, p. 346), que o policial já os julgava antecipadamente culpados⁸². A capa da edição número doze do jornal traz as fotos dos rostos dos autores em fichas policiais emolduradas por estrelas.

A notícia do inquérito tem como efeito a produção de diversos ensaios e reportagens sobre a questão da “moral e dos bons costumes” bastante provocativos no *Lampião*. Ao anunciar o inquérito que o jornal sofria, Darcy Penteado, em matéria intitulada “Ma che cosa é questa?”, ironiza a busca por algo no *Lampião* que seja ou pareça imoral, sugerindo que o autor da denúncia parece considerar “imoralidade” defender a ecologia, tentar conscientizar homossexuais do seu papel atuante na sociedade ou reconhecer os direitos das mulheres, negros e índios. Para Penteado, tal compreensão faria a imagem de uma caça às bruxas hipotéticas, na qual um código é instrumento de opressão de ideias e comportamentos silenciados por aqueles que, pelo poder e pela força, atribuem a si a posição de “donos da verdade”. A provocação de Darcy vem, sobretudo, em torno da tese de que os critérios utilizados pelos censores, que vinham sistematicamente interferido no trabalho de romancistas e teatrólogos, serviriam para esconder as imoralidades e maus costumes daqueles que ditam as normas. Apesar das aberturas prometidas, o inquérito seria, segundo o artista plástico, mais uma demonstração da rotineira opressão que vigora tentando intimidar a imprensa nanica que,

feministas com suas mulheres peladas e as bichas com seus bofes desmunhecados é gozar a si mesmo” (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 5).

⁸²Os arquivos remanescentes do DOPS, abertos à pesquisa pública em 1994, contém documentos referentes a alguns editores do *Lampião*. Estes dizem respeito às ligações individuais com organizações de esquerda no decorrer da década de 1960 ou como movimento contra a ditadura durante a década de 1970, sem fazer qualquer referência à sua homossexualidade ou ao seu ativismo homossexual (Green, 1999, p. 435).

pelo seu próprio caráter minoritário, não está vinculada às “ideias oficiais” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 6).

O artigo de Newton Martinez ressalta que, na ocasião em que um órgão de imprensa é perseguido por uma tentativa de conscientizar parcelas da sociedade, é preciso que encaremos isso objetivamente associando a legislação relativa à imprensa – operada por executores da lei que pensam estar agindo em defesa da família – a um instrumento que serve para manter “burra” a classe média. Homossexualismo, nesse contexto, torna-se um alvo fácil, representando um perigo para a seguridade da abertura nos planos político e econômico conjugada a um fechamento no campo moral (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 16).

Aguinaldo Silva reitera a posição do jornal sobre a necessidade de “assumir o prazer como um dos direitos fundamentais do homem” e retoma uma entrevista concedida ao Globo pelo diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunca, em que atesta que a legislação a ser cumprida pela censura “impõe restrições, de tal forma incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante batalha contra a realidade”. De acordo com Aguinaldo, para as pessoas que fazem o *Lampião da Esquina*, essa declaração do sr. Rogério Nunca foi da maior importância, pois é exatamente baseado nestas restrições “incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade” que estava sendo realizado um inquérito contra o jornal. Entretanto, reitera que o conselho editorial discorda da posição, segundo a qual censura deve ser reformulada, ao contrário, prezam pela sua abolição, já que esta teria como fundamento critérios “extremamente subjetivos e politicamente desastrosos” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 5).

Ainda na nona edição do jornal, é publicada uma longa entrevista feita com membros da sociedade civil que apresentam uma variedade de pontos de vista icônicos sobre a atualidade de código de censura da Lei de Imprensa. De maneira geral, os entrevistados opinam sobre seu anacronismo em constante choque com o que seria a “realidade” e, portanto, sobre a natureza retrógrada do instrumento de censura conjugada ao seu autoritarismo e a consequente necessidade de sua revisão (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 7). Alguns dos comentários deslocam o componente da imoralidade da homossexualidade ou do atentado ao pudor para a precariedade das condições de vida e trabalho existentes no país, ao descaso governamental em relação a estas, à censura em

relação à ciência e à exploração de territórios como a Amazônia. Outros ironizam a perseguição ao *Lampião* e comentam que para saber sobre “moral e bons costumes” basta frequentar a “sauna do ACM”, ressaltando que é justamente o estado latente de perseguição e discriminação em relação a homossexuais que justifica a existência do jornal. Destaco o comentário da dona de casa Maria do Céu Vieira que de maneira clara, inverte o polo produtor da imoralidade:

Uma noite eu ia saindo com meu marido do cinema Palácio, na Cinelândia, e vi um rapaz ser levado para um carro da polícia debaixo de pancada. Meu marido ficou revoltado e perguntou ao policial: “Ei, por que você está fazendo isso?”. A resposta: “porque ele é bicha”. Isso não é imoral? (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 7)

Em fevereiro de 1979, o general Heitor Furtado Arnizaut de Mattos acusou publicamente a imprensa de dar “muita proteção aos subversivos” (Kucinski, 1991, p. 119). Tal comentário é sucedido pela publicação, em 18 de abril de 1979, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de um documento datado de setembro do ano anterior pelo Centro de Investigações do Exército. Tratava-se de dossiê sobre imprensa alternativa que lançava as bases para uma ampla ação fiscal e administrativa de caráter legal contra os jornais nanicos. Entre as propostas, estavam devassas contábeis e cobranças de débitos previdenciários (Kucinski, 1991, p. 119). Em um dos itens constava:

Dentro da imprensa nanica vem crescendo ultimamente um da chamada “imprensa gay” que se dispõe a defender as atitudes homossexuais como atos normais da vida humana. E é dentro desta visão que os seus diretores estão sendo acusados através da Lei de Imprensa, por crime de atentado à moral e aos bons costumes. (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 2)

Segundo matéria intitulada “De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco”, assinada por Aguinaldo Silva, na 15ª edição do jornal, em 10 de julho de 1979 (*Lampião da Esquina*, v. 15, p. 5), ao chegar à sede do jornal no Rio, os editores depararam-se com um envelope enviado pelo Departamento de Polícia Federal, que continha uma solicitação do delegado responsável pelo IPL 25/1978 – DOPS. Adereçada a “Ilmo Sr. Diretor do *Jornal Lampião da Esquina*”, uma carta solicitava, a fim de instruir o inquérito policial que tramitava, que este comparecesse ao DOPS no dia 13 de julho, munido das escriturações ou balancetes relativos aos meses de janeiro a maio de 1979⁸³. O advogado

⁸³ Também foram enviadas três meses antes (abril de 1979) perícias contábeis à revista *Versus* (Kucinsky, 1991) e ao jornal *Em Tempo* (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 5).

que acompanhou o caso, Luís Celso Soares⁸⁴, partindo da compreensão de que a solicitação era ilegal e arbitrária, aconselha os editores a ignorarem o pedido e a denunciarem tal arbitrariedade.

Seguindo o conselho, um dos editores concede uma entrevista que é publicada no dia seguinte pelo *Jornal de Brasília*. Quando a notícia chega ao gabinete do Ministro da Justiça, Petrônio Portella, é emitida uma ordem ao DPF solicitando o relatório completo sobre o inquérito do jornal⁸⁵. Ao final da tarde do mesmo dia, o gabinete do Ministro divulga uma nota com a explicação dada pelo Coronel Moacir Coelho, diretor do DPF, de que, ao solicitar os livros contábeis e os balancetes do jornal, a Polícia Federal pretendia provar que o jornal “não tinha condições de sobreviver como empresa”, ficando o coronel constrangido publicamente.

O sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio demonstrou apoio ao *Lampião* e a alguns jornais da grande imprensa publicaram nota elaborada pelo conselho editorial denunciando o caso. Contrariamente, outros jornais, como o *Jornal do Brasil*, recusaram-se a tal alegando que haveria “ordens expressas para ignorar qualquer reivindicação vinda de homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 5). No mesmo número do *Lampião* (n. 15), aparece uma nota mencionando a criação do Comitê de Defesa do Jornal *Lampião*⁸⁶, que estaria colhendo assinaturas e mobilizando entidades para protestar contra as arbitrariedades que vinham sofrendo (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 5).

O número dezoito do jornal anuncia o fim do inquérito⁸⁷ concedido pela justiça em função do parecer do procurador da República Sérgio Ribeiro da Costa a respeito do jornal sobre a relatividade do conceito de “moral”, sem deixar de ressaltar as arbitrariedades ocorridas ao longo do processo e as humilhações públicas sofridas pelo jornal (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 2; MacRae, 1990). Apesar de o inquérito ter sido encerrado quando a coleta de assinaturas ainda estava em processo, o jornal publica em sua 18ª edição a carta dirigida ao Ministro da Justiça, bem como as assinaturas que o acompanhariam. Na carta, de início é lembrado que o *Jornal Lampião* é dedicado às

⁸⁴ José Reinaldo Lopes lembra que Luis Celso Soares de Araújo era advogado da Associação Brasileira de Imprensa, uma das organizações mais ativas da sociedade civil atuante a favor da democracia (2014, p. 286).

⁸⁵ Na época do início do Inquérito contra o *Lampião*, em 1978, Petrônio não ocupava o cargo, sendo este o motivo de sua solicitação e possível desconhecimento da tramitação.

⁸⁶ O comitê era liderado pelo Grupo Somos-SP (MacRae, 1990).

⁸⁷ O inquérito é arquivado por sentença do juiz da Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Colaço, R., 2014).

questões dos setores oprimidos – homossexuais, mulheres, negros, índios, além do problema ecológico – e é mais um órgão da imprensa alternativa que vem sofrendo agressões oficiais, expressas através das medidas estratégicas previstas no documento do Centro de Informações do Exército. Nela também é destacado o entendimento dos assinantes de que estes atos oficiais conduzem uma clara tentativa de “castrar o diálogo sobre os setores oprimidos ‘minoritários’” e segue com a lista de assinantes compostas por uma série de personalidades e associações civis⁸⁸ (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 2).

A lei de imprensa dirigida à criminalização da tematização de sexualidades desviantes, antes de ser aplicada exclusivamente no caso do inquérito do *Lampião* ou do processo movido contra o jornalista Celso Cúri e da proibição das obras de Cassandra Rios, foi mobilizada em diversas outras ocasiões no período. Em 1978, também foi instaurado um processo criminal contra 11 jornalistas da revista *Isto É*, pela matéria “O

⁸⁸ Assinam a carta os seguintes artistas, intelectuais, jornalistas e ativistas: Clarice Herzog – Plínio Marcos – Luiz Gonzaga Jr. – Alberto Guzik – Ivan Lins – Flávio Aguiar – Leyla Perrone Moisés – João Alexandre Barbosa – Antônio Cândido de Mello e Souza – Alfredo Bosi – Davi Arrigucci Jr. – Walnice Nogueira Galvão – Teresa Pires Vara – Paul Singer – Heloísa Fernandes – Maria Sylvia Franco – José Arthur Giannotti – José Álvaro Moisés – Ruth Corrêa Cardoso – Fernando Henrique Cardoso – Paulo Henrique Cardoso – Luiz Roberto Cardoso de Oliveira – Maria Josefina Cardoso de Oliveira – Yara de Homoway – Lúcio Kowarick – Maria Teresa Sadek – Leôncio Martins Rodrigues – Eunice R. Durham – Maria Lúcia Montes – M. Manuela Carneiro da Cunha – José A. Guilhaon Albuquerque – Octávio Ianni – Francisco C. Weffort – José de Souza Martins – Cândido Procópio F. Camargo – Vinicius C. Brant – Gabriel Cohn – Nicete Bruno – Paulo Goulart – Paulo Kein – Fernando Torres – Fernanda Montenegro – David José – Ester Góes – Nilda Maria – José Celso Martinez Corrêa – Cacilda Lanuza – Juliana Carneiro da Cunha – Sônia Mota – Tato Fischer – Roberto Piva – Altair Lima – Júlio Vilan – Paulo Vilaça – Dercy Gonçalves – Bruna Lombardi – Carlos Alberto Riccelli – Fauzi Arap – Pedro Si Agnero – Fernando Peixoto – Ruth Escobar – Juan Oviedo – Luiz H. Galante – Antônio Maschio – Assunta Perez – João José Pompeu – Rafael de Carvalho – Consuelo Leandro – Ismael Ivo – Raul Raschou – Ruth Raschou – Mariene Ansaldi – Leilah Assunção – Ruthinéa de Mornes – Yolanda Cardoso – José Roberto Freitas – Sônia Loureiro – Imara Reis – Denise del Vecchio – Cláudia Mello – Eugênia de Domênico – Roberto Farina – Irene Ravache – Jacob Klintonowicz – Renina Katz – Carlos Ricardo da Silva – Jornal *Em Tempo* – Jornal *Convergência Socialista* – Mário Sérgio Conti – Raimundo Rodrigues Pereira – Jornal *Versus* – Hélio Goldsztejn – Sindicato dos Jornalistas de São Paulo – Sindicato dos Bancários de São Paulo – Apeoesp – Agraf – Júlio Tavares – José Adão de Oliveira – Amilton Monteiro – Fernando Morais – Sérgio Santos – João Batista Brada – Franco Baruseilli – Mauro Brosato – Eduardo Matarazzo Suplicy – André Bonassi – Rubens Larz – Geraldo Siqueira Filho – Airton Soares – Wanderley Macris – Almir Pazzionotto Pinto – Goro Hama – Marcos Aurélio Ribeiro – Márcia Porto Pimentel – Maria Cristina de Azevedo Róseo – Maria Aparecida Pinto Silva – José Augusto de Camargo Júnior – Isabel Blemel – Rita de Cássia Vilares – Rodolfo Bontuni – Antônio Carlos Pimentel – Olivio Tavares de Araújo – Celso Nunca – Regina Braga – Maria Bonomi – Cláudio Abramo – Randá Abramo (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 2). Além destas entidades e personalidades da sociedade civil na já anteriormente mencionada nota do Jornal *O Pasquim*, cabe destacar as diversas manifestações de solidariedade de leitores, registradas em diversos números na seção “Cartas na Mesa” do jornal.

poder homossexual”, sob a acusação de “fazer apologia malsã ao homossexualismo”⁸⁹; caso publicizado em nota de advertência no quinto número do *Lampião*, intitulada “Sinal de alerta”, que reunia em tom de preocupação as investidas que vinham incidindo sobre a tematização da “homossexualidade” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 16). Ainda no mesmo ano, a revista *Interview* passa por inquérito por “atentado contra moral e bons costumes”, em consequência de entrevistas com Ney Matogrosso e Bety Faria e Yonita Salles Pinto (MacRae, 1990); na entrevista de Ney Matogrosso, por exemplo, o cantor expôs inequivocamente sua orientação sexual, declarando que era “gay” (Green, 1999; *Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 3). Em 1979, outro inquérito foi aberto contra o jornal *O Repórter* e a jornalista Iara Reis por conta da matéria “Lésbicas metem o pau na repressão” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 2).

Nem o término da censura prévia à imprensa, em 1978, nem o decreto da Lei da Anistia, em 1979, acabam com a ampla estrutura de censura baseada na doutrina de segurança nacional. O departamento de Censura Federal teria permanecido exercendo controle sobre os meios de comunicação mesmo durante o período de distensão do regime, ao menos no que dizia respeito à moral e aos bons costumes (ver Kucisnski, 1991)⁹⁰.

Bernardo Kucisnski (1991) atenta para o padrão da censura à imprensa alternativa sob uma dupla forma: tanto o padrão totalitário imposto aos jornais alternativos, que mutilava pesadamente cada edição, quanto um padrão complacente para a grande imprensa, que praticamente não alterava seu modo de produção e seus conteúdos. Se o remodelamento da censura parece afastar-se da radicalidade crua do período anterior, revestida de razoabilidade no período da abertura, não parece exagerado dizer que do ponto de vista da relação desigual entre complacência para a imprensa hegemônica e castração da imprensa alternativa, o quadro tenha se alterado nesse período. Tal avaliação pode ser demonstrada pelos casos aqui demonstrados, especialmente no que diz respeito aos temas das sexualidades e experiências de gênero dissidentes, enquadradas pela Lei de Imprensa, apoiada pela moralidade vigente no período. O *Lampião* é enfático ao mostrar em suas páginas, das primeiras às últimas edições, o tácito contraste entre a tematização

⁸⁹ “Revista *Isto É* – Apologia ao homossexualismo” (11 de janeiro de 1978), NA/COREG, Fundo DSI/MJ, BR-NA-RIO-TT-MCP-PRO-1135,4 (apud Cowan, 2014, p. 36).

⁹⁰ A doutrina de segurança nacional via a imprensa, sobretudo a imprensa alternativa, como um campo privilegiado de infiltração comunista (Marcon, 1980; Kucisnski, 1991). Uma discussão mais ampla sobre a imprensa alternativa no período militar será feita no segundo capítulo desta dissertação.

ridicularizante, patologizante, criminalizante e repressiva (quando não disseminadora de discursos de ódio incitando o extermínio) da grande imprensa com impunidade garantida e aquelas representações positivas construídas pelo próprio jornal, proibidas, questionadas e processadas.

Moralidades hegemônicas não foram apenas sustentáculos regulatórios das práticas de censura, houve aqueles que se prestaram a contribuir com o silenciamento dos conteúdos sexuais à sua própria maneira. Tendo início em 1977 e assumindo caráter sistemático e amplificado por volta de 1980, uma série de bancas de jornal começam a ser incendiadas, atingidas por bombas ou ameaçadas por panfletos colados em suas paredes, cujo conteúdo exigia a interrupção das vendas de jornais alternativos e pornográficos, constando o *Lampião* em algumas listas (Kucisnski, 1991; Trevisan, 1986, p. 346). Em decorrência da violência do processo e de sua amplitude, muitos começam a recusar vender os alternativos⁹¹. As bombas teriam sido vagamente atribuídas pelo governo a comandos paramilitares, sem que tenha sido instaurado nenhum inquérito para apurar de onde provinham e quem eram os integrantes de tais grupos autodenominados Falange Pátria Nova, Brigadas Moralistas e Comando de Caça aos Comunistas (Trevisan 1986, p. 346).

Tais episódios de investidas por parte do Estado brasileiro, de suas ramificações e de parcelas da sociedade civil tiveram efeitos de agravamento das dificuldades financeiras existentes desde o início do *Lampião*, que era sustentado sobretudo pelos próprios editores, nunca tendo atingido quantidades suficientes de assinantes fixos para sua manutenção⁹². Da mesma maneira, tiveram consequências marcantes no sentido da marginalização desta produção.

Regimes de verdade

Ao decorrer das páginas do *Lampião*, estão impressos inúmeros casos de assassinatos, crimes sexuais e outras formas de violência que marcam o cotidiano de mulheres e pessoas de gênero e sexualidade dissidentes⁹³. A seleção que faço dos casos busca retomar aqueles que, sob alguma forma, não são devidamente tratados pelo campo

⁹¹ Em São Paulo, por exemplo, chega a 60 o número de jornaleiros que recorrem ao sindicato em busca de ajuda ou proteção (Kucisnski, 1991).

⁹² O segundo capítulo desta dissertação tratará mais detidamente de tais aspectos referentes ao jornal.

⁹³ *Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 2; v. 14, 1979, p. 4; v. 24, 1980, p. 10-11; v. 25, 1980, p. 5-6; v. 32, 1981, p. 5.

jurídico e que são marcados por violências inerentes a este campo, que terminam por aprofundar a hostilidade e os danos sofridos por estas categorias sociais. A conjugação aqui disposta considera que estes aspectos e problemáticas são alvo de particular reflexão do jornal, ao mesmo passo que interessa enquanto particularmente ilustrativa de uma série pressupostos de gênero e sexualidade que marcaram o imaginário social de época.

A arbitrariedade e o autoritarismo de leis aplicadas de maneira sistemática, abertamente assumidas enquanto políticas de Estado no período militar, foram evidenciadas no capítulo anterior. Nesta seção, minha intenção é a de agrupar e analisar casos de ambivalência e violência jurídica que envolveram dimensões de gênero e sexualidade, mesmo que não possamos tomá-las como específicas e circunscritas ao período em questão; deslocando, portanto, o foco de um Estado ditatorial monolítico para as ramificações de suas instâncias de controle, multiplicadas em microcentros de poder legitimados pelo ideário repressivo empreendido pelas políticas estatais. Esta seção dispensa atenção sobre experiências de violência e repressão de gênero e sexualidade de menor visibilidade na historiografia.

Todos os casos mencionados nesta seção, com exceção do caso Chrysóstomo, são casos documentados pelo *Lampião* com o intuito de denunciar as arbitrariedades e os preconceitos que compõem as práticas judiciárias e os pressupostos normativos e culturais que as informam. O caso Chrysóstomo é trazido não unicamente pelo motivo mais evidente de que o jornalista era parte do conselho editorial do jornal, mas porque o desenrolar do caso e os elementos mobilizados na acusação têm ressonâncias explícitas e fundamentais com os demais casos.

Caso Chrysóstomo: pela homoparentalidade

O jornalista, crítico de arte, produtor, diretor teatral e editor do *Lampião da Esquina*, Antônio Chrysóstomo obteve, em 1979, a responsabilidade em caráter provisório de uma menina que conhecera na marquise do prédio onde ficava a redação do *Lampião*⁹⁴. Cláudia, à época com 4 anos, costumava perambular com sua mãe pedindo esmolas e comida nas ruas da Lapa. Desde que a casa onde moravam fora incendiada, sem lugar para parar, a mãe passara a viver com a garota debaixo de uma marquise

⁹⁴ A reconstrução do caso nesta seção é apoiada no livro escrito pelo próprio jornalista sobre o caso (Chrysóstomo, 1983). Também tomo por base as construções e análises feitas por Rita de Cássia Colaço (2014).

próxima à redação do jornal. Decorrido um período de frequente ajuda à mãe e filha, mesmo que incompreendido ou fortemente desaconselhado por seus amigos e colegas de redação, Chrysóstomo passou a considerar a adoção da menina.

A obtenção da guarda ocorreu sem maiores problemas para o Juizado de Menores. O jornalista era colaborador fixo de jornais mais renomados do que o *Lampião*, diretor de um projeto da Funarte, tinha terrenos no Rio de Janeiro e considerável reconhecimento profissional (Chrysóstomo, 1983). Antônio passa a conjugar sua vida entre bares, festas, homens de passagem pelo seu apartamento e noites fora de casa dirigindo shows com a criação da garota, tendo contratado uma babá para ajudá-lo. Quando a babá morre, Chrysóstomo recorre a duas vizinhas, pedindo que cuidassem de Cláudia durante o dia; deste episódio alastra-se um *frisson* pelo prédio onde morava sobre os órgãos sexuais da menina estarem “inchados” e uma série de outras asserções e desconfianças circulando entre os vizinhos já anteriormente munidos de preconceitos sobre o estilo de vida e orientação sexual do jornalista.

Uma denúncia é feita, em outubro de 1980, na 7ª DP, por maus tratos e abuso sexual continuado contra a menor, seguida da perda da guarda de Cláudia e de um processo aberto na 10ª Vara Criminal. Um pedido de prisão preventiva foi solicitado por um promotor que, segundo os seus advogados, já tinha suas desavenças com Chrysóstomo, que passa a acompanhar e participar dos depoimentos contra acusado. Os depoimentos empreendidos pela acusação erigiam conteúdos como a “promoção de festas barulhentas”, sobre nunca se ter ouvido em seu apartamento “a voz de mulher”, “manchas de esperma no tapete”, “queimaduras de cigarro” no corpo da garota e terminavam concluindo que Antônio “colocava o dedo e o próprio membro viril” na vagina da menina. Conforme mostra Rita Colaço:

Embora possuindo emprego e residência certos, tendo comparecido espontaneamente aos atos do processo e o laudo exame de corpo delito a que a criança fora submetida afirmasse que suas partes genitais estavam íntegras e sem qualquer vestígio de violência, o promotor requereu a prisão preventiva. Sustentava tratar-se de uma pessoa imoral, portadora de vícios (o alcoolismo) e tara (a homossexualidade, apresentada por ele como sinônimo de pedofilia heterossexual). (Colaço, 2014, p. 233)

De “provisória” para verificação, a prisão do réu durou 180 dias até a protelação da sentença. Mesmo que o exame clínico realizado na instituição de menores não tivesse registrado marca de quaisquer das violências descritas (como “rolar da escada”, “queimadura de cigarro”, “murro no nariz”) e que parte das testemunhas tivesse declarado

a retidão do caráter pessoal e profissional do réu junto a toda a argumentação da defesa, Chrysóstomo foi condenado à prisão. Segundo Trevisan, a pena seria de dois anos e oito meses por atentado ao pudor e mais dois meses e vinte dias por maus tratos a menor, acrescida de um ano de medida de segurança por “periculosidade social” – sendo que a soma final da sentença superava em alguns meses a pena mínima, “dando a impressão de que ela visava impedir que Chrysóstomo obtivesse um eventual indulto ou gozasse de liberdade condicional por ser réu primário” (1986, p. 202).

Em março de 1983, julgado em segunda instância, foi considerado inocente, “sob alegação de que o julgamento anterior se baseava “não em provas, mas em conjecturas” (Trevisan, 1986, p. 203; Chrysóstomo, 1983). Debilitado fisicamente, Chrysóstomo passa a morar em uma hospedagem em São Paulo, falecendo alguns meses depois, deixando publicado uma peça sobre seu julgamento em livro que continha todos os autos do julgamento (Chrysóstomo, 1983). Em seu livro, também consta uma carta que escreveu ao governador do estado⁹⁵, “descrevendo em detalhes toda a rotina de violação aos direitos humanos cometida contra a população carcerária e advertindo para a necessidade de medidas urgentes para dotar a instituição de condições mínimas de sobrevivência, pois, do contrário a cadeia ‘explodiria pelo desespero dos oprimidos”’ (Colaço, 2014, p. 235). Rita Colaço retoma um depoimento de Trevisan, segundo o qual sem nunca mais ter visto a menina, Chrysóstomo teria insistentemente tentado recuperar sua guarda sem sucesso, até sua morte (Colaço, 2014).

Cabe ressaltar que, a despeito dos exames de corpo delito de Cláudia não terem apontado para qualquer marca de violação no corpo da menina, conforme as diversas denúncias, a desconsideração de tais resultados foi feita por parte do júri, mesmo quando seriam a prova contrária das acusações mais substanciais dispostas contra o jornalista. O juiz diz que as provas estariam nos autos e não no exame de corpo delito (Chrysóstomo, 1983), assim julgando Chrysóstomo com base nos depoimentos das testemunhas, desprezando o laudo técnico em função de uma sentença previamente estabelecida. A psicóloga responsável pela entrevista com a menina na FEEM⁹⁶ recodifica o depoimento da criança segundo as necessidades das causas morais condenatórias que estavam em jogo, conforme ela escreve, a menina “resistiu como era natural resistir”, mas “acabou

⁹⁵ Na época, Leonel Brizola.

⁹⁶ Fundação Estadual de Educação ao Menor (RJ).

confirmando”. Por fim, a criança é completamente abandonada no processo, o que confirma ou reafirma que era outro crime que de fato estava sendo julgado e não seu bem estar⁹⁷.

Deve-se explicitar a parcialidade do promotor mediante o descarte sumário dos resultados do exame de corpo delito que seriam o elemento substancial contrário à sua incriminação. Ao mesmo modo, pode-se ressaltar, a partir dos autos do caso, o processo de tradução técnica operacionalizada pelo aparato policial e jurídico, que atribuído de interrogar Cláudia sobre o ocorrido e transcrever suas falas, reescreve-as e assim escreve um relato que difere amplamente do que foi escutado. Diversos sentidos de arbitrariedade na aplicação das leis e de distorção de justiça estão contidos neste caso, na medida em que existiram tentativas de tornar culpado um homem socialmente lido enquanto homossexual, quando na verdade o processo jurídico deveria se ater a provar ou não sua inocência. Nos meandros do processo estão contidas marcações político-culturais preconceituosas inerentes ao repertório sócio-técnico que o compõe, no sentido da criminalização da “homossexualidade” enquanto uma condição genérica. A denúncia feita contra o jornalista por vizinhos e alimentada por psicólogos e psiquiatras é levada às últimas consequências pelo promotor e pelo juiz responsável pelo caso, o que traz consigo a homossexualidade assumida de Chrysóstomo, mesmo que de maneira esquiva, como motivo da acusação.

O ânimo punitivo e contrário às dissidências sexuais dispostos pelo desenrolar do caso pode ser precisado por multiplicidades de procedimentos e enquadramentos que conformam e direcionam a sentença. Em primeiro lugar, as denúncias e os testemunhos das vizinhas feitas sob a forma de extensa listagem de maus tratos, violações e torturas que a menina teria sofrido elencam atos que causam absoluto temor do ponto de vista uma moralidade hegemônica de viés repressivo partilhada entre estas pessoas⁹⁸. A partir

⁹⁷ Em prefácio ao livro de Chrysóstomo, Herbert Daniel (1983) ressalta o poder legado aos saberes psicológicos e seus operadores como instância de comprovação supostamente metódica e desinteressada, que chegam mesmo a se apresentar em completa dissonância como laudo do corpo delito. Sobre a psicóloga envolvida no caso, Daniel afirma: “Pouco importa a verdade da menina. A tradução é uma verdade própria, a verdade mesma da psicóloga de plantão. Se é pelo bem da infância moral e moralizada, um pouco de constrangimento não custa nada” (1983, p. 11).

⁹⁸ Especificamente sobre a violência sexual, Herbert Daniel comenta: “É fácil ver nas acusações das vizinhas o poder do imaginário colonizado. O discurso falocrata e machista produz aqui fantasias sexuais violentas. Todas as imagens de um ingênuo horror sexual estão desencadeadas nas suposições das denunciante. Os monstros do desconhecido são descritos com perfeição, neste delírio triste” (1983, p. 11).

deste material o promotor extrai suas provas legais que convenceriam o juiz pelo pedido de prisão preventiva. No pedido, como prova complementar contra o réu, também fora usada sua participação no “pasquim imoral contrário aos bons costumes” (Daniel, 1983, p. 10).

O caso também traz em si a implícita impossibilidade culturalmente pressuposta de que um homem, solteiro e homossexual, exerça a função paterna. Tal impedimento poderia ser explicado pela suposição partilhada de que a paternidade como forma de parentalidade específica que necessita de relações de ordem biossociais com uma “mãe”, não podendo ser feita unicamente a partir de um indivíduo de gênero masculino. De maneira complementar, a não constituição de arranjo conjugal contratual entre indivíduos sujeitados ao controle do Estado e a não conformação de uma família nuclear heterossexual, enquanto espaço legitimamente reconhecido como adequado para a geração e criação de uma criança, passam a informar implicitamente a vedação de tal possibilidade e o julgamento deste homem.

Em terceiro lugar, a já mencionada tradução técnica da psicóloga responsável pela avaliação de Cláudia soma-se ao parecer, marcadamente parcial e interessado, do psiquiatra responsável pela avaliação do réu. O parecer: desvio sexual, tara. A maneira esquiva de operar a criminalização da homossexualidade é apresentada pelo modo como respondem os especialistas em relação à sua parametrização ao desvio sexual. Se a homossexualidade não é colocada como uma doença, ela é indicada enquanto uma “circunstância” que induziria a tal, enquanto elemento facilitador, e assim a condição homossexual do acusado é meticulosamente investigada, descrita, explicada pelos doutores até a constatação última de que o acusado, se não criminoso pela orientação sexual, seria suscetível ao crime, organismo sujeito a enfermidades (Daniel, 1983).

O fato de que não é mencionado no jornal o caso que ocorria com um dos membros de seu conselho editorial é significativo para dar dimensão dos efeitos negativos que este processo teve para o jornal. De acordo com Silva (1998), o processo teria sido um motivo particularmente relevante para a crise desencadeada no jornal e provocou uma série de reestruturações. Coincide com o momento de sua saída a retirada dos nomes do conselho editorial da ficha técnica da publicação. Após o caso, os membros do conselho teriam

ficado extremamente receosos de que o próprio jornal viesse a ser acusado por “pedofilia”⁹⁹.

Caso Ninuccia: pelas festinhas frequentes

O 13º volume do *Lampião*, em matéria intitulada “Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica”, traz uma denúncia que remonta um processo acusatório que também incide sobre a orientação sexual de uma pessoa. Após um breve período vivendo com um homem, de quem engravida, Vânia retorna ao antigo apartamento, em que vivia com sua companheira Ninuccia. Passando por um período de tensões emocionais, atribuídas pela matéria do *Lampião* (mesmo que de maneira especulativa), e crises provocadas pela dificuldade de sua aceitação sexual, Vânia suicida-se, atirando-se na janela do apartamento. A instaurada investigação parece tomar todas as direções, assumidas tanto pelo promotor Gil Castelo Branco quanto pelo advogado de acusação João Carlos Mallet, no sentido de condenar Ninuccia, por sua “condição de lésbica” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 8).

Inicialmente registrado como “suicídio”, o caso é alterado para “morte suspeita” no momento em que o delegado responsável José Guedes encontra uma carta de Ninuccia a Vânia na qual falava abertamente sobre as relações que mantinham. Nos discursos do promotor, do advogado e das testemunhas de acusação estiveram presentes palavras como “pervertida”, “anormal” e “doente”; além de terem sido mencionados o “lado feminino” (e, portanto, a “normalidade de Vânia”) e “festinhas” frequentes no apartamento em que moravam. As testemunhas de acusação, sobretudo vizinhas, passam a declarar terem ouvido “forte discussão” no apartamento das duas, além de frases, mergulhadas em lágrimas de Vânia dizendo que “nunca mais voltaria ao apartamento”. O depoimento da mãe de Vânia ainda diz que a filha só teria voltado ao apartamento por conta de ameaças de Ninuccia, que teriam sido movidas pelo sentimento de vingança da moça, uma vez que soubera que havia sido “traída” (fato constatado pela gravidez de Vânia) (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 8). O caso é retomado na vigésima edição do jornal, por ocasião de seu desfecho dado pela absolvição de Ninuccia. Após ampla exposição do caso, envolvendo uma cobertura midiaticizada que publicizara uma série de troca de cartas entre as duas companheiras, a secretária Ninuccia termina, além de humilhada, desempregada (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 6-7). A este respeito, aliás, outra matéria, publicada

⁹⁹ Ver documentário “*LampiãoLampião da Esquina*” (2006).

no primeiro número do jornal, chama atenção para o fato de que imprensa revelou inapropriadamente a identidade de um assassino e de sua vítima, a despeito da obrigatoriedade legal e do imperativo da ética jornalística de manter sigilo (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 4-5).

É justamente no momento em que são encontradas trocas de cartas que atestavam a natureza sexual-afetiva do relacionamento entre as duas mulheres que existe o deslocamento da inscrição do registro do caso de “suicídio” para “morte suspeita” por parte do delegado responsável. Conforme destacado pela matéria, os enquadramentos discriminatórios e condenatórios utilizados pelo promotor, advogado de denúncia e testemunhas estão palavras como “doente”, “anormal” e “pervertida”, que passam a ser postos sobre a questão original da morte, erigindo-se enquanto principal alvo do debate. Além disso, pode-se destacar uma marcação de gênero associada às envolvidas em que a alegação de sua conformação a papéis estereotipados de gênero socialmente esperados faz minimizar e a não conformação faz agravar sua culpabilidade. Dadas as práticas de ordem sexual-afetivas das envolvidos comprovadas, a feminilidade de Vânia é sobre-enfatizada pelos familiares e pelas testemunhas do caso, que têm por efeito pressuposto atenuar sua “anormalidade sexual” por meio da conformação a um papel estereotipado de gênero feminino, ao mesmo passo que a construção imagética de Ninnucia enquanto uma mulher controladora e ameaçadora, torna-a propensa a uma violência masculinizada.

Caso Marisa: por andar sozinha em hora indevida

Marisa, 19 anos, esperava um ônibus em São Paulo em um sábado à noite. Abordada por um homem que se dizia policial e pediu seus documentos, a moça os entregou; alegando que houve um assalto na região, o homem não devolve seus documentos, guardando-os em seu próprio bolso e dizendo que ela precisaria acompanhá-lo até a delegacia, alertando também que tudo o que ela dissesse a partir daquele momento serviria para acusá-la. A caminho da delegacia, o homem tapa sua boca e a enfia dentro de um apartamento; entre choros, gritos, dor e silêncio, a garota é estuprada por mais de uma hora e meia. Ao sair em prantos, pega um taxi até a casa de algumas amigas que, ao saberem o que havia acontecido, decidem ir à delegacia para fazer uma denúncia. A caminho, as garotas cruzam com um carro da Rota, e ao relatar o caso, este e mais um carro da ronda vão até o local onde o crime havia ocorrido, arrombando a porta do

apartamento e encontrando o homem que, ao ser questionado, afirma sem maiores constrangimentos que a garota estivera lá.

Na delegacia, o sujeito afirma estar sendo acusado de estupro por conta de uma mentira de uma prostituta. Sua versão seria a de que ele haveria combinado um preço com ela e por ter pago metade do oferecido, a moça estaria acusando-o de estupro. O homem sai rapidamente da delegacia; a garota, por sua vez, é submetida a um exame de corpo delito, acompanhada por um sargento, tem sua bolsa revirada e uma série de papéis apreendidos – segundo os delegados: uma série de “telefones de programa”. Marisa é liberada apenas no início da manhã seguinte após horas de registros minuciosos de médicos, delegados e uma série de humilhações de policiais insinuando ou atestando sua condição de prostituta. Deste modo, o corpo técnico institucional cuja atribuição seria registrar e avaliar objetivamente o caso, redobra a violência sobre o corpo da garota, ignora sumariamente seu testemunho e a desrespeita. A garota é submetida a uma série de violências simbólicas, como a madrugada dispendida na delegacia, contrastada à passagem fugaz do estuprador por ela, e à transição da posição de vítima para a de uma categoria social estigmatizada e indefensável, segundo os parâmetros valorativos dos policiais que registravam o caso. O fato de um coronel ter acompanhado Marisa durante o exame, a série de agressões verbais dirigidas à garota por conta da condição de prostituta a ela imputada e a desconsideração de sua palavra em relação à de seu estuprador são significativos. O caso permite ressaltar a violência da prática do exame de corpo delito ao qual a garota é submetida, procedimento coercitivo que submete o corpo violentado a uma série de práticas invasivas, mediante registros exaustivos, de temporalidade extensa, que tanto reforçam como são produtores das práticas de estupro. De outro modo, esta forma de tortura e extenuação corporal-psicológica é ela própria constituída por uma dimensão de gênero, por restituir uma lógica masculinizada de objetificação do corpo feminino que se apresenta submetido à confissão que deverá provar ou refutar a veracidade da palavra da vítima. Nenhum inquérito foi instaurado dentro de pelo menos um mês após o ocorrido (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 4-5).

Cabe destacar que, em conjunto com a denúncia de Marisa, outras matérias e ensaios que tratam de casos de crimes sexuais são publicadas no mesmo número do *Lampião*, temática, aliás, para a qual o jornal vinha concedendo atenção desde seu início. As discussões são feitas tanto por parte do corpo editorial do jornal como por coletivos e

advogadas feministas. Entre as questões destacadas pela matéria sobre o caso, está o fato de Marisa ter ido à delegacia fazer uma denúncia, um caso de quebra de silêncio por uma mulher violentada sexualmente e interpretado como uma imagem de mudança que estaria em curso no Brasil: mulheres estariam passando a brigar judicialmente e a enfrentar a vergonha, mesmo considerando os efeitos negativos e violentos de tais atos. O jornal também ressalta como a figura do estuprador reside implícita ou explicitamente no repertório popular, institucional e midiático em associação ao desajuste psicossocial de sua pessoa, frequentemente equacionado ao doente impassível de cura, ao desviante, à exceção, à pobreza e à miséria, ocupando frequentemente a posição de um outro, anônimo e distanciado. De modo distinto, o jornal reitera que as práticas de violência sexual são rotineiras nas relações entre homens e mulheres, ocorrendo majoritariamente nos espaços domésticos e ressalta que as correntes práticas de estupro estão situadas em um espectro de múltiplas formas de violência as quais as mulheres são constantemente submetidas em nossa sociedade e que devem ser incisivamente combatidas (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 5). O *Lampião* enfatiza que, ao contrário de nossos pressupostos culturais, estupradores e agressores são homens comuns, próximos e normais, cuja educação tem profundas raízes socioculturais, são estruturantes tanto da violência sancionada à masculinidade e de sua contraparte: as atribuições de carência, passividade e fragilidade associadas à feminilidade, e produtoras do efeito de naturalidade destes modos de relação (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 11; v. 20, 1980, p. 3).

Caso Regina: por ser puta

As amigas Rosely e Regina sempre telefonavam uma para a outra para dizer a que horas chegariam em casa. As duas prostitutas que trabalhavam na capital paulista tinham uma relação de carinho e cuidado entre si; desde que haviam ido morar juntas, conforme relatou Rosely, tornaram-se a família uma para a outra e compartilhavam a vida. Determinada vez, não tendo Regina nem telefonado nem aparecido no dia seguinte, Rosely, certa de que algo havia acontecido, decide recorrer à polícia. Confirmando a morte de Regina, com seu corpo encontrado parcialmente carbonizado em um bueiro da cidade universitária, as buscas periciais identificaram e prenderam Dan Blum, estudante de veterinária e proprietário de uma clínica em Campos do Jordão. O sujeito, como disseram as amigas de Rosely e Regina, também trabalhadoras da Boca do Luxo, era um “boy acostumado a ter suas vontades satisfeitas”; conforme relataram, uma vez Dan teria oferecido 1.500 cruzeiros para uma delas “apenas para dar-lhe uns tapas”. O “boy” presta

o seguinte depoimento depois de preso: afirma ter assassinado Maria Regina Rezende após ter tido relações sexuais com ela; dadas as tonturas e náuseas que a mulher sentia por ter inalado clorofórmio, ele teria tido a intenção de socorrê-la e preparava uma dose [de plasil] quando viu um frasco de T-61 (usado para matar animais), mudando o remédio e matando-a “movido por uma vontade incontrolável” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 8).

O ocorrido passa a ser amplamente midiaticizado, muito em função da posição social do assassino e com poucos comentários sobre a vítima. Ao longo do processo, Regina passa a ser pressionada com uma série de telefonemas, entre jornalistas ansiosos por detalhes com apelo sensacionalista e os familiares do assassino tentando convencê-la a não desmentir o depoimento que ele havia prestado. O pai do sujeito – proprietário de uma joalheria no centro de São Paulo – chega ao ponto de propor à Rosely e suas amigas a quantia que desejassem para que não dessem mais depoimentos sobre o caso. Em 1 de dezembro de 1979, prostitutas e travestis marcharam em ato de protesto pelas ruas de São Paulo pedindo justiça, a condenação do estudante e também o fim das extorsões e maus tratos policiais¹⁰⁰. Acolhendo o pedido de defesa o juiz determinou que o assassino fosse submetido a exame de saúde mental; o laudo psiquiátrico afirma dias depois que o homem era inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso de seus atos, em virtude de doença mental (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 2).

O *Lampião* anuncia a missa de sétimo dia de Regina, que seria realizada na Arquidiocese de São Paulo, retomando que a Igreja publicara em seu jornal um editorial sobre o assassinato de Regina, intitulado “Elas vos procederão no reino dos céus”, em que era ressaltado que “a Igreja defende também o direito à vida de nossas irmãs prostitutas” (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 14). Por ocasião do comentário sobre igrejas, *Lampião* traz a notícia de que em São João da Barra, na diocese de Campos (RJ), um padre se recusara a rezar a missa de sétimo dia para um homossexual de 20 anos assassinado na praia, alegando que o menino havia morrido “sem se arrepender de seus pecados”.

O caso Regina mostra a concessão de um laudo médico que atesta a incapacidade de um assassino de ter compreendido a natureza do crime que cometeu, em meio a um

¹⁰⁰ Questões referentes às violências institucionais e policiais entre assassinatos, extorsões, torturas e desaparecimentos serão tratadas na última seção deste capítulo.

contexto no qual sua posição social e de sua família pareciam contar muito mais do que a posição social e figura da vítima. O laudo favorece a construção da figura do assassino como doente e inimputável, em detrimento das práticas machistas e agressivas apontadas por outras testemunhas que o conheciam e da própria brutalidade do assassinato. A questão de saúde mental acionada pelos saberes médicos passa a preponderar sobre a questão de ordem social apontada pelas outras prostitutas. A matéria do *Lampião* é enfática em sua crítica de que a favor de Maria Regina, prostituta, não se “levantaram as vozes da tradicional família brasileira que, com o objetivo de preservar seus valores, clamariam por justiça se outra fosse sua posição social” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 8). A matéria aponta o descaso, a deslegitimação e a invisibilização dadas na reprodução dos preconceitos que circulam sobre as prostitutas que, enquanto minoria marginalizada, assim como lésbicas, gays, negros e travestis, parecem ser uma das “categorias mais estigmatizadas na sociedade brasileira” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 8).

Caso Marquinhos: pela baderna

“Tá russo pro povo do Recife. Continuam soltos e desconhecidos os assassinos de Tony e Bamba, mortos no começo do ano, apesar de frangos e pitombas gritarem que sabem quem acabou com a vida de quem. Só a polícia continua não sabendo nada...” (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3). O comentário consta em reportagem intitulada “Recife: mais uma bicha assassinada”, no 28º número do *Lampião*, lembrando assassinatos recentes de homossexuais, já anteriormente noticiados pelo jornal e acrescentando o último caso ocorrido na capital pernambucana. O ginecologista Marcos José de Moura é assassinado em seu apartamento, morto por um golpe que lhe provocou fratura cranial. O caso chega ao delegado de homicídios José Edson Barbosa, que já estava encarregado dos dois casos mencionados, mesmo sem maiores provas, o delegado adverte primeiramente que “todos os amigos são suspeitos”. Durante o período das investigações, testemunhas são dadas por uma série de vizinhos que, em vez de se limitarem a apontar suspeitos, tecem comentários sobre naquele edifício morarem “mais de duzentos” homossexuais e suas práticas cotidianas. Enquanto a família de Marcos ainda prestava seus depoimentos sobre a boa conduta e bondade costumeiras do filho, os delegados envolvidos no caso se adiantavam, com base nos dizeres dos vizinhos, a dar uma solução não investigativa para o caso. Alardeia o delegado Acioly:

Não haverá mais baderna no edifício Holliday, pois já determinei um severo policiamento a ser exercido naquele prédio. Meus policiais estarão agora diariamente percorrendo todos os andares do Hoilliday, quando será realizado o policiamento preventivo, assim como o combate ao tóxico e porte ilegal de arma. Da mesma forma, os desocupados que ficam em frente daquele edifício serão revistados quantas vezes se considerar necessário.

Periodicamente, todos os moradores do prédio serão chamados à responsabilidade, pois somente dessa maneira o problema daquele prédio será solucionado. Além dos moradores, também os responsáveis pelo prédio serão chamados à responsabilidade, pois somente dessa maneira o problema daquele prédio será solucionado. Além dos moradores, também os responsáveis pelo prédio serão chamados à responsabilidade inclusive, com relação às pessoas que ali residem ou têm apartamentos alugados, devendo todos serem cadastrados.

Terão os responsáveis pelo edifício a obrigação de saber quais as pessoas que frequentam diariamente o imóvel, assim como controlar e procurar evitar que atentem contra a moral. O policiamento será efetuado durante os dias da semana, e de maneira mais rigorosa nos sábados e domingos, quando a frequência de pessoas estranhas é mais intensa. (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3)

Assim que o assassino é encontrado e confessa o crime, parece que o processo fica estagnado. João Carneiro, que assina a matéria, pergunta-se se este seria mais um caso em que um homossexual morto será esquecido. No mesmo mês, outro homem homossexual é morto com um tiro no coração na capital, quando o assassino é encontrado, a polícia inocenta-o alegando ser um menor. A imprensa pernambucana, mesmo desconhecendo os motivos do assassinato, noticia que este certamente estaria relacionado ao tráfico de drogas, uma vez que “o homossexualismo é sempre acompanhado de tóxico: andam juntos”. João Carneiro acusa o colunista do jornal de mentiroso e lembra os tantos que, na esteira do argumento do jornalista, dizem que “bicha tem mais é que morrer!” (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3).

Caso Felpuda: por dar, sem comer

Em junho de 1980, um ex-soldado do exército, que trabalhava como michê, após terminar um programa, assassina seu cliente Luiz Luzardo Corrêa, conhecido por “Luiza Felpuda” e seu irmão. O casarão em Porto Alegre, onde residiam os irmãos, funcionava como um *rendez-vous* de homossexuais que pagavam pelos quartos para a realização de relações sexuais discretas; entre os frequentadores estariam conhecidos empresários e políticos locais, pessoas de respeito que, segundo suposição do *Lampião*, teriam se empenhado em pressionar pela rápida descoberta e prisão do assassino. O assassino, ao confessar o crime, defende sua imagem pública alegando que era um homem “macho”,

que sentia nojo quando transava com viados, que “nunca deu, sempre comeu” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 4-5).

A reportagem do *Lampião* destaca toda uma construção midiático-jurídica do caso, que enfatiza, a quase despeito do fato de que dois homens foram brutalmente assassinados, o bordel de vícios, a corrupção e a miséria humana que era mantida por Felpuda e seus funestos frequentadores, que buscavam o local para suas depravadas práticas. Todos foram todos apontados como criminosos potenciais que mereceriam as clássicas alternativas da prisão ou do tratamento psiquiátrico. Categorias como travestis, tóxicos, prostituição e homossexualidade foram todas conjugadas ou equiparadas em torno do argumento de que a responsabilidade do ocorrido seria, em última instância, dos frequentadores e dos mortos, que se tornavam os próprios criminosos, segundo os jornais (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 4-5).

Neste caso, tanto os agentes envolvidos oficialmente com o caso quanto a mídia apontam como culpados potenciais, a despeito do verdadeiro criminoso ter sido encontrado, os frequentadores do casarão, incluindo os mortos, todos associados à depravação, vícios, corrupção e miséria de caráter. Pode-se destacar que associações categóricas do mesmo tipo são encontradas no caso Marquinhos, em que todos os seus amigos passam a ser considerados suspeitos, além de que a presumida e considerada exagerada presença de homossexuais residindo e circulando pelo edifício, declaradas pelos vizinhos instalados em seus postos vigilantes, são as alegações decisivas para o policiamento preventivo¹⁰¹ destinado à punição e controle da “má frequência” no local, que agruparia coextensivamente loucos, desocupados e tóxicos a serem moralmente controlados. Nestes dois últimos casos a morte ou é irrelevante para homossexuais ou é ansiada.

Ao mesmo modo que o caso Ninuccia, marcações de gênero específicas podem contribuir para o agravamento da culpa de certos envolvidos. Neste caso, o michê responsável pelo seu assassinato confessa o crime resguardando sua macheza, seu nojo de “viados” e o caráter financeiramente ou mesmo criminalmente interessado de seu ocorrido ato sexual em momento prévio ao assassinato, operando assim a legítima defesa de sua virilidade. O sexto número do *Lampião* traz uma reportagem, assinada por

¹⁰¹ O jornal aponta outros casos, por exemplo, no qual, com a morte de um homossexual, é sugerido policiamento preventivo (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 3). Esse tipo de sugestão se concretizou em muitos casos e será abordado na última seção deste capítulo.

Aguinaldo Silva, sobre quatro casos de homossexuais que foram assassinados por pessoas que eventualmente foram seus parceiros sexuais, ressaltando como os criminosos sentiam atração por esta forma de relacionamento e “mascaravam essa atração com o pretexto do negócio” (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 5-6). A reportagem retoma a fala do michê Aníval Fonseca que mata seu cliente, alegando falta de pagamento, e depois confessa o crime dizendo: “Eu sou homem normal, sempre tive namorada. Bicha tem mais é que morrer”, tal declaração denotaria, segundo Aguinaldo, o temor da perda de sua heterossexualidade¹⁰². Cabe destacar que o argumento do autor de que os assassinos estariam “mascarando” sua atração por pessoas do mesmo gênero era partilhada entre muitos homens considerados ou autodeclarados “homossexuais”, conforme será discutido no quarto capítulo¹⁰³. Neste caso, o “enrustimento” seria atribuição que faz com que estes homens extravasem seus desejos autorreprimidos, direcionando agressividade e violência a outros homens que demonstram abertamente estes desejos.

Caso G.G. e correlatos: pela extraconjugalidade

G.G. sai de sua casa em Niterói para buscar a filha no colégio, não volta. Seu corpo é encontrado já em putrefação passada uma semana: pano enfiado na garganta, marca de paulada na cabeça, marcas de torturas como chutes nos genitais, cabeça encapuzada, com uma das partes rasgadas de sua calça, braços e pés amarrados, mordação em sua boca. A primeira versão policial apresentada aponta para “maníacos sexuais”, considerando que o local onde fora encontrado o corpo era um ponto de frequência de

¹⁰² Ao comentar este e outros casos similares acerca da potência de violência que envolve as modalidades de relação existentes na prostituição viril em São Paulo, Perlongher sublinha que a alegação da falta de pagamento, como motivo para o crime, ou de que a motivação primeira do ato sexual seria roubar o cliente, apesar de frequentemente pretextadas por michês perante a justiça, revela-se o receio latente da destituição da heterossexualidade do michê dentro das lógicas de gênero inerentes ao negócio (1987, p. 222; ver também Trevisan, 1982, p. 399). Para o autor, a irrupção de violência nessas relações expõe a disponibilidade dos michês para conversão em agentes assassinos às custas da transgressão que vivenciam (1987, p. 222). Entretanto, os casos que terminam em violência e homicídio não seriam casos típicos do “negócio”, que é mais comumente marcado pelos rapazes se mostrarem recorrentemente prontos para tais conversões e subversões das prescrições acordadas ou pressupostas entre si em relação a papéis de gênero. Afora as margens do negócio, tais autoatribuições de posição de gênero e alegações dos assassinos encontram lastro ou ressonância com as tecnologias de saber desprendidas pela maquinaria legal. Analisando casos de morte envolvendo homossexuais durante a década de 1980, Carrara e Vianna ressaltam uma tendência, operada, sobretudo, pelos agentes técnicos, de tomar os réus como “ativos”, enquadrados enquanto uma categoria viril, ao passo que as vítimas eram tidas como degeneradas, viciadas, prototípicas da homossexualidade promíscua (2004).

¹⁰³ O mesmo argumento é replicado em matéria que acusa um delegado responsável por operações policiais de prisão massiva de dissidentes de gênero e sexualidade na capital paulista, conforme: “Esse Richetti é um viado, uma bichona enrustida” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 5).

“viciados e marginais”. Não houve nenhum tipo de roubo de seus pertences. A “excelente dona de casa” que vivia para a família, conforme retratada pelos jornais, passa a ser diferentemente representada quando começam a aparecer indícios de que G.G. teria uma vida amorosa extraconjugal. As ênfases do noticiário, testemunhas e investigadores passam então a recair sobre o fato de que ela era “muito vaidosa”, que na ausência do marido recebia em casa um amigo da família, a quem, segundo a mulher que trabalhava na casa do casal, G. teria beijado duas vezes – fato que, aliás, teria sido flagrado pelo marido que teria ficado furioso frente ao ato de desrespeito ao seu lar. O legista do Instituto Afrânio Peixoto emite laudo indicando a tese de crime sexual ao mencionar que a pessoa que espancou G. sabia bater sem deixar escoriações externas. Fossem maníacos ou o próprio marido o assassino, as notícias faziam prevalecer o questionamento sobre o caráter da assassinada na direção de justificação de um possível crime de vingança (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3).

Junto ao caso G.G., o *Lampião* retoma outros casos similares (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3). Em agosto, H.F. foi encontrada morta com um tiro na cabeça em ponto de ônibus próximo à residência onde morava com seu amante; na noite anterior, os dois teriam tido uma briga séria, e, segundo vizinhos, ela saía para não voltar. Z.A. levou uma surra do marido e dos cunhados por suspeitas de que haveria “outro homem” em sua vida. A.M.L. foi mantida em cárcere privado por quase uma semana pelo amante que teria descoberto que ela o “traía”; é encontrada por vizinhos que ouviram gritos, fome e cheia de hematomas decorrentes de uma surra.

Embora o corpo de G.G. tenha sido encontrado com sinais claros de torturas, o laudo médico assinala que o estado do corpo denotaria uma morte executada por um “profissional”, uma espécie de “maníaco habilidoso em não deixar marcas de escoriações externas” (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 3). Conforme destacado pela matéria, o laudo é emitido precisamente no momento em que passa a existir amplo investimento midiático sobre o caso, que levantavam a possibilidade de práticas “extraconjugais” de G.G., e, portanto, apontavam para seu marido como acusado potencial, acusado que neste caso seria bem pouco “profissional”. O caso G.G. ressalta como a suspeita de que a moça poderia ter sido vítima de crime passionai reorienta toda a investigação, ao ponto de que sua própria morte deixa de ter relevância. O artigo do *Lampião* que trata do caso traz uma ampla discussão sobre os trabalhos de Mariza Corrêa sobre “homicídios passionais”. As discussões feitas pela autora são trazidas no artigo lembrando como especificamente nos

processos referentes a crimes passionais (o que é em si, de acordo com a autora, uma “ficção jurídica que permite a absolvição dos réus”), as narrativas criminais são marcadas em sua montagem por crenças, valores e costumes que equacionam mulheres à futilidade e à propensão ao adultério e homens à responsabilidade, ao trabalho e à posição de vítima pela traição. A discussão proposta pela autora fornece alicerces para pensar, primeiramente, o acionamento de uma série de elementos relacionados a mulheres que justificariam previamente um crime passionais. Pressupostos referentes a uma posição de gênero socialmente sancionada emergem nas montagens técnicas, como G.G. ser demasiadamente “independente” do marido, exageradamente “vaidosa” e ter inaceitavelmente violado a santidade do lar “beijando um outro homem”, tendo sua morte ocorrido quase que como fim inevitável. Tais observações sobre G.G., somadas ao laudo do médico legista, operam como elementos eficazes na construção de uma figura feminina socialmente culpabilizável e operam simbólica e judicialmente, conforme aponta Mariza Corrêa (1975), para a minimização da culpa do assassino passionais. A preocupação apontada pela matéria do *Lampião* é a de que para este e outros casos de feminicídio prevaleçam tais teses minimizadoras dos crimes em nome da prova de honra do marido ou que estes casos possam ser comodamente arquivados como ataques de maníacos sexuais anônimos. Neste caso, a emissão de laudos técnicos parecem trabalhar para inocentar um criminoso renomado e fazem erigir as bases para que exista um afastamento da suspeita contra o próprio marido da vítima, defensável aos olhos de ideários hegemônicos.

Corpos técnico-judiciais, indícios de gênero e sexualidade e outros envolvidos

Os casos aqui agrupados são tomados como peças críticas ou típicas de um conjunto de casos trazidos pelo jornal, que apontam para uma série de constâncias e ressonâncias entre modos através dos quais certas categorias sociais, comportamentos e circunstâncias são juridicamente favorecidas em detrimento de outras e evidenciam a maneira pela qual os próprios dispositivos jurídicos se metamorfoseiam caso a caso, em função de quem deve ser incriminado ou inocentado, também servem ao propósito de ressaltar quais casos merecem grande investimento de um corpo técnico-judicial e quais são desprezados. Neste âmbito, marcações de gênero e sexualidade que informam os saberes específicos às montagens dos processos e os pressupostos morais envolvidos no

sentenciamento são dimensões significativas e assinalam a parcialidade inerente a estas instâncias.

Do ponto de vista do itinerário da construção dos processos criminosos, cabe ressaltar que, antes de refletirem realidades factuais diretamente transpostas para a apreciação jurídica, os ditos atos criminosos e as cenas a eles conjugadas percorrem uma série de caminhos burocráticos. Neste percurso, os aparatos policial-jurídicos atuam na seleção, necessariamente interessada, de elementos a serem incluídos ou excluídos no que virá a ser a versão escrita dos processos, que tomam a forma de uma narrativa específica sobre a qual haverá disputa entre as partes da defesa e acusação. Conforme aponta Mariza Corrêa (1975), o processo de composição do material escrito por meio dos agentes que nele atuam é formalmente prescrito duplamente pelo código penal, que estabelece parâmetros sobre fronteiras entre o lícito e o ilícito, no que diz respeito ao comportamento social, e pelo código do processo penal, que regula sua montagem.

Sendo a natureza da realidade dos atos relacionados ao processo necessariamente fragmentária, os agentes responsáveis por sua montagem atuam como manipuladores técnicos dos elementos componentes do caso a serem traduzidos em uma nova forma, o modelo “processo”, e a partir de uma determinada linguagem que seja capaz de dar inteligibilidade às suas partes para que sejam condizentes com o que podem experimentar os julgadores. Desta maneira, mediante as tecnologias de produção de verdade manipuladas pelo aparato policial-jurídico, os fragmentos de realidade e o cenário em que se inscrevem passam por seleções, inclusões, eliminações e transformações, sendo traduzidos em categorias legais específicas que permitem a obtenção de direcionamentos desejados (Corrêa, 1975, p. VII-IX). Sendo a inscrição formal destes fragmentos em uma ou outra categoria jurídica legalmente reconhecível marcada pela mediação destes manipuladores técnicos, a subsequente montagem destes fragmentos na forma de um todo chamado processo conjuga pressupostos culturais, morais, intencionalidades políticas e normatizações técnicas que virão a produzir uma narrativa interessada que institui direcionamentos ao julgamento.

Em relação aos casos aqui selecionados, pode-se ver como certos saberes médico-legais, também tecnologias de produção de verdade, podem ser sumariamente descartados, caso não contribuam para a construção de uma narrativa acusatória em relação àquele que se pretende incriminar, ou, inversamente, podem aparecer como peças

decisivas para a acusação, emitindo laudos que servem para legitimar julgamentos. As considerações sobre os casos discutidos atestam a grande versatilidade das práticas médico-judiciais e de sua eficácia técnica a depender das forças em jogo nos meandros dos processos, desde as inscrições das ocorrências até as sentenças finais. Ademais explicitam as marcações de preconceitos, preceitos morais e simbolismos associados a gênero e sexualidade inscritos nestas práticas por meio dos manipuladores técnicos que, ao atuarem de maneira valorativa em suas competências, passam a ser produtores de dispositivos médico-jurídicos interessados e necessariamente parciais. Os casos têm andamentos investigativos e processuais cujo desenrolar fluido permitem a rápida passagem de uma acusação a outra, deixando as vítimas em situações de grande vulnerabilidade frente a estes jogos de atribuição de culpa, que podem converter vítimas em réus e réus ou criminosos, em inocentes.

Destaca-se que os casos discutidos exibem os mais variados graus de mediação que, à mesma maneira dos saberes inerentes ao campo jurídico, abarcam marcações sobre gênero e sexualidade, considerações sobre lícito e ilícito, simbolismos associados a comportamentos e sujeitos defensáveis ou indefensáveis. As narrativas e os simbolismos nas formas de opiniões socialmente hegemônicas (chamadas “públicas”) ou particulares de jornalistas, publicizadas por meio da imprensa, operam oficiosamente como dimensões também integrantes do aparato policial-jurídico que tem efeitos e potências diretivas sobre a construção, regulação e mesmo sentenciamento dos casos. Sobre estes e outros casos de violências que envolvem mulheres e pessoas cujas sexualidades são consideradas desviantes, estão regularmente presentes no *Lampião* contra-acusações sobre a postura majoritariamente discriminatória da imprensa em relação a estes sujeitos, sobre o tratamento marcadamente tendencioso dado nas reportagens sobre estes casos, que incluem expressões, desde as mais sutis como “segundo se sabe” até as mais escrachadas como “máfia do sexo”, associações gratuitas a drogas, perversão, corrupção etc. Tais retratos criadores de sujeitos misturam-se a boatos e doses de sensacionalismo que tendem, de forma geral, a contribuir para a atribuição apriorística de culpa às vítimas das acusações e crimes e a reiteração de estigmas que, além de reforçarem a marginalização de certas categorias sociais, recorrentemente influem de maneira negativa nos processos judiciais. Os discursos do *Lampião* a este respeito perpassam por âmbitos que vão desde a denúncia destas forma de mediação e seus efeitos negativos (ver, por exemplo, *Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 7), a cobrança de ética jornalística por parte

da grande imprensa (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 5; v. 23, 1980, p. 5), até a reiteração do papel do próprio jornal e da imprensa alternativa na atribuição de nova valoração ao sentido de “ética profissional”, na dupla denúncia do genocídio de sujeitos marginalizados e das deletérias ficções criadas em torno deles (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 5). O *Lampião*, deve-se notar, ocupava importante papel de produção contradiscursiva nestes contextos.

De modo geral, os casos assinalam processos nos quais os modos de tratamento da maquinaria legal, bem como as redes mais amplas que se constituem em torno dela, incidem diretamente sobre as dissidências de sexualidade e gênero, tomando-as como fatores centrais de deslegitimação de sujeitos em juízo, inculpação ou motivo de descaso. Alimentados por demandas de cunho repressivo e conservador, que tinham lastro em todo um imaginário moralista em relação a comportamentos e, em última instância, na própria censura às liberdades sexuais (chamadas licenciosidade, perversão e desvio), elaboradas como política de Estado, diversos agentes da sociedade civil contribuíram para a produção e a reafirmação dos desvios sexuais e de gênero e, de maneira mais alargada, para sua acusação.

Alguns dos casos discutidos demonstram como, na aplicação da lei e nos discursos acusatórios que se formam em torno dela, exige-se um padrão moral de comportamento diferencial para homens homossexuais e mulheres lésbicas em relação a heterossexuais. O mesmo pode se dizer sobre homens em relação a mulheres que fogem às esperadas normatizações comportamentais. Para estas categorias sociais, coloca-se a exigência de um comportamento recatado, restrito ao lar e de sociabilidade contida, e a dissidência dessa normatividade pode contribuir para sua acusação. “Festinhas” nos apartamentos e excessos de sociabilidade dentro ou fora do lar são, por exemplo, mencionados nos testemunhos como elementos acusatórios que denotavam o caráter libertino dos sujeitos acusados. A falta de contenção de ordem comportamental poderia ser fatal para dissidentes.

Francisco Bittencourt, em artigo publicado no jornal, tomando por base os arquivos policiais de 1979, observa que não foram registrados casos de homossexuais assassinos, contrariamente houve muitos casos de homossexuais sendo vítimas de crimes, o mesmo valendo para mulheres (estas, sobretudo no âmbito doméstico) (*Lampião da*

Esquina, v. 20, 1980, p. 3)¹⁰⁴. Glauco Mattoso acrescenta que, em casos de homossexuais assassinados, outras dimensões contribuem para dificultar as investigações: a vida das vítimas é irregular, amigos preferem ficar no anonimato e cria-se mistério em torno das relações das vítimas (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 7; sobre o anonimato de amigos, ver também *Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 5). Contrastados entre si os casos ressaltam o enorme investimento simbólico, temporal e social por parte da maquinaria policial jurídica em torno de alguns deles, que buscam a condenação de pessoas de gênero feminino e de sexualidades dissidentes, em relação a outros, em que os mortos e vítimas pertencentes a estas mesmas categorias são relegados à indiferença¹⁰⁵.

Nos entremeios dos casos recuperados estão humilhações, injustiças, danos psicológicos e descaso com os que se vão e com os que ficam. Para homossexuais, lésbicas e mulheres heterossexuais, cujos comportamentos desviam de estereótipos de gênero e sexualidade ditos respeitáveis e legítimos, as consequências destes processos sentenciadores equivalem-se enquanto perigos sempre iminentes. A produção discursiva e as práticas das técnicas policial-jurídicas, as micropolíticas vigilantes de vizinhos e a ampla cobertura midiática contribuem para a produção de sujeitos marginais, desmoralizados, sentenciados nos intermédios entre o descarte e a punição, que produzem e equacionam categorias como, por exemplo, a mulher adúltera, a prostituta mentirosa, os usuários de drogas, o homossexual pedófilo e a lésbica violenta – todos feitos e marcados pelas multiplicidades de um espectro estigmatizante que os torna indefensáveis. Nas páginas do *Lampião* temos, além das margens da denúncia constante, a contraprodução dos gêneros e sexualidades que não se calaram e já não se puderam disfarçar no bojo do Estado de exceção.

Cuidado! Há perigo na Esquina

No decorrer sua existência, o *Lampião* denunciou sistematicamente episódios de violências policiais dos mais variados tipos, como extorsões, espancamentos,

¹⁰⁴ Carrara e Viana (2004, p. 372) ressaltam que a maior parte de casos de assassinatos envolvendo homossexuais no mesmo período não chegou a julgamento em razão de “investigações policiais inconclusivas ou deficientes”. Mott (1997, p. 76) calcula os dados sistematizados pelo GGB, na década de 1990, em que nem 10% dos assassinatos de homossexuais chegam à fase processual de investigação e prisão dos culpados.

¹⁰⁵ Conforme mostra Colaço, casos como estes apontam para uma prática dos agentes julgadores dissociada da tríplice retórica estruturante do campo jurídico: universalidade, impessoalidade e neutralidade, e, como consequência, a “não efetividade dos princípios axiológicos do Direito que dela decorrem” (2014, p. 238).

perseguições e chantagens, sobretudo aqueles ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo, chegando a manter por alguns números uma seção chamada “Violência”, destinada exclusivamente a estas questões. Batidas policiais em bares, saunas, banheiros públicos e outros espaços de frequência de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, operações de limpeza em regiões metropolitanas e recorrentes prisões infundamentadas (ou preventivas) foram relatadas, cobrindo o período de 1978 à 1981¹⁰⁶. A seção permanente do jornal “Cartas na mesa”, destinadas às cartas de leitores, traz denúncias de episódios ocorridos por todo o país e também passa a operar como *locus* de engajamento por parte destes para advertir uns aos outros os espaços que vinham se tornando perigosos para pessoas de gênero e sexualidade dissidentes por meio de seu mapeamento. Retomo brevemente alguns levantamentos e argumentos sobre o policiamento na capital paulista, levantados por Ocanha (2014), que deverão servir de aporte para a exploração de alguns casos de violência policial documentadas pelo *Lampião*.

Batalhas entre batedora/es de calçada e batidas policiais

O policiamento ostensivo no espaço público de grandes centros urbanos é formulado e implantado sobretudo após 1968, dadas as preocupações do regime militar voltadas à resistência armada. Em São Paulo¹⁰⁷, são criadas nesse período (em 1969, mais precisamente) uma série de aparelhos policiais¹⁰⁸ com o objetivo de intimidação sob a justificativa da contenção da criminalidade urbana. O mesmo acontece com os delegados que integravam os quadros do DEOPS-SP, como Sérgio Fleury, que passa a atuar no DEIC¹⁰⁹, em 1979, Paulo Boncristiano e Wilson Richetti que, no governo de Paulo Maluf, são deslocados às chefias de delegacias seccionais e, a partir desse momento, têm a prescrição de sua atuação convertida para a organização de operações “rondão”

¹⁰⁶ Algumas matérias que denunciam casos assim são: *LampiãoLampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 5; v. 0, 1978, p. 14; v. 3, 1978, p. 7; v. 5, 1978, p. 3; v. 6, 1978, p. 4; v. 13, 1979, p. 6; v. 13, 1979, p. 5; v. 19, 1979, p. 16; v. 20, 1980, p. 3-4; v. 24, 1980, p. 2; v. 25, 1980, p. 3; v. 26, 1980, p. 19; v. 27, 1980, p. 3; v. 29, 1980, p. 5; v. 35, 1981, p. 2.

¹⁰⁷ Nesta seção, circunscrevo a análise sobre episódios de violação policial ocorridos na cidade de São Paulo. Esta escolha deve-se a duas razões: até onde a bibliografia disponível aponta, a capital paulista parece ter sido alvo privilegiado de intervenções policiais, cujos efeitos mais devastadores foram sentidos por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Em segundo lugar, é sobre São Paulo que o jornal traz os relatos e as reportagens mais sistemáticas sobre repressão de ordempolicial no espaço público e resistências individuais e organizadas contra ela.

¹⁰⁸ Estes aparelhos seriam as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), as Rondas Unificadas do Departamento de Investigação (RUDIS) da Polícia Civil, o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA), as Rondas Unificadas do Departamento da Grande São Paulo (RUDEGRAN), e as Rondas Unificadas do Departamento de Investigações Criminais (RUDEIC).

¹⁰⁹ Departamento de Investigações Criminais.

destinadas ao combate da prostituição nas ruas de São Paulo (Ocanha, 2014). As polícias civil e militar passam a atuar repressivamente através dos instrumentos táticos de *blitz* e das rondas como a forma assumida pelas operações. Visando, a princípio, regular o mercado de prostituição, as operações estenderam-se a gays, lésbicas, prostitutas, michês e travestis em geral; conforme aponta Ocanha:

Os diversos segmentos LGBTs sofreram rondas específicas por parte da polícia civil e militar, não se limitando aos que se encontravam em situação de prostituição. A prostituição de fato passou a ser mais vista e comentada na época, mas as rondas não se limitavam a ela, somente se utilizavam do argumento de sua expansão para justificar as prisões arbitrárias. (2014, p. 154)

O conteúdo para legitimação de apreensão de pessoas foi a Lei de Contravenções Penais e o crime de vadiagem prescritos pelo código penal¹¹⁰, cuja requisição era que as pessoas andassem portando suas carteiras de trabalho assinadas. Conforme mostra Ocanha (2014), além da exigência implícita de que cidadãos passassem por uma série de processos burocráticos que viabilizassem a obtenção de tais documentos, nesse período, inúmeros cidadãos tinham grande instabilidade em seus empregos ou se encontravam em situação de desemprego, portanto, não tendo carteiras assinadas. Configurava-se, então, uma imensa discrepância entre as prescrições legais e a realidade, além de dispor um olhar que tinha em si implícita a disposição do vadio ao crime e a atribuição de seu julgamento moral, conforme aponta:

A justiça tinha como finalidade dar um julgamento moral para o vadio, estabelecer uma sentença de condenação pelo **estilo de vida** além de indicar um modelo de trabalhador com carteira de trabalho assinada como um modelo a ser seguido. (Ocanha, 2014, p. 157, grifos meus)

Ainda de acordo com o autor, a grande vulnerabilidade da população devia-se ao fato de que a forma de aplicação das leis era relegada ao arbítrio dos investigadores, bastando somente o depoimento do investigador de polícia e a falta de comprovação de renda para formular o inquérito, que sob ordens das delegacias, saíam às ruas na busca de “elementos suspeitos”, fazendo com que travestis, gays e lésbicas, prostitutas, negros e nordestinos circulando pelo espaço público das ruas da cidade de São Paulo se tornassem alvos preferenciais da polícia¹¹¹. Dessa maneira, “a contravenção penal de vadiagem era

¹¹⁰ O crime de vadiagem vem do artigo 390 do código penal de 1890, que era um dispositivo punitivo e pretensamente reeducador de vadios e também incluía a “importunação ofensiva ao pudor”.

¹¹¹ Cabe recuperar o comentário do autor de que, sendo a maioria dos detidos nessas ações pessoas negras, tal fato levou o movimento negro no Brasil a ser um dos pioneiros na crítica deste instrumento jurídico específico (2014).

somente o argumento jurídico que autorizava a ação da polícia civil, fundamental para a utilização de tal instrumento, uma vez que o flagrante era dado por esta instituição” (Ocanha, 2014, p. 158)¹¹².

Dar escândalo: averiguação da vadiagem e violação dos corpos

No decorrer dos anos 1970, em um momento histórico no qual a própria cidade de São Paulo expandia-se territorialmente, expandia-se coextensivamente o *trottoir* por seus espaços e a visibilidade de sexualidades dissidentes (associadas ou não a esta prática), antes sujeitas à maior discrição e silêncio nos espaços públicos¹¹³. Ao mesmo passo afluíam espaços de sociabilidade especificamente voltados, ou bastante frequentados, por homens “homossexuais”, lésbicas e travestis.

Na tentativa de controle estatal sobre estes espaços e esta população, em 1976, a delegacia seccional do centro baixa uma portaria que autorizava a prisão de todas as travestis da região central da cidade para averiguação e realização de estudos criminológicos. À frente do estudo criminológico sobre a situação de prostituição de michês e travestis, proposto pela polícia civil de São Paulo durante a gestão de Erasmo Dias na Secretaria de Segurança Pública do estado, esteve o delegado Guido Fonseca, que ordenou a criação de um arquivo especial para fichar toda travesti presa por vadiagem ou por prática de atos obscenos. A portaria determinava que este cadastro policial deveria “ser ilustrado com fotos dos pervertidos”, para que os juízes pudessem “avaliar seu grau de periculosidade” (Ocanha, 2014). O texto da portaria, como mostra Ocanha (2014), instituía a correlação entre a imagem “feminina” e os tipos de vestimentas à nocividade e criminalidade – as pessoas cujo inquérito por vadiagem fossem abertos seriam muito mais facilmente condenáveis no caso de estarem usando “roupas femininas” nas fotos de suas fichas¹¹⁴.

Os resultados dos estudos e os arquivos mostram que das 460 travestis presas, 398 foram submetidas a interrogatórios sem serem “vadias” (de acordo com os parâmetros da

¹¹² É importante ressaltar que a aplicação da lei não se deu de forma unívoca e sem contestações no período. Ocanha (2014) resalta que nesse momento histórico estiveram em conflito essencialmente duas “correntes de pensamento” distintas: uma representada pela lei de vadiagem e outra representada pelas ações individuais de juízes e advogados que se recusavam a cumpri-la em um contexto econômico de desemprego.

¹¹³ Para saber mais sobre a frequência de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes nos espaços públicos de centros urbanos no Brasil, ver Green (1999).

¹¹⁴ Segundo Ocanha (2014), entre 14 dezembro de 1976 e 21 julho 1977, 460 travestis foram detidas para o estudo e levadas para o 4º Distrito Policial da Consolação, sendo lavrados 62 flagrantes, tendo o estudo sido publicado na Revista *Arquivos da Polícia Civil*, em 1977.

Lei de Contravenção) e que foram obrigadas a comprovar trabalhos com exigências de documentações muito distintas – e superiores – àquelas requeridas ao restante da população; todas tiveram de assinar um termo declarando seu tipo de profissão, seus ganhos mensais e especificando seus gastos mensais. Grande parte delas declarou ser cabeleireiras, manicures, costureiras e decoradoras, fazendo o *trottoir* à noite, com o qual obtinham mais do que o dobro de seus salários. O delegado parece ter-se preocupado em analisar os lucros com a prostituição e comentar sobre as transexuais operadas serem “menos rentáveis” ao mercado de prostituição, uma vez que não poderiam “penetrar clientes passivos” (Ocanha, 2014).

Em dezembro de 1979, o *Lampião* publica uma entrevista intitulada “Dois travestis, uma advogada, três depoimentos vivos sobre o sufoco”, na qual as travestis Tatiana e Flávia saem da rua Rego Freitas, em uma noite de trabalho, para o apartamento de Darcy Penteado, onde são entrevistadas por ele, Alice Soares, Glauco Mattoso, Jorge Schwartz e João Silvério Trevisan. Ambas relatam episódios de violências que passam pelos âmbitos familiar, psiquiátrico e que envolvem relações de trabalho, seguidos de depoimentos sobre prisões arbitrárias, violência policial e violações de direitos humanos no espaço da rua e das delegacias. Darcy Penteado pergunta se, em geral, as prisões por conta da prostituição são arbitrárias, afirmando a advogada Alice Soares que sim e ressaltando quão bem as travestis conhecem as práticas policiais. Flávia comenta sobre levar consigo uma sacola sempre que sai de casa com o intuito de “fingir” que vai fazer compras, caso contrário, a possibilidade de ser pega e jogada no camburão é maior, em seguida discorre sobre certa ética partilhada entre algumas travestis de não revidar as arbitrariedades dos policiais dentro das delegacias, já que neste caso as violências podem ser muito maiores. No entanto, as estratégias de resistência nestes casos são múltiplas, relata: “Sabe de uma coisa que aconteceu com uma amiga nossa? Ela deu escândalo e jogaram uma bomba dentro da cela; arrebentou tudo, ela saiu até no jornal!” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 6).

De acordo com Flávia, as travestis que assumem tais atitudes de irreverência são conhecidas como as “do babado”, e segue:

As do babado são as que cortam, dão escândalo, apanham, chegam na polícia e já viram a máquina do delegado. É, tem travesti que é assim; quando são presos eles se revoltam, pegam o delegado, batem nele. Daí, o delegado leva pro xadrez. Naquele dia, eles tiraram toda a roupa e tacaram fogo. Foi aquele fumacê na cela, todo mundo gritando. E aí falaram: vamos se cortar todos juntos. Uma dava a gilete para a outra... Já fazia quatro dias que estavam lá;

então se cortavam pra ver se levavam eles pro hospital, porque lá o pessoal tem medo do escândalo e solta elas [...]. (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 6)

Flávia ressalta que a prática de “dar escândalo” por parte de muitas travestis tende a implicar que, uma vez dentro das delegacias, elas “já chegam levando pancadas”, procedimento este que, segundo ela, seria uma forma de resposta à revolta que estas pessoas sentem em relação ao que acontece dentro da prisão, bem como em relação à incidência tão rotineira da prisão. Conforme comenta: “tem bicha que já foi presa mais de cem vezes”. Ainda sobre práticas de violência e violação de corpos dentro de prisões – marcadamente dentro do 3º DP da rua Aurora – ou na rua, Flávia conta sobre os ataques de cunho sexual por parte dos responsáveis a resguardar a lei na delegacia:

Às vezes o policial exige que a gente faça sexo pra soltar a gente. Com a polícia, com o carcereiro, com o... O carcereiro é quem solta, então eu tive que fazer muito programa pra ele me soltar. [...] Muitas vezes, levam a gente pras quebradas, e depois soltam. Não só eu: várias amigas vão juntas. E tem quatro policiais, geralmente. Eles escolhem quatro travestis, soltam as outras, fazem a festa e tchau. Às vezes, a gente está preso na cela, e aí vem um deles pra ver o tamanho do... (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 6)

Um episódio bastante característico das relações entre travestis e policiais no cotidiano da rua também é descrito por Tatiana:

Teve um caso que aconteceu há uma semana, é muito importante; eu ia descendo, e vinham dois caras, um deles passou a mão em mim; eu quis ratear comele, mas os dois mandaram a gente ficar quieta. Pareciam dois malandros mesmo, não tinham senso de nada. Eu fiz o que eles mandaram, mas aí me entrosei com minhas amigas, e uma delas falou: “É, vamos dar um pau nesses caras, que eles tão muito folgados”. A gente partiu pra cima deles, mas aí um deles puxou um revólver e deu um tiro na gente. Todo o mundo correu, menos eu, que fiquei lá, incrementando comeles, chamando eles de malandros, e tal. Dali a pouco veio a Garra (n. da r.: uma corporação da polícia civil paulista); uma amiga minha foi lá e falou pra eles, “olha, esses dois caras estão com um revólver, atiraram na gente”. Pois os dois voaram em cima dela e bateram tanto que a pobre até hoje está no hospital; eram da polícia, também!¹¹⁵ (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 6)

Jorge pergunta a Tatiana e Flávia se existe tratamento diferencial em relação a elas e às outras prostitutas. Flávia responde assertivamente que é “lógico”, a partir do entendimento de que com a travesti é muito pior porque “é marginalizado”. Sobre este ponto Jorge comenta que o fato de “ser mulher” (referindo-se às prostitutas não travestis) parece implicar certo abrandamento do tratamento dos policiais em relação a elas¹¹⁶.

¹¹⁵ Outros casos relatados pelo *Lampião* acerca de agressões cotidianas a travestis e bichas na rua por transeuntes deram-se diante de policiais que se mantiveram impassíveis diante das cenas (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 2).

¹¹⁶ “Ser mulher” e a identidade de gênero de travestis serão um ponto que desenvolverei no capítulo seguinte. Por ora, ressalto que, de maneira geral, nas falas de diversas travestis que aparecem nas páginas do jornal, a autoatribuída identidade de gênero aparece duplamente associada ao gênero feminino e masculino, muitas vezes oscilando entre os dois ou aglutinando ambos. No caso da entrevista em questão, podemos tomar como exemplo o trecho supracitado em que Flávia discorre sobre as travestis “do babado”,

Sobre a circulação policial na região, Tatiana comenta que nos últimos tempos, apesar de intermitentes rondas da Garra, é a “veraneio amarela” do DEIC que passava, levando-as para o 3º Distrito (delegacia seccional do centro localizada na rua Aurora, em plena “boca do lixo”). Na esteira dos encontros cotidianos com policiais, são relatadas por Tatiana e Flávia e por diversos gays, lésbicas, michês e prostitutas, as constantes extorsões policiais, que nas rotineiras abordagens exigiam dinheiro em troca de liberações, caso os policiais julgassem pouca a quantia de dinheiro, a situação era manipulada e passava a configurar flagrante por “suborno à autoridade”¹¹⁷.

A advogada Alice Soares atuava como orientadora criminal pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Universidade de São Paulo, prestando assistência jurídica gratuita a travestis e prostitutas perseguidas pelo regime. Desde 1972, orientava estagiários em audiências na área criminal junto a casos envolvendo negros, operários, prisioneiros, além das travestis e prostitutas que procuravam o serviço, permanecendo independente justamente para que pudesse acompanhar casos de arbitrariedades envolvendo estas pessoas (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 7). Sua atuação, também destacada no relatório final da CNV (2014), foi fundamental, sobretudo durante o período em que Sérgio Fleury estava à frente do DEIC e Erasmo Dias à frente da Secretaria de Segurança Pública, quando as rondas aconteciam de forma muito mais intensa, do que no momento em que a entrevista de Tatiana e Flávia é realizada, e quando as prisões “para averiguação” sob pretexto de vadiagem tiveram seu auge¹¹⁸. A partir da entrevista, também podemos notar que o secretário acompanhava pessoalmente as operações e parte do cotidiano das delegacias durante sua gestão (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 7).

nele existe a alternância entre a flexão de gênero do feminino e no masculino para a referência de si. Na entrevista em questão, falando de si, Tatiana diz “a gente é tanto homem como mulher: as duas coisas” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 7).

¹¹⁷ Tais episódios de extorsão policial e práticas de pedido de suborno são relatos bastante recorrentes em entrevistas e reportagens no *Lampião*. Uma forma bastante recorrente destes casos pode ser encontrada sobretudo na seção “Cartas na mesa” do jornal, na qual especialmente homens gays relatam casos de policiais à paisana abordando homens em banheiros públicos, como se estivessem interessados em alguma forma de intercuro sexual, e em seguida se identificavam como policiais. Caso o pedido de suborno não fosse atendido, os policiais ameaçavam ou efetivamente levam “bichas” para a delegacia (ver *Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 18).

¹¹⁸ De acordo com Ocanha (2014, p. 160) a “falta de dados sobre estas ações ilegais não permite comparações mais precisas”. A única estatística que o autor encontra sobre a lei de contravenção de vadiagem, referente ao período em que Erasmo Dias esteve na Secretaria de Segurança Pública do Estado, aponta que, em 1977, “em média, dezoito pessoas eram presas por dia por vadiagem na cidade de São Paulo. Todas as outras detidas que não foram indiciadas não entram na estatística”. Na entrevista concedida ao *Lampião*, a travesti Tatiana relembra que já havia conhecido muitas travestis que mesmo trabalhando, ficavam quinze, vinte dias “de molho” na prisão.

Durante a entrevista, Alice faz uma denúncia que aponta para uma estrutura mais ampla por trás das instituições policiais que, entre o descaso e a omissão deliberada, também são responsáveis pelas quebras de protocolo e pelas violações de direitos humanos, sendo que a própria organização jurídica permitiria tais atos de violência. Para a advogada, os promotores, apesar de competir à sua função, eximiam-se da tarefa de fiscalizar a polícia, o mesmo valendo para a Corregedoria de Polícia e para os delegados que, como bacharéis, poderiam ter alguma outra forma de atuação; tais omissões contribuíam causalmente, inclusive, para casos de morte nas delegacias de “pessoas que morreram de tanto apanhar”, como foi o caso de Robson¹¹⁹. A advogada também menciona quanto a propensão, em 1979, à violência por parte dos policiais é tributária aos 15 anos antecedentes de arbitrariedades praticadas pelos quadros do DOPS e da reificação da figura do “Esquadrão da Morte”, personalizada na colocação de Fleury no DEIC (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 7).

A advogada trabalhou para que juízes concedessem um *habeas corpus*, visando que travestis pudessem andar livremente na rua, tentando relativizar o flagrante quando solicitava à justiça o alvará de soltura de um indiciado por vadiagem (Ocanha, 2014). Estas investidas estavam sujeitas a uma justiça incerta, que podia aceitar ou negar pedido, e de novas práticas arbitrárias por parte de policiais que rasgavam os documentos. Tais práticas são também descritas por Trevisan (1986), quando menciona que, apesar de muitas travestis terem conseguido que a justiça lhes fornecesse um documento *habeas corpus*, no final da década de 1970, policiais, na certeza de que sairiam impunes, passaram a apreender esses documentos e rasgá-los, inclusive diante de repórteres (Trevisan, 1986).

Todo preso é político

Deixando a Secretaria Segurança Pública de São Paulo em 1979, na ocasião da posse de Paulo Maluf para o governo de São Paulo, Erasmo Dias assume o cargo de deputado federal e apresenta, como uma de suas primeiras iniciativas, o projeto de lei

¹¹⁹ O referido caso é o do jovem negro de 22 anos, Robson Silveira da Luz, que foi preso na zona leste de São Paulo, em 1978, sendo acusado de roubo de frutas em uma feira. Uma vez preso, o jovem foi assassinado sob tortura da polícia militar. O caso é referido como um dos estopins que levam ao ato histórico movimento negro, em 7 de julho de 1978, em São Paulo, sendo este próprio um marco da criação do Movimento Negro Unificado, que se dedicaria profundamente à denúncia da violência policial contra pessoas negras no Brasil, das subumanas condições da população carcerária e das torturas nos presídios. (Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro>>. Acesso em: 22/9/2017)

2.114/1979. Sob o título de “Prisão Cautelar”, a proposta tinha por finalidade sancionar a permissão legal para que a polícia civil pudesse decretar a prisão provisória de um indivíduo (pelo prazo de até dez dias) sem a necessidade da autorização de um juiz. Tendo feito de São Paulo um palco experimental para esta vertente autoritária de segurança pública, o então deputado eleito empenha-se em exportar o modelo para o restante do território nacional, sob o pretexto de contenção à violência nos grandes centros urbanos; sem permitir que a sociedade civil tivesse aprofundado suficientemente o debate sobre o tema, conforme ressaltam matérias do *Lampião*. De acordo com Ocanha (2014), a comissão de Constituição de Justiça da Câmara dos Deputados aprova o projeto repentinamente no último dia antes do recesso parlamentar daquele ano.

O *Lampião* passa, sobretudo a partir daquele momento, a publicar uma série de reportagens e ensaios que tratam da temática da prisão cautelar¹²⁰, trazendo a chamada sobre o tema na capa de sua 21ª edição. Temáticas correlatas também são discutidas pelo jornal, como os “presos comuns”, o encarceramento em massa de certos setores da sociedade brasileira, notadamente negros e pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, e o cotidiano marcado por torturas, procedimentos antidemocráticos e de desumanização desses sujeitos dentro das prisões do país. Se não era novidade a adoção de procedimentos de prisão cautelar no Brasil, sua legalização tornava ainda mais explícita uma série de pressupostos subsidiários a este modelo e fazia aflorar os perigos de aprofundamento das práticas de violência fora e dentro das prisões, conforme advertia o jornal.

As matérias do *Lampião* são bastante contundentes na crítica deste instrumento policial-jurídico e enfáticas em argumentar que a orientação do governo em adotar a política de prisões cautelares não se mostraria recurso eficaz no combate à criminalidade, ao contrário, só fariam aprofundar o impacto do policiamento ostensivo e massivo nas periferias das grandes cidades. Ao mesmo passo, tais instrumentos representariam vertentes antidemocráticas e destoantes de um momento em que os protestos contra as violências policiais eram gerais, além de empreenderem um julgamento moral do vadio. Aguinaldo Silva e João Carlos Rodrigues ressaltam que o projeto de lei, conjugado a um discurso de eficiência do Estado, interessaria apenas aos grupos mais retrógrados no Brasil, que pretendiam estender a toda a população características do extinto AI-5 (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 8).

¹²⁰ Por exemplo, *Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 13; v. 21, 1980, p. 8; v. 21, 1980, p. 9.

Ambos editores ainda ressaltam que a forma do proposto instrumento de combate à criminalidade faria com que a prisão, que pela legislação vigente poderia ser feita apenas mediante flagrante ou ordem judicial, passasse às mãos do “delegado da esquina”. Dessa forma, alargava-se a margem para que sujeitos socialmente estigmatizados por dimensões raciais, religiosas e de sexualidade, que são habitualmente colocados sob suspeita, viessem a ser mais incisivamente afetados. As dimensões práticas dessa lógica punitiva recairiam igualmente sobre os tantos desempregados no Brasil e os trabalhadores informais que, não portando carteira assinada, poderiam ser presos por falta de documentos ou por “vadiagem” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 8).

Outra reportagem do mesmo número do jornal traz uma série de declarações críticas ao projeto de lei que versa sobre a prisão cautelar de figuras públicas, como a deputada estadual Heloneida Studart, o deputado federal Modesto da Silveira, o artista plástico, dramaturgo e escritor Abdias do Nascimento, o presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter, o médico Sobral Pinto e o professor da Faculdade de Direito da USP, Goffredo Telles Júnior. As principais críticas recuperadas pelos entrevistados também elencaram entre os principais problemas do proposto projeto a exaltação de poder da pessoa do policial em relação à legislação atual e ao fato de que os principais atingidos por ele seriam travestis, prostitutas, pessoas pobres e sobretudo negros, que já eram os principais alvos do sistema prisional e violência policiais. Outra crítica refere-se à problemática de torturas e violências que sofrem as pessoas mediante abordagens policiais e estadias em delegacias e quanto a prisão cautelar teria a potencialidade de passar a operar como um mecanismo de ocultamento das marcas deixadas nos corpos dos presos por estes atos (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 9).

O tema das prisões aparece, primeiramente, no jornal na ordem das discussões sobre a luta pela anistia, levada a cabo pela esquerda¹²¹ no país. Já na edição de outubro de 1979, em um ensaio intitulado “Que tu tenhas teu corpo” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 5), João Silvério Trevisan questiona se a movimentação em torno da anistia estaria de fato sendo a mais ampla possível, ou se, contrariamente, estaria se restringindo aos “filhos da classe média perseguidos”. Neste e em outros ensaios, a questão colocada pelos editores seria a de que as discussões sobre anistia que tomavam corpo no Brasil, em

¹²¹ Uma discussão mais detida sobre as relações de lésbicas, travestis, gays, movimentos minoritários e as tendências de esquerda mais comprometidas com questões trabalhistas e de classe será apresentada no capítulo subsequente.

1979, estariam relegando ao segundo plano ou ao esquecimento a consideração acerca da situação de encarceramento de “presos comuns”¹²², majoritariamente negros e das prisões indiscriminadas de pessoas que, nas palavras de Aguinaldo Silva, “se afastam dos padrões convencionais em matéria de sexo” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 5). A maneira como tais discussões vinham sendo conduzidas por setores de esquerda perderia de vista, para os editores, que todos os presos no Brasil são presos políticos e que, se as causas da marginalidade são políticas, suas consequências também o são (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 9). Para Aguinaldo Silva, em relação às indiscriminadas prisões de homossexuais, os movimentos brasileiros pela anistia pareciam considerar natural que estivessem os camburões passando e levando todos os que estavam em locais associados à frequência de homossexuais; assim reitera que, para uma verdadeira anistia, ampla geral e irrestrita, os movimentos deveriam advogar pela retirada de negros e travestis do cárcere. Para Fernando Gabeira, em entrevista ao *Lampião*, a tortura e a repressão dos presos políticos é uma face muito pequena da repressão no Brasil, e a esquerda teria a importante tarefa de denúncia da tortura e dos procedimentos antidemocráticos praticados contra os “presos comuns” no interior das cadeias (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 5-8). Para João Silvério Trevisan, a questão passa, em última instância, pela discussão do que se considera ilegalidade – se contam ou não discriminação racial e sexualidades violentadas.

Em sua 22ª edição, o *Lampião* publica uma carta de Herbert Daniel, datada de 26 de outubro de 1979, que deveria ter sido lida no Congresso pela Anistia, realizado em Salvador no final do mesmo ano, mas que não foi por motivos alegados, que diziam explicitamente respeito à condição do sociólogo enquanto “apenas uma bicha”¹²³. Tendo

¹²² Conforme as discussões e os casos apontados até aqui mostram, todo preso pelo Estado brasileiro é um preso político, segundo a compreensão partilhada nas páginas do *Lampião*. Sem perder isto de vista, mantenho a expressão “presos comuns” utilizada pelo jornal, que remonta a oposição àquela utilizada pelos movimentos pela anistia “presos políticos”.

¹²³ A carta é precedida da seguinte nota, assinada por Aguinaldo Silva: “O documento abaixo foi escrito por Herbert-Daniel de Carvalho, um dos exilados que restaram de fora da malha não muito fina da anistia, e que permanecem condenados a ficar longe do seu país. Ele deveria ter sido lido em Salvador, durante o Congresso pela Anistia realizado em fins do ano passado, mas acabou boicotado; o representante do CBA do Ceará, cujo nome nem merece ser citado, recusou-se a lê-lo porque, segundo de, o signatário é ‘apenas uma bicha’. Não cremos que seja este o aspecto mais importante da vida pessoal de Herbert-Daniel de Carvalho; mas denunciemos, aqui, o fato de que ele não apenas deixou de ser anistiado pelo governo, como também ficou de fora da anistia apregoada pelos seus supostos companheiros: os ‘progressistas’ do CBA não o perdoarão jamais por ser homossexual. É por isso, que publicamos na íntegra, o documento que ele assinou; para que Herbert, há tanto tempo no exílio, não se sinta inteiramente órfão. Nós, homossexuais do *LAMPIÃO*, estamos solidários com ele, como estaríamos – atenção, pessoal do CBA – com qualquer heterossexual na mesma situação” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 10).

sido um dos poucos não anistiados, Herbert Daniel comenta sobre as relações entre o movimento pela anistia e a questão dos presos por “crimes comuns”. Dizendo-se em posição de marginalidade, o autor marca os motivos de sua carta para definir o mau caráter das medidas que o governo chama de anistia, que atestam uma democracia parcial e hipócrita, de continuada marcação sobre os limites do que o governo não concede, portanto, de onde ele não cede. O sociólogo atesta que não fala como um dos “injustiçados”, mas sobre as injustiças e as arbitrariedades que dizem respeito a todos os que foram condenados pela ditadura, não só exilados e presos políticos, e, por este motivo, a anistia deveria ser ampliada, discutindo a própria existência do exílio ou da cadeia. Relatando ter sido tratado como criminoso comum, ressalta que sua revolta é em relação à maneira pela qual todos os criminosos comuns foram tratados, acrescentando esperar que um dia possam ser discutidos os crimes comuns, sendo esta sua esperança na democracia.

Escândalo não dá: das limpezas escancaradas até a 3ª DP

Em 1979, na ocasião em que Paulo Maluf, adepto às políticas de segurança altamente militarizadas, assumia o governo do estado, a Secretaria de Segurança Pública (SP), deixada por Erasmo Dias, é assumida por Octávio Gonzaga Júnior, partidário das prisões cautelares¹²⁴ e dos planos militares de contenção da criminalidade em curso no estado. Nos dias 28 e 29 de março do ano seguinte, o *Estado de S. Paulo*, assumindo o papel de porta-voz dos moradores, da polícia e da justiça, publica diversas matérias sobre a questão do perigo das travestis na capital, iniciando uma verdadeira “campanha contra as travestis” e sugerindo que a polícia tomasse atitudes¹²⁵ em nome das famílias respeitáveis (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 2). A grande imprensa à época já vinha propagandeando a atuação de grupos de extermínio de pessoas marginalizadas, a exemplo do conhecido como “Mão Branca” que, nos termos tratados por esta, seria uma espécie de grupo justiceiro que trabalharia matando bandidos – noticiário largamente aplaudido pela sociedade civil, conforme lembrado pelo *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 5; v. 24, 1980, p. 2).

¹²⁴ Conforme aponta Ocanha (2014), a posse de Gonzaga era vista como sinal de abertura, uma vez que era o primeiro civil a assumir após 20 anos de militares ocupando o cargo.

¹²⁵ Aliás, contrariamente à política que o jornal assumiu em períodos anteriores, de constantemente censurar essa temática em suas páginas (MacRae, 1990). A participação central que a família Mesquita e o jornal tiveram na articulação e na propaganda do golpe é ressaltada por Kucinski (1991).

Em 1º de abril, o mesmo jornal publica outra matéria mencionando a “invasão de travestis na cidade”. Prontamente, as polícias civil e militar – nas figuras do delegado Paulo Boncristiano e do coronel Sidney Gimenez Palácios – anunciam (novamente no *Estado de S.Paulo*) um “plano de prevenção” do problema, pretendendo, ainda, contar com o apoio do secretário de segurança. Em sua divulgação, tanto o coronel quanto o delegado diziam que a iniciativa surgiu por terem ficado “impressionados” com a matéria anteriormente publicada pelo jornal¹²⁶ (Ocanha, 2014). Os detalhes do plano passavam pela criação de uma zona de confinamento de travestis nas Bocas do Lixo e do Luxo, retirando-as das zonas residenciais, bem como por destinar um prédio¹²⁷ para abrigar exclusivamente travestis (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18).

Em 21 de maio de 1980, é transferido para a terceira Seccional do Centro (Rua Aurora, Boca do Lixo) o delegado Wilson Richetti¹²⁸, que dois dias após sua posse anunciava pela *Folha de S.Paulo* a “Operação Cidade”, cujos objetivos se destinavam à prisão de “assaltantes, traficantes de drogas, bandidos e marginais que frequentavam o centro”¹²⁹. Seguidos quatro dias, em 27 de maio, a *Folha* cede espaço para que o delegado anuncie os resultados da operação, segundo os quais teriam sido presas 172 pessoas, sendo homossexuais, prostitutas e travestis¹³⁰. Segundo Ocanha: “A divergência entre o objetivo e o resultado da operação demonstra que o ato de prender criminosos, na prática, havia se transformado na detenção de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e prostitutas que frequentavam o centro da cidade” (2014, p. 162). Com temporalidade bastante apressada, em 29 de maio o diretor do DEGRAN¹³¹, Rubens Liberatori¹³², legitimando a autoridade do delegado, anuncia (novamente, na *Folha de S.Paulo*)¹³³ seu apoio ao plano de extensão das rondas de Richetti e concede um efetivo de policiais (200 investigadores e 50 viaturas). Em 31 de maio¹³⁴, é publicada uma nota oficial (na *Folha*

¹²⁶ O anúncio do plano é publicado no *Estado de S.Paulo*, 1º de abril de 1980, p. 20.

¹²⁷ Segundo Ocanha (2014), o plano era a reativação do presídio do Hipódromo que estava desativado desde uma rebelião.

¹²⁸ O delegado, que na década anterior havia integrado os quadros do DEOPS-SP (Ocanha, 2014), já teria feito nessa época um trabalho de expulsão de prostitutas do centro de São Paulo (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18).

¹²⁹ *Folha de S.Paulo*, 23 de maio de 1980, p. 9 (apud Ocanha, 2014).

¹³⁰ *Folha de S.Paulo*, 27 de maio de 1980, p. 11 (apud Ocanha, 2014).

¹³¹ Departamento da Polícia Civil da Grande São Paulo.

¹³² Os editores do *Lampião* lembram que o chefe do departamento de polícia era o responsável pela Operação Camanducaia, que, em outubro de 1974, havia “retirado menores infratores das ruas de São Paulo” (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18).

¹³³ *Folha de S.Paulo*, 23 de maio de 1980 (apud Ocanha, 2014).

¹³⁴ *Folha de S.Paulo*, 31 de maio de 1980, p. 12 (apud Ocanha, 2014).

de *S.Paulo*, jornal que oficiosamente propagandeava o andamento das operações) da Secretaria de Segurança Pública do Estado glorificando o “comandante” Richetti por sua “guerra” na área central da cidade contra exploradores de lenocínio, travestis, traficantes de tóxicos e “prostitutas que acintosamente realizam seu comércio nas vias públicas”.

O *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18) e também MacRae (1990) referem-se à fala de um policial que teria dito que as operações de limpeza também estariam sendo realizadas a mando do general Milton Tavares, comandante do Segundo Exército. Em um momento em que estava no horizonte a volta das eleições para governador (em 1982), nomes da política e do exército esquivavam-se de dar declarações públicas, conforma aponta Ocanha (2014), e isto explicaria a ausência de pronunciamentos de Milton Tavares e do próprio Paulo Maluf sobre as operações. Postas as redes de apoio, é iniciada a operação que ficou conhecida como “Rondão” ou “Limpeza” contra pessoas de gênero e sexualidade dissidentes no centro da capital, cujas investidas policiais ocorreram de forma maciça durante as primeiras semanas, assumindo em seguida ritmo mais rotineiro.

Em sua 26ª edição, o *Lampião* traz o caso da operação em sua capa e uma reportagem assinada por João Silvério Trevisan, relatando o cotidiano das operações (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18). De acordo com a reportagem, se anteriormente o cenário era de um número expressivamente menor de prostitutas e travestis intimadas pela violência policial, a operação de Richetti mostrou-se uma verdadeira “guerra santa em nome da família e da moral”, ou em nome da devolução da “tranquilidade à população”. O objetivo da operação de “limpar”, não apenas as zonas residenciais, mas todo o centro de São Paulo, sobretudo as áreas da chamada Boca do Lixo e os locais frequentados por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e bichas em geral, deu-se por meio viaturas e camburões que passavam sistematicamente levando todos os frequentadores à delegacia. A reportagem ainda menciona que Richetti teria convidado um fotógrafo para documentar a operação, demonstrando o caráter espetacular subsidiário a ela. Reproduzo parte dos relatos de abusos, torturas e violências diversas reunidas pela reportagem:

O primeiro escândalo ocorre quando a revista *Isto É* publica a foto de um travesti sendo pisoteado durante uma redada [batida] policial. Richetti justifica dizendo tratar-se de um homossexual que tentara matar uma pessoa. Logo depois os jornais noticiaram que uma prostituta, Idália que atirou-se do segundo andar da Seccional do centro para matar-se ou escapar das violências sofridas. Outras mulheres vítimas da repressão referem-se aos banhos de água fria e às porradas que arrancam dentes, quebram pés e provocam abortos: denunciavam extorsões mascaradas em fianças altíssimas para serem liberadas. Richetti diz que é incapaz de bater em uma mulher e não tolera que

seus investigadores o façam. Mas segundo depoimento de uma vítima ao deputado Eduardo Suplicy, é o próprio Richetti que esmurra as costas ou a cabeça das mulheres que deixam a prisão exigindo que mantenham o bico calado sob pena de represália. E um travesti relata como ele abriu e fechou a gaveta violentamente, prendendo seus seios. Naturalmente, esses infelizes são acusados de inventar tudo, porque não estão do lado da lei, que cria verdade. Mas nestes dias não é preciso muito esforço para ver surras em público. Na esquina da Rego Freitas com a Major Sertório os policiais tentaram tirar a dentadura de um travesti para recolher a gilete escondida. Como ela jura aos berros que seus dentes são naturais, é espancado e tido por mentiroso.

Não adianta apresentar documentos ou prova de bom comportamento pois o critério é dos policiais. Muitas prostitutas são presas inclusive quando trazem habeas-corpus preventivo, que é rasgado no momento da prisão. Aliás, nos bares do Arouche, investigadores já chegam gritando “Quem for viado pode ir entrando no camburão” [...]. É por isso que o centro de São Paulo agora anda em paz; pelas ruas passeiam apenas bandos de policiais. (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18)

As ações de limpeza do espaço urbano, que tiveram como tática deslocamentos e a remoção forçada¹³⁵ de corpos e sujeitos associados à criminalidade e depravação, cujo simbolismo se traduziu em marcações da dissidência de gênero e sexualidade, acontecem justamente em um momento de recém distensão da censura e da proliferação e ocupação de espaços urbanos, sobretudo no centro da cidade por estes mesmos sujeitos. Tamanha parecia ser a descontração e a sensação de segurança nas malhas de encontros para travestis, homossexuais, michês e lésbicas, também associadas ao adensamento do espaço de prostituição, que alguns chegavam a comentar que “São Paulo estava virando uma São Francisco”, conforme lembra MacRae (1990). O autor ainda chega a comentar sobre uma forte reação de forças conservadoras e moralistas, sobretudo no espaço da imprensa sensacionalista – nominalmente, o *Notícias Populares* e o *Jornal da Tarde*, ao reportarem o desbunde e a repressão dirigida a estes setores, no final da década de 1970 e início de 1980. Embora o principal alvo formal das operações tenham sido travestis e prostitutas, as operações atingiram homens gays, os “viados” que foram todos para o camburão, michês¹³⁶ e lésbicas – estas tendo uma operação especificamente dirigida a elas¹³⁷. Tal

¹³⁵ Especificamente sobre planos de deslocamentos forçados de travestis e prostitutas, ver *Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 5 e 10. Os artigos do *Lampião* mostram que as tentativas de deslocamento das zonas de prostituição, do centro para zonas mais afastadas da cidade, foram tentativas recorrentes em período imediatamente anterior às operações policiais mais duras, conforme aqui discutidas, que tiveram como princípio a remoção via aprisionamento e violência de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes destes espaços.

¹³⁶ Ver Perlongher (1987).

¹³⁷ Uma nota, publicada na 31ª edição do *Lampião*, recobre um episódio ocorrido em 15 de novembro de 1980 em que policiais encontram “um meio para comemorar a proclamação da República” e invadem três bares frequentados por lésbicas como o argumento de que “é tudo sapatão”. Segundo panfleto distribuído posteriormente pelos Grupos Terra Maria, Galf e Eros, na 4ª delegacia para onde elas foram levadas, os policiais recebiam dinheiro para libertá-las e as que não possuíam permaneciam lá (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1980, p. 16). De acordo com Ocanha, os bares foram o Ferro’s, Cachação e Bixiguiinha e, inclusive,

movimento reativo, de cunho conservador, não foi unicamente devido à atuação da polícia ou da imprensa.

A repressão ao *trottoir* na região central de São Paulo, na forma de combate policial e de ampla cobertura sensacionalista da imprensa, foi também respaldada, se não requisitada, por outros setores civis, tendo destaque comerciantes e moradores da região. Em 1979, comerciantes do Arouche, que perdiam espaço para pontos comerciais voltados ao público homossexual, fazem um abaixo-assinado pedindo intervenção policial contra a presença de gays, prostitutas e travestis, tendo, inclusive, declarado publicamente seu pedido e articulação para tal¹³⁸ (Ocanha, 2014, p. 162). O deputado Ricardo Izar, que prestou depoimentos favoráveis a Richetti, ressaltou, em 1980, o apoio de moradores e comerciantes de diversas localidades centro da capital¹³⁹, como argumento de defesa do delegado (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18; Ocanha, 2014, p. 168). Ainda durante a realização da “Operação Cidade”, o “Hotel do Carlinhos”, que também ficava na Rua Aurora, foi destruído pela polícia, ação apoiada em um abaixo-assinado que pedia a remoção de prostitutas e homossexuais da área central da cidade (Ocanha, 2014, p. 162), sendo o hotel um recinto particularmente denso de aglomeração destas pessoas¹⁴⁰. Em 1982, um morador do Largo do Arouche declara à *Folha* que havia, pessoalmente, reunido mil assinaturas em um abaixo-assinado, nos anos anteriores, pedindo pela “Operação Limpeza”, tendo sido entregue ao governador Paulo Maluf (Ocanha, 2014, p. 167). Por fim, teria circulado um panfleto que censurava os “maus representantes do povo (deputados), que defendem prostitutas, homossexuais, lésbicas, trombadinhas e outros desocupados”; a atriz Ruth Escobar, que vinha atuando conjuntamente com prostitutas da região, era publicamente acusada de “defender o aborto” (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18).

as mulheres que portavam carteira de trabalho foram presas. O autor ainda comenta que tal operação foi denominada “Operação Sapatão” e denota que operações policiais foram organizadas especificamente para esta categoria (2014, p. 170).

¹³⁸ Por exemplo a dona do restaurante francês Le Casserole, que ainda hoje existe na praça do Arouche, e os lojistas Elbi e Delbi Marinho da Vieira de Carvalho (Ocanha, 2014, p. 162).

¹³⁹ Como o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, o Sindicato dos Lojistas de São Paulo e a União dos Comerciantes do Centro de São Paulo e, de acordo com o *Lampião*, uma “desconhecida Associação de Lojistas e Moradores do Centro” (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980 e Ocanha, 2014, p. 162)

¹⁴⁰ Na ocasião, o proprietário busca visibilizar as arbitrariedades realizadas pela polícia em seu estabelecimento. Questionado sobre o caso, Richetti diz, à *Folha*: “Vou provar que o dono do hotel é um bandido, vou processá-lo por corrupção de menores. Aquele hotel é um cortiço, um antro de homossexuais, eu tenho comigo um abaixo-assinado de mais de 400 vizinhos pedindo providências” (*Folha de S.Paulo*, 27 de maio de 1980, p. 11 apud Ocanha, 2014, p. 162).

O Arouche é nosso!

Tamanhas incitações e práticas de violência passam a mobilizar diversos outros atores, incluindo deputados, artistas e ativistas lésbicas e homossexuais, que se articulam visando a contenção, a denúncia e a resistência a tais arbitrariedades. A cantora Leci Brandão, em um de seus shows, cantou sua música “Margot”, que tematiza a vida de uma prostituta, explicitamente em repúdio às ações de Richetti. Antes de seu próximo show, que estava marcado para acontecer em São Paulo, a artista é censurada: a *Folha* traz uma matéria dizendo que a cantora estava proibida, por ordens superiores, de repetir a “homenagem” a Richetti¹⁴¹. A certa altura da Operação Limpeza, um sociólogo do Cebrap é preso por não portar carteira de trabalho assinada e fica três dias desaparecido. O episódio teria sido o estopim para que entidades, que até então não haviam feito qualquer manifestação sobre os episódios, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, passassem a demonstrar sua solidariedade e apoio (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18). Diversos ativistas, parlamentares e entidades procuram chamar a atenção da imprensa para os episódios de violações que ocorriam¹⁴². De acordo com MacRae (1990), com exceção de homossexuais e feministas que explicitavam sua defesa em relação às prostitutas, as outras pessoas e entidades, que começaram a se manifestar em oposição às ações policiais, ativeram-se somente à questão das prostitutas e esquivaram-se de qualquer declaração de compromisso com a questão de homossexuais, travestis e lésbicas.

Em 9 de junho de 1980, já no início do período que foi o mais incisivo das operações policiais no centro, a atriz Ruth Escobar, os deputados estaduais Eduardo Suplicy, Irma Passoni e Fernando Moraes e o deputado federal Audálio Dantas fazem uma tentativa de visita à terceira seccional, recusada quando chegam a sua porta¹⁴³. Depois da recusa, houve uma reunião no teatro Ruth Escobar com a atriz, as autoridades legislativas e algumas prostitutas¹⁴⁴, que concederam depoimentos aos quatro sobre as violações que

¹⁴¹ *Folha de S.Paulo*, 8 de julho de 1980, p. 34 apud Ocanha, 2014. Segundo Ocanha, embora a *Folha* não tenha informado de qual órgão vinha a repressão, é muito provável que tivesse vindo do DOPS-SP, que permaneceu censurando ativamente artistas até 1983 (Ocanha, 2014, p. 170).

¹⁴² Estes seriam, além dos deputados já citados: homossexuais, feministas, o departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, o MNU, o deputado Geraldo Siqueira, a Convergência Socialista e o jornal *Em Tempo*.

¹⁴³ Para Ocanha (2014), tal recusa é mais um indício da força que Richetti detinha, mesmo diante de autoridades do legislativo.

¹⁴⁴ Na época, Ruth Escobar fazia parte da Frente da Mulher Feminista, que vinha se preocupando com a situação das prostitutas, sobretudo, desde dezembro de 1979, na ocasião de um ato que as prostitutas organizaram contra as repressões empreendidas pelo delegado William do Amaral. Tais alianças foram reiteradas e adensadas em momentos posteriores. Esta questão será discutida no capítulo seguinte.

vinham ocorrendo no âmbito da rua e da delegacia. A partir dos relatos foi elaborado um documento por Suplicy e enviado ao CPDDPH¹⁴⁵ da Alesp. Com o material, o jurista Hélio Bicudo entra com representação judicial contra Richetti e Otávio Gonzaga Júnior, ambos convocados a prestar esclarecimentos (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18; MacRae, 1990; Ocanha, 2014). De acordo com MacRae (1990), em 30 de julho de 1980, Richetti comparece à Alesp, acompanhado de elevado número de policiais; no plenário estavam tanto grupos e ativistas homossexuais e feministas como partidários das operações de limpeza. Apesar da articulação, os resultados da audiência não foram os melhores; para o antropólogo:

Infelizmente os deputados compareceram muito mal preparados para os debates. Além dos oposicionistas, havia um numeroso grupo do PDS que, embora minoritário na CPDDH, fez o possível para amenizar o interrogatório do delegado. Houve alguns incidentes como quando foram retiradas dos anais da reunião as falas de Ruth Escobar e de Darcy Penteado. O deputado Geraldo Siqueira havia proposto uma moção de repúdio ao delegado e fez uma proposta de que ele fosse processado administrativamente e penalmente, mas quando chegou a hora da votação da moção a maioria dos deputados, inclusive Geraldo Siqueira, haviam deixado o recinto, o que impediu seu encaminhamento. (MacRae, 1990, p. 229).

Outra frente de resistência, formada distante do campo jurídico, parece ter tido efeitos mais expressivos. Tão desmedida fora a repressão que movimentos, sobretudo de homossexuais e lésbicas, que passavam por momentos de crise interna no período, aglutinaram-se em torno de uma campanha contra a violência policial, que terminou na organização de um ato público em conjunto com o movimento negro, feministas e estudantes¹⁴⁶ (conforme mostram as páginas do *Lampião*, na maior parte de suas edições; MacRae, 1990). O ato acontece no dia 13 de junho de 1980, quando cerca de mil pessoas, entre lésbicas, travestis e homossexuais (Fernandes, 2014; *Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18), reunidas debaixo de chuva em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, sendo caracterizado por MacRae como “fechativo e escandaloso” (1990) e pelo *Lampião* como cheio de “bichas rasgadas que têm pouco a perder, além da vida”. De início foram feitas algumas falas e lidas cartas de diversas entidades exigindo o fim da violência

¹⁴⁵ Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

¹⁴⁶ Não sem passar por uma série de pontos controversos. MacRae (1990) destaca uma série de questões em torno de: se o ato seria em local aberto ou fechado, se teria caráter mais exclusivamente homossexual ou se setores discriminados, como desempregados, seriam incluídos, além de uma série de desavenças relativas às alianças que se formaram entre os grupos paulistas. Tais questões estão fundadas sobre uma série de tensões mais amplas, características do movimento homossexual naquele período, que diziam respeito tanto a tensões internas quanto a controvérsias sobre alianças externas, sobretudo com a chamada “esquerda tradicional”; algumas destas tensões serão apresentadas e desdobradas no capítulo seguinte.

policial e da discriminação racial e a libertação de prostitutas e travestis (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18). Conforme relata Mariza Fernandes (2014), as lésbicas estiveram à frente do ato e saíram guiando-o de braços dados, formando uma barreira.¹⁴⁷

O ato caminha pela Boca do Lixo em direção à praça do Arouche. Ao passar pela Rua Júlio Mesquita, onde residiam muitas prostitutas, diversas delas abriram suas janelas e demonstraram seu apoio, em resposta os presentes passam a gritar da rua: “Somos todas putas” (Fernandes, 2014)¹⁴⁸. O ato seguiu até o Largo do Arouche, onde muitos policiais começaram a fazer o contingenciamento da manifestação, sob o clima de grande tensão que já pairava, sobretudo após as ameaças públicas de Richetti a respeito da realização do ato. Os manifestantes terminam seus gritos lembrando “O Arouche é nosso” e se dispersam.

A matéria do *Lampião* sobre o episódio ainda lembra que, quando adentravam a Vieira de Carvalho, muitos estabelecimentos “sustentados pelas bichas” fecharam suas portas, mesmo cheios de “viados de classe média” que apenas espiaram suas “primas pobres” através das janelas de vidro¹⁴⁹. A matéria do *Lampião* ainda termina lembrando que a questão, do ponto de vista de travestis, prostitutas, lésbicas, gays e michês, é de sobrevivência, e não de moralidade, retomando uma fala do secretário de segurança pública, que advertiu que as arbitrariedades policiais poderiam até ser averiguadas, no entanto, isto não serviria de pretexto para que aqueles que infringissem as leis ou atentassem contra a moral e os bons costumes pudessem voltar a constranger a sociedade com seus desvios de comportamento. Por fim, é ressaltado na reportagem que parecia,

¹⁴⁷ Sobre a participação das lésbicas no ato, além do capítulo de Mariza Fernandes, existe o artigo, indicado pela autora, de Rose Macini, “Do lado do Mappin, mesmo com chuva”, de 2009, publicado no site <www.umoutroolhar.com.br>.

¹⁴⁸ Entre outras frases de ordem estiveram: “Ada, ada, ada, Richetti é despeitada”; “A, b, x, libertem os travestis”; “Richetti enrustida deixa em paz a nossa vida”; “Um, dois, três, Richetti no xadrez”; “Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros”; “O guei unido jamais será vencido”; “Arroz, feijão, abaixo o camburão”; “Lutar, vencer, mais amor e mais prazer”; “Amor, tesão, abaixo a repressão” e “O Arouche é nosso”.

¹⁴⁹ Situações como essa denotam intersecções entre dimensões de classe e sexualidade que se entrecruzam e tencionam sociabilidades e posições relacionais de sujeitos que serão discutidas no terceiro e quarto capítulos desta dissertação. Neste momento, destaco apenas que o chamado “milagre econômico” aumentou o poder aquisitivo de classes médias e altas, que podiam frequentar espaços de sociabilidade voltados sobretudo ao público homossexual, em contraste com as “primas pobres”, que frequentavam o espaço da rua e eram o alvo principal de operações e arbitrariedades policiais.

inclusive, que o próprio DOPS passaria a acompanhar o movimento homossexual com mais atenção, conforme o boletim que havia sido expedido por aquele órgão¹⁵⁰.

Sobre a cobertura da imprensa do ato, MacRae (1990) ressalta que, com exceção de duas matérias, respectivamente, da *Folha* e da *Isto É*, e do alternativo *Em Tempo*, teria sido bastante desrespeitosa. Sobre o desfecho, embora o autor avalie que houve um sucesso momentâneo em impedir o desenvolvimento da Operação Limpeza nas mesmas proporções, não houve uma mudança efetiva nas relações entre policiais e frequentadores da área (ver também: *Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 16).

Das outras: mortas desaparecidas e suicidadas

A produção relativa às práticas e efeitos das políticas de segurança pública nesse período, sobretudo os relatórios das comissões da verdade (Rubens Paiva e CNV), citam perseguições, abusos policiais e violências físicas em relação a pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Contudo, os materiais apresentados pelo *Lampião* trazem à tona práticas distintas de violência policial que não constam na produção citada. Desaparecimentos sumários, torturas, assassinatos, estupros e tentativas de suicídio para escapar de tais atos de violência ocorreram nos interstícios dos episódios expostos nesta seção, que passaram a ser estudados, documentados e conhecidos recentemente. Tais modalidades de violência particularmente graves adentraram as denúncias, aclamações e lutas por justiça e verdade empreendidas pelo jornal.

O número 21 do jornal traz uma matéria que reporta alguns dos relatos de prostitutas, feitos em reunião com feministas após o ato realizado em 1º de dezembro de 1979 em São Paulo. Uma prostituta faz menção ao caso de Rose, uma das prostitutas que vinha liderando as articulações entre as outras trabalhadoras sexuais da região. De apenas 17 anos, Rose teria sido sequestrada e surrada por um grupo de policiais, que a deixaram seminua no meio de uma estrada no estado de São Paulo; grávida, Rose teria sofrido um aborto em consequência dos espancamentos. Subsequentemente levada ao terceiro distrito da Aurora, a prostituta tentara suicídio e depois conseguiu fugir, passando mais de um mês desaparecida. Encontrada em Santos, foi levada à Febem, de onde teria novamente fugido, nunca mais sendo vista. A mesma mulher menciona outro caso de uma

¹⁵⁰ Conforme aponta Ocanha (2014, p. 166, nota 44) “Durante o período de 1979 a 1982 foram apreendidos 14 documentos do movimento homossexual brasileiro por aquele departamento policial. O DEOSP-SP compreendia os movimentos contra a violência policial como uma tentativa de desmoralização das autoridades constituídas, classificando os envolvidos com estas ações como subversivos”.

colega, que à época estava manca de tantas vezes que já havia sido espancada por policiais (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 2). Conforme já mencionado em trecho supracitado, os jornais da época noticiaram o caso de uma prostituta, Idália, que se atirara do prédio da seccional do centro, morrendo em tentativa de escapar às violências sofridas naquela delegacia (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 18).

O 30º volume do *Lampião* traz uma entrevista com a travesti Mônica Valéria, que inúmeras vezes havia sofrido abusos e sido presa pela polícia no Rio de Janeiro. Mônica relata diversas situações de vulnerabilidade em encontros com clientes e também os perigos e as arbitrariedades policiais praticadas na praça Tiradentes e nos arredores no Rio de Janeiro. A moça relembra o episódio ocorrido com sua colega Carminha: “Tem uma, a Carminha, um travesti lindo, moreno, precisava de ver, que arranjou encrenca e sumiram com ela. Acho que sequestraram, levaram pra São Paulo. Coitada da Carminha. Nunca mais ninguém ouviu falar dela” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 15). O número 32 traz uma reportagem sobre o negócio e as sociabilidades na zona do Mangue no Rio. Quando começam a falar com as pessoas, os editores notam sentimentos generalizados de comoção em função da recente morte da travesti Pérola Negra, que teria chegado gravemente ferida ao hospital em função de ter sido esfaqueada por um policial; após se recuperar, é assassinada com um tiro disparado de um carro com três policiais (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 6).

A varredura da abertura

Deve-se notar que não somente de modalidades repressivas se valeu a ditadura militar e que múltiplas formas de constrangimentos incidiram sobre as dissidências de sexualidade e gênero. As diretrizes e as práticas censórias sistematicamente aplicadas durante o período, pode-se dizer, impuseram novas normatividades em torno do que poderia ser dito e em quais espaços. A imprensa alternativa, de modo geral, foi alvo privilegiado de regulação do regime que, ao impor a proibição de conteúdos e constranger, a partir de diversas modalidades de sua permanência, fez com que jornalistas e demais envolvidos em sua produção revissem constantemente os conteúdos que veiculavam. No caso do *Lampião*, a impressão de conteúdos mais ou menos explícitos em relação à sexualidade foram reiteradamente questionados pelos membros de seu

conselho editorial e renderam receios diversos em relação à sua publicação¹⁵¹. Dito de outra maneira, os processos censórios que tomaram por princípio o que seriam atentados à moral e aos bons costumes, deve-se notar que se verteram à tentativa de impedimento de circulação de jornais como o *Lampião*, entretanto, não só a tentativa de silenciar estes conteúdos foi empreendida pelo regime militar. Deve-se notar que, além do bloqueio de acesso ao público do que era considerado subversivo e atentatório à moral, destaca-se um enorme investimento na regulamentação de territórios lícitos e ilícitos, de modos possíveis e interditos de se falar sobre sexualidade. Nesta medida, os aparelhos estatais da ditadura intervieram na produção de conteúdos culturais e políticos, proibindo sua veiculação por alguns jornais, e liberaram para outros meios de produção cultural e de comunicação ligados à indústria cultural, aos meios de comunicação de massa, à grande imprensa e aos conglomerados econômicos que interessavam às políticas oficiais. Tais modos regulatórios devem ser contrabalanceados pelo fato de que, do ponto de vista de muitos militantes, jornalistas e intelectuais interessados em tratar de questões relativas à liberação sexual, setores da esquerda foram vistos como grandes promotores de censura e interdição de conteúdos, o que se designava por “camisa de força ideológica”, ao lado dos aparelhos oficiais de regulação e repressão de conteúdos liderados pelo Estado militar.

A produção discursiva sobre as dissidências de sexualidade e gênero e as práticas das técnicas policial-jurídicas foram, conforme exposto, informadas por marcações de gênero e sexualidade que influenciavam diretamente no sentenciamento destes sujeitos dissidentes. A produção destes sujeitos enquanto marginais foi, a um só tempo, efeito e pressuposto deste corpo técnico em termos de suas práticas institucionais e dos agentes que estavam operando em seu seio. Tais pressupostos eram amplamente partilhados pelo repertório popular e reivindicados pelos ânimos punitivos da sociedade civil, que contribuíram para os processos que tiveram lugar naqueles anos. O vizinho, o policial, o promotor, o juiz, o pai do assassino, o colunista do jornal, o padre, as associações de moradores, os lojistas do bairro, todos se prestaram a dar sua própria contribuição pessoal ao cerceamento, à acusação e à criminalização extraoficial das homossexualidades. Tais inclinações, deve-se dizer, não datavam do período que se iniciou em 1964, tendo lastro

¹⁵¹ Conforme foi tratado no primeiro capítulo e conforme será no terceiro.

nos repertórios populares e institucionais do país, registrados e indicados pela historiografia desde, ao menos, o início do século, marcadas suas especificidades.

A abertura do regime ditatorial é marcada pelo autoritarismo das políticas de segurança pública e pela incursão policial dispostas na esteira de moralidades regulamentadoras que incidem na produção da ilegalidade de espaços, corpos e sexualidades. Incidindo sobre o expurgo de sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes dos espaços urbanos, os dispositivos de controle voltados a estes segmentos populacionais empreendem a instabilidade dos limites da legalidade e ilegalidade na ordem do fluxo dos encontros cotidianos. As marcações trans e homofóbicas das diretrizes institucionais de controle, que equacionaram aparato policial com segurança pública foram amparadas por um ideário popular igualmente informado por tais inclinações e serviram de suporte tentacular a toda uma rede de agentes constitutivos dos aparatos de controle. A travestis, prostitutas, gays e lésbicas coube suspender ou reformular tais prescrições nos encontros corpo a corpo nos espaços da rua e das delegacias.

Evidenciar o caráter específico das repressões tomadas enquanto políticas de Estado contra dissidentes de gênero e sexualidade não é tarefa fácil, tanto quanto não é aquela de pontuar analiticamente as distinções entre o tratamento concedido pelo estado militar aos dissidentes de gênero e sexualidade e aqueles dissidentes políticos. Em entrevista a Silva (1998), Celso Cúri ressalta que o fato de que não houvessem “notícias de companheiros assassinados pelo Estado militar pelo motivo de serem homossexuais”, nem presos políticos por conta de sua orientação sexual, sugeria uma impressão de que a repressão militar não acontecia para dissidentes de sexualidade e gênero na mesma medida em que existia para dissidentes políticos. Parametrizações como estas se tornam difíceis, uma vez que o Estado militar tenha concedido distintos pesos à ideologia política e às questões morais. Também em entrevista a Silva (1998), Glauco Matoso ressalta que o regime militar era evidentemente conservador e fechado em relação às devidas manifestações comportamentais consideradas morais, mas que, marginalmente, aconteciam expressões de sexualidade de maneira aparentemente muito liberada¹⁵². De estranho modo, a desaprovação destes comportamentos e as investidas contra eles conviveu com sua permissão.

¹⁵² Conforme discutido no primeiro capítulo.

Na ausência de mecanismos oficiais de repressão e com perseguições explícitas pontuais a desaprovação, cerceamento e interdição às expressões de dissidência de sexualidade e gênero aconteceram na forma de variadas modalidades repressivas. A discrição dos militares em relação às suas diretrizes repressivas e o caráter multiforme de suas expressões favoreceram leituras como aquelas de que nada acontecia aos dissidentes, mas certamente suas experiências foram marcadas como divergentes e indesejáveis, suscetíveis a perseguições e manutenção dentro de limites morais, conforme constatamos no conjunto dos discursos e denúncias do *Lampião*. Nos tempos de distensão do regime, após a revogação do AI-5, quando é publicado o jornal, tudo se passava como se o sistema repressivo não houvesse se conformado em perder as parcelas e poderes de arbítrio e repressão adquiridas nos anos anteriores. De um modo ou de outro, as questões morais se ergueram como *locus* privilegiado de controle e regulação. Em resposta à carta enviada por companheiros argentinos que tratavam sobre as repressões militares que aconteciam contra dissidentes de gênero e sexualidade em seu país, o *Lampião* concede a seguinte resposta:

[...] a luta pela liberação dos homossexuais é, atualmente uma das coisas mais bonitas que ocorrem no mundo, mas na América Latina ela é também trágica; porque aqui a repressão é tão requintada, encontra tantas formas inovadoras de se manifestar, que provoca enganos como este seu, de achar que isso aqui é um paraíso: veja só: a vocês argentinos, a repressão simplesmente faz desaparecer; quanto a nós, ela procura um artifício legal através do qual possa nos silenciar. (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 18)

Aliás, desaparecimentos ocorreram e extorsões, assassinatos, humilhações, estupros, torturas e perseguições foram todas práticas sancionadas institucionalmente e amparadas pela convivência da sociedade civil, que assumiu para si a missão cívica, e “de bem”, de limpar os espaços urbanos das manchas do desvio. Para tanto, o empreendimento dessas redes de agentes políticos, técnicos, vigilantes e alarmistas passou primeiramente pela tipificação estereotípica, que metamorfoseou os frequentadores assíduos de bares, batedores de calçada, transeuntes interessados no negócio e uma gama de gente da Boca em sujeitos violentos, marginais e desocupados, representantes da desordem e do desvirtuamento de um espaço que lhes era próprio. Desprovidos do direito de circular ou parar pelas ruas do centro, tais sujeitos terminaram subsequentemente destituídos de sua própria humanidade, conforme insistentemente denunciado pelo *Lampião*.

A tensão constante e latente incidente sobre as liberdades de expressão e de habitar o espaço público, marcadas nas vivências das experiências de gênero e sexualidade,

esteve assiduamente impressa no *Lampião*. O autoritarismo conduzido por amplas redes de sujeitos e instâncias públicas, civis, técnicas, oficiais e oficiosas, que partilharam e mobilizaram um ideário de ânimos excludentes e de inclinações ao extermínio destas populações, conjugadas às arbitrariedades praticadas, cuja impunidade foi sancionada e admitida pelo Estado, no entanto não foram capazes de calar a diversidade de expressões e experiências de gênero e sexualidade não hegemônicas destas pessoas. Os episódios, casos e discussões expostos neste capítulo trazem em comum a desordem e instabilidade inerente aos próprios esquemas disciplinares, que não puderam se completar de forma a blindar todo e qualquer espaço de atuação e existência possíveis. Travestis, prostitutas, feministas, lésbicas, michês, homens gays e diversas das chamadas “minorias políticas” teceram, imprimiram e reivindicaram seus espaços, corpos e existência atuantes nas margens destas instabilidades e incompletudes. O capítulo seguinte aborda tais resistências marginais que resistiram e reivindicaram liberdade, conforme sua inscrição nessa forma particular de imprensa alternativa que foi o *Lampião*.

Por último, destaco que entre arbitrariedades, tensões constantes, impunidades e disciplinarizações, o *Lampião* empreendeu importantes campanhas que questionavam setores das classes médias, intelectuais e articuladas contra o regime militar. As críticas às propostas de oficialização das prisões cautelares, levantadas pelo jornal, ressaltavam a indiferença daqueles que se erguiam somente pela denúncia dos chamados presos políticos, neste caso, todos os envolvidos na campanha pela Anistia. Esta distinção é sintomática de muitas distinções que pareciam existir, de modo mais amplo, entre distintas parcelas da esquerda, tais como os movimentos minoritários que compreendiam categorias de interesse prioritário do *Lampião* e aqueles que consideravam prioritária a “luta maior” contra a ditadura militar. Este apartamento fornece as base para as discussões apresentadas no capítulo seguinte.

3. Dissidentes, resistentes e revolucionários: das políticas do entre décadas (1970-1980)

Há quem diga que eu dormi de touca
Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga
Que eu caí do galho e que não vi saída
Que eu morri de medo quando o pau quebrou

(Sérgio Sampaio)

As internacionais: algumas ressonâncias entre cá e lá

Compromissado com a denúncia sistemática da multiplicidade de violências políticas experienciadas no Brasil durante o período da ditadura militar, o *Lampião da Esquina* manteve publicadas em suas páginas diversas reportagens, ensaios e entrevistas que destacavam o espectro mais abrangente dos constrangimentos, violências e práticas repressivas que incidiram sobre pessoas de gênero e sexualidades dissidentes no plano internacional, sobretudo em contextos de ditaduras e regimes políticos totalitários. Ao mesmo passo, experiências, episódios e processos de resistência e organização política destes segmentos foram relatados nas páginas do jornal, trazendo ao debate nacional as diversas modalidades de suas expressões possíveis.

Movimentos de conscientização, grupos de atuação autônomos, clandestinos ou registrados institucionalmente, revoltas populares, episódios de insurgência contrários a violência policial e de Estado, festivais de confraternização, atos públicos comemorativos e outras modalidades de agrupamento, reconhecimento e resistência foram registrados nas páginas do jornal, referindo-se a diversos países como Portugal (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979:3), França (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 6-7), Inglaterra, Alemanha, Holanda (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 13; v. 25, 1980, p. 11), Israel (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 20), Estados Unidos (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 4; v. 8, 1979, p. 2; v. 14, 1979, p. 3), Itália (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 15, v. 26, 1980, p. 2), Espanha (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 4), México (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 3), Chile (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 7), Argentina e Cuba (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 10; v. 33, 1981 p. 11; v. 33, 1981, p. 13-14).

É marcante o surgimento, no decorrer da década de 1970, de organizações ativistas relacionadas às lutas por reconhecimento, dignidade, orgulho, segurança e direitos de

peças de gênero e sexualidade dissidentes em diversos países, incluindo o Brasil. Apesar da força que alguns destes movimentos assumiram mundialmente, entre os quais pode ser citado o “*Gay Power*” de vertente norte-americana, cujas inclinações internacionalistas ensejavam por organizações transcontinentais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; as matérias e ensaios veiculados pelo *Lampião* dispunham-se muito mais à crítica das práticas repressivas pelas quais pessoas reconhecidas pela dissidência estavam sujeitas em diversos contextos. Se é possível pressupor certa continuidade global e em relação às experiências destas pessoas, conforme sua disposição discursiva nas páginas do *Lampião*, ela é antes relativa às ressonâncias entre contextos de cerceamento de liberdades sexuais e de gênero e das possibilidades de dignidade de existência dispostos por diretrizes de controle e repressão de Estado, policiais, legais e institucionais de maneira geral. Conforme os conteúdos e opiniões apresentados pelo *Lampião*, as arbitrariedades policiais, o engessamento e parcialidade jurídicos, a legitimação da violência civil e as coações aos discursos públicos produzidos e experienciados por estas pessoas, naqueles anos da ditadura militar no país, poderiam ser correlacionadas a repertórios populares preconceituosos, desenhos e disposições institucionais de caráter punitivista e sanções ao homicídio por parte de Estados nacionais presentes em diversas localidades ao redor do mundo. Casos, práticas e experiências como estas são enfatizadas pelo jornal, tanto em referência a países que dispunham de ordens democráticas consolidadas quanto a países que passavam por grandes transformações políticas – fossem elas revoluções populares, instauração de regimes socialistas ou países que se reestruturavam após anos de regimes totalitários e, ainda, países latino-americanos que viviam sob ditaduras militares, tal como era o caso do Brasil.

Primeiramente, um caso norte-americano. Embora São Francisco fosse, naquela década, o protótipo dos expoentes de movimentos afirmação e contestação homossexuais, ensaios escritos pelos membros do conselho editorial do *Lampião* e matérias traduzidas de jornais estrangeiros nele publicadas enfatizaram muito mais o contexto de crescente violência de caráter anti-homossexual nas ruas da cidade e os discursos políticos conservadores proferidos contrariamente a estas populações. Em seu 14º número, uma matéria assinada por James Green e João Silvério Trevisan relatava as revoltas populares que aconteciam na cidade por conta da sentença de pena mínima concedida a Dan White, que, no ano anterior, em 1978, havia assassinado Harvey Milk, evento que também havia

sido reportado pelo *Lampião* em sua oitava edição (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 2; v. 14, 1979, p. 3). Outra matéria, publicada originalmente por um jornal norte-americano e traduzida por Trevisan, detalhava alguns dos motivos das revoltas, entre eles, o de que o juiz responsável pelo caso havia impedido a participação popular no júri e opinava sobre as transformações destes movimentos, que passavam das práticas não violentas de afirmação para as práticas violentas de resistência, frente a estes episódios e mediante à crescente violência policial dirigidas contra estes segmentos (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 3).

Ainda em relação à América do Norte, são apresentadas situações de abuso policial e violência civil dirigida a homossexuais, ocasionando constantes assassinatos e desaparecimentos no México, onde o cenário de repressão contínua operava mesmo que no país nunca houvesse existido leis proibitivas em relação à sexualidade (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979:3). Sobre a Europa, o jornal traz ao debate o caso da comemoração do “*Gay Pride*” em Londres, no ano de 1980, que termina com jovens presos pela polícia londrina, que havia acompanhado todo o ato com a presença massiva de guardas e camburões (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 13). Também são reportadas as dificuldades de reconhecimento legal da Frente de Liberação Homossexual da Catalunha e são questionados os limites das liberdades constitucionais reconhecíveis e disputáveis por homossexuais no contexto pós-franquista (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 11).

No 13º volume do jornal, uma matéria traduzida traz as experiências de perseguição e genocídio de lésbicas e homossexuais na Alemanha nazista, em que são relatadas as hoje conhecidas práticas de marcar os corpos destes sujeitos com triângulos rosas, suas mortes em campos de concentração e as associações feitas pelos nazistas entre opositores do regime e homossexualidade. A matéria termina chamando a atenção não só para a importância do conhecimento destes episódios históricos de violência, mas para o fato de que um levantamento apurado do número de homossexuais mortos no período nazista não havia sido feito, mesmo tendo passado anos após o término do regime (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 17). No 29º volume do jornal, outra matéria traduzida sobre a Alemanha é sugestiva no que diz respeito às permanências da maquinaria institucional de vigilância, coação e perseguição de homossexuais no país, mesmo mais de doze anos após a anulação oficial do parágrafo do código penal alemão que expressava as disposições punitivas à homossexualidade. A matéria em questão relata um episódio passado em Hamburgo em que, ao frequentar banheiros públicos, homens

homossexuais suspeitam de espelhos grandes colocados nestes espaços e quebram um deles. Ao fazer isso, descobrem um aparato de vigilância voltado justamente a homossexuais nestes espaços, que, ao serem flagrados pelos policiais que se mantinham atrás dos espelhos, eram posteriormente notificados e intimados por meio de cartas adereçadas às suas residências. Após certa repercussão midiática do caso, as autoridades policiais não desmentem a existência do aparato e alegam que seus propósitos seriam prezar pela segurança de turistas frequentadores desses espaços; o ministro do interior declara publicamente que os espelhos eram herança de “velhos tempos” e que daria ordens à abolição de qualquer medida destinada a intimidar ou reprimir os homossexuais mediante o uso de espelhos. O texto ressalta que, apesar destas declarações, homossexuais locais acreditavam que a repressão não cessaria, que as vigilâncias nos mictórios continuaria – de modo menos visível e possivelmente mais eficaz –, bem como as “listas rosas” que continham levantamentos detalhados dos frequentadores destes espaços. Por fim, a matéria assinala que o “escândalo dos espelhos” convidava a refletir sobre as liberdades individuais nas “sociedades capitalistas avançadas” (*Lampião da Esquina*, v. 29, 1980, p. 4).

Apesar da significativa constância de matérias sobre questões internacionais referentes à dissidência de sexualidade e gênero, é sobretudo sobre as experiências Argentinas que o jornal publica o maior número de matérias. Embora o *Lampião* tenha se empenhado na tradução de matérias publicadas na imprensa estrangeira, tenha mantido correspondentes no exterior e, ainda, alguns dos membros de seu conselho editorial tenham se dedicado a relatar as experiências vividas no estrangeiro, existiam algumas razões para que o país fosse *locus* privilegiado de interesse do jornal. Entre elas, podemos considerar que as experiências de organizações homossexuais no país datavam de alguns anos anteriores àquelas que ocorreram no Brasil – que coincidiam com os anos de publicação do *Lampião*; ademais, alguns ex-membros da Frente de Liberación Homossexual da Argentina mantinham redes de relações com membros do conselho editorial do jornal, o que possibilitava relatos informados e constantes sobre a situação no país, tendo sido possível, inclusive, que estes ex-membros tivessem espaço aberto no jornal para a publicação de alguns relatos e ensaios. Por último, o país latino-americano vivia naqueles anos, tal como o Brasil, sob um regime ditatorial militar que mantinha seu saldo de mortos, desaparecidos e torturados resultantes de medidas repressivas do Estado que atingiam diretamente pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Desta maneira,

mais ou menos explicitamente, os efeitos da repressão militar para estas pessoas eram impressas no *Lampião*, a partir do intuito comparativo entre ambos os contextos que podiam lançar luz um sobre o outro.

De forma equiparável ao Brasil, na Argentina, durante o período militar, existiram poucas diretrizes de Estado que visavam explicitamente a perseguição e o controle das “homossexualidades”. Entre as mais evidentes, podem ser destacadas as listas que proibiam escritos de autores como Jean Genet e Marquês de Sade nas universidades ou a proibição de veiculação nos meios de comunicação de quaisquer conteúdos que pudessem ser enquadrados enquanto “apologia à homossexualidade”, ambas medidas e práticas compreendidas como “repressão ideológica”, de acordo com matéria escrita por um argentino, de nome não revelado por motivos de segurança, e publicada na 21ª edição do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 14-15). Apesar da inexistência de legislações oficiais de caráter “anti-homossexual”, o regime argentino valeu-se de antigos códigos de contravenção, do decreto-lei antidrogas de 1975 e de toda uma maquinaria burocrática policial-militar – compreendendo desde pelotões policiais nas ruas até os departamentos voltados à manutenção das ordens morais e de costumes – para a repressão do “escândalo”. Em grande dissonância com o imenso aparato desenhado e erguido para sufocar as guerrilhas urbanas e os grupos de oposição ao regime, que atuaram a partir de operações de inteligência direcionadas e localizadas, de acordo com os relatos argentinos presentes no *Lampião*, a repressão sexual tratou-se de um processo de repressão cotidiana e de grande capilaridade, que contava com a legalidade dos conservadores aparatos “antidrogas” e com sua aplicação ilegítima e arbitrária por parte dos policiais que efetuavam cotidianas operações de limpeza moral e física de homossexuais, prostitutas e desempregados (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 14-15; v. 34, 1981, p. 16).

Uma entrevista que, novamente por motivos de segurança, mantinha em anonimato o entrevistado, publicada no sétimo volume do *Lampião*, aponta para o vínculo atribuído entre “homossexualidade” e “comunismo” na Argentina (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 8). Embora não explicitados dessa maneira na entrevista, ela nos remete às elaborações associativas feitas pelos militares entre as duas categorias no Brasil. De acordo com o entrevistado “M.”, o período do governo de Isabelita Perón havia sido distintivamente caracterizado pela repressão e truculência do exército e dos grupos paramilitares, organizados pelo então Ministro do Bem-estar Social, Lopez Rega. O entrevistado retoma uma matéria publicada pelo *El Caudillo*, em 1975 – jornal

conservador ligado à “direita peronista” –, que se posiciona radicalmente contra homossexuais argentinos e menciona a Frente de Liberación, em particular. Na matéria, também constavam incitações ao extermínio, tortura, aprisionamento e outras formas de violência contra “homossexuais”; conforme trechos reproduzidos no *Lampião*:

Temos que acabar de vez com os homossexuais. Precisamos formar Esquadrões de Vigilância que façam uma limpeza nas ruas e agarrem esses indivíduos vestidos de mulher. Devemos cortar-lhes os cabelos e deixá-los amarrados em árvores, com cartazes dependurados, explicando os motivos. Não queremos mais os homossexuais. Que eles partam para as nações amigas.

O marxismo utilizou e utiliza a homossexualidade como um instrumento para sua penetração e como aliada para seus objetivos. Mas todo mundo sabe que nos países comunistas, os maricas são tratados como um verdadeiro vício social, daí marginalizados, exterminados e vistos exatamente como são: um grande mal. [...] Os marxistas exportam a homossexualidade, mas tomam cuidado para não tê-la dentro de casa.

As ameaças são também estendidas às mulheres¹⁵³, configuradas igualmente enquanto objeto de chacota:

As mulheres que vão contra a corrente [...] são metade machonas e metade marxistas. Trata-se dessas que andam por aí em motocicletas, pensando que são iguais aos homens. [...] Tomam hormônios masculinos, têm voz grossa e mais de uma vez participaram de atentados contra a vida dos policiais e soldados. (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 8)

Este gênero de matéria clara em seus objetivos de incitação à violência, baseada em elaborações desinformadas sobre as reais experiências de pessoas de gênero e sexualidade dissidente, de mulheres e de marxistas, que atua como alicerce do regime, não poderia deixar de remeter àquelas publicadas pelo *Estado de S. Paulo* e pela *Folha de S. Paulo*, que produziam suas próprias associações entre homossexuais, travestis e criminalidade e que foram decisivas para as prisões, espancamentos, práticas de vigilância e amedrontamento que se seguiram na cidade de São Paulo, conforme relatadas no capítulo anterior. Por intermédio ou não da imprensa, as matérias e relatos sobre a Argentina presentes no *Lampião* mostram que as ações que lá se seguiram, como as que se desenvolveram no Brasil, foram mediadas e potencializadas por apoio civil declarado e praticado. Os relatos presentes no *Lampião* apontam para as ameaças sofridas por

¹⁵³ A matéria não é explícita em relação às mulheres em questão serem lésbicas ou feministas; entretanto, os estereótipos preconceituosos mobilizados para tratar sobre estas poderiam igualmente aplicar-se a ambas categorias de mulheres, que tendiam a ser enquadradas enquanto “machonas”. A referência a “tomar hormônios” poderia nos fazer pressupor que o ataque também era dirigido a mulheres transsexuais e travestis, no entanto, esta categoria de mulheres era, à época, tratada por pronomes masculinos e muito frequentemente eram consideradas “homens”, mesmo entre a comunidade de gays, lésbicas e bissexuais, sendo compreendidas pelo repertório simbólico daquele tempo – ao menos pelo latino-americano – enquanto homens que desejariam ser mulheres, e não como “mulheres que pensam que são iguais aos homens”; sejam quais forem os sentidos atribuíveis a esta colocação. Dessa maneira, é muito provável que a referência seja a feministas e lésbicas.

“homossexuais” por “grupos terroristas de direita”, atuando em diversos espaços públicos e privados nas cidades, e para a contribuição de outros setores da sociedade civil, como intelectuais da Universidade de Buenos Aires, para a reafirmação das teses que vinculavam as “homossexualidades” à periculosidade social, à doença de caráter congênito e à perturbação das pessoas “decentes” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 14-15).

As experiências cotidianas de argentinos dissidentes em termos de gênero e sexualidade acusados por supostos delitos sexuais, morais e eventualmente conspirações comunistas, trazidas ao *Lampião*, relatam uma diversidade de violências cotidianas sofridas, de espaços de socialização sendo surpreendidos por batidas policiais e em seguida sendo fechados permanentemente, da impossibilidade de se andar na rua e do sentimento de insegurança mesmo dentro de suas casas (*Lampião da Esquina*, v. 7, p. 6; v. 25, 1980, p. 14; v. 34, 1981, p. 16). Da mesma maneira, alguns dos relatos buscam restituir e afirmar as tentativas de resistência elaboradas com os propósitos de burlar a vigilância nas ruas e construção de sistemas de autodefesa, como, por exemplo, a prática que proliferou entre a comunidade de homossexuais nas ruas de Buenos Aires de alguns homens operarem como olheiros atentos nas esquinas, encarregando-se a vigiar e ajudar para que outros não fossem percebidos por policiais em trânsito (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 14-15).

É no intermédio deste contexto que surge a *Frente de Liberación Homossexual* (FLH) da Argentina, em 1972 – que foi mencionada diversas vezes no *Lampião* e apresentada mais detidamente em um ensaio escrito por alguns de seus membros, com nomes mantidos em sigilo por razões de segurança, no 28º volume do jornal –, criada na esteira dos movimentos populares que se opuseram ao governo autoritário de Onganía (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 15-16). De acordo com o ensaio, a FLH tinha reivindicações e propostas de transformação especificamente homossexuais, sendo que alguns idealizavam um movimento de caráter conscientizador, outros pensavam em fazer com que a esquerda incorporasse seu programa e reivindicações – tendo passado por um momento de aliança com peronismo e posterior ruptura – e havia ainda os que propusessem aproximações com os movimentos feministas, mantendo todos acordo em relação à luta pela supressão da violência policial. Em 1973, a *Frente* passa a publicar a

revista *Somos*¹⁵⁴ e edita um documento chamado *Sexo e Liberación*, que se tornou um “compêndio teórico-ideológico do movimento guei argentino” que buscava, a partir de categorias marxistas, analisar o papel da “opressão sexual na manutenção da exploração”. Uma das ideias subsidiárias a este documento era a de que nenhuma revolução atingiria sua plenitude transformadora nem poderia ser vitoriosa se não fosse capaz de “subverter a estrutura ideológica internalizada no mais íntimo dos membros de uma sociedade fundada sobre a dominação”. Em 1976, em detrimento do aprofundamento repressivo ocasionado pelo mandato do general Videla, que deflagra perseguições sistemáticas contra homossexuais, além de impossibilitar praticamente qualquer forma de organização civil, a *Frente* decide por sua autodissolução em prol da segurança dos que dela faziam parte.

Neste ensaio, existe uma menção ao fato de que um dos membros da FLH fizera parte do Partido Comunista Argentino e que havia sido expurgado de seu quadro em função de sua homossexualidade. Destaco que as relações entre a dissidência de gênero e sexualidade e as práticas e ideários da esquerda foram tema recorrente e preponderante no *Lampião*, tanto no que diz respeito a contextos internacionais quanto no que era relativo às problemáticas e tensionamentos existentes entre ambos no plano nacional, conforme será tratado neste capítulo. Já em seu número inaugural, o *Lampião* publica um artigo intitulado “A verdade sobre Garcia Lorca”, assinado por Aguinaldo Silva (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 4), a partir de um comentário que teria sido proferido por Salvador Dalí a respeito do poeta Garcia Lorca, de que “o fuzilamento foi a melhor coisa que poderia ter lhe acontecido”. O artigo ressalta que o contexto do comentário faria alusão ao fato de que se este não tivesse sido o desfecho da vida do poeta, que o consagrou como um mártir da democracia, ele teria sido mais cedo ou mais tarde repudiado pela esquerda espanhola por conta de sua homossexualidade, que fora tornada pública somente após sua morte. O 14º número do jornal traz um artigo que discorre sobre as dificuldades, dentro das organizações de esquerda, pelas quais passavam grupos de mulheres lésbicas francesas (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 6-7); e os volumes 15 e 26 trazem matérias fortemente críticas às experiências de homossexuais italianos dentro de partidos de esquerda que, em sua tentativa de reconhecimento dentro destas organizações, acabavam tendo suas questões específicas ignoradas na prática e se tornavam executores de tarefas

¹⁵⁴ Cujo nome inspira aquele atribuído ao primeiro grupo homossexual organizado no Brasil, conforme será abordado neste capítulo.

banais e de menor importância, sendo relegados a militantes de segunda categoria (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 2).

O 33º volume do *Lampião* traz em sua capa uma ilustração de Fidel Castro vestido como Carmem Miranda, com uma caixa de diálogo ao lado de sua boca, em que se diz “*yo no creo en maricones, pero que los hay, los hay*”. A parcela majoritária das páginas desta edição é impressa com reportagens, ensaios e matérias diversas sobre a questão da perseguição de homossexuais por parte do regime socialista cubano e de seu comandante, em um momento em que a força imagética do que se passava no país representava um imaginário potente e entusiasmante para muitas tendências da esquerda latino-americana, não somente para aquelas que se posicionavam contra as estruturas e práticas capitalistas, mas incluindo as que lutavam contra as instauradas ditaduras militares em seus países. As matérias discorrem sobre a marginalização, a repressão, as histórias de pessoas fuziladas, levadas a “campos de concentração”, sobre as acusações de desvio ideológico, sobre refugiados e fugitivos homossexuais, transexuais e intelectuais desde que Fidel havia chegado ao poder (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 13-14).

Um dos artigos mais longos sobre este contexto e que articula tais críticas ao regime é justamente um preparado pela redação da revista *Somos* da FLH argentina, que, em razão de sua dissolução em 1976, não havia sido publicado, chegando inédito ao *Lampião* pela tradução de Beatriz Madeira (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 10). O artigo começa afirmando que entre os setores progressistas é comum a prática coletiva de prezar pelo encobrimento de crimes cometidos por regimes considerados socialistas. Após mencionar o que seriam os crimes cometidos por Stalin, o artigo ressalta que processos de silenciamento similares aconteceram em Cuba, a começar pela “campanha anti-gueí”, perpetrada na década de 1960 pela própria figura do comandante, que suscitava comparações de homossexuais a delinquentes por parte das forças revolucionárias e da esquerda a elas simpatizante. Outros episódios que se passaram em Cuba nas primeiras duas décadas da revolução são mencionados no texto, entre os quais o do escritor Virgílio Piñera, arrastado pelas autoridades nacionais pelas ruas de Havana com um “P” gravado em suas costas – inicial referente a “pájaro”, um denominativo popular para homossexuais¹⁵⁵ –, por ser reconhecido enquanto homossexual por funcionários governamentais instalados nas universidades, que eram arranjados de

¹⁵⁵ De acordo com a matéria, em seus escritos, Simone de Beauvoir faz referência ao caso, sem, no entanto, mencionar o nome de Piñera.

maneira a parecerem tribunais populares. Também é mencionado o caso do escritor norte-americano Allen Ginsberg, que é expulso do país após provocadora denúncia em relação às questões referentes ao tratamento concedido às “homossexualidades” nos interstícios do regime¹⁵⁶. De acordo com a matéria, o artigo de Ginsberg articula duras críticas ao autoritarismo, verticalidade e hierarquia inerentes à arquitetura política cubana, suas disposições e práticas, e ressalta quanto a não manifestação da sociedade civil cubana em relação a estas questões contribuiu diretamente para a perseguição da homossexualidade. Por fim, termina-se afirmando que a “liberdade sexual não é compatível com o socialismo”, uma vez que este “não garante o direito inalienável de cada ser humano dispor de seu próprio corpo”, e que o ocultamento destes fatos torna permissível que tanto “direita” quanto “esquerda” concebam a homossexualidade como modalidade de “corrupção burguesa”¹⁵⁷ (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 10).

É interessante notar que as referências a questões internacionais no *Lampião* carregavam o tom de alusões com o propósito comparativo a contextos de repressão, arbitrariedades, preconceitos e as tentativas localizadas de resistência de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e grupos organizados articulados em torno destas

¹⁵⁶ Um outro artigo, assinado por João Silvério Trevisan, trata mais detidamente dos episódios que envolveram a expulsão de Ginsberg do país. O artigo menciona o livro do poeta, *Out of The Closets*, em que é registrado seu entusiasmo com mobilizações e processos de transformação social que se passavam no país, bem como o pesar sentido pelo escritor pelo fato de que o governo revolucionário também era marcado pelas explícitas políticas de moralização dos costumes. Ginsberg explicita a posição do PC cubano e de seus membros, que diziam que não se admitiam homossexuais em Cuba e que isso era apresentado como uma das características depreciativas dos reacionários. Segundo estas inclinações, a homossexualidade era tratada como “outra faceta do imperialismo cultural do norte”; como “ato contrarrevolucionário”, chegando à legalização dos atos sexuais entre adultos do mesmo sexo na Inglaterra ter sido noticiada na imprensa local como “decadência do Império Britânico” (*LampiãoLampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 11).

¹⁵⁷ Para que se tenha uma ideia mais clara a respeito das inclinações marxistas da FLH e de suas disposições teóricas que buscavam elaborar sobre a homossexualidade, tomando o marxismo como subsidio teórico para releituras acerca da condição homossexual e dos interesses “ideológicos” em sua discriminação, ressalto uma passagem do artigo em questão: “[...] a repressão e a não-aceitação de formas diversificadas dentro da sexualidade e do erotismo humano nasceu, historicamente do desenvolvimento econômico e social de classes antagônicas e, em consequência, da forçada constituição da família econômica patriarcal. Por outro lado, se a oposição ocorre supostamente entre oprimidos e opressores, entre proletários e burgueses, não existem razões ideológicas suficientes para determinar se tal ou qual forma de coito humano é revolucionário ou contrarrevolucionário. Antes, deve-se perguntar se a perseguição à homossexualidade e ao amor livre nas sociedades autoconsideradas socialistas não estaria estreitamente ligada à circunstância histórica de serem países atrasados que se dão a um processo compulsório de acumulação de capital. [...] provoca-se uma mobilização autoritária dos trabalhadores e considera-se o erotismo e o prazer como formas de ócio que se atentam contra o trabalho”. E “Para se manter no poder a burguesia precisa controlar liberdades individuais e o gozo erótico e uma delas”. Vale notar que, conforme veremos, teses como estas, que se dispunham a um alargamento ou apropriação crítica do marxismo, não parecem ter sido elaboradas no Brasil por parte dos movimentos homossexuais e não estiveram presentes no *Lampião*. Estes, majoritariamente, tenderam a rechaçar essas teses por razões que serão discutidas neste capítulo.

questões, em vez de sugerirem qualquer tipo de chamado internacionalista, do tipo “gays do mundo, uni-vos”. O que parecia interessar a estas matérias, além da ocorrência global das investidas de ordem estatal e caráter policial contrárias a estas pessoas, era ressaltar a multiplicidade de experiências particulares de resistência presentes no mundo na década de 1970 e sua potência simbólica no que era relativo às possibilidades de articulações brasileiras. De fato, esses movimentos autônomos de afirmação e libertação sexual, além de bastante distintos entre si, diferiram radicalmente daqueles que se organizaram no Brasil no final da mesma década, bem como dos demais movimentos autônomos que aqui se organizavam durante o período da distensão ditatorial. Nesse intermédio, o *Lampião* parecia se pensar como mais uma dessas múltiplas estratégias e tentativas de articulação que, em suas diferenças, poderiam ressoar entre si, e aí residia a valorização das questões internacionais.

Estas organizações locais de movimentos autônomos nacionais foram temas centrais nas páginas do *Lampião* e serão objeto de interesse deste capítulo. Ao mesmo modo, se as denúncias de violência e repressão incidentes sobre pessoas de gênero e sexualidade dissidentes ao redor do mundo remetiam diretamente ao contexto ditatorial brasileiro – conforme discutido no capítulo anterior –, as duras críticas às relações estabelecidas entre a “esquerda” e as “homossexualidades” nos âmbitos internacionais são particularmente relevantes para o caso brasileiro, no que diz respeito às organizações de grupos minoritários, sobretudo, o “movimento homossexual” e as linhas transversais de aproximação e divergência que se estabeleceram entre estas formas políticas. Tais relações foram alvo de intenso debate no *Lampião*, entre o *Lampião* e os grupos homossexuais surgidos no final da década e, em grande medida, teriam sido determinantes para a própria desestabilização e o fim do jornal. Deste modo, estas serão igualmente objeto de discussão deste capítulo que pretende analisar as políticas de resistência e políticas de relacionamento entre práticas e ideários de resistência.

Distensão do regime e da esquerda “tradicional”

Não fique aí sentado esperando a revolução, tenha um orgasmo agora!!! Leia e assine o LAMPÍÃO. (*Lampião da Esquina*, v. 36, 1981, p. 4)

Na arena da política sexual, existe a esquerda e a direita. Aqueles que pensam que estão no meio, acabarão descobrindo que o centro é a direita. (*Lampião da Esquina*, v. 37, 1981, p. 3)

Isso aqui não é um jornal, guerrilha. (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 2)

Os fragmentos supracitados são pontos de passagem particularmente densos das inclinações e experimentações políticas agenciadas pelo *Lampião*. Em sua singularidade, cada um pontua articulações de espectros políticos contidos na ideia de “esquerda” e as divergências ou comensurabilidades entre modos de fazer e pensar a política das tendências de esquerda e do *Lampião*. A primeira delas foi constantemente reimpressa nos diversos volumes do jornal e atesta a divergência de expectativas e disparidade de temporalidades entre, por um lado, a pretendida “revolução” de orientação comunista ou socialista, inscrita no repertório das organizações tradicionalmente oposicionistas do regime ditatorial militar, e, por outro, as políticas sexuais e dos costumes, enfatizadas por outros setores mobilizados na década de 1970. Tal contraposição foi uma das marcas do jornal, embora este não tenha se esquivado de ressaltar aos seus leitores que “direita” e “esquerda” eram posições constitutivas de um campo político, acerca do qual era necessário se posicionar, afinal, as políticas do Estado militar eram caras não só a oposicionistas diretos, como às parcelas majoritárias da sociedade civil e, sobretudo, a setores politicamente considerados minoritários; estas ideias informam o contexto da segunda frase. Por fim, a terceira é escrita em um artigo de cunho autocrítico do jornal que referenciava aquilo que, suposta ou seguramente, teria sido constitutivo dos motes políticos empreendidos pelo jornal. No seio do esforço reflexivo sobre o papel atuante do *Lampião*, o artigo retoma as marcas de uma política de confronto direto, “guerrilheira”, que, embora fosse a chancela das inclinações políticas de um período anterior ao qual o jornal fora publicado e que esta nunca houvesse sido sustentada por ele em sentido estrito, trazia ao primeiro plano as adversidades de se fazer política – ou de se publicar um jornal alternativo como o *Lampião* – em uma conjuntura nada favorável à pluralidade de ideias, de organização civil e experiências de liberdade político-sexual.

Com estes fragmentos, espero sugerir uma primeira orientação geral das proposições políticas impressas no jornal, que foram marcadas pela multiplicidade, pela não linearidade e que dispuseram entraves e dissensos às tantas posições que eram experimentadas e debatidas em suas páginas. Este capítulo pretende remontar um cenário de distensão e abertura da ditadura militar, na segunda metade da década de 1970, e das mobilizações e apostas políticas plurais, oriundas de diversos setores sociais, que se organizaram e se reorganizaram nesse período e transformaram as modalidades de luta disponíveis para as tendências de esquerda. Pretende-se que seu cumprimento possa dar conta de desdobrar e particularizar os próprios sentidos discursivos, plurais e em disputa

da categoria de “esquerda”, conforme apresentada pelo jornal. Seu desenvolvimento compreenderá as políticas de interesse especificamente “homossexuais”, as proposições atreladas a estes temas nas páginas do *Lampião* e as articulações e divergências que atravessaram a relação deste com os grupos do chamado “movimento homossexual”, no final da década. As retomadas historiográficas apresentadas neste capítulo serão parciais e certamente incorrem em homogeneizações, que são um contrafeito inevitável do propósito de abarcar aspectos gerais relevantes que informam sobre as “políticas” presentes no *Lampião da Esquina*. Complementarmente, a intenção é que tais linhas gerais sejam contrabalançadas pelas particularidades dos discursos presentes no jornal, por suas ênfases e pela especificidade das relações que manteve com outros setores organizados.

A historiografia disponível a respeito da distensão e abertura do regime é extensa e tende a apresentar distintas leituras sobre os eventos que foram subsidiários a este processo. Para as discussões aqui propostas, cabe destacar que o lento processo de distensão respondia a divergências e proposições, que tiveram lugar no interior dos quadros militares, e que a concretude insegura de sua abertura foi resultado de movimentos de oposição e contestação, insurgentes de setores sociais plurais, que abriram diversas frentes micropolíticas e a partir de frestas possibilitadas pela desorganização e perda de potencial repressor e disciplinar do Estado, de suas ramificações institucionais e do repertório simbólico a ele associado no plano cultural. A relativização do “quinto ato”, a revogação parcial da censura prévia, em 1978, e a promulgação de uma anistia parcial e restrita, em 1979, apareciam, ao final da década, como decorrências de um crescente processo de reorganização da sociedade civil, visível pelo menos desde meados 1970. A relação entre distensão militar e reorganização civil não dispôs um processo linear e harmônico, e a segunda ganhou força a duras penas; lembremos que, nos meandros destes processos, vieram à tona, por meio da imprensa, episódios escandalosos como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975; do operário Manoel Fiel Filho, em 1976; o Massacre da Lapa no Comitê do PC do B, que resultou na morte, tortura e aprisionamento de seus membros, também em 1976; e o Caso Riocentro, em que uma bomba explode em um carro durante um festival de MPB, que ocorria por ocasião da comemoração do 1º de maio de 1981, perpetrado por agentes do exército brasileiro.

O continuado crescimento da oposição reorganizada veio acompanhado de sua diversificação, característica distintiva da segunda metade da década de 1970. Esse

período, mais enfaticamente, é animado por intensa produção intelectual nas universidades, pela maior liberdade de imprensa, pela possibilidade de manifestação pública, incluindo o espaço das ruas, pelas mobilizações estudantis, em 1977, pela greve de metalúrgicos do ABC, em 1978, pela formação do PT e pelo surgimento de novas organizações de inclinação marxista. Neste cenário, nos grandes centros urbanos do país, que haviam sido alvo de uma série de movimentos migratórios na década anterior, encontravam-se muitas famílias de camadas médias e das periferias destas cidades que, fortemente atingidas pela recessão econômica, passavam a se organizar em torno da resolução de problemas estruturais, relativos à subsistência, ao aumento do custo de vida, ao desemprego, e também a clamar por liberdade democrática. Na esteira do legado ambiental devastador deixado pelo “milagre econômico”, surgiam movimentos ambientalistas; a Igreja católica engajava-se com a organização de comunidades eclesiais de base; trabalhadores organizavam-se inaugurando novos modelos sindicatos; mulheres, negros, índios e homossexuais levantavam pautas inovadoras para o debate público; comitês de direitos humanos eram estruturados; e grandes campanhas como a luta pela Anistia Geral e Irrestrita e o movimento Contra a Carestia insurgiam como potências opositoras e mobilizavam novas feições políticas.

Embora esta pluralidade de atores, campanhas e pautas pudesse ser reunida em torno de um bloco comum de oposição ao regime militar (Araujo, 2000), nesse período existia a constante reorganização de interesses, campos e instrumentais de lutas e ideias políticas que descerram novos imaginários, vocabulários, estratégias e inclinações que, por sua vez, redundam de conflitos entre estes diversos campos. Nas páginas do *Lampião*, em sintonia com as tendências alternativas de esquerda (Araujo, 2000), formadas nessa década, eram impressas diversas linhas de divergência e críticas diretas em relação aos setores e organizações de caráter marxista, que apresentavam continuidades com a esquerda dita tradicional. Os discursos presentes no *Lampião* chamavam a atenção para o fato de que não eram unicamente as limpezas morais erigidas pelos militares que deveriam ser combatidas, mas também os autoritarismos, os moralismos e as marginalizações de setores e interesses minoritários postas em prática pela esquerda deveriam ser expostas e rebatidas.

Em meio ao cenário de politização que marca o período, as concepções, inclinações e modos de atuação política da esquerda tradicional, de orientação marxista, foram colocadas entre parênteses e davam lugar a novas tendências de esquerda, plurais,

dissidentes e alternativas, que passavam a protagonizar os movimentos de oposição (Araujo, 2000). Estas transformações entre a esquerda desdobram-se em diversos planos: críticas relativas à inadequação e insuficiência das atuações políticas da década anterior tiveram lugar, nos anos 1970, no quadro da esquerda tradicional, no seio da produção de conhecimento feita nas universidades, nas páginas da imprensa alternativa e nos debates postos em cena por esta pluralidade de atores e movimentos políticos protagonistas das atuações resistentes e contestatórias do período.

A produção de conhecimento nas universidades coloca ao alcance alguns dos aspectos e tónicas destes debates, e é relevante para iluminar aqueles que estiveram em pauta nas páginas do *Lampião*. Do ponto de vista sociocultural, parte da produção académica do período¹⁵⁸ passava a apontar para a insuficiência de algumas interpretações das teorias marxistas ou enquanto plano teórico e chave analítica que pudesse dar conta dos processos histórico-políticos de transformação vividos na abertura, mesmo que, muitas vezes, tais críticas tenham sido assumidas de maneira genérica. Em geral, as pesquisas desenvolvidas ressaltavam que a pluralidade de interesses existentes entre categorias sociais no Brasil não poderia ser subsumida pelo “macroenfrentamento de classes”, e voltavam seu interesse não a um conflito monolítico, às formas unitárias de dominação ou ao antagonismo entre categorias sociais estanques, mas aos múltiplos processos de integração e diferenciação social-organizacionais das referidas diversas atuações militantes (Durham, 2004)¹⁵⁹. Estes trabalhos apontavam para o fato de que movimentos importantes politicamente não poderiam ser abordados meramente em termos de “dominação” e “classe”, ou mesmo analisados a partir de uma série de dispositivos conceituais, tais como “ideologia”, “forças produtivas” e “capital”, que dificilmente se aplicavam a eles ou que implicavam análises redutivas dos fenômenos microsociais e movimentos micropolíticos, vividos no Brasil, e que não pareciam dar

¹⁵⁸ Refiro-me sobretudo à produção académica no âmbito das ciências sociais, e, no âmbito destas, especialmente à produção antropológica do período, que passava a deslocar seus campos de estudo das chamadas sociedades tradicionais para as sociedades “modernas” e, no seio desta virada, disputava do ponto de vista teórico e metodológico com os campos da ciência política e sociologia. Uma leitura destes processos de metamorfoses teóricas e processos institucionais de reconfiguração, especificamente no que diz respeito à Universidade de São Paulo, é apresentada na introdução de Peter Fry à coletânea de ensaios de Eunice Durham, *A Dinâmica da Cultura: ensaios de Antropologia* (Fry, 2004).

¹⁵⁹ Mesmo trabalhos produzidos acerca de movimentos sociais na década subsequente, tais como os de antropólogas como Ruth Cardoso e Eunice Durham, são pertinentes para informar os conteúdos e disposições das transformações pelas quais a produção de conhecimento académica passava, por intermédio de sua proximidade com diversos destes movimentos, que tiveram seu início na década anterior e que inauguravam as linhas de passagem do autoritarismo à redemocratização.

conta de elucidar as categorias particulares, experiências e significados específicos destes movimentos para seus participantes (Durham e Cardoso, 2004; Durham, 2004; Guattari e Rolnik, 1986).

Críticas à projeção de conceitos e arcabouços teóricos de orientação marxista a estes movimentos e movimentações foram dirigidas a um certo sentido de totalidade da vida humana pretendida pelos primeiros. Não que a teoria marxista tivesse propriamente a pretensão de dar conta da diversidade cultural¹⁶⁰, mas suas categorias de pensamento e métodos de determinação estruturais envolviam o propósito de atribuição de sentido a totalidades, fossem relativas à vida social, fossem relativas ao projeto revolucionário e transformador unificado, de tal maneira que sobrepujavam as diversidades culturais e políticas que informavam e eram imanentes a estes movimentos (Durham, 2004). Deste modo, os fenômenos culturais passavam a ser considerados enquanto substrato para a emergência da ideologia ou julgados em termos de sua relevância, legitimidade e implicação para os modos de produção capitalistas (Durham, 2004). A disposição reflexiva das novas abordagens teóricas, nesse momento, ao menos aquelas oriundas de parcelas das ciências sociais, enfatizava que quaisquer elementos culturais potencialmente poderiam ser politizados sem, entretanto, ter seu significado esgotado, enquanto instrumentais de luta pelo poder, e que as dinâmicas dos movimentos sociais envolviam constantes inovações e manipulações simbólicas, que construíam sujeitos coletivos e definiam interesses específicos (Duram, 2004). Deste modo, deveria ser ressaltado que minorias políticas, tais como movimentos feministas e homossexuais que proliferavam em diversas localidades do mundo, dispusessem suas articulações e experienciassem problemáticas em relação a dispositivos e processos distintos da produção capitalista e, conseqüentemente, que suas problemáticas não desapareceriam com o fim da hegemonia burguesa (Durham, 2004). Esta é justamente a tônica, deve-se ressaltar, das discussões mobilizadas pelo *Lampião* em relação às movimentações internacionais que envolviam homossexuais, governos socialistas e partidos de esquerda.

A disposição crítica sobre as insuficiências das teorias e orientações marxistas não eram expressas como se estas não pudessem servir de subsídio para as questões que estes novos movimentos formulavam e para as lutas por eles pretendidas e praticadas; a

¹⁶⁰ Para uma discussão sobre o tratamento concedido às questões “culturais” por alguns teóricos marxistas, ver Durham (2004).

insuficiência não era elaborada enquanto irrelevância. Conforme ressalta Araujo (2000), é particularmente importante notar que, contrariamente às relações que movimentos similares aos referidos mantiveram com o marxismo nos planos internacionais, em que as últimas apareceram enquanto o adversário prototípico das primeiras, a especificidade do caso brasileiro não manifesta um rompimento total com o marxismo e a esquerda tradicional, ao menos em um primeiro momento. De acordo com a autora, o bloqueio instituído às possibilidades de atuação política, desde 1964, forçava a criação de um campo de oposição comum, e o cenário da abertura continua carregando as alianças transversais entre o campo opositor, sendo marcada por relações de continuadas aproximações, distanciamentos, diálogos e conflitos entre as novas tendências de esquerda e os grupos de orientação marxista (Araujo, 2000). Veremos como as relações de aliança e diálogo com estas organizações se deram com maior facilidade em relação aos movimentos feministas, de maneira mais turbulenta em relação aos grupos homossexuais e como, no caso específico do *Lampião*, na contramão destas orientações nacionais, o debate com a esquerda partidária e marxista era ferrenho e assumia o primeiro plano das críticas políticas dirigidas pelo jornal, dividindo espaço e quase se apresentando comensuráveis às críticas e denúncias dirigidas ao estado militar. Para os grupos do movimento homossexual, conforme veremos, muitas vezes os inimigos eram criados em campos de disputa intra e intergrupal (MacRae, 1990), e, no caso do *Lampião*, a criação de um campo de oposição dirigiu-se, ao longo de sua trajetória, diretamente inclusive aos próprios grupos do movimento homossexual.

De qualquer maneira, a abertura tornava tácita a pluralidade de segmentos sociais marginalizados, que passavam a desempenhar papéis de organização e resistência distintos daqueles assumidos nos anos anteriores. Neste contexto, muitos intelectuais e outras parcelas da classe média pareciam desacreditar das possibilidades de vitória de regimes socialistas, e o proletariado lhes parecia perder força enquanto elemento simbólico e sociológico capaz de protagonizar as grandes transformações revolucionárias, a despeito da efervescência da força organizativa deste setor naquele período, sobretudo se considerarmos as greves que aconteciam no ABC Paulista, as lutas de trabalhadores contra a ditadura, a construção de centrais sindicais e a subsequente construção de partidos marcados pelas experiências operárias. De qualquer modo, os muitos dos sujeitos e movimentos políticos que ganhavam consistência organizativa e força política no Brasil, na segunda metade da década, não pareciam se adequar às imagens populares do

marxismo e às ideias populares de classe, que estariam centradas sobre um sujeito político determinado universalmente por condições objetivas de produção.

O início da década de 1970 é marcado pelo aniquilamento das guerrilhas, pelos órgãos de repressão governamentais, ou pela autodissolução, por parte de seus próprios membros, em vista do desgaste e da impossibilidade de que se desse continuidade à luta armada. Embora a autocrítica da experiência da luta armada não tenha sido formalizada, e em grande parte não tenha sido feita em decorrência do grande contingente de mortos resultante dos embates com as forças militares, o decorrer da década dá lugar à transição da esquerda armada para as novas tendências (Araujo, 2000). A própria esquerda armada havia representado, do ponto de vista tático e estratégico, um rompimento com a esquerda partidária anterior, em grande medida acusadas de certo imobilismo atuante ou de perpetrarem ideários reformistas; como dissidências destas e como resposta conjugada à ilegalidade a que foram relegados os partidos no processo do golpe militar, a esquerda armada enfatizava o radicalismo e violência enquanto formas possíveis e legítimas de luta (Araujo, 2000). A frustração com os projetos das organizações guerrilheiras, que se encontravam desmanteladas na abertura da década, dá espaço a tendências alternativas na esquerda, a movimentos minoritários que buscavam romper com os limites da clandestinidade, tornando explícita e pública a oposição à ditadura, ao mesmo passo que valorizavam a luta política pelas vias legais ou a participação em espaços públicos, mesmo que estas conquistas viessem acompanhadas de altos riscos (Araujo, 2000). A rearticulação da esquerda vinha conjugada, primordialmente, à luta pelas liberdades democráticas, mas também abria novos campos de atuação política na esteira da valorização dos indivíduos, das relações pessoais, das organizações não hierárquicas, da politização dos âmbitos privados, entre outras¹⁶¹.

¹⁶¹ Leituras e experiências referentes às tendências de esquerda, que se voltaram à luta armada nos finais da década de 1960 e início de 1970, são pontuadas nas páginas do *Lampião*. As dificuldades de ser pertencente aos seus quadros e lutar enquanto “homossexual” são relatadas por Herbert Daniel em seu livro *Passagem para o próximo sonho*, publicado em 1982, e no livro, recentemente publicado, *Revolucionário e Gay: A Vida Extraordinária de Herbert Daniel* (2018), trabalho biográfico de James Green, que reconstrói muitas destas tensões. Devemos lembrar que no segundo capítulo foi relatado o episódio de recusa em se fazer a leitura pública de uma carta de Herbert Daniel, no Congresso pela Anistia em 1979, sobre estas questões, uma vez que se tratava de “uma bicha”. O ex-guerrilheiro Fernando Gabeira relata experiências semelhantes em seu livro *O que é isso companheiro?* (1979), cuja publicação rendeu uma longa entrevista no *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 5-8), em que o entrevistado se refere, por exemplo, às imagens de masculinidade que eram vinculadas às recomendações prescritas pelos manuais destinados a guerrilheiros, e reflete sobre as possibilidades contemporâneas de novas alianças entre os movimentos ligados à esquerda e aqueles homossexuais e de outras minorias políticas.

As novas tendências de esquerda e as políticas minoritárias no Lampião

A década de 1970 no Brasil é marcada pela pluralização da oposição, pela valorização da diferença, da parcialidade, da heterodoxia e da alteridade, por uma multiplicidade de campos organizacionais e ideários que intensificam e são intensificados pela redemocratização, tanto nos planos macro quanto nos planos micropolíticos. Embora nesse período movimentos sociais de naturezas muito distintas tenham surgido, aqui a leitura das transformações, então ocorridas no âmbito da esquerda, é referenciada, sobretudo, em relação a duas grandes formas políticas, a saber: os movimentos contraculturais, abordados em grade medida no primeiro capítulo desta dissertação, e os movimentos minoritários, que informam os discursos do *Lampião* e são objetos privilegiado de seu interesse. Podendo ser designados enquanto uma “nova esquerda” (Hollanda, 2004) ou “esquerda alternativa” (Araujo, 2000), ambos apresentam marcas comuns, como a descrença, o desinteresse ou a crítica formalizada em relação à esquerda marxista, e passam a desenvolver novos produtos culturais, a alargar o próprio sentido de política, trazendo à tona novos modos organizacionais, filosofias, táticas e estratégias em seu seio.

As novas tendências de esquerda politizam, do ponto de vista de sua ação e de sua filosofia, o cotidiano, o âmbito do pessoal e das relações sociais, das emoções, das subjetividades individuais e coletivas, e, deste modo, valorizam a convivência entre seus membros, o fortalecimento de laços sociais entre aqueles que partilham experiências. Neste cenário, o sujeito universal revolucionário cede espaço às perspectivas políticas e experiências pessoais, às coletividades fragmentárias (Araujo, 2000); seu enaltecimento se passa como se a tomada de consciência coletiva a ser construída pelos discursos convencionados e competentes, característicos das filosofias políticas anteriores, agora cedesse lugar para a atenção voltada às especificidades experimentadas pelos sujeitos em função de seus modos plurais de inserção social. Neste contexto, são as diferenças de subjetividade que passam a ser enfatizadas enquanto substrato da política. O antiautoritarismo, marcante desta esquerda, desdobra-se na aversão às modalidades hierárquicas de pensamento e organização; ela se posiciona contrariamente às convenções e à rigidez dos padrões institucionalizados. A temporalidade política afirmada é situada no aqui e agora, e, na ausência de um grande plano revolucionário, as urgências são as

quebras imediatas da clandestinidade, as liberdades de expressão e de existência que vêm em um duplo sentido: as liberdades comportamentais, mais enfatizadas por aqueles sujeitos em maior proximidade às experiências contraculturais, e as liberdades democráticas, evocadas pelos movimentos minoritários. Aqui está o espaço para seu encontro: não se deve ficar “sentado esperando a revolução”, deve-se “ter um orgasmo agora”.

Cabe destacar que o ânimo crítico em relação à “velha” esquerda, aos seus modos de atuação e resistência, diziam respeito, em grande medida, à experiência da luta armada. De modo similar, as críticas à teoria marxista, deve-se notar, desenrolavam-se, sobretudo, entre as classes médias e intelectuais, horizonte em que estavam inscritos os embates entre contracultura, marxismo e parcelas dos movimentos minoritários, conforme veremos.

A duplicidade das liberdades comportamentais e democráticas, colocadas lado a lado, faz aparecer dois planos, que pouco se entrecruzam. Sem novidades, a diversidade das lutas é a marca da esquerda que ganha força nos anos 1970, mas, de fato, estas duas ideias esboçam planos com distinções marcantes. Conforme aponta Heloisa Buarque de Hollanda (2004), as transformações comportamentais que tiveram lugar ao decorrer dessa década foram crescentemente intensificadas e tiveram a radicalização comportamental como o protótipo de sua atuação, sempre múltipla e diversificada, mas “guerrilheira”. Já os movimentos ligados às minorias políticas, de modo geral, privilegiaram atuações de cunho menos interferente e mais ligadas àquilo que fazia suas coletividades constituídas historicamente; para estas, esteve menos em jogo a inovação e mais as práticas de “resistência” contra os processos de marginalização, que, não raramente, deram-se sob a forma de lutas por direitos e reconhecimento, conforme aponta Araujo (2000), e, portanto, sob a forma da proposição. O *Lampião*, diretamente representante de uma destas minorias políticas e, conforme veremos, inovando com a proposta de ser um jornal representante de “todas as minorias”, formulou-se enquanto um espaço híbrido, onde fluíam, a um só tempo, os ideários contraculturais, conforme discutidos no primeiro capítulo, e as orientações minoritárias e resistentes. O *Lampião* sempre foi intervencionista. Conforme aponta em um de seus textos mais autorreflexivos sobre seu papel atuante, o jornal não era tão somente um jornal, mas “uma guerrilha” (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 2).

Os aspectos contraculturais contidos no *Lampião* foram expostos no primeiro capítulo, e as propostas políticas minoritárias, bem como as especificações de suas categorias, conforme apresentadas pelo jornal, serão abordadas no âmbito do presente

capítulo. Postas as duplicidades, existem alguns aspectos comuns a estas perspectivas políticas que devem ser salientados. Primeiramente, a ruptura com a ideia de uma grande classe dominadora e de um sistema único exploratório cedia lugar a uma noção de poder difuso, fragmentário, atuante a partir de uma diversidade de instâncias e agentes. O contexto em que fluíam as ideias contraculturais e das políticas minoritárias não figurava a forma de um centro monolítico, de onde emanavam dominações e opressões, mas trazia ao primeiro plano a força das fontes dispersas de poder que agiam, em vez da forma de apropriação do trabalho humano, na forma de múltiplas modalidades, tais como repressão, dominação, controle, regulamentação, interdições variadas a experiência. Nesse contexto, autores como Foucault, Deleuze e Guattari constituíam as bases para o pensamento político de uma “utopia fragmentada”, nos termos de Araujo (2000). A força política instituída e almejada não se vertia mais à conquista do centro de poder ou à apropriação de meios específicos de produção, mas ao encontro dos interstícios de sua produção, da luta para fazer o poder aparecer justamente onde ele seria mais “invisível e insidioso” (Foucault, 2009, p. 71), ao seu exercício microscópico incidente sobre os indivíduos, sobre seus comportamentos cotidianos, sobre sua atuação no âmbito das relações pessoais, sobre os processos de subjetivação, antes que à objetivação de suas posições de classe.

O *Lampião*, podemos dizer, inclinava-se à luta “contra o poder” em suas constantes acusações aos que lutavam “pelo poder”, por sua tomada, e reiterava em suas páginas a necessidade de se deixar de lado a divisão, considerada simplista, do mundo entre “bandidos e mocinhas”, a necessidade de se apossar das definições políticas divergentes, das políticas que definem seus parâmetros desde as “margens”, e não a partir do “centro”. O artigo escrito por João Silvério Trevisan, intitulado “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 9-10), publicado no 25º volume do *Lampião*, é particularmente interessante no sentido de sintetizar estas ideias. Conforme escreve o autor acerca das políticas alternativas e da questão do poder, especificamente no que diz respeito aos partidos políticos:

Existem diferenças básicas entre nós e os partidos políticos. Estes se organizam para a **conquista do poder**, falando, inclusive em nome de outras classes, como ventríloquos. Em contrapartida, numa práxis política homossexual (parte de uma política de grupos discriminados) falaremos em nome de nós mesmos do nosso cotidiano, com um posicionamento **contra o poder**. Para isso não existem receitas, já que as novas formas estão apenas sendo inauguradas. Ora, só é possível iniciar o novo se o aceitarmos como possível. Desse nada é que nascerá nossa política original: da crítica permanente ao poder e também aos críticos institucionalizados de poder.

Para mim, política alternativa é forma de práxis fora dos quadros partidários e para além do mero jogo de disputa de poder. Em outras palavras, um movimento homossexual realmente autônomo estaria buscando contrapor-se ao antiquado estilo de agremiação partidária que nos é apresentado como única alternativa de participação política de esquerda. (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 9-10, grifos do autor)

Ainda neste artigo, Trevisan tece críticas às formas de operação “democrática” dos partidos, que seriam definidas pelos consensos e acabariam mostrando-se uma “ditadura da suposta maioria”, aos objetivos estabelecidos “a partir de manuais revolucionários”, ao “militantismo socialista” e ao seu “fazer militarizado”. Além da questão do poder contida neste excerto, podemos constatar a apreciação pelas formas não hierárquicas e a atenção ao cotidiano, conforme discutido. Suas referências a falar “em nome de nós mesmos” estão na esteira de outros debates inextricáveis a estas críticas.

Foi dito que os processos de subjetivação destes atores sociais protagonistas da abertura eram sobre-enfatizados em detrimento de processos de sua objetivação e seu derivado estancamento posicional no ordenamento político-simbólico. Por exemplo, comumente é atribuído ao movimento homossexual, que se desenvolveu de maneira organizada no Brasil no período da abertura, o signo de “individualista”. Entre muitas coisas, o individualismo marcante das políticas agenciadas por estes movimentos nesse período, e por outros setores intelectuais, estudantis e minoritários, seria tributário, conforme desenvolve MacRae (1990) em sua tese, da contraposição crítica às acepções político-existenciais em que a totalidade – da sociedade, ou da política – seria enfatizada às custas dos indivíduos. O sentido dumontiano de individualismo, que é atribuído por MacRae (1990) ao grupo do de militância homossexual, junto ao qual desenvolveu seus estudos e particularmente ao *Lampião*¹⁶², enfatiza a contínua fragmentação da totalidade social e a crescente autonomização de domínios que a compõem e, conjuntamente, seu deslocamento do plano social ao individual. A especificidade deste movimento para as articulações organizacionais e filosofias políticas “homossexuais” da “primeira onda”, conforme aponta MacRae (1990), seria a autonomização da sexualidade em relação à família e à reprodução da espécie. Destotalização que se dá de modo similar, também incidente sobre a família e a reprodutibilidade biológica, no movimento feminista desse período, conforme identificado por Franchetto (1981), ou ao desentranhamento, nos termos propostos por Duarte (2004), em relação aos estudos sobre sexualidade no âmbito das ciências sociais, que foram desenvolvidos acerca destes movimentos e sociabilidades nessa época. As aspirações marcantes da contracultura, em ressonância com estas

¹⁶² É no capítulo de sua tese referente o *Lampião*, aliás, que o autor desenvolve este argumento.

perspectivas, enfatizaram a experiência e percepções individuais enquanto *locus* privilegiado para o engajamento com o mundo social. Retendo um ponto: estes movimentos, incluindo o *Lampião*, opunham o “poder” à individualidade, afirmando a ideia de que, onde ele estivesse presente ou onde houvesse luta “pelo poder”, haveria autoritarismo ou a potência à massificação ou homogeneização das aspirações individuais (MacRae, 1990).

A valorização das experiências individuais e vivências coletivas por estas vertentes políticas, por outro lado, pode partir não da consideração da autonomização na forma de individualização, mas da consideração da coletivização por meio dos processos de subjetivação. A relevância desta perspectiva pode ser vista, por exemplo, nos excertos, fragmentos, entrevistas e debates publicados no livro *Micropolítica: Cartografias do desejo*, escrito pelas “muitas mãos” além das de Félix Guattari e Sueley Rolnik (1986), no contexto da viagem de Guattari ao Brasil. Nele são trazidas à tona as densidades de percepções sobre tais movimentações que ocorriam no país, especificamente na virada da década de 1970-1980, mesmo momento em que é escrito o *Lampião*. De modo geral, os processos de subjetivação são tomados pelos autores enquanto substitutos à “ideologia”, com o intuito de conceder atenção às modalidades de produção que “a esquerda” não privilegia. Processos de subjetivação seriam produção, e não somente representação; assumi-los enquanto produtores de coletividades permitiria um deslocamento do cerne das propostas políticas oriundas direcionalmente da “velha” à “nova” esquerda: não se trataria mais de se apropriar apenas dos meios de produção ou dos meios de expressão política tradicionais, mas, sobretudo, de sair do campo da economia política e entrar no campo da economia subjetiva. Deve-se destacar que a subjetivação e os processos de singularização sociais que nela estão implicados diferem, no plano teórico, da individualidade ou individualização no sentido de que a subjetividade não seria passível de totalização ou centralização no âmbito do indivíduo (Guattari e Rolnik, 1986, p. 31), e extensivamente, do corpo ou da sexualidade individuais¹⁶³. Os agenciamentos de subjetividade estariam necessariamente atrelados ao registro do social em termos de sua fabricação e modelagem. Individualização e singularizações seriam divergentes, e sua

¹⁶³ Nestor Perlongher (1987), que estudou sobre as sociabilidades e produção de sujeitos-subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade na cidade de São Paulo, nesse mesmo período, as considerou a partir deste ponto de vista teórico-analítico.

distinção era alvo de debate teórico, mas ambas podem fornecer caracterizações igualmente válidas dos movimentos aqui referidos¹⁶⁴.

Por último, as lutas pela redemocratização e pela atuação política nas vias legais, ansiavam pela democracia direta e participativa e vinham acompanhadas das críticas à noção de representatividade, conforme tradicionalmente posta, fazendo-se um denominador bastante comum para a esquerda dos anos 1970 (Araujo, 2000). A luta pelo reconhecimento das especificidades, das particularidades, dos processos de subjetivação minoritários, que entrecortavam as totalidades e universalidades, era enfatizada no âmbito dos próprios sentidos de uma democracia “direta” e “participativa” (Araujo, 2000). Outro aspecto relevante seria que a busca por formas de organização internas “ultrademocráticas” também evitaria os “discursos competentes”, por exemplo, por parte de militantes mais experientes, na esteira da crença de que qualquer poder seria nocivo em si (MacRae, 1990, p 85)¹⁶⁵. O mesmo artigo de Trevisan condensa diversas destas questões relativas à individualização, subjetivação, representação e retoma as distinções entre estas novas formas de articulação e as tendências de esquerda, ressaltando as potencialidades de “abrangência” política contidas nas políticas “alternativas” e específicas, conforme aponta:

Ao relativizar dessa maneira o poder, estaremos contribuindo para destruir esquemas patriarcais substanciados na compulsiva da disciplina da normalidade, do científico. E como relativizar o poder? Com a afirmação de nossa “anormalidade”, ambiguidade, criatividade.

¹⁶⁴ De acordo com as entrevistas e excertos apresentados pelo livro de Guattari e Rolnik (1986), as questões micropolíticas não estariam situadas no plano da representação, mas da produção de subjetividade, e seriam referentes aos modos de expressão que passam pela linguagem e por outros planos intersubjetivos. Deste modo, não se trataria de elaborar uma espécie de referente geral e “interestrutural”, uma estrutura geral de significantes do inconsciente a qual se reduzem todos os níveis estruturais. Ao contrário, tratar-se-ia de fazer exatamente a operação inversa: de pensar como os sistemas de equivalência e tradutibilidade estruturais incidem nos pontos de singularidade em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade na sua pluralidade. Conforme expresso pelos autores, a subjetivação não está centrada em agentes individuais. Ela está, antes, relacionada com a natureza “infra-humana” e “infrapessoal”, com o que são sistemas de percepção, de sensibilidade e afeto, de desejo, de representação de imagens de valor, com modos de memorização, entre outros. O investimento teórico dos autores é amplamente engajado com a dissociação dos conceitos de indivíduo do de subjetividade. A multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação é fabricada e modelada no registro social e deste modo devem passar pelo questionamento da noção de indivíduo como referente geral dos processos de subjetivação: os indivíduos seriam apenas um ponto terminal. Por fim, em ressonância e diálogo com o pensamento de Foucault, é reconhecido, pelos autores que as operações disciplinares instalam-se nas subjetividades coletivas, serializando-as, normalizando-as e centralizando-as, mas neste ponto existem, ainda, pontos de fuga possíveis a ser encontrados pelas micropolíticas.

¹⁶⁵ Deve-se destacar que no âmbito da teoria foucaultiana, que informava as teorias elaboradas pelos movimentos homossexuais e pelos movimentos minoritários, o “poder” não seria algo nocivo em si, ao contrário, seria, a um só tempo, objeto e instrumento na ordem do saber, do discurso, da consciência. Também é importante destacar que a recusa dos “discursos competentes” também tinha lastro nos debates intelectuais do período. Ver, por exemplo, o diálogo entre Foucault e Deleuze (Foucault, 2009, p. 69-78).

Com nosso rechaço aos CENTROS decisórios onde se concentra o poder. É que nossa significação se encontra mesmo na margem. Por isso nada é maior e prioritário para nós. Preferimos o menor, o individual, o infinitamente **específico**: só atingiremos o todo se partimos da partícula menor, a mais individualizada, onde a **espécie** está se refletindo, criando raízes [...]. Isso eu chamo de POLÍTICA MENOR.

E segue:

[...] a classe operária é sim um dos agentes de transformação social – no caso ela impulsiona a transformação econômica. Mas como não aceitamos o pressuposto de que a transformação econômica seja a única, não queremos a hegemonia de uma suposta classe revolucionária.

Desmistificar a hegemonia transformadora do proletariado significa quebrar os limites e colocar como agentes de transformação também os loucos, os velhos, as crianças, a luta ecológica, os índios, os negros – enfim, todos aqueles blocos de especificidades que caminham contra a corrente. Isso irá dificultar as formas hegemônicas, o controle do poder por uns poucos. Pois é mais fácil controlar uma classe revolucionária do que centralizar dezenas de blocos de transformação e apossar-se de tantas definições divergentes. (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 9-10)

Se a contestação guerrilheira estava colocada pela contracultura no plano simbólico-comportamental, para os movimentos de minorias políticas, além das possibilidades de transformação social, estava em questão a resistência, enquanto prática política de significar e enfrentar as multiplicidades de processos de marginalização que atravessam a sociedade (Guatari e Rolnik, 1986), os estados de exceção e o arbítrio instaurados politicamente. O conteúdo das resistências ou sua força motriz seria constituído historicamente e teria como eixo central o suposto da existência de uma correlação de forças adversa; como tal, conforme ressalta Araujo (2000), esta forma política teria menos a ver com os objetivos de atacar, contrapor-se, lutar por um projeto político, e mais a ver com a construção de bases organizativas de caráter cumulativo, com a preservação de espaços já conquistados e evitar dispersão e desagregação. Para a autora, estas inclinações seriam a autocrítica, disposta na prática, da experiência da luta armada.

Às margens dos interesses de disputa por projetos programáticos, dispostos em temporalidades longínquas, as minorias estavam essencialmente preocupadas com a “defesa da pessoa humana” (Araujo, 2000); preocupação esta que rotineiramente teve rendimentos de disputa em relação aos espaços e interesses da esquerda partidária, engajadas com o movimento pela anistia, entre outros, não só em relação aos processos que, do ponto de vista estrutural, cultural e político retiravam destas categorias a condição de humanidade e como tal a possibilidade de existência comensurável a outras categorias. Em um artigo escrito por João Carneiro, no número 23 do *Lampião*, o autor ressalta: “É o ser humano que está ganhando, e nós somos, de começo, seres humanos; homossexuais, negros, mulheres, ecologistas, isto é, aqueles a quem o sistema rotulou de ‘minorias’” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 2). Sendo constantemente neutralizadas, colocadas

em segundo plano e relegadas à condição de não prioritárias e acusadas de despolitizadas pelos grupos de esquerda, os sujeitos considerados e as subjetivações coletivas que os constituíam eram também desumanizados socialmente, tendo suas existências e corpos destituídos de dignidade frente ao Estado e ao repertório político-cultural nacional. Em outro artigo, publicado no segundo número do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2), Darcy Penteado manifesta que a condição minoritária atribuída a “homossexuais” não poderia destituir-lhe o direito à existência, plena e não tolerada, conforme o autor:

Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana. E como tal, mesmo sendo atributo de uma minoria, está exigindo seu lugar atuante numa sociedade, com o direito a uma existência não mistificada, limpa, confiante, de cabeça levantada. Porque só a tolerância como foi dada até agora, não, obrigado! É muito pouco. (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2)

Já em seu primeiro número, o *Lampião* traz uma cópia de quatorze artigos da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada no mesmo ano (1978) em Bruxelas, e ironiza a respeito da condição de não humanidade que incidiria sobre as muitas minorias políticas na contemporaneidade. Com o título “Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas, atenção: vocês também tem direitos (A ONU decidiu)”, o ensaio atesta:

Mesmo que o homem, em várias partes do mundo, não consiga respeitar a Declaração Universal dos seus próprios direitos, não se deve esperar que ele atinja esse estágio para tentar convencê-lo da existência dos direitos dos animais.

E segue:

Na verdade, o texto da declaração, como se vê abaixo, serviria para a grande maioria dos homens que, em determinadas regiões da terra, vivem em condições subumanas de existência ou sob uma repressão cuja característica básica é o desrespeito a qualquer tipo de direito. De qualquer modo, a simples declaração dos Direitos do Animal já é um ponto de partida. Graças a ela, eles se tornam a mais exótica de todas as minorias (e LAMPIÃO reafirma aqui o seu conceito de minoria: é um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém seus tacões, mesmo que ele não seja minoritário, como as mulheres, por exemplo) a ser levantada a bandeira da luta por seus direitos.¹⁶⁶ (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 11)

Ainda no mesmo número, inaugural, o primeiro editorial do jornal ressalta sua proposta central de dar voz a todos os grupos discriminados e minoritários, conforme:

[...] estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (*Lampião da Esquina*, v. 0, p. 2)

Vale destacar que, embora neste primeiro editorial as categorias sociais em questão sejam referidas como “grupos discriminados”, o termo “minoria” era

¹⁶⁶ Outras reivindicações de “humanidade” serão discutidas no capítulo seguinte.

correntemente utilizado em referência a estas, e o *Lampião* empregou-o na maior parcela de suas edições. Em consideração ao fato de que, em termos populacionais, mulheres e negros são “maiorias” no Brasil, ao longo de suas edições, o jornal passa a usar o termo minoria entre aspas ou, conforme ressalta Leila Miccolis no 25º número: “Grupos minoritários são mantidos à margem. Minoria é um termo usado pela maioria para menosprezar-nos numericamente, esvaziar o conteúdo ideológico. *Lampião* usava no começo e agora que percebeu ser um truque do poder, mudou para grupos oprimidos” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 14-15).

Aqui está uma das grandes originalidades da proposta política do *Lampião*: ser um jornal representativo destas categorias sociais oprimidas ou marginalizadas em amplos sentidos, destituídas de humanidade, sublimadas enquanto sujeitos históricos, cujas subjetividades haviam sido reiteradamente descreditadas em sua relevância, cujas singularidades eram – por parte dos grupos de esquerda em geral – invisibilizadas, e, quando reconhecidas, suas lutas eram relegadas ao plano de prioridades menores, das potências mínimas frente às pautas prioritárias. A marginalidade dada em termos de desigualdade ou ausência de direitos, os preconceitos sedimentados no repertório popular e a busca por liberdade, por espaços de igualdade e diversas modalidades de opressão que caracterizavam estas categorias sociais receberam particular atenção do *Lampião*, sendo elas mulheres, negros, índios, prostitutas, michês, prisioneiros “comuns”¹⁶⁷, homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais, vadios. Ao mesmo modo, pautas consideradas não prioritárias, como questões ambientais e questões relativas ao uso de “tóxicos”, foram abraçadas pelo jornal¹⁶⁸.

As minorias, conforme dispostas nas páginas do *Lampião*, devem ser compreendidas à luz das desconfiças amplamente expressas pelo jornal em relação à chegada democrática. A “esquerda” propriamente dita da década de 1970, forjada enquanto interlocutora do *Lampião*, estava de uma ou outra maneira interessada na defesa das instituições democráticas ou retorno dos exilados, e as minorias que se organizavam,

¹⁶⁷ Conforme discutido no segundo capítulo, a categoria estava relacionada aos chamados “prisioneiros políticos”.

¹⁶⁸ Em sua Tese, MacRae (1990) chama a atenção para o fato de que as minorias políticas incluídas no jornal conferiam respeitabilidade a este. Aliás, de acordo com o autor, durante os inquéritos policiais, a defesa do *Lampião* considerou prudente conceder ampla ênfase ao fato do jornal ser um veículo de “minorias”. O autor ainda destaca que essa preocupação, em abarcar as minorias como preceito de respeitabilidade, tinha seus fundamentos que ficariam claros, por exemplo, na ocasião do ato contra as batidas policiais no centro de São Paulo, que reuniu feministas, negros e estudantes, cuja configuração tenha animado os ânimos de políticos e personalidades destacadas para se juntar ao ato.

apesar de partirem em sua defesa, mantinham receios em torno de muitas dessas bandeiras, a partir do entendimento de que a resolução desses conflitos ou a chegada de certa estabilidade democrática (mesmo que tão incerta naquele momento) não esgotaria os problemas das tantas categorias estigmatizadas deixadas pela ditadura e pelas estruturas sociais substantivas do Brasil. Havia uma dupla desconfiança: da chegada, de fato, da democracia e de sua suficiência para suprir os problemas que enfrentavam estas minorias, que pareciam ser de naturezas que passavam, em grade medida, ao largo desta arquitetura política, conforme vinha sendo compreendida. Conforme assertivamente colocado por Darcy Penteado, no artigo discutido no capítulo anterior, que denunciava os “esquadrões justiceiros” civis nas ruas, estes, que pareciam ganhar grande simpatia das classes médias: “mesmo sem pão, abrem-se as portas do circo – ou da arena. E o povão ingênuo, aplaude e pede bis” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 2).

Se existia um sentimento, atribuído por discurso presente no *Lampião* à esquerda, de que o cenário que se colocava no Brasil da abertura era que o país parecia “caminhar a passos largos para o socialismo”¹⁶⁹, uma perspectiva similar, que compreendesse vislumbres de uma grande virada, não poderia existir para as minorias (aliás, certamente não existia para toda a ampla gama de tendências de esquerdas, articuladas naquele período). Além de longínqua e insegura, esta hipótese parecia apresentar-se como empecilho à visibilidade e possibilidades de lutas “menores”. Do ponto de vista das conjunturas desenhadas pelo *Lampião*, os debates no plano discursivo e as lutas no plano social, por parte das minorias, pareciam assumir a forma de uma ânsia que tinha de ser resolvida ali, rápida e incisivamente, para que, caso os vislumbres viessem a se tornar realidade, aqueles que estivessem à sua frente não permanecessem empreendendo a marginalização simbólica e social destas minorias. Conforme consta nos compilados do livro de Félix Guattari e Sueley Rolnik (1986), os sentimentos partilhados por estas minorias abarcavam a ideia de que a democracia até poderia ser expressa no plano das grandes organizações políticas e sociais, mas ela só se consolidaria e ganharia consistência caso fosse capaz de existir no plano das subjetividades dos indivíduos e destes grupos outros. De maneira complementar, uma das preocupações expressas no *Lampião*, subjacente à invisibilização destas minorias enquanto sujeitos sociais e históricos, era o de seu “aparelhamento” pelos modos de produção militante democrática

¹⁶⁹ João Silvério Trevisan usa esta expressão em entrevista com Marta Suplicy ao *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 10-12).

da esquerda, e que, deste modo, pudessem se tornar “massa de manobra” ou “mão de obra” dentro de seus quadros, de que tivessem sua importância assumida em termos utilitários e de contingente humano, e não em termos de suas condições e reivindicações específicas¹⁷⁰; além de que, evidentemente, pudessem ter sua tão prezada autonomia ferida por estes grupos. Diga-se de passagem: estas precauções não constam somente nas páginas do *Lampião*; conforme ressalta Araújo (2000), esta era uma preocupação comum a muitos movimentos minoritários e de base, sobretudo em relação a grupos como o MR-8; como veremos, este, especificamente, foi um dos alvos de crítica do *Lampião* por suas táticas de aparelhamento, ao lado da Convergência Socialista, que figurou como um dos grandes inimigos de muitas das matérias publicadas no jornal.

A experimentação mais latente expressa pelo *Lampião*, subsidiária a estes embates, é manifesta pela crítica da hierarquização entre as pautas minoritárias e prioritárias, designadas, respectivamente, por “luta maior” e “luta menor”, cujo pareamento em oposição esteve escrito na maior parte de seus números. A conversão das segundas em especificidades, adjacentes a um eixo programático que já estava fechado pelas primeiras, significou não apenas o desprezo destas questões, mas uma completa perda de uma leitura verdadeiramente abrangente do ponto de vista sociológico e filosófico de reflexões plurais, e, nesse sentido, uma redução de significado e potência do que poderia ser a própria política. De outro modo: o equacionamento inequívoco da democracia à emancipação social em geral deixou escapar dimensões fundamentais do campo político – como a noção de que o pessoal é político, por exemplo, e de que, através do reconhecimento destes sentidos de política ampliados, poderíamos chegar às liberdades individuais e coletivas. Também deixou escapar a leitura de um Estado multifacetado e de que atuações micropolíticas teriam o poder de dissolver (o Estado ou a ordem simbólico-cultural vigente) por dentro (e não em uma frente de batalha), de dismantelar as estruturas de sua operação e de compreender que os esquemas disciplinares produtores da marginalidade poderiam ser atravessados em múltiplos níveis e de distintos modos pelas singularidades. O *Lampião*, no limite, estava antes chamando atenção, poderíamos dizer, sobre os modos possíveis de se construir pontos de passagem que pudessem atravessar campos distintos do “poder”, e não tanto propondo maneiras de se operar a redistribuição do poder dentro das mesmas formas políticas já instituídas.

¹⁷⁰ O que pode ser constatado a partir das discussões sobre os movimentos homossexuais no plano internacional, conforme discutidos na primeira seção deste capítulo.

A união entre os “setores marginalizados da história” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 5) ou entre as “categorias historicamente silenciadas” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 2) foi da maior importância para o *Lampião*. As políticas contidas nos discursos do jornal enfatizavam que estas lutas e categorias sociais não poderiam ser tratadas isoladamente, justamente porque a marginalidade era sua marca comum, e a contiguidade de suas experiências de subjetivação e singularização deveria ser ressaltada enquanto potência para um conjunto de micropolíticas, a serem postas lado a lado e a um só tempo. Era uma exigência política empreendida pelo *Lampião*: a noção de que as diferenças entre tais categorias fossem comunicáveis e que, desde seu diálogo, emergisse um campo político capaz abarcar as diferenças sem sublimá-las. Uma preocupação relevante do jornal era fazer com que destas prioridades outras pudessem despontar ao primeiro plano, ressaltar a potência de seus atravessamentos conjuntos, incitar seu fortalecimento mútuo para lutar contra a marginalização. O *Lampião* lança a ideia: “de minoria em minoria a gente chega na massa” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 14). É evidente que estas categorias e grupos que se articulavam em torno de questões comuns tinham composição heterogênea e que, não raramente, a diversidade interna de seus membros fosse desenfaturada em função da construção de uma igualdade comum (MacRae, 1990; Durham e Cardoso, 2004). Além de sua diversidade interna, existia uma série de alianças transversais entre eles ou linhas de segmentação que os entrecortavam: as conhecidas questões que mulheres negras colocavam dentro de grupos dos movimentos negros e feministas são bem conhecidas; ao mesmo modo, as questões que mulheres lésbicas colocavam dentro de grupos “homossexuais” e feministas. Em entrevista a Silva (1998), Antônio Carlos Moreira ressalta que, embora o *Lampião* fosse voltado às minorias políticas, os movimentos feminista e negro, em grande medida, não se inclinavam ao compromisso com as questões sexuais, e isso implicava que o *Lampião* estivesse fazendo esta discussão transversal, sem que houvesse, na contramão, debate acerca das pautas relativas à sexualidade e gênero dentro destes movimentos. Impasses desse tipo permearam as impressões do *Lampião* em termos de quais significações poderiam ser atribuídas a estas vias de mão única e, sobretudo, pareciam recolocar a questão dos conflitos com a esquerda marxista, no interior das alianças estabelecidas com os movimentos minoritários. O que fazer?

Apesar de certa recepção positiva desta proposta por parte das leitoras e leitores, a questão das minorias no jornal nem sempre foi bem recebida ou bem compreendida.

Em uma carta publicada na 21ª edição do jornal, um leitor escreve que o *Lampião* teria começado a falar “demais de outras minorias” e, assim, “deixado de lado as questões que nos interessam” e afirma: “deixemos que os outros tratem de suas próprias questões e defendam seus próprios direitos!”. O leitor acrescenta: “Perguntem às mulheres se elas nos apoiariam num movimento. Elas seriam as primeiras a nos atacar” e “Já as lésbicas é diferente, estou plenamente de acordo que lutemos juntos, por razões óbvias”. O *Lampião* responde que é o único jornal de minorias que “deu certo”, a despeito da permanente desconfiança, dos outros grupos minoritários, sendo assertivo no que diz respeito à manutenção da proposta e da inclinação da abertura de suas páginas a estes muitos movimentos, e enfatiza: “A Luta das minorias é um saco de gatos, Flávio; os negros desconfiam das feministas brancas, as feministas brancas olham de viés para as bichas, muitas entre estas são racistas e até – pisme! – machistas, detestando as lésbicas e querendo vê-las pelas costas” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 19). Em uma de suas últimas edições, outro leitor parte similarmente da ideia de que essa questão da defesa das minorias é destituída de sentido porque “negros, mulheres, mendigos e marginais querem que homossexuais se fodam” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980).

A imprensa alternativa foi espaço privilegiado para que as minorias políticas articuladas durante a abertura formassem suas políticas e disputassem as informações veiculadas pela imprensa hegemônica, por meio de jornais específicos, o que podemos chamar de imprensa feminista, imprensa negra e as publicações estritamente voltadas a questões ambientais¹⁷¹. Outros alternativos de cunho “político” (conforme discutido no primeiro capítulo) orientaram algumas de suas matérias a estas questões, mesmo que em grande parte dos casos mantendo-as subsumidas dentro das questões da “luta maior” e enfatizando as questões de classe, em detrimento das questões específicas (Araújo, 2000). Araújo (2000) ressalta que este seria especificamente o caso, por exemplo, do jornal *Em Tempo*, que, ao tratar das minorias, apresentava dificuldades na compreensão da especificidade e autonomia destes movimentos, diferentemente, conforme a autora, da revista *Versus*, que concedeu grande atenção à questão das minorias políticas, incluindo negros, mulheres, judeus, e homossexuais em suas páginas, tendo sido pioneira na abordagem do problema da diferença e da especificidade; no entanto, propostas como estas por parte da *Versus* foram alvo de crítica nas páginas do *Lampião*.

¹⁷¹ Conforme discutido no primeiro capítulo.

Entre os dias 24 e 30 de abril de 1978, a *Versus* organiza uma semana de debates políticos que, entre outras coisas, propunha discutir questões relativas às minorias políticas. Os quadros da *Versus*, que eram em grande medida ligados à Convergência Socialista, a princípio, chamaram jornais para o debate, como *Em Tempo* e o *Lampião*, mas, de acordo com MacRae (1990), decidiram subsequentemente “boicotar” o *Lampião*. Em sua edição de junho de 1978 (número dois), o *Lampião* publica uma matéria abertamente crítica à Convergência e ao encontro, intitulada “Estão querendo convergir. Para onde?”, assinada por João Silvério Trevisan, com a seguinte chamada: “Na semana da convergência socialista em São Paulo, a palavra ‘homossexual’ só foi pronunciada uma única vez: o presidente da mesa apenas sussurrou-a e quase engasgou, como se ele dissesse um palavrão” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 9). De acordo com a matéria, a “esquerda” não conseguiria acompanhar a realidade brasileira e as contradições inerentes a ela, a ser constatado pelos fatos de que: foi chamado para a mesa um “companheiro operário” de última hora, e a mulher que estava nela cumpria basicamente a função de “secretária”, e que, para além da inexistência de índios ou negros na mesa, “nada levava a crer” que um de seus integrantes fosse homossexual. Além destes fatos, a matéria aponta que o debate ocorreu partindo do pressuposto de que era “como se essas minorias fossem automaticamente desaparecer com o advento de uma sociedade sem classes”, termina enfatizando duplamente que “a repressão sexual da esquerda patriarcal é um fato a ser denunciado” e que, além da opressão das minorias não depender exclusivamente da esfera da “produção”, a esquerda “não representativa” ou “não inclusiva” das minorias não desaparece na sociedade sem classes. Vale ressaltar que o *Lampião* nutria aberta indisposição em relação à Convergência.

Em muitos sentidos, o *Lampião* foi de fato uma experiência não só original, como singular no período, proporcionando a articulação, ao menos no plano discursivo, entre as minorias políticas e marcando a continuidade de suas propostas políticas e dos objetos de suas lutas. Se a proposta foi ou não bem sucedida, em termos de aderência e venda, é outra questão a ser pensada. Além das críticas dos leitores e de seu suposto desinteresse por estas questões, um dos motivos que leva às metamorfoses pela qual passou a linha editorial do jornal em suas últimas edições¹⁷², não se deve perder de vista que diversos destes grupos tinham seus próprios jornais e que, no plano prático, pareciam operar de maneira fortemente autônoma uns em relação aos outros. Embora, conforme ressalta

¹⁷² Conforme discutido no primeiro capítulo.

MacRae (1990), a política de alianças minoritárias “inaugurada” pelo *Lampião* tenha, mais tarde, se tornado inspiradora para outros grupos. Um fator para o não sucesso da proposta, de acordo com o autor, e em sintonia com o comentário de Antônio Carlos Moreira referido, de que as outras minorias não queriam se comprometer com as questões sexuais, seria que os “aspectos homossexuais” do jornal conferiam-no estigma e, por conta disso, nunca teria conseguido ser amplamente aceito enquanto um jornal de minorias.

As minorias políticas e as contiguidades de articulação e resistência

Em sequência, o intuito passa a ser a caracterização e análise parcial dos modos pelos quais algumas categorias sociais expressivas são dispostas pelos discursos do jornal, eventos relevantes às suas organizações, tensões inerentes a elas, e deve servir, sobretudo, ao propósito de assinalar as aproximações e distanciamentos que estas tinham com os “homossexuais”, cujas políticas serão abordadas na segunda parte deste capítulo.

Trabalhadores: dos que podem estar do mesmo “lado”

A classe operária: aliados desde o chão

Apesar das amplas críticas à esquerda, compreendida enquanto uma categoria referencial relativa a práticas de atuação e articulação de ideias de amplo espectro, as críticas do *Lampião*, pode-se dizer, referiam-se, sobretudo, aos partidos políticos e organizações de orientação socialista, oriundas das classes médias, e sua insuficiência do ponto de vista teórico-prático não era entendida como total. As classes trabalhadoras, por exemplo, figuraram uma categoria que torcia algumas destas críticas, as quais, em seu seio, poderiam ser, se não superadas, relativizadas. Podia-se falar delas reconhecendo, mesmo que parcialmente, seu potencial transformador. No mínimo, a classe operária podia ser considerada enquanto categoria relevante à abertura política, e é interessante o fato de que, de maneira muito distinta das críticas ácidas dirigidas a organizações, como Convergência Socialista, MR-8, movimento Liberdade e Luta, entre outros, os discursos sobre as classes trabalhadoras foram atravessados nas páginas do *Lampião* por ironias de um tipo muito particular. Ao mesmo tempo que não deixava de buscar provocar o riso no leitor à respeito das concepções presentes, entre estas, sobre questões de sexualidade, a

inclinação do jornal era à abertura do diálogo com a classe trabalhadora, como se a ela fosse concedido o lugar de interlocutor relevante e de potencial aliado.

A 14ª edição do *Lampião* traz em sua capa a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva acompanhada da chamada: “Lula fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”. Nesta edição, a matéria intitulada “Alô, Alô classe operária: e o paraíso, nada?” (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 9) apresenta uma introdução mencionando a existência de uma tese da Escola de Comunicações e Artes da USP “provando” que não há homossexualismo na classe operária, o que teria deixado os redatores do *Lampião* indignados, perguntando-se se homossexualismo seria um produto da “decadência burguesa”, o que, por sua vez, os teria mobilizado a ouvir “o outro lado da questão”: os operários do ABC Paulista. Conforme consta na chamada:

[...] constatamos que não só há homossexuais proletários, como também que a classe operária se revela, em relação ao assunto, menos preconceituosa que certos setores da *intelligentzia* nacional, a qual, por sinal, concorda inteiramente com o dono da Metais Villares: operário deve ganhar mais, para produzir melhor. Mas – perguntamos nós – e o prazer, como é que fica? (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 9)

A matéria ressalta que uma equipe do *Lampião* ficou cinco dias em São Bernardo do Campo ouvindo Lula e a diretoria do Sindicato, “injustamente esquecida pela grande imprensa”. Nela, são trazidas falas de Lula e de diversos operários e sindicalistas que versam sobre as greves de maio dos metalúrgicos, sobre sua atuação fundamentalmente democrática ser decorrência “natural” de todo o estado de calamidade da economia brasileira. Suas narrativas acerca de sua atuação no âmbito do sindicato assinalam que as greves devem ser utilizadas como instrumento de luta de forma “rápida e flexível”, aliada ao trabalho de longo tempo com as bases. Tensões entre os operários e os partidos tradicionais de esquerda também são mencionadas, bem como uma diversidade de pautas, como CLT, previdência social, salários e a grande importância da fundação de um Partido dos Trabalhadores. Por fim, são relatadas as dificuldades de organização, uma vez que, após as greves, São Bernardo tenha se transformado “em um campo de guerra onde parecia ter “mais PM que operário”.

Especificamente sobre as questões sexuais, algumas falas de operários alegando que nunca haviam visto homossexuais entre os trabalhadores são citadas, incluindo uma de Lula, em que menciona seu desconhecimento do “homossexualismo dentro da classe operária”. Em outra fala, o operário João Borges da Silva alega que existem sim, “Só que eles dão duro igual a nós, eles têm família também, né? E lá na produção nem tem tempo

para viadagem, não. Viado aqui trabalha duro”. Em relação à questão das mulheres e feminismo, a operária Olga Maria Bastos diz que havia aparecido lá por São Bernardo uma estudante com conversas sobre feminismo, e a operária comenta: “queria ver ela, pegar na Fábrica às 5 da manhã”. Passando pela questão do Congresso da Mulher Metalúrgica, que havia sido promovido pelo Sindicato, um operário diz que feminismo lhe parece “um movimento de mulheres de classe média preocupadas em lutar contra os supostos ‘carrascos’ da nossa sociedade, ou seja, os homens” e, portanto, não existiria feminismo ali. Desenvolvendo seu argumento, o sindicalista Rubens afirma “Aqui no ABC as mulheres tem muitas razões para lutar” e que os problemas da mulher são os problemas do homem também, extensivos a toda a classe trabalhadora, como a luta relativa ao aumento do custo de vida e em termos de especificidades; em termos de distinções de gênero, ressalta que “o salário da mulher operária é sempre inferior”, embora sua produção geralmente seja maior que a dos homens.

A matéria seguinte, intitulada “E tem aquela história da luta de classes” (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979 p. 11), é uma reportagem sobre uma travesti paraibana, que trabalhava no Rio como lavadeira e passadeira, que batia calçada diante de um dormitório de operários da construção civil. Abigail teria de forma icônica explicado aos entrevistadores que os operários não estranhavam a sua atividade, já que “bater calçada ou carregar sacos de cimento nas costas é tudo a mesma exploração; eles sabem que a gente está aqui trabalhando – deve ser isso que chamam de consciência de classe”. Operários entrevistados para a matéria teriam posturas ambíguas em relação às travestis que faziam ponto nos arredores dos dormitórios: enquanto uns dizem que têm “vontade de dar porrada” nelas, outros afirmam já terem transado com elas e que “nem por isso deixaram de ser homem”; um vigia de obra afirma que tem ordens do responsável para não “deixar viado ficar por ali de bobeira”. A matéria termina com o relato de Vanusa, que trabalhava como “peão do metrô” e que, quando a sirene do final do expediente tocava, tomava banho, se perfumava e ficava “toda dengosa” (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 11). A página da matéria é acompanhada de uma foto de Lula, deitado de cueca e camisa em uma sala, com a legenda: “Lula, além de tudo um símbolo sexual?”. Tal como nessa provocação, pode-se encontrar em cantos de páginas e respostas a cartas dos leitores alusões humoradas desse tipo ao apelo sexual do líder sindical. Em uma carta publicada na 19ª edição do jornal, um operário de São Paulo, Josué de Souza, diz escrever

ao *Lampião* em função da matéria sobre a classe operária que lança aos leitores a pergunta: existe homossexual na classe operária?; o leitor responde:

Eu afirmo que sim, pois até final do ano passado eu fui um operário do “pão Lula”, e conheço uns 20 homossexuais que trabalham na Volkswagen no setor de produção que e são até sindicalistas e assumidos. Estou contando só os da Volks, Temna Ford, na Mercedes... Como prova de que não estou mentindo, segue junto xerox da minha carteira do Sindicato. Sem mais, agradeço, desejando mil felicidades, viva o movimento guei.

O *Lampião* responde:

Você foi unanimemente considerado “uma graça” pelas pessoas que viram sua carteira do sindicato aqui na redação Josué. Mas o que fez sucesso mesmo foi a assinatura de Luiz Inácio da Silva, o Lula, na linha reservada ao “presidente”: Ai! A letra dele é tão grossa, tão firme, tão... Uhm! (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 18)

O jornal, de maneira geral, marca as incomensurabilidades posicionais entre trabalhadores e as pessoas de sexualidade e gênero dissidentes, apesar disso, pareceu simpático às causas operárias; inclusive, em diversas passagens foi ressaltada a simetria existente entre as duras condições de trabalho destes e de outras personagens, como travestis e michês nas calçadas dos grandes centros urbanos do país. Estas denúncias não poderiam deixar de ser feitas e sintonizavam com aquelas outras que o *Lampião* também fez em relação aos tantos desempregados abatidos pela recessão econômica, enquadrados por policiais nas ruas das cidades e presos por “vadiagem”¹⁷³. Deve-se notar que, apesar das declarações relativas à suposta inexistência de homossexuais na classe operária e das críticas às feministas afirmadas por Lula, a força das mobilizações operárias e a potência articuladora da figura de Lula, naquele período, não foram ignoradas pelo *Lampião*, e é esta potência que rendeu possivelmente o único texto publicado no *Lampião* em que foi reconhecida nominalmente a importância das lutas democráticas, em que se tenha tomado partido explicitamente em função de um representante do “povo”. Deve-se notar, por exemplo, que, em matéria de discussões sobre representatividade no plano democrático ou das transformações políticas formais pelas quais passava o país, o *Lampião* praticamente não destinou uma linha à sua discussão; as eleições de 1978 teriam passado em branco¹⁷⁴ se não fosse por um curto comentário publicado à respeito de um candidato que se mostrava inclinado à representação das questões relativas a homossexuais¹⁷⁵.

¹⁷³ Conforme foi discutido no capítulo anterior.

¹⁷⁴ Este comentário deve-se à comparação, por exemplo, com a imprensa feminista que lançou mão de inúmeras matérias sobre as eleições de 1978.

¹⁷⁵ Na matéria intitulada “Um candidato fala mais alto” (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 4), o candidato pernambucano Baiardo de Lima é mencionado, e são trazidas suas opiniões e declarações sobre controle de concepção, prisões arbitrárias de homossexuais, perseguição de prostitutas e reforma educacional. As

A matéria é de Francisco Bittencourt, publicada no 17º volume do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 9). O autor, de início, relata sua chegada ao aeroporto em Recife e a multidão de pessoas eufóricas que se espremiavam em suas dependências acenando para o pátio de manobra. O motivo: Lula descia de um avião naquele instante. O autor comparece ao comício de Lula, realizado naquela mesma noite, e relata as marcantes impressões deixadas pela “presença impressionante” do sindicalista metalúrgico. Bittencourt ressalta a notória “simplicidade” do discurso de Lula, “nestes tempos tão complicados”, que diz querer “um espaço justo para o operário, um tratamento decente para aqueles que produzem riqueza no país”, e argumenta, não pedindo um favor, mas exigindo e repetindo que ele e seus companheiros não se renderiam frente aos obstáculos colocados pelos esquemas de poder ou pelos políticos; o autor finaliza:

Ah Lula, desse jeito tu chega lá, nego, talvez até com os votos das minorias, sobre quem até agora não te decidiste a abrir o bico. Faz isso, e se nesse ponto também te revelares não reacionário, todo mundo se une para te fazer presidente. (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 9)

Batedoras(es) de calçada e outras(os) trabalhadoras(es) sexuais

As batedoras e os batedores de calçada, prostitutas, travestis em condições de prostituição e michês figuram entre os sujeitos e categorias sociais de interesse do jornal. Embora estes não sejam nominalmente enquadrados como uma categoria “minoritária” em suas páginas, tanto quanto os operários do ABC Paulista e do Rio não foram, o interesse em discutir as experiências e situações sociológicas destas pessoas está inscrita na proposta do jornal de dar conta das dissidências sexuais e das experiências não normatizadas e marginais que envolvem o uso do corpo e da sexualidade intermediados por dinheiro. Embora seja verdade que, conforme foi mencionado no primeiro capítulo, temas relacionados à prostituição tenham começado a aparecer mais frequentemente nas edições do último ano do *Lampião*, momento em que este passava por uma série de desentendimentos internos; também não se deve deixar de notar que o *Lampião* publicou, no decorrer de suas edições, reportagens importantes sobre trabalho sexual.

minorias, de acordo com o candidato, não seriam aceitas por não interessarem à sociedade de consumo. Sobre este ponto, a matéria menciona que o “homossexual hoje passou a ser objeto sexual de consumo” e importante para o mercado, e que o mesmo tipo de “exploração” poderia ser realizada por “políticos”. Conforme é ressaltado, com o *frisson* das eleições, existiam boates “gays” em São Paulo fazendo propaganda de candidato do MDB, enquanto outras partiam em campanha para um candidato da Arena.

Já em sua terceira edição, uma matéria sobre o desmonte da zona do Mangue no Rio, em função da construção de grandes empreendimentos no local, chamava a atenção para a difícil situação das prostitutas que estavam sendo expurgadas de seu local de moradia e trabalho. A matéria trazia a importância do trabalho sexual destas mulheres, algumas das quais narravam preferir exercer esse tipo de trabalho do que “serem humilhadas trabalhando em casa de madame” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 7). Foi mencionada no segundo capítulo a longa entrevista com as travestis Tatiana e Flávia, que batiam calçada no centro de São Paulo, região do Largo do Arouche. Na entrevista, ambas narram as experiências de violência a que estavam sujeitas por parte de clientes no momento em que eles “percebiam” que elas eram travestis, sobre os perigos dos policiais “enrolá-las” com tóxicos, na tentativa de prendê-las, e sobre as redes de segurança elaboradas entre si para se “darem um toque” quando “os caras estavam no pedaço”, para fugirem de enquadros e batidas policiais (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 5-7). A vigésima edição do jornal tem uma densa entrevista publicada com um jovem michê que havia trabalhado no “negócio” no México e em São Francisco e que no momento trabalhava no Rio. O moço, entre detalhes sobre suas transas, conta aos entrevistadores sobre a importância de ter seu trabalho percebido socialmente enquanto tal, uma vez que ele tinha essa “profissão”, que era “um trabalho como qualquer outro” (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 11-2).

O trigésimo número do jornal é majoritariamente dedicado à temática da prostituição viril em São Paulo e no Rio de Janeiro. A primeira reportagem, que abre a série, destaca uma matéria publicada pelo jornal *O Repórter* sobre este tema que teria sido carregada de preconceitos e imprecisões sobre prostituição; como contraparte crítica e realista, o *Lampião* propunha-se à sua investigação propriamente jornalística, “saíndo a campo” para becos, bordéis, clínicas de massagem, hotéis e esquinas. Conforme se afirma na matéria: “ao contrário do Repórter, não assumimos essa postura de quem está fazendo uma excursão ao baixo mundo. E também, mesmo sendo objeto de ronda constante, não nos referimos aos michês como nossos ferinos adversários no jogo da vida” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 3).

Apesar da mediação do sexo por dinheiro, a postura do jornal, em geral, pretende apontar para como estas práticas mercantilizadas podem se mostrar libertadoras, em alguns sentidos, e como implicam barreiras tênues entre trabalho, afetos e perigos que são a todo momento negociados; como dizem: “michês têm seu gosto e fregueses têm seu

preço”. Sua tematização encontra lugar no jornal em oposição ao rechaçado “moralismo” da esquerda (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 3). Dessa maneira, a partir das matérias sobre prostituição viril, o jornal opera uma torção em relação ao próprio sentido de trabalho que, tomado do ponto de vista sexual, e de perto, desde as relações experimentadas, subverte as lógicas da apropriação do corpo e do trabalho humano: pode-se encontrar prazer, afetos e cumplicidade mesmo em meio às estruturas dispostas na esfera da produção, e o dinheiro, que passa de uma mão a outra, serviria como “mediador do poder posto em jogo”. Os michês insistem estarem envolvidos em uma forma de trabalho. Ao menos em relação ao que pode ser tomado por homossexualidade, interessa saber os motivos de tomá-la enquanto fonte de renda, e nesse espaço a explicação não recairia, de acordo com os discursos dispostos no jornal, “apenas nas mazelas do capitalismo, tanto o nosso sistema quanto o socialismo ambicionam produção e vêem nela o único destino justificável do homem”; desse modo “o sexo, com prazer e que não visa o Estado, e sim a alegria do indivíduo, é naturalmente renegado e visto como imoral ou decadente, jargões que sempre acompanham o homossexualismo” (*Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 7).

Mulheres: as pontas de lança e a sutileza da costura política

Movimentos políticos articulados e protagonizados por mulheres existem no Brasil ao menos desde o Império. No período da ditadura militar no país são conhecidas as histórias de múltiplas frentes de mulheres que se organizaram na oposição através da luta armada, nas periferias de São Paulo, em torno dos movimentos Custo de Vida e Contra a Carestia, da frente de mulheres pela Anistia ampla geral e irrestrita, entre tantos outros (Telles, 2017). O movimento especificamente feminista no país, que teve lugar na década de 1970, é confluyente com a declaração do Ano Internacional da Mulher, em 1975 pela ONU, com as experiências internacionais de articulação feminista, com as transformações pelas quais as vidas das mulheres passaram desde a década de 1960, colocando em questão papéis de gênero tradicionais; mas se deve destacar que a atuação feminista militante no Brasil é inextricável à resistência das mulheres à ditadura militar e à luta pela redemocratização (Sarti, 2001).

Desde seu início, o *Lampião* propõe-se a abrir espaço às mulheres para que elas tivessem o jornal enquanto um espaço para tratar de suas questões específicas e, eventualmente, das questões correlacionadas ao movimento homossexual. Desta maneira

o convite era, de maneira abrangente, direcionado a mulheres feministas e lésbicas (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 5). Conforme ressaltado no primeiro capítulo, diversas intelectuais, artistas, militantes e outras mulheres de atuações diversas foram redatoras, colaboradoras e entrevistadas pelo jornal. Embora muitos ensaios, manifestos e entrevistas figurem nas páginas do *Lampião*, é possível considerar que a proposta não teve toda a aderência pretendida; conforme se pode notar, inúmeras chamadas continuam sendo colocadas no decorrer das edições do jornal para que as mulheres ocupassem aquele espaço e para que não deixassem que homens homossexuais escrevessem de maneira “paternalista” sobre elas – a predisposição e o pressuposto eram que sua “própria voz” estivesse ali levantando e discorrendo sobre as questões que as interessavam.

Do ponto de vista das colaboradoras e redatoras, podemos destacar as participações mais presentes da poetisa Leila Mícolis, que escreve inúmeros artigos para o jornal e participa de muitas das entrevistas de destaque, acabando por deixar o jornal após a fase de amplo desentendimento que este trava em relação aos grupos de militância homossexual. Dolores Rodriguez também é uma personalidade destacável no quadro de colaboradoras do jornal; como ela própria narra a Silva (1998), quando se engaja com o jornal, na segunda metade de seu tempo de existência, ela era a única mulher naquele período a frequentar ativamente a redação do jornal na Lapa. Também se pode mencionar a presença marcante de Leci Brandão, que mantinha relação próxima com o *Lampião*, tendo sido entrevistada mais de uma vez, relatando em suas páginas casos de racismo que ocorreram no seu cotidiano no Rio e tensões que tiveram lugar em sua carreira, como as acusações por parte dos dirigentes da Mangueira de que a compositora estaria mostrando-se “esquerdista e subversiva” (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 2). A cantora recorrentemente enviava suas leituras políticas ao jornal, sobretudo no que dizia respeito ao “movimento homossexual” e às experiências das mulheres negras e lésbicas, como menciona Dolores: “A Leci apoiava muito o jornal” (Silva, 1998).

Especificamente a respeito das relações do jornal com as mulheres lésbicas, pode-se dizer que muitas delas se envolveram com a redação de textos e sua distribuição, embora no que diga respeito à questão das mulheres no *Lampião*, ao menos em termos quantitativos, tenham preponderado conteúdos referentes às questões feministas, de modo geral, frente às questões específicas das mulheres lésbicas. Conforme menciona MacRae (1990), muitas mulheres lésbicas ligadas ao grupo Somos em São Paulo engajaram-se com a distribuição de volumes do *Lampião* no “gueto”, no centro da cidade – sobretudo

os volumes mais ligados às suas questões –, e que isto possibilitou que elas se tornassem reconhecidas nestes espaços por outras mulheres que apoiavam seu trabalho na rua. O autor chega a mencionar que, em meados de abril de 1979, o *Lampião* teria encomendado um artigo sobre lesbianismo aos grupos Somos e Eros de São Paulo, que, entre muitos outros relativos a esta temática, foi publicado na edição de maio de 1979, número doze, trazendo em sua capa a chamada principal: “Amor entre mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 1). MacRae (1990) ressaltava que este volume teve repercussão muito positiva entre as lésbicas nos grupos e no “gueto”, apesar de ter vindo acompanhado do sentimento de insatisfação por parte das autoras do artigo, em função da supressão de um trecho, por parte de Aguinaldo Silva, que coordenava a edição e teria tido reservas em relação à possibilidade de que o jornal pudesse sofrer algum tipo de “processo judicial por pornografia”. No trecho em questão, elas detalhavam seu comportamento sexual, e a ausência de consulta sobre o corte chegou a se desdobrar na participação exaltada de algumas delas em uma reunião de pauta do jornal.

Remontando e especificando as mesmas críticas que foram dirigidas ao jornal por parte de seu público leitor em razão da inclusão das “minorias” entre as prioridades temáticas do jornal, comentários favoráveis e negativos foram apresentados a título da incorporação de assuntos feministas em suas edições. Embora muitas leitoras tenham escrito ao *Lampião* sugerindo que mais entrevistas e questões referentes às mulheres fossem publicadas (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 11; v. 35, 1981, p. 11), seguidas das reiteradas respostas do jornal de que suas edições estavam abertas às mulheres (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 18), outras cartas enfatizaram que não deveriam constar assuntos sobre mulheres no *Lampião*, partindo do entendimento de que essa disposição denotaria “paternalismo” do jornal em relação a elas (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 18-9).

Por fim, existem as cartas e textos que assinalaram a proficuidade da abordagem do jornal: uma leitora, que se apresenta como representante de um grupo feminista, diz que escreve sua mensagem ao *Lampião* por ser o único jornal disposto à denúncia do machismo (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 17). Na mesma linha, o Grupo de Mulheres de Porto Alegre envia uma nota ao *Lampião* tecendo algumas observações e críticas a pontos específicos, relativos às abordagens acerca das mulheres dispostas pelo jornal, e, apesar das ponderações, afirma ser o *Lampião* o “único jornal que vem

colocando a questão do feminismo de forma mais consequente e sistemática”, e que esta tarefa estava sendo, inclusive, melhor realizada por este jornal do que por outros específicos da imprensa feminista, como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 2). Acerca deste ponto, é interessante destacar que, de fato, o *Lampião* parecia empreender uma abordagem inovadora sobre a temática feminista, sobretudo se comparado aos jornais específicos dos movimentos de mulheres do período. A historiografia sobre imprensa feminista ressalta que, em geral, esta se dedicou, no final dos anos 1970, à afirmação da especificidade das lutas feministas e, ao mesmo tempo, à reiteração do papel das mulheres no quadro de debates mais amplos relativos às transformações sociais gerais e a movimentos, como, por exemplo, a Anistia; estes seriam os casos do *Nós Mulheres* (lançado em 1976) e do *Brasil Mulher* (lançado em 1975). Ao mesmo passo, estes jornais mesclavam debates sobre a libertação do corpo, aborto e sexualidade com aqueles sobre os movimentos de base liderados por mulheres, como o Movimento Contra a Carestia, que não mantinham, a princípio, interesses em relação a estas questões. Conforme aponta Araujo (2000), seria somente na década de 1980, quando a especificidade da condição da mulher havia sido demonstrada e dada por inquestionável no seio dos debates feministas, que esta imprensa concedeu maior espaço a questões como a intimidade, subjetividade, sexualidade, entre outras, como foi o caso do *Mulherio* (lançado em 1982). Em certo sentido, é possível olhar para o *Lampião* como um jornal que tomava estas especificidades como dadas e que, já na década de 1970, pautava estes temas de maneira aberta e autônoma em relação às necessárias transformações sociais mais amplas.

Distinções entre, por um lado, o reconhecimento das necessidades de transformações sociais mais amplas, as discussões sobre as situações socioeconômicas das mulheres, a luta pela Anistia, os debates acerca do custo de vida e, por outro, o questionamento da redução do corpo e da sexualidade da mulher à reprodução biológica, dos papéis sociais de mãe e esposa atribuídos a elas, dos debates existenciais como expectativas frustradas, afetividade, livre disposição do corpo, prazer e aborto, apresentaram-se enquanto marcas dos movimentos de mulheres desse período e dispuseram suas difíceis conciliações durante toda a década de 1970. Apesar de que a disposição por grande parte delas sempre tenha sido construir um movimento unificado de mulheres, e que uma de suas grandes questões incidisse sobre marcar muito mais a

especificidade que a autonomia em relação à luta democrática¹⁷⁶, as divergências desdobravam-se em diversos planos, como em relação ao peso a ser concedido à luta geral e sobre qual seriam o lugar e os conteúdos das especificidades da luta de mulheres. Estas divergências tinham lastro em grandes diferenças socioeconômicas entre as categorias de mulheres articuladoras e aderentes ao movimento; nestes meandros, umas eram acusadas de serem burguesas pensando sobre suas questões pessoais (as feministas), e outras de estarem alheias às “sutilezas”¹⁷⁷ da discussão das especificidades e de serem suscetíveis às manipulações da esquerda (as mulheres de periferias). Tais divergências, portanto, diziam respeito a desacordos entre experiências distintas de “ser mulher” e obrigavam não só o reconhecimento das especificidades de cada uma destas, como colocavam na ordem das discussões os desafios. Por outro lado, conforme nota Corrêa (2001), muitas vezes as dúvidas sobre os pesos a serem concedidos às questões eram colocadas para várias delas que mantinham “dupla militância”, integrando os quadros dos partidos e os grupos feministas ao mesmo tempo. Estas dúvidas, disparidades e desavenças foram expostas de maneira contundente e agravadas, em grande medida, em eventos ocorridos no final da década de 1970, amplamente cobertos pelo *Lampião*. Em sequência, retomo pontos relevantes sobre alguns destes eventos, conforme apresentados pelo jornal – tanto por seus redatores quanto por mulheres e grupos feministas, que nele publicaram sobre estas ocasiões – com a intenção de explorar alguns conteúdos, categorias e disposições específicas destes embates conforme mobilizados pelos que escreveram a seu respeito¹⁷⁸.

A 11ª edição do *Lampião* encontra-se repleta de matérias sobre o *I Encontro Nacional de Mulheres* e sobre o *I Congresso da Mulher Paulista*, ocorridos em 1979. A

¹⁷⁶ Pode-se ter melhor ideia das perspectivas de tornar a luta democrática comensurável com as especificidades do movimento, por exemplo, a partir de uma nota publicada pelo Coletivo de Mulheres do RJ em favor da Anistia, do 17º número do *Lampião*. Na nota, estas mulheres reafirmam que se unem aos movimentos que reivindicam anistia ampla, geral e irrestrita, à luta pela liberdade de organização, manifestação e associação, pelo direito de greve e de professar qualquer ideologia. Com o fim da “legislação repressiva e da exceção”, manifestam seu repúdio aos atos de exceção que discriminam pessoas em seu trabalho, à discriminação de direitos que atinge permanentemente as mulheres. Dizem exigir o desmantelamento do aparelho repressivo montado pelo regime a partir de 1964 e ressaltam o repúdio a todas as formas de violência que se abatem sobre as mulheres: físicas, verbais, na rua, em casa, sobre seu corpo tomado enquanto objeto de consumo, o uso indiscriminado de contraceptivos sem devido cuidado médico, o controle autoritário da natalidade. Por fim, reiteram que liberdade democrática passa pelo direito de dispor de nossos corpos, impedida por uma educação discriminatória (*LampiãoLampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 2).

¹⁷⁷ Esta caracterização específica é de Trevisan (*LampiãoLampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 6-7).

¹⁷⁸ Para uma bibliografia mais ampla sobre o movimento feminista no Brasil, ver: Alvarez (1990); Barroso, Costa e Sarti (1985); Costa (1988); Golberg (1982); Moraes (1985); Pontes (1986); Sarti (1989); e Schmink (1981).

respeito do último, uma matéria escrita por Inês Castilho (*Lampião da Esquina*, v, 11, 1979, p. 11) ressalta a importância daquele espaço, uma vez que ali estava representado tanto um acontecimento a ser registrado pela historiografia, que, aliás, tenderia comumente a invisibilizar as mulheres, quanto o fato de que muitas participavam daquele e de outros encontros afins no final da década, mesmo “impedidas pelos costumes”. Entre as pautas discutidas no Congresso e apontadas pela autora, estariam questões referentes ao sustento da família, falta de creches, autoritarismo sexual, desigualdade de salários, sobrecarga e desvalorização do trabalho doméstico, péssimas condições de trabalho das operárias e a participação das mulheres na greve do ABC Paulista. Uma outra matéria, escrita por Trevisan (*Lampião da Esquina*, v, 11, 1979, p. 11), chama a atenção para a presença dos homens no congresso e sua postura de grande imposição de seus próprios pontos de vista frente às mulheres, muitas vezes, entrecortando suas falas e discordando de suas colocações. De acordo com o autor, tais “posturas paternalistas” dos homens ficaram evidentes, sobretudo quando se começou a discutir questões de sexualidade, momento em que estes reiteradamente retrucavam e diziam que não tinham responsabilidade sobre as variadas questões que as mulheres apontavam, além de que, de modo geral, estes afirmaram que a importância da luta das mulheres seria “ajudar” na “derrubada da ditadura”, deliberadamente ignorando ou sequer compreendendo as especificidades e os lugares das questões que ali eram colocadas.

O *II Congresso da Mulher Paulista* (1980) é marcado pela pluralidade de mulheres participantes: negras, católicas, trabalhadoras, lésbicas, donas de casa, universitárias, profissionais autônomas de classe média, compondo muitas organizações distintas. Esta diversidade rendeu uma série de acusações e contra-acusações entre elas, bem como deu lugar a pontos de discussão bastante polêmicos, como o aborto; por outro lado, a presença marcante de grupos ligados a diversos partidos políticos e organizações de esquerda distintas provocaram um deslocamento dos debates das questões específicas das mulheres para o lugar da luta das mulheres na luta geral. Os volumes 23 e 24 do *Lampião* têm grande parte de suas páginas dedicadas a este evento. Em uma entrevista, publicada no número 24, com Ana Matilde Mota (Associação de Mulheres), Maria Moraes (Nós Mulheres), Teresa Caldeira (feminista independente) e Cynthia Sarti (Nós Mulheres) (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 12-3), estas falam sobre o histórico de omissão dos grupos feministas em relação às suas pautas e, no limite, à sua própria posição de feministas, justamente para fazer composição com as muitas organizações: em nome de uma quantidade grande de mulheres e do apoio que elas dão, a prática de muitas

feministas tradicionalmente seria a de abrir mão de suas pautas, uma vez que “se há um programa muito definido [de antemão], é evidente que a possibilidade de participação bastante ampla é bem menor”. Reconhecendo que a configuração do feminismo no Brasil dava-se, em grande medida, por bases “urbanas e de classe média”, e que os movimentos de mulheres comportavam classes e interesses muitos distintos, elas entendiam que poderia ter havido, como houve, uma “questão geral de incompreensão”, por exemplo, em relação à legalização do aborto; no entanto, lamentavam profundamente que o Congresso tivesse sido tão “tumultuado”, porque mesmo pensando que certos pontos não poderiam ser aprovados, estas questões não poderiam deixar de ser colocadas e, precariamente, foram.

Em outro artigo, Cynthia Sarti atribui os tumultos à interferência dos “grupos externos” (organizações de esquerda variadas e partidos políticos), sobretudo porque o Congresso representava para muitas mulheres a oportunidade de sair de casa, e elas ficaram “horrorizadas com a pancadaria” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 7-8). A reportagem de Trevisan sobre o Congresso acusa os “conchavos”, as manipulações e os discursos inflamados dos partidos, que obrigaram as mulheres a assistir às “disputas internas entre as diversas facções” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 6-7); e a nota escrita pelos grupos Somos (SP), Libertos(Guarulhos) e Eros (SP) assinala que os partidos haviam tentado deliberadamente “esvaziar o conteúdo da luta específica das mulheres” (*Lampião de Esquina*, v. 23, 1980, p. 8).

Diversas matérias assinalam o fato de que as pautas específicas, além de não discutidas, foram subsumidas em torno de debates acalorados que acusavam a ausência de sentido do movimento de mulheres frente à luta oposicionista, às “investidas da ditadura contra o povo”. Um artigo escrito pelos “grupos feministas” presentes no Congresso insiste na existência de distintas “tendências” dos movimentos “feministas”: uma primeira, reconheceria que os problemas das mulheres são diversos e experienciados de maneiras distintas, mas que de todo modo são problemas específicos e que devem ser mantidos autônomos em relação aos partidos; uma segunda defenderia que as mulheres devem participar dos movimentos gerais; e uma terceira negaria o direito das mulheres de se organizar independentemente e desconheceria que a “luta política” não seria restrita aos partidos (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 8). Neste artigo, elas dizem acreditar na possibilidade de unificação das primeiras duas tendências e repudiam os “métodos autoritários” da última, pontuando que a “política autoritária é uma herança de todas nós”

e, sobretudo, que sua disposição continuava a ser construir um movimento unificado de mulheres.

O Congresso termina sem quaisquer conclusões e parece ter avançado pouco nas discussões pretendidas por muitas delas. Apesar da coordenação do evento contar com mulheres negras do Movimento Negro Unificado e com mulheres lésbicas, suas questões não parecem ter tido espaço para serem pautadas, sendo sobrepujadas por questões de “classe” que, pode-se dizer, enquadravam, respectivamente, as questões de negritude para dentro do arcabouço geral de mulheres “trabalhadoras” ou de “periferias”, e as de sexualidade no seio de preocupações de mulheres “burguesas” ou de “classe média”. Deve-se ressaltar que a temática da sexualidade, em geral, foi relegada ao segundo plano, incluindo a discussão sobre o aborto e da difusão de métodos anticoncepcionais (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 7-8). A epígrafe da matéria de Trevisan, que abre a sequência sobre o Congresso no 23º número do jornal, diz: “A vanguarda brasileira é moralista mesmo. Trocou o convento pela célula política”, referenciada como “Marilena Chauí, em entrevista)”.

Frustrações e problemáticas como estas são agravadas no *III Congresso da Mulher Paulista*, em 1981. O Congresso é descrito por Zezé Melgar e Emanuel Freitas como “bastante decepcionante por sua inexpressividade” na 35ª edição do jornal (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 12). De acordo com as matérias publicadas no *Lampião* sobre o evento, o Congresso aparece como totalmente dominado pelos partidos e por inúmeras tendências da esquerda revolucionária. O MR-8 e seu jornal *A Hora do Povo*¹⁷⁹ figuram como o principal dos problemas do Congresso que, de antemão, havia proposto que fosse feito por entidades que representassem “o povo”, o que gera disputas internas à organização, e o Congresso acaba acontecendo em duas frentes e em dois locais diferentes (no Tuca e no Pacaembu). Diversas linhas de tensão insurgem durante seu andamento: o jornal *Nós Mulheres* já havia decidido não comparecer pelo não avanço em relação às questões feministas no ano anterior; o MR-8 teria proposto às lésbicas – desta vez em grande número no Congresso – “fechar” com elas em troca do apoio destas à questão da Constituinte, mas sem que eles abrissem mão de sua oposição ao SOS Mulher (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 12); por sua vez, o SOS Mulher era acusado pelo grupo de “transformar a violência na família em caso de polícia”, fazendo o “jogo da polícia” ao “culpar o operário que chega cansado em casa e bate na mulher” (*Lampião da Esquina*,

¹⁷⁹ Movimento Revolucionário 8 de Outubro, que havia se fundado enquanto dissidência do PC e à época era parte do MDB.

v. 35, 1981, p. 13). De acordo com uma das matérias, as divergências entre os dois grupos seriam tributárias ao fato de que o SOS Mulher atendia muitas mulheres das regiões periféricas da cidade e, então, estaria mexendo com “o povo deles”. As lésbicas, que não aceitam a proposta do MR-8, acabam sendo acusadas por seus integrantes na seguinte chave: “de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 12); aliás, não só por eles, durante o congresso uma mulher teria se levantado e dito que não estava entendendo por que aquilo era um evento de mulheres, se ali tinha “gente que não era ‘nem homem, nem mulher’” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 13). A matéria de Zezé Melgar e Emanuel Freitas, que vem com o título “A hora da porrada”, é bastante ácida e incisiva em suas críticas ao grupo, conforme:

Depois que a chuva passou, pôde enfim, ser iniciado um concurso de faixas e palavras de ordem dos vários grupos presentes. Na categoria Originalidade, ficou a palavra-de-ordem: “O povo unido jamais será vencido”. O primeiro lugar em Machismo foi para: “O povo unido pela terra é capaz de ir à guerra”. Na categoria Equívoco, o primeiro lugar ficou para “Abaixo a ditadura, que as mulheres estão na rua”. Na categoria Ecos do Pacaembu, ganhou disparando “Abaixo a carestia que a panela está vazia”. Na categoria Oportunismo, venceu a faixa da Convergência [Socialista]: “Pela legalização do Aborto”. (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 12)

Em decorrência dos episódios ocorridos ainda no *II Congresso da Mulher Paulista*, foi organizado o *Encontro dos Grupos Feministas em Valinhos* (SP), em junho de 1980. No mesmo mês, foi realizado o *Primeiro Encontro da Mulher Fluminense* no Rio. As discussões em ambos os encontros, onde muitas das presentes entendiam-se enquanto feministas e onde não houve a presença massiva de organizações da esquerda marxista, tiveram ênfases distintas e, de fato, parecem ter se desenrolado tranquilamente, mesmo em meio a diversas discordâncias que surgiram entre as que participaram. Ambos são cobertos por Leila Miccolis, em matéria publicada no 26º volume do *Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 12-3). No *Congresso da Mulher Fluminense*, compareceram mulheres de classes baixas e pertencentes aos movimentos de base, mulheres ligadas aos movimentos gerais, mulheres negras, feministas e lésbicas. De acordo com Miccolis, assuntos diversos foram discutidos, como episódios de violência doméstica, confissões abertas de mulheres que nunca haviam tido orgasmos nas relações sexuais com seus maridos e educação sexual nas escolas. Houve uma polêmica no momento em que uma mulher lésbica afirmou que “a mulher homossexual é igual as demais” e outra mulher, grávida, respondeu em discordância, acrescentando que achava “mais justa a luta das prostitutas”. Apesar de atritos como estes, no encerramento foi conseguido “apoio” à luta das “mulheres homossexuais”, e foi aprovada uma moção de

apoio ao ato em São Paulo contra o delegado Richetti¹⁸⁰, além do repúdio a uma matéria da revista *Veja*, discriminatória em relação aos “grupos estigmatizados”, que recentemente havia sido veiculada. Outras polêmicas deram-se em função de uma deputada presente afirmar que “enquanto uma parte das mulheres fala de orgasmo, a outra ainda dorme em camas de vara e faz contas com caroço de feijão”, e sobre este ponto Leila Míccolis ressalta que não entende o porquê da “incompatibilidade entre as lutas”. O final do Congresso foi um tanto conturbado em função, novamente, de uma discussão que contrapunha “unidade” (com a luta geral) e autonomia.

No *Encontro dos Grupos Feministas em Valinhos*, em que as presentes eram praticamente todas “feministas”, ainda de acordo com a matéria de Leila Míccolis, houve deliberações relativas a pautas como a importância da contracepção, da luta contra violência cotidiana e do direito irrestrito uso próprio corpo. Em um “clima de desconcentração e confiança pessoal, sem hostilidades de partidarismos políticos”, chegou-se coletivamente à identificação de um problema considerado fundamental: “como negar uma forma de organização patriarcal, machista e hierárquica por uma forma de atuação feminista?”. As mulheres presentes refletiram sobre o fato de que muitas delas traziam “vícios dos partidos”, que as induziam a tentar “conquistar posições” e a “impor seus pontos de vista”, como tais, estes vícios seriam indícios da ausência de uma “identidade feminista” em suas formas de atuação (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 12-3).

Para além dos “vícios” e dos “conchavos” partidários, na esteira do esforço autorreflexivo e propositivo no âmbito da prática de se afastar do que eram consideradas as posições e modos de fala masculinos ou “patriarcais”, os movimentos feministas estruturavam-se com potência no final da década de 1970. As questões por ele elaboradas e articuladas eram não só diversas como bastante originais, inovando em termos de linguagem, reivindicações, concepções filosóficas relativas à distinção público-privado, questões sobre sexualidade, prazer, âmbitos da subjetividade, intimidade, relações pessoais e cotidianas. Estes não só pareciam fazer florescer novas formas de se pensar e fazer política, como serviam enfaticamente de inspiração para os movimentos homossexuais. Especificamente no que diz respeito ao *Lampião*, o jornal esteve sempre disposto a tomar para si as brigas do movimento, conforme menciona MacRae (1990),

¹⁸⁰ Conforme discutido no segundo capítulo.

tendo veiculado rotineiramente uma quantidade expressiva de textos, manifestos, notas, reportagens e entrevistas que cobriam estas reflexões e mobilizações nos planos teórico, simbólico e prático.

Na 22ª edição do *Lampião* é publicado um manifesto escrito por Janice Caiaffa intitulado: “Mulher: discurso minoritário e atuação revolucionária” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 8). Fazendo alusão, ainda, à subordinação correntemente feita da luta das mulheres à luta de classes, a autora ressalta que o que está em questão nestes embates é a produção de verdade dos “discursos majoritários” ou “dominantes”, que substituem as “verdades” das mulheres. Com isso, Caiaffa chama a atenção para as práticas de registro e avaliação das articulações e pautas das mulheres por um “comando” que, ao assumir a posição de empreender tais substituições, retira da “história” certos corpos e discursos. Por conta disso, a atuação propriamente revolucionária das mulheres estaria na “sutileza”, entendida enquanto ferramenta política que permite criar pontos de fuga dos discursos dominantes e passar à produção dos discursos próprios, às condições e atuações minoritárias. Uma das expressões possíveis dessa “sutileza” seria a atenção ao “prazer” ou às multiplicidades da sexualidade, conforme compreendidas e experienciadas por diferentes mulheres.

A preocupação com o reconhecimento dos discursos dissidentes enquanto “verdade” foi temática de marcante presença no *Lampião* no que era referente à liberação do corpo da mulher em relação à sexualidade reprodutiva, ao direito ao prazer, ao orgasmo, aos desejos não heterossexuais, ao direito de dispor de seus próprios corpos, passando pela utilização de métodos contraceptivos e pelo direito ao aborto (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 18; v. 17, 1979, p. 2; v. 25, 1980, p. 2). Sua afirmação enquanto verdade significa, por princípio, que estes temas são propriamente políticos e deveriam ser tratados como tal. Outro manifesto, de Maria Luiza Heilborn, é publicado no 11º volume do jornal, sob o título “Nós Mulheres, nosso corpo”, e toma como ponto de partida uma pesquisa realizada sobre sexualidade feminina, preparada para o *Encontro Nacional de Mulheres* (1979). O manifesto reitera que a autonomia sobre a sexualidade e o “livre arbítrio” no controle da reprodução são fundamentais porque é sobre o corpo da mulher que recai o ônus do controle reprodutivo, porque é sobre ele que incidem tantas repressões violentas, incluindo a da sexualidade – correntemente tratada enquanto “misteriosa e complicada”. Conforme aponta a autora “o feminismo enquanto um movimento que visa

a emancipação e liberação das mulheres tem como uma de suas frentes de luta as questões ligadas à sexualidade”(Lampião da Esquina, v. 11, 1979, p. 11).

Neste manifesto, também é feita a referência à chamada “relação entre os sexos”, tomada enquanto uma “relação de poder”, no seio de uma linguagem que aciona termos como “dominação”, “desvalorização” e “opressão” para dar conta desta relação e, por fim, é marcada a posição de denúncia em relação aos estupros e violências de natureza sexual dirigidas às mulheres, não raramente, sob a justificativa de que estes atos fazem parte do “instinto sexual” do homem (Lampião da Esquina, v. 11, 1979, p. 11). Diga-se de passagem que a questão dos “homens” em relação às mulheres e ao movimento de mulheres era apresentada enquanto bastante custosa, conforme se nota nas referidas situações ocorridas no *I Congresso da Mulher Paulista*; comumente, os textos publicados por feministas no *Lampião* tomavam parte de seu espaço explicando que o objetivo do feminismo era a emancipação feminina, e não “acabar com os homens”, ao contrário, a perspectiva era de que seu objetivo compreendesse também a libertação do homem e de seu “machismo”. De todo modo, não é incomum encontrar no *Lampião* denúncias de casos de feminicídio¹⁸¹, e outros casos de sexismo, machismo e assédios sexuais (Lampião da Esquina, v. 3, 1978, p. 8-9; v. 13, 1979, p. 7).

Questões específicas sobre as experiências de mulheres negras também tiveram espaço no *Lampião* para que fossem colocadas com suas sutilezas e especificidades; ao contrário e a despeito das discussões apresentadas nos referidos encontros de mulheres, em que estas eram propelidas para os quadros referenciais das classes baixas e periféricas e assim, para dizer o mínimo, tinham suas experiências reduzidas a uma questão de classe. No 11º volume do *Lampião*, uma crônica intitulada “Mulher Negra, um retrato”, escrita por Lélia González, traz à tona as intersecções específicas das experiências de negritude e de “ser mulher” que são constitutivas às vidas das mulheres negras. A crônica projeta a trajetória de uma mulher, deve-se notar, destituída de nome. De início, vem sua história: migrante de Minas para o Rio, com a mãe e os irmãos e sem o pai, que ficara vivendo com a esposa e filhos legais. Ficando “mocinha” aos dez anos de idade, a menina já era muito “trabalhadeira”. Sem brinquedos, já sabia lavar, passar, cozinhar e varrer. No Rio, vai morar em uma favela que havia sido um quilombo, acostuma-se com os camburões fazendo *blitz* no morro, acostuma-se com o medo, com saber que o filho da vizinha

¹⁸¹ Conforme apresentados e discutidos no segundo capítulo.

morreu em um tiroteio, um “marginal”, com o marido da irmã, que mora no barraco perto do barranco, preso por tempo indeterminado. Arruma um emprego de babá, “quase tão criança que as crianças de quem cuidava”, muitas sobrecargas de afazeres, mas nada se comparava a trabalho pesado da roça. É assediada pelo filho da madame, e esta, olhando-a desconfiada, dispensa-a. Conhece um moço e começa um namoro, mas este rapidamente de desfaz, porque a mãe do moço não considerava adequado o filho se agarrar com a “primeira que aparecesse”. Não se casam, sua família encara com naturalidade o crescimento de seu ventre, e o pai “de bom grado” registra o filho, o que não se repete com o nascimento de seu segundo filho. Ela tinha ótimos patrões e por isso não deveria questionar o fato de que eles nunca se ofereceram para assinar sua carteira. Os episódios desdobram-se pela mãe e irmãos bebendo muito. Por um deles que não conseguira um emprego melhor que “em obra” e pela sua esposa, que tanto o ajudava, quase sem conseguir, até que ele se vai de vez, moço ainda. Pelo mais velho, dedicado que só na escola, pela menina que vem abaixo dele que cuidava da casa, que nem gente grande, que estava um pouco “atrasadinha” na escola, porque não saía do segundo ano, mas também “quem é que aguenta”? A mais velha também não gostava muito de escola não, preguiçosa, dizia a professora, mas a mãe ensinava tanto em casa que era bom estudar... via pelos filhos dos patrões, “todo mundo estudava e virava doutor” (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 12). A crônica tem muito “dessas coisas” que se “vê no morro”, das complexidades destas experiências, que não cabem nessas páginas – e que nas páginas do *Lampião* quase couberam pela densidade de escrita característica da antropóloga. Ao lado desta, muitas outras matérias publicadas no *Lampião* imprimiram a potência de algumas destas narrativas sobre questões que passavam pelas relações raciais do Brasil da abertura.

Negros: a explicitação das falácias democráticas

As condições de possibilidade de manifestação e organização política pública que insurgiam no país, desde meados da década de 1970, eram também abertas por uma diversidade de sujeitos e movimentos negros. No *Lampião*, as questões raciais aparecem consideravelmente em menor quantidade que as questões feministas, o que pode ser atribuído ao duplo motivo de que o próprio movimento negro parecia ter articulações quantitativamente menores que os movimentos feministas e pelo fato de que as questões feministas pareciam confluir muito mais expressivamente com as questões do movimento homossexual que as questões raciais naquele período.

Desde os primeiros números, são publicados no *Lampião*, sob a forma de distintos gêneros textuais, artigos que destacam multiplicidades de formas de preconceito e violência enfrentados pelo povo negro no país. Levando em consideração as formas de abordagem dos problemas das mulheres, os problemas dos negros têm marcadamente maior projeção de espectro temporal, que atestam as raízes seculares de muitas destas questões. Especificamente no que é referente ao período do regime militar, um texto de Rubem Confete, publicado no 19º número do *Lampião*, intitulado “Quanto vale o negro brasileiro?”, destaca que, desde seu estabelecimento, o governo havia investido na força anulatória dos “valores culturais, políticos e sociais do negro brasileiro”. O autor ressalta que o negro é considerado enquanto “parcela produtora da economia” e não “em termos de sua etnia” no país; deste modo, as políticas desenvolvimentistas que haviam sido empreendidas e que estavam em curso no final dos anos 1970 cerceavam ou rebaixavam, do ponto de vista trabalhista, esta população por meio da “nova CLT” e das políticas salariais associadas a ela, que prometiam falsos aumentos salariais com o intuito de desmobilizar “movimentos populares reivindicatórios”, e mantinham os negros entre os operários menos especializados, no que diz respeito à área técnica, por exemplo. (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 10).

Diversos ensaios, reportagens e matérias do *Lampião* dispuseram-se à denúncia de episódios de racismo em variados espaços e de naturezas distintas. No 19º número do jornal, por exemplo, é publicada uma entrevista com Zezé Motta em que a atriz rememora o período de sua vida em que “procurava disfarçar” sua negritude em função dos preconceitos presentes no mundo artístico. Deste modo, ela destaca os inúmeros papéis que havia feito como empregada doméstica em peças, ao mesmo passo que menciona se identificar com o papel que interpretou de Xica da Silva, por tratar-se de “uma mulher não acomodada, muito trabalhadora e uma política nata” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 11). Não restringindo-se ao plano de sua carreira de atriz, Zezé relembra a violência com que, determinada vez, um porteiro barrou-a, impedindo-a de entrar em um prédio. Um episódio de racismo semelhante é relatado por Leci Brandão, em matéria inteiramente dedicada à denúncia do caso, que alerta para o fato de que ela e sua mãe haviam sido “confundidas com empregadas” e indicadas pelo porteiro para que entrassem pela entrada de serviço no prédio de uma amiga de família, onde estavam por ocasião de uma visita. Ao ser contestado, o porteiro responde estar seguindo ordens do síndico e inicia-se uma briga que termina na DP (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 5). A cantora

comenta, ainda, que algo semelhante havia acontecido com Glória Maria e se pergunta o que acontece quando as pessoas que passam por situações como essa são desconhecidas, ficando muitas vezes impedidas da possibilidade de qualquer tipo de contestação.

Eventos e questões estruturais como estes são apontados e denunciados em diversos âmbitos no jornal. No âmbito midiático, foi discutido no primeiro capítulo que elementos considerados afeminados eram utilizados nestes canais de maneira pejorativa em referência a homossexuais, o que rendeu uma série de denúncias impressas no *Lampião* e toda uma discussão incidente sobre os perigos das formas de apropriação das experiências de dissidência de sexualidade e gênero na televisão e grande imprensa, bem como da “cooptação capitalista” que transformaria estas experiências em mercadorias. À mesma maneira, em relação à questão racial, é publicada ao menos uma matéria no jornal, assinada por Januário Garcia Filho, do Movimento Negro Unificado, que pontua o preconceito contra negros no âmbito da publicidade midiática, que deturparia a história dos negros no país, apagaria sua cultura e as situações sociológicas em que se encontram estas populações, aproveitando-se de sua imagem para a geração de lucro (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 3). Episódios mais públicos ou íntimos de racismo são relatados no que diz respeito às relações entre negros e “homossexuais”. Em uma matéria na primeira página da 13ª edição do *Lampião*, é feita uma denúncia a uma boate “gay” em São Paulo, chamada 266 West, que impedia sistematicamente a entrada de negros em suas dependências sob a alegação de que a boate estava fechada, embora ali o acesso de brancos fosse contínuo. A matéria assinada pelos quatro homens que foram vítimas do episódio racista ressalta que homossexuais estão sujeitos a tantas “pressões da sociedade” que, por conta disso, imaginavam que ali estariam livres destas investidas e ainda pontuam que os homossexuais não podem se queixar dos preconceitos enquanto eles mesmos mantiverem “restrições em relação à cor do próximo” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 2). Em outra matéria, que faz parte de uma série de explorações do campo da prostituição masculina e sobre os circuitos de sexo no eixo Rio-São Paulo, em que membros do conselho editorial e colaboradores do *Lampião* “vão a campo” e experimentam uma série de modalidades de se conseguir “sexo” pelas cidades, o colaborador Adão Acosta relata em sua reportagem ter tido relações sexuais com um homem no Hotel Pepe, na cidade de São Sebastião do Rio, que, no momento do sexo, proferia frases tais como “me bate, negão!”; ao mesmo passo que, quando a relação

termina, o mesmo homem pede a Adão que saia de seu quarto porque ele “não gosta de negros” (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 6-7).

Diversas matérias, ensaios e reportagens abordam e analisam as questões raciais do ponto de vista do apagamento, marginalização e subalternização da população negra no país. Um artigo de Jorge Schwartz, cujo título aposta na retórica e pergunta “E se Gilberto Freire também fosse negro?” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 2), refere-se a um artigo escrito pelo sociólogo em questão na *Folha de S.Paulo*, no dia 6 de maio de 1979, que, sob a “cínica pergunta” atribuída ao título, nas palavras de Schwartz, “Racismo no Brasil?”, fala sobre as teorias de democracia racial no país e, então, presta-se a menosprezar quaisquer tentativas de organização e defesa de negros no Brasil. Jorge Schwartz termina seu artigo reportando os movimentos antirracistas que surgiam na cidade de São Paulo naquele período. Outra matéria, escrita por Rubem Confete para o *Lampião*, sobre a mãe de santo Olga do Alaketu¹⁸², ressalta os tantos processos históricos violentos que incidiram sobre estas populações e se refere à tese da democracia racial enquanto uma “bandeira que vem sendo levantada para fortalecer o decadente sistema instalado” no Brasil, que tem por atribuição o enquadramento do negro enquanto “coisa” e nunca enquanto “ser humano” (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 9). Ainda a respeito do sociólogo Gilberto Freyre, uma matéria publicada no 14º volume do *Lampião*, intitulada “E o negro, é beautiful?”, retoma os escritos do autor como teses de que os “negros vão desaparecer” e vincula estas ideias à polêmica questão da retirada da especificação de raça no Censo de 1970, medida que teria sido feita, de acordo com a matéria, com o intuito de “eliminar o problema do racismo no Brasil, já que desta maneira o Estado não faria “distinção” entre seus cidadãos” (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 8). Em entrevista ao *Lampião*, o intelectual e dramaturgo negro Abdias do Nascimento designa esta mesma medida legal enquanto “ideologia de irradiação” (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 10-12).

A questão do censo foi reiteradamente rediscutida no jornal. Em matéria escrita pelo colaborador Rubem Confete e publicada no vigésimo volume do jornal sob o título “IBGE dá golpe nos negros” (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 16), o autor qualifica o poder público como hipócrita e aponta os males pela suspensão do recenseamento desde

¹⁸² Para mais informações sobre Olga do Alaketu, consultar o quadro sobre a mãe de santo, no site do Museu Afro Brasil: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/dona-olga-do-alaketu>>. Acessado em 20/11/2018.

1970. Rubem Confete ressalta que o censo é um repositório de informações essenciais no que se refere à “estrutura social do país”, que deve servir à elaboração de políticas públicas, redução de desigualdade e eliminação de discriminações, e aponta para o fato de que, além de que estas informações não estariam sendo levantadas, o censo de 1976, por exemplo, utilizava critérios que não tinham qualquer “fundamento antropológico”.

Outras matérias publicadas no jornal fazem referência às políticas de Estado legais ou à margem da legalidade que empreendem violências diversas contra pessoas negras. Os assassinatos em massa por parte das forças policiais são reiteradamente denunciados no jornal, as invasões de casas de famílias negras, o aprisionamento desta população sob as constantes alegações de que são “criminosos” ou “vadios” (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 13; v. 19, 1979, p. 9). Especificamente no que diz respeito à violência policial e à imputação do rótulo institucionalizado de “criminosas” às pessoas negras, um ensaio escrito pelo Movimento Negro Unificado (RJ) para o *Lampião* ressalta que as pessoas negras do país eram sistematicamente marginalizadas política, social e culturalmente, e pontua que “se as causas da marginalidade são políticas, suas consequências também o são”, que os presos comuns seriam apenas um exemplo das políticas oficiais “mentirosas” que tentariam esconder, por meio do mito da democracia racial, um “racismo institucionalizado” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 10).

Do ponto de vista histórico, alguns artigos apontam os processos de marginalização que estruturaram a condição dos negros do país desde a colonização, as heranças do tráfico, as lutas abolicionistas. Especificamente sobre São Paulo, um artigo publicado no sétimo volume do *Lampião* refere-se ao estado como um dos locais onde negros se articularam politicamente desde os tempos do ciclo do café; já não havendo mais tráfico nesta época, para esta localidade os negros haviam sido forçadamente trazidos de outras partes do país, a partir de processos violentos de desarticulação de famílias, e terminando “jogados” para as periferias da cidade após a abolição (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 6). Outro artigo, de Rubem Confete, ressalta a relevância que tem a imprensa do início do século XX em retratar as situações marginais dos negros no país (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 11), importância essa que teria sua permanência na contemporaneidade, tanto por parte da imprensa alternativa, em geral, como por parte da imprensa negra, em particular. Nominalmente o jornal *Sinba*, órgão do MNU, e a revista *Tição* são citados em duas matérias publicadas no *Lampião*, escritas pelos

colaboradores João Carlos Rodrigues e Adão Acosta, respectivamente (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 5; v. 17, 1979, p. 17).

Do ponto de vista cultural, ao menos uma matéria ressalta que, no Brasil, mesmo separados por diferentes nações, idiomas e processos históricos distintos, os negros mantiveram sua unidade posta por sua “cor” e por sua “memória coletiva”. A matéria de Mirna Grzych ressalta o racismo implicado pelas práticas dispostas em nosso repertório popular, que tendem à classificação das manifestações culturais e de religiosidades negras em termos de “bruxaria”, “magia”, “feitiçaria”, “animismo” e “fetichismo”, e destaca quanto a “identidade nacional” faz-se sob a construção de um sistema “compulsório e oficial” que expurga de seu universo simbólico, por exemplo, cultos afro-brasileiros, dispondo uma história “mal contada a nível cultural, religioso, social e político” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 12). A ausência de bibliografias sobre os negros brasileiros e sobre a África negra também são apontadas no *Lampião*, e a importância de intelectuais tais como o antropólogo Edson Carneiro e o poeta Cruz e Souza (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 8; v. 21, 1980, p. 11) são ressaltadas, tendo o escritor Lima Barreto um ensaio especificamente dedicado à memória de sua biografia e produção intelectual (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1980, p. 15). O 15º volume do jornal traz uma das mais importantes entrevistas concedidas pelo intelectual dramaturgo Abdias do Nascimento publicadas na imprensa alternativa (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 10-12). Densa e instigante, a entrevista abarca elaborações de Abdias a respeito de uma diversidade de assuntos, como a importância histórica da formação de quilombos enquanto forma de resistência negra; a inserção de negros em espaços institucionais decisórios no país; as multiplicidades de formas de controle sociológicos, políticos e culturais sobre estas populações; sobre um dos projetos de maior fôlego com o qual se engajou: o Teatro Experimental do Negro; sobre as prisões políticas por motivos raciais; sobre as associações simbólicas presentes no repertório popular entre negros e selvagens, potências sexuais, animais, produtores e procriadores; sobre conscientização e, sobretudo, a grande necessidade dos grupos minoritários agirem juntos a despeito da não coincidência de seus objetivos, uma vez que a repressão que incide sobre eles seria a mesma, em sua leitura.

A busca por condições de igualdade, justiça social, pela denúncia das arbitrariedades cometidas pelo Estado militar e o intuito da produção de versões de verdade distintas daquelas escritas, sobretudo por Gilberto Freyre, que tinham impacto

expressivo na época, sustentaram formas de organização do movimento negro singulares nesse período. Em sete de julho de 1978, acontece na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, uma manifestação pública contra a discriminação racial, em que foi lida uma carta aberta que é integralmente transcrita na 15ª edição do *Lampião (Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 13), que fora também assinada por diversas entidades de diferentes estados do país, incluindo o próprio *Lampião*. O conteúdo da carta trata das condições de vida dos negros no país, de exploração e opressão racial, desemprego, mortalidade infantil e denuncia o uso de forças policiais por parte do Estado para “desorganizar, reprimir física e psicologicamente os negros através da violência, chegando quase sempre à morte sob torturas ou assassinatos a sangue frio”. Após o processo político de desarticulação de lideranças negras, desde o golpe em 1964, tendo estas sido lançadas à clandestinidade, tendo pouco contato com as organizações clandestinas na luta armada e tendo suas possibilidades de falar de política Negra restringidas (González, 1982), o ato é um marco da reorganização do movimento negro no Brasil e também é signo da criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tardiamente renomeado por Movimento Negro Unificado (MNU), organizado, entre outros motivos, em função dos assassinatos, alguns sob tortura, de Aézio da Silva Fonseca, Robson S. da Luz e Nilton Lourenço¹⁸³ (*Lampião da Esquina*, v. 15, 1979, p. 13).

Outros eventos, como as comemorações e afirmações do 20 de novembro, são destacados pelo jornal e ganham matérias específicas a seu respeito (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 9), bem como as manifestações do 13 de maio (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 15). A respeito destes eventos, cabe destacar que as matérias do *Lampião* fazem questão de destacar a presença de representantes do jornal, de grupos do movimento homossexual¹⁸⁴ e de feministas que leem moções de repúdio de caráter antirracista e em apoio às “causas” em pauta nestes contextos. Acerca destes e outros eventos, algumas matérias do jornal também apontam para “divisionismos” e contra as tentativas de apropriação do movimento por partidos políticos, nos termos de Abdias do Nascimento (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 15); e para uma série de outras questões internas ao movimento que passavam pelo dilema de participar ou não da luta conjunta

¹⁸³ Ver também <<http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro>>. Acessado em 20/11/2018.

¹⁸⁴ Conforme destaca MacRae (1990), a primeira aparição pública do grupo Somos, inclusive, teria sido em uma manifestação “no dia de Zumbi” celebrada pelo MNU, em 1979.

com outras minoras, por manter ou não sua autonomia, pelas acusações de “elitismo” e “vanguardismo” dirigidas a algumas das entidades mobilizadas e pela hierarquização ou marginalização de diversas delas (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 2).

Índios: das liberdades originárias

Os povos indígenas do Brasil figuram para o *Lampião* como outra minoria cuja aliança política é indispensável e para as quais os processos repressivos, de controle e marginalização, estabelecidos pelo regime militar, incidiram brutalmente, sem que a devida atenção houvesse sido concedida às suas situações. As matérias, ensaios e reportagens presentes no *Lampião* relativas aos povos indígenas, pode-se dizer, enquadram-se em torno de duas grandes discussões: por um lado, os projetos em pauta de “emancipação” dos povos indígenas, as questões relativas à ocupação legal de seus territórios e aos processos de etnocídio perpetrados pelo Estado. Ademais, são discutidas questões relativas à sexualidade e gênero entre os povos indígenas. A oitava edição do jornal traz uma sequência de matérias sobre povos indígenas. Na abertura da série, consta o título “Como Aprender com os Índios” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 5), seguida da introdução:

O Estatuto do Índio, que, segundo o Ministro do Interior, Rangel Reis “visa exclusivamente apoiar o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas”, e que engloba o projeto de emancipação, continuava, neste final de 1978 a pairar sobre os indígenas como uma ameaça, apesar do clamor do contrário que se fez ouvir no país inteiro. (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 5)

A primeira matéria da sequência é escrita pela indigenista Katie van Scherpenberg, sob o título “Terra papagalorum” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 5), e começa lembrando as metamorfoses simbólicas do “conceito de índio”, que se deslocou da ideia do bom primitivo, inscrito em certa tradição humanista rousseauiana, ao repúdio com que era visto nos finais da década de 1970. A autora retoma as dinâmicas que qualifica enquanto arbitrárias das ocupações de terras no período colonial, os processos de exclusão dos povos indígenas de suas territorialidades originárias e de aniquilamento de suas populações. Em sequência, ressalta a importância da estrita ligação entre as áreas ocupadas por povos indígenas e sua “cultura” e retoma a história da criação do SPI até a sua substituição pela Funai, em 1968. A autora chama atenção para as insuficiências e motivações implicadas nos debates contemporâneos a respeito da “emancipação” dos índios, compreendida enquanto um projeto cuja lógica implícita seria que: “para ter o direito sobre a terra [o índio] terá que pagar, em dinheiro por esse direito, num sistema

em que ele, como tantos outros, já nasce marginalizado, sem poder realmente aspirar a ser remunerado adequadamente para que tal direito possa ser respeitado”. Por último, a autora destaca que a realidade subjacente à discussão sobre a emancipação dos índios compreenderia os processos das invasões de suas terras pelos “grandes capitais estrangeiros”.

Quando a Funai é criada, em 1968, em substituição ao SPI, ela passa à dependência do Ministério do Interior, de modo que a atribuição de defesa dos direitos indígenas passa a depender de um ministério que tem por objetivo primeiro o desenvolvimento (Carneiro da Cunha, 2009). Conforme nota Carneiro da Cunha (2009), embora a houvesse proteção constitucional das terras indígenas, e os índios tivessem usufruto de seus recursos assegurados em condição de exclusividade, é iniciada, na segunda metade da década de 1970, um intenso debate sobre a emancipação dos índios chamados “aculturados”. Ainda de acordo com a antropóloga, de fato, o que estava em pauta seria a emancipação de suas terras que seriam postas à disponibilidade do mercado, sob a forjada inquietação que tratava de decidir sobre os critérios de indianidade (2009). Em 1978, a proposta de regulamentação da emancipação é arquivada em função de ampla oposição da opinião pública (Carneiro da Cunha, 2009), apesar de que continuava, conforme refere-se o texto introdutório do *Lampião*, pairando sobre os povos indígenas enquanto ameaça iminente. Como reiterado por outra matéria do jornal, publicada no número seguinte, o processo se passava como se o governo brasileiro tivesse intenções de “vender a Amazônia para pagar a dívida externa da União”, e para esta finalidade era proposto, por Rangel Reis, o projeto de “emancipação”, tendo em vista o encontro de uma maneira legal para tirar as terras dos índios e “entregá-las às multinacionais” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 2): a de “tornar o índio não-índio”, empreendendo práticas que poderiam ser caracterizadas enquanto etnocidas (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 5-6).

A referida oposição civil ao projeto, não se faz apenas no plano discursivo, mas a todos os custos das manifestações públicas durante a abertura política. Conforme destacado em uma matéria do nono número, um ato ocorrido em Manaus por conta do projeto foi duramente reprimido pela polícia (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 2). No 12º número do jornal, uma matéria reporta um ato público organizado pela Comissão Pró-Índio no Rio, em abril de 1979, em comemoração ao Dia do Índio, que foi dissolvido pelas autoridades policiais sob o pretexto da existência bomba no prédio que estava em

frente ao ato (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 6). De acordo com a matéria, o ocorrido espelharia a “eficiência já conhecida em se dissolver movimentos populares” e, a partir dessa leitura, dá continuidade à denúncia das sistemáticas repressões e omissões do poder público em relação aos povos indígenas. É mencionado o contexto do estado do Acre, em que povos “Kaxinauás” eram cobrados por “donos de terras” a extrair borracha e um episódio em que os índios se recusam a entregar a borracha extraída para seus “patrões”, o que poderia ser compreendido como uma “tentativa dos índios e de outros brasileiros rurais de se libertarem”. Em meio a ameaças de morte, os índios e parte da população local, que a eles estava concedendo apoio, teriam buscado ajuda da Funai, que sistematicamente os impediu de viajar para Brasília para denunciar às autoridades e à população a violência que estavam sendo vítimas. A reportagem termina pontuando as “condições quase inconcebíveis de exploração” e a situação de permanente invasão das terras indígenas que se passavam naquela e em outras regiões do país¹⁸⁵. O *Lampião*, em nota na mesma página, reafirma seu compromisso pela demarcação das terras indígenas.

Um outro conjunto de textos trata, a partir de distintas abordagens, questões de gênero e sexualidade entre povos indígenas. O primeiro, de Luiz Mott, intitulado “Notícias do amor-mentira”, recupera alguns trabalhos de cronistas e antropólogos que destacam a diversidade das experiências de gênero e sexualidade entre estes povos na América do Sul, a partir da leitura inicial de que, aqui, o “homossexualismo seria mais antigo que o próprio Brasil” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 7). O autor menciona

¹⁸⁵ Ainda sobre a oposição pública ao projeto de emancipação e sobre a alusão aqui referida sobre a Funai impedir que os índios viajem à Brasília para denunciarem arbitrariedades, destaco o comentário de Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 246): “O alvo mais imediato desse afã classificatório parece ser os líderes indígenas que estão aprendendo a percorrer os meandros da vida administrativa brasileira, agora ameaçados de serem declarados emancipados do *ex officio*. A medida poderia acarretar até a proibição de entrarem em áreas indígenas, se continuarem incorrendo na ira do Executivo. Ou seja, os líderes poderiam ser separados de suas comunidades”. E “O que torna a ameaça de modificação do Estatuto mais acintosa é ter sido ela anunciada logo depois do julgamento do Tribunal Federal de Recursos, autorizando a viagem do chefe xavante Mário Juruna, impedida pelo Ministério do Interior, num claro revide a essa manifestação de independência da Justiça”. Para uma discussão mais ampla sobre o debate acerca da “emancipação”, integração e debates afins desse período, ver Oliveira (1985) e Viveiros de Castro (1982). Para uma discussão sobre as articulações e atuações, sobretudo em termos de práticas retóricas de lideranças indígenas nesse período, no âmbito da “vida administrativa brasileira”, ver Graham (2002). A respeito do caso de Mário Juruna, deve-se destacar a proibição de sua viagem com a finalidade de participação no Tribunal Russell, como representante dos povos tradicionais brasileiros e testemunha do tratamento por parte do Estado das questões indígenas. Este caso explodiu após a autorização por parte do Tribunal Federal de Recursos para a viagem de Juruna, passando por cima da decisão tomada pela Funai que, diante da condição de tutelado de Mário Juruna, não obteve sua permissão para realização da viagem. Os votos de alguns ministros do Tribunal apresentaram a existência de algumas inconsistências no texto do Estatuto do Índio, que previa algo que consideravam contraditório, “preservar a cultura indígena” e “integrar os índios à sociedade nacional” (Viveiros de Castro, 1982).

que quando europeus chegaram no Brasil teriam ficado pasmos com os Tupinambá, que seriam muito “afeiçoados aos pecados nefandos”; o cronista Gabriel Soares dizia que esses índios eram tão “luxuriosos”, que não haveria “pecado sensual” que não cometessem e descrevia as íntimas amizades da carne que não se contentavam para “seguirem seus apetites com os membros genitais como a natureza formou”; para Soares, não haveria entre os ameríndios “afronta”, ultraje na prática do “homossexualismo”, sendo que “o que serve de macho se tem por valente e contam essa bestialidade por proeza”. Ainda a respeito dos Tupinambá, Mott também retoma a referência ao calvinista Jean de Lery (1557) nos escritos de Soares, para quem a expressão “tyvire” designaria “pecado abominável”, ou “tivira”, “pederasta passivo”, nas palavras de Florestan Fernandes. Mott ressalta o trabalho de Lévi-Strauss sobre os Nhambiquara, para os quais o “homossexualismo” seria chamado poeticamente de “amor de mentira” e ocorreria em meio à publicidade notavelmente maior que das relações “normais”: os parceiros não se retiravam para o mato, como os adultos de sexos opostos, mas se instalavam junto à fogueira, sob o olhar divertido dos circunstantes. Nos Tristes Trópicos, estaria dito que não seria raro ver dois ou três homens, casados e pais de família, passearem de tarde, “ternamente enlaçados”. O trabalho de Clastres sobre os Guayaki também é pontuado, enquanto denotativo de que o “homossexualismo” é prática culturalmente reconhecida entre estes índios, em que a distinção entre ativo e passivo não é disposta.

Na mesma edição, existe um excerto de um trabalho de Darcy Ribeiro, conforme consta, que teria sido retirado de um artigo seu publicado no boletim do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Neste caso, a matéria publicada no *Lampião* aparece sob o título “Repressão: essa ninguém transa” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 7). O conteúdo do excerto trata das “relações não repressivas”, que o antropólogo teria encontrado no Xingu, e dos documentos do século anterior (XIX) em que constava descrita a existência de “homossexualismo” entre os índios, inclusive entre os Kadiwéu. O termo “kudina” designaria a figura de um “homem-mulher”, ou um homem que “decidiu ser mulher”, vestindo-se como mulher, pintando o corpo como mulher e menstruando. De acordo com o autor, o “kudina” é uma figura “aceita”, integrada ao grupo, para o qual significa uma “possibilidade de condição humana”. Em sua leitura, os índios, de modo geral, se mostrariam “muito livres em suas manifestações de afeto”, vivendo “agarrados uns aos outros”, o que é contrastado com os costumes dos homens

ocidentais que mal podem apertar um a mão do outro. O autor termina: “nossa estrutura pretende que o amor seja um só e usamos o amor como cimento da estrutura familiar”.

No conjunto de textos publicados na oitava edição do *Lampião*, é discutida a própria representação da devassidão e desregramento sexual que seria imputada aos povos indígenas pelo repertório popular do período. E correntemente, as modalidades de experiências de gênero e sexualidade presentes entre diversos povos é imaginada como possibilidade de vivência de uma sexualidade alternativa aos modos possíveis, configurados dentro dos dispositivos de produção e normatização presentes na sociedade ocidental. Tomadas enquanto realizações ou projeções da diversidade, as modalidades experienciadas de suas sexualidades são discursivamente chamadas ao propósito para ampliar o espectro das possibilidades de vivência, mas também à tarefa de explicitação da atualidade destas “alternativas” sexuais que, especificamente no caso das “homossexualidades”, figurariam fora dos espaços da “antinaturalidade” ou do atraso. Por fim, na ausência do que é concebido enquanto liberdade sexual, alguns povos indígenas assumem a forma de comportamento interdito em função da colonização, conforme é afirmado na capa da mesma edição: “Índios: eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa, até que chega o homem branco e então...” (*Lampião da Esquina*, 1979, v. 8, n. 1)¹⁸⁶.

Ecologistas e drogas: as questões afins

Partindo da compreensão da existência não só de sujeitos marginalizados e minoritários frente ao Estado, aos planos econômicos e aos projetos transformadores da esquerda, mas de pautas que ganhavam corpo entre setores minoritários ou que poderiam elas mesmas ser consideradas dissidentes, o *Lampião* preocupa-se em conceder espaço a estas. As que mais se destacam são aquelas denominadas questões “ecológicas” ou “ambientais”.

Já em seu terceiro volume, uma matéria assinada por Darcy Penteado e intitulada “Não há sabiá que aguento” é publicada e se inclina à crítica do desenvolvimento tecnológico, do pensamento econômico de caráter desenvolvimentista, compreendidos enquanto opostos às “leis da vida” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 6). Conforme o

¹⁸⁶ Para mais referências sobre a intersecção entre questões de sexualidade e povos indígenas no Brasil, ver também Trevisan (1986), especificamente os capítulos 1 e 7. Deve-se destacar que não existe ampla produção bibliográfica sobre esta temática e que, recentemente, alguns esforços de pesquisa têm sido feitos no sentido de aprofundar a compreensão destas problemáticas (ver, por exemplo, Fernandes, 2015).

apontamento de Penteado, destacando a preocupação e compromisso do *Lampião*: “partindo do princípio que a preservação do meio ambiente é defendida por uma minoria e que este jornal foi criado principalmente para dar voz às minorias, juntamos o nosso apelo ao de todos que se interessam objetivamente pela preservação da natureza e da dignidade humana”. As críticas aos modelos desenvolvimentistas e à destruição da natureza, em função de necessidades tecnológicas tramadas, são mencionadas em outras matérias no jornal, que se mostram especialmente consternadas com as filosofias ocidentais sustentadas pela ausência de preocupação com as gerações futuras, com a centralização da produção nacional nas monoculturas e com a “miséria e alienação” geradas pelos modos de produção capitalistas e extrativistas (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 3).

No jornal, especial importância é concedida ao papel do ambientalista José Lutzenberger, que, além de frequentemente mencionado, escreve duas matérias ao *Lampião*. Lutzenberger elabora comentários críticos às filosofias da “obsolescência planejada”, à noção estruturante do Ocidente de que a “natureza está aí para ser consumida” e de sua contraparte: a de que estes processos se passam “como se fôssemos a única espécie que tem direito à vida” (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1979, p. 10). A lógica dicotômica que aparta o homem da natureza é referida por Lutzenberger, em seu ensaio “A demolição da Ecosfera”, publicado na oitava edição do *Lampião*, como base teórica que autoriza as práticas de domínio da natureza sem que pensem conjuntamente na reposição de seus recursos, sem que pensem nos custos de sua exploração (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 10).

É interessante, no que toca às questões ambientais no *Lampião*, notar que o que é visto como poder humano de exploração da natureza é pressuposto de inflexão para que as questões ecológicas sejam projetadas em ressonância com as questões “homossexuais” e de gênero. Apesar de ambas as questões serem referidas no *Lampião* enquanto assuntos “tabus”, é relevante que ao menos em uma passagem, em ensaio escrito por Darcy Penteado, a “imposição de poder” à natureza seja pensada enquanto “atributo potencialmente patriarcal e machista”, ao mesmo modo que seu oposto, a “preservação” da natureza, seja pensada enquanto atribuição do “lado feminino da espécie humana” (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 11). A partir de um arranjo particular, o ensaio de Darcy Penteado asserta que “o homossexual seria o mediador entre o poder que constrói destruindo e a força passiva da preservação representada pelo matriarcado”, e nesse

sentido seria um “intermediário” no atrelamento das lutas sociais com as ambientais. O ensaio termina pressupondo que a homossexualidade seria uma prática não reprodutiva e, em função dessa configuração, resolveria “os futuros problemas de sobrevivência da humanidade”, projetados em um tempo futuro em que, inclusive, governos nacionais passariam a incentivar a contenção demográfica e obrigariam o rigoroso planejamento familiar, dadas as insustentabilidades do crescimento populacional.

Outro conjunto de matérias e cartas coloca em pauta a questão do uso de “tóxicos”, sobretudo de maconha. De acordo com carta escrita pelo colaborador Edward MacRae (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 19), os efeitos potencialmente negativos do uso de maconha seriam inclusive menores que o do álcool, e pontua que a repressão ao fumo serviria para “manter uma grande parte da população amedrontada e receosa de participar de reivindicações públicas sobre qualquer assunto”. O autor menciona que cabe ao indivíduo a liberdade do uso do próprio corpo e que, ademais, a legalização do uso do fumo haveria de mostrar sua eficácia em termos de redução da taxa de criminalidade. Em outra matéria sobre a mesma temática, o colaborador Carlos Rodrigues assinala as associações presentes no repertório popular e do Estado brasileiro entre o consumo de maconha e a “subversão comunista” e destaca os argumentos correntes e falaciosos de que o uso corrente da substância implicaria na impotência, homossexualidade e loucura, além de induzir ao crime (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 3). Deve-se por fim reiterar, conforme foi discutido no segundo capítulo, que a associação entre a dissidência de sexualidade e gênero e o uso de tóxicos era amplamente perpetrada pela grande imprensa e partilhada popularmente no país.

“Libertos, libertinos e libertários”: as dissidências de sexualidade e gênero na “Primeira Onda” do movimento no Brasil

Eu vou dizer agora o que metade desse auditório está sequiosa para ouvir. Vocês querem saber se o movimento guei é de esquerda, de direita ou de centro, não é? Pois fiquem sabendo que os homossexuais estão conscientes de que para a direita constitui um atentado à moral e à estabilidade da família, base da sociedade. Para os esquerdistas, somos um resultado da decadência burguesa. Na verdade, o objetivo do movimento guei é a busca da **felicidade** e por isso é claro que nós vamos lutar pelas liberdades democráticas. Mas isso sem um engajamento específico, um alinhamento automático com grupos da chamada vanguarda. (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 9- grifos no original)

Na segunda semana de fevereiro de 1979, o Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (CeUPES) promove uma semana de debates acerca da questão das minorias políticas. Marcada por debates intensos entre os

grupos minoritários e as diversas organizações estudantis de inclinação marxista presentes e pelas acusações e contra-acusações entre estes, a tônica dos debates pode ser experimentada pela fala supracitada de um dos membros do auditório. O debate foi histórico no sentido de reunir, na prática, as minorias políticas que o *Lampião* pretendia tratar conjuntamente do ponto de vista teórico e de suas potencialidades políticas; em grande medida, foi um dos únicos eventos do período proposto neste formato¹⁸⁷. A semana de debates ganha matéria, de Eduardo Dantas, publicada na décima edição do *Lampião* sob o título “Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP: Felicidade também deve ser ampla e irrestrita” (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 9), a abertura da matéria indica:

O pessoal da Universidade de São Paulo foi quem quis. Organizaram uma semana de minorias e tiveram que suportar, em seu auditório, uma multidão de negros, mulheres e homossexuais a apregoar que a felicidade também deve ser ampla e irrestrita (os índios, infelizmente ausentes, foram representados pelos seus procuradores habituais – os antropólogos da boa escola). LAMPIÃO esteve lá todos os dias, conferiu e atesta: as “minorias” não estão mais a fim de continuar sendo o último vagão desse enorme comboio denominado “luta maior”. (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 9)

O debate sobre as questões “homossexuais” ocorreu no dia 8 de fevereiro. O *Lampião* foi convidado para compor a mesa sobre a questão, e, representando o jornal, compareceram João Silvério Trevisan e Darcy Penteado, dividindo espaço com três integrantes do grupo Somos e poeta autoidentificado enquanto “homossexual-proletário” Roberto Piva. De acordo com MacRae (1990), esta provavelmente teria sido a primeira tentativa de organização dos homossexuais de São Paulo em torno de seus objetivos comuns. Entre as tendências do movimento estudantil, havia aqueles que gritavam que se não fosse para os homossexuais “caminharem junto” na “luta maior”, queriam que eles “fossem à p.q.p.”; os que clamavam por independência do movimento; os que falavam em necessidades de reestruturação; e os que pouco pareciam estar familiarizados com as discussões que ali estavam sendo colocadas. O auditório dividia-se em intensos debates. Muito foi dito sobre os preconceitos da esquerda e sobre as disparidades amplas existentes entre os setores intelectualizados militantes e, por assim dizer, as bases, imensas maiorias de homossexuais que tinham a necessidade de libertação, conforme ressaltou o mesmo rapaz que proferiu a fala supracitada, desconhecido da maioria dos presentes:

Não adianta querer envolver a nossa problemática em termos de política. Trata-se de um problema específico, que atinge a um determinado número de pessoas de características

¹⁸⁷ Deve-se ressaltar o debate proposto pela revista *Versus*, não tão bem-sucedido, de acordo com a leitura do *Lampião*, conforme exposto na seção sobre as novas tendências de esquerda e as políticas minoritárias, neste capítulo.

diferenciadas. Eu, particularmente, acho que é muito mais válido mostrar para aquele pessoal pintoso, as bonecas da zona boêmia, a sua condição de homossexual, a opressão que os atinge diretamente, do que chegar até eles com papos culturais e politizados sobre os movimentos de emancipação do proletariado. É lógico que muitos homossexuais já têm uma posição política definida, e já devem estar engajados nessa luta mais ampla. Mas acredito que, nesse momento, a ação política mais consequente é mostrar à imensa maioria dos homossexuais o estado de alienação em que eles estão, e mostrar isso como um igual. Nunca como um intelectualzinho com o rabo cheio de cultura, mas como um ser com o mesmo tipo de problema e necessidade de libertação. (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 9)

A fala deste estudante e os decorridos debates sobre as questões de sexualidade na semana das minorias condensam as grandes linhas de disputa e temáticas sobre as quais o chamado “movimento homossexual” se debruçou na virada da década de 1970 e início da de 1980. De modo geral, deve-se sublinhar a centralidade da “felicidade” na política ou na libertação individual; as tensões e aproximações com a esquerda marxista e estudantil; o distanciamento (conforme discutido no primeiro capítulo) entre os setores intelectualizados e as bichas pintosas do gueto; o controverso lugar da “vanguarda”, não raramente tomada enquanto categoria acusatória; e a reflexão sobre estar posicionalmente identificado com a esquerda, com a direita, com o anarquismo, com a marginalidade ou mesmo dissociado de qualquer um destes espectros reconhecidos .

Conforme mencionado, apesar das multiplicidades de formas repressivas e regulatórias dirigidas contra pessoas de gênero e sexualidade dissidentes durante a ditadura militar e a despeito das tantas modalidades discriminatórias profundamente enraizadas no repertório popular expressas desde o início do século no país referentes às mesmas, estes sujeitos passaram cada vez mais a experimentar uma atmosfera de liberdade de expressão e de sociabilidade pública durante esta década. É nos entremeios da abertura democrática que pessoas de gênero e sexualidade dissidentes passam a organizar-se e levantar publicamente questões relativas às especificidades de suas experiências, tendo sido atores fundamentais no processo de abertura do regime e redemocratização.

Sobretudo em função da publicação do *Lampião*, nesse período passam a surgir os chamados “grupos de militância homossexual” aos quais, em conjunto com o jornal, é atribuído o desígnio de “primeira onda do movimento homossexual”¹⁸⁸. As próximas páginas destinam-se à exploração do ideário presente entre estes grupos e no seio do *Lampião*, no que diz respeito, primeiramente, às políticas pretendidas por estes. Algumas

¹⁸⁸ Para uma bibliografia sobre a “primeira onda do Movimento Homossexual”, ver Green, 1999; MacRae, 1990; Simões e Facchini, 2009 e Trevisan, 1986.

de suas atuações que tiveram espaço nesse período serão analisadas, bem como os processos de declínio destes grupos que se confundem com o próprio processo de crise e suspensão da edição do *Lampião*, cobrindo, portanto, o decorrer dos anos de 1978 a 1981. Por fim, espera-se que a análise possa sugerir que a própria rubrica de “primeira onda”, atribuída aos movimentos e movimentações que se articularam nessa virada de década, possa ser complexificada na medida em que, para além das heterogeneidades e disputas latentes abarcadas na pluralidade de ideários, estratégias e modos organizacionais presentes entre os grupos e suas atuações, deve-se pontuar as distinções entre o que se pode dizer que o *Lampião* valorizava em termos políticos e aquilo que os grupos explicitamente praticavam enquanto política.

Sobre as relações iniciais entre os grupos de militância homossexual e o *Lampião*, deve-se destacar que o jornal era um dos únicos espaços disponíveis na imprensa em que os grupos podiam divulgar as propostas e temas de seu interesse, tendo tido também importância fundamental para divulgar muitos dos grupos que surgiam no período, fazendo que uns pudessem ter conhecimento dos outros. Deste modo, o jornal funcionava enquanto espaço de comunicação, discussão e como um catalizador do surgimento de outros grupos. Em sintonia com os processos e debates vividos pelos demais movimentos minoritários do período, o movimento homossexual, à sua maneira, inflexionou-se por entre dilemas que envolviam a manutenção da autonomia e, extensivamente a ela, a marginalidade ou a coligação com a esquerda, a partidarização e a tomada de partido pela “luta maior”. Estas tensões mantiveram a tônica das acusações feitas no debate ocorrido na USP, que figuravam não só divergências no plano teórico sobre os princípios que deveriam ser priorizados, mas aquelas que constantemente ocorriam no plano prático. Algumas aproximações e distanciamentos podem ser pontuadas em torno destas distintas inclinações em disputa.

O movimento homossexual nesse período estava substancialmente envolvido com a definição de um sujeito político e com o estabelecimento de seus propósitos a serem definidos de maneira programática, mas não somente. Embora, com alguma recorrência, as articulações que tiveram lugar nesse período sejam distintivamente definidas em relação às movimentações anteriores pela “politização” da questão¹⁸⁹ da dissidência de sexualidade e gênero, o propósito e significado dos “grupos” para muitos de seus

¹⁸⁹ Conforme exposto no capítulo 1. Para mais sobre as redes de sociabilidades “homossexuais” antes da década de 1970, ver Green (1999).

participantes e dos interessados em participar deles não raramente dava-se por motivações que envolviam a busca de espaços de sociabilidade e acolhimento. Intitulada “Afinal, o que é um grupo homossexual?” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981. p. 14), uma matéria publicada no *Lampião* ressalta que muitos dos que escreviam para os grupos o faziam porque estavam sozinhos, porque tinham curiosidade e apenas uma pequena parcela via neles a possibilidade de atuações compreendidas enquanto políticas, em sentido estrito. Afinal, nem sempre suas problemáticas e motivações deveriam ser interpeladas pela ou expressas em termos de “política”. O intuito de sua participação, portanto, seria em grande parte dos casos, poder se posicionar a respeito de sua própria sexualidade, oportunidade que, conforme ressalta a matéria, “nos é negada diariamente”. Além deste sentido comunitarista de partilha, do ponto de vista de seus arranjos internos, por outro lado, os grupos desta “primeira onda” tinham caráter marcadamente antiautoritarista e tendiam a priorizar, idealmente, modos não hierárquicos e burocráticos de organização, que remetiam às atividades e formas organizativas político-partidárias da esquerda. O “movimento”, em termos gerais, elaborava formas organizativas e de atuação política imanescentes a redes de relações pessoais, constituídas por sujeitos heterogêneos, sendo marcadamente pessoalizadas, e dispunha de articulações efetuadas muito em função da organicidade e da transcendência dessas redes de relações às circunscritas barreiras do “grupo”. Neste sentido, assemelhava-se muito mais às formas organizativas dos movimentos minoritários que àquelas características dos partidos políticos ou grupos da “esquerda”, que mantinham estruturas rígidas e hierarquizadas, no âmbito das quais as “decisões” eram tomadas de formas verticalizadas e que não buscavam, a princípio, o acolhimento das experiências pessoais de seus membros.

Conforme elucidado no contexto do debate sobre minorias políticas na USP, uma das questões que jazia no interior das convicções, caras ao movimento homossexual nesse período, era não estar afastado da “massa” de dissidentes de gênero e sexualidade do gueto. A respeito disso, deve-se ressaltar, conforme apontam as matérias do *Lampião* e a etnografia de MacRae (1990) sobre o grupo Somos de São Paulo, que, apesar das disposições, existiram muitos limites em relação à efetivação desta almejada proximidade. O movimento homossexual não era exatamente um movimento popular. Majoritariamente, os grupos foram compostos, ao menos no eixo Rio-São Paulo, por pessoas de classe média, e especificamente por homens “homossexuais”. Embora, em alguns casos mulheres lésbicas tenham participado de suas formações, estas sempre foram

minoritárias em termos quantitativos e, conforme será discutido, suas questões específicas nem sempre foram levadas com a seriedade que deveriam. Até onde se pode constatar na bibliografia especializada, não pareciam existir pessoas transexuais ou travestis participando destes grupos, além de que pessoas que entendiam sua orientação sexual como “bissexual” não pareciam ser bem vistas¹⁹⁰. Se as questões atreladas à liberdade sexual assumiam multiplicidades de sentidos para os integrantes dos grupos, sendo que uma de suas expressões prototípicas poderia ser a revolução sexual imaginada enquanto chave para a revolução social mais ampla, para muitos dos não organizados, as “massas”, presentes nos guetos, conforme destaca MacRae (1990), tendia-se a pensar a questão homossexual em termos de direitos civis a serem conquistados no âmbito da sociedade existente. Novamente, aqui está o espaço de encontro com os debates e disposições que caracterizaram as inclinações dos movimentos minoritários na abertura.

Conforme nota MacRae (1990), a respeito da questão dos direitos civis¹⁹¹ e tomando o caso do Grupo Somos, acreditando que a interpretação possa aqui ser generalizada aos outros grupos, mesmo aqueles integrantes que gostariam de revolucionar o sistema social vigente, tendiam, em alguma extensão, a reconhecer que existiam urgências e medidas a serem tomadas a curto prazo, tendo em vista espaços de legitimidade e segurança para “homossexuais”. Deste modo, muitas vezes era aspirado o desenvolvimento de políticas parciais com objetivos imediatos, e, neste processo, legitimava-se o Estado sem que, contudo, fosse conseguida a democratização visada, um impasse. De acordo com as discussões pontuadas neste capítulo, os movimentos minoritários muitas vezes voltavam suas lutas para a melhoria de condições de existência, tomando parte de linguagens e modos expressivos das “maiorias” ou disponibilizados pelo Estado tais como “direitos” e “cidadania”. Tais distinções de ênfases, pode-se dizer, remetiam também a questões de classe que apartavam os militantes de classes médias e os frequentadores do gueto, mas se interseccionavam com outros feixes de diferenciações; um dos sentidos que pode ser atribuído a estas disputas, grosso modo, à luta por liberdade ou à luta por proteção constitucional. A estas, eram subsidiários distintos sentidos de marginalidade: sendo o primeiro relativo ao direito de poder “sair do gueto” e a não segregação, do ponto de vista sociológico, e o segundo às tentativas de reivindicar o

¹⁹⁰ A respeito deste último ponto, ver MacRae (1990).

¹⁹¹ A interpretação do autor, por sua vez, é apoiada nos trabalhos da antropóloga Ruth Cardoso sobre movimentos sociais.

prazer e a experiência da sexualidade, em termos genuinamente políticos, ou, de outro modo, a dissidência sexual reivindicada enquanto lugar político de afirmação de dignidade¹⁹².

Com maior destaque, o prazer, a “felicidade” e, sobretudo, o que se designava por liberdade sexual eram anunciados por parte dos sujeitos e movimentos da “primeira onda” enquanto campos propriamente políticos, em ressonância, deve-se destacar, com a ênfase reivindicada e levada a cabo pelos movimentos feministas, de que os âmbitos “pessoais” deveriam ser considerados neste espectro. MacRae (1990) nota, a este respeito, que as dificuldades da discussão da sexualidade trazida para o seio de um campo dominado por concepções, que equacionavam a política exclusivamente à luta de classes e que, reiteradamente, se mantinha avesso às “homossexualidades”, muitas vezes levava os envolvidos com as discussões sexuais a reduzirem suas questões ou traduzirem suas posições no âmbito da categoria mais facilmente assimilável de “grupo que luta por seus direitos”. Entretanto, não eram todos os ativistas envolvidos com as questões “homossexuais” que buscavam meios de torná-las palatáveis à esquerda ou ao Estado; e certamente o *Lampião* esteve pouquíssimo disposto a fazê-lo.

Os grupos e principalmente o *Lampião* propunham que a sexualidade deveria ser, por assim dizer, ampla, geral e irrestrita, e discursavam pela liberdade coletiva e individual. A expectativa delineada seria que, primeiramente, fosse possível o uso do próprio corpo, a experimentação da sexualidade em sentidos extensos e que a fundamentação prática desta disposição pudesse desdobrar-se em transformações sociais mais abrangentes do ponto de vista estrutural – relativo aos papéis de gênero, por exemplo – e do ponto de vista cultural, alterando o ordenamento simbólico conservador atrelado à sexualidade. A liberdade sexual sociocultural era, portanto, vislumbrada enquanto epifenômeno desejado da liberdade experimentada nas relações interpessoais, a partir dos corpos, desejos e experiências dispostos na contramão das normas socialmente autorizadas e dos conteúdos culturais hegemônicos. Os discursos do *Lampião* incitavam,

¹⁹² O debate que, de certa maneira, apartava as lutas por liberdade e aquelas por direitos não seria tão somente redutível a uma questão de classe. Veremos que, no âmbito do próprio corpo editorial do *Lampião* e de sua rede de colaboradores, existiam diversidades em relação às políticas imaginadas e pretendidas em relação às dissidências de gênero e sexualidade. Para a discussão aqui desenvolvida, cabe destacar a análise feita por Fachinni (2005) de que dois dos próprios colaboradores do *Lampião*, Luiz Mott e Antônio Mascarenhas, tinham trajetórias muito menos vinculadas à contracultura ou aos projetos políticos revolucionários de transformação social e inclinavam-se a atuações de cunho mais pragmático que envolviam, entre outras, as lutas por direitos.

apostavam e formulavam formas e conteúdos para a prática e conquista da liberdade sexual. No âmbito dos grupos, conforme nota MacRae (1990), na esteira do que o autor compreende enquanto perspectivas individualistas que caracterizam as leituras políticas destes coletivos, os integrantes do Somos enfatizavam a necessidade da posse do próprio corpo, por exemplo, reivindicando a valorização de suas permanentes disponibilidades sexuais¹⁹³; o que, aliás, remontava às relações livres, fugazes e desinteressadas que eram comuns no “gueto” paulistano, entre as “massas”, nos quartos, carros, praças e esquinas¹⁹⁴. Deve-se ressaltar que existem ao menos dois sentidos de liberdade aqui: um deles compreende a posse do próprio corpo como algo que se encerra no âmbito do indivíduo que deve ter, idealmente, autonomia para escolher com quem e como se relacionar no plano sexual, aquele que tem livre-arbítrio; um outro sentido contém em si a orientação de que esta liberdade não recai sobre escolhas individuais, mas de que ela transcorre no plano e é imanente às relações interpessoais, e nesse sentido tem a ver com as singularidades produzidas em sentidos minoritários: ela é partilhada e produzida coletivamente, daí a possibilidade de sua multiplicação e de seu encorporamento cada vez mais coletivizante.

Conforme se pode destacar dos discursos produzidos pelo *Lampião* sobre as políticas sexuais, sobre os grupos e conforme verificado na própria etnografia de MacRae(1990) sobre o grupo Somos em específico, o prazer era pensado enquanto instrumento de combate ou resistência ao “poder” e a tudo o que era a ele subsidiário, como o “machismo”, “autoritarismo”, “fascismo”, “racismo”, “patriarcado”, o “sistema”, o “capitalismo”, entre outros. O “poder”, tanto como estas outras expressões e alicerces seus, por vezes era compreendido, de maneira entificada, como algo que tinha atividade em si, podendo agir de maneira mais ou menos apartada se seus mecanismos produtores. Por outra perspectiva, seus mecanismos de produção eram explorados pelo jornal e discutidos entre os grupos e seus efeitos, compreendia-se, deveriam ser explicitados e revertidos nos planos institucionais do Estado, mas também nas relações interpessoais, sobretudo naquelas consideradas elementares para sua sustentação; deveria ser possível

¹⁹³ De maneira, evidentemente não partilhada entre todos integrantes. Conforme nota o autor, a disponibilidade sexual era valorizada sobretudo pelos homens do grupo, e não raramente provocava dissensos e atritos com as lésbicas do grupo, que tendiam a valorizar as relações consensuais, compromissadas e de maior longevidade (MacRae, 1990).

¹⁹⁴ Além das matérias do *Lampião* que tematizavam as sociabilidades sexuais nos guetos de São Paulo e Rio de Janeiro e dos roteiros “gueis”, publicados acerca desses locais em diversas partes do país, expostos no primeiro capítulo, ver também Perlongher (1987).

superá-lo e lutar contra “todas as formas de opressão” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 14). Desta maneira, conforme vimos, as relações entre brancos e negros, patrões e empregados, homens e mulheres e entre amantes ou parceiros sexuais deveriam ser trazidas ao primeiro plano. A política não poderia ser apartada da afetividade nem das relações pessoais, cotidianas e imediatas. Do conjunto destas ideias, por fim, devem ser retidos e destacados alguns pontos: em primeiro lugar, a dificuldade de afirmação da liberdade sexual enquanto política colocava relações difíceis com as tendências de esquerda, tanto do ponto de vista do reconhecimento por parte destas quanto do ponto de vista das desconfianças, hesitações e contraposições que mantinha o movimento homossexual, em particular, e os movimentos minoritários, de modo mais geral, com as formas hierarquizadas de suas organizações e com seus discursos programáticos e competentes ou “vanguardistas”. Em segundo lugar, relações ambíguas e contraditórias eram pensadas no que se referia ao Estado, aos espaços de disputa institucional, aos direitos e à extensão em que as políticas alternativas pudessem se fazer de maneira autônoma sem se tornarem marginalizadas em sentidos indesejados. Por fim, internamente ao movimento existiam diversas linhas de disputa e heterogeneidades em relação às formas de resistir que, com o passar do tempo, traduziram-se em fragmentações, que ocorreram também internamente ao *Lampião* e entre o jornal e os grupos.

De grupos, encontros, desencontros e intervenções

Ao decorrer das 37 edições do *Lampião*, a partir de 1978, uma série de grupos de militância “homossexual” formaram-se pelo Brasil. Entre os grupos mencionados no jornal, estiveram: Somos (SP), Somos (RJ), Eros (SP), Auê (RJ), Libertos (SP), Beijo Livre (Brasília), Grupo de Ação e Afirmação Homossexual – GAAC (RJ), Grupo de Ação Lésbica Feminista (SP), Somos (Sorocaba), Fração Lésbico-feminista do Somos (SP), Terceiro Ato (Belo Horizonte), Bando de Cá (Niteói), GOLS ABC (SP), Terra Maria (SP), Alegria Alegria (SP), GATHO (Recife), Nós Também (PB), Movimento Homossexual Autônomo – MHS, União dos Viados de Alagoas –UVA e o Grupo Gay da Bahia – GGB (Salvador); tendo destaque tanto o eixo Rio-São Paulo quanto o Nordeste.

Embora muitos dos grupos tenham tido a oportunidade de publicar cartas de apresentação, matérias e ensaios sobre temas diversos, foram os grupos paulistas que acabaram ganhando maior espaço no *Lampião*, nominalmente os grupos Eros, Libertos e

Somos. O Grupo Somos de São Paulo é aquele que ganha maior destaque nas páginas do jornal, não somente porque seu surgimento praticamente coincide com o do *Lampião*, tendo sido formado em 1978, poucos meses após a publicação do primeiro número do jornal, mas porque existia certa proximidade do grupo com os membros do conselho editorial e colaboradores do *Lampião* na capital paulistana; sendo que dois deles, João Silvério Trevisan e Glauco Mattoso colaboravam com ambos. Entre as cartas de apresentação e demais matérias publicadas pelos grupos (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 2; v. 16, p. 9A e B; v. 19, 1979, p. 2; v. 22, 1980, p. 2), destacam-se suas propostas de romper com o autoritarismo, o machismo, o “sistema de opressão sexista” ou o “sistema que desestrutura e marginaliza os indivíduos”, decompondo a “estrutura pessoal daqueles que fogem às regras” e relegando-os à marginalidade ou obrigando-os à “integração compulsória”. As disposições e o próprio propósito dos grupos muitas vezes mostram-se compreendidos enquanto uma questão de “sobrevivência” contra as repressões e opressões que, literalmente, podem matar estes tantos dissidentes de sexualidade e gênero. A liberdade sexual é afirmada enquanto uma das “liberdades democráticas” fundamentais e, por vezes, como um “direito” a ser reivindicado. A necessidade e potência de transformações sociais mais amplas também é enfatizada, como o fim da “sociedade de classes” – fossem elas “econômicas ou sociais” – e não raramente, esta inclinação é formulada a partir da leitura de que existem desigualdades sociais extremas no país que devem ser combatidas, sem que deixasse de pontuar as insuficiências de pensá-las como redutíveis aos seus termos mais imediatos: o econômico e o social estariam implicados por distinções outras, tais como sexualidade e gênero. A luta deve, em suma, fazer-se contra a discriminação, contra a repressão, pela liberdade sexual e deve ser extensível às transformações sociais mais alargadas. Areladas a estas, figuravam as proposições de não replicar as estruturas hierárquicas, autoritárias e “patriarcais” da esquerda tradicional a partir da revisão, no interior das práticas e relações interpessoais estabelecidas internamente aos grupos, dos “métodos políticos” dos partidos, do movimento estudantil e das organizações de orientação marxista de modo geral.

Se, por um lado, leituras conjunturais conforme estas eram apresentadas e conjugadas à formulação de pautas propositivas, mesmo que em sentido, por vezes, abstrato; por outro, mostra-se claro que uma das grandes potências dos grupos residia na formação de subgrupos de discussão sobre corpo, sexualidade e experiências que

integravam seus membros e cediam espaço para as falas de si. Estes eram os espaços que pareciam se mostrar mais potentes para sobrepujar os reconhecidos limites das formas organizativas da “esquerda tradicional”. Quando o grupo Somos é formado, conforme nota MacRae (1990) e conforme está colocado na carta de apresentação do grupo publicada no *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 2), os “grupos de identificação e reconhecimento”, que dentro dele se formaram, apresentavam-se enquanto espaços pertinentes para as confissões e elaborações pessoais sobre a sexualidade de cada um dos participantes. Neste âmbito e nos processos de discussão que ocorriam com frequência, os participantes podiam falar de si e elaborar sobre sua própria sexualidade a partir da partilha e reconhecimento com outros que, apesar de compreenderem-na de maneiras bastante diversas, encontravam nestes diálogos e trocas alguma contiguidade entre suas experiências, trajetórias e percepções. A relevância destes “subgrupos” se fazia, sobretudo porque os relatos autobiográficos contribuíam para a formulação de consciências individuais e coletivas, abrindo espaço para que falas que eram interditas no plano social-simbólico aflorassem e, complementarmente, erigiam-se enquanto *locus* privilegiado para que se desse atenção às experiências pessoais e singularidades que passavam ao lago da prática dos partidos. As experiências pessoais encontravam, a contrapelo de sua diversidade, a política contida em sua exposição e partilha.

Em confluência com a quantidade considerável de grupos que passara a existir em 1978 e 1979, com o certo reconhecimento entre os setores minoritários que o movimento homossexual vinha ganhando, e com as trocas que passavam a existir entre os grupos e entre os grupos e o *Lampião*, surge a ideia de realizar encontros presenciais do movimento. Proposta por integrantes do Somos (RJ), na ocasião de uma das reuniões de pauta do *Lampião*, o “primeiro encontro de homossexuais militantes” ocorre em 16 de dezembro de 1979 na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, com a presença de mais de sessenta pessoas de diversas localidades do país, que eram integrantes dos seguintes grupos: Auê (RJ), Beijo-Livre (Brasília), Eros (SP), Libertos (Guarulhos), Somos (RJ), Somos (SP), Grupo Lésbico-feminista do Somos (SP), GAAG (RJ) e Somos (Sorocaba). Publicada na vigésima edição do *Lampião*, de janeiro de 1980, uma matéria de Francisco Bittencourt tem a finalidade de cobrir o encontro (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 7). De acordo com o autor, apesar de a reunião ter sido idealizada a partir do caráter especulativo que poderia lhe caber, ela o teria ultrapassado em razão do “avançado preparo tático de alguns grupos que exigem uma estrutura muito mais

ampla e profunda do movimentos homossexual”. Todos os grupos e integrantes presentes estariam preocupados em apresentar programas de reivindicações e atividades políticas, além de confluírem em torno da leitura de que se mostraria inaceitável replicar as políticas “tradicionais”, ao mesmo tempo que a alternativa não deveria passar por sair pelas tangentes dos problemas políticos, conforme nota Bittencourt:

Estamos muito longe, porém. Daquele tipo de debate “sério” – que caracterizou a juventude dos anos 50, ou da visão ingênua do mundo dos jovens dos anos 60. Para quem foi temperado na repressão da década que acaba de se encerrar é inaceitável tanto o engodo da política tradicional, que tem por única meta colocar os velhos no poder, como o “deixa pra lá” dos hippies. (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 7)

Deste modo o autor reafirma que o movimento homossexual é, desde suas raízes, revolucionário e não meramente reformista, tendo por intuito primeiro mudar o “esquema do poder” e que para aceitá-lo tanto a “direita” quanto a “esquerda” teriam de se modificar em sua própria essência ou teriam de praticar seu genocídio para destruí-lo. Conforme é ressaltado: “pela primeira vez na história [direita ou esquerda] tem pela frente uma revolução desarmada”. Outra matéria, publicada no mesmo número do jornal e assinada por Aguinaldo Silva (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 8-9), chama a atenção para os demais temas que foram abordados na reunião, tais como contatos entre grupos, criação de novos, homossexuais presos, propostas de levantamento sobre a produção de homossexuais no mundo das artes e alteração de um capítulo da Constituição Federal, em que constava a proibição de “discriminação por sexo” para que passasse a constar “discriminação por opção sexual”, e, por fim, para que fosse iniciada uma luta com o intuito de que o “homossexualismo” deixasse de ser catalogado enquanto “doença mental”. Ademais, a matéria relata os comentários e intervenções feitos por mulheres lésbicas e negras presentes no encontro, que compreendiam passar por uma “tripla opressão”: enquanto mulher, lésbica e negra; além de que estas colocavam em pauta a contestação da reprodução social dos papéis de gênero de “macho” e “fêmea”. Nesta ocasião, passa a ser esperado que houvesse um próximo encontro de maior abrangência, e uma das questões que se fez pertinente foi a de como poderiam ser conseguidos fundos mínimos, uma vez que aquele encontro havia sido bancado por todos os interessados, cabendo despesas ao *Lampião*.

Já no número 22 do jornal, uma matéria de Leila Mícolis anuncia uma reunião organizadora do “Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 3). De acordo com Mícolis, em fevereiro de 1980, na Fundação Oswaldo Cruz em São Paulo reuniram-se representantes de diversos grupos de militância do país

com o intuito de organizar o encontro. Primeiramente, o termo “encontro” foi deliberadamente escolhido em oposição ao termo “congresso”, e em sequência deliberou-se por sua realização em duas partes: a primeira seria fechada aos grupos, que, mais tardiamente, foi denominada *Encontro de Grupos Homossexuais Organizados* (EGHO), e a segunda seria aberta a quaisquer interessados e “discriminados”, que foi propriamente denominada *Encontro Brasileiro de Homossexuais* (EBHO); a serem realizadas em abril do mesmo ano, em torno das amplas temáticas de “opressão e repressão”. A chamada para o encontro é publicada no 23º número do *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 14), e finalmente o 24º número traz consigo uma ampla cobertura do evento com reportagens assinadas por diversos colaboradores. Deve-se destacar que o encontro não foi organizado sem que outros setores sociais tenham se mostrado resistentes à sua realização. Conforme consta em matéria de João Carneiro, publicada nesse mesmo volume do jornal, na PUC em São Paulo, cartazes do I EBHO, que estavam espalhados pelos corredores da universidade, foram destruídos por militantes de “uma(s) certa(s) esquerda(s)” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 10-11). De acordo com Carneiro: “Mais do que nunca, parece evidente a necessidade de a viadagem e a sapataria se unirem, se organizarem e lutarem juntas. Travestis, michês, transformistas, todos”.

O I *Encontro Brasileiro de Homossexuais* ocorre na primeira semana de abril de 1980, sediado no centro acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O *Lampião* não fez parte de sua comissão organizadora, mas fez a cobertura de todo o evento, tendo sido a única imprensa autorizada a entrar. Diversas questões da maior importância foram enfatizadas, como aquelas que envolviam repressão de Estado, discriminação civil, liberdade sexual, transformações sociais mais amplas, patologização das “homossexualidades”, a necessidade de união como meio para afirmação, a continuidade do movimento e, por fim, a necessidade de reivindicar para si as linguagens e categorias discriminatórias presentes no repertório popular para a referência a pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, com a finalidade de transformar seus significados, positivando-os. Em sentido semelhante, as linguagens de tratamento entre os presentes foram questionadas: no início do evento parecia existir certa incerteza em relação ao modo apropriado de tratamento, e os presentes tenderam a se chamar, com certo estranhamento, de “companheiros”; a partir de algum momento alguém usa o termo “queridinha” e, então, este passa a predominar como vocativo apropriado para a ocasião.

Apesar do clima festivo e prazeroso, disposto pelo mútuo reconhecimento entre os presentes e pela aura de continuidade expressa pela ocorrência do evento, muitas questões delicadas foram levantadas, e alguns atritos e indisposições afloraram entre os indivíduos e setores presentes. Embora tivessem sido estabelecidos consensos ou confluências em termos gerais entre os presentes de que a solução para os dissidentes de gênero e sexualidade não era a clandestinidade, mas a organização, o evento termina, a despeito de muitas “votações” que ali ocorreram, com pouquíssimas propostas concretas (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 5-6 e p. 6-7). A questão da “autonomia” do movimento erigiu marcadamente em oposição às alianças transversais com outros grupos partidários, e, uma vez que ela tenha sido discursivamente entrecortada por outras temáticas, tais como o movimento pela anistia ou a possibilidade de formação de uma coordenação nacional do movimento homossexual, este princípio político caro a muitos dos presentes se revelou sob a forma de incerteza. Ela estaria mesmo garantida? Se a proposta de criação de uma coordenação geral gerou indisposição por parte de muitos dos presentes, sobretudo porque, mesmo após ter se deliberado pela rejeição de uma proposta semelhante, um abaixo-assinado por sua criação circulou no auditório durante a ocorrência de outras discussões; a presença dos grupos partidários gerou polêmicas e atritos consideravelmente mais expressivos. Evidentemente os “grupos partidários” ou as “organizações marxistas” apresentavam-se, do ponto de vista de muitos movimentos minoritários, como o protótipo do inimigo, que trazia consigo todas as potencialidades de perigo mais imediatas à autonomia destes movimentos, e dispunham no horizonte as arquiteturas e práticas de muito do que era mais indesejado: as cooptações, o “manobrismo”, o machismo no tratamento e a transmutação do que deveriam ser pautas específicas em pautas “gerais”. No âmbito do movimento homossexual, a Convergência Socialista (CS) pareceu condensar sozinha todas estas potências para grande parte dos nele envolvidos.

Não seria somente o caso de dizer que muitos dissensos passando pela presença da Convergência Socialista¹⁹⁵ tiveram lugar no evento, como por exemplo as alegações de que a fração “gay” da Convergência não poderia estar na mesa de encerramento por estar ligada a um partido, ou de que o movimento homossexual era autônomo e portanto sua presença era indesejada; mas cabe destacar que tais desavenças foram

¹⁹⁵ A Convergência Socialista existiu no Brasil entre 1978 e 1992, tendo sido uma organização de tendência trotskista ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

deslocadas às páginas do *Lampião*, a partir, por assim dizer, de matérias de partidos de ambos os lados. O artigo de Trevisan sobre o evento inclui críticas ácidas à “fração gay” da CS, como se ela fosse a responsável por “abrir caminho para que qualquer partido invada o movimento homossexual”; alega que ela replicava a crença dos partidos que “acham que homossexuais devem continuar participando das cartilhas dos grupos maiores” e, por fim, que de acordo com os posicionamentos da CS, “fica implícito que os movimentos de minorias teriam fôlego curto, que seriam lutas circunstanciais e fracionadas que não modificam as estruturas, porque essas transformações só seriam viáveis através dos partidos e da tomada do poder” (*Lampião da Esquina*, 24, 1980, p. 5-6). Já, a matéria de James Green, que fazia parte da CS, e, como Trevisan, do grupo Somos, alega o equívoco, a seu ver, dos argumentos que foram apresentados em relação à organização. De acordo com o autor, a CS seria o “único grupo que tem uma posição pública a favor da luta da homossexualidade”, que partiram em defesa do *Lampião* por ocasião do inquérito do jornal, que discutiam as questões da homossexualidade nos lugares onde seus membros trabalhavam, no seio do movimento estudantil, entre outros, e que nunca haviam impedido a entrada de nenhum homossexual na organização. Além disto, discordava da posição de muitos do movimento, que compreendiam que este não deveria se posicionar a respeito de “nada que não estivesse estritamente ligado à questão da repressão contra homossexuais”, ao contrário do que fazia a CS, propondo, por exemplo, ao Movimento pela Anistia a inclusão da questão dos homossexuais cassados (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 10).

Ainda em termos de tensionamentos no âmbito do evento, cabe destacar o lugar das questões das mulheres lésbicas no seio do movimento. Conforme ressaltado pela matéria de Leila Mícolis, no mesmo número do jornal, a questão do “machismo” dos homens homossexuais foi bastante enfatizada em seu decorrer, tendo ficado claro, a partir das pontuações das mulheres lésbicas e das posturas dos presentes em relação a elas, que o “machismo” compreenderia algo muito além de uma prática masculina, mas seria propriamente uma instituição autoritária em relações de poder de que se valem, não só, mas principalmente, homens. As chamadas atitudes “paternalistas” dos homens em relação às mulheres lésbicas também foram ressaltadas (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 6-7). Na mesma matéria, a autora salienta a “coerência” das lésbicas e sua “consciência” em relação aos seus ideais de luta, e sobre isso sublinha o fato de estas mulheres terem assinado um manifesto em defesa das prostitutas que sofriam

perseguições policiais no centro de São Paulo, conforme mencionado no segundo capítulo, uma moção de repúdio contra as entidades que impediram o andamento satisfatório do *II Congresso da Mulher Paulista* e de terem consensuado com a criação de uma comissão de apurações de discriminações e fatos arbitrários que ocorriam dentro das delegacias, além de outra que deveria se voltar ao levantamento de memória do movimento – diga-se de passagem: ponto em torno do qual a autora dedicou tantos trabalhos realizados nesse período e ao longo de sua vida.

A única resolução de caráter mais circunscrito e imediato que parece ter sido tirada no encontro talvez tenha sido o consentimento em relação ao endereçamento de um manifesto a médicos, psicólogos e cientistas sociais sobre a discriminação feita na medicina e na ciência contra a “homossexualidade” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 4-5). A questão da patologização das dissidências de sexualidade e gênero mostrava-se historicamente cara ao que agora se formulava enquanto movimento homossexual, sobretudo se considerados os enormes investimentos de dispositivos de saber, regulação, controle e repressão destas expressões pelos aparatos médico-policiais no Brasil nos finais do século XIX e início do século XX. No entre décadas (1970-1980), compreendia-se que a “ciência” era uma das grandes responsáveis pelos processos de marginalização e opressão das “homossexualidades” e que ocupar os espaços da comunidade científica era algo que se fazia necessário para a criação de um canal de luta contra a discriminação (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 5). Conforme a última matéria referida de Leila Mícolis, a ideia saída do encontro também compreendia a sugestão de entrar em contato com médicos, psicólogos e psiquiatras interessados, dentro dos grupos e fora deles, a fim de criar uma discussão no âmbito do congresso anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), e, de modo mais circunscrito, sobre como viabilizar a alteração do Código Internacional de Doenças da OMS (CID – 302.0) que incluía o “homossexualismo” como “desvio mental” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 6-7).

A 32ª reunião da SBPC aconteceu em 10 de julho de 1980, e para ocasião foi proposto ao debate o tema “Homossexualismo, repressão e ciência”, pelo grupo Somos do Rio. A reportagem de cobertura do *Lampião*, “Homossexuais invadem a SBPC”, é publicada em sua 27ª edição e assinada por Antônio Carlos Moreira (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 5). O autor ressalta que não se tratava de partir do pressuposto que a “verdade científica” deveria ser tomada como absoluta e inquestionável, mas, ao contrário, de compreender que essa “verdade” é “introjetada e respaldada na sociedade

como um todo, servindo como ponte para uma série de atos repressivos e discriminatórios” e, por conta disso, aquela intervenção mostrava-se tão relevante. Uma vez que os que compareceram à reunião não tenham conseguido dentro dela espaço para realizar as propostas discussões, foi decidido que ficariam no saguão do prédio, e para isto foram apoiados pelo centro acadêmico das ciências humanas da Uerj, com cartazes, faixas e panfletos. Neste espaço, também eram vendidos alguns exemplares do *Lampião* e foram lidos manifestos criticando a Organização Mundial da Saúde (OMS), citando as problemáticas relacionadas ao CID e as situações de repressão que se passavam em São Paulo¹⁹⁶. Deve-se ressaltar que, no plano internacional, debates como estes conjugavam por meio das mesmas problemáticas os temas das “homossexualidades” e das doenças mentais. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Associação Americana de Psiquiatria havia, na década de 1970, retirado estas orientações sexuais de seu catálogo de distúrbios mentais, e estas disputas eram documentadas pelo *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 4).

Se, por um lado, forçar a discussão sobre sexualidade no saguão do Congresso teria o mérito de “apresentar uma versão diferente da oficial”, conforme apontou Alexandre Ribondi em matéria para o *Lampião* (*Lampião da Esquina*, v. 28, 1980, p. 9), para outros colaboradores do jornal, o que aconteceu na Uerj também foi visto com certo descrédito. No 27º número do jornal, uma matéria de Francisco Bittencourt, intitulada “Mais tesão, menos politicagem”, é publicada e denota uma percepção bastante crítica do autor em relação ao ocorrido (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 8). Para o Bittencourt, os homossexuais foram “dar vexame no saguão” em um espaço cedido com o maior desdém pelos promotores do evento, e, no entanto, as “bichas” vangloriavam-se dizendo que haviam “invadido” a SBPC. Entre outras duras críticas, o autor destaca que o movimento homossexual estava cheio de elementos que não permitiam que ele fosse caracterizado enquanto uma militância madura e termina dizendo que “o que o pessoal quer mesmo é entrar para o PT e colher as migalhas que lhes forem lançadas”.

Das diferenças constitutivas e de perspectivas: os rumos do movimento e as insuperáveis divergências

A mobilização em torno de temas e experiências comuns e contíguos não se mostrou suficiente para que o movimento homossexual seguisse adiante sem passar por

¹⁹⁶ Conforme discutidas no capítulo 2, que ocorriam também em junho de 1980.

muitos dos dilemas e dissensos partilhados por outras categorias minoritárias mobilizadas naquela década e para que, por fim, não deixasse de passar por desentendimentos que levaram a fracionamentos internos. Esta lógica é fragmentária e pode se replicar por entre distintas escalas. Deste modo, ela pode ser verificada internamente ao *Lampião*, no âmbito dos grupos, entre os grupos e entre o *Lampião* e os grupos.

No que se refere aos grupos de militância homossexual, as ambiguidades internas entre lutar por liberdade, manter-se crítico a tudo que pudesse suprimir seu valor e exercício e as disposições contestatórias em relação às estruturas político econômicas, provocaram fissuras internas que, cada vez mais, passaram a se traduzir em “rachas”, brigas e indisposições generalizadas. Sobretudo após as divergências que tomaram lugar no I EGHO, o *Lampião* passa a publicar uma série de matérias, assinadas pelos membros do conselho editorial, colaboradores e membros dos grupos de modo geral que assinalavam os dissensos entre as muitas vozes comprometidas com o movimento e as preocupações com os rumos que este parecia tomar. Conforme apontado por um artigo de João Carneiro, publicado no 23º volume do *Lampião*, intitulado “Esquerda, direita, um dois” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 2), tudo se passava como se o momento exigisse a tomada de postura definitiva do movimento, dada a aparente insustentabilidade da multiplicidade de inclinações coexistentes em seu seio, e como se o reconhecimento das posições de “esquerda” e direita” emergisse enquanto operador preponderante sobre as distintas posições que eram mais livremente debatidas, e descobertas pelos envolvidos. Conforme enfatiza o autor:

Eu acho que a viadagem tem duas saídas dignas: ou fica de fora da jogada partidária, ou entra num partido e faz a luta por dentro (sem dar bandeira, para não ser expulsa): não pode entrar em um partido conservador, como esses que estão aí, e topar as regras do jogo, as ordens dos caudilhos. Não entrar, ou entrar e combater por dentro. Não podemos é ficar na janela, como a Carolina do Chico (e a Geni – II?), vendo o tempo correr e a banda passar.

Claro que corremos riscos, basta vero que aconteceu com a bicharada que se assumiu dentro da Convergência, que precisou se mandar, que praticamente foi expulsa. Mas, quem não quiser correr riscos, é melhor seguir o caminho do ex-guerrilheiro e ex-radical Cabeira, voando para um segundo exílio dourado qualquer.

Agora. Existe a verdadeira Esquerda, hoje, no Brasil? A bicharada pode militar nela? Como não está registrada, oficialmente ela não existe, é clandestina; então, é crime entrar nela, dá para entender a armação, a marmelada?

Sem qualquer propaganda, cruz-credo, dizemos aqui que só estamos sabendo de um partido onde as bichas assumidas estão sendo relativamente aceitas. É o partido do macho Lula, pasmem (?). Porém, mesmo ali, a bicharada é sutilmente encaminhada para uma atuação de tipo artístico-cultural, isto é, é encerrada no gueto. Mas, do mal o menor, sempre há ali lugar para os viados, desde que sejam cultos e artistas: que raio de gozação, gente.

Essa tal de “abertura”, também é nossa, das bichas e dos sapatos.¹⁹⁷

A coexistência entre dois objetivos distintos que remetiam à afirmação dos processos de autonomia e à existência de máquinas de luta maiores, ou, de outro modo, à tentativa de contestar a ordem social vigente e buscar por espaço de legitimidade ou reconhecimento são colocadas em seu interior. Como deve ficar claro, os “dois” modelos recuperavam as dicotomias entre “maior” e “menor”, entre hegemônico e alternativo, entre a disputa pelo poder e as transformações criativas. As polarizações inconciliáveis passavam a se metamorfosear em divergências irreconciliáveis. Em termos dos métodos, estratégias e arquiteturas organizativas dos movimentos, a dificuldade em aceitar posições conflitantes era expressa pela explicitação dos limites destas formas. No que se refere ao grupo Somos, por exemplo, a etnografia de MacRae (1990) aponta para o fato de que parecia inevitável a insurgência de hierarquias internas que dissolviam os tão prezados sentidos de horizontalidade e comunidade no interior do grupo. Tais processos eram, por exemplo, expressos nas formas decisórias do grupo, em que o almejado “consenso” nas decisões, na prática, era conquistado pelo “cansaço” dos participantes e as desejadas igualdades entre as opiniões dos participantes acabavam sobrepujadas pelas poucas de alguns membros, que ganhavam vantagem pelo maior tempo disponível para participar do grupo, por suas habilidades retóricas e mesmo por sua atratividade física. Também ganhavam espaço certas burocratizações em termos de divisões de tarefas, certos dissensos sobre os que entendiam estarem lá para se divertir em oposição aos que compreendiam estar lá para “militar”. Sem tardar, acusações de “manobrismo”, “conchavo” e “machismo” passaram a ser constantemente levantadas por muitos de seus membros e evidenciavam condutas que antes pareciam ser características dos movimentos estudantis ou dos partidos políticos, além de implicarem o imenso dispêndio de tempo dirigido à tarefa de esmiuçar as formas e caminhos pelos quais o grupo em específico e o movimento em geral deveriam seguir.

As divergências não eram unicamente dispostas em termos de quais os sentidos desejados e possíveis de militância ou entre o par manutenção da autonomia *versus* arregimentação dos partidos. A estas se somavam a explicitação, cada vez mais latente, de que a desejada e suposta “igualdade” entre os membros do grupo, na verdade, encobria

¹⁹⁷ A referência ao episódio da “bicharada” expulsa da Convergência pode ser encontrada em *Lampião da Esquina*, v. 30, 1980, p. 16.

as tantas diversidades das experiências de classe, gênero, raça e mesmo de sexualidade entre os participantes. Conforme nota MacRae (1990), o ideal de igualdade esbarrava no fato de que os membros do grupo não eram assim tão semelhantes e, deste modo, muitos deles passaram a ansiar que suas condições específicas, individuais e singulares, fossem levadas a sério e postas em debate. Conforme notam Durham e Cardoso (2004), a noção de “comunidade” disposta na esteira dos muitos movimentos minoritários e de base, que se articularam no período, podia ser percebida enquanto uma experiência de igualdade em torno de alguns parâmetros de interesse que retiravam ênfase das diferenciações internas relativas a seus participantes. No caso do grupo Somos (MacRae, 1990), o desinteresse pela diversidade interna no grupo e as disparidades de experiências e expectativas de seus membros tornavam tácito que a comunidade homossexual estava irremediavelmente fracionada. A conformação assumida destes fracionamentos não se deu unicamente sob os diagnósticos de reconhecido desgosto, mas se materializou, na prática, em cisões no interior deste e de outros grupos. Conforme apontado por diversos autores, a respeito dos movimentos minoritários e particularmente do movimento homossexual (Durham e Cardoso, 2004; Guatarri e Rolnik, 1986; MacRae, 1990), não foi incomum a prática no âmbito destas articulações de criar “inimigos” internos, reconhecidos entre os que antes eram tomados enquanto aliados em função de divergências de caráter pessoal, ideológicas e metodológicas; esta dinâmica esteve diretamente relacionada aos “rachas”.

A questão das mulheres lésbicas dentro do grupo Somos pode ser denotativa tanto da tônica que assumiram estas divergências quanto pode complexificar a discussão a respeito dos fracionamentos. Este ponto em específico é ressaltado pelo duplo motivo de que nos grupos, de modo geral, as mulheres estiveram quantitativamente em menor número que os homens, e esta configuração, conjugada aos efeitos advindos desse desequilíbrio, fizeram com que existisse certo apagamento na bibliografia disponível sobre as lésbicas na primeira onda do movimento. A segunda razão é que suas disputas internas dentro do grupo foram expostas com alguma ênfase no *Lampião*, tendo havido ao menos três matérias relevantes sobre estas (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 7-9; v. 27, 1980, p. 5), assinadas por integrantes do grupo. Em termos gerais, as lésbicas do grupo apresentaram dois eixos de insatisfação com os rumos do Somos: tendo sempre tido ações muito diferentes dos homens “homossexuais” nesse espaço, as diferenciações de seus papéis somavam-se às insatisfações com as posturas denominadas “machistas” de

muitos homens do grupo que, por exemplo, custaram parar de se referirem a elas pelo termo “racha”, considerado pejorativo. Na medida em que o Somos crescia, os grupos de reflexão aumentavam numericamente, e as mulheres acabaram sendo distribuídas entre esses tantos subgrupos que, argumentava-se, deveriam ser mistos, uma vez que as lésbicas teriam “contribuições feministas” aos homens (MacRae, 1990), que basicamente, traduziam-se por ensiná-los a não serem “machistas”. De acordo com uma das matérias publicadas no *Lampião*, esta dispersão das lésbicas em grupos mistos teria impedido o desenvolvimento da consciência das especificidades de suas experiências de sexualidade e relativas às discriminações que sofriam. A partir do que foi pontuado neste capítulo, deve-se ressaltar que, nesse sentido, as mulheres lésbicas ficavam isoladas tanto no âmbito dos grupos feministas ou do movimento de mulheres quanto no seio dos grupos de militância homossexual. Uma das matérias falava da necessidade de recuperarem sua “autoestima” e de construírem sua “autoafirmação”, e com isso era anunciada a ideia de se criar um jornal chamado *Chanacomchana*¹⁹⁸.

A insatisfação das mulheres lésbicas com o grupo não residia apenas nas dificuldades de terem suas especificidades reconhecidas pelos homens, mas também em termos de divergências políticas sobre os rumos mais amplos do grupo. Além de alegarem que o nome do Somos estava insatisfatória e demasiadamente atrelado ao da Convergência Socialista, as mulheres lésbicas tendiam a ter muito mais proximidade, apesar das dificuldades, com os movimentos feministas dos quais faziam parte e, deste modo, pareciam se distanciar das tantas disputas e divergências políticas que aconteciam no Somos. Em meados de 1980, o grupo lésbico-feminista anuncia sua saída e passa a constituir um grupo autônomo, denominado Grupo de Ação Lésbica-Feminista. No mesmo momento, deve-se destacar outros homens do grupo que, por razões distintas e por coincidência, também anunciam sua saída: o “racha” do Somos (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 8).

Desde esse período, que correspondia ao terceiro ano do *Lampião*, o jornal torna-se saturado de matérias envolvendo os grupos em que eram abertas suas divergências internas, acusações e contra acusações. Ao mesmo passo que as discordâncias e brigas aumentavam, aumentava também o número de grupos envolvidos nelas e a multiplicidade de pontos de vista sobre as disputas que reivindicavam, cada um, seu espaço de

¹⁹⁸ Sobre o jornal, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

publicação no jornal. O *Lampião* passa a publicar matérias assinadas pelos membros de seu conselho editorial e colaboradores, alegando que não havia mais espaço suficiente e que o jornal não era um local para discutir as tantas desavenças existentes. Os leitores publicavam eles mesmos suas cartas repudiando as tantas brigas, alegando não estarem entendendo o que se passava e mencionando o desinteresse que estas causavam. O jornal passa a falar em crise dos grupos, em declínio do movimento e, por fim, envolve-se nas multiplicidades de acusações e críticas vindas por todos os lados.

De fato, algum declínio parecia estar existindo e, de qualquer modo, mesmo que não iniciadas no seio do *Lampião*, as divergências passam a tomar suas páginas, e o jornal passa a ser atacado nominalmente por muitos grupos que se diziam estar “surpresos e decepcionados” com a postura de afastamento do jornal aos grupos. Neste interim, o jornal é acusado de tomar posições autocentradas e de nunca ter querido se comprometer com qualquer grupo nem em ser um jornal essencialmente ativista (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1980, p. 2; v. 33, 1981, p. 12). Ao menos em um momento inicial, o jornal defende-se como pode, alegando que não nutria maior simpatia por um ou outro grupo e que não estava “sonegando espaço”, apenas não estava “interessado em ser manobrado por qualquer grupo”. Além disso, informa que a redação do jornal sempre havia estado aberta a qualquer um que quisesse participar, que o jornal havia sido o primeiro “grupo de ativistas homossexuais” a se formar e a propor uma tarefa concreta que ainda estava sendo cumprida. Deste modo, travava-se de discordâncias postas por ele sobre os sentidos de “ativismo” e, de maneira alguma, de uma renúncia à posição de ativistas (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 17; v. 31, 1981, p. 12). Nos meandros destes dissensos e acusações, alguns dos próprios colaboradores do jornal apresentam indisposições em relação ao resto da redação: em uma carta, João Carlos Rodrigues, que sempre havia sido colaborador, diz que o *Lampião* havia passado a “atacar a esquerda, esquecendo que moramos no país da direita” (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 2), e Leila Mícolis, uma de suas colaboradoras mais ativas, afasta-se da redação (Silva, 1998). O II EGHO, que seria realizado em 1981, nem chega a acontecer, mas não sem que fossem publicadas no jornal algumas matérias expondo as multiplicidades de narrativas em disputa sobre as cisões, brigas, dissensos e acusações de todos contra todos, em um campo fluido de reorganizações de pequenas alianças fugazes (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 15A e B; v. 33, 1981, p. 18; v. 34, 1981, p. 4).

Já em 1981, o *Lampião*, em função do grande desgaste gerado por questões como estas e por outras de ordem interna¹⁹⁹, interrompe sua editoração e, em conjunto com ele, desfazem-se e dissipam-se a maior parte dos grupos existentes. Em entrevista a Silva (1998), os colaboradores do *Lampião* apresentam distintas perspectivas sobre esta conjunção: para Antônio Carlos Moreira, o fim do *Lampião* não teria provocado, automaticamente, o fim dos grupos, que passavam por tantas crises internas; já para Alexandre Ribondi, o fim do jornal teria deixado os grupos destituídos de um canal de comunicação, tornando muito difícil que uns soubessem da existência dos outros. Apesar de o *Lampião* ter tantas vezes reiterado que não seria seu papel se “porta-voz” dos grupos, a confluência entre seu fim e o arrefecimento, seguido de desaparecimento dos grupos, parece significativa²⁰⁰.

Os desentendimentos entre o *Lampião* e os grupos assumiram diversas expressões e sentidos. Se, por vezes, o jornal ateu-se a uma postura mais amena em relação às críticas que recebia, lembrando que não seria possível transformar o jornal em um “diário oficial do ativismo gue”, que seria necessário manter seu “tom jornalístico” e que esperava que não houvesse mais “acusações de não neutralidade” (*Lampião da Esquina*, v. 27, 1980, p. 4), com o decorrer do tempo, as acusações e contra-acusações eram dispostas como ataques abertos. Os “jornalistas fazendo jornalismo”, condição e necessidade prática alegadas mais de uma vez pelo jornal no contexto destas discussões (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 13), rendiam acusações por parte dos grupos de que o jornal seria “antirrevolucionário” ou que seus editores e colaboradores seriam “anarquistas pequeno-brugueses” (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 14).

A acusação de ser “burguês” ou “elitista” foi também apresentada por vários leitores ao jornal, conforme apresentado e discutido no primeiro capítulo. Já as supostas inclinações antirrevolucionárias e anarquistas reapareceram em outros textos assinados por integrantes do Somos. Um artigo assinado pelo correspondente do *Lampião* em Paris, Celestino, intitulado “Querem capar as Lampiônicas”, toma para si a atribuição de

¹⁹⁹ Conforme discutido no primeiro capítulo.

²⁰⁰ Deve-se destacar que apenas a GALF continua existindo e atravessa toda a década de 1980 atuante, embora tenha passado por uma série de reestruturações internas e metamorfoses em relação às suas propostas de atuação. A mesma década também é marcada pela epidemia de Aids, que contribui para a desestabilização dos grupos que restavam e coloca, repentinamente, em cena novas problemáticas aos dissidentes de gênero e sexualidade. Neste contexto, grupos e ativismos em formatos e com propostas completamente distintos são formados, visando o combate à discriminação e a reivindicação de formulação de políticas públicas que atendessem às categorias atingidas.

responder estas acusações, começando por dizer que parecia a ele que o que estava em jogo no âmbito destas disputas seria a “liberdade de expressão do jornal” (*Lampião da Esquina*, v. 33, 1981, p. 7). Para o autor, as práticas nominalmente atribuídas à Convergência Socialista de catalisar para si a força dos grupos homossexuais e colocar os grupos atuantes contra o jornal, seria semelhante, do ponto de vista ético, às táticas “stalinistas”, que buscam “bloquear, acuar e pressionar” entidades independentes, no caso, o jornal. O autor ainda chama a atenção para a imprecisão do termo “anarquista”, mobilizado enquanto qualificativo acusatório ao jornal e para o desconhecimento dos sentidos e históricos do termo para aqueles que o empregavam. Para Celestino, a própria origem da esquerda no Brasil seria tributária ao “anarquismo”, e, aliás, conclui afirmando que “o que está em cheque agora não é só o pensamento burguês, mas também o pensamento marxista”. As imprecisões em relação aos sentidos teóricos e históricos destas designações, poderíamos dizer, são diversas, mas se deve chamar atenção ao fato de que, mais uma vez, os sentidos de militância, de esquerda e suas orientações e da própria política estavam em constante mobilização e disputa e marcam a primeira onda do movimento e as relações com o *Lampião*.

Em matéria de Darcy Penteado, intitulada “Convergindo: da Mesopotâmia à Richetti”, escrita em torno do esforço de posicionar jornal neste espectro político, o autor o situa “à esquerda da esquerda” e ressalta que a posição do jornal ou dos dissidentes de sexualidade e gênero sempre seria “política”, uma vez que esta é uma condição da marginalidade em que estão colocados (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 14). O autor ainda menciona não saber precisar os termos em que esta posição deveria ser significada, mas afirma, pela negatividade, que esta não passava por seguir “cartilhas” e “planos de ataque”. A condição “política” permanente do jornal ou dos sujeitos dissidentes é atestada e reiterada em outras matérias, que trazem à tona a contradição inerente aos anseios de certas tendências dos grupos de querer “politizar” um movimento ou experiências que já seriam em si políticas. Os “planos de ataque” e as “cartilhas” são apresentados enquanto contíguos a todo um conjunto de práticas e de atuação e concepções teóricas que caracterizariam os partidos, tais como os métodos “combativos”, o excesso de “masculinidade” de seus participantes, o “autoritarismo”, a busca “pelo poder”, os posicionamentos “prontos”, os tons “panfletários” dos discursos, os “chavões”.

Nos interstícios das brigas com os grupos, particularmente com a Convergência Socialista, tais atribuições também eram compreendidas como forças partidárias que

estariam “cooptando” ou confiscando não só a autonomia e a originalidade que o movimento poderia ter, mas as forças das alianças transversais com as demais minorias políticas, pelas quais o *Lampião* tanto prezava. Deste modo, as políticas alternativas, os seus sentidos transgressores, as linguagens não discursivas, as especificidades múltiplas e divergentes perderiam espaço e fôlego para os planos e filosofias convencionais, com as quais as políticas oposicionistas à ditadura militar já estavam acostumadas (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 2; v. 27, 1980, p. 2). Pode-se dizer que, a partir dos discursos dispostos pelo *Lampião*, a própria ideia de “organização” teria sentidos ambíguos: a um só tempo ela poderia se apresentar como uma necessária condição para a luta e como algo que enrijeceria as multiplicidades de dissidências, experiências e consciências que poderiam ser descobertas, inventadas e assumidas pelos sujeitos políticos que eram construídos. O *Lampião* era enfático em marcar sua divergência em relação aos discursos programáticos dos “militantes especialistas”, que atestavam indesejadas distinções e hierarquizações entre legitimidades de fala em relação às “bichas alienadas”²⁰¹. Não seria equivocado pensar que a fragmentariedade que era vista enquanto disposição ou processo arrefecedor da luta, para o movimento seria, para o *Lampião*, reivindicada enquanto potencial de multiplicação das pluralidades a serem assumidas por uma política que estava por ser inventada.

Tigresas de unhas negras: inventando o lugar político do desbunde

O princípio da festa e sua identificação com a subversão, provavelmente não estavam sendo percebidos quando a “velha esquerda”, ortodoxa, julgava de forma pejorativa e moralista a prática da “nova esquerda” que se formava. A falta de acuidade em perceber o conteúdo da ambiguidade que une os termos esquerda e festiva é fatal, pois o discurso crítico produzido por essa nova geração irá construir esse exatamente sob o signo da ambiguidade. (Hollanda, 2004, p. 38)

Comecei a fazer teatro, ao mesmo tempo usava drogas e fazia um trabalho político. Droga não combinava com trabalho político. O trabalho político era o auge do conservadorismo moral, da caretice! As drogas eram uma loucura total. E eu fazia os dois! Além disso, tinha amigos sendo presos! Pessoas que tinham de tomar cuidado com a atuação política!

²⁰¹ Apesar de esta distinção parecer bastante indesejada do ponto de vista do jornal como um todo e de que o *Lampião* atribuía sua ascensão às práticas do movimento, aos “discursos autorizados” e à legitimidade de fala de uns em detrimento de outros também foram enfatizadas por colaboradores do jornal. Em uma matéria publicada em seu 23º volume, por ocasião da discussão de um debate que ocorreu em um programa televisivo, Antônio Chrysóstomo parte do pressuposto que o programa havia errado em seu convite a “homossexuais despreparados”, enquanto poderiam ter chamado outros que teriam “nível” para a discussão, conforme o autor “É evidente que qualquer membro de grupo organizado de homossexuais, qualquer colaborador de LÂMPIÃO, são dotados de um mínimo de ordem de fala e raciocínio, e, portanto, estariam melhor qualificados para uma ‘conversa’” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 10).

[...] No Brasil, era muito difícil não ser de esquerda! Por isso eu era!! Apesar de tudo apontar para que não fosse de esquerda!! Não que fosse de direita, mas eu usava drogas, fazia teatro, fazia suruba!! Eu era mais a tigresa de unhas negras, que trabalhou no *HAIR*, do que trabalho clandestino! O que aconteceu depois com as pessoas se liberando através do trabalho político, já acontecia conosco aqui em Brasília, em 1968, 1969. Só que ninguém nos ouvia, pois éramos muito poucos, mas já sabíamos que o trabalho político não resolveria nada! Contudo, era um canal de sobrevivência. [Alexandre Ribondi em entrevista a Silva (1998, p. 69)]

A década de 1970 é caracterizada por projetos resistentes, intervencionistas e revolucionários múltiplos. Não se deve perder de vista que o mesmo *Lampião* acusado de virar as costas para os grupos de militância era o *Lampião* que retinha e fazia proliferar as potências subversivas das intervenções desbundadas. O próprio desbunde emergia no horizonte da mesma década, enquanto ícone de recusa aos projetos políticos totalizantes e em oposição às lutas armadas. O desbunde contracultural continha em seu cerne o experimentalismo da liberação de caráter individual e a potência de sua coletivização, que alçava, para o escândalo dos padrões tradicionais, a própria sexualidade afirmada em seu caráter contestatório. Colocadas em termos de recusa ou de substituição à “política”, estas intervenções e experimentações poderiam ser equacionadas a um ensejo específico: a originalidade. Conforme discutido no primeiro capítulo, o refinamento da deselegância, as linguagens sarcásticas, a acuidade crítica da malícia e dos discursos satíricos do *Lampião* colocavam, ou atiravam, no horizonte das políticas e das moralidades sérias, a “fechação”, enquanto deposição das ordens instituídas, dos bons e prezáveis costumes. A “fechação”, característica do gueto, trazida e reelaborada nas páginas do *Lampião*, continha em si o potencial transformador do desbunde e da liberdade sexual; vistas aos olhos da esquerda enquanto alienação ou inclinação de ordem burguesa, ali ela era princípio de contestação da ordem conservadora.

Os debates apresentados neste capítulo devem ter servido ao propósito de elucidar as imbricações das inclinações políticas agenciadas nos interstícios destes debates, que ampliavam o campo de agentes e forças envolvidas, como os movimentos minoritários e a esquerda marxista, que aqui foram especificados. Nestes meandros, a tentativa foi também de explicitação de algumas das complexas relações e distinções que o jornal apresentava mesmo em relação aos movimentos homossexuais organizados.

A “organização” nunca deixou de apresentar as ambiguidades a ela inerentes nas páginas do jornal. Se, por vezes, travestis, bichas e lésbicas eram tomadas como uma “classe desunida”, e alguns artigos publicados no jornal dispunham-se ao lamento deste fato (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 10), outros clamavam pelo crescimento de uma consciência política e pela fundamental necessidade de união (*Lampião da Esquina*, v. 8,

1979, p. 2; v. 24, 1980, p. 10-11). A união era compreendida enquanto parâmetro e fundamento primordial à luta contra a repressão e discriminação, mas sobretudo à formulação de uma compreensão coletiva das experiências dissidentes de gênero e sexualidade. A busca por liberdade em suas múltiplas formas, pode-se dizer, era um dos grandes investimentos propostos pelo jornal, e imaginava-se que, uma vez alcançada, ela seria capaz não só de desestabilizar os sistemas de poder normalizadores e marginalizadores destas experiências dissidentes, mas, sobretudo, de restituir a humanidade dos indivíduos que a experienciavam e promover o reconhecimento entre outros dessemelhantes. A ideia de dessemelhança, aliás, parece muito mais informativa dos discursos impressos pelo jornal que àquela de identificação, por meio de supostas igualdades que, sabia-se, não existiam entre os sujeitos do gueto e as classes médias, os homens e as mulheres, brancos e negros, índios e brancos. O reconhecimento e o diálogo eram formulados enquanto alicerces de sobrevivência e de transgressão e no interim destes espectros; as perspectivas políticas, os modos de resistência e as possibilidades de libertação eram valorizados por sua multiplicidade. O *Lampião* sempre foi plural e diverso; a fragmentariedade parece ter sido o signo de sua política e o caminho de sua grande permeabilidade, dando-se para fora do jornal e encontrando-se no próprio âmbito de sua redação, onde eram discutidas e formuladas suas posições.

Deve-se notar que o *Lampião* não se dispunha a ser esclarecedor das massas do gueto ou formulador autorizado de sua conscientização. Embora a conscientização, pode-se dizer, seja uma das categorias que parecem apropriadas para se dispor preponderantemente em oposição à ideia de “organização”, compreendida em seu sentido mais convencional. Ela não deveria, enfatizava o jornal, ser formulada por ele enquanto proposta de caminho unívoco e bem informado. Dizia o jornal que sua maior intenção seria “reunir”, na medida do possível, todos aqueles que não tinham voz e que sempre foram “oprimidos” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 4). Reunião, assim especificada, seria uma maneira de diálogo e encontro, que era subsidiária à proposta de formular a consciência da opressão e vertê-la em força de transformação, fosse esta a aceitação da própria sexualidade, a resistência, a revolta, o acesso a direitos, o conhecimento dos modos possíveis de relacionar-se, o encontro da felicidade, a politização do âmbito pessoal, a subversão comportamental, a proliferação dos desejos, quaisquer revoluções que estavam por ser imaginadas.

Em suas páginas estiveram disseminadas considerações sobre sua indisposição em assumir qualquer posição que mimetizasse a de uma “vanguarda” político-cultural, igualmente estiveram as medidas de precaução para que os leitores não tomassem o *Lampião* como um jornal de pretensão “paternalista”, aquela de fundamentar e desenhar os rumos que os homossexuais, lésbicas, travestis, mulheres e outras pessoas deveriam seguir em relação às suas sexualidades. A conscientização não deveria passar por normatizar caminhos nem por falar pelo outro. Sendo sua posição crítica às moralidades dominantes e dispositivos de controle das sexualidades, a proposta era a viabilização de um espaço em que fosse possível partilhar as experiências da marginalidade, visibilizar o invisível, denunciar a violência civil-militar incidente sobre essas mesmas sexualidades. Olhado retrospectivamente, o *Lampião* parece pouco ter se imaginado como parte de uma ampla “frente” de resistência designada ao combate de um alvo particular: se a repressão era multifocal, a libertação e a travessia das problemáticas colocadas não poderiam ser, senão, pluralidades coletivas. As diversidades, afinal, deveriam ser reconhecidas discursivamente e multiplicadas na prática; desse modo, certa organicidade estava contida na ideia de resistência que o *Lampião* imprimia.

O jornal, desde seu primeiro editorial, é claro e insistente em relação a uma proposição: “sair do gueto”. Nele estariam aprisionados tanto um renomado artista plástico da capital paulistana, quanto a travesti batedora de calçada da esquina. Sair do gueto, do armário, das sombras, não era certamente uma proposição adotada a partir de uma lógica programática, mas insistente sobre uma pragmática da situação. A marginalidade era dada e marcada enquanto território de ambiguidade: aquela a que se deveria transcender; aquela de onde emanaria a contestação, a existência resistente. Os caminhos para sair ou subvertê-la poderiam ser muitos e estavam por ser coletivamente encontrados. A liberdade era, em primeira instância, uma saída coletiva e qualquer que fosse sua possibilidade de alcance, sabia-se que ela deveria ser valorizada em termos de seus aspectos amplos, gerais e irrestritos.

4. Dispositivos discursivos e disposições dissidentes: elaborações sobre gênero e sexualidade

Tem que se esconder no escuro
 Quem na luz se banha
 Por debaixo do lençol
 [...]

 Quem não finge
 Quem não mente
 Quem mais goza e pena
 É que serve de farol
 [...]

 Todo mundo quer saber
 Com quem você se deita
 Nada pode prosperar

(Caetano Veloso)

A publicação do *Lampião* inclinou-se ao propósito de desmistificar as imagens e representações estigmatizantes, acerca de dissidentes de gênero e sexualidade, disseminados na produção cultural do país, ao menos durante a década de 1970, no Brasil. Embora as representações destes sujeitos, agenciadas pelas imprensas populares e meios de comunicação hegemônicos no período, tivessem sido alvos privilegiados de crítica dos discursos apresentados pelo jornal²⁰², tais críticas dirigiram-se igualmente a outros âmbitos produtores destas imagens que associavam os dissidentes a criminosos, usuários de drogas, que os associava à prostituição ou os transformava em objeto de entretenimento.

As representações de personagens de gênero e sexualidades dissidentes no teatro, cinema e novela configuraram um âmbito sobre o qual recaiu a atenção do jornal, tendo publicado inúmeras críticas elaboradas pelos membros de seu conselho editorial. Entre diversas críticas positivas que tinham também o intuito de divulgar as peças e os filmes, que passavam a surgir no final da década com tais personagens, o jornal apontava as imagens e as representações pejorativas, preconceituosas e estigmatizantes que retratavam dissidentes sexuais como pessoas que não haviam atingido sua maturidade

²⁰² Conforme discutido nos capítulos 1 e 2.

sexual, enquanto objetos de chacota; frequentemente, tais críticas enfatizaram que estes papéis pareciam servir unicamente à finalidade de entretenimento do público, com personagens desprovidas de qualquer profundidade psicológica e sustentadas através do exagero de gestos e comportamentos estereotipados. De acordo com uma das críticas apresentadas pelo jornal, esta seria a “velha e infalível receita para divertir plateias”, e agora que os roteiros haviam descoberto que “homossexuais” vendiam bem (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 16). Em outras palavras, as críticas do jornal confluíam no sentido de sublinhar que a sexualidade parecia erigir uma “alternativa” para o cinema e teatro para a “exploração dos gays” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 11).

Se, de um lado, a dissidência de gênero e sexualidade poderia encontrar lugar no seio das explorações comerciais, de outro, no que tangia às possibilidades de inserção efetiva no mercado de trabalho, a estes sujeitos parecia ser negada a possibilidade de ocupar distintas ocupações. As contradições eram evidenciadas pelo jornal. Os estigmas correntes, comumente, ancoravam-se na pressuposição de que seus ofícios deveriam restringir-se a profissões, tais como cabeleireiros, manicures e costureiros, trabalhos diretamente associados à feminilidade²⁰³ (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 5). Outra desigualdade que poderia ser explicitada residia no fato de que, quando se tratava de trajetórias de dissidentes sexuais considerados bem-sucedidos, suas carreiras e os produtos de seu trabalho eram, em geral, merecedores de menor atenção, sendo estes sujeitos reduzidos à sua sexualidade. O *Lampião* aponta, em uma matéria assinada por Glauco Mattoso, que a obra de Oswald de Andrade sempre foi merecedora de atenção e, uma vez que o autor fosse casado com uma mulher e tivesse filhos, sua vida pessoal não se tornava objeto de maiores preocupações sociais; a mesma falta de curiosidade, entretanto, não seria extensível a Mario de Andrade, que teve sua “vida não intelectual” bastante discutida, em função das supostas relações que teria mantido com outros homens (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 12). Em diversas matérias e ensaios publicados no jornal, bem como nas cartas enviadas por seus leitores, podem ser encontradas referências aos correntes processos de conversão de dissidentes de sexualidade e gênero em objetos de “curiosidade”; em uma carta publicada no quarto volume do jornal, um leitor ressalta:

²⁰³ Isto no caso de homens considerados homossexuais e de travestis e mulheres transexuais. No caso de mulheres lésbicas, pouco são mencionadas no jornal as profissões que estariam, de modo estereotipado, a elas associadas.

“Ainda se vê a figura do homossexual como ave rara, objeto de curiosidade, sendo sua sexualidade a única justificativa para tal” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 19).

As ideias preconceituosas que serviram de base para denúncia e julgamento de dissidentes de gênero e sexualidade foram apontados no segundo capítulo, em conjunto com as disposições abertamente criminalizantes empreendidas por parcelas da sociedade civil. O repertório popular inclinado à estigmatização destes sujeitos, conforme exposto pelo jornal, tinha pressupostos e efeitos muito diversos. Uma matéria apresentada pelo jornal em sua segunda edição ressalta uma pesquisa divulgada no *Fantástico*, programa televisivo de ampla audiência, sobre questões sexuais tomadas do ponto de vista da sociedade civil. Pode-se notar, de acordo com as ênfases da matéria que a “homossexualidade” era concebida como doença, como produto do “desajuste do mundo de hoje”, como efeito das falhas de educação dos pais, como falta de vergonha, como algo propenso a causar “escândalo” de modo geral (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 9). A matéria, assinada por João Mascarenhas, se dedica ao esforço de desconstrução? Destas ideias, ressaltando que a “culpa” destes preconceitos seria da censura que pesaria sobre os meios de comunicação no país, de modo a distorcer e estreitar as representações das experiências destes sujeitos. Porém, estas ideias sobre as dissidências de sexualidade e gênero partilhadas pelos repertórios populares, técnicos e militares tiveram ampla permeabilidade no período.

Reportagens e matérias divulgadas pelos meios de comunicação, no final da década de 1970 e início da década de 1980, registram discursos acerca de homossexuais, lésbicas, bissexuais e travestis, que incitam à violência física contra estas pessoas – a popular “vontade de dar porrada” (*Lampião da Esquina*, v. 14, p. 11) –, além de afirmar sua associação à pornografia, à “perversão” de crianças, ao uso de tóxicos e, por fim, ao “comunismo” (*Lampião da Esquina*, v. 29, 1980, p. 3), concebido como derivação última da ampla gama de imagens degradantes, pejorativas e subversivas que estariam atreladas à existência destes dissidentes²⁰⁴. O conjunto destas imagens – que oscilavam entre o conservadorismo, a discriminação e o ânimo punitivo, sistematicamente denunciados pelo jornal –, foi, via de regra, vinculado pelo *Lampião* à inclinação “hipócrita” de uma sociedade civil, que julgava e vigiava estes comportamentos, ao mesmo passo que parecia se mostrar indiferente ou despreocupada face a outros problemas graves do país, como a

²⁰⁴ Conforme discutido mais detidamente no segundo capítulo desta dissertação.

pobreza, o desemprego, a exploração do trabalho infantil e, no limite, a própria repressão, censura e controle do regime ditatorial. Conforme matéria assinada por Aguinaldo Silva, acerca das “investidas” do regime contra o “boom” de revistas consideradas eróticas no período – que eram acusadas de corromper as crianças da nação –, o grande tema que parecia surgir no horizonte para parcelas majoritárias da sociedade civil era o medo, considerado infundado pelo autor, de que as crianças corressem o perigo de consumir revistas eróticas com os trocados que ganhavam pelo seus trabalhos precários (que, aliás, dificilmente poderiam pagar o preço das revistas ou, de modo mais improvável, escolheriam comprá-las, entre outras necessidades básicas). Conforme o autor: “Dizem que as revistas eróticas levam à masturbação, a masturbação leva aos tóxicos e estes conduzem ao comunismo” (*Lampião da Esquina*, v. 29, 1980, p. 3). A lógica era clara, no sentido de difundir pânico entre o universo de leitores.

Problemas de natureza moral pareciam constituir o cerne das preocupações socialmente levantadas em relação às dissidências de sexualidade e gênero, aparecendo de maneira mais ou menos explícita. Atribuições aparentemente descabidas, que associavam a dissidência de sexualidade e gênero ao comunismo, eram mobilizadas pelo regime militar, enquanto aquelas relativas ao uso de tóxicos, periculosidade social e corrupção de menores estavam sendo erigidas por parcelas da sociedade civil; porém, por vezes, a expressão destes pressupostos preconceituosos e desinformados também aparecia em manifestações aparentemente liberais.

Uma matéria assinada por Clóvis Marques, intitulada “Homossexualismo, uma questão de objetividade”, publicada no quarto volume do jornal, é bastante elucidativa a respeito deste último ponto e, particularmente, expressiva no sentido de aglutinar algumas das formas pelas quais certos preconceitos foram assumidos no período, e contra os quais o jornal buscou se posicionar (*Lampião da Esquina*, 1978, v. 4, p. 2). O ponto de partida da matéria seria a publicação de um editorial do *New York Times*, escrito por um “cavalheiro” que buscava “tranquilizar a opinião pública americana” frente a fenômenos que tomavam espaço nos debates públicos no país, a saber: o fato de que as mesmas comunidades, que outrora haviam aprovado leis contra a discriminação “anti-homossexual” (“*anti-gay discrimination*”), voltavam atrás nestas votações. Para Marques e para o autor da matéria, Robert Claiborne²⁰⁵, este recuo se devia ao fato de que a opinião

²⁰⁵ Robert Claiborne. Who’s afraid of gays? *The New York Times*, 14/6/1978.

pública levantava, preponderantemente, as alegações de que “Deus desaprovava a homossexualidade” e de que “os homossexuais estariam atrás de seus filhos”, podendo contaminá-los com seus comportamentos contraexemplares. É sobre o segundo argumento que Claiborne dirige seu esclarecimento à população norte-americana, aos que acreditam que a homossexualidade pode se alastrar de maneira “contagiosa”, e para tanto, começa por narrar suas pretéritas experiências adolescentes, que poderiam ser caracterizadas enquanto homossexuais.

O argumento de Claiborne, conforme a leitura de Clóvis Marques parece, em um primeiro momento, ser franco e corajoso. Ao rememorar suas experiências, o autor ressalta: “Se o contato com homossexuais e/ou sedução por eles podem transformar um menino heterossexual, eu seria tão viado quanto a proverbial nota de três dólares”, e prossegue lembrando que, no entanto, o percurso de sua vida terminou em um casamento com uma mulher, com seu círculo de amigos homossexuais pelos quais seu interesse erótico equivaleria ao “prazer gastronômico que lhe despertaria a oferta”, em suas palavras, de um “sanduíche de papelão torrado com serragem”. Para não começar pelos equívocos, Clóvis Marques ressalta que o liberalismo do autor, escrevendo em um jornal de tão expressiva circulação em um momento em que estavam colocadas no centro dos debates políticos questões tão delicadas, seria de uma espécie que precisa de um “falso distanciamento moral e psicossocial para forjar uma carapaça de equanimidade e justeza”. Clóvis Marques destaca que, para coroar o “impacto de infalibilidade sobre o leitor”, a “ciência” é trazida e agenciada por Claiborne. Em discordância marcante com o autor, Marques passa a desmontar os argumentos “científicos” sobre a homossexualidade expostos no artigo, conforme:

Primeiro, um argumento a refutar: preferência sexual não é ambígua e ainda informe na primeira idade, nem “determinada inteiramente pelo meio em que a criança cresce” (e nisso está contradizendo, como faz questão de lembrar, as posições antagônicas de muitos homossexuais e dos “mais ferozes anti-gays”). Em seguida, a afirmação categórica: “A heterossexualidade está incrustada nos genes humanos, como nos de todos os outros animais superiores”. Os homens sentem a atração pelas mulheres, e vice-versa, pelas mesmas poderosas razões evolutivas que os fazem sentir-se atraídos pela água quando têm sede e pela comida quando têm fome. “Sem isto, prossegue. “a raça humana há muito teria perecido, de sede, fome ou falta de reprodução”. (*Lampião da Esquina*, 1978, v. 4, p. 2)

Clóvis Marques ressalta que argumentos como estes têm servido para apaziguar as tentativas de enxergar mais claramente a questão da homossexualidade e o debate sobre os modos pelos quais certas “estruturas de poder e formas de produção” incidem sobre a discussão do “patriarcalismo”. Ademais, de acordo com o autor, o “panfleto” do NYT, apesar de parecer dizer que não se deve discriminar ou temer os homossexuais, parte, de

início, de uma distinção que “divide a humanidade em dois setores eternamente dados”, que, por fim, reifica e imobiliza a “homossexualidade”. Marques ressalta:

Esta entidade – os homossexuais – imóvel por excelência, eu não tenho o prazer de conhecer muito concretamente. Minha experiência e as estatísticas me mostram que, se existe uma gradação, é a que leva ininterruptamente do homossexual exclusivo ao heterossexual exclusivo. O que importa, no caso, não são as razões ancestrais que porventura determinem a atração bi-sexual, mas as razões existenciais e históricas que contribuam para a escolha em diversos graus livre e consciente de cada indivíduo. Colocando-se assim as coisas, é fácil ver que mesmo quem durante a vida toda pratique exclusivamente a homossexualidade teria, hipoteticamente, a possibilidade prática de mudar o rumo de sua história pessoal e se realizar heterossexualidade (ou vice-versa). Tão discriminatório quanto o horror aos homossexuais é a necessidade de enquadrá-los – seja lá como for, estatística ou geneticamente para pregar a “tolerância”. Eis porque não é positiva e aberta, mas negativa e preconceituosa a “solidariedade” do senhor Claiborne. (*Lampião da Esquina*, 1978, v. 4, p. 2)

Sobre as teorias científicas aplicadas à explicação da homossexualidade, Marques assinala que, por volta de seus dezesseis anos, em meio à solidão, medo e falta de esclarecimento sobre as possibilidades de significar para si a experiência sua sexualidade, ele foi levado a um consultório no Rio de Janeiro onde teria ouvido, como resposta a suas angústias, que a homossexualidade tinha “causas genéticas”. O autor ressalta, em tom irônico, que seria importante lembrar que a consulta não havia durado mais que dez minutos e que este tempo fora o suficiente para que ele saísse do consultório desestabilizado, com a impressão de que nada seria possível em sua vida, além de carregar “o peso de um determinismo incontornável”. A similitude dos argumentos e a potência equiparável de seus efeitos às experiências da dissidência de sexualidade e gênero são atribuídas por Marques ao texto opinativo de Claiborne, que se utilizou de argumentos genéticos, relativos a “distúrbios hormonais durante a vida pré-natal”, que informavam, ao mesmo tempo que eram informados pela opinião pública norte-americana. Para Marques, eram estas ideias “abstratas, imprecisas e generalizantes” que configuravam, de modo negativo, sua pertença a “uma espécie de classe superestrutural, exatamente o que o bom senso deveria mostrar que homossexuais não são” (*Lampião da Esquina*, 1978, v. 4, p. 2).

Os efeitos das ideias e práticas estigmatizantes sobre dissidentes de sexualidade e gênero foram de todas as ordens: políticos, sociais, culturais e psicológicos, implicando na atribuição de ilegítimos, perversos, subversivos ou indignos a estes sujeitos. Eles tiveram, nesse quadro de invisibilização e estigmatização, que encontrar modos de resistência. Nesse capítulo, o foco analítico recai, duplamente, sobre alguns modos específicos de objetivação destas “classes superestruturais”, sobretudo aqueles relativos ao discurso médico-científico, apontados na matéria de Clóvis Marques, que se empenhou

na produção de sujeitos específicos, exploráveis pelos dispositivos de saber. Ao mesmo passo, pretende-se explorar as múltiplas formas de resistência a estes dispositivos e repertórios estigmatizantes, tais como a reivindicação da humanidade, a importância atribuída a assumir-se, a argumentação pela naturalidade essencial das “condições” sexuais, ou as afirmações estético-comportamentais resistentes às normatizações impostas no plano sociocultural. Neste sentido, busca-se, ainda, argumentar que a resistência a estes dispositivos seguiu itinerários que dialogaram, utilizaram ou buscaram se colocar diretamente contrários a eles. Para tanto, faz-se necessária uma apresentação preliminar das linhas gerais das categorias que, nesse trabalho, têm sido designadas por “dissidentes de sexualidade e gênero”.

Da humanidade cindida à humanidade restituída

Conforme apontado no capítulo anterior, não raramente, os discursos de afirmação presentes no jornal *Lampião* inclinaram-se à luta contra o preconceito, por meio da reivindicação do direito à existência, particularmente expressa pela importância do reconhecimento dos dissidentes de sexualidade e gênero como seres humanos. Ser reconhecido como humano compreendia o sentido de explicitar e se opor à destituição de condições básicas de existência, por parte do Estado e por parte da sociedade civil. Tal destituição encontrava-se sob os processos de marginalização e discriminação destes dissidentes, e pareciam legitimar as diversidades de modalidades de repressão que os atingiam, posto que destituídos de dignidade. A luta pela inclusão de dissidentes de sexualidade e gênero na esfera da humanidade expressou-se na forma de luta por direitos e ao reconhecimento destes dissidentes enquanto sujeitos civis e políticos nas páginas do *Lampião*. Ao lado da negação da humanidade, dispunha-se a separação categórica entre “maioria” e “minorias”. Devemos lembrar que o jornal sempre apontou o dispositivo, atribuído ao “sistema”, da separação da humanidade entre aqueles que representariam seu paradigma heterossexual – posto, inclusive, em termos quantitativos – e aqueles que representariam exceções ou desvios a ele.

O fundo comum de humanidade, que se esperava extensível a todos, era, portanto, segmentado em linhas de gênero, sexualidade, moralidade, classe e raça. Se, no âmbito das organizações políticas homossexuais, a fratura preponderante era aquela entre maioria e minoria, expressando-se nas disputas filosófico-políticas entre as minorias e as esquerdas tradicionais, já no âmbito de diversos discursos presentes no *Lampião*, a

segmentação baseada na sexualidade também se mostrou relevante. Embora o jornal trouxesse a reivindicação por cidadania de dissidentes de sexualidade e gênero (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 16; v. 17, 1979, p. 4) – vale dizer, sua não diferenciação do ponto de vista legal, por conta do exercício da sexualidade, ou das assim chamadas “pressões do sistema” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 15) –, a luta pela desmarginalização, via liberdade sexual, também carregava sentidos que remetiam à humanidade, enquanto espécie. A crítica supracitada de Clóvis Marques ao editorial do *New York Times* referia-se, por exemplo, à construção dos homossexuais como “classe superestrutural” ou “espécie”. Em carta publicada por duas edições subsequentes do jornal, um leitor assinala: “o que queremos é desmarginalizar a espécie, assumir integralmente nossa condição humana”²⁰⁶ (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 14).

Entrecruzando objetivos diversos – de um lado, lidar com o estigma; de outro, atribuir sentido às próprias práticas sexuais e identificações de gênero –, a reivindicação do reconhecimento da humanidade de dissidentes de sexualidade e gênero parece ter-se colocado na esteira do argumento humanista, que recusaria a separação entre “homossexuais” e outros seres humanos, assim, ressituando-os no escopo da espécie (*Lampião da Esquina*, 1981, v. 33, p. 12), não mais como exemplares do “último degrau de condição humana” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 18). Dada em termos dualistas, que apartaria homossexuais de heterossexuais, ou em termos de um espectro que escalonaria graus decrescentes de humanidade, a categoria de humanidade trazia consigo a expressão da ideia de uma condição irrefutável da pessoa. O resgate da condição humana, muitas vezes, foi equacionado, nos discursos apresentados pelo jornal, ao reconhecimento de que o humano seria, ele mesmo “sexual” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 7). Conforme expresso no primeiro editorial do jornal: “Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2), ponto em que residiriam possibilidades de garantia existencial e pertença. Quem sabe assim pudessem os dissidentes estar salvos e daí viria a possibilidade de uma existência “não mistificada, limpa, confiante, de cabeça levantada”?

²⁰⁶ Deve-se notar que a construção e designação das práticas consideradas homossexuais, enquanto específicas do sujeito, remontam à implantação do que Foucault (2014) chama de dispositivo da sexualidade no Ocidente, a partir do século XVIII. Nesse período, de acordo com o autor, teria surgido propriamente a personagem homossexual, concebida como membro de uma espécie dotada de características próprias, inerentes a ela, sistematizáveis e racionalizáveis.

Conforme discutido anteriormente, o jornal criticava o que considerava os equívocos e o caráter deletério das reduções comumente agenciadas pelo repertório popular quanto à sexualidade de sujeitos “homossexuais”, que os convertiam em objetos de curiosidade. Se, por um lado, a liberdade da existência das diversas expressões de sexualidade ou de gênero deveria ser reconhecida por meio de sua humanidade e não como “segundo sexo” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 7), por outro, o resgate da condição humana socialmente negada não raro foi proposto em termos de “assumir sua condição” sexual (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 2). O humano era e não era sexual. A possibilidade de desmarginalização e luta contra o preconceito, por meio de assumir ou insistir sobre um atributo contido no seio da humanidade, configuravam riscos de natureza distinta aos discursos resistentes: a crença de que existiria algo para ser assumido se consubstanciava com a ideia de que existiria algo inerente aos indivíduos que faria deles homossexuais genuínos, um tipo de humano que poderia ser especificado. A próxima seção dedica-se aos debates travados pelo *Lampião* com a divulgação científica da época.

As críticas aos dispositivos de saber

O *Lampião* está longe de ser um veículo de divulgação científica pura e simples, mesmo que o tema seja nosso, preferindo manter-se como um jornal de atualização, participante das vivências, ideias e atividades minoritárias e, mais particularmente, um catalisador de opiniões e vivências homossexuais. Assim sendo, os conceitos científicos sobre homossexualismo, mesmo quando imparciais, bem documentados e devidamente atualizados, colocam-se de tal forma dentro de uma lógica habitual de laboratório que nós, os homo conscientizados, nunca os podemos aceitar na totalidade porque possuímos a nosso *favor* (e com acréscimo indiscutível) a convivência íntima com o assunto, com a qual dialogamos de maneira aberta, coisa que nenhum cientista hétero, mesmo o mais esforçado entre os esforçados jamais conseguiu até hoje.

[...]

mesmo com a seriedade e possível isenção com que eles tratem o homossexualismo (o que de certo modo é relevante porque finalmente os cientistas começam a nos ver como gente, não mais como coelhos de laboratório), suas ideias e conceitos, todos baseados em estudos atualizados, etc., etc., continuam naquela do de fora para dentro e, o que é pior, subservientes aos padrões do sistema. (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 12)

Os excertos supracitados são destacados de uma matéria assinada por Darcy Penteado, publicada no 25º volume do *Lampião*, intitulada “Começam a nos entender. Mas isso nos interessa?”, escrita por ocasião de uma carta enviada à redação do jornal na qual um leitor relatava ter assistido a uma fala de um psiquiatra em uma universidade no

Rio de Janeiro que tinha como tema a “homossexualidade masculina e feminina”. O leitor relata ter gostado da conferência e ressalta a “imparcialidade” do conferencista, “apesar de ser hétero”. Antes de voltar-se ao questionamento da sexualidade do conferencista, Darcy assinala em seu texto a historicidade inerente à produção de saberes científicos sobre as homossexualidades, qualificando-as como olhares de “fora da jaula” que, mesmo com a melhor das intenções, apoiados em grandes tradições disciplinares e em dados colhidos durante anos, jamais poderiam apresentar resultados satisfatórios, uma vez que os conceitos nos quais estão ancorados seriam, em princípio, “equivocados”. O autor ainda tece dois apontamentos interessantes sobre as análises científicas: primeiramente, destaca que os prefixos “homo” e “hétero” são eles mesmos “nomes, prefixos, condições e classificações” criados pelos “héteros” para se defenderem de quaisquer “princípios de sobrevivência e supremacia”. Em segundo lugar, que estas teorias não devem perturbar nem acrescentar nada aos “homo conscientizados” que, nesta condição, já teriam superado as “bBOSEIRAS dos psicanalistas que insistem em nos curar”, quando tudo o que estes sujeitos desejariam é “fazer válida sua normalidade”.

A ciência tomada como instrumento de “falso distanciamento”, nas palavras de Clóvis Marques – ou, sua desejada “imparcialidade”, nas palavras do leitor do *Lampião* –, figurou como um dos grandes alvos sobre os quais incidiram críticas e debates do jornal, sendo suas teorias comumente compreendidas como baseadas em “ideias abstratas, imprecisas e generalizantes”. Responsabilizada por criar a separação da humanidade entre “homo” e “heterossexuais”, a ciência frequentemente apareceu nos discursos do jornal como instrumento de produção de saberes, que se constituem por olhares “de fora” – as “lógicas de laboratório” –, que poderiam ser concebidos como diametralmente opostos à convivência íntima com o “assunto”, à participação nas vivências, ideias e atividades “homossexuais”. Essas últimas se traduziam em conhecimento de causa que, de certa maneira, passaram a ser reivindicadas pelo jornal, enquanto subsídios necessários para a narrativa das experiências da dissidência de sexualidade e gênero, que não passassem por sua patologização, dimensão que, de uma ou outra maneira, parecia constituir a produção científica em termos de seus propósitos, meandros e efeitos.

Conforme exposto no início deste capítulo, a crítica de Clóvis Marques ao artigo publicado pelo *New York Times* referia-se a teorias científicas sobre as causas genéticas da homossexualidade. Pode-se notar, a partir de diversos artigos publicados no *Lampião*, que teorias genéticas, endocrinológicas e, sobretudo, psiquiátricas, que exploravam as

causas e se inclinavam à proposição de cura das “homossexualidades”, circulavam nos planos internacionais e nacional. Há que se pensar a extensão em que a divulgação, circulação e absorção destas teorias se deram no país e, assim, quão expressiva poderia ser considerada sua permeabilidade no repertório popular ou entre setores médios e intelectualizados do país. Embora a matéria assinada por Darcy Penteado ateste, do ponto de vista político, que estas teorias não deveriam perturbar nem acrescentar nada aos “homo conscientizados” e que o jornal não constituía um “veículo de divulgação científica”, é notória a divulgação e discussão da produção de saberes científicos sobre as “homossexualidades” no jornal. Ademais, os debates que tiveram lugar no *I Encontro Brasileiro de Homossexuais* (EGHO) sobre a “patologização” das “homossexualidades”, bem como o subsequente ato no congresso anual da SBPC, em 1980, nos dão ideia dos pesos e efeitos destrutivos que tiveram estas teorias para os dissidentes de gênero e sexualidade e, de algum modo, sobre a eficácia prática e simbólica de sua circulação. A esta linha vem se somar o episódio narrado por Clóvis Marques, a respeito de sua infeliz experiência em uma consulta psiquiátrica para a discussão de sua sexualidade.

Entre os muitos livros que foram divulgados pelo *Lampião* e vendidos pela Esquina Editora, esteve a coletânea organizada por Décio Monteiro de Lima intitulada *Comportamento sexual no Brasil*, que aglutina textos de diversas “autoridades” ligadas às questões ditas sexuais, tais como urologistas, proctologistas, psicólogos, delegados de polícia, sexólogos, endocrinologistas, psiquiatras, psicanalistas e ginecologistas. Duas resenhas críticas do livro são apresentadas em sequência no quarto volume do jornal, assinadas, respectivamente, por Peter Fry e Edécio Mostaço e tratam, sobretudo, do capítulo do livro destinado à análise do “Comportamento sexual não convencional”. A resenha apresentada por Peter Fry, que ganha o título “Falam os profissionais” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 14), ressalta que a importância do livro, à parte a superficialidade das informações apresentadas, residiria no fato de que ele representa as várias “ideologias da sexualidade brasileira”, “das mais esclarecidas até as mais reacionárias”, dispostas pelas vozes opinativas dos “especialistas” que são chamados a discorrer sobre a sexualidade brasileira. Para o autor, o interesse do livro seria advindo sobretudo do fato de que:

[...] na minha opinião, estão lá reunidas num volume só, temos acesso às cabeças das pessoas a quem a sociedade delega o poder de opinar sobre a nossa sexualidade e de encará-la como algo pertencente às esferas médica e policial. (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 14)

Alguns pontos interessantes são ressaltados pelo autor, a respeito dos conteúdos do capítulo sobre os comportamentos ditos “não convencionais”. Em primeiro lugar, algumas teorias sobre incidências de comportamentos “homossexuais” masculinos e femininos atestam que, enquanto a homossexualidade masculina costuma aparecer mais frequentemente durante a adolescência e tende a se arrefecer na idade adulta, a homossexualidade feminina tenderia a apresentar-se sobretudo na vida adulta, em decorrência de relações frustradas com homens. O texto do proctologista resalta seu choque com a espontaneidade e orgulho com que pacientes pertencentes ao “terceiro sexo” apresentam-se em seu consultório e no do psiquiatra, categorizando a homossexualidade como “neurose”, a associa com o uso de drogas, delinquência e suicídio. Na mesma linha da surpresa sentida pelo proctologista, outro médico – assumindo uma postura “paternalista”, de acordo com Fry – resalta que os homossexuais que aparecem em sua clínica não são “agressivos”, nem “mal educados”. Por sorte, a “frágil estrutura psicológica” atribuída, de modo geral, a homossexuais no livro, é apontada por uma socióloga que resalta os preconceitos inerentes às descrições destas pessoas enquanto inseguras, histéricas e não confiáveis. Traz, ainda, a elaboração de um psiquiatra, acerca dos chamados comportamentos “ativos e passivos” de homossexuais, entre as populações urbanas no país. Para o médico, tais comportamentos recorrentes nos centros urbanos do país, procederiam de maneira a satisfazer os “desdobramentos naturais de uma ereção ocasional” e situações inesperadas, criadas por “impulsos” destes sujeitos. Sobre esta e as demais “explicações”, Fry destaca:

Mas que outra explicação mais satisfatória poderíamos esperar de profissionais cujo contato com o mundo que procuram descrever é restrito às pessoas que as procuram por motivo de doença e que se desenrola, portanto, não nas ruas, nas casas, nos bares e nas boates, mas no ambiente antisséptico dos consultórios médicos?

[...]

Até agora, aqui no Brasil, nosso conhecimento sobre comportamento sexual se restringe a opiniões de “especialistas” e palpites de todo mundo. O que resulta desses palpites são, por um lado, racionalizações de atitudes não científicas e francamente ideológicas, e por outro, algumas sugestivas hipóteses. Neste livro essas duas posições estão simultaneamente presentes, mas o leitor desprevenido poderia facilmente confundir uma com a outra e assim terminar a leitura pensando que sabe tudo a respeito da sexualidade no Brasil. (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 14)

A resenha de Edécio Mostaço destaca algumas terminologias utilizadas pelos especialistas, tais como “pederastia” para designar comportamentos considerados homossexuais, a multiplicidade de associações feitas entre estes e doenças, prostituição e “sexo grupal” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 14). A crítica do resenhista recai sobre

a fratura categorial entre o que seria “sexo convencional” e sexo “não convencional”, por mostrar-se efeito de uma insistência em uma operação de isolamento de um comportamento que, ao contrário, deveria ser visto como um todo e a partir de sua dinâmica. Para Mostaço, a “pulverização analítica”, operada pelos especialistas, seria característica do pensamento que preserva ou expressa, em nossa sociedade, a “esquizofrenização do Sistema” que, ao se difundir, tem por um de seus efeitos a repressão contra as sexualidades, sua espetacularização e uma indesejável dose de alarde sobre os leitores:

Destinado ao leitor leigo, escrito em linguagem “não científica” para aproximar o público da matéria analisada por intenção expressa do autor. Este “Comportamento Sexual do Brasileiro” ratifica em sua pretensa intenção científica os comportamentos médios que o leitor, conhece e espera encontrar, fazendo alarde sobre temas ou angulações que isolo em tópicos (a mulher frígida, inseminação artificial, indagações do adultério, sexo solitário, etc.), para melhor explorar o escabroso, o pecaminoso, o voyeurismo que o Sistema difundiu nas práticas e no trato sexual, tentáculos em que se desdobra a repressão (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 14)

As duas resenhas têm diferentes perspectivas críticas quanto ao discurso autorizado sobre as sexualidades. Deve-se notar que a resenha de Fry inclina-se a um balanço teórico dos conteúdos do livro e, apesar de suas críticas, reconhece seu interesse como ponto de partida para as escassas discussões acadêmicas sobre sexualidade no país, além de sua relevância, por reunir discursos socialmente autorizados sobre a sexualidade. Já a resenha de Mostaço apresenta saberes científicos como produtos do “sistema”, que tem por efeito direto a repressão das sexualidades. Tal diferença dá o tom e pode ser reveladora, conforme veremos, de grandes e distintas modalidades de engajamento com a ciência, que os redatores do *Lampião* e as matérias impressas em suas páginas assinalaram.

Ambos os autores concordam, na mesma medida em que os redatores do *Lampião* responsáveis pelas matérias sobre saberes científicos supracitadas, que existiam disparidades fundamentais entre a produção de saberes científicos e a realidade daqueles que experimentavam as sexualidades dissidentes nas esquinas. Assim, os textos de Clóvis Marques, Darcy Penteado, Peter Fry e Edélcio Mostaço opõem, de um lado, discurso científico, pautado pela abstração, generalização e certa medida de imprecisão, a perspectiva externalista sobre a sexualidade, atrelada à assepsia dos consultórios, e os procedimentos epistêmicos racionalizantes de isolamento analítico; de outro, encontram-se as dinâmicas da vida sócio-sexual marcadas pela convivência íntima, que têm lugar nas casas, esquinas, ruas, bares e boates, que podem ser traduzidas por razões de ordem

existencial e histórica, imanentes a relações sociais e inscritas nas liberdades individuais. Um conjunto expressivo de matérias e ensaios publicados no jornal interroga o fluxo e os conteúdos destes saberes e sua circulação agenciada por especialistas.

No 17º volume do *Lampião*, é publicada a transcrição de uma breve entrevista com um professor de direito penal da Universidade Federal de Pernambuco (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979), tratando da indefinição, no texto do Código Penal brasileiro, da prática do “homossexualismo” enquanto ato criminoso. Sua abertura é precedida por um comentário a respeito de uma matéria que havia sido publicada no *Diário de Pernambuco* (na edição de 2/9/1979) contendo o título: “Homossexualismo: uma opção ou um mal genético irremediável”, que fora mencionada por um leitor ao *Lampião*. A matéria do *Lampião*, de início, ressalta o caráter absurdo deste título e tece uma crítica ao jornalista responsável, Fernando Machado, por chegar, inclusive a ressuscitar a palavra “invertido”²⁰⁷ para designar homossexuais. O pressuposto de que a homossexualidade seria informada ou determinada por “genes” também havia sido alvo de crítica na matéria assinada por Clóvis Marques, sobre o texto de Claiborne, por mistificar a intolerância à “homossexualidade” por efeito de um “determinismo incontornável”.

No argumento do primeiro autor no *New York Times*, devemos lembrar, a preferência sexual seria formada na primeira infância, não pelo “meio” em que a criança cresce, mas pelos genes, valendo o mesmo para todos os animais superiores. A filogênese corresponderia à ontogênese: razões da mesma ordem teriam feito com que homens se sentissem “naturalmente” atraídos pelas mulheres e vice-versa; caso contrário, a própria espécie humana não teria evoluído. Ao tratar sobre os preconceitos expostos na imprensa sobre homossexuais, o membro do conselho editorial Antônio Chrysóstomo faz uma pequena alusão digressiva sobre as “ordens evolutivas”, em entrevista com Leci Brandão publicada no sexto volume do jornal (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 10). Chrysóstomo ressalta em seu comentário que a culpa pelos preconceitos disseminados não seria, exatamente, da imprensa em geral, mas de jornalistas e veículos específicos. Deste modo, as reportagens e notas mal escritas que retratam assassinatos de “bichas” por “michês” refletiriam um problema de “formação” dos jornalistas e, no limite, do próprio pensamento popular; “o preconceito é mais antigo”, diz Chrysóstomo em tom sarcástico:

²⁰⁷ A designação foi bastante comum na produção médico-legal que teve lugar no Brasil sobre as “homossexualidades” no início do século XX e por conta disso, a referência a “ressuscitar” o termo.

Presumivelmente existe desde a Idade da Pedra Lascada, quando o homem matava o mais fraco, quem sabe o afrescado da época, porque o cara representava uma ameaça à procriação, à ocupação física do mundo animal mais forte, o homem primitivo. O problema mesmo é da preservação da espécie. Tá na cuca de todo mundo. Só quero ver agora, com o bebê de proveta, como é que vai ficar. (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 10)

Ainda na esteira do interesse científico pelas “causas” da homossexualidade, Darcy Penteado destaca, no ensaio publicado na segunda edição do *Lampião* intitulado “Homossexualismo, que coisa é essa?” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2), a fala de uma psicóloga que havia dito, em um debate público, que tanto no homem quanto na mulher o desejo sexual e o erotismo seriam dependentes de “um grupo de substâncias denominadas andrógenos, aos quais seres humanos reagem com comportamentos masculinos ou femininos conforme sua maior atuação”. À margem dos debates sobre as determinações da homossexualidade por substâncias de ordem biológica presentes em seus corpos, a atribuição da essência homossexual a supostas falhas educacionais também apareceu e foi comentada pelos redatores em diferentes momentos do jornal. Em entrevista publicada na 16ª edição, a atriz Darlene Glória afirma ter lido em uma revista que “70% dos homossexuais tem mãe autoritária e pai omissor” (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 14-15) – ideia convergente aliás, com a crítica de Clóvis Marques sobre os recorrentes “enquadramentos estatísticos”, que se fazem sobre as homossexualidades. Podendo ou não serem estatisticamente expressos, os desvios educativos não pareciam ser argumentos incomuns. Em 1978, Darcy Penteado participa de uma roda de conversa sobre homossexualidade e transexualidade na TV Tupi, também comentada no quinto volume do *Lampião*. Sendo o único “homossexual assumido” entre os convocados para tratar do assunto, a conversa foi um tanto tumultuada e as falas dos profissionais ligados à área da saúde parecem ter sobressaído no programa; a fala da psicóloga presente é especificamente ressaltada na matéria, por ter dito que “o homossexualismo seria consequência de uma educação falha” e por ter acrescentado que, por conta disto, “homossexuais não têm culpa de ‘ser assim’” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 5). Em números subsequentes do jornal, referindo-se ao mesmo debate, Darcy Penteado é mais enfático ao ressaltar que “mal o deixaram falar” e que a “diretriz” do debate foi dada pela psicóloga. Neste texto, o autor completa sobre a profissional: “Não é preciso dizer que a sua ‘defesa’ do homossexualismo era um amontoado de barbaridades compiladas de livros sobre essa ‘anormalidade sexual’, propondo atitudes familiares de ‘prevenção do mal’” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 9).

O debate sobre as questões psicológicas desloca-se, através de outros argumentos, para o debate psicanalítico, âmbito em que relações de ordem familiar continuam a ser evocadas. No primeiro capítulo, foi mencionada uma matéria de cunho preconceituoso intitulada “Lésbicas descem o pau na repressão”, veiculada pelo alternativo *O Repórter*, que é rebatida em matéria publicada no *Lampião*, assinada por Leila Mícolis, sob o título “Lésbicas vendem mais jornal?”. Nela consta um comentário público da deputada Heloneida Studart, qualificada enquanto “psicanalista ortodoxa”, que teria proferido os seguintes comentários “através de um cientificismo ultrapassado”: “Se o menino ou a menina consegue atravessar bem essa fase [de relacionamento com o sexo oposto] e se adaptar e crescer, serão adultos heterossexuais. Se não superam o conflito, surge a problemática homossexual”. A inscrição das homossexualidades no âmbito dos conflitos edípiacos, que assinala esses comportamentos enquanto epifenômenos inescapáveis da não resolução de questões na primeira infância, é complementada, ou relativizada, pela deputada da seguinte maneira:

A sociedade costuma tratar os homossexuais como pessoas de péssimo caráter, marginais. Isso é uma injustiça e discriminação reacionária, pois sexualidade não tem nada a ver com moralidade. No entanto, não aceito que o homossexualismo possa ser uma opção. As pessoas que resolveram seus conflitos edípiacos não têm qualquer atração de caráter erótico por pessoas do mesmo sexo. (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 2)

Nesse sentido, mais uma vez, um argumento ancorado em certo saber disciplinar é conjugado ao reconhecimento das injustiças e discriminações incidentes sobre dissidentes de sexualidade e gênero. Novamente, estes saberes são mobilizados contra argumentos indubitavelmente conservadores ou moralistas, no âmbito de um discurso que se pretende tolerante e convoca estes saberes com o intuito de assinalar que os comportamentos em questão são, de uma ou outra maneira, inescapáveis.

Assim, os argumentos cientificistas emergem, ora endossando a moralidade hegemônica, ora se apresentando enquanto instrumento de apaziguamento das ansiedades dos interlocutores. De qualquer modo, fica tácito, pelas discussões apresentadas pelo jornal, que as sexualidades dissidentes emergiam, objeto tanto de curiosidade, quanto de conhecimento sistemático, por parte de especialistas e leigos. A matéria de João Carneiro, publicada no 24º volume do jornal sob o título “Olha o mão branca”, que tratava das ações

de grupos paramilitares aclamadas pela opinião pública²⁰⁸, terminava por lembrar que, enquanto esses episódios se passavam, cientistas proferiam falas públicas sobre homossexualidades, sem sequer levar sujeitos em consideração. Além disso, a matéria ressaltava que, no mesmo dia em que uma travesti havia sido assassinada sem suscitar indignação pública, um antropólogo palestrava em uma universidade, conforme o autor, dizendo que “cada ser humano tem seu lado homo, seu lado hétero e a sociedade é que bla bla bla”... Carneiro ainda sublinha que, naquela ocasião, a plateia “autoproclamada normal” articulava perguntas do gênero: “como é que se sente prazer no coito anal” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 10-11).

Além dos saberes sobre a homossexualidade, algumas matérias publicadas no jornal se voltaram, mais detidamente, à discussão dos saberes sobre outras categorias, tais como mulheres e negros. Na quarta edição do jornal, é publicada uma matéria a respeito dos trabalhos da feminista socialista norte-americana Anne Koedt, destacando alguns trechos de seu trabalho, definidos como “um texto clássico do feminismo americano” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 12). Os trechos selecionados discorrem sobre os pontos de vista masculinos quanto aos saberes sobre a sexualidade feminina que têm, entre muitos efeitos, a definição da frigidez das disposições sexuais da mulher. De acordo com a autora, as mulheres devem ser capazes de encontrar maneiras de redefinir sua compreensão sobre a própria sexualidade, desvincilhando-se do conceito de “sexo normal” que ressalta que a frigidez da mulher é algo de ordem “psicológica” e que elabora sobre o orgasmo vaginal ser a única modalidade possível para o corpo feminino. A autora, ainda, ressalta que as mulheres são “vítimas de exploração sexual” e que, entre outras coisas, interessa à sociedade “machista” manter o “mito” de que existiriam, em última instância, “argumentos anatômicos” que explicariam porque mulheres deveriam buscar prazer sexual apenas com homens.

Na mesma edição do jornal, um texto assinado por Leila Míccolis parte também da compreensão de que “mitos” sobre a condição das mulheres e sobre sua sexualidade são constantemente criados (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 7). A autora retoma um comentário da socióloga Heleieth Safiotti, acerca dos motivos pelos quais as mulheres são as categorias mais marginalizadas em uma “sociedade de classes”. De acordo com a socióloga, esta situação seria tributária ao fato de que “a sociedade recorre aos mitos,

²⁰⁸ Conforme discutido no segundo capítulo.

retirando-os do nível de mitos e colocando-os no plano da ciência”, o que é feito “através dos canais de divulgação”, por meio dos quais “os mitos científicos atuam em nível familiar e social para colocar a mulher em posição de inferioridade”. Outro texto de Leila Mícolis, publicado no 31º volume do jornal, chama atenção para a medida em que distintos conhecimentos científicos contribuem, no plano social, para a transformação da sexualidade feminina em “tabu”(Lampião da Esquina, v. 31, 1980, p. 7). A autora destaca os modos pelos quais a ciência contribuiu, historicamente, para a consideração do prazer feminino enquanto um “distúrbio” passível de tratamento; afirma que, ainda que estes saberes e práticas a ele associadas tenham se metamorfoseado na contemporaneidade, a ciência ainda tem “meios indiretos” de alcançar os mesmos resultados considerados “castrativos”. A leitura de Mícolis apresenta a distinção, elaborada pelas interpretações da teoria freudiana, entre orgasmo “maduro” e “imaturo”, apontando a implicação deste argumento no sentido de que as mulheres precisariam ser “penetradas”, para atingir o orgasmo. Rebatendo tal argumento, a autora chama atenção para a importância de descentralizar “nossas leituras” sobre o orgasmo feminino, transitando dos “órgãos genitais” para o corpo considerado como um todo, que seria objeto inalienável de usufruto individual das mulheres.

Na 19ª edição do *Lampião*, um artigo assinado por Rubem Confete destaca um episódio ocorrido durante a SBPC, em 1980 (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 10). De acordo com o autor, um etnólogo teria proposto, para um simpósio que vinha sendo preparado para tratar do “estudo do negro no Brasil”, que negros “estudiosos de seus próprios problemas” compusessem a comissão de organização. A partir desta colocação, teria se desenrolando uma ampla e acirrada discussão entre os organizadores, em que a discriminação racial, por parte dos envolvidos, teria ficado explícita. Conforme os comentários de Confete:

Na área da ciência, principalmente entre os psicanalistas, psicólogos e psiquiatras, a situação é de máxima repressão. Ai do negro sonhador que se lança aos estudos buscando galgar uma posição nesta área.

[...]

Onde já se viu um negro querer tratar das doenças mentais? Onde já se viu um negro saber o que se passa numa cabeça branca? Aliás, as condições subumanas que são reservadas ao negro brasileiro não o permitem frequentar os requintados consultórios e clínicas psiquiatras, psicanalistas e psicólogos. O Paciente negro quando consegue internação é hospedado num sanatório sujo, leva choques elétricos e serve de cobaia para drogas que as multinacionais costumam usar amplamente nas guerras contra os seus prisioneiros ou na anulação de seus “heróis” inválidos. (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 10)

De modo correlato à repressão às sexualidades e ao papel na manutenção da ordem conservadora, atribuídos à produção disciplinar do conhecimento, a ciência é, recorrentemente, enquadrada enquanto instrumento de legitimação da discriminação e desinformação sobre as experiências dissidentes de gênero e sexualidade. De modo geral, o discurso do *Lampião*, expresso em diversas matérias, destaca que especialistas produzem verdades, que são culturalmente construídas, quando não expressam preconceitos, sob a rubrica de conhecimento científico. Deve-se destacar que não são apenas as “homossexualidades” que são tornadas objetos destes saberes, mas também a sexualidade feminina, seja aquela de mulheres chamadas “homossexuais”, seja aquela das consideradas “heterossexuais”. Na esteira dos debates minoritários que, como vimos anteriormente, o jornal assumiu a crítica do discurso científico sobre a temática negra; no caso da matéria discutida, o comentário do autor assinala as disputas pelos espaços de produção de conhecimento, por parte daqueles tornados objetos destes saberes, inscrevendo as dificuldades do que seria a reorganização das posições de pesquisador e pesquisado.

Embora os textos publicados no jornal, discutidos até aqui, se mostrem fortemente críticos às produções em questão e preocupados com seus efeitos sobre homossexuais, mulheres e negros, chama atenção o tratamento que é concedido às pessoas “transexuais”. Pode-se especificamente destacar uma matéria publicada no trigésimo quinto volume do *Lampião*. Assinada por Regina Nóbrega e intitulada “Esse espírito dos sexos” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 7), um ensaio que pretende tratar do que qualifica de divergência, existente no Brasil, entre as orientações terapêuticas dadas pela medicina moderna e a jurisprudência no que se refere à transexualidade. Para seu cumprimento, a autora de início afirma:

Viver inteiramente o papel do sexo oposto, experimentando um sentimento incontrolável de **estar no corpo errado** é um fenômeno genético que desorienta o **transsexuado**. Os conceitos variam muito. Vem desde o nascimento, segundo alguns e, desde a primeira fase da infância segundo outros. É um problema temporal, espacial e cultural, nos mais diferentes períodos da história.

[...]

Neste comportamento sexual e existencial é difícil estabelecer a fronteira entre o normal e o anormal, pois em matéria de sexo, o normal é uma questão cirúrgica e não moral. (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 7, grifos da autora)

Chama a atenção o fato de a autora recorrer a argumentos “genéticos”, em primeira instância, para explicar o que é descrito como “estar no corpo errado”. A matéria recorre à definição de ordem científica de pessoas transexuais como aquelas que não aceitam seu

sexo biológico, que têm rejeições ao seu “sexo anatômico”. A autora diz que essas pessoas “vivem geneticamente” seu “lado” do outro sexo. Ponderando que a “convicção” de pertencer ao gênero oposto é um sentimento que tende a se aprofundar, com o correr do tempo, assumindo intensidade cada vez maior e, portanto, gerando grandes dificuldades para essas pessoas em se adaptar ao “meio que as condena”, a autora passa a endossar diversos argumentos científicos que justificam estas experiências, apontando duplamente para a pluralidade das percepções sociais e científicas incidentes sobre elas e para o sofrimento causado a essas pessoas, o que advém da disparidade entre o que sentem e os modos pelos quais são lidas socialmente. Conforme a autora:

O que se processa aí é um fenômeno genético desviado para os médicos, uma perversão para os leigos ou os falsos moralistas, uma natureza típica dos erros da gestação. Para o transsexualado, não passa de um inferno e a única saída é a cirurgia, a troca de identidade e dos seus órgãos genitais. (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 7)

Especificando algumas das teorias de ordem biológica que pretendem explicar esta condição, a autora começa por destacar o desenvolvimento embrionário em seres humanos e suas relações com a determinação de sexo e gênero. Deste modo, o desenvolvimento do embrião no útero materno partiria de uma condição inicial “ambissexual” e sua subsequente diferenciação em um ou outro “sistema genital”, que irá predominar sobre o outro, é atribuída à razão primeira de sua “constituição genética”. Em seguida, estariam implicados os papéis dos hormônios que promoveriam a masculinização ou feminilização dos genitais e iriam também atuar no cérebro, constituindo o gênero de seus “centros sexuais”; dessa maneira, conforme as teorias evocadas pela autora, a “criança” ficaria “programada” para ter personalidade e impulsos sexuais masculinos ou femininos.

Sobre as alterações genéticas que estariam associadas à transsexualidade, a autora ressalta que na “última pesquisa realizada na USP, um grupo de transsexuais estudados apresentava 36% de alterações em sua constituição genética”; segue frisando que o ponto crucial seria que existem indivíduos em que o “sexo genético” (ou “cromossômico”) está em “discordância” em relação ao “sexo psicológico e social”. Além das análises de ordem quantitativa feitas por cientistas, que passam a conceber a transsexualidade como resultado de “alterações genéticas”, deve-se destacar que, sob tais argumentos, o papel dos genes e dos hormônios ganha destaque para a explicação da transexualidade em termos de suas influências no “sexo”, “cérebro” e disposições psicológicas destes indivíduos. Em relação ao que pode ser designado enquanto sexo ou gênero, a linguagem

que expressa estas distinções na produção científica é colocada em termos das diferenças entre o que seria um sexo de ordem biológica e aquele de ordem psicológica e social. Parte-se do pressuposto que as problemáticas vividas pelas pessoas transexuais podem ser expressas pela incompatibilidade entre um e outro: uma espécie de “desvio” tanto dos percursos naturais de desenvolvimento embrionário, quanto daqueles socialmente naturalizados.

A matéria da autora tem, por fim, uma intenção propositiva que recai sobre os possíveis caminhos de ajuste de transsexuais, para que menos sofrimento marque suas experiências sociocorporais. A autora cita outro cientista que rotula a questão enquanto “hermafroditismo psíquico”; como tal, seria irreversível, sendo o tratamento psicoterápico considerado por ele inútil, uma vez que “causa psicogênica do distúrbio é atribuído a um defeito genético ou neuro-hormonal congênito”. Desse modo, os tratamentos psiquiátricos seriam igualmente inúteis, só restando a “conversão cirúrgica”. Estudos produzidos na Suécia são citados, com o intuito de chamar atenção para o fato de que, naquele caso, o ajustamento dos pacientes no período pós-operatório teria apontado para certos modos de satisfação implicados nos efeitos da cirurgia, uma vez que esses pacientes teriam apresentado sintomas de ansiedade e depressão expressivamente mais atenuados.

As intervenções cirúrgicas em questão, conforme será discutido adiante, tornavam-se tema de debate público, médico e jurídico, preponderante no período e, tendo-as como pano de fundo, a autora parece ter a intenção de apontar tanto para a importância de sua realização, para aqueles que sentem as necessidades de “adequação” de gênero, quanto avançar na discussão, deslocando-a do plano médico ou, ao menos, ampliando o campo de debate. A autora ressalta que, nem sempre, as intervenções cirúrgicas poderiam se mostrar suficientes para os problemas enfrentados por essas pessoas, uma vez que existem dificuldades de ordem social determinantes, que impedem que estas pessoas estabeleçam relacionamentos sociais “aceitos” e considerados “normais”. Se a condição transsexual é, no escopo do artigo, explicada por critérios médicos e biológicos, os verdadeiros “problemas” da transsexualidade estão inscritos no plano social e eles devem ser considerados. A autora especifica: as dificuldades de aceitação e de estabelecer uma existência no quadro da “normalidade” são tributárias da ordem familiar, de relacionamentos afetivos e do estigma que prejudica, também, as relações de trabalho. Nóbrega conclui ser preciso enfatizar que, dadas as divergências

existentes entre as tantas concepções sobre transsexualidade no Brasil, seria preciso que médicos e legisladores encontrassem uma solução legal para o tratamento dos “transexuados”, que, conforme ressalta, são “pessoas que não podem e não devem ser abandonadas pela sociedade que a todo momento impõe modelos para o comportamento sexual”.

A matéria de Regina Nóbrega, como as demais publicadas no *Lampião*, aponta para distintas perspectivas, através das quais os conhecimentos científicos produzidos sobre sexualidade e gênero podem ser utilizados politicamente, e mesmo para a construção de narrativas sobre as identidades de gênero e orientações sexuais dos próprios sujeitos dissidentes. Nesse sentido, destaca-se a tradução de Francisco Bittencourt, publicada no sexto volume do *Lampião*, sob o título “Heterossexualidade: perversão ou doença?” (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 2). Reimpressa da *Oxford Medicinal School Gazette*, a matéria, assinada por James Lindesay, sintetiza os vieses das produções disciplinares sobre homossexualidades, propondo, para tanto, sua substituição pelas “heterossexualidades”. A ironia provoca, assim, impacto e reflexão:

A heterossexualidade (derivado do grego “heitare” quer dizer bocejar) é uma condição na qual o indivíduo é sexualmente atraído por membros do sexo oposto. Está se tornando cada vez mais aparente que os heterossexuais [...] formam de fato uma porção significativa da comunidade – é de longe o mais comum dos desvios sexuais – de forma que o médico tem que estar preparado para tratar do problema quando ele surge.

[...]

A heterossexualidade não respeita as fronteiras de classe ou cultura: homens e mulheres de todas as raças e estratos sociais são acometidos por ela. É no entanto, verdade que graças a um processo de auto-seleção, certas ocupações são as que heterossexuais tem maior tendência para exercer. (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 2)

Entre as profissões comuns destacadas para heterossexuais, são mencionadas médico e motorista de caminhão, para homens; secretárias ou cuidadoras do lar, para mulheres. Em sequência é apresentada uma tipologia de causas psiquiátricas, cosntitucionais e ambientais que explicam e determinam a heterossexualidade. Do ponto de vista psiquiátrico, são elencadas a imaturidade mental, que leva os sujeitos a se entregarem a esses comportamentos por medo ou culpa; as personalidades doentias de “caráter interno”, que causam depressão e sentimentos de inadaptação, ressaltando-se que “ainda não foi determinado se estas desordens associadas predispõem uma pessoa ao heterossexualismo ou se são a consequência dele”; as personalidades inatas desequilibradas que podem causar neuroses, e a tendência e impulsos à violência física que implicam em estupros e surras nas mulheres. Conforme o autor: “Por sua própria

natureza, a cópula hetossexual é um ato agressivo, reiterando, como o faz, a castração simbólica da parte feminina passiva. A reciprocidade em sexo é rara, e geralmente não é vista com bons olhos por outros heterossexuais”. Em termos de seus comportamentos comuns, é apontada a tendência desses sujeitos a se preocupar, demasiadamente, com sexo e, no caso dos homens, atentar, exageradamente, a “detalhes específicos da anatomia feminina”, como “seios e nádegas” – um fetichismo. Apesar dos distúrbios, o autor pontua uma ressalva: não se deve esquecer que muitos heterossexuais conseguem levar sua vida de maneira construtiva na sociedade: “muitos cientistas, advogados e artistas conhecidos são heterossexuais”.

O autor ressalta a imprecisão dos saberes contemporâneos em determinar as causas da heterossexualidade, que ainda estão por ser buscadas. Apesar disso, supõe-se que as “influências ambientais e psicológicas devam estar, provavelmente, embaralhadas”. Alguns aspectos de ordem “constitucional” também são ressaltados. O autor destaca:

As influências genéticas podem ou não ser significativas; as evidências existentes são insuficientes e novas pesquisas se fazem necessárias. Não foi encontrada qualquer anormalidade nos cromossomos e os heterossexuais não têm características físicas que os distingam. É um fato, porém, que a maioria dos heterossexuais tem pais heterossexuais. Foi sugerido por diversos pesquisadores que a heterossexualidade pode ser o resultado de desequilíbrio hormonal. Nos machos adultos, os níveis de testosterona parecem afetar a intensidade do impulso sexual, mas não sua orientação; os níveis de urina do hormônio são significativamente diferentes em heterossexuais. Mas uma versão mais requintada da teoria diz que o hormônio produz seu efeito atuando sobre o cérebro num período crítico de seu desenvolvimento. Diversos estudos mostraram que a estrutura e função do cérebro em desenvolvimento do rato podem ser perturbados se expostas a andrógeno (hormônios masculinos). Não se sabe ainda se esses distúrbios hormonais podem ser levados em conta com relação aos modelos observados de comportamento da heterossexualidade humana. (*Lampião da Esquina*, v. 6, 1978, p. 2)

Sobre as influências da criação, são citadas as experiências de especialistas, tais como conselheiros matrimoniais, que heterossexuais tendem a se casar com seus pais e a escolher parceiros que não só podem oferecer “segurança nas relações matrimoniais”, como também “gratificações sexuais que lhes são negadas pelo tabu do incesto”. Por fim, destaca-se que o comportamento heterossexual tende a oferecer recompensas materiais aos indivíduos, sendo este um dos grandes motivos que os levam a recusar ofertas de ajuda psiquiátrica e que, apesar de tudo, eles merecem nossa simpatia e tolerância, tanto quanto precisam de ajuda de profissionais especializados e preparados para lidar com sua situação.

A sátira utiliza os argumentos mais comuns do discurso medicalizado, que especifica as homossexualidades como condição distinta de humanidade, a ser

desvendada. A maneira como o autor as pontua, além de sintetizá-las, tem como efeito sua explicitação na forma de clichês. Desse modo, alusões são feitas às definições teóricas das homossexualidades, como desvio e como condição que transcende classe ou cultura; à incitação ao preparo profissional para lidar com elas; ao enquadramento de predicados como parte de sua “natureza”; a preocupação com a especificação detalhada de suas “tendências sexuais”; e, por fim, a ironia em afirmar que existem pessoas sérias e renomadas que se enquadram nesta condição. Ademais, destacam-se as tantas indefinições teóricas e falta de consenso em determinar as suas “causas”, embora essas configurações, antes de parecerem suficientes para a conclusão de que elas podem não existir, servem de justificativas para que mais pesquisas sejam incessantemente feitas até que se encontre a verdade sobre estes comportamentos.

Desse modo, o autor ironiza o fato de cientistas não saberem distinguir “predisposição” e “causa”; dizerem que determinados fatores (como a constituição genética) “podem ou não ser significativos”; que, na dificuldade em determiná-los, passam a supor que todas as influências possíveis contribuem para sua expressão, estando “embaralhadas”. Nesse sentido, estão elencados todos os determinantes possíveis, tais como genes, desequilíbrios hormonais, pais heterossexuais, a constituição cerebral e ainda, as comparações da expressão dos comportamentos humanos com testes realizados em animais, tais como ratos de laboratório. Algumas matérias publicadas no *Lampião* mostraram-se particularmente atentas a estes pontos e procuraram enfatizar as disposições e problemas da “ciência” em tentar definir quais são as causas da homossexualidade. Segundo Darcy Penteado em matéria publicada no segundo volume do jornal: “ajustar o homossexualismo a uma exata classificação genética, endócrina ou psíquica não só é difícil, mas impossível, com todo o avanço da ciência, ainda não se obteve uma definição de suas verdadeiras origens e motivações” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2).

Um artigo assinado pelo grupo Somos, publicado no 14º volume do jornal, equaciona a ciência a um poderoso instrumento de repressão e relembra que ela não deve ser tomada como uma “verdade universal”, mas como um instrumento voltado a descobrir as causas das enfermidades homossexuais (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 2).

As denúncias das práticas médico-psiquiátricas

Medicina I

O preso caído no chão da enfermaria se contorcia e gritava.

O enfermeiro andava por todos os lados atravessando-o atendendo aos outros alheio.

— Você não está vendo o homem caído não?

— Mas eu tenho culpa? O doutor já assinou o papel, teve alta ontem!

Medicina II

O preso gemia, gritava, se contorcia, se apalpava.

Dr. Hermes chegou com a maletinha de médico acocorou-se.

— O senhor está sentindo alguma dor?

(*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 8)

Os textos, que vimos discutindo, sobre as relações entre saberes especializados e categorias minorizadas, enfatizam o caráter repressivo dos saberes e práticas médicas, que agiam sobre indivíduos dissidentes em clínicas e espaços designados ao tratamento de desvios. Tais práticas visaram os corpos destes dissidentes, tendo se valido de procedimentos controversos, que chegaram à tortura de ordem física e mental dos “pacientes”.

O 12º número do *Lampião* é repleto de matérias especificamente destinadas às experiências sociosexuais de mulheres lésbicas, sendo sua maior parte escritos por elas próprias. Uma matéria intitulada “Então, por que tanta repressão?” apresenta dois relatos de mulheres lésbicas, estudantes e trabalhadoras, sobre suas biografias sexuais que, entre outras experiências, são marcadas por seus itinerários em instituições psiquiátricas, cujo objetivo era o tratamento de seus “desvios” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 9-10). Os dois relatos são precedidos por uma abertura que contempla a questão da “repressão” dirigida às “preferências sexuais.” Na “história de vida” de M. (de 26 anos, descrita como secretária e estudante da USP), a possibilidade de internação clínica por conta de sua “anormalidade” é apenas utilizada como ameaça, por parte de sua família, que se posicionava radicalmente contrária às relações que a garota mantinha, no final de sua adolescência, com outra garota de sua idade. O segundo relato é de T. (de 22 anos, descrita como mulher que trabalha com computação e estudante da USP e PUC), cuja trajetória era marcada pelas passagens por instituições psiquiátricas, que visavam a “reversão” de sua anormalidade”

T. relata ter “descoberto sua homossexualidade” aos doze anos, mesmo que suas expectativas não tivessem sido correspondidas pela garota pela qual se apaixonara. Entre questões familiares diversas, conta a aproximação a um “amigo bicha”, que a incentiva a “aprender a linguagem do computador”, com o que trabalhava no momento. No final de sua adolescência, ela se apaixonou por uma mulher e sente vontade de ter relações sexuais com ela, embora não diga nada a ninguém. A paixão por esta mulher provoca inquietações, devidas tanto ao fato de que, aos seus olhos, a possibilidade de efetivação do ato sexual seria impossível, por conta da outra mulher, quanto por questões relativas à

sua “aproximação com a Igreja”. Seu relato circunscreve, mais detidamente, um momento específico de sua vida, em que ela passa a se deparar com uma série de dificuldades interligadas e que lhe causam grande transtorno. Isso passava pela impossibilidade de transar com Lúcia, bem como pelas pressões familiares que sofrera, uma vez que ela começava a ganhar mais dinheiro que seu pai no trabalho, o que foi visto com maus olhos pela família. Por último, pelo fato de que, trabalhando como programadora, em um local onde só havia homens e em que todas as outras mulheres desempenhavam funções tais como secretárias e faxineiras, ela passou a sofrer pressões destes colegas, que começaram a dizer que ela estava “muito masculinizada” e, então, iniciaram a competir e a boicotar seu trabalho. Destaca-se que T. tinha menos de dezessete anos, na ocasião em que estes episódios ocorreram.

Estas pressões acabaram acometendo T., que ficou cerca de duas semanas sem conseguir se levantar e falar. A crise fez com que sua mãe a acompanhasse até o Instituto Nacional da Previdência Social. A experiência se sucede na narrativa de T. da seguinte maneira: no dia da entrevista com o psiquiatra, ele trata sua mãe muito mal e, ao perceber isto, T. “tem uma crise de violência, o xinga e quebra algumas coisas”. Após ter ficado dopada por três dias com soníferos, por conta deste comportamento, o psiquiatra manda sua mãe levá-la a outra clínica, e aí viria “o pior da repressão”. O relato de T. evoca, do começo ao fim, o inferno de uma mulher lésbica em uma clínica, sob tratamentos destinados à sua “homossexualidade”:

O tratamento começou com três semanas de sonoterapia. Depois, tive três sessões de análises, sem falar nada, [...] – me levaram em maca, em cadeira de rodas e finalmente aos empurrões, por que o psiquiatra viu que tinha de ser tratamento de choque. Eu não ia falar. Nesse meio tempo havia tratamento com drogas, choques, banhos de frio, etc... um dia eu falei e o psiquiatra queria que eu voltasse na memória para começar a trabalhar minha crise. A primeira coisa que pintou foi a Lúcia. [...] O psiquiatra então, sempre muito agressivo, me fez descobrir que eu era homossexual. Me ensinou o que era ser homossexual: era sofrer muito, ficar como eu, não querer segurança, não ter amor estável, porque tudo estava contra, ia ser sempre horrível. Ele repetia sempre isso, mesmo que eu dissesse que nunca ia transar com ela, que ela nunca ia morar comigo.

[...]

Ele me foi criando uma coisa muito maior com tratamento, porque dizia que eu não estava doente – eu estava era fingindo tudo aquilo só para não aceitar minha homossexualidade. [...] A questão, então, era: aceitar ou então, optar me livrar da homossexualidade. Para deixar de ser homossexual. Ele disse que havia várias formas de chegar a isso. O tratamento dele consiste no seguinte: eu tomava injeções para provocar náuseas, sentir ânsia de vômito, depois ficava longas horas sentada numa poltrona e ele projetando slides. Era mulheres peladas, de frente, de costas, de perfil. Ele queria que eu comentasse aquilo. Eu falava dos cabelos, do rosto, do nariz; ele perguntava sobre os seios, o sexo; queria que eu falasse de cada parte que eu não queria ver. Eu não queria porque nunca tinha visto, aquilo tinha implicações com a igreja, etc... Começou a variar os slides: ele queria que eu visse aquilo até a indiferença. Mas eu passei a olhar não com naturalidade, com ódio. Tinha ódio que alguém,

um homem, estivesse comigo, olhando aquilo que é igual a mim e que nem mesmo eu conhecia. E pedi para parar, comecei a dizer que sofria muito, que era infeliz, que eu não ia transar mesmo. (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 9-10).

Nessa ocasião, o médico começa a refluir este tratamento e passa à administração de comprimidos que causam vômito. Depois soníferos, a chamada “sonoterapia”, que para T. causava sensação desorientadora, uma vez que relata sentir que “era pior porque com a sonoterapia tudo ficava guardado para recomençar na próxima sessão”. T. relata que, uma vez, conseguiu ficar acordada apesar da injeção e, então, bateu nas paredes do quarto e depois, começou a “repassar as coisas com bastante ódio”. Com intenção de acabar com aquilo, ela começou a falar o que o médico ansiava por ouvir: passava a comentar as fotos, da maneira como supostamente deveria fazer. A moça diz entender o que o médico “sabia que ela estava jogando com ele”, mas também devia saber que se estava “jogando com ele” ela também poderia “jogar com outros fora dali”.

Assim, T. conseguiu sair da clínica e voltar a trabalhar. Neste momento, relata que já não via tanto Lúcia e fugia dela, por sentir vontade de vomitar. Também relata, entre os efeitos causados pelo “tratamento” na clínica, que não conseguia mais se olhar nua, nem tomando banho, porque “agora sabia que, segundo ele [o psiquiatra], era homossexual”. T. passou a canalizar sua energia no trabalho e começou a evitar sistematicamente uma mulher “homossexual”, que se interessara por ela. Transcorrido algum tempo, T., tinha então entre dezessete e dezoito anos, ingressou na faculdade e, finalmente, relacionou-se, sexualmente, com uma mulher. Isso só teria sido possível, na sua perspectiva, porque a moça também havia passado por problemas sérios relacionados à sua sexualidade: havia sido estuprada e nunca havia transado com alguém. O relato termina com uma reflexão de T. sobre ter ficado se perguntando, após essa experiência, se “ser homossexual” seria algo tão infeliz assim, porque ela não sabia antes dos tratamentos e nunca tinha vivido sua sexualidade. T. entendia que estava sofrendo por ser homossexual: “a gente sofre mesmo. Minha mãe sofre, todo mundo sofre. Mas por que que eu tinha que sofrer do outro jeito? Isso o psiquiatra não tinha me contado”.

Narrativas semelhantes à de T. são elaboradas pela travesti Flávia, que trabalhava na Rua Rego Freitas, no centro de São Paulo, cuja entrevista, ao lado de sua colega Tatiana, é publicada na 19ª edição do jornal²⁰⁹. Flávia relata ao *Lampião* que, por conta de sua família não aceitá-la mais em casa, a colocaram em um internato e, em um segundo

²⁰⁹ A entrevista com Tatiana e Flávia foi discutida no segundo capítulo.

momento, em uma instituição psiquiátrica. Lá, medicações, drogas diversas, injeções e eletrochoques foram administrados em seu corpo, causando, não raramente, sonolência e desnorteamento, similares ao relato de T. Sobre um dos procedimentos, Flávia ressalta: “o eletrochoque era pra eu perder a vontade de ser travesti. Só que com aquilo eu ficava ainda mais amedrontada, quer dizer, mais mulher”. Quanto a este ponto, o entrevistador Jorge pergunta se os médicos tentavam convencê-la a “mudar”, e Flávia responde: “Tentavam. Botavam uma menina na minha frente, ela ficava ali fazendo poses, e eu não sentia nada; ai eles me davam mais eletrochoque na cabeça. Fiquei lá um bom tempo. De dois em dois meses, eu fugia, mas voltava pra casa e minha família me levava de novo pra lá”. (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p5-7).

Uma matéria publicada na 32ª edição do *Lampião* traz outro caso de tentativa de “cura” de dissidentes de sexualidade e gênero, aliás, também mediada pela família da pessoa internada. Sob o título: “Homossexualismo? Diabetes? Assassinato cultural?: Morte suspeita na casa dos Loucos” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 12), a matéria é apresentada com a seguinte abertura:

Afinal, porque o sociólogo Roberto da Rocha Leal morreu, pouco mais de 12 horas depois de ser internado, contra sua vontade, na casa de saúde Dr. Eiras? O *Lampião*, a Associação de Sociólogos do Distrito Federal, o Sindicato de Médicos do Rio de Janeiro e o respeito à dignidade humana e à vida exigem uma resposta já deveria ter sido dada: Roberto Rocha Leal, professor da universidade de Uberlândia, doutorado em sociologia na Universidade de Turim, França, mestre pela universidade de Brasília, com tese de reconhecida competência, morreu no dia 28 de janeiro, portanto há mais de 3 meses. (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 12)

A matéria afirmava exigir que o Instituto Afrânio Peixoto, antigo Instituto Médico Legal, fornecesse o laudo e tornasse públicas as razões pelas quais Roberto Rocha Leal apareceu morto, no quarto que ocupava na casa de saúde Dr. Eiras, assinalando que sua irmã, Ana Lúcia Rocha Leal, tem o dever de explicar porque “resolveu pedir auxílio de médicos e enfermeiros da clínica para se livrar do irmão homossexual”. O episódio se passou da seguinte maneira, conforme a matéria: Roberto, recém-chegado da França com um amigo muito próximo, fez uma visita à irmã, ocasião em que conta a ela sobre seus planos de ir para o Piauí por um tempo, com seu amigo. A notícia é interpretada pela irmã como uma pretensão do irmão de abandonar a vida acadêmica e “ir para o meio do mato”, o que a faz pensar que seu irmão havia perdido a lucidez e precisava de tratamento. Após uma discussão entre ambos, a irmã liga para o Dr. Benjamin Gaspar, que havia sido o médico responsável pelo tratamento anterior de Roberto na casa de Saúde Dr. Eiras. Uma ambulância chega de uma hora para a outra na casa em que Roberto e seu amigo

moravam, os dois reagem com alguma violência à “prisão” e, por conta disso, os médicos aplicam injeções de tranquilizantes no rapaz, sem nenhuma pergunta sobre ele ser alérgico ou diabético, e, finalmente, levam-no. Na clínica, o amigo francês e a irmã de Roberto encontram-se e têm uma nova discussão. Nessa ocasião, o amigo arranca de sua mão um bilhete que tentava entregar ao médico responsável, no qual ela comunicava sobre a internação anterior do irmão e sobre seu “homossexualismo” (sem menções, aliás, ao fato de que o irmão era diabético). Roberto morre no dia seguinte. Sobre o ocorrido, a irmã diz que “teria sido melhor a morte” do irmão, uma vez que “seus problemas psiquiátricos aliados as suas diabetes poderiam deixá-lo irremediavelmente louco”.

Mostrando-se indignada com o ocorrido e cobrando justiça, a redação do *Lampião* realizou e publicou, no mesmo número, uma entrevista com o médico Manuel Álvaro Veloso, responsável pela casa de Saúde Dr. Eiras, qualificada pelo jornal como instituição “inúmeras vezes denunciada pela violência com que trata os internos”. O médico disse acreditar nas boas intenções da casa de saúde e legitimou alguns dos procedimentos usados na casa, como a “camisa de força química”. Sobre o caso de Roberto, afirma não ter havido causas aparentes para sua morte, por isso, solicitou um laudo aos legistas do Instituto Afrânio Peixoto, acrescentando, com aparente cinismo, a “possibilidade de erro médico”, em que ele, pessoalmente, não acreditava. Para o médico Manuel, o Dr. Rocha Leal era um doente mental, porque “doente mental é aquele que foge à média de comportamento, e ele era um caso típico desses. Mas é bom esclarecer que Rocha Leal não foi internado por causa de seu homossexualismo”. Apesar de afirmar que o “homossexualismo” não é uma doença mental, interrogado, de maneira mais assertiva pela redação, o médico responde que ele seria um “desvio”, que “pode causar sérios problemas à pessoa como a violência” e que, como tal, devia ser tratado por psiquiatras, sendo o consentimento do doente necessário para que sua “cura” fosse efetivada. Por último, interrogado a respeito do ofício enviado pelo sindicato dos médicos do Rio e pela associação de sociólogos do Distrito Federal, disse que não respondeu porque “não quer”, e ressaltou, novamente com alguma carga de cinismo, que o sindicato dos médicos tomou posições com as quais não concorda, que seus diretores “são muito radicais” e que informações de ordem científica deveriam vir do Conselho Regional de Medicina e não do Sindicato dos Médicos, um “órgão classista que não conta com o nosso apoio” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 12).

Ainda a respeito do caso “Roberto”, a redação do *Lampião* entrevistou outro médico, Frits Utzeri, que passara pela casa de saúde Dr. Eiras como médico psiquiatra; a experiência, conforme o relato do médico, o havia transformado em um “crítico da instituição psiquiátrica brasileira” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 13). Utzeri enfatizou os tratamentos de choques elétricos, frequentemente utilizados na clínica que, já na época em que trabalhava na instituição, consistiam em uma medida muito criticada. Era comum ouvir, entre os médicos atuantes na instituição, asserções do gênero: “Esse sujeito está enchendo o saco, vou aplicar-lhe um choque”, além da aplicação irrestrita de medicamentos. O médico ainda chamou a atenção para o fato de que a maioria dos pacientes lá internados “de louco tinham muito pouco”, ponderando que a instituição era muito lucrativa e que por isso não tinha qualquer interesse em liberar os pacientes. Deste modo, defendeu os hospitais públicos, que não “visam o lucro”, uma vez que não “vê em clínicas particulares a possibilidade de uma política humana com relação ao doente mental”, dadas as violências contundentes e cotidianas, que marcavam essas instituições.

As práticas de tratamento e cura das dissidências de sexualidade foram alvo de atenção e críticas do *Lampião* e, pode-se dizer, estão impressas em suas páginas, de modo conjugado a violências e violações de direitos mais amplos, estendendo seu espectro a tantos outros sujeitos considerados “loucos”, seja pela dissidência comportamental e em relação aos padrões de gênero, seja por lutarem por justiça social. Na décima edição do jornal, uma matéria intitulada “Contra a loucura de ocasião” posicionou-se a favor do “religioso” Aparecido Galdino Jacinto, que se encontrava recolhido no manicômio, reconhecido como uma “vítima de discriminação científica baseada em discutíveis conceitos psiquiátricos” (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 4). A matéria destaca que a “imoralidade” de tal recolhimento seria tributária ao “absurdo” diagnóstico, segundo o qual Galdino teria sido considerado um “doente mental” por curar pessoas “desesperadas”, através de benzimentos.

A matéria destaca que se, por um lado, a SBPC, em congresso recente, já havia constatado e reconhecido que rezadores, benzedeiros e pais de santo eram responsáveis pelo tratamento e cura de inúmeras doenças, por outro, a perpetuação de laudos psiquiátricos “deficientes, controversos e incoerentes” tornava os profissionais, que os assinavam, infratores da Declaração de Procedimento Ético Complementar, promulgada pelo núcleo de profissionais da Saúde do Comitê Brasileiro de Anistia. O texto em questão, defendendo “princípios humanitários”, apontaria, de acordo com a matéria, que

os médicos não deveriam ser coniventes ou participantes de práticas de tortura e demais procedimentos desumanos, cruéis ou degradantes. Conforme define a matéria assinada por Aguinaldo Silva, o recolhimento indevido de Galdino no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro constituiria um “flagrante da prática de tortura mental”, causado por conta de uma acusação injusta, revestida de uma aura de cientificismo que, na realidade, o acusava de “lutar pela defesa de uma justa questão social”. O texto termina alertando que “todos os cidadãos brasileiros, vítimas de discriminações sociais, religiosas, científicas ou políticas, têm a obrigação de se engajar na luta pela revisão dos conceitos que lesaram Galdino no manicômio”.

As matérias relativas às práticas clínicas de tratamento das dissidências de sexualidade e gênero permitem o destaque de alguns pontos. Primeiramente, pode-se notar que, ao menos nos casos destacados, não foram os próprios sujeitos submetidos a tratamento que procuraram os especialistas e os espaços institucionais em questão; ao contrário, sua internação se deveu à atuação de familiares que, por acreditar que esta fosse a melhor maneira de resolver os problemas sexuais de seus parentes, ou por certo pânico ou escândalo causado por seu comportamento, acionaram estas instituições. Neste quadro, os tratamentos descritos, iniciados mesmo durante a adolescência, elencam práticas recorrentes tais como a administração desmedida de medicamentos, eletrochoques, práticas de “sonoterapia” que, supõe-se, poderiam causar a “indiferença” dos pacientes em relação à sua sexualidade, ou revertê-la de maneira exitosa para que, quando “curados”, deixassem de sentir atração de ordem sexual por pessoas do mesmo gênero²¹⁰.

Deve-se notar que os tratamentos referidos nas páginas do *Lampião* pareceram tornar consideravelmente maiores os problemas vividos por aqueles que a eles foram submetidos, funcionando tanto como um mecanismo de explicitação do “problema” (as homossexualidades) quanto de sua extrapolação. Nesse sentido, o papel dos médicos e o lugar assumido de seus discursos sobre as “homossexualidades” tornam-se preponderantes. De acordo com os relatos e experiência narrados no jornal, o médico especialista figura como aquele que sabe o que o paciente sente, mesmo antes que o próprio tenha elaborado sobre seus desejos. É o especialista que se encarrega de

²¹⁰ O mesmo seria verdade para o caso das travestis, conforme o relato de Flávia. Conforme será discutido mais adiante neste capítulo, não raramente travestis e transexuais foram compreendidas nesse período como um caso específico de “homossexuais”.

denominar o que é e o que não é homossexualidade e de sua explicitação ao paciente, advertindo-o sobre os malefícios de sua condição e sobre as consequências deletérias sobre seu corpo e sua psique. Ele o informa a respeito dos meios pelos quais pode se livrar desta condição, neste último caso, mediante a intervenção dirigida pelo próprio paciente. Ademais, as práticas destes especialistas exigem certos tipos de resposta de seus pacientes que podem ser levados à exaustão, até que o tipo de resposta desejada seja obtida. Neste interstício, se dá a formulação da homossexualidade enquanto tal e as transformações de problemáticas de ordens múltiplas experienciadas na prática e discursivamente expressas pelos sujeitos em problemas de “sexualidade”. Pode-se notar que, no âmbito dos casos descritos, problemas de ordem social diversa experienciados pelos pacientes são atribuídos à sua “homossexualidade”, convertidos em algo de natureza psicológica. Nessa lógica, as violências com a qual T. reage por conta da agressividade do médico é tributária à sua homossexualidade; o médico Manuel entrevistado ressalta que a homossexualidade é um desvio que pode causar disposições violentas na pessoa; a perda de lucidez atribuída pela irmã de Roberto é tributada à sua homossexualidade; as dificuldades enfrentadas por T. em sua vida pessoal são reduzidas à sua homossexualidade. Aqui está o espaço que formula o outro enquanto louco, a partir da redução das complexidades inerentes às suas vidas em problemáticas de ordem sexual, que podem ser sistematicamente controladas e acompanhadas pelos profissionais autorizados e que, em última instância, legitimam intervenções de ordens diversas em seus corpos. Aliás, não é deixado de mencionar que a “loucura” seria, preponderantemente, um artifício criado para lucrar e para o enquadramento dos dissidentes enquanto desviantes a serem “reprimidos” sob a justificativa de “cuidado” ou “contenção” daqueles que podem causar risco social. Os opositores a esse empreendimento ou a esses procedimentos correm o risco de serem, ainda, pensados enquanto setores “classistas” que não estariam levando a sério as lógicas dos processos terapêuticos. Os discursos presentes no jornal parecem apontar para a leitura segundo a qual dissidência e a subversão pudessem ser enquadradas enquanto loucura, o que seria conveniente aos que têm poder de fazê-lo.

As matérias publicadas no *Lampião* a esse respeito ressaltam as múltiplas modalidades de violência, sobretudo físicas, implicadas nestas práticas e agenciadas por parte dos profissionais que medeiam os procedimentos técnicos e terapêuticos. A desumanidade implicada nesses processos é tornada explícita tanto pelas violações mencionadas que têm lugar no âmbito da clínica, tal como o fato narrado pelo médico

Utzeri de que o choque elétrico poderia ser utilizado enquanto punição dos que estavam “enchendo o saco” e diversão dos profissionais; ou aquele, mais sutil, expresso pela redação do jornal de que a irmã de Roberto se importou em dizer aos médicos que o irmão era homossexual, mas não que era diabético, informação que teria sido decisiva para sua morte.

Os trechos que abrem este capítulo são parte da coletânea “Prosa/Prisão” e apontam, novamente, para a desumanidade com que médicos e demais profissionais de saúde tratavam pacientes ou presos²¹¹. Conforme o texto explicativo que precede estes e outros excertos publicados no *Lampião*, estes parágrafos compõem livro são de autoria do pernambucano Marcelo Mário de Melo. A descrição do *Lampião* sobre o livro ressalta que ele “refere-se a fatos observados na Casa de Detenção do Recife, onde se encontravam recolhidos os presos políticos pernambucanos até março de 1973 quando ocorreu a transferência para a Ilha de Itamaracá”. Entre os escritores do livro, descritos como pessoas de “alma lampiônica”, está Marcelo, “uma dentre as muitas vítimas de 1968”, que havia sido libertado do Itamaracá ao fim de oito anos de prisão: “Ele é um daqueles que, na prisão ou no exílio, tiveram a ocasião de repensar suas experiências e, após a anistia, mostram-se dispostos a proclamar que o sectarismo e a ortodoxia não estão com nada”. A introdução aos trechos de Marcelo de Melo ainda é precedida de um comentário do jornal que lembra que, naquele momento (1979), ainda restavam seis presos políticos no Itamaracá, que viviam isolados de mais de quatrocentos presos comuns, que estavam lá “sob um regime de miséria e tação, característico da política penitenciária brasileira em todas as épocas” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 8).

Ressalte-se, por fim, que o mesmo lugar atribuído a dissidentes de gênero e sexualidade em conjunto com os “presos comuns” pelo *Lampião* (em relação aos presos políticos) é aqui replicado: as lógicas que se aplicam aos dissidentes de gênero e sexualidade também se aplicam-se a todos aqueles considerados loucos e subversivos. As denúncias, as exigências de verdade e justiça dispostas pelos discursos veiculados pelo *Lampião* irão manifestar, no limite, que todos os presos e todos os loucos são, por assim dizer, presos e loucos políticos.

²¹¹ Não se deve deixar de lembrar das tantas convergências possíveis entre as violações de direitos e arbitrariedades que infringiram protocolos éticos que incidiram sobre dissidentes de gênero e sexualidade no âmbito de delegacias e prisões no Brasil, no período final da ditadura militar, e aqueles que aconteceram no âmbito das clínicas.

As questões de saúde que interessam

Se as práticas voltadas à cura, controle ou reversão das dissidências de sexualidade e gênero mostravam-se, além de violentas, inoperantes, deve-se destacar que o *Lampião* também concedeu atenção a questões de saúde que pareciam, efetivamente, relevantes. Nesse âmbito, tem destaque a “Operação Pelourinho”, realizada pelo Grupo Gay da Bahia em 1981, uma campanha de assistência médico-social gratuita para dissidentes de Salvador. Conforme a matéria assinada por Aguinaldo Silva, que reporta a operação, a motivação inicial para sua realização teria sido a declaração feita por um professor universitário que “homossexuais são transmissores de doenças venéreas” (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 3). Durante o primeiro dia da campanha, trinta pessoas teriam sido examinadas e grande parte delas parecia bastante “maltratada”, apresentando, por exemplo, cortes profundos autoinfligidos nos braços, para que não fossem presos pela polícia; grande parte deles era de trabalhadores sexuais na região. A matéria de Aguinaldo assinala que, “finalmente”, algo de concreto havia sido feito a favor dos homossexuais.

Outra matéria sobre a operação é assinada por Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia (GGB), especificando que a maior parte das pessoas atendidas era de travestis, muitas das quais precisavam de cuidados médicos e já estavam com requisição para fazer os exames necessários, mas a polícia as levaram presas, antes que pudessem fazê-los; foram liberadas da prisão apenas após se cortarem (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 3). De acordo com o autor, a preocupação do grupo foi a de visitar o posto de saúde local, no intuito de garantir que as pessoas, que fossem lá buscar atendimento, não fossem discriminadas. Por sorte, o próprio posto acabou colaborando com a campanha, fornecendo ao médico do GGB prontuários para a requisição dos exames de laboratório e amostras grátis de remédios. Um saldo pouco satisfatório da operação, de acordo com o grupo seria que a maior parte das pessoas atendidas não foi, subsequentemente, fazer os exames. Entre os atendimentos, além de mutilações, havia dois casos de travestis que haviam tomado doses excessivas de um analgésico vendido sem receita e apresentavam sintomas graves, como membros inchados e infeccionados – uma delas, de 22 anos, não conseguia mais se locomover e era sustentada por uma amiga sua, que também trabalhava como prostituta na região²¹².

²¹² Cabe destacar que Grupo Gay da Bahia (GGB), no decorrer da década de 1980, liderou uma campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Inamps, que categorizava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”.

No número seguinte do *Lampião* (35º), uma matéria sobre doenças venéreas, especialmente sobre sífilis, é publicada, com caráter explicativo sobre a doença e com o propósito de desmistificar os preconceitos acerca de seus portadores (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 8). Sob o título “Medicina. Doença venérea: o mito e o rito”, a matéria destacava, sobre a exterioridade da doença, que, a partir do momento de sua manifestação, ela se tornava uma “entidade”, ganhava “condição de sujeito” e, como tal, estigmatizava o portador. A matéria afirma: “ao contrário, ter a doença é devolver a ela sua vulnerabilidade, sua possibilidade de cura”. Deste modo, explicava que a doença em questão é transmitida através do ato sexual, sendo comum o “pessoal não procurar tratamento adequado”. Por conta disso, seguiam algumas “dicas” de caráter clínico, para tornar mais fácil sua identificação. A matéria concluía, destacando que: “a partir do próximo número, *Lampião* iniciará um serviço de atendimento postal aos leitores, na área de doenças venéreas”. Cabe dizer que o caráter instrutivo da matéria, conjugando a desmistificação dos preconceitos associados à doença e o encorajamento dos atingidos de procurar tratamento, traz as marcas fundamentais do que seriam as “imprensas homossexuais”, durante a década de 1980, radicalmente distintas do *Lampião*²¹³. A matéria em questão é de 1981; no ano seguinte, é registrado o primeiro caso de Aids, e a década passou a ser marcada pela organização ímpar da comunidade de dissidentes de sexualidade e gênero, na luta contra o preconceito, pela informação e pela cobrança do Estado por tratamento e demais medidas de assistência de saúde.

As intervenções biotecnológicas sobre o corpo e controvérsias públicas

Um conjunto de matérias do *Lampião* se dirige às temáticas relativas às inovações tecnológicas, que começavam a aflorar no período, com potencial de desestabilizar a compreensão das relações de gênero e sexualidade. Já no volume zero do *Lampião*, é citado o debate sobre a legalização da inseminação artificial, por exemplo, que acontecia na Inglaterra: a matéria ressalta tanto a posição do partido conservador inglês, que argumentava que a prática não proveria o “ambiente natural e normal da família” para a criança gerada, quanto a posição de entidades lésbicas, que tinham interesse em gerar filhos a partir da nova técnica, argumentando contra a necessidade de pais implicada no processo. Tomando a polêmica que ocorria no país, a matéria também citava a posição

²¹³ Conforme nota Rodrigues (2010) sobre as imprensas da década seguinte que voltaram-se a questões de informação e combate ao preconceito gerado em torno das questões advindas do HIV/Aids.

favorável assumida pela Associação de Medicina Britânica e por departamentos de saúde diversos, que alegavam que a decisão deveria caber aos médicos e pacientes, lembrando que “homossexuais não estavam sós nessa batalha” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 4).

Outra matéria, assinada por Janice Caiafa, ao advogar a legalização do aborto, descrevia seu impedimento legal e a discussão pública sobre a prática, como uma articulação de médicos, legisladores, amantes, curiosos, médicos e juízes que gerenciam, controlam e deliberam sobre o corpo da mulher e sobre sua sexualidade (*Lampião da Esquina*, v. 29, 1980, p. 10). Prática de exercício pleno da vontade da mulher, o aborto seria um ato antinatural e deliberado, que daria às mulheres a possibilidade de disposição de seu próprio corpo e liberdade sexual, tal como a pílula anticoncepcional. A despeito dessa potência, a autora ressaltava que a maneira como as pílulas vinham sendo distribuídas e administradas faziam das mulheres “cobaias para a medicina oficial”, uma vez que tinham evidentes efeitos colaterais. A respeito do uso de pílulas anticoncepcionais, mais uma vez trazendo para a discussão debates que se passavam no plano internacional, outra matéria publicada no jornal colocava em questão pesquisas realizadas na Escócia, visando o desenvolvimento de pílulas anticoncepcionais masculinas. Isto é tomado como outro possível “instrumento de liberação da mulher”, embora se note que os testes, associados a um projeto maior da Organização da Saúde, estavam em fase muito preliminar de desenvolvimento (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 3).

Entre os debates relativos às práticas de intervenções biotecnológicas sobre os corpos, aquele que mais chama a atenção no jornal é relativo às chamadas “cirurgias de reversão sexual”, trazendo à cena, tal como nos casos citados, tanto as lutas pela legalização destas práticas, as controvérsias públicas a seu respeito e os riscos e desconfiças acerca de seus efeitos colaterais. Em torno desses debates, são evidentes as dificuldades para aqueles dissidentes de sexualidade e gênero, que buscavam adentrar o universo dessas práticas biotecnológicas não hegemônicas ou ilegais. Simultaneamente, tais práticas denotavam riscos e sofrimentos por aqueles que, ao utilizar técnicas e substâncias não regulamentadas pelo Estado, buscavam caminhos marginais aos dispositivos médicos vigentes, que traçavam os limites do que era ou não permitido com o próprio corpo e dos modos pelos quais era possível fazê-lo.

Em matéria publicada no quinto volume do jornal, intitulada “Transexualismo: um julgamento moral”, o jornal faz uma denúncia da condenação do médico cirurgião Roberto Farina por conta de uma cirurgia de “reversão sexual”, realizada por ele no Hospital Oswaldo Cruz em São Paulo. Em 1971, o cirurgião foi responsável pela primeira cirurgia desse tipo realizada no Brasil, e, em 1978, é aberto um processo contra ele, sob a acusação de que ele teria causado “lesões corporais” em sua paciente Valdirene. De acordo com a matéria, a acusação alegava que o ato cirúrgico haveria resultado “ao ofendido” (Valdir, em nome de registro) a “perda irreparável dos órgãos sexuais e a inutilização de suas respectivas funções”. O texto acusatório ainda ressaltava que “Valdir era indubitavelmente do sexo masculino, portador de órgãos genitais masculinos, sem traços do pretendido hermafroditismo [...] e por isso não poderia jamais estar em pessoa do sexo feminino”; por fim, o ato é qualificado enquanto criador de “graves problemas para o relacionamento social do indivíduo” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 5). A matéria em questão faz uma dupla denúncia em relação a este processo. Primeiramente, destaca-se que a origem do processo não foi uma queixa da própria Valdirene, mas a denúncia de um promotor, que não estaria preocupado com o que teria acontecido à pessoa operada; alegava que a operação poderia significar para a “família” e “relações matrimoniais”, sendo portanto um “julgamento moral”, conforme a fala citada do promotor na matéria:

Essa decisão tem grande alcance social porque vem, sobretudo, tranquilizar a família brasileira: poderá esta se ver obrigada a enfrentar, no lar, alguém com problema semelhante ao paciente do caso em exame: entretanto jamais estará obrigada a ter de suportá-lo na condição de mutilado. (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 5)

Conforme o reforço da mesma lógica publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, transcrito em sequência:

A decisão adotada pela Justiça Paulista faz honra às suas tradições; de fato, fosse outra, e muito em breve, teríamos reproduzidas as alterações dos registros de nascimento para que pudessem unir-se pelo matrimônio indivíduos do mesmo sexo, tendo em conta, não somente, conformações externas determinadas por atos cirúrgicos e pela administração dos hormônios. (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 5)

Em segundo lugar, a matéria destacava que as acusações a “lesões corporais gravíssimas” e “mutilação do corpo” seriam descabidas, se comparadas às cirurgias “cosméticas”, correntemente feitas por mulheres cisgênero no país. Caso a justiça partisse da mesma lógica, seria uma decorrência imediata dizer que estas pacientes tinham seus “seios decepados” e mutilados em nome de um “padrão abstrato de beleza”, segundo a qual o seio perderia sua função única no corpo feminino: a amamentação.

Apesar dessas colocações, a matéria assinada por Aguinaldo Silva destacava que uma discussão “válida” em torno do tema – e que não havia sido proposta – seria a de saber se o “transexualismo” é um fato científico ou apenas uma figura criada pela medicina para justificar esse tipo de operação. A pressuposição do autor, de que as cirurgias poderiam estar sendo realizadas pelas instituições médicas apenas com o intuito de se “conseguir lucros às custas de homossexuais”, foi uma ideia apresentada em distintos textos publicados pelo jornal, conjugada a um conjunto de outras afins que, de modo esquemático, passavam pela desconfiança em relação às operações, ou pela certeza de sua importância; pelos riscos imaginados que ela poderia causar, pelos efeitos materialmente sofridos pelos corpos.

As controvérsias sobre as operações são explicitadas por meio de diversas narrativas pessoais e opiniões impressas no jornal. Uma matéria publicada informava o decreto recém instituído nos Estados Unidos sobre o fim das “mudanças de sexo”, no país onde havia sido registrada a primeira cirurgia desse tipo na história; daí em diante, as cirurgias só seriam realizadas em “hermafroditas autênticos”. A resolução havia sido adotada com base em estudo psiquiátrico que atestava que a cirurgia funcionaria como um “paliativo” e que não “curaria” uma condição que seria “essencialmente um distúrbio psiquiátrico” (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 16). No caso brasileiro, conforme se pode constatar pelos discursos veiculados no jornal, parecia prevalecer uma questão de “cura”. Se, do ponto de vista legal, interdições e criminalizações ocorreram no sentido de preservação da “família”, do ponto de vista popular – tanto da opinião pública em geral quanto dos diretamente interessados nas cirurgias e intervenções de ordem mais diversa –, a controvérsia parecia centrar-se em argumentos refratários às intervenções, em virtude dos riscos imaginados e efeitos materialmente experimentados por travestis ou mulheres transexuais.

Uma reportagem, publicada no 35º volume do jornal, reúne relatos e opiniões de travestis e mulheres transexuais de destaque na cena artística brasileira e de algumas trabalhadoras sexuais. Entre os relatos das artistas Cláudia Celeste, Veruska, Jane, Marlene Casanova, Eloína, Rogéria e das trabalhadoras sexuais Nair, Neuza, Shilly, Paula e Luana, estão expressas as incertezas e ideias popularmente partilhadas sobre os efeitos dessas operações. A falta de informação sobre as cirurgias, implantes de silicone e uso de hormônios é recorrente, expresso, por vezes, em comparações sobre a facilidade e segurança da realização destas intervenções na Europa, sendo a possibilidade de

aprovação de leis regulamentadoras no Brasil vista como um “sinal de civilização”, que possibilitaria que as pessoas se realizassem, podendo “viver felizes”, significando, portanto, uma “vitória”. Por outro lado, a possibilidade de “parar de gozar”, ou a cirurgia entendida como “mutilação”, são apresentadas como riscos e efeitos negativos consideráveis. (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 5).

Entre essas e outras narrativas, são acionadas concepções sobre o poder transformador das cirurgias, em termos de identidade de gênero. Em entrevista ao *Lampião*, a artista Rogéria disse que as cirurgias não fariam com que ninguém “virasse mulher mesmo” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 8-10); de modo convergente, uma matéria assinada por Darcy Penteado, associou as práticas de intervenções cirúrgicas plásticas, uso de silicone e de hormônios à “simulação” de uma identidade “feminina”, que não seria passível de ser plenamente realizada (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 3). O desejo de poder fazer as operações de “mudança de sexo” é comentado por um leitor, Albérico Satyro de Recife, como seu “maior sonho”, para o qual tem passado toda a vida economizando (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 18); disposição similar à de Nair (trabalhadora entrevistada em reportagem supracitada), que diz que “só estava faltando dinheiro para ir para a Europa e fazer” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1980, p. 5). Outro conjunto de narrativas volta a se referir ao fato de “deixar de gozar”, tratado como empecilho, tanto em termos de possibilidade de anulação do prazer sexual quanto em termos de impeditivo profissional. Tatiana, entrevistada em São Paulo, narra ter o sonho de juntar dinheiro para fazer aplicações de silicone no exterior, mas afirma não pretender “se operar”, por conta do medo de não sentir mais prazer sexual e porque isto impediria seu trabalho, conforme relata: “entre seis fregueses, quatro querem apenas dar” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 5). A companheira que fazia a vida batendo calçada com ela, Flávia, narra ter implantado silicone por uma “questão profissional”, para ganhar mais dinheiro, e que não faria operação genital porque, além de “não ficar igual”, “para um cara entendido, o peito funciona para o que ele está procurando” (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 5-7).

A experiência de intervenções biotecnológicas diversas sobre o corpo, tais como implante de seios, eletrólise, uso de hormônios, cirurgias de retirada do “pomo de adão”, modificações estruturais ósseas ou nos tecidos do corpo (mais enfatizados, maçãs do rosto, lábios e quadris) – não predominantes e, em certos casos, ilegais –, implicavam efeitos materiais indesejados, das ordens mais diversas para o corpo. Em entrevista,

Rogéria ressaltava que havia interrompido o uso de hormônios há oito anos, ao constatar que “seus peitos murchavam”; também menciona o uso difundido por travestis e mulheres transexuais de um analgésico (Progenol Retar) vendido sem qualquer “controle” nas farmácias e aplicado “numa boa”, mas cujo uso frequentemente passava a impedir o gozo e, assim, criava um “bloqueio mental” naquelas que aplicavam (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 8-10). Em relação ao contexto europeu, outros hormônios são descritos, tais como o “Amplan”, uma pílula introjetada cirurgicamente no corpo, que faria com que cabelos crescessem, afinaria a voz, faria músculos sumirem, seios crescerem, mesmo enfraquecendo muito o organismo (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 3).

O risco da intervenção cirúrgica de “mudança de sexo” é associado a “parar de gozar”, narrado ora em tom de receio, ora em tom preconceituoso, que aciona expressões como “castração física” ou como “abrir mão da sexualidade” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12; v. 32, 1981, p. 4; v. 37, 1981, p. 16). Já as experiências com o uso de hormônios e implantes de silicone, mais disseminadas no país, são descritas a partir de efeitos colaterais sensíveis. Ficar com “um peito maior que o outro”, após iniciar a aplicação de hormônios (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 4-5); interromper o uso por alterações indesejadas no corpo e para a saúde em geral, como o “ataque aos nervos” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 3; v. 32, 1981, p. 6); a petrificação do silicone, a substância “escorrer pelo corpo” e causar sérios problemas ou sua associação ao câncer (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 19; v. 21, 1980, p. 3) são problemas sentidos e projetados. Dada a irreversibilidade de intervenções cirúrgicas de “mudança de sexo” e sua instabilidade, uma vez que se tratava de possibilidade técnica recente (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12), não há de se estranhar porque muitas pessoas receassem o procedimento. De fato, na “Europa”, onde diversas destas artistas trabalharam durante aquela década, essas intervenções pareciam ocorrer com efeitos colaterais consideravelmente mais atenuados e sem riscos tão graves. Em entrevista ao *Lampião*, a artista Jane lembra que, durante os anos que havia passado trabalhando na Europa, pode implantar seios, realizar plástica no nariz, na testa, no “gogó” e nas maçãs do rosto (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1980, p. 6-7).

Os anseios, receios, desejos e debates políticos envolvendo estas práticas, apresentados pelo jornal, revelam uma posição ambígua diante das intervenções biotecnológicas sobre o corpo, que poderiam reconfigurar, no plano das experiências pessoais e coletivas, expressões de gênero e sexualidade. De fato, o *Lampião* não chegou

a um consenso sobre as cirurgias de mudança de sexo nem sobre as outras intervenções citadas, se considerarmos os escritos dos membros de seu conselho editorial que, diversas vezes, se inclinaram a interpelar sua legitimidade, quando não se posicionaram contra regulamentação das cirurgias. No quinto número do jornal, apontava-se de maneira crítica para o procedimento legal que condenava o cirurgião Roberto Farina e dizia-se que deveria ter sido colocada a questão dos lucros implicados nessas cirurgias. No 35º número, uma matéria intitulada “Quem lucra com essa operação?”, assinada por Adão Acosta, chama atenção para o projeto de regulamentação das “operações de transexualismo” apresentado pelo Deputado José Castro Coimbra, que seria um médico cirurgião dono de uma clínica privada (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 5). Em outra matéria do mesmo número, assinada por Antônio Carlos Moreira, é anunciada a aprovação na Câmara dos Deputados, sem “qualquer discussão”, das operações, sendo ressaltado, mais uma vez, que “os lucros prometem ser altos”, sem enfatizar a declaração de um jurista, que comentava a alteração, de que ela atendia a uma realidade social vigente e que se tratava de “restituir à pessoa sua verdadeira personalidade” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 16).

Do diálogo com teorias científicas e das atribuições de naturalidade

Apesar da crítica do *Lampião* ao discurso científico relativo às dissidências de sexualidade e gênero, o jornal preocupou-se, em diversos momentos, com a divulgação e discussão de teorias científicas que, de certa maneira, também poderiam ser consideradas dissidentes, ou, ao menos, que passavam a produzir conhecimentos sustentados em bases distintas e sugerindo leituras divergentes sobre gênero e sexualidade. Deste modo, de uma ou outra maneira, pode-se dizer que as matérias e ensaios impressas no jornal propuseram canais de diálogo com essas produções e sugeriram que elas poderiam ser agenciadas enquanto importantes argumentos políticos. Até Darcy Penteado, que, conforme apresentado neste capítulo, mostrava-se altamente crítico ao discurso médico, destacou, em uma das matérias que assina no *Lampião*, que não devemos trocar a “sabedoria” pela “ciência”, completando que “temos ciência, mas não sabedoria para usá-la” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 6).

Já no primeiro volume do jornal é publicada uma resenha na seção “Tendências” de Aguinaldo Silva do livro *Amor entre mulheres* de Charlotte Wolf, da Associação

Britânica de Psicologia (*Lampião da Esquina*, v. 1, 198, p. 13). O livro de Wolf tem por um de seus propósitos evidenciar o fato de que a sexualidade feminina foi tradicionalmente estudada e interpretada por um ponto de vista, pode-se dizer, masculino, e que, como tal, foi construída enquanto um artifício. A autora retoma, em seu livro, os escritos de diversos cientistas e estudiosos e especialistas, tais como Freud, Konrad Lorenz, Desmond Morris, Ford Beach, Melanie Klein, Lévi-Strauss, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir – escritos que são interpretados pela autora no intuito de responder à pergunta de por que, mesmo com estudos com tão exaustivos sobre sexualidade, seria possível que a homossexualidade permanecesse estigmatizada na contemporaneidade. Chamados ao diálogo pela autora, estes cientistas e estudiosos constituem interlocutores importantes para dismistificar algumas ideias presentes no pensamento ocidental sobre homossexualidades em geral. Aguinaldo Silva destaca uma passagem do livro em específico, na qual a autora ressalta que, se levarmos em consideração a “bissexualidade do homem”, a homossexualidade seria algo “normal” e que ela seria aceita se não fossem os códigos “patriarcais” da sociedade atual.

No 12º número do *Lampião*, que condensa matérias sobre mulheres lésbicas, está publicado um relato, escrito a muitas mãos, sob o título “Não somos anormais” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 8). De início, o ensaio ressalta as ressonâncias entre a produção científica e as “opiniões generalizadas na sociedade”, no sentido de que tendem a considerar “anormal” ou “revertida” toda expressão do “instinto sexual”, que não corresponda às “finalidades da “natureza”, ou seja, aquelas “reprodutivas”. Para a sustentação deste e de outros argumentos, que visam a retirada da homossexualidade da condição de “anormalidade”, as autoras irão recorrer aos argumentos de Kinsey, cujos trabalhos estavam em voga naquele período, de modo a apontar para o fato de que a homossexualidade não seria uma anormalidade. Alguns de seus comentários sobre sexualidade feminina são sublinhados, entre eles, o de que mesmo as relações heterossexuais poderiam ser mais satisfatórias se os homens se valessem com mais frequência de conhecimentos da “anatomia sexual” e da “psicologia” feminina, “que possui a maioria das lésbicas”. Devemos lembrar que o orgasmo feminino foi tema bastante discutido no *Lampião*. Uma matéria assinada por Zsu Zsu Vieira, publicada no terceiro volume do jornal, assinala que, de acordo com “dados” produzidos por “estudiosos do comportamento sexual humano”, “apenas 2%” das mulheres chega a atingir a “plenitude do orgasmo”, sendo isso atribuído, pela autora, às “pressões da

mentalidade dominante” em nossa sociedade que seria conservadora e repressiva em relação às mulheres (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 2). Nesses casos, deve-se notar, o conhecimento científico servia de argumento político importante, que desmistificava o preconceito e a repressão da sexualidade, no seio de uma ordem conservadora.

A matéria “Não somos anormais” destaca que, apesar de “controvérsias” existentes entre “médicos, pesquisadores e psiquiatras” sobre a homossexualidade ser ou não ser uma doença, a “maior parte das pessoas continua achando que é uma doença, que é anormal”. Também é enfatizado que os repertórios populares tendem a negar a possibilidade de prazer aos homossexuais, justificando esta possibilidade como algo “contrário à natureza”. Em sintonia com diversos outros discursos que aparecem publicados no jornal, a matéria concede especial atenção ao argumento que atribui à “natureza” a legitimidade ou não dos desejos e comportamentos considerados homossexuais. No caso da matéria em questão, o argumento é rebatido com teorias científicas, que irão buscar nas origens evolutivas e nas comparações entre comportamentos humanos e animais a “naturalidade” das “homossexualidades”, afirmando que a “natureza é o que é, não está certa nem errada” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 8). Deste modo, argumentos de bases científicas são levantados e cientistas são citados para endossar o argumento:

[...] infelizmente, para os preconceituosos e mal informados, não existe em todas as espécies vivas um instinto sexual, uma pulsão natural que conduza necessariamente a fêmea ao macho e vice-versa. Isso existe sim nos degraus mais baixos da escala evolutiva – como é o caso de insetos que se atraem mutuamente pelos odores que exalam. Basta passar algum tempo numa fazenda ou olhar pelas ruas os animais domésticos para constatar que entre eles existem relações homossexuais. Numerosos estudos feitos com macacos demonstram que a pulsão sexual desses animais é instintiva e inata, mas sua canalização para um comportamento heterossexual não é. Claro, os macacos não são seres humanos, mas, como diz um pesquisador americano Frank R. Beach: “É difícil acreditar, levando-se em conta os dados fundamentais da evolução, que um comportamento que aparece com grande regularidade em quase todos os mamíferos e, em particular entre os primatas, seja uma anomalia completamente aberrante em nossa espécie”. (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 8)

O relatório Kinsey – pesquisa de grande envergadura, de caráter sociológico, a despeito de sua base biomédica, veio demonstrar a normalidade das homossexualidades e suas múltiplas modalidades de expressão. O trabalho é retomado e revindicado por outras matérias publicadas no *Lampião*. Uma delas, assinada por Henrique Neiva (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 13), frisa a importância dos resultados apresentados por Kinsey, que teriam “destruído as classificações sexuais”, utilizado-as apenas

enquanto “adjetivos para atos sexuais” e nunca com o intuito de “rotular indivíduos concretos”. Deste modo, estaria contribuindo para o desmonte dos estereótipos criados pela ciência e disseminados no âmbito do pensamento popular de que existiriam “compartimentos sexuais estanques”. Conforme será discutido, a rigidez de categorias como “heterossexuais”, “homossexuais” e “lésbicas” mostrou-se cara aos discursos presentes no jornal e foi alvo de recorrentes debates envolvendo também seus leitores. De todo modo, as pesquisas do autor pareciam ganhar simpatia entre as produções de saberes divulgadas pelo *Lampião*.

Outro ensaio, assinado por Danilo Aguiar, intitulado “Seguindo a pista de Kinsey” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 4), destaca o livro *Homossexualities* do psicólogo William Bell e do sociólogo Martin Weinberg, “seguidores de Kinsey”. O ensaio destaca o mérito das longas entrevistas realizadas com quase mil “homossexuais de ambos os sexos” nos Estados Unidos, que também teve por efeito a ampliação das categorias de classificação sexual. Conforme destaca o ensaio, como o estudo foi concluído na década de 1970, ele não teve a abrangência dos “dados novos resultantes do movimento pelos direitos homossexuais surgidos na década atual” e, dessa maneira, o autor se pergunta se as tipologias assinaladas pelos autores não seriam ainda mais abrangentes na atualidade. A importância do estudo também é reconhecida pelo fato de que atenta às questões de desequilíbrio emocional (tais como depressão causada pelo estigma), presentes entre “homossexuais” que, conforme constata, são consideravelmente maiores do que entre pessoas “heterossexuais”.

Outra pesquisa recorrentemente comentada por ensaios e matérias publicadas no jornal foi o *Relatório Hite da sexualidade feminina*. Produzido pela sexóloga Shere Hite, o relatório seria o resultado de uma pesquisa de quatro anos sobre sexualidade feminina. Conforme consta em reportagem de Francisco Bittencourt, destinada a cobrir a vinda da pesquisadora ao Brasil por ocasião do *I Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições*, realizado no Rio em 1978, o relatório, censurado no Brasil por ser considerado “obra obscena”²¹⁴, baseado em amplos questionários enviados a milhares de mulheres de todas as faixas etárias e classes sociais nos Estados Unidos, teria tido o êxito de ter interpretado

²¹⁴ Conforme nota Cynara Menezes em artigo publicado na *Folha Ilustrada*, os militares teriam invadido no Rio de Janeiro uma sessão de autógrafos que era dada pela autora, tendo recolhido todos os exemplares. Ver: Menezes, Cynara. “Shere Hite discute prazer e poder no trabalho”. *Folha de S.Paulo*, 19 de maio de 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1905200123.htm>>, acessado em 28/2/2019.

a sexualidade feminina “à luz do contexto histórico e cultural” (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 2). Entre os temas estudados e publicados em seu livro estariam a “masturbação, orgasmo, lesbianismo e escravidão sexual da mulher”, conforme assinala Henrique Neiva em matéria supracitada (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 13), e mostrariam, de acordo com o autor – remetendo, novamente, ao tema do orgasmo feminino –, que as mulheres que tanto se queixam do “egoísmo sexual” de seus companheiros, não necessitariam do “coito” para obter prazer nessas relações. Neiva destaca a frase da autora de que “Não é a sexualidade feminina que tem um problema, é a sociedade que é problemática na sua definição de sexo e no papel subordinado que essa definição confere às mulheres”. As críticas a Shere Hite pelo *Lampião*, deve-se destacar, recaem sobre sua postura, considerada radical, durante o mencionado congresso e, em nenhum momento, sobre a importância científica e política de seu trabalho.

No 14º número do *Lampião*, é divulgado um estudo sobre sexualidade qualificado, pela resenha a ele destinada, enquanto “o relatório Hite da sexualidade masculina”. Realizado pelos franceses Michel Bom e Antonie D’Arc, o estudo também compreendeu uma quantidade considerável de questionários enviados a “homossexuais franceses sobre sua sexualidade”, cujo mérito é destacado pela resenha. Além deste ponto, a resenha destaca o “compromisso” dos autores com o assunto que seria, em larga medida, tributário de suas experiências sexuais: “um e outro tiveram, em certo momento de sua vida adulta, um comportamento homossexual e, noutro um comportamento heterossexual. Ambos vivem atualmente em casal, um com um homem e outro com uma mulher”. Por fim, a resenha destaca a importância política ressaltada pelos autores de que mulheres fizessem pesquisas sobre elas mesmas, trazendo, assim, uma questão atual quanto à autoria ou ao lugar do sujeito pesquisador (*Lampião da Esquina*, v.14, 1979, p. 15).

Conforme atesta outra resenha de divulgação de um livro científico, considerado importante para a leitura dos dissidentes de gênero e sexualidade, interessados em saber mais sobre a abrangência de seu comportamento, a importância do estudo em questão seria ter sido pautada por uma pesquisa realizada por mais de 20 anos (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 8). Nesse sentido, representaria “uma tentativa séria em saber, em vez de presumir, tudo sobre aspectos psicológicos da função homossexual”. Os diálogos dispostos nestas matérias, ensaios e resenhas sobre saberes científicos devem-se, em grande medida, ao fato de que o *Lampião* considera que tratam, de maneira séria, as expressões das sexualidades que são estudadas, em vez de projetar sobre elas conceitos

e chaves teóricas de leitura, que terminam por produzir estereótipos. Nesse sentido, as pesquisas de amplo espectro temporal ou de larga abrangência quantitativa, que concederiam espaço para que os sujeitos estudados articulassem discursos sobre si mesmos e sobre sua sexualidade, são valorizadas. Pesquisadores que se mostravam verdadeiramente engajados com a produção de saberes não estigmatizantes foram, igualmente, valorizados, bem como os resultados de suas pesquisas, que podiam desestabilizar categorias estanques de produção de sujeitos e somar argumentos políticos na luta contra a patologização.

Um dos aspectos interessantes desses argumentos é que tanto os cientistas e seus resultados, quanto os discursos veiculados no *Lampião* incorrem, por vezes, em explicações naturalizantes, para se opor à patologização. As homossexualidades são, assim, tomadas como “naturais”, para desafiar sua definição como “anormais”. Este debate mostra-se mais abrangente do que o diálogo direto com cientistas, sendo, por diversas vezes, replicado ou transformado nos meandros das discussões sobre os significados da homossexualidade para os próprios sujeitos dissidentes, isto é, para os redatores e interlocutores do *Lampião*.

A desvinculação, comum ao repertório científico e ao popular, entre “homossexualidades” e finalidades reprodutivas, “naturais”, é evidenciada em diversos textos impressos no jornal. O enquadramento destas expressões sexuais enquanto “acasalamentos estéreis” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 4) seria, por vezes, rebatido por meio do argumento de que a “natureza” sexual não poderia ser reduzida às suas finalidades reprodutivas, visando, assim, o próprio alargamento da ideia de natureza, conforme evidenciado no artigo “Não somos anormais” supracitado. Em outros discursos, a não reprodução é reivindicada enquanto condição ou instrumento de controle populacional, antecipando argumento importante para as lutas ambientalistas do novo século²¹⁵ (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 16).

A afirmação de que dissidentes de sexualidade e gênero não estão agindo “contra a natureza” é reiterada por leitores (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1978, p. 14), por membros do conselho editorial do jornal, por entrevistados e pelos discursos de personalidades de destaque, presentes nas páginas do *Lampião*. Em entrevista ao jornal, Winstom Leyland reitera que “É importante que os homossexuais passem a aceitar plenamente sua

²¹⁵ Conforme discutido no terceiro capítulo.

sexualidade como uma coisa natural” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 10-11). Também em entrevista, Celso Cúri destaca: “se alguém gosta de fazer sexo com samambaia, trata-se apenas de um ser humano que está fazendo aquilo de acordo com sua natureza, coisa muito normal, portanto” e ainda acrescenta que “[...] pessoas devem “viver naturalmente” e antes de tudo, procurar conviver bem com sua própria homossexualidade” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-8). Em resenha sobre um livro de Allen Ginsberg, Henrique Neiva sublinha a seguinte fala do autor: “penso que todos nascemos sexuais, isto é, que cada um nasce com o desejo natural de se relacionar com todas as outras criaturas – animais, plantas, nós mesmos, mulheres, homens – quando sentimos amor ou comunicação com eles; mas a sociedade nos ensina a inibir qualquer desejo que não seja por parceiros com quem é possível procriar [...]” (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 13).

Se a “homossexualidade” aparece, em diversos momentos, como inerente à humanidade (ver também *Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 3-4; v. 26, 1980, p. 7), sua “natureza” também é inscrita no seio mais abrangente da animalidade de modo geral, em que a humanidade seria apenas uma de suas conformações específicas. Conforme argumento disposto no mesmo artigo supracitado, “não somos anormais”, comportamentos ditos “homossexuais” em animais superiores são evocados a fundamentar essa lógica, neste caso, por intermédio da expressão de um “instinto” sexual compreendido como algo de ordem pré-simbólica. Em uma crítica assinada por Glauco Mattoso, a respeito do Poeta Fernando Pessoa, e em ressonância com os escritos de Ginsberg, a ideia de instinto volta a ser mobilizada, de modo que a sexualidade é compreendida enquanto uma “ética animal”, como a primeira e “mais instintiva de todas as éticas” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 1). Uma charge notória publicada no terceiro volume do *Lampião* apresenta a imagem de um caçador e um veado, dispostos lado a lado, em que o primeiro ressalta que não vai matá-lo, uma vez que este “animal faz parte do equilíbrio da natureza”²¹⁶ (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 5).

A ideia de natureza também poderia ter sua significação estrategicamente inscrita no plano político, por sua potencialidade unificadora das tantas possíveis distinções internas entre dissidentes de gênero e sexualidade. Uma matéria assinada por Darcy

²¹⁶ A charge reafirma o caráter político de se reivindicar o termo “viado” para a autodenominação de homens chamados homossexuais, na esteira do intuito de retirar dos termos sua carga pejorativa, conforme discutido no primeiro capítulo. Termos como viados, bichas, baitolas, lésbicas, sapatonas, fanchas e pitombas eram assim reivindicados enquanto denominativos transformados que poderiam burlar as linguagens populares e mesmo aquelas criadas pelos repertórios científicos.

Penteado, que argumentava contra as “separações” políticas, a possibilidade de luta pela existência, por liberdade, ou integridade física e moral é inscrita sob o signo da natureza:

Dois pontos que devem ser defendidos apesar do que temos para rever no movimento: o homossexual deve lutar para existir e se fazer respeitar na integridade física, moral e psicológica que lhe é natural, dispondo à sua vontade do seu corpo e da sua mente, sem deixar discriminar, sem aceitar os paternalismos que também são discriminatórios; e sem auto-discriminar-se ou afirmar-se em hierarquias ou classes, sejam travestis, michês, bichas-loucas, bichas mais ou menos loucas, bichas quase sérias, bichas intelectuais [...]. Para aqueles que insistem nas separações, lembremos que perante a natureza somos todos iguais (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 14)

Em contraposição a explicações naturalizantes, agenciadas em função do estigma de uma sexualidade contrária à natureza, outras tendências viriam argumentar pela cultura, pelas “razões existenciais e históricas” e da “escolha livre e consciente de cada indivíduo” (*Lampião da Esquina*, 1978, v. 4, p. 2). A presença dessas posições antagônicas, nos discursos apresentados no jornal, será discutida em sua conjugação a outra dimensão importante, aquela que remete aos distintos pontos de vista produtores de discursos sobre as homossexualidades.

As falas de si: sobre ser, tornar-se e assumir-se

As entrevistas do *Lampião* e, sobretudo, as cartas publicadas na seção “Cartas na Mesa” estão repletas de desabafos, pedidos de conselho, confissões de sentimentos, receios, dificuldades e expressões de prazer diversas. Essas falas de si constituem uma modalidade discursiva que aparece, de modo inovador na imprensa nacional naquele momento, no que diz respeito a homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Narrativas e elaborações dos sujeitos considerados dissidentes sobre suas próprias expressões e experiências de gênero e sexualidade destacam-se nas páginas do jornal, enquanto discursos contrapostos àqueles que são mediados por cientistas ou clínicos, que traduzem estas narrativas mediante o objetivo de produzir verdades sobre estes sujeitos. A ideia de contraposição, aqui, não deve ser compreendida como se as falas de si pudessem ser circunscritas a um dispositivo consciente ou deliberado de objetivação que busca, nesse campo, situar-se em oposição aos discursos científicos, mas como narrativas que, ao elaborar sobre desejos, afetos e experiências pessoais, produzem modos de subjetivação que podem escapar às lógicas epistêmicas e terapêuticas, embora ainda estejam interpostas pelos dispositivos da sexualidade. Ao mesmo passo, as falas de si, os depoimentos e as elaborações pessoais estão contrapostas às lógicas políticas dispostas pela esquerda que, do ponto de vista do jornal e de movimentos sociais minoritários no

período, desvalorizaram explicitamente ou relegaram a segundo plano as discussões “pessoais” no plano da política²¹⁷.

Entre as diversas modalidades de narrativas pessoais sobre a própria sexualidade, destacam-se aquelas que alicerçam elaborações acerca dos fundamentos da dissidência sexual, tanto em termos de desejo, quanto em termos de experiência vivida. Entre estas, destaco o relato de uma mulher lésbica, publicado no décimo segundo número do *Lampião*, da matéria intitulada “Então, por que tanta repressão?” (*Lampião da Esquina*, v,12, 1989, p. 9-10). O relato de M. é conjugado ao de T., discutido neste capítulo por conta de suas narrativas sobre sua experiência no âmbito de uma clínica que buscava sua “reversão” sexual. O texto que precede ambos os relatos, destaca, de início, as dificuldades diferenciais existentes entre as possibilidades de expressão das sexualidades lésbicas em relação às homossexuais e em sequência é apresentado o relato de “M.”, 26 anos, secretária e estudante da USP.

M. descreve suas primeiras experiências sexuais com meninos durante sua adolescência, acompanhadas de “severas vigilâncias” da mãe que, por fim, foram “altamente reprimidas”. Aos quinze conhece uma garota, Miriam, e começam uma amizade. Nesse momento, M. relata que sentia uma vontade “grande de transar”, mas tinha “vergonha de ser virgem e pavor de ficar grávida”. A amizade entre as duas garotas ganha novos contornos de proximidade, e as duas passam a trocar beijos e experimentar alguns contatos corporais. Certo dia, foram flagradas se beijando pela mãe de Miriam, e M. ressalta que aquilo “foi o suficiente para sermos chamadas de lésbicas”. As duas meninas tentam se esconder e passam a manter relações sexuais. M. ressalta que não lhe passava pela cabeça qualquer sentimento de culpa em relação àquilo e que também não pensava ser a única mulher do mundo para Miriam, ela estava “deixando as coisas acontecerem” apenas, acreditando que “todo mundo tinha direito à liberdade”. Dado o tempo, as duas “foram descobertas”, e então as famílias passam a tomar todas as precauções para que as duas “se separassem”, entre as mais brandas, tais como “retirar da escola”, “prisão domiciliar”, “vigilância no telefone”, chegando às mais incisivas, tais como a tentativa de enforcamento pela mãe, a faca que seu pai lhe colocou no pescoço sob ameaças e os espancamentos. A garota tenta ir embora de casa e acaba sendo presa em casa por sua mãe, pela justificativa de que Miriam era menor de idade. Qualificada

²¹⁷ Conforme discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

enquanto “massacre”, a “repressão familiar” é tomada por M. como a pior de todas para sua situação psicológica. Os episódios que se sucedem em seu relato passam pela garota saindo de casa e indo embora para o Rio de Janeiro, com poucas roupas e “380 cruzeiros no bolso”, “sem profissão e com uma carteira profissional sem registro”, seguido da família acionando a polícia do Rio para “procurar uma anormal que havia fugido de casa”. Por alguma sorte, deve-se supor, a “história” de M. termina, anos depois, com alguma compreensão estabelecida entre ela e sua família e com Miriam.

O relato de M. é interessante, não apenas por se tratar de uma narrativa longa de uma mulher lésbica – quase não se encontram similares no jornal – , mas, sobretudo, por adensar aspectos presentes nos demais relatos publicados pelo jornal sobre as “descobertas” e experiências da dissidência sexual. Os desejos sexuais sentidos por M. acabam por levá-la a manter relações afetivas e sexuais com uma garota, sem que anteriormente em sua vida houvesse elaborado demasiadamente sobre esta possibilidade. A efetivação continuada destas relações se passa como uma experimentação cheia de descobertas e seu fluxo é bruscamente interditado por alguém que as vê dando um beijo e imediatamente assume que aquilo é “lesbianismo”. Nesse momento, a nomeação da relação e da condição das meninas formula sua realidade e aciona todos os estigmas e demais vigilância e tentativas de controle sobre esses atos. Deve-se notar que, em momentos anteriores da vida de M., sua posição de garota de classe média, mesmo que presumidamente “heterossexual”, também fazia de sua sexualidade objeto de vigilância e regulamentação por parte da família. No momento em que as duas são “descobertas” por terceiros, antes que pudessem dar desenvolvimento as suas próprias descobertas, as duas passam a sentir-se obrigadas a fazer todo o possível para se esconderem, de modo a viabilizar sua relação afetivo-sexual.

Retendo um ponto específico desta série de articulações, aquele que diz respeito à “descoberta” da própria “homossexualidade”, podemos considerar outras narrativas no jornal, das quais sobressaem as contrapartes “nascer” e “tornar-se” homossexual, como operadores de significação particularmente preponderantes das experiências de compreensão sobre a própria sexualidade. Na primeira entrevista que o *Lampião* publica com Cassandra Rios, a escritora discorre sobre uma das personagens, uma prostituta, que teria “nascido assim”; em sequência, equaciona esta determinação a dissidentes sexuais: “Do mesmo modo que um homossexual é assim porque é”, que não teve “escolha”, não “decidiu”, “não adianta discutir” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 8-10). Sobre esse

ponto, a antropóloga Mariza Corrêa, na posição de entrevistadora, comenta que “as pessoas não são sua natureza, elas também são o mundo à sua volta”. Em tradução de entrevista publicada com homens “homossexuais” e mulheres lésbicas mexicanas, alguns dos entrevistados e entrevistadas dizem ser “homossexuais” porque “nasceram assim” ou porque reagem “fisiologicamente” assim aos desejos, dizendo não concordarem com as “teorias psicanalíticas” que atestam que homossexuais assim se tornam por conta da “educação” que recebem (*Lampião da Esquina*, v. 7, 1978, p. 8). De maneira que se pode considerar antagônica, outros relatos e elaborações virão enfatizar que as pessoas tornam-se homossexuais, e que esse processo deve ser pensado levando em consideração as “influências do meio”, as “ideias das pessoas”; o aspecto relacional da experiência “homossexual”, sendo uma “identidade” descoberta ao longo da vida a partir das relações partilhadas com outras pessoas. O “treino” e aprendizado se fazem necessários para “tornar-se” homossexual. Uma vez considerados os preconceitos sociais incidentes sobre estas experiências, deve-se descobrir quais são as possibilidades desta maneira de existir. Por último, “tornar-se homossexual” é processo e condição definida pelo momento em que se assume publicamente tal condição ou pela verificação pública, por parte de terceiros, de intercursos denotativos desta condição (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 6-7; v. 2, 1978, p. 10-11; v. 5, 1978, p. 8-10; v. 36, 1981, p. 6).

A ideia de que seria necessário assumir a homossexualidade, como uma maneira de se afirmar politicamente contra os estigmas e para “sair do gueto”, também é acionada com certa regularidade. Não que seja possível afirmar que o *Lampião* manteve uma posição clara em relação à importância de se assumir. Ao mesmo modo que a proposta de “sair do gueto” foi formulada pelos discursos nele impressos, de maneira que comportava uma multiplicidade de significados e possibilidades políticas, assumir a própria sexualidade também se figurou como uma possibilidade lançada, mas não bem definida enquanto projeto político. Um artigo de João Antônio Mascarenhas, publicado no segundo número do *Lampião*, intitulado “Assumir-se? Por Quê?” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2), articula uma série de proposições e efeitos positivos que estariam contidos nesta atitude. Conforme o início do artigo:

Assumir-se, no caso, o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isto não se consegue nem rápida, nem facilmente, mas, em geral, a duras penas, depois de angústias e frustrações. Valerá o esforço? Creio que sim, não pretendo enumerar todos os motivos, mas alguns deles. (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2)

Os motivos enumerados compreendem o sentimento de se sentir desobrigado a se esconder e a mentir; acabar com a hipocrisia contida na relação de uma parte que finge que esconde e da outra que finge que não vê; impedir chantagens advindas de diferentes pessoas e meios (como a imprensa sensacionalista); desobrigar-se a dar suborno a policiais; neutralizar os “machistas” que fazem ameaças; dar apoio moral a outros homossexuais que desejam se assumir; construir um mundo melhor para a luta pelos direitos humanos e das minorias; e poder ter mais respeito, segurança, melhores relacionamentos afetivos e, eventualmente, com familiares. Apesar desses ímpetos, grande parte das posições presentes nas narrativas dos leitores e das tendências presentes em outros textos do *Lampião* enfatizavam e remontavam as “duras penas”, angústias e frustrações que perpassavam a ideia de se assumir. Em cartas, um leitor afirmar estar “na transição de assumir-se”, mas que estava, por isso, sendo ameaçado (*Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 2). Outro leitor enfatiza que este ato ou processo poderia acabar com seu emprego que lhe era tão gratificante, ressaltando que ele e seu companheiro gostariam de “sair da toca”, não se assumindo publicamente, mas discutindo com outros homossexuais problemas sociais e políticos (*Lampião da Esquina*, v. 18, 1979, p. 19). Em uma reportagem sobre a Madureira, no Rio de Janeiro, uma pessoa diz que o anonimato pode ser vantajoso, contribuindo para aumentar a duração das relações em geral, pois, paradoxalmente, libera as pessoas de pressões sociais (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1978, p. 16). Em outra carta, um leitor questiona mais diretamente a ideia de se assumir, pensando que isso reforça a ideia da diferença, aquela de que todos são pessoas ou, se quisermos, humanos, conforme atesta: “pessoas são pessoas, e chega”! (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 14). Tais distinções de perspectivas delimitam comportamentos encorajados e desencorajados e trazem ao plano do discurso, por um lado, legitimidades diferenciais atribuídas aos modos de se mostrar ou de se esconder e, por outro, complexidades inerentes à expressão discursiva das dissidências de sexualidade e gênero, por meio de determinadas categorias definidas ou sua expressão itinerante, aberta e sempre, por assim dizer, irreverente.

As classificações sexuais: definições, dissidências e distinções internas

A primeira tarefa parece ser então a questão que está sendo muito lentamente tentada nos bares, nos cinemas (na tela e fora dela), nas universidades, nos pequenos jornais onde essas tentativas se expressam, na vida de todos os dias: a de tornar visível o que todos veem, mas permanece nas sombras, a de nomear em voz alta o que todos conhece, mas sobre o que se calam. Em suma, comparando experiências concretas, concentrar em definir um

conhecimento difuso e vago, mas ainda assim uma forma de saber sobre nós mesmos – seres individuais e sociais – que todos possuímos. Esta não é uma tarefa tão fácil como poderia parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, porque temos o hábito de nos deixar pensar por outros e, depois, porque é só no momento de experimentar as definições que surgem as múltiplas possibilidades de cercá-las. Cada um tem seu próprio mapa do caminho a percorrer. Como desvendar as diferenças sem transformá-las em marcas de diferença? Como organizar uma fala sobre o específico que não ignore o geral?

O excerto supracitado faz parte do ensaio-manifesto “Nossas gaiolas comuns”, publicado no primeiro número do *Lampião*, escrito por Mariza²¹⁸ (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 2). O texto de Mariza, em ressonância com as discussões apontadas, aborda a importância de definir os conhecimentos de dissidentes por dissidentes, em contraposição a “se deixar pensar pelos outros”, mesmo que estas definições sejam “vagas e difusas”, também ressalta a importância de se tornar visível, por meio da nomeação de condições e experiências. A autora destaca no ensaio que as classificações “sexuais” historicamente não assumiram os pontos de vista possíveis, mas aqueles “das suposições biológicas e racionalizantes”, e que, embora seja impossível escapar desses “fantasmas”, porque sua linguagem é historicamente conservadora (poderíamos ler: não se sai do dispositivo da sexualidade), seria possível pensar em “termos políticos” e transformar o “autorreconhecimento” das “categorias sexuais”. A autora é precisa: “não podemos nos contentar em olhar as expressões do mundo à nossa volta, precisamos conhecer os mecanismos íntimos de sua produção”.

O texto em questão é um dos únicos publicados em todo o *Lampião* em que se fala nominalmente em termos de criação de “identidades”, o que exigiria, para a autora, reflexão prévia com o intuito de abrir condições de possibilidade para que sujeitos dissidentes sejam “claramente” reconhecidos enquanto “sujeitos objetivos”. A autodefinição, nos termos propostos pela autora, deve se fazer por meio da busca de atributos “essenciais, inconfundíveis e específicos”, já que “categorias sociais são específicas e essa especificidade deve ser corretamente analisada por todos os interessados em seu esclarecimento”; mesmo que, nos meandros deste esforço, exista o risco implicado de que, “ao definir o específico, corremos o risco de criar novas separações, favorecendo uma atomização que dificulta qualquer frente de luta”. Recusando as linguagens fornecidas pelo sistema, pela ciência ou por terceiros, a autora

²¹⁸ A colaboradora do jornal não tem seu sobrenome escrito na matéria nem no quadro de colaboradores do jornal, onde consta “Campinas” colocado entre parênteses, o que faz supor que seja Mariza Corrêa; suposição que pode ser reiterada pelos instigantes título e entretítulos da matéria, característicos de sua produção.

advoga tanto pelas falas de si quanto pela importância das definições do ponto de vista político, conforme termina:

Essas lutas [sobre as “classificações sexuais”] ainda têm nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visível questões não registradas, portanto existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autoconhecimento para afirmarem-se sujeitos de sua própria história. (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 2)

Apesar de os textos “Assumir-se? Por Quê?”, de Mascarenhas, e de Mariza apontarem, de diferentes modos, para a importância de “definir-se”, mesmo considerando todos os riscos e dificuldades, tal como no primeiro caso (conforme discutido na seção anterior), se tomarmos os discursos presentes no jornal de maneira mais alargada, podemos dizer que as resistências ou desencontros a essa possibilidade são diversas. Em uma reportagem assinada por Edward MacRae e Peter Fry sobre o carnaval baiano, os autores destacam que quem define o que pode e o que não pode ser homossexualidade é o “poder: “Gente que transa sexualmente com pessoas do mesmo sexo é diferente, diz o poder. Gente que transa com pessoas do mesmo sexo é guei, diz o poder” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 3).

A responsabilização dos “heterossexuais” ou da ciência por criarem a separação categórica da humanidade entre “homo” e “heterossexuais” também havia sido alvo de crítica de Clóvis Marques, conforme expresso nas discussões desenvolvidas no início deste capítulo. Do mesmo modo, um leitor rebate a proposta de se assumir, dizendo que “pessoas são pessoas” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 14). A atriz Zezé Motta, em entrevista, diz não levar muito a sério as palavras “lesbianismo ou homossexualismo” por ser contra os “rótulos”, já que, afinal “pessoas são pessoas”, em suas palavras (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 11).

“Etiquetar” pessoas segundo sua sexualidade, em outras entrevistas e matérias, é tomado enquanto ato de caráter machista e reacionário, conforme pontua, por exemplo, a atriz Norma Bengell em entrevista ao *Lampião*, ou como ressalta, também em entrevista, a personagem Rafaela Mambaba, símbolo do desbunde humorístico do jornal. Bengell diz achar reacionário o ato de etiquetar as sexualidades, uma vez que o mesmo procedimento não é dirigido à multiplicidade de heterossexuais existentes (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 8-9). Mambaba, ao ser questionada sobre ser “lésbica, bicha, hétero ou o quê?”, responde que se definir através de uma destas categorias seria um desejo

machista: “eu nunca me classifiquei, como os machistas gostariam” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 6-7). As potenciais normatizações criadas pelas categorizações e a facilitação, por meio deste processo, às máquinas de captura mercadológicas são enfatizadas em prefácio que Trevisan escreve à tradução do livro *A contestação Homossexual*, de Guy Hocquenghem, publicado no *Lampião*. De acordo com o autor, a categoria “homossexualismo” consagrada pela ciência instituiria um valor que, embora ocupe seu lugar relevante no seio dos movimentos reivindicatórios, tem o contrafeito de perder sua capacidade crítica de questionamento das diversidades sexuais, normatizando-as e instituindo novos modelos que podem se tornar alicerces do “poder”, conforme nota: bastaria olhar as revistas (norte-americanas) que “anunciam cremes, perfumes e camisetas para homossexuais”. Trevisan ressalta que, para ele, o desejo homossexual, ao contrário, seria justamente o que Octávio Paz chama de “ebulição clandestina”, mencionando também a relevância da categoria “divergentes sexuais” para tratar destas categorias sociais (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1980, p. 13). Neutralizar a multiplicidade, por meio da articulação de pares rígidos de oposição, também é um movimento constatado por Janice Caiaffa, em artigo escrito para o *Lampião*, que, ao tratar especificamente de oposições tais como público-privado, alegria-revolução, entre outras, destaca que: “A vida deve ser vista como intensidade em movimento contínuo em que as pessoas e os fatos são múltiplos, de muitos e vários tipos, que não cabem em definições e classificações neutralizadoras” (*Lampião da Esquina*, v. 17, 1979, p. 7).

Sobre este ponto, um artigo de Nando Ramos, publicado no 12º volume do *Lampião*, é particularmente enfático ao ressaltar a potência das pluralidades sexuais e, pode-se dizer, sintético de um ponto de vista reiterado pelo *Lampião* de modo geral. O autor ressalta que a “relatividade do ser homossexual impede os lampiônicos de privar uma identidade comum a todos os outros homossexuais”; deste modo, não seria possível buscar identidades, a partir de premissas próprias ou circunscritas, sem comparação às dos michês, das travestis, das bichas loucas. Ramos destaca, enquanto colaborador do jornal, que “como intelectuais, os editores e colaboradores procuram abrir o gueto à ventilação de ideias” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 4). Deve-se fazer uma ressalva, aproveitando o ensejo do artigo de Nando Ramos. Embora tenha o mérito de advogar pela pluralidade e considerar michês, travestis e bichas, seu tom é bastante classista e pressupõe a alienação ou falta de compreensão destas categorias sociais em relação às identidades que eram formuladas no seio dos movimentos homossexuais e, em grande

medida, pelo *Lampião*. Este ponto será discutido mais adiante, mas destaco que o diálogo de Ramos é com aqueles leitores que assinalavam sua insatisfação com a presença das categorias sociais em questão nas páginas do jornal; apesar disso, as mesmas são explicitamente nomeadas na matéria em questão enquanto “o homossexual prostituto, o travesti miserável e a bicha louca alienada”. Estas difíceis questões sobre quem seriam, afinal, os dissidentes sexuais pelos quais o jornal pretendia falar estão inscritas em inúmeras matérias e dizem respeito a muitas distinções articuladas sob o abrangente rótulo de “homossexualidade”. Passemos às suas expressões possíveis.

As bichas loucas e os “gueis” esclarecidos

Apenas para efeito de narração, pode-se dizer que a escala, entre homossexuais, vai do folclore bravio das bichas marginalizadas, que usam roupas de mulher – nem sempre caracterizadas como verdadeiros travestis, compondo, neste caso, tipos híbridos entre homem e mulher – aos viados distintos, indivíduos bem postos, quando não magnificamente localizados na escala social, componentes da base econômica sobre a qual se movimenta este meio quase sempre divulgado apenas no que tem de mais superficial e evidente. (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 4-5).

O trecho supracitado é extraído de uma matéria publicada no primeiro número do *Lampião* e se refere ao chamado “triângulo da badalação”, ou “da pegação”, para os mais íntimos, que compreende a Cinelândia ou Galeria Alaska, no Rio, e a Avenida São João, em São Paulo. Territorialidades em que – de acordo com Antônio Chrysóstomo, que assina a matéria – se “amontoam homossexuais de todos os tipos”. No *Lampião*, de ponta a ponta, são descritas e experimentadas diversas categorias referentes aos dissidentes de sexualidade e gênero. As travestis, bichas e viados distintos, conforme apresentados pelo trecho em questão, somam-se às mariconas, gueis, baitolas, perobas, pitombas, lésbicas, sapatas, ladies, bonecas, travestis, transformistas e diversas outras categorias descritivas que aparecem nas páginas do jornal. Com essas categorias, verifica-se a ampla diversidade existente entre os tantos dissidentes que os discursos científicos, as imprensas de época e a bibliografia especializada do período aglutinaram sob a rubrica de “homossexuais”. Nas páginas que seguem, pretendo fazer uma apresentação mais detalhada dessas categorias, bem como suas distinções internas. Nesse sentido, pretendo analisar algumas das linhas de distinção que as entrecruzam, tais como classe, ideias sobre feminilidade e masculinidade e distinções comportamentais. De início, comecemos pelos sujeitos que poderiam, mais imediatamente, ser associados à categoria homossexual: aqueles homens que, mais ou menos sistematicamente, se inclinaram a práticas e desejos que compreendiam transas com outros homens.

No quarto número do jornal, uma carta escrita por um leitor, que leva o título “Quem está com a bandeira?”, articula um argumento em torno do que pode ser entendido por diversidade interna da “classe” guei (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 18). O autor argumenta que existem “grupos” distintos no interior desta classe, que se apresenta “totalmente dividida”, sendo composta – para marcar uma distinção preponderante – por “bichas” e “homossexuais” (ou entendidos), ressaltando, ainda, que essas categorias não existem como “coisas fixas”, mas como “estereótipos criados por pessoas preconceituosas dentro da classe”. De modo geral, de acordo com seu argumento, os “entendidos”, que assim se denominam e que se recusam a serem chamados de “bichas”, seriam pertencentes a uma classe média “embebida por preconceitos burgueses”, que assume valores do “sistema vigente” e despreza as “bichas”. As “bichas”, por sua vez, seriam aquelas que, além de irritarem e enjoarem os entendidos, são originárias de classes sociais mais baixas, âmbito em que as “artificialidades da burguesia” não atingiram ainda com tantos preconceitos; são aquelas que perambulam pelas Avenidas São João e Ipiranga. Para o autor, seriam essas as pioneiras, “cuspidas e repudiadas”, que impuseram, por sua “ousadia”, o exercício da homossexualidade à sociedade, aquelas que obrigam a sociedade a “ver o que existe”, o que beneficia, inclusive, os entendidos. Por fim, a carta termina com uma pergunta retórica: “quem é que está sendo revolucionário nisso tudo?”.

O argumento do autor atribui uma duplicidade relevante ao sentido de classe que, em quaisquer dos dois sentidos, apresenta distinções internas. Primeiramente, “classe” aparece enquanto termo que designa uma ampla categoria de dissidentes sexuais no âmbito em que podem ser abarcados, por exemplo, bichas e homossexuais; em segundo lugar, e sendo uma dessas distinções, aparece a ideia de classe social, que aparta aqueles pertencentes às classes médias e os pertencentes às classes baixas. Essas mesmas ideias estão presentes na matéria assinada por Chrysóstomo, que reifica certa diferenciação entre as “bichas marginalizadas” e as travestis, por um lado, e os “viados distintos”, por outro, ocupando, por sua vez, posições diferenciais na “escala social”. De modo similar, estiveram colocadas as distinções entre os “viados de classe média”, desfrutando de boas bebidas e flertes nos bares enquanto espiavam, quase indiferentemente, suas “primas pobres” em ato contra violência policial ocorrido no Largo do Arouche, em São Paulo²¹⁹.

²¹⁹ Conforme descrito no segundo capítulo.

O termo “bicha” aparece no *Lampião* como um denominativo geral para “homossexuais”, podendo se referir a esta abrangente categoria de pessoas (classe, no primeiro sentido). Deste modo, o *Lampião* fala em “bicha elitista”, “bicha-pedigrée”, “bicha-sistema”, “bicha-mercado”, “bicha reacionária” e outras designações afins, que se referem justamente aos homossexuais que o autor da carta supracitada critica: aqueles “homossexuais” que incorporam valores de consumo, que são pertencentes às classes médias, que não se preocupam em combater a ordem conservadora, que se apresenta estruturante de sua experiência sócio-sexual. Porém, é mais especificamente em relação àqueles homens de classes baixas, frequentadores do gueto, “afeminados” e “bandeirados”, que “alardeiam”, “fechativos” e “desmunhecados” que o termo bicha se refere, preponderantemente: às propriamente ditas “pintas”, sobre as quais incidem inúmeras modalidades de preconceito. No âmbito do “movimento homossexual”, por exemplo, às “bichas” recorrentemente foram dirigidos preconceitos por parte dos “homossexuais conscientizados”, e, não raramente, estas foram enquadradas enquanto “bichas alienadas”. A oposição, nesse discurso, se encontra entre os conscientizados, que agem com certa racionalidade e são politicamente “sérios” e aquelas pintas, fechativas e pouco sérias (ver MacRae, 1982; 1990). No quadro do *Lampião*, discursos semelhantes apartam os homens “gueis” discretos, pertencentes às classes médias e altas, e as bichas “loucas”, pertencentes às classes populares – diversas das críticas atribuídas ao jornal, por seu caráter “elitista”, podem ser associadas a esta oposição.

Embora o *Lampião* tenha se empenhado em positivar o termo “bicha”, empregado pelas ditas linguagens machistas e discriminatórias, e, nesse sentido, também tenha concedido grande importância ao resgate de uma linguagem do gueto²²⁰, muitas matérias, ensaios e reportagens publicadas no jornal articularam de maneira explícita preconceitos contra as “bichas”, remontando certas oposições entre civilidade e selvageria, consciência e alienação, seriedade e despropósito comportamental. Devemos lembrar o artigo de Mascarenhas, que enumera os motivos para que homossexuais aceitassem com naturalidade sua sexualidade e a assumissem “sem escondê-la”, mas, especialmente, “sem alardeá-la”: existia um limite aceitável para a expressão das feminilidades que não deveria ser ultrapassado, pois o “homossexual assumido” deveria se portar de maneira regulada. Em matéria assinada por Frederico Jorge Dantas, no número inaugural do jornal, intitulada “Qual é a nossa imprensa?” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 5), o autor diz

²²⁰ Conforme foi analisado no primeiro capítulo.

reconhecer a “bicha” como um “estágio necessário” para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual e reitera a importância de que o último reaja com racionalidade e coesão às repressões sociais; além disso, destaca a importância de se pensar a homossexualidade despida de um “fetichismo sexual” que, além de característico do “colonismo homossexual” (as imprensas sensacionalistas, o mercado), ainda seria “a razão de existência” para os “menos esclarecidos”. Em artigo de Darcy, publicado no 19º volume do jornal, a ideia de estágio volta a aparecer, a partir da afirmação do autor de que alguns aspectos da homossexualidade, as expressões de feminilidade, são determinados pela “opressão do sistema” e que, em um caminho evolutivo, “tendem a desaparecer ou se abrandar com o afrouxamento dos preceitos morais e com a conscientização (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 9). A disposição da bicha enquanto “estágio” pouco esclarecido, pouco racional e alienado, é articulada à sua postura “pintosa” de alarde e aos excessos de feminilidade por ela performados, dizendo respeito, portanto, a problemas políticos, comportamentais de gênero.

Levando a cabo a proposta do *Lampião* de combater os estereótipos dirigidos a dissidentes de sexualidade e gênero, em diversos momentos, o jornal valeu-se de argumentos que ressaltavam a seriedade e decência dos “homossexuais”, afastando-os das imagens estereotipadas com que eram retratados na imprensa da época. Na esteira deste movimento, no entanto, o jornal acabou por articular imagens preconceituosas sobre as bichas, sobretudo nos números iniciais. O combate aos estereótipos, conforme descrito e analisado, incidia sobre a redução das manifestações plurais das “homossexualidades”, cujas experiências sócio-sexuais transcendiam as bichas desmunhecadas apresentadas pelos discursos midiáticos que serviriam ao divertimento de plateias e ao lucro dos meios de comunicação. Conforme apresentado, uma matéria assinada por Antônio Carlos Moreira, intitulada “Bichisses na TV” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 11), qualificava como “generalização perigosa” a ideia, disseminada por estes meios, de que todo “homossexual” teria em si grande fixação por, no limite, “tornar-se” mulher. Outra matéria, assinada por Antônio Chrysóstomo, intitulada “Nossos comerciais, por favor”, referindo-se também a um debate apresentado em um canal televisivo sobre “homossexualidades”, apresenta uma crítica aos entrevistados que estariam “em uma desmunhecação histórica”, “gritando” todos ao mesmo tempo, atitude que serviria aos interesses machistas da imprensa que estaria comprometida com a exotização de “homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 10). Em carta publicada no décimo

número do *Lampião*, um leitor apresenta suas discordâncias com a ideia empreendida pelo *Lampião* de que positivar o termo bicha possa ter efeitos significativos em relação ao preconceito, ademais faz sua crítica “aos portadores de frescurite e desmunhequices, as quais só ajudam a perpetuar essa imagem caricata dos homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 18).

Os comportamentos qualificados como desmunhecados e histéricos, concebidos enquanto imagens caricatas das homossexualidades, estão implicados por ideias de gênero que atribuem aos excessos de feminilidade das bichas, ou, mais propriamente, de estereótipos de feminilidade, o subsídio para o preconceito social dirigido a esses sujeitos. Em carta publicada no décimo número do jornal, um leitor do Rio diz não ver “nenhuma tragédia em cultivar a imagem masculina”, ao contrário, diz achar “doentio e chocante o cara dar uma de bicha louca”, figura que cumpriria o papel de “palhaço para os normais” (*Lampião da Esquina*, v. 10, 1979, p. 15). De acordo com o autor, o desejo sexual de homossexuais – “gostar de homem” – não justificaria “dar uma de boneca cheio de ai ai” e chamar “todo mundo de queridinha”. Tais atribuições de gênero das “mariconas”, de excesso de feminilidade, apenas reificariam caricatura “grotesca de mulher”, o que seria uma verdadeira “tragédia”. Como resposta, o *Lampião* reitera que, sobre os “desmunhecados”, ainda pretendem publicar algo de caráter analítico, que dê conta de compreender esses comportamentos enquanto “manifestação de um fenômeno psicossocial”, mas devendo “defender até a última lantejola o direito de se pisar no mundo como cada um sabe melhor”.

Tais atribuições mantinham suas ressonâncias com as críticas feministas que eram disseminadas naquele momento entre as classes médias urbanas. Em matéria publicada no quarto número do jornal, assinada por Antônio Mascarenhas, as bichas pintosas são enquadradas enquanto “machistas”, porque imitariam indesejados padrões de feminilidade, aqueles da “mulher-objeto sexual idealizada pelos machistas” e, portanto, subservientes ao ordenamento simbólico que interessa ao “sistema” manter (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 9). Entrevistado por Francisco Bittencourt, na terceira edição do jornal, um homem diz que era muito “efeminado” e que não conseguia controlar essa manifestação de neurose” e, quase agradecendo, diz que esse comportamento havia mudado em sua vida e atualmente vivia em um relacionamento estável com outro homem (*Lampião da Esquina*, v. 3, 1978, p. 4).

Se, no âmbito desses discursos, as bichas podem ser tomadas enquanto neuróticas, machistas e despreparadas, como se fizessem um desserviço ao esclarecimento homossexual, em outros, essa manifestação é tomada enquanto expressão legítima e possível dos sentimentos sexuais dos sujeitos. Em entrevista publicada no segundo número do jornal, o coreógrafo Lennie Dale apresenta uma perspectiva mais fluida sobre a ideia de que parcelas expressivas de homossexuais desejariam se tornarem mulheres; de acordo com Dale, os homossexuais podem tanto se “sentir” homens quanto mulheres, o que faria ultrapassada a separação presente nos repertórios populares de que existem separações rígidas entre “bichas” e “homens”: no Brasil, estas ideias seriam complexificadas, na medida em que existem pluralidades de manifestações de sexualidade e gênero, tais como “travestis, bichinhas e homossexuais” (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 6-7). De outro modo, “bichice” também aparece como manifestação comportamental associada às práticas sexuais de sujeitos, não a sentimentos. Em entrevista publicada no vigésimo número do jornal, um michê, Rodrigo, diz que “se ficar transando só com homem”, ele poder “virar bicha”; interrogado sobre o significado desta afirmativa, Rodrigo responde que virar bicha é ter modos femininos, ficar afeminado (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 11-12). Nesse sentido, deve-se ressaltar, bicha corresponde não à prática de transar com homens, mas a expressões de gênero consideradas femininas²²¹.

À parte os preconceitos e os problemas com o lugar das feminilidades no comportamento a apresentação corporal das bichas, seu estatuto se mantém ambíguo nas páginas do *Lampião*. Existia preocupação genuína do jornal em abarcar as expressões de dissidência sexual do gueto e, de certo modo, em defendê-las “até a última lantejola”. As bichas e as expressões fechativas, na esteira destes discursos, poderiam ser tomadas

²²¹ A articulação entre atribuições de gênero e questões de classe para a compreensão das categorias sexuais foi explorada por Fry (1982). Este trabalho já foi bastante discutido e aqui destaco, apenas em linhas gerais, que, ao descrever sistemas de classificação sexual no país, o autor destaca distintivamente dois sistemas: o primeiro estaria baseado em uma hierarquia de gênero que aparta as articulações entre masculinidade e atividade, de um lado, e feminilidade e passividade, do outro. No âmbito deste modelo está a chave para a inteligibilidade da “bicha” e daqueles “homens” que, mesmo mantendo relações sexuais de ordem diversa com outros “homens”, podem não deixar de ser homens. O segundo modelo, diria respeito ao modelo “igualitário”, formulado pelos cientistas, médicos e psiquiatras, como os referidos neste capítulo, que apartam quaisquer homens que mantenham relações sexuais com outros homens – os “homossexuais” – daqueles outros “heterossexuais”. Neste caso, manter relações sexuais com outros homens é razão suficiente para que sejam considerados “homossexuais” e, conforme também notamos a partir dos discursos presentes no *Lampião*, atribuir para si a designação de “homossexual” é uma apropriação (ou reação) a este modelo. O autor ressalta o fato de que, se o primeiro modelo estaria muito mais presente entre classes populares no país, o segundo seria preponderante entre as classes médias e faria parte de um quadro mais amplo de transformações pelas quais estas passavam ao redor do mundo naquele período.

como as “verdadeiras revolucionárias”, capazes de questionar os padrões de gênero e sexualidade e questionar o ordenamento simbólico que apartaria, radicalmente, feminilidades e masculinidades, conforme é expresso na primeira carta recuperada nesta seção. De maneira não tão radical, uma matéria assinada por Darcy Penteado, publicada na 31ª edição do jornal, tece uma crítica aos “jovens”, qualificados enquanto “machistas”, que acreditam não ter problema em se dizer homossexual, mas que acreditam não precisar estar ao lado das “bichas loucas”. Tal crítica está associada, no artigo, às práticas desses jovens (e, em grande medida, dos militantes do movimento homossexual) de “dar carteira de homossexual” para as pessoas, atribuindo para si mesmos a posição de decidir quem é e quem não é homossexual (*Lampião da Esquina*, v. 31, 1981, p. 14). Ao mesmo modo que o referido artigo de Antônio Carlos Moreira, sobre “bichices na TV”, Darcy compreende que a “bicha louca” não é a única expressão possível para as homossexualidades e se vale do mesmo termo utilizado por Moreira, “generalização”, para qualificar o processo pelo qual o “sistema” atribui tais estereótipos aos homossexuais. Reconhecendo preconceitos voltados às bichas e ressaltando estereótipos associados aos homossexuais por conta das bichas, Darcy articula um argumento ambíguo sobre estas, mesmo que, por fim, destaque a importância de se considerar que o “estereótipo” da bicha louca também deve ser compreendido enquanto uma atitude que é por elas adotada como meio de defesa e contestação.

A mesma ideia de contestação é articulada no artigo de apresentação do grupo Somos, publicada no 16º volume do jornal. Contrapondo-se à carga pejorativa incutida no adjetivo “louca”, encontra-se no artigo: “esse ‘louca’ passa a ser um elogio para mim, pois significaria que eu, como bicha-louca, sou um ser humano que conseguiu contestar totalmente os padrões” (*Lampião da Esquina*, v. 16, 1979, p. 7-9). Outra matéria assinada pelo grupo Somos aparece sob o título “Viva a pintosa!” (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 7). Nela o grupo começa afirmando que “desmunhecar” e “dar pinta” não são comportamentos decadentes, ao contrário, bichas pintosas, junto com travestis e “lésbicas do tipo macho”, seriam pessoas que de maneira “corajosa” “subvertem os padrões heterossexuais” que são, a todo instante, cobrados daqueles que em seu desejo, amor, transas, falas e expressões corporais “fogem aos padrões”. Isto porque a educação ou norma impostas pela “sociedade heterossexual” exigem que homens e mulheres tenham expressões corporais muito distintas, e “qualquer “invasão” de um dos sexos no comportamento do outro tende a ser logo reprimido, valendo-se a repressão da

classificação de comportamento ridículo ou anormal, sem qualquer questionamento do que possa significar “normal”. Por fim, o artigo ressalta que pouco importariam os motivos de identificação das pessoas com estereótipos do gênero oposto – por exemplo, busca por aceitação ou agressão – já que o que estas pessoas estariam buscando são “expressões verdadeiras de si”, e, de tal modo, “assumir publicamente essa postura é um ato revolucionário de grande importância”²²² (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 6-7).

Embora não diga respeito ao contexto brasileiro, a crítica à exacerbação de imagens e comportamentos estereotipados de gênero é também acionada, no *Lampião*, por meio da reificação das masculinidades. Em resposta à carta de um leitor publicada no quinto número do jornal, o *Lampião* responde que “essa história de homem gostar de homem só por causa da masculinidade é bem coisa de bicha reacionária, sexista e antiga” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 15). É sobretudo a respeito das chamadas “bichas de couro”, que surgiam no contexto norte-americano, e sua fixação com as masculinidades que renderam as mais contundentes críticas dispostas no jornal a respeito dos, por assim dizer, excessos de expressão de gênero masculino. No oitavo número do jornal é publicada a tradução condensada de um trabalho de Seymour Kleinberg, publicada na revista norte-americana *Christopher Street* e depois no jornal *Gay News*, intitulada “O Gay-Macho: uma nova tragédia americana?” – deve-se notar, aliás, que a matéria é a única, em toda a história de publicação do jornal, que aparece republicada, já em seus números finais em 1981 (*Lampião da Esquina*, v. 8, 1978, p. 9-10).

A matéria, que vem carregada de críticas à “comunidade” gay norte-americana, parte da descrição de uma visita a uma boate gay de Nova York, em que a gerência é “liberal” o suficiente para permitir que “qualquer um com um corpo razoável faça o número”. Os corpos dos clientes, mas sobretudo daqueles que dançam, são esteticamente e culturalmente cultivados, no que se ressaltam músculos e signos diversos de

²²² Deve-se destacar que dentro do Somos, conforme aponta MacRae em sua etnografia sobre o grupo (1990), tanto negros quanto bichas pintosas eram alvos de frequente discriminação, sendo a rejeição afetiva uma de suas expressões. O autor chama a atenção para como o clima de seriedade dos militantes, majoritariamente de classe média, e respeitabilidade era uma espécie de “quartel general” do movimento que excluía tais comportamentos. O Somos passou por mudanças consideráveis de perspectiva em relação aos comportamentos fechativos e às bichas pintosas, e estas passaram a se sentir mais confortáveis para expressar estes comportamentos dentro do grupo. Complementarmente, o grupo, composto majoritariamente por militantes de classe média, valorizava os comportamentos expressos no gueto paulistano, até por sua preocupação em não se “afastar das massas” (MacRae, 1990). De qualquer modo, o artigo publicado no *Lampião* é uma compilação de destaques de outro artigo, publicado no primeiro volume do boletim *Leva e Traz* do Somos (sob o título “Onde está o problema de desmunhecar?”; esta publicação foi feita após o “racha” do Somos em que, entre outras coisas, a questão do tratamento em relação às pintosas apareceu enquanto um dos motivos decisivos para o incidente) (*Lampião da Esquina*, v. 26, 1980, p. 6-7).

masculinidade, além de aparatos de couro e vestimentas de caubóis. Para Kleinberg, esses homens, além de estarem vinculando desejos de poder e crenças na beleza e força física, estariam “erotizando os mesmos valores da sociedade *straight*” – sob a aura de um libertismo sexual.

O autor qualifica a “supressão do comportamento efeminado” enquanto uma “escolha nociva”, que vem justamente em uma década em que a liberação das mulheres estava se popularizando, por um lado, e, por outro, muitos homens se voltavam a um “estilo andrógino”. Se mesmo os homens *straight* estariam se mostrando confusos quanto à sua masculinidade, o autor se pergunta qual seria, então, o dilema enfrentado pelos *gays*. Para ele, não seria “acidental” que o comportamento “machista” se destacasse nos bares *gays*, onde costumeiramente estavam totalmente ausentes as mulheres. Sobre as críticas feministas à exacerbação de comportamentos femininos, Kleinberg ressalta que esta censura apenas seria válida se aquela feminilidade que está contida nos comportamentos de bonecas e travestis fosse ingênua e com ela se pretendesse, de maneira ilusória, a imitação de comportamentos femininos. De modo diverso, estas feminilidades agenciadas pelas bichas, bonecas e travestis seria um artifício que tem compromisso com os signos da ambiguidade: a mimetização de comportamentos femininos se daria, por um lado, pela compreensão por parte destas categorias de que são vítimas das mesmas “ideias masculinas” sobre masculinidade que as mulheres. Por outro, porque sabem que não podem partilhar plenamente dos sentidos de masculinidade conforme definidos pelos “heterossexuais” e daí decorrem os comportamentos fechativos (*camp*). De modo contrário, a reificação das masculinidades vistas nas boates e presentes, de modo mais geral em parcelas expressivas da comunidade gay norte-americana, viriam a partir da percepção acerca do colapso das “ideias convencionais sobre masculinidade” e da subsequente escolha fácil e acrítica destes homens de apegar-se ao “fútil sexismo que partilham com os homens heterossexuais”, apegando-se às suas definições sexuais hegemônicas. Empreendendo uma discussão sobre apego e rejeição destas ideias, o autor termina argumentando pelas alianças com as mulheres e pela tomada de consciência em relação às ilusões do poder e da força das masculinidades que deixariam, cedo ou tarde, os homossexuais desamparados. É no seio dessa discussão que o autor é enfático ao

afirmar que: “Na arena da política sexual existe esquerda e direita. Aqueles que estão no meio, acabarão descobrindo que o centro é a direita”²²³.

As divas divinas artistas e as do babado batedoras de calçada: entre palco e rua

É claro que o travestismo é uma opção possível! Se ele existe e está aí, como todas as outras, qual a dúvida? Ou você só pretende dar carteirinha de homossexual a quem julgue digno disso perante o Senhor que está no céu?

Os travestis, que você só julga pela aparente fachada consumista do sistema, são a sua maneira, muito mais contestadores que nós, os carneiros obedientes que, se quisermos sobreviver sem fazer parte dos estereótipos permitidos e úteis (costureiros inteligentes, cabeleireiros habilidosos, decoradores refinados), temos que nos disfarçar de heteros, o que não seixe de ser travestismo e prostituição.

Em relação a que padrão social ou luta a opção travesti é equívoca? A alienação do homossexual é uma imposição do sistema.

(Resposta de Darcy Penteado à carta de um leitor – *Lampião da Esquina*, v. 34, 1981, p. 2)

Travestis e mulheres transexuais foram duas categorias que dispuseram de grande atenção do jornal e tiveram diversas matérias publicadas a seu respeito, sendo também uma categoria altamente controversa no âmbito dos discursos apresentados pelo jornal. Alguns artigos publicados pelos membros do conselho editorial e colaboradoras apontam, não somente para a multiplicidade de leituras feitas a seu respeito entre estes, como para as ambivalências e mudanças de opinião, que se seguiram das edições iniciais do jornal até aquelas finais.

Na 22ª edição do *Lampião*, é publicado um artigo assinado por Darcy Penteado intitulado “O travesti, este desconhecido: a função cria o órgão ou na natureza nada se cria e nada se destrói: tudo se transforma” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12). O artigo começa com uma distinção inicial entre “o transexual” e “o travesti”, atribuindo à primeira categoria aqueles homens que sentem necessidade de ter “corpo e caracteres femininos”, que vivem em “constante atrito entre mente e corpo antagônicos”, o que provoca “tormentos” pela repulsa que sentiriam de seus órgãos sexuais masculinos. De

²²³ A título de complemento, um contraponto interessante desta leitura é apresentada por Suely Rolnik, em discussão ocorrida no Brasil sobre as bichas de couro norte-americanas. Rolnik diz que não necessariamente concorda com essa leitura de que o *macho man* seria uma reação do homossexual à imagem do afeminado que lhe é atribuída. Ela ressalta que tais proliferações do sadomasoquismo, por exemplo, reproduzem muito do que se passa nas conjugalidades heterossexuais, só que trasladado para um território homossexual. Ela destaca que poderíamos imaginar, sobre papéis sexuais neste contexto, que é quase como já não se fizessem mais, a não ser no mundo gay, noivinhas ou esposas, nem amantes ou putinhas, que estamos em um mundo em que as questões de, por exemplo, “pular a cerca do casamento” não constituem mais grandes transgressões; outras lógicas e transgressões estariam sendo postas em questão (Guattari e Rolnik, 1984).

maneira distinta, as travestis seriam aquelas que elaboram seu próprio corpo com “roupas, atitudes, posturas, maquiagem, hormônios e cirurgias plásticas”, a fim de se assemelhar ao sexo oposto – atitudes, estas, compreendidas como “imitações” que, ironicamente, superam “em feminilidade o modelo adotado”. A distinção entre as duas categorias de pessoas é elaborada em termos objetivos pelo autor e por intermédio de uma articulação discursiva medicalizada:

Os poucos transexuais masculinos comprovados que conheço são tímidos e não se satisfazem apenas com o travestismo: todos anseiam por operações castradoras mas que, pelo menos exteriormente lhes dê a aparência sexual feminina. Numa comparação rasteira, pode-se dizer que os transexuais almejam ser mulheres simples e caseiras, enquanto os travestis têm a alma de verdetes ou de mulheres mundanas. Claro que a timidez dos transexuais pode advir da insegurança de situações sexuais civis ambíguas, mas esse fator já comprova a diferença porque aos travestis o pênis não causa traumas ou empecilhos, consideram um absurdo (a maioria) submeter-se a uma operação. (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12)

O autor vai além e afirma que:

Não tenho dúvidas quanto ao fato de a categoria vir a ser em breve analisado pelo “museu do Homem” (sem ironia), entidade cultural Francesa que se especializa em estudar o ser humano nas suas origens, classificando-o geográfica e etnologicamente. (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12)

Concedendo mais atenção às travestis, o autor as define como aquelas que sentem a “necessidade de chamar atenção sobre a sua pessoa”, que buscam “satisfazer seu ego” pela “semelhança com o sexo oposto”. Se, conforme foi exposto nas seções anteriores, os discursos médicos associavam a transexualidade ou o “travestismo” ao “hermafroditismo” ou “intersexualidade”, neste artigo de Darcy – a de modo similar à maioria dos artigos sobre esta questão presentes no *Lampião* –, a categoria “travestis” será diretamente associada ou intercambiada com a “homossexualidade”: “o travesti é um indivíduo dotado de boa dosagem homossexual, digamos, que seja daquele tipo de homossexualidade que mais se aproxima do feminino”. Ao contrário dos “transexuais” que sofrem por “necessidades intrínsecas”, para o autor, as travestis seriam personagens ambíguas que, deliberadamente, “simulam” arquétipos de feminilidade que seriam devidos unicamente ao cumprimento de uma função social “mercadológica”, ligada ao trabalho sexual: “são as exigências do mercado da prostituição que geram o travestismo”, “difícilmente se pode falar sobre travestismo em termos da sociedade de hoje que não seja ligando-o diretamente à prostituição”. Nesta linha de raciocínio, ser e viver como travesti seria um fato de ordem econômica, uma vez que a “prostituição praticada por travestis é uma nova opção do prazer masculino da sociedade consumista e permissiva atual”. A explicação é precisamente elaborada por Darcy: em uma sociedade consumista, em que o consumo de sexo é particularmente valorizado, existiria uma “exaustão” de um

mercado de trabalho que não conta com “mão de obra qualificada”: os “michês” e “bofes” não obrigatoriamente precisariam cumprir funções “ativas” nos trabalhos sexuais, o que restringiria o “campo de trabalho dos afeminados” em um mercado de sexo onde “os clientes preferem sodomizar rapazes másculos”; para dispor de ofertas distintas, “o efeminado tenta outra faixa de clientela para a qual é necessário fazer-se mais e mais feminino e assim paulatinamente chega ao travestismo”.

Duas razões estariam, assim, atreladas: primeiramente, travestis são meramente epifenômenos de relações de oferta e demanda no âmbito do mercado de sexo (diga-se de passagem: um mercado condenável, fruto de uma sociedade consumista) e, em segundo lugar, travestis são “homossexuais” de tipo “efeminado”, que buscam exacerbar estas qualidades. No número seguinte, as mesmas associações entre gênero, mercado de sexo e trabalho voltam a ser articuladas pelo autor e, desta vez, diretamente associadas a lógicas “falocratas”, que reificam as indesejadas imagens de “mulheres objeto” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 13). Com a primeira parte do título mantida, o artigo “O papel do travesti, este desconhecido – o papel do travesti na emancipação feminina”, publicado no 23º volume do jornal, pretende ser complementar ao artigo anterior. De acordo com Darcy, “a conscientização e reivindicação dos direitos da mulher está aos poucos modificando a estrutura patriarcal”, disposta em um momento político em que as mulheres ambicionam “desfrutar os prazeres dos próprios corpos, liberados da procriação e da manutenção da espécie”, deixando de lado os interesses econômicos e sexuais compreendidos pelas atribuições matrimoniais; nesse contexto, cumprindo a função social de “satisfazer o machão tradicionalista”, estariam as travestis, que se reivindicam “mulheres-objeto”. O autor termina:

O travesti prostituto que é hoje objeto de escárnio da sociedade tradicional estará no futuro como resquício de feminilidade falocrática quase desaparecida, mas ainda cultivada por um grupo de nostálgicos sexuais. Essa mentalidade mulher-objeto poderá permanecer mesmo numa sociedade conscientizada, mas aparecerá como exceção, assim como aqueles homossexuais, também falocratas que ainda acreditarão na função ativo-passivo de travestis. (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 13)

Travestis seriam sintomas de uma sociedade patriarcal em declínio e viriam a ser resquícios de distinções de gênero e papéis sexuais, quando a conscientização acerca do patriarcado se tornasse disseminada. A lógica deste argumento tem sua semelhança com aquelas tão criticadas pelos discursos do jornal atribuídas ao pensamento marxista ou à “esquerda”, de que o advento de uma sociedade sem classes disposta eliminaria as distinções “menores”, colocadas em termos de gênero, sexualidade, raça e etnia, por

exemplo²²⁴. Apesar das disposições semelhantes dos argumentos – primeiramente, de que o fim da sociedade patriarcal implica automaticamente o fim das feminilidades indesejadas e, em segundo lugar, de que o fim da sociedade de classes implica o fim das desigualdades de gênero e sexualidade –, o *Lampião* combateu veementemente a última, deixando passar a primeira. Estariam aqui também colocadas questões de “prioridades”?

O 32º número do jornal é majoritariamente dedicado às travestis, e nele os artigos, assinados por Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Luiz Carlos Lacerda e Antônio Carlos Moreira, expressam os contrastes e discordâncias entre os principais redatores do jornal, que podem ser tomados em conjunto com os artigos de Darcy Penteado. A matéria de Francisco Bittencourt, intitulada “Brasil: campeão mundial de travestis” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 3), apresenta diferentes concepções e enfoques presentes no repertório popular sobre travestis, ressaltando, em primeira instância, a importância do reconhecimento do lugar e do “travestismo no contexto homossexual”. Bittencourt ressalta que, se dentro de leituras feministas as travestis poderiam aparecer enquanto a reificação de valores machistas, do ponto de vista de uma sociedade machista, as travestis representariam a “negação absoluta destes valores” e que, “do ponto de vista homossexual”, o travestismo representa uma chave fundamental para sua compreensão. O autor reitera que não fala daqueles “homossexuais preconceituosos” para quem as travestis seriam empecilhos para “dar mais um passo em direção ao poder”, mas daqueles que buscam o entendimento mais aprofundado de sua condição e que veem as travestis com “fascinação”. Por outro lado, afirma render sua “admiração e homenagem silenciosas” às travestis, mas que não seriam elas as categorias que mais interessam a ele no “espectro do homossexualismo”, antes aqueles homossexuais que “estão experimentando os vestidos das irmãs para conseguir sua primeira ereção”. Em relação aos artigos de Darcy, o de Bittencourt apresenta leituras mais abertas sobre a transexualidade, além de dispor homossexualidade e transexualidade em contiguidade. Tal conjugação se mostrou recorrente no *Lampião*.

O artigo de Aguinaldo Silva, intitulado “Libélulas, mariposas, travestis, damas da noite” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 4-5), apresenta um compilado de situações prototípicas experimentadas por travestis, conjugadas aos seus nomes e às suas falas nestes contextos. Entre eles, são citadas situações de violência e repressão policial, frente

²²⁴ Conforme discutido no terceiro capítulo.

às quais as respostas das travestis são engendradas em seus próprios corpos: atos de se cortar, fugas e cicatrizes são capazes de evidenciar os modos de resistência pelos quais estas podem se erguer contra as arbitrariedades da segurança pública. Ainda no espaço de seus corpos, são colocadas situações de problemas com cirurgias e aplicação de hormônios; no âmbito de suas identidades de gênero, são expressos seu lugar enquanto “mulheres”, enquanto “bichas” e enquanto “homossexuais”. No que se refere às questões de violência, ao argumentar contrariamente às ideias correntes, que associam travestis à violência, Aguinaldo destaca que a violência não estaria nas travestis, ao contrário, elas seriam uma espécie de espelho de todas as violências sociais a elas dirigidas.

No que se refere a questões de gênero, a tônica do artigo de Aguinaldo Silva recai sobre a inquietude que instiga as travestis, tomada enquanto potencial revolucionário; potencial que, poderíamos pensar, era carregado de ambivalência, na medida em que o autor o associa a uma forma “primitiva de revolta”. Para o autor, o caráter primitivo das disposições revolucionárias e inquietantes, trazido pelas marcações de gênero acionadas pelas travestis, estaria contido no fato de que seriam “homens que se recusam a ser homens, mesmo sabendo que jamais serão mulheres”, deste modo, ao recusar o papel que lhe foi socialmente designado, travestis estariam se colocando em um lugar revolucionário. A mesma ideia de inquietude, aliás, reaparece no jornal. Em matéria sobre um livro de fotografias de travestis que se montam para o carnaval, a fotógrafa Astrid Marot ressalta que passou a fotografar essas travestis buscando ressaltar não a “possível semelhança com pessoas do outro sexo”, mas, antes, “para incorporar a inquietação” destas “transformações” performativas que fazer com que elas “busquem o impossível” (*Lampião da Esquina*, v. 11, 1979, p. 20).

O artigo de Luiz Carlos Lacerda, que recebe o título “Vítimas da falta de espaço” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 4), também se volta, sobretudo, à discussão de questões de gênero, implicadas nos debates sobre travestis. De acordo com o autor, a dicotomia masculino e feminino, que aparta estes dois gêneros concebidos como papéis pré-conceituais, dos quais não se pode escapar, delimita espaços para a expressão das homossexualidades que, não podendo manter as ambiguidades ou a mistura destes papéis, acaba por expressá-los segundo “manda o figurino”: aí surge a bicha louca e a sapatão. Para o autor, a impossibilidade de fluidez destas duas “forças” – masculino e feminino – na totalidade da pessoa é radicalmente expressa na experiência de travestis, aquelas que levariam “até as últimas consequências esta falta de espaço determinada pelo sistema”,

para as quais não existiria o “homossexualismo”, apenas o “homem e a mulher”. O artigo de Lacerda, ao contrário dos demais, aparta radicalmente as experiências de travestis e homossexuais, embora ambas sejam tomadas enquanto expressões marginais. O caráter de homossexuais, poderíamos dizer, seria dissidente, enquanto o de travestis seria derivação direta da ordem simbólica do gênero, do sistema que “não permite a existência de uma sexualidade fora da normalidade que queira se afirmar socialmente”. Neste artigo, Lacerda ainda expressa abertamente sua discordância com a leitura feita por Darcy Penteado, segundo a qual travestis ocupariam no mercado da prostituição o “lugar da mulher”, e destaca que seria um “absurdo” rotular o “travestismo” de “revolucionário”. Para Lacerda, o “travestismo” ocuparia a mesma posição estrutural da clandestinidade: ambos são encarceramentos, se escondem, se encerram às margens do que seria a verdadeira liberdade de “expressão corporal-sexual”.

Por entre a diversidade de leituras articuladas pelos membros do conselho editorial e redatores do *Lampião* sobre as travestis, algumas constâncias podem ser marcadas, especialmente em relação a algumas temáticas associadas a esta categoria e outras podem ser desdobradas. Destaco questões relativas à discriminação, violência, questões de gênero, trabalho e uma distinção de classe que se mostram particularmente preponderantes na economia discursiva do jornal. Ademais, caberia destacar algumas mudanças de inclinação dos redatores e membros do conselho editorial em relação às travestis, referentes ao lugar das travestis nos interstícios das almejadas lutas por liberdade e pela justificação de seu lugar no jornal. O excerto que abre esta seção é escrito por Darcy Penteado e publicado no 34º volume do jornal. Nele, o autor destaca, de maneira contrária aos textos que havia publicado no 32º número do jornal, que não se deve julgar as travestis pela aparente fachada consumista e que elas, no limite, seriam muito mais contestadoras do que aqueles que se “disfarçam de heterossexuais”. A mudança poderia ser atribuída à críticas dos leitores e a dissensos internos ao corpo editorial do jornal acerca da questão. Concebidas enquanto afirmadoras ou contestadoras dos padrões machistas, as travestis foram colocadas em diversas posições no jornal, embora, de modo geral, pareça ter prevalecido uma imagem preconceituosa direcionada a algumas delas. Em artigo escrito por João Antônio Mascarenhas, após afirmar que, de seu ponto de vista, o esforço das travestis de “assemelharem-se ao que metade da população mundial” seria uma “perda de tempo e de energia” muito grande, mas termina dizendo que o *Lampião* surgiu para falar de “todos os homossexuais”: “descontraídos,

enrustidos, pintosos, ou travestis” (*Lampião da Esquina*, v. 4, 1978, p. 9). Em carta publicada no 14º volume do jornal, um leitor diz não concordar com a “discriminação” que o jornal direciona contra as travestis, destacando que o jornal fala sobre plásticas, cirurgias e afins, mas não destaca o “lado artístico” das travestis (*Lampião da Esquina*, v. 14, 1979, p. 18-19). Dizendo “ser contra” aquelas que “andam na Vieira Souto ou na Lapa de navalha e gilete, praticando assaltos” – “são caso de polícia” –, o leitor destaca a distinção de artistas como Rogéria e Valéria. Em resposta, o *Lampião*, na esteira do comentário de Darcy Penteado aqui citado, e da ponderação de Mascarenhas, afirma que o jornal não sabe “de onde vem essa história de que são contra travestis” uma vez que “existem homossexuais para todos os gostos” e para eles o jornal pretende falar²²⁵.

Em relação ao comentário do leitor, cabe destacar que o preconceito de diversos leitores em relação às travestis e às bichas loucas, mostrava-se motivo de crítica e afastamento de leitores que poderiam ser chamados “entendidos”, “sérios” ou “discretos”. O comentário sobre a relação entre aquelas travestis que são “caso de polícia”, associadas à violência e prostituição, e aquelas que têm seu lado “artístico” merece especial atenção. Conforme tratado ao longo deste trabalho, inúmeros casos de repressão e violência policial dirigidas contra pessoas de gênero e sexualidade dissidentes e, particularmente, contra travestis foram alvo de denúncia do jornal²²⁶. A entrevista com as travestis Tatiana e Flávia, em São Paulo, evidencia muitas das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras sexuais “batedoras de calçada”, diante da repressão policial, e fala daquelas irmãs resistentes – “as do babado”, que “dão escândalo” e já chegam na delegacia “virando a máquina do delegado”. De modo similar, os atos de se cortar, de andar com navalha para se proteger de clientes e outros homens que as ameaçam nas esquinas são, frequentemente, mencionados nas narrativas das travestis que aparecem no *Lampião*. Apesar de sofrerem violências deste tipo, são, justamente, essas travestis que aparecem como o protótipo da travesti “violenta” nos repertórios populares.

Por conta disso, o comentário final de Aguinaldo Silva no artigo supracitado ressalta que a violência não está nas travestis, mas na sociedade que as coíbe e reprime. A associação do comportamento de travestis que trabalham nas ruas à violência e à

²²⁵ Pode-se ressaltar comentários de outros leitores que, de outro modo, chamam atenção para a discriminação existente contra travestis. Por exemplo, a carta de um leitor baiano publicada no quinto número do jornal que diz: “Falem dos transsexuais também; afinal, em si, eles às vezes são mais discriminados do que nós (a natureza por ela já fez isso)” (*Lampião da Esquina*, v. 5, 1978, p. 14).

²²⁶ Conforme discutido no segundo capítulo, especialmente.

agressividade compareceu nas páginas da imprensa do período, bem como foi fundamento dos planos de limpeza urbana, empreendidos pelo Estado na abertura democrática, sob o pretexto de controle da criminalidade. No *Lampião*, encontramos comentários como o do autor da carta citada, que associa travestis a “assaltos” ou à violência, entendida inerente às suas personalidades. Em entrevista ao jornal, a artista Rogéria, respondendo a um comentário de Aguinaldo Silva sobre o tópico de que existiria “nesses travestis que fazem a vida nas esquinas uma agressividade muito masculina”, destaca que se não fosse essa “agressividade, eles não poderiam enfrentar a barra que é pegar clientes no meio da rua”, no entanto, termina dizendo que, apesar disso, não suporta que elas “saíam com navalha cortando a cara dos clientes e roubando”, ou aquelas que “se digladiam para pegar um pedaço na esquina” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 8-10). A artista destaca que tem muito marginal que se veste de mulher, mas, uma vez que nem todos que se vestem de mulher neste país são marginais, seria necessário “defender a categoria” e, por fim, acrescenta que estas pessoas têm “QI baixo”.

A ideia de que o “travestismo” surgiria como uma exigência do mercado sexual para servir “heterossexuais” enrustidos ou “homossexuais não assumidos” também atesta uma associação forte entre travestis e prostituição presente nesse período. No que se refere a questões de trabalho, foi mencionado no segundo capítulo que grande parte das travestis fichadas pelas operações lideradas por Guido Fonseca, em 1976, em São Paulo, trabalhava como cabeleireiras, costureiras e manicures, batendo calçada no período noturno, ou seja, mantendo dupla jornada de trabalho. A prostituição era, em grande medida, uma opção de trabalho (exclusivo ou como complemento de renda) que se apresentava a travestis e mulheres transexuais, em função do preconceito e discriminação que sofriam, o que dificultava sua inserção no mercado de trabalho formal. Em entrevista ao *Lampião*, a escritora Rudy Pinho lembra que trabalhava como cabeleireira, sendo esta uma de suas únicas oportunidades, ao mesmo passo que havia batido calçada, por consideráveis períodos de sua vida para sobreviver (*Lampião da Esquina*, v. 29, 1980, p. 6-9). Uma das travestis trabalhadoras sexuais do centro de São Paulo, em entrevista, lembra que conseguira trabalhar como doméstica durante o dia, mas quando foi presa trabalhando durante a noite, o jornal publicou sua foto, sob a manchete “travesti-ladrão”; ainda que não correspondesse à verdade, ela foi demitida no dia seguinte (*Lampião da Esquina*, v. 19, 1979, p. 5-7). A matéria assinada por Darcy Penteado, apresentada no segundo capítulo, fazendo denúncia da incitação à violência e operações policiais de

combate à criminalidade feitas pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, ressaltava: “parece que prostituição não é escolha aqui, é um dos espelhos da nossa miséria e desigualdade social”, lembrando a legitimidade deste trabalho e destacando que travestis vinham das “classes proletárias” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1980, p. 2).

De qualquer modo, parecia que estas travestis navalheiras, do babado, batedoras de calçada contaminavam as imagens artísticas daquelas outras com posições destacáveis na cena cultural do eixo Rio-São Paulo. Conforme consta em entrevista de Maria Leopoldina, travesti e atriz que havia atuado no espetáculo *Gay Girls*, o campo de trabalho para travestis seria “muito limitado”, e ressalta que as travestis que trabalhavam na rua prejudicariam a vida profissional das artistas, uma vez que “o público associa e acha que somos do mesmo nível dos que vivem trabalhando nas calçadas” (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 5). Em outra matéria que trata de espetáculos, aparece um comentário: “Olha, no palco, travesti eu vejo como coisa mágica, coisa lindíssima; mas na rua, deve ser uma piração só, na tua cabeça” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 15). Disposta pela oposição entre rua e calçada, a diferença entre “classes” de travestis é significada em termos de trabalho e de territorialidade, conjugada a distinções de modos comportamentais e de prestígio social. No que se refere às artistas, as travestis que projetavam a imagem de divas, finas e formosas, que faziam peças e números distintos nas boates das capitais, que haviam passado parte de suas vidas na Europa e voltavam cantando em francês, o *Lampião* dedicou diversas matérias e comentários aos seus trabalhos. Assim, aparecem no jornal grandes artistas como Jane, Rogéria, Eloína, Marlene Casanova, Veruska, Rudy Pinho, entre outras, muitas das quais participaram de extensas entrevistas com o jornal, sendo retratadas como pessoas com vocações distintas e admiráveis, merecedoras de reconhecimento por seu trabalho.

Cabe destacar que, no caso das artistas, sua expressão seria decisivamente revolucionária para o jornal e capaz de questionar os sentidos de normalização mercadológica e comportamental, que assombrariam a “comunidade” *guei* e as ideias transgressoras, potencialmente contidas nela e propostas pelo jornal. Conforme apontado em matéria assinada por Francisco Bittencourt publicada no 23º número do *Lampião*:

Para *Lampião*, o que interessa, são as manifestações marginais desse chamado boom gay e não o bottomless fabricado em Ipanema por bichinhas que nunca tiveram coragem de arriar as calças no Buraco da Maísa. Sim nos interessa essa proliferação de espetáculos de travestis que está ocorrendo no Rio. E nos interessa porque achamos que esse fenômeno de grande importância para a conscientização da comunidade travesti, a mais marginalizada e alienada

de quantas se possa imaginar entre os grupos estigmatizados. (*Lampião da Esquina*, v. 23, 1980, p. 4).

De acordo com o autor, ao conseguir organizar grupos teatrais e fazer essas apresentações, as travestis estariam “vencendo antigos e profundos preconceitos”. Em seguida, a defesa das travestis é acentuada, e sua interpelação da norma social é proposta como um dos motivos do grande interesse de suas figuras: “no contexto da sociedade ocidental o travesti é uma figura enigmática, para não dizer imprópria. Mas sabe-se que no oriente o travestismo é visto como um fato perfeitamente natural em muitas tribos e até em países inteiros”. Note-se que a naturalidade da condição é novamente reiterada.

A entrevista com Rogéria, publicada no 32º volume do jornal, intitulada “Rogéria super star: confissões íntimas da camisa 10 dos travestis” (*Lampião da Esquina*, v. 32, 1981, p. 8-10), além de mostrar um comentário importante sobre as distinções de classe entre as travestis e mulheres “trans”, coloca sua perspectiva sobre questões de gênero. De início, Rogéria define-se como uma “mulher surrealista”, dizendo ser “homem, de frente e mulher, de costas. No início da entrevista, Rogéria é interrogada sobre o lugar da “homossexualidade” na cabeça das travestis, quando Antônio Carlos Moreira, na condição de entrevistador, afirma que a maioria das travestis buscaria ao máximo assemelhar-se a comportamentos estereotipados de mulheres, embora tentem buscar relações sexuais com homens. A artista diz que todas as bichas que “se vestem de mulher” estariam mentindo se dissessem que fazem isso porque “se sentem mulheres”, porque as “que se vestem de mulher, são as que mais são homens”, mesmo que não “usem bigode” ou busquem “bancar o machão”. “Ser mais homem” é condição atribuída, na elaboração da artista, à coragem de “ser bicha” e não “ser séria” e à possibilidade de “poder fazer coisas” que mulheres não podem, já que estas seriam rapidamente julgadas enquanto “piranhas”, por outro lado, para a bicha não existe a obrigação de “bancar a séria”, uma vez que “ninguém vai mesmo acreditar que ela é séria”; sendo assim, elas “levam vantagem”.

Não se compreendendo enquanto mulher, Rogéria atribui a si a condição de “bicha” e de uma mistura ambígua entre “homem” e “mulher”, ambas que, podemos notar, são inextricáveis, uma não podendo se completar sem a outra: pode ser homem de frente e mulher de costas, pode se vestir de mulher, mas, justamente por isso, ser mais homem que homens. Tal condição, para a artista, é elaborada enquanto condição inerente de sua pessoa, que deve ser levada adiante, conforme coloca: “se nasci assim, vou seguir,

numa boa”. Espectros de feminilidade e masculinidade estão entrecruzados na pessoa de uma travesti, e a expressão desta dupla constituição, articulada à “homossexualidade” ou a “ser bicha”, está compreendida em outros discursos no jornal. Na entrevista com as travestis Tatiana e Flávia, ao responder uma pergunta sobre os clientes heterossexuais e casados que “pintam” na esquina, Flávia ressalta que todos eles são “mais homossexuais” que elas, e Tatiana destaca em seguida: “a gente é tanto homem, quanto mulher, as duas coisas” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12).

Pode-se notar que, do ponto de vista do repertório popular, as categorias “travesti” e “homossexual” poderiam se mostrar intercambiáveis, tal como vemos nos discursos em questão e conforme outros que foram noticiados no *Lampião*. Em um quadro que aparece no vigésimo número do jornal, uma cena de rua é retratada, na qual uma travesti rechaçava as provocações de “machos” que passavam por ela, dizendo: “Quer saber de uma coisa, bofe? Esse negócio de machão já era! Pensa que só porque eu tou aqui, de saia tou a fim de você, é? Meu negócio é um roçadinho, eu sou é guei!” (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 14). Em matéria cujo propósito era uma denúncia, no sexto número do *Lampião*, era noticiado o caso de uma escola de Recife que havia anunciado publicamente que, para o próximo ano, não aceitaria “travestis”. A matéria destaca que, para a diretoria da escola, “travesti” era uma designação usada “indiscriminadamente” para qualquer “homossexual”. Frisando um ponto: se nem todo homossexual é bicha, e se nem todo homossexual é travesti, também se pode destacar que nem toda travesti é “homossexual”. Conforme atesta a própria Rogéria na entrevista discutida, as “travestis que operam e colocam silicone” não seriam “homossexuais”, tal afirmação vai ao encontro de diversos dos discursos médicos e do artigo de Darcy Penteado discutidos, que operam separações entre “transexuais” e “travestis”. Em alguma medida, a categoria “travesti”, no quadro do *Lampião*, desestabiliza a categoria “homossexual” ou “guei”. Se, por vezes, a primeira é associada à segunda, por outras, ela é vista como avessa e contrária a ela, oscilação que tem sua expressão tanto em termos classificatórios quanto em termos políticos. Retomando a fala de Rogéria sobre ter “nascido assim” e os discursos científicos que supunham estas expressões de gênero como qualidades inerentes dos indivíduos, podemos notar tendência contrária no jornal. Em entrevista, a escritora e cabeleireira Rudy Pinho ressalta que “faz a linha travesti”, mas que não “era travesti”: “Eu acho que ser travesti é uma coisa e fazer travesti é outra” (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12).

Ao tomar esses discursos em conjunto, pode-se notar que as travestis aparecem como figuras ambíguas em diversos sentidos: do ponto de vista classificatório, político e de gênero. Pensadas, por vezes, como aquelas que inquietam as moralidades populares ou aquelas que souberam confundir o sistema, travestis incorporam os signos revolucionários da transformação: elas burlam as feminilidades e masculinidades hegemônicas e podem incorporar, duplamente, padrões de gênero que, em conjunto, são desconstruídas. Ao mesmo passo, são pensadas como aquelas que incorporam padrões “machistas”, como aquelas que não atingem a completude suposta de nenhum dos gêneros: elas imitam as feminilidades que se queriam abandonadas; ao final das contas, não seriam “mulheres”, efetivamente. Em outra chave, a experiência “travesti” poderia ser “feita” e de preferência performada artisticamente, do mesmo modo que poderia se mostrar essência inescapável à pessoa, conforme a assimilação dos discursos médicos por parte dos discursos do jornal, para falar sobre essa categoria. Travestis seriam e não seriam homossexuais e, nos interstícios dos debates sobre esta condição, dispunham-se discussões sobre serem ou não serem uma categoria, junto à qual se lutava pela liberdade da dissidência.

As lésbicas, em poucas páginas

As matérias e discussões específicas sobre mulheres lésbicas no *Lampião* estiveram consideravelmente menos presentes que aquelas sobre “homossexuais” e travestis. Foi mencionado, no terceiro capítulo, que nos números iniciais do jornal foram feitos diversos chamados para que as lésbicas ocupassem o espaço do jornal e escrevessem matérias sobre si, quando o jornal ansiava, genuinamente, pela abertura de espaço para que as mulheres lésbicas escrevessem sobre elas mesmas. Na esteira de um ideal de que os homens homossexuais que compunham os membros do conselho editorial e a maior parte dos colaboradores não mantivesse uma postura paternalista sobre as mulheres lésbicas, escrevendo, a partir de seu ponto de vista, sobre como elas pensam e sobre como eram seus comportamentos, o *Lampião*, por fim, acabou não sendo um jornal que teve em suas páginas publicadas tantas matérias sobre mulheres lésbicas. Nos primeiros números do primeiro ano do jornal podem ser encontrados pedidos para que o jornal falasse mais sobre o “homossexualismo feminino”, sobretudo para que não ficasse “parecendo que as mulheres estão à margem desse processo de conscientização” (*Lampião da Esquina*, v. 09, 1979, p. 14), para que o *Lampião* “não se esquecesse” das mulheres lésbicas nem de publicar matérias escritas sobre e para elas (*Lampião da*

Esquina, v. 9, 1979, p. 15). Por outras vezes, apontamentos mais incisivos acusam a falta de artigos que tratem da homossexualidade feminina (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 14), e, por fim, outras publicações ressaltam que mulheres teriam “chegado ao *Lampião* e depois ido embora” (*Lampião da Esquina*, v. 9, 1979, p. 4).

No terceiro capítulo foi mencionado que mulheres lésbicas do grupo Somos se engajaram na distribuição do *Lampião* no gueto lésbico paulistano. Complementarmente, foi mencionada sua insatisfação com uma matéria que escreveram para o *Lampião*, intitulada “Amor entre mulheres” e publicada no oitavo número do jornal. Tais insatisfações com a publicação, as dificuldades e questões com as quais estas mulheres se deparavam no âmbito do grupo são representativas e podem ser explicativas de sua falta de protagonismo dentro do jornal. No âmbito do grupo Somos, foi mencionado que as mulheres lésbicas, muitas vezes, eram vistas como aquelas que cumpririam o papel de dar suas “contribuições feministas” aos homens “homossexuais”, ao mesmo passo que outros motivos dificultavam que elas pudessem ter espaço para discussão e ter reconhecidas suas especificidades em relação a eles. A ausência de especificidade lésbica também era expressa no *Lampião*: pode-se dizer que, no âmbito dos discursos do jornal, as mulheres lésbicas tiveram sua significação elaborada como algo que transcendia pouco uma espécie de versão feminina dos homens “homossexuais”.

Pode-se dizer que outros motivos, que não a indiferença ou falta de interesse do jornal, operaram para essa falta de espaço e representação em suas páginas. No âmbito do Somos, por exemplo, diversos problemas foram enfrentados pelas mulheres, incluindo aqueles de ordem linguística: por diversas vezes, as mulheres teriam considerado ofensivo o termo “lésbica” para a designação de sua condição; além disso, lutavam contra o preconceito dos homens, que as designavam “rachadas”, o que levava a campanhas internas altamente desgastantes para elas (MacRae, 1990). De outro ponto de vista, sabe-se que as mulheres lésbicas foram, de modo geral, muito menos merecedoras de atenção que homens “homossexuais”, o que se refletiu, inclusive, na produção de conhecimento sobre elas ou nos termos em que foram retratadas na imprensa: enquanto homens homossexuais ou travestis eram designados como assassinos, usuários de tóxicos, depravados, perturbadores da moral, as mulheres lésbicas eram, mais frequentemente, ignoradas, e o lesbianismo era considerado um tema tabu. Inclinações e dificuldades similares ocorreram, conforme discutido no capítulo anterior, nos congressos de mulheres que aconteceram no eixo Rio-São Paulo no final da década de 1970 e início da de 1980.

À parte a expressividade das ausências e dificuldades, algumas elaborações sobre mulheres lésbicas, escritas por elas mesmas, foram impressas no *Lampião*. Além das que foram citadas neste capítulo, que ressaltam violências de ordem médica, podem ser ressaltadas matérias e passagens, que tratam de questões específicas. De modo sistemático, pode-se destacar que, em diversos momentos do jornal, é mencionada a chamada “dupla repressão” (*Lampião da Esquina*, v. 12, 1979, p. 7-8) que mulheres lésbicas sofrem, por conta tanto de seu gênero quanto de sua sexualidade. Em grande medida, muitas das matérias publicadas sobre estas temáticas investiram na elaboração sobre as intersecções entre estas experiências e a repressão a elas associadas, apontando para os modos possíveis de não se transformar as “relações afetivas” em “relações de poder”, de não reproduzir “relações de dominação” e se viver a “homossexualidade” de maneira livre, fora destes esquemas (*Lampião da Esquina*, v. 22, 1980, p. 12). Além da busca de um discurso de si que superasse o preconceito – que atribuíra os desejos e experiências destas mulheres ao desvio e à anormalidade –, outras elaborações enfatizaram o exotismo e a curiosidade com que a “homossexualidade” feminina era tratada, além das recorrentes leituras de que as relações entre mulheres eram concebidas como “ausência” de elementos de ordem corporal e simbólica masculinos (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 10; v. 12, 1979, p. 8).

No que se refere a estereótipos de gênero, o jornal discute as imagens “masculinizadas”, apresentadas por mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres, e sua contraposição com imagens “feminilizadas”, apresentadas por outras. A distinção entre as categorias que se apresentam como “fanchona” e “lady” pouco aparece no jornal; pode-se constatar esta contraposição, por exemplo, brevemente mencionada por uma leitora que descreve, na seção de roteiros em São Paulo, o que chama de “representações estereotipadas” dos comportamentos e imagens masculinizadas ou feminilizadas apresentadas pelas frequentadoras do gueto paulistano (*Lampião da Esquina*, v. 13, 1979, p. 5). A distinção entre “fancha” ou “sapatão”, por um lado, e “lady”, por outro, aparece de modo muito menos preponderante nos discursos sobre mulheres lésbicas do que aquela entre bichas e bofes, no caso dos homens; no entanto, pode-se, ao contrário, perceber que a distinção entre “lésbicas” e “machonas”, subsidiada por discursos contrários à “masculinização”, se inscreve como alvo de crítica com certa recorrência. Em crítica elaborada por Leila Mícolis a respeito de uma peça de teatro, a poetisa destaca a masculinização excessiva de uma de suas personagens, atribuição

necessária, na economia do roteiro, para que ela possa se apresentar enquanto “superior ou igual” a seus colegas. Deste modo, a autora destaca que o autoritarismo atribuído à personagem vem subsidiado por sua representação, enquanto uma mulher homossexual e do “tipo macha” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 17). De modo menos analítico, críticas de diferentes ordens aparecem no jornal em relação às “machas”, interpretadas tanto por leitoras quanto por redatores, como estereótipos que apenas reiteram o “machismo”. Em matéria sobre o encontro dos grupos do movimento homossexual no Rio de Janeiro, Francisco Bittencourt afirma que “as gerações atuantes nesses movimentos não se deixarão cair no erro das sufragistas, por exemplo, que, ao lutar por uma causa justa, assumiram o ridículo de se masculinizarem para poderem enfrentar o desafio do sistema machista” (*Lampião da Esquina*, v. 20, 1980, p. 7). De modo análogo, em carta publicada no 21º número, uma leitora destaca que “lésbicas não são estereótipo pra machos”; dizendo assumir sua feminilidade e mostrando a coerência desta imagem com sua orientação sexual – “gosta de mulher” –, a autora questiona a simplificação popularmente difundida que associa “ver algo relacionado com o homem em meninas que gostam de meninas” (*Lampião da Esquina*, v. 21, 1980, p. 18).

As bissexuais liberadas ou enrustidas

Conforme mencionado, discursos que acionaram o saber científico, para validar a existência de determinadas dissidências de sexualidade e gênero, valeram-se da ideia de que existiria uma “natureza bissexual” primordial à humanidade e sugeriram que, talvez, a melhor maneira para se obter a igualdade em relações humanas fosse “através da expressão franca da natureza bissexual de todo homem e mulher”, a “base de toda e qualquer revolução” (*Lampião da Esquina*, v. 0, 1978, p. 4). Ideias semelhantes ou convergentes aparecem em propagandas do livro de Aguinaldo Silva “Primeira Carta aos andróginos”, impressa em mais de um número do *Lampião*: “a única maneira de obter a igualdade” (*Lampião da Esquina*, v. 1, 1978, p. 15) e em artigo publicado logo no segundo número do jornal, em que é expressado que seria possível que a “origem primária do humano tenha sido bissexuada”, fazendo com que exista certa “predisposição bissexual” relativa ao “gênero e atuação sexual” dos homens (*Lampião da Esquina*, v. 2, 1978, p. 2).

Apesar desses discursos simpáticos às experiências bissexuais e reconhecedores de sua potência para a libertação sexual, a questão da bissexualidade no *Lampião*, além

de ter aparecido em poucas matérias e comentários em geral, apontou, mais frequentemente, para sua formulação enquanto uma modalidade de não “assumir” a homossexualidade. Em certo sentido, o bissexual seria aquele que apresentaria um comportamento enrustido, como se ocultasse seus verdadeiros desejos sexuais e buscasse atenuar o estigma que recairia sobre ele, caso fosse publicamente interpretado enquanto “homossexual”, como se buscasse relações heterossexuais como modos de se encobrir. Na seção Bixórdia, do 24º volume, é publicado um glossário, nomeado “Novocabulário guei” apresentado como: “Glossário de termos técnicos para bichas e lésbicas interessadas em participar dos próximos congressos de homossexuais militantes, conforme pesquisa feita pelo lampiônico Peter Fry durante o 1º EBHO, em São Paulo”. O glossário é, como tudo o que esteve compreendido na seção Bixórdia, uma descrição irônica elaborada sobre os debates, dissensos e procedimentos que tiveram lugar no encontro. Especificamente sobre “bissexuais”, a definição é: “algo que não existe; quem se diz bissexual é apenas uma bicha não assumida, com tendências ao machismo, ao autoritarismo. Há quem diga, também, que o bissexualismo é apenas uma manifestação esquizofrênica” (*Lampião da Esquina*, v. 24, 1978, p. 15). No número seguinte, aparece um comentário na seção Cartas na mesa, assinada por uma leitora que diz discordar da definição de Peter Fry sobre bissexuais; para ela todos deveriam poder “usar a sexualidade da forma que dê mais prazer”, acrescentando que “[...] me parece que negar que o prazer possa ser encontrado com parceiros tanto femininos quanto masculinos é sectarizar e usar o mesmo discurso autoritário vigente: só é pleno o sexo feito com parceiros do mesmo sexo!” (*Lampião da Esquina*, v. 25, 1980, p. 18). *Lampião* responde ressaltando que o artigo de Peter Fry é uma “gozação das bichas ‘sérias’ do 1º EBHO”.

Entre os membros do conselho editorial do *Lampião*, apenas Luiz Carlos Lacerda se autoatribuía a designação de bissexual, e as diferenças entre suas perspectivas sobre sexualidade e aquelas de Darcy Penteadó, para quem a bissexualidade seria ou inexistente ou manifestação de uma sexualidade “mal-resolvida”, assinalavam discordâncias dentro da redação do jornal (Silva, 1998). Embora não tivessem sido publicamente expostas nas páginas do jornal, a concepção corrente da bissexualidade, enquanto uma espécie de fachada para encobrir a homossexualidade, expressa também por Darcy Penteadó, é tornada pública em polêmica impressa no jornal, envolvendo o artista plástico e diretor Antônio Calmon. No antepenúltimo volume do jornal, um artigo intitulado “A peleja entre Darcy Penteadó e Antônio Calmon” (*Lampião da Esquina*, v. 35, 1981, p. 16) é

apresentada uma contundente crítica de Calmon às concepções sobre bissexualidade de Darcy Penteado, tomando como ponto de partida os argumentos e posições do segundo sobre esta modalidade de dissidência sexual publicados na revista *Status*. De início, Calmon diz achar incoerente alguém que luta pelos “direitos e dignidade” de homossexuais, discriminar uma “minorias” que existe dentro desta categoria que são os bissexuais. As divergências são categóricas: Calmon diz que Darcy seria um “Luiz Carlos Prestes dentro do movimento”, que equivaleria aos “machões do Pasquim aos militantes de extrema direita e aos setores reacionários dentro da igreja católica”, e acusa a intolerância de qualquer um de criticar quaisquer comportamentos sexuais que não sejam “homicidas”. Defende que a pluralidade dos objetos de desejo é aberta: pode-se gostar de “homens, mulheres, garotos, cabras, galinhas, ser mijado, apanhar”. Calmon afirma que, ao contrário do que afirmaria Darcy, “nem todo bissexual usa a relação heterossexual como defesa diante da sociedade, existem pessoas que simplesmente gostam das duas coisas”, ele mesmo sempre haveria afirmado seu “homossexualismo” com orgulho e teria sido discreto em relação ao seu “lado heterossexual”, fazendo desta postura uma “visão política anti-sistema”, o que seria “sofisticado demais para o Sr. Penteado”.

De modo desafiador, Calmon contesta: “alguém andou escrevendo no *Lampião* que bissexualismo é coisa de esquizofrênico – o que propõe? Choque elétrico e tratamento psiquiátrico?”. Para o autor “abrir as páginas de um jornal gay para mulheres e ao mesmo tempo condenar publicamente os homossexuais que amam e trepam com mulheres é uma extrema hipocrisia”, uma visão que seria idêntica à das “esquerdas” “que combatem a ditadura para instalar um governo tão repressivo ou mais”. A questão dos papéis sexuais nas relações ditas homossexuais também é destacada pelo diretor, que atesta que na matéria do *Lampião* sobre os michês “todo mundo comeu e ninguém deu”, o que seria sintomático do “machismo” dos “gays” brasileiros, que, se conhecessem melhor a “história ou a antropologia”, saberiam que “bissexualismo não é coisa deformada, mas um hábito cultural”. Criticando o lugar de “elite paulistana” de Darcy, Calmon destaca que “o povão que não frequenta os salões elegantes sabe que a transa homossexual é tão natural quanto a hétero e quem reprime é o poder”. Conclui, de maneira icônica, com uma frase-manifesto: “sou liberado, libertino e libertário – prefiro rapazes e não é só da bunda deles que eu gosto não, mas não recuso o amor das mulheres”.

Meandros da busca de significados e possibilidades expressivas da dissidência de sexualidade e gênero

A disposição das diversas categorias de dissidentes no jornal, antes de se colocar em razão de projetos políticos comuns, dirigiu-se no sentido de articular categorias de pessoas com interesses e experiências comuns. Sem que pudessem ser, de antemão, concebidas como categorias que poderiam ser univocamente reunidas, a disposição do jornal em publicar matérias sobre travestis, pessoas trans, bissexuais, lésbicas, bichas e homossexuais, buscava contemplar um solo comum, sobretudo por razões de estigmas vividos e experimentar, do ponto de vista discursivo, a afirmação das dissidências de sexualidade e gênero e sua formulação, em oposição ao discurso medicalizado.

Discursos sobre o que seria “ser” dissidente de sexualidade e gênero ou como seria possível experimentar, aprender, descobrir e experimentar a dissidência; sobre como se poderia torná-la visível ou sobre os receios e efeitos negativos de fazê-lo; sobre como a diversidade poderia ser capturada por forças conservadoras ou pelo próprio mercado; sobre como escapar às formulações discursivas correntes, sem incorrer em novas normatizações; sobre as barreiras de legitimidade e ilegitimidade para “falar sobre” tais dissidências; sobre significar a dissidência em termos de “opção” ou “condição” – todos esses dilemas encontraram no *Lampião* inúmeras páginas destinadas ao seu debate, ao longo dos três anos de existência do jornal. Nos interstícios da busca pelos significados, experiências e possibilidades da dissidência de sexualidade e gênero, notamos que tensões emergiram entre aqueles que se colocavam no debate, explicitando distinções internas. Para concluir, vamos sintetizá-las.

Apropriações, inversões e reelaborações discursivas

Trabalhos como os de Weeks (1977; 1985) e Foucault (1977) apontam para o fato de que a centralidade assumida pela sexualidade no Ocidente é diretamente tributária da produção do conhecimento científico e das preocupações de ordem moral com a exploração, classificação de espécies e tipologias sexuais, que visam, duplamente, à regulação dos corpos biológicos e sociais. De acordo com esta perspectiva, a sexualidade seria articulação entre saberes e poderes, que se tornam definidores da verdade sobre os sujeitos, podendo ser percebidos, lidos e tornados inteligíveis. Sendo ponto de passagem particularmente denso desta imbricação, a sexualidade se torna região de definição de diversas partes e contrapartes, como norma e desvio, saúde e doença, disposições

inescapáveis e disposições de perversidade, entre outras. Este instrumental teórico nos auxiliou a compreender que, nos temas abordados neste capítulo, as “homossexualidades” ou as chamadas “sexualidades desviantes” foram espaço estratégico de incidência de saberes, que se inclinaram à sua tipificação e à regulação de suas expressões, inclusive por intermédio de um conjunto de práticas de cura e reversão. Em relação às produções científicas apresentadas pelo jornal e analisadas neste capítulo, destaca-se a conformação das sexualidades dissidentes enquanto disposições corporais de ordem biológica e, portanto, inescapáveis.

Foucault (2014) aponta que o caráter produtivo destes discursos se apresenta sempre múltiplo, podendo assumir diversas formas de expressão. Esquemas de desordem podem estar contidos tanto no fundo dos esquemas disciplinares quanto na superfície de seus efeitos verificáveis, sendo seu alcance e eficácia sempre dependentes de estratégias e táticas que se articulam com contextos e conjunturas distintos. Seria, para o autor, necessário admitir que as lógicas, tanto complexas quanto instáveis de produção discursiva sobre a sexualidade, poderiam ser, a um só passo, instrumento e efeito dos dispositivos de saber-poder, podendo as resistências a eles ser formuladas enquanto parte constitutiva do dispositivo da sexualidade. Tais atribuições do dispositivo implicariam em descontinuidades, instabilidades e ambivalências de ordem tática em relação aos elementos discursivos que, potencialmente, podem sempre ser dirigidos a estratégias diferentes, mas estão contidos em um mesmo ponto de partida. A igualdade entre “homo” e “heterossexuais”, categoricamente apartados pelo discurso científico foi, por exemplo, reivindicada por meio do apelo a um fundo comum de humanidade que, pretendia-se, pudesse servir ao livre exercício de sexualidades, sem “rótulos”. E ainda, a normalidade da “homossexualidade” foi reiterada por meio da ênfase de sua “naturalidade”, como tal, também inescapável, disposição inerente aos indivíduos. A importante disposição política de “assumir-se” não deixava de se amparar sobre a ideia de que haveria uma verdade inerente aos indivíduos, fossem seus corpos ou experiências, a ser revelada pública e sistematicamente. Tal argumento utilizava o discurso médico, em sentido estrategicamente oposto. Deve-se destacar, também, que, naquele período, a ordem natural das “homossexualidades” foi interpelada pelas ciências sociais que, incorporadas, em alguma medida, pelo *Lampião*, estão relacionadas ao caráter criativo das expressões de sexualidade e gênero. Em linhas gerais, sublinho que, além da filosofia de Foucault, a antropologia, por diferentes vias, contribuiu para a desnaturalização das

“homossexualidades” conformadas pelos saberes médicos, ressaltando que tanto as normas de gênero quanto as de sexualidade são socialmente elaboradas, a despeito de sua aparência natural, sendo esses fenômenos variáveis histórica e culturalmente, em termos de distinções de classe e raça (Fry, 1982, Foucault, 1977; Heilborn 1996).

A publicação do *Lampião* e a formação de grupos de militância “homossexual”, no final dos anos 1970, atestariam o surgimento no Brasil de um discurso sobre “homossexualidades”, elaborado por parte dos próprios sujeitos que experimentavam a dissidência de sexualidade e gênero (MacRae, 1990). A reflexão e impressão de uma multiplicidade de experiências sexuais e reflexões sobre elas acusavam as “lógicas laboratoriais” de produção sobre estes sujeitos, como se, de alguma maneira, seus efeitos fossem uma espécie de esvaziamento das complexidades destas experiências para, em seguida, serem preenchidas por conteúdos a elas alheios e, então, tornadas inteligíveis. A “ciência”, conforme apontava o jornal, produtora da diferença e da antinaturalidade, seria responsável pela elaboração de uma posição genérica de um “outro”, que poderia ser homogeneizado, simplificado, patologizado e, em sequência, curado. De modo contrário, as disposições resistentes e contradiscursivas, elaboradas em suas páginas, ansiavam pelas experiências da dissidência, sem ter de passar, necessariamente, pela discussão sobre a etiologia da “condição homossexual”. Pouco interessava a explicação de suas “causas” mais profundas; ao contrário, interessava ter conhecimento de causa e “não se deixar pensar pelos outros”; interessavam as “razões livres e conscientes” dos indivíduos e coletivos.

A ambivalência tática dos discursos que poderiam entrar em distintas estratégias pode ser constatada pela apropriação diferencial dos saberes médicos sobre as “homossexualidades”, ora vistas como maleáveis e curáveis, ora como inescapáveis e incorrigíveis. Porém, embora as resistências possam estar em posição de interioridade em relação ao poder, se consideramos a inclinação política do jornal em “não se deixar pensar pelos outros”, em conhecer os mecanismos de produção do poder e não somente de sua reprodução, é possível apreender que, no *Lampião*, preocupações criativas e não somente de reação estavam sendo elaboradas. A possibilidade a ser aberta era a da multiplicidade de relatos, experiências e elaborações, que pudessem servir ao propósito de que dissidentes fizessem suas próprias descobertas; não se deixar descobrir pelos outros seria um princípio de grande importância tanto quanto não se deixar encobrir, mesmo com todos os riscos de que novas normatizações fossem criadas. A disposição geral deveria

ser o debate de ideias, a partilha de experiências e a criação de possibilidades para o livre exercício de experiências.

Importa reter que os discursos que sujeitos elaboraram sobre si mesmos e sobre a significação coletiva da dissidência de sexualidade e gênero, através dos quais modificavam e rearticulavam suas práticas, tiveram relações diretas com saberes de natureza científica que circulavam. Entretanto, a aposta política expressa no jornal era a de que esses processos e discursos também pudessem ser modificados pelas atitudes dos sujeitos no campo social. Em grande medida, o papel do *Lampião* foi o de contraprodução destes discursos e, como tais, figuraram não só enquanto discursos de denúncia e reação, mas de criação. As discussões sobre as questões “científicas” no *Lampião* se mostram importantes, não apenas por representar aspecto inexplorado na produção acadêmica sobre o jornal, mas, sobretudo, porque elementos que se cristalizavam e ganhavam destaque nesse momento e nos interstícios da circulação desses saberes, em contato com a formação de movimentos de militância, com processos sociais de desbunde e com debates nas páginas do jornal iriam perdurar no pensamento social pelas próximas décadas²²⁷.

Entre dissimuladas e fechativas: algumas questões estético-comportamentais

Muitas das questões referentes aos modos de vivenciar a dissidência de sexualidade e gênero e referentes às maneiras possíveis de nomeá-la denotam jogos entre mostrar e esconder experiências e desejos. Face aos estigmas incidentes sobre a sexualidade e gênero e face aos riscos, inclusive corporais e de vida, diversos discursos presentes no jornal alertaram sobre a importância de regular o comportamento dissidente e, para quem isso foi possível, de dissimular o que viria a ser considerado dissidente.

Para fins de análise, podemos dizer que um espectro de explicitação comportamental estaria colocado para os dissidentes de sexualidade e gênero. Em um primeiro nível, esconder-se e dissimular, “passar por heterossexual”, aparece como uma

²²⁷ Refiro-me aos processos contemporâneos de reivindicação da naturalidade, expresso por argumentos que se apoiam na suposta existência de bases genéticas para a “homossexualidade” que são tomados positivamente por alguns ativistas e parcelas do movimento “LGBT”. Estes movimentos irão dizer que “se nasce” gay e que existem genes que determinam a homossexualidade, em contextos nos quais pastores evangélicos argumentam no debate público que a “homossexualidade” é uma expressão cultural e que deve ser “revertida” ou “curada” por vias educacionais. Para esta discussão, ver, por exemplo, Fry e Carrara (2016).

linha de fuga legítima, como modalidade de agenciamento de tensões permanentes. Situado em um plano intermediário, estaria o ato de se assumir, de revelar a sexualidade, embora esta ideia frequentemente estivesse associada a fazê-lo de maneira séria e contida, com certa decência reivindicada contra os estereótipos. Por último, estariam aquelas posturas “fechativas”, associadas à falta de esclarecimento e concebidas como estereótipos: as bichas que favorecem exotização, as travestis que dão escândalo.

Embora os excessos de masculinidade, “bancar o machão” e as construções de corpos viris não tivessem sido vistos como algo a ser reiterado pelos dissidentes de gênero e sexualidade, no plano dos discursos do jornal sobre as feminilidades, recaíram, preponderadamente, os maiores problemas: elas seriam excedentes, estariam fora de lugar e restituíam lógicas machistas, que se encontrariam em crise no ordenamento simbólico do fim dos anos 1970. Não eram quaisquer feminilidades que estavam em pauta nos discursos apresentados pelo jornal; mesmo que possamos encontrar em certos textos questões referenciando as mulheres “caseiras” e contidas, era sobretudo as feminilidades de mulheres mundanas, escandalosas, “de baixo nível” e sem pudores que estavam em pauta. Deve-se notar que as feminilidades expressas pelos corpos e gestos de bichas e travestis têm estatuto ambíguo nos interstícios dos discursos do jornal: às vezes se argumenta contra a exigência, vista como normatizada de expressões corporais tão binárias (homens devem parecer e se portar como homens, e mulheres como mulheres), neste plano, bichas e travestis aparecem como um meio termo, uma mistura instigante.

As ideias articuladas em relação às bichas e travestis foram apresentadas sob a questão política de saber se estas categorias estariam imitando ou burlando feminilidades. Apesar dos discursos que as tomaram como encarnações mal encenadas (imitações) de estereótipos de gênero que estariam em declínio e que deveriam ser desconstruídos, já que eram sustentáculos do “sistema”. De modo oposto, reiterava-se seu caráter dissidente e desafiador das normatizações socialmente incorporadas e aceitas: burlava-se o gênero. Os comportamentos “fechativos” e as aparências femininas não diriam respeito a identidades fingidas, mas de possibilidades performáticas abertas e desestabilizadoras. “Fechar”, pode-se dizer, seria um ato estético-comportamental, em que as feminilidades mundanas que, por si, já escapavam à moral e aos bons costumes, eram explicitadas em atuações públicas. Em diversos sentidos, se os estereótipos eram tornados visíveis, eles seriam menos a aceitação dócil de feminilidades permitidas e mais o signo de seu duplo caráter arbitrário e maleável. “Fechar” seria um ato predatório do estigma, por intermédio

de sua positivação, reivindicada, politicamente, no plano social onde a natureza socialmente instituída das normas de gênero poderiam ser manipuladas, transformadas e diversificadas. Um artifício estético era formulado frente aos artifícios normativos: se, por um lado, a sociedade civil poderia ficar escandalizada, por outro, era certo que bons entendedores entenderiam.

As táticas de desviar ou desafiar o preconceito foram um dos pontos centrais deste capítulo. Nesse quadro, deve-se notar que outras maneiras de lidar com estigmas foram apontadas por aqueles que escreviam no jornal como caminhos possíveis, assumir-se seria, a seu modo, disposição política que recusaria silêncios e formas de encobrimento, mas em sentidos distintos e tendo consequências diversas. A disposição última centrada no ato de se assumir, sustentada por modos de classificar a si mesmo em função de sua sexualidade, era proposta por pessoas que aceitavam para si a designação “homossexual”. Neste contexto, era colocada no jornal, por vezes, a necessidade de experimentar a sexualidade livremente, mas sem alarde.

Modos de subjetivação e modos de relação

Nas entrelinhas do *Lampião*, encontramos uma diversidade de modos pelos quais se buscou responder e compreender a questão de como seria possível construir subjetividades e significações coletivas sobre a dissidência de sexualidade e gênero. Em seus meandros, subjetivações político-sexuais evidenciaram dilemas, dissensos e dificuldades inerentes à sua construção no plano coletivo, que passavam pelas distinções entre “ser” e “estar homossexual”, entre a “homossexualidade” ser “condição” ou “prática”, “opção” ou “orientação”, entre a fixidez ou transitoriedade de seu caráter, entre sua natureza essencial ou construída, dada ou apreendida. Destaca-se que esses dissensos estiveram presentes mesmo (ou, especialmente) entre os membros do conselho editorial e colaboradores, conforme pode ser observado pelas matérias e ensaios publicados e conforme é ressaltado pelos trabalhos de MacRae (1990) e Silva (1998)²²⁸.

Uma das vertentes de compreensão, partilhada, por exemplo, por diversos militantes do movimento, afirmava a homossexualidade como princípio definidor dos

²²⁸ Especificamente sobre a distinção entre “ser e estar”, ver Fry (1982), Heilborn (1996), Perlongher (1987) e dois artigos publicados na *Folha de S.Paulo* em 1982, de Jean Claude Bernardet e de Peter Fry. São eles: Bernardet, Jean-Claude. “Os homossexuais no momento de sua definição”. **Folha de S.Paulo**, julho de 1982; e Fry, Peter. “Ser ou não ser homossexual, eis a questão”. **Folha de S.Paulo**, 10 de janeiro de 1982.

indivíduos, organizador da totalidade da pessoa, como uma essência que, sempre idêntica a si mesma e imutável, seria inescapável àqueles que a possuíam. Sua atribuição irreversível, conforme nota MacRae (1990), seria um dos elementos capazes de criar solidariedade entre aqueles que dela partilhavam. Esta ideia de essência e suas derivações, concebida na esteira das produções de saber sobre as “homossexualidades”, postulava categorizações diferenciais que apartavam radicalmente aqueles que apresentariam desejos ou práticas sexuais direcionadas a pessoas do mesmo gênero, daquelas que as direcionariam para pessoas de gênero distinto. A ideia de “nascer assim”, que, reiteradamente, foi aparente nos discursos do jornal, é expressão desta concepção e tem sua preponderância atrelada a certas modalidades discursivas que buscavam se fazer socialmente replicáveis, politicamente aparentes e legitimáveis na esfera pública. Dados os preconceitos incidentes sobre dissidentes de sexualidade e gênero, sua justificação poderia ser percebida, de modo mais racional, como tática empreendida por aqueles que eram frequentemente obrigados a conceder explicações sobre seus desejos e práticas, remontando episódios e elaborando sobre vontades que pudessem servir à construção de diálogo e criar condições de alteridade, de compreensão.

Na esteira desta maneira de conceber a própria sexualidade, foi levantada a possibilidade, convertida em estratégia politicamente importante, de se assumir. A pedra de toque desta proposta, não se deve esquecer, foi liderada por pessoas que, em sua maior parte, assumiam para si designações como “homossexual”, “bissexual”, “bicha” e “lésbica”. Embora os modos e significados de se assumir fossem múltiplos e não raramente dissonantes, sua importância estaria ancorada na contraposição às pressões e estigmas dirigidos aos dissidentes de sexualidade e gênero, de modo que, até mesmo por questões de sobrevivência, reivindicava-se aglutinar experiências em torno de categorias rígidas, que pudessem ganhar voz e ser reconhecidas. Assumir-se figurava um agenciamento coletivo (Junior, 2015), que deveria, em certo sentido, ser ato feito com consistência (conforme os discutidos artigos de Mariza Corrêa e João Antônio Mascarenhas). Assumir-se seria ato vinculado a se “aceitar” e quebrar os silêncios e angústias de “viver nas sombras”, a buscar modos de subjetivação coletivos que ansiavam se constituir fora dos modos de objetivação científicos, mesmo que fosse ato arriscado, zona de perigo em que se deveria ter cautela para entrar; a promessa era, em última instância, a libertação.

Em contraposição, este passo se mostrava interposto pelo dispositivo da sexualidade, na medida em que era subsídio para produção discursiva das verdades sobre os sujeitos. Enquanto modalidade confessional (Junior, 2015), assumir-se era ato previsto sob o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1975): as essências sexuais dos sujeitos deveriam ser reveladas para que pudessem ser apreendidas, sistematizadas e significadas por outrem, deveria ser dito o que se é verdadeiramente, no âmbito mais íntimo da existência. Os sujeitos, que assumiam para si a enunciação de sua condição sexual, em ato considerado corajoso e resistente, prezavam pela revelação em primeira pessoa, e não pela descoberta por terceiros; apesar disto, dizer que se “é” tinha o contrafeito inconveniente de ter de dizer quem não era. Sob tal operatória, alguns poderiam genuinamente ser e outros não ser. Trazendo ao plano público o que antes estava restrito ao plano íntimo e privado, o “assumir-se” buscava visibilidade coletiva e, ao mesmo tempo, circunscrevia espaços de legitimidade e ilegitimidade, verdade e farsa. Adicionalmente, algumas dificuldades estavam implicadas no ato de assumir uma condição racionalizada de expressões de sexualidade, que não eram extensíveis a todos os dissidentes. As categorias existentes para poder fazê-lo seriam – e constatava-se este fato – incapazes de contemplar as variedades de tais expressões e, mais uma vez, a necessidade de objetividade poderia deixar de lado dimensões importantes das experiências e desejos subjetivos. O que fazer se circunscrições categóricas, além de tipificar sujeitos, deixariam tantos outros de fora? Mais uma questão a ser pensada, coletivamente: o que se assume e quais os efeitos de fazê-lo, do ponto de vista da criação de novas barreiras?

Outra vertente de compreensão consideraria que as “homossexualidades” seriam práticas sociais que variariam no decorrer do tempo, pressupondo que o desejo, antes de dar conta da totalidade da pessoa, é um dos aspectos de sua vida. Práticas sexuais, desejos e afetos dirigidos a pessoas do mesmo gênero, do mesmo modo que estéticas e comportamentos de gênero, figuram possibilidades permanentemente abertas no plano social e simbólico; podem ser reversíveis, itinerantes e transitórios, não no sentido de que são etéreos ou fracos, não são vontades e sentimentos que virão e passarão, mas são algo que pode fluir. Estas disposições produzem subjetividades que, antes de dizer respeito a essências, têm relação com os corpos e desejos pessoais e são socialmente constituídas, na medida em que dizem respeito a relações.

A ideia de relação, aliás, é atributo particularmente importante deste modo de compreensão da sexualidade e gênero. A crítica de Antônio Calmon a Darcy Penteado exposta nos debates sobre bissexualidade, que tiveram lugar no jornal, enfatiza o espectro de inclusão e exclusão nos debates sobre sexualidade; os papéis sexuais performados e afirmados sobre os atos sexuais; os modos pelos quais desejos poderiam fluir em experimentos mais ou menos predominantes, mas não necessariamente exclusivos. Conforme lembra o cineasta, nas matérias sobre michês, todos disseram que tinham “comido”, mas ninguém teria “dado”: os papéis de gênero feminino seriam interditos e mal vistos. As mulheres, reivindicadas enquanto sujeitos políticos e interlocutoras privilegiadas do jornal, eram sumariamente e definitivamente excluídas do leque de desejo dos “homens homossexuais”; os desejos eram assumidos em relação a corpos, e os debates sobre como levar a sério relações entre pessoas estariam sublimados. Neste sentido, uma importante reflexão estava sendo aberta, na medida em que se chamava atenção menos para os modos pelos quais as dissidências de gênero e sexualidade eram socialmente lidas e mais para os modos de relação possíveis de ser estabelecidos entre estes dissidentes e sobre como esgarçar a barreira dos desejos e relações possíveis. Poderíamos dizer, aliás, que a discussão sobre modos de relação tinha lastro nas críticas e discussões feministas do período que, nesse sentido, diferiam, enfaticamente, daquelas colocadas pelos movimentos homossexuais, que pareciam focar suas preocupações em mostrar o que se “era”, e não em como seria possível se relacionar, com quem e quais os significados dessas relações nas quais estariam imbricados corpos, afetos e desejos. No âmbito do *Lampião*, estavam compreendidas discussões sobre a experimentação de maneiras de definir as dissidências de sexualidade e gênero, mas também aquelas referentes à exploração de novas formas de vida sexual e afetiva. Nesse sentido, colocavam-se em questão os limites da produção de relações sociais, os modos pelos quais poderiam ser alteradas as subjetividades que subsidiavam os modos de relação dominantes. Tanto as discussões sobre bissexualidade quanto aquelas referentes à “fechação” remetiam a comportamentos e relações, e não somente a identificações, atos sexuais ou objetos de desejo encerrados nos corpos.

Debates de ideias como esses, estivessem implícita ou explicitamente colocados, traziam à tona questões referentes ao lugar da sexualidade nas vivências sociais e nos indivíduos, às marcações de gênero, às possibilidades do que e de como a sexualidade e o gênero poderiam ser experimentados com menor intensidade de regulação. Desejos,

descobertas de si, afirmações políticas, expressões estéticas, elaborações afetivas e prazeres estavam todos abertos em campos discursivos e experimentais, a ser formulados e experimentados no âmbito dos debates publicados no jornal. Embora se mostrasse importante eliminar o estigma, eliminar as ambiguidades também não parecia uma boa ideia. Nas entrelinhas do *Lampião*, encontramos discursos permeados por linhas de tensão e disputas nas quais são apresentadas múltiplas hierarquias, desigualdades e diferenças que atestam as ambivalências conceituais e políticas da própria ideia de dissidência de sexualidade e gênero. Escapavam, de uma ou outra maneira, a dispositivos de regulamentação e normatização, tantas categorias quantas se mostraram presentes nas páginas do jornal: bichas, mulheres mundanas, prostitutas, lésbicas, travestis, bissexuais, pessoas com desejos sexuais excêntricos, homossexuais sérios e, se lembrarmos de tantos outros, mulheres, negros, índios, militantes, intelectuais, comunistas, artistas, jornalistas, desempregados, loucos e presos.

Em sentidos mais amplos, a evitação ou recusa aos “rótulos” colocava-se na esteira dos receios de que novas normatizações, potencialmente tão perversas quanto as que se combatiam, fossem instituídas. Em contrapartida, defendia-se o princípio político de que a dissidência não fosse domesticada, deixando aberto o espaço para experimentação e partilha de processos de subjetivação e de práticas que deveriam ser capazes de fazer travessias. O *Lampião* buscava evidenciar que existia algo que sempre escaparia aos rótulos, mesmo que estes não fossem aqueles instituídos pela grande imprensa, pelo repertório popular, pela produção científica ou pelo regime militar. Minha interpretação acerca das problemáticas enfrentadas pelo jornal é a de que a possibilidade de existência permanente das dissidências de sexualidade e gênero está relacionada, ao mesmo tempo, à ideia de que esse espaço de liberdade apenas poderia ser criado de modo coletivo e por meio do diálogo. “Sair do gueto” – proposta prioritária elaborada pelo *Lampião*, por diversas maneiras, sem nunca ter sido normativa, poderia significar, se quisermos, construir um contexto social e um reordenamento simbólico em que as dissidências de sexualidade e gênero pudessem fluir. As saídas todas, sabiam os que debatiam, seriam sempre ambivalentes.

Considerações finais

Dos que organizaram o movimento e orientaram o carnaval

Eu não tenho mais todas essas ilusões e apesar de ter tantos corações
Minha guerra nunca, nunca vai ter fim

(Ave Sangria)

Atenção ao dobrar uma esquina
(...)

Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso

(Caetano Veloso e Gilberto Gil por Gal Costa)

Seria possível dizer que o *Lampião* foi, na virada da década de 1970 para a de 1980, o principal espaço para o debate político relativo à dissidência de sexualidade e gênero. Sua importância se mostrou, sobretudo, ancorada em sua qualidade enquanto experiência jornalística, política e histórica, marcada por anseios das experiências de dissidência, mediante o deslocamento, reelaboração e inovação das temáticas a elas relacionadas. Sua singularidade, aliás, emerge tanto em relação à “imprensa homossexual” que o precedeu quanto em relação àquela que viria ser realizada nas décadas seguintes.

Formado durante a ditadura militar, motivado pelo contexto repressivo e de cerceamento às liberdades de manifestação e opinião que ela criou, o *Lampião* foi informado por uma multitude de outros projetos, tais como a efervescência dos movimentos de minorias políticas, os debates propostos pelos movimentos de libertação

que aconteciam no plano internacional, os movimentos contraculturais que aconteciam no Brasil, os debates acadêmicos e a irreverência das experiências de gênero e sexualidade, que tomavam lugar nas esquinas dos grandes centros urbanos do país. De modos diversos, o jornal apresentou-se como a consolidação daquilo que se vivia, mas do que não se falava, fosse porque existiam dispositivos censórios, que interpelavam essas tentativas, tal como interpelavam o jornal, fosse porque, naquele momento, os discursos sobre a dissidência de sexualidade e gênero estavam praticamente restritos às suas versões militares, médicos, jurídicos, da imprensa e do repertório popular, que os estigmatizavam e condenavam.

O papel do *Lampião*, nesse momento, foi o da abertura de um debate, de sua multiplicação e da produção contradiscursiva, contribuindo para a formação de um espaço público e intelectual alternativo, onde reflexões livres, de orientação antiautoritária, poderiam ser colocadas e debatidas. Sua importância encontra-se não somente na ampliação do mundo daqueles que com ele se engajaram, mas, fundamentalmente, na inauguração de debates, que viriam a ser aprofundados nas décadas seguintes. Parte considerável da diversidade de temáticas e sua abordagem no jornal permanece relevante para a mobilização política e reflexão de dissidentes de sexualidade e gênero, nas décadas que se seguiram. Em grande medida, os movimentos, que se instauram a partir da década de 1990 no país, puderam tomar muitos dos pontos antecipados pelo *Lampião* como obstáculos já superados²²⁹.

O *Lampião* foi imprescindível na denúncia das arbitrariedades cometidas durante a ditadura militar, como também é sua potência em mostrar a particularidade da violência e coibição sofridas por dissidentes de sexualidade e gênero, inclusive a violência que contou com a contribuição de amplos setores da sociedade civil. Nesse sentido, constitui uma documentação preciosa para a constituição de memória daqueles anos. Reitere-se, assim, que todos os casos tratados pelos relatórios da Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade Rubens Paiva foram objeto de denúncia pelo *Lampião*, além de outros que não constam nos relatórios.

O *Lampião* foi movido por, bem como propiciou, um encontro de pessoas ansiosas por abrir debates e interpelar a norma social. Embora o jornal nunca tenha se pensado enquanto vanguarda ou como um movimento político, sua inclinação contestatória e

²²⁹ Ver por exemplo Rodrigues (2010) e Simões e Facchini (2009).

intelectualmente engajada mostrou-se eminentemente política, tendo ele, inclusive, aberto o canal para a organização do Movimento Homossexual no país. Seu término implicou, em cadeia, o subsequente fim da quase totalidade de grupos de militância que havia se formado no período. Enquanto imprensa interessada em aglutinar minorias políticas, o *Lampião* foi experiência singular no período, apresentando a proposta de criar condições de possibilidade e sedimentar alianças entre essas minorias, mantidas suas diferenças e especificidades. O projeto era o de que elas não se encerrassem em suas especificidades, mas, antes, que suas condições comuns (minoritárias) fossem formuladas em termos de desigualdade e opressão, e que suas preocupações particulares fossem capazes de agenciar umas às outras, de modo a se intensificar permanentemente. O mundo deveria ser multiplicado, e as formas, filosofias e táticas de atuação política alargadas. Cabe notar, aliás, que, ao contrário do processo que se desenvolveu nas últimas décadas no Brasil, em que as questões relativas à sexualidade se autonomizaram enquanto um campo de direitos específicos, naquele momento, questões de direitos reprodutivos, de liberdade sexual e de expressão de gênero estavam diretamente ligadas a questões sociais²³⁰. O material documental do *Lampião* nos apresenta este panorama e, enquanto imprensa naquele momento, almejava contribuir para a construção de tais alianças.

O *Lampião* inclinou-se à disputa em torno de critérios de objetivação por aqueles que experimentavam a dissidência de sexualidade e gênero com médicos, juízes, gerais, psiquiatras, promotores, vizinhos, familiares e tantos outros que produziam discursos e saberes patologizantes. Nesse sentido, disputaram igualmente os interrogatórios desinformados a eles dirigidos, fossem aqueles empreendidos pela “ciência”, pela instauração de inquéritos, pela curiosidade de veículos sensacionalistas. No *Lampião*, esteve compreendida a tentativa de abertura de um canal para que dissidentes de gênero e sexualidade pudessem criar seus próprios modos de referência. Os sentidos de resistência que a ele podem ser atribuídos residiram, sobretudo, na contestação discursiva de conteúdos e linguagens, nas disputas de representações e narrativas. O jornal, pode-se dizer, foi marcadamente experimental, no sentido de se dispor a um reajuste entre os modos pelos quais as experiências da dissidência de sexualidade e gênero foram produzidas e socialmente percebidas e outros modos pelos quais elas poderiam ser imaginadas e reformuladas – em última instância, talvez pudessem ser libertadas. A questão que se interpunha era a de conceber e produzir novos modos de objetivação e

²³⁰ Ver Carrara (2012).

subjetivação dessas experiências, que estavam confinadas a produções discursivas advindas de todos os campos sociais e simbólicos, à exceção daquele dos próprios dissidentes de sexualidade e gênero, para que pudessem ter seu espaço e legitimidade. Colocava-se a necessidade de produção de modos coletivos de subjetivação, que se faziam, no *Lampião*, a contrapelo dos discursos dominantes sobre sexualidade e gênero. Os modos de expressão das experiências dissidentes estariam, no *Lampião*, em um espectro que transitaria da ponta contra o Estado à ponta contra os títulos do *Notícias Populares*.

Se as motivações do *Lampião* foram de diversas ordens – intelectuais, culturais, políticas –, foram, de modo correspondente, os dissensos, conflitos e crises pelas quais passou o jornal: políticas, econômicas, pessoais e estéticas. Antes que esses dissensos possam ser redutíveis a possíveis erros ou à falta de linha editorial, eles refletem a grande diversidade de opiniões existentes, não somente dentro de sua redação, mas também entre seu público leitor. As discordâncias e disputas constatadas nos discursos do jornal também se estenderam, em suas páginas, às relações entre políticas minoritárias e demais tendências da esquerda. Entre “Movimento Homossexual” e o *Lampião*, entre bichas loucas e militantes conscientizados, entre mulheres transexuais do palco e travestis do babado, entre culturas eruditas e populares. Nas ambivalências do *Lampião* residiriam suas grandes potências: elas se apresentam em sua forma impressa, na política por ele pretendida, em relação às categorias sociais às quais se endereçava. Todas elas, colocadas de maneira frequentemente explícita em suas páginas, expressaram não só tônicas e disputas de uma época, mas sua abrangência cultural, política e, em última instância, jornalística.

Um receio se mostrou particularmente preponderante no discurso do *Lampião* e mesmo em relação à discussão de que tipo de jornal poderia ser feito. A cooptação, imaginada enquanto potência dotada de força de natureza corruptiva, mostrou-se extensiva a diversos âmbitos. Receava-se a cooptação do mercado, da grande imprensa, dos partidos políticos, dos grupos de militância homossexual. A própria hesitação em assumir “rótulos” para definir as experiências de sexualidade e gênero era feita sob a alegação de que esse ato contribuiria para a instauração de novas normatizações ou reterritorializações das dissidências e, assim, para sua neutralização e cooptação pelo sistema capitalista (como se a contrapartida de sua existência política fosse sua existência

voltara exclusivamente para uma sociedade de consumo)²³¹. Seria o caso considerar, então, os acertos compreendidos nos receios.

O propósito do *Lampião* nunca foi se difundir com meios sofisticados, nem ampliar o alcance, mediante sua mera integração aos esquemas de produção e consumo controlados pelo “sistema”, o que implicaria, por sua perspectiva, na perda de seu potencial inovador e contestador (mesmo que uma tentativa de mudança de linha editorial tenha ocorrido em sentido mais próximo a esse em seus volumes finais). No início da década de 1980, não só o *Lampião*, mas praticamente toda a experiência da imprensa alternativa terminava no momento em que a grande imprensa era “reaberta”, e esta, então, postas suas vantagens mercadológicas, passava a incorporar muitas das discussões e temáticas que eram feitas antes pela imprensa alternativa; neste caso, a incorporação acomodava a política em um espaço pouco contestatório, e as questões minoritárias e de dissidentes de gênero e sexualidade de modo mais palatável aos debates públicos. Quarenta anos depois da publicação da primeira edição do *Lampião*, setores não desprezíveis do mercado mostraram seu investimento estratégico no enquadramento publicitário de “LGBTs”, enquanto conjunto, e de homens *gays*, em particular, inserindo-os nos quadros de mercado de consumo. Passados quarenta anos, partidos políticos incorporaram em seus quadros pautas “LGBTs” e questões referentes a negros, mulheres e, em menor extensão, indígenas e quilombolas, sem necessariamente atribuir-lhes a devida importância política, tal como receava o jornal.

Por fim, destaco que a contribuição teórica e política esperada deste trabalho de resgate e exploração do *Lampião* reverbera sobre o presente enquanto alerta de precaução para que atentemos às reincidências e transformações históricas em que estão articuladas muitos dos mesmos temas e confrontos que moveram o jornal e informaram seus discursos. Esta dissertação espera ter evidenciado que seu legado reside e resiste na luta por memória, verdade e justiça.

²³¹ Conforme também nota MacRae (1990), a respeito dos receios expressos pelos militantes do grupo Somos. Silva (1998) também chega a uma formulação muito similar a respeito desta questão.

Bibliografia

Referências gerais

ALVAREZ, S. **The politics of Gender in Latin America: comparative perspectives on woman in the brazilian trasition to democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, C. J. L. **Lampião da Esquina: discursos, homossexualidade, interesses e poder**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Norte Fluminense, 2017.

AMARAL, M. E. P. do. **Representação do Corpo Masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal *Lampião da Esquina* e na revista *Junior***. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC, UNESP, Bauru, 2013.

ANDRADE, M. V. de. **O “orgulho de Ser”: Identidade, política e gênero no *Lampião da Esquina* (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

ARAUJO, M. P. N. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

ATO reorganiza o Movimento Negro. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BANDEIRA, M. L. G. **Será que ele é? Sobre quando *Lampião da Esquina* colocou as cartas na mesa**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROSO, C.; COSTA, A.; SARTI, C. Pesquisa sobre Mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, v. 54, São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, ago. de 1985.

BRITO, A. M. M. C. **O Lampião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília, 2016.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 217-260, 2003.

CANABARRO, R. P. **Fazendo travestis – Identidades transviadas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

CARRARA, S. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, M. P. (Ed.). **Movimentos sociais, educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 17-24.

_____. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, p. 131-148, 2012.

_____; VIANNA, A. R. B. As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Eds.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 365-383.

CHYSÓSTOMO, A. **Caso Chrysóstomo: o julgamento de um preconceito**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983. (Coleção Certos Costumes.)

COSTA, A. de O. É Viável o Feminismo nos Trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**. v. 66. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **CNV. Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 1996. v. II. p. 2014.

COLAÇO, R. de C. De Denner a Chrysóstomo, da Repressão Invisibilizada às homossexualidades na ditadura. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 201-244.

_____. **Uma conversa informal sobre homossexualismo**. Duque de Caxias: El'Art, 1984.

CORRÊA, M. Do feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 13-30, 2001.

COSTA, A. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 66. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1970.

COSTELLA, A. F. **O Controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.

COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFSCar, 2014. p. 27-52.

CUNHA, M. C. da. Três peças de circunstâncias sobre direitos dos índios. In: _____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 245-258.

DANIEL, H. Chave de Cadeia. In: CHRYSÓSTOMO, A. **Caso Chrysóstomo: o julgamento de um preconceito**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983. p. 9-14. (Coleção Certos Costumes)

_____. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DUARTE, L. F. D. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Eds.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURHAM, E. R. Cultura e Ideologia. In: THOMAZ, O. R. (Ed.). **A dinâmica da cultura: Ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 237-279.

_____; CARDOSO, R. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. In: THOMAZ, O. R. (Ed.). **A dinâmica da cultura: Ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 281-294.

EDITORIAL. **O Snob**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, 1963.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades políticas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, E. R. **Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. 383 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FERNANDES, M. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 125-148.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Prefácio. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 13-16.

FIGARI, C. @s @utr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Séculos XVII ao XX. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009. p. 69–78.

FRANÇA, I. L.; SIMÕES, J. A. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Eds.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 309-336.

FRANCHETTO, B. et al. Antropologia e Feminismo. In: FRANCHETTO, B. et al. (Eds.). **Perspectivas antropológicas da Mulher I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 11-48.

FRY, P. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: EUDÁLIO, A. et al. (Eds.). **Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 65-80.

_____. Prefácio. In: THOMAZ, O. R. (Ed.). **A dinâmica da cultura: Ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 9–17.

_____; CARRARA, S. “Se oriente rapaz!” Onde Ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos “outros” na controvérsia sobre as causas da homossexualidade? **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 1, p. 258-280, 2016.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, E. Os documentos da censura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jun. 1978.

GAY Sunshine, v. 24, São Francisco, primavera, 1975.

GIMENEZ, M. Q. **“Saindo do armário”, porque é tempo de abertura: Memória, identidades e representações por meio do *Lampião da Esquina* (1978-1981).** Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, 2015.

GOLBERG, A. **Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1982. (12º Congresso Internacional da IPSA)

_____. Espaces féminins et espaces féministes em Amérique Latine: quelques réflexions. **Cahiers de Amerique Latine**, v. 26. Paris: jun/dez, 1982.

GONZÁLEZ, L. O movimento negro na última década. In: _____.; HASENBALG, C. (Eds.). **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-68.

GRAHAM, L. How should an indian Speak? Amazonian Indians and the symbolic politics of language in the global public sphere. In: JACKSON, K. B. W. E. J. E. (Ed.). **Indigenous movements, Self-Representations and the State in Latin America.** Austin: University of Texas Press, 2002. p. 181-228.

GREEN, J. **Além do Carnaval: a Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX.** São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: UFSCar, 2014.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, C. D. **O Homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEEREN, J. A. de C. **O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião**. São Paulo: Faculdade Casper Líbero, 2011.

HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde 1960/70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

RODRIGUES, J. C. **Impressões de Identidade: Um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Niterói: UFF, 2010.

SOUTO MAIOR JR, P. R. **Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2015.

KFOURI, J. **Confesso que perdi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUCINSKY, B. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LOBERT, R. **A Palavra Mágica: a vida cotidiana dos Dzi Croquettes**. Campinas: Unicamp. 2010.

LOPES, J. R. de L. Da Dissidência à Diferença: Direitos dos Homossexuais no Brasil da Ditadura à Democracia. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 273-299.

MACINI, R. Do Lado do Mappin, mesmo com chuva. **Um outro olhar**. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

MACRAE, E. **A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura**. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULALIO, A. et al. (Eds.). **Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 99-112.

MARCONI, P. **A censura Política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARIUSSO, V. H. da S. G. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia, 2015.

MARTINS, W. de S. N. **Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MÍCCOLIS, L. O movimento homossexual brasileiro organizado – esse quase desconhecido. In: MÍCCOLIS, L.; DANIEL, H. (Eds.). **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MONTEIRO, M. Corpo e masculinidade na revista *VIP Exame*. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 235-266, 2001.

MORAES, M. L. Q. de. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. **Vinte Anos de Feminismo**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MORANDO, L. Por Baixo Dos Panos: Repressão a Gays e Travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 53-81.

MORETTI-PIRES, RODRIGO OTÁVIO; TESSER JUNIOR, ZENO CARLOS; KOVALESKI, Douglas Francisco. Homofobia e os socialistas brasileiros em *O Lampião da Esquina* (1978-1981). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 26, n. 3, e45989, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300208&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n345989>.

MOTT, L. **Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis**. Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, J. P. de. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do Índio. In: SANTOS, S. C. DOS (Ed.). **Sociedades Indígenas e o Direito. Uma questão de direitos humanos**. Florianópolis: UFSC/CNPq, 1985. p. 17-30.

OLIVEIRA, M. E. S. **Lampião da Esquina: à margem, ainda hoje**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – PUC-MG, 2017.

OS DEZ mandamentos da bicha. **O Snob**, Rio de Janeiro. v. 12, 1964.

PEREIRA, R. C. S. **“Gay-macho”, “travesti” ou “bicha pintosa”? – A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, 2017.

PÉRET, F. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: PubliFolha, 2011.

PERLONGHER, N. **O negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. **Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.

PONTES, H. A. **Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH/Unicamp, 1986.

PRECIADO, B. **Pornotopia: arquitetura y sexualidade en *Playboy* durante la guerra fría**. Barcelona: Anagrama, 2010.

QUINALHA, R. A Questão LGBT no Trabalho de Memória e Justiça após a Ditadura Brasileira. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Eds.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 245-271.

RODRIGUES, J. C. **Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SANTOS, R. R. dos. **“Uma bicha atrevida pede a palavra”: o lampião da esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira**.

Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – UnB, 2017.

SARTI, C. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 31-48, 2001.

_____. The panorama of feminism in Brazil. **New Left Review**, v. 173, jan./fev. 1989.

SCHMINK, MARIANNE. Women in the brazilian “Abertura” politics. **Sign**, v. 7, n. 1, 1981.

SILVA, A. A palavra é viado (entrevista com Aguinaldo Silva). **Pasquim**, Rio de Janeiro, v. 636, 1981.

SILVA, C. R. da. **Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, D. H. de O. ***Lampião Da Esquina: lutas feministas nas páginas do “jornal gay”, luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)***. Dissertação (Mestrado História) – UFU, 2016.

SILVA, J. F. B. da. Homossexualismo em São Paulo. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 340.

SIMÕES, J. A. Antes das letrinhas: homossexualidade, identidades sexuais e política. In: COELHO, C. C. et al. (Eds.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

_____; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 95, n. 2, p. 303-329, 1995.

TELLES, M. A. de A. L. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

VELHO, G. **Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. 214 p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Índios, leis e políticas. In: SANTOS, S. C. dos (Ed.). **O Índio Perante o Direito: ensaios**. Florianópolis: UFSC, 1982.

Referência Documentário

LAMPIÃO da Esquina. Direção Lívia Perez. Fotografia: Felipe Vieira e André Menezes. Doctela e Canal Brasil, 2016. (85 min)

Referências *Lampião da Esquina*

“Anormal assassinado em Copacabana...” (Cada um tem a morte que fez por merecer?)

Lampião da Esquina, v. 6, p. 5-6, 1978.

“Brazil no gay Sunshine”. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 12, 1979.

A enriquecedora viagem de Rudy, da zona de BeLô ao brilho de Ipanema. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 6-9, 1980.

A música popular de Lecy Brandão. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 10-11, 1978.

A música popular entendida de Dona Lecy Brandão: “o sistema descobriu uma coisa: guei agora vende, dá bom lucro” – Entrevista. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 10, 1978.

A nova versão de “A médica e a monstra” – Entrevista com Barbara Hudson. *Lampião da Esquina*, v. 37, p. 16, 1981.

A palavra dos ofendidos. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 2, 1979.

A peleja entre Darcy Penteado e Antônio Calmon. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 16, 1981.

A praça é dos negros. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 6, 1978.

ACOSTA, A. Mil e uma noites no Hotel do Pepe. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 6-7, 1981.

_____. O terror no Rodolfo Dantas. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 3, 1978.

_____. Quem lucra com esta operação? *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 5, 1981.

_____. Tição: os negros já falam. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 5, 1978.

ADDY. Londres marchando. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 9, 1980.

Afinal, o que é um grupo homossexual organizado? *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 14, 1981.

AGUIAR, D. Seguindo a Pista de Kinsey. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 4, 1978.

Algumas vozes do contra. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 9, 1980.

Alô alô classe operária: e o paraíso, nada? *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 9-10, 1980.

Amsterdã: bichas vermelhas promovem a festa Renato Schebela. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 11, 1980.

ANTÔNIO CARLOS MOREIRA. Deraldo Padilha, um delegado exibicionista. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 19, 1980.

_____. Os primeiros degraus. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 8, 1981.

Anúncio. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 12, 1979.

Anúncio. *Lampião da Esquina*, v. 36, p. 4, 1981.

ARÍSTIDES NUNES. Jogaram bosta no EGHO. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 18, 1981.

_____. Na reunião dos grupos, o reflexo da crise. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 15, 1981.

_____. Novela: por que o II EGHO dançou? *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 4, 1981.

As confissões de Helena Brandão ou de Darlene Glória – Entrevista. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 14-15, 1979.

As frases do mês. *Lampião da Esquina*, v. 37, p. 3, 1981.

Às portas da Lei. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 4, 1979.

AUÊ, Somos (RJ), Bando-de-cá-niterói, G.O.O.L.S , GGB GALF. Surpresos e decepcionados. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 12, 1980.

AUGUSTO, P.; FUKUSHIMA, F. Na Paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 5, 1981.

BARRINHOS, B. Consciência Negra sai às ruas em todo o Brasil. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 9, 1979.

BESSE, S. Nova mensagem para a mulher: “conforme-se”. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 5, 1979.

BITTENCOURT, F. Ao Pasquim, com carinho. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 5, 1979.

_____. Arraes Taí. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 9, 1979.

_____. Brasil: campeão mundial de travestis. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 3, 1981.

_____. Deus nos livre do “boom gay”. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 4, 1980.

_____. Heterossexualidade: perversão ou doença? (James Lindesay – Osler House, Oxford). *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 2, 1978.

_____. Homossexualismo, a nova força (a partir das notas de Peter Fry). *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 4-5, 1980.

_____. Intimidade com uma estrela – Entrevista com Jane. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 6-7, 1980.

_____. Mais tesão, menos politicagem. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 8, 1980.

_____. Mendigos da normalidade – Francisco Bittencourt. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 13, 1981.

_____. No Rio, o encontro nacional do povo guei. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 7, 1980.

_____. O papa não nos ama? Nós rezamos por ele. *Lampião da Esquina*, v. 18, p. 14, 1979.

_____. Pílula neles, meninas. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 3, 1978.

_____. Quem tem medo de Lutzemberger. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 3, 1978.

_____. Shere Hite: machismo às avessas. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 2, 1978.

_____. Um bonde chamado prazer. *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 4, 1979.

Bixórdia. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 16, 1979.

Bixórdia. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 16, 1980.

Bixórdia. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 12, 1978.

Blanco, Michalski, Marinho: um Molière para Maria Leopoldina. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 5, 1980.

BRANDÃO, L. Mangueira discrimina Leci. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 2, 1980.

BUENO, W. Filme premiado mostra um dia na vida de uma boneca. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 12, 1979.

Buenos Aires: dois policiais por quarteirão. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 8, 1978.

CAIAFA, J. Aborto, corpo livre. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 10, 1980.

_____. Deixem a lapa em paz. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 4, 1979.

_____. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 8, 1980.

_____. Passagem de Fluxo. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 7, 1979.

CAMBARÁ, I. Um protesto contra a rotina da bolinação “Mulher não é maçaneta, tira a mão daí”. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 7, 1979.

Campeão de vadiagem: bate-papo com Mônica Valéria (gravado e editado por Antônio Crysóstomo). *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 15, 1980.

Capa. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 1, 1979.

Capa. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 1, 1981.

Capa. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 1, 1979.

CARNEIRO, J. A morte de “Luisa Felpuda”. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 34-5, 1980.

_____. Bamba assassinado. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 5-6, 1980.

_____. Esquerda, direita, um, dois. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 2, 1980.

_____. Mistérios de Gracinha Tropical. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 15, 1980.

_____. Ninguém segura o “ayatollah”? *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 4, 1979.

_____. Olha o Mão Branca! *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 10-11, 1980.

_____. Recife: mais uma bicha executada. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 3, 1980.

_____. Um ex-seminarista fala de sua temporada no inferno. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 6, 1980.

Carta – Quem está com a bandeira? *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 18, 1978.

Carta de Walter. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 13, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 17, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 18, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 19, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 6, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 15, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 16, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 14, 1978.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 14, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 15, 1979.

Cartas. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 18, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 14, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 18, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 18-19, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 18, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 18, 1979.

Carta. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 18-9, 1979.

- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 18, p. 18, 1979.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 18, p. 19, 1979.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 18, 1979.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 18, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 18, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 19, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 9, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 18, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 17, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 18, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 19, 1980.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 2, 1981.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 2, 1981.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 2, 1981.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 2, 1981.
- Carta. *Lampião da Esquina*, v. 37, p. 2, 1981.
- Cartas na mesa. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 14, 1978.
- Cartas na mesa. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 18, 1979.
- Cassandra Rios: assim, até a bíblia é pornográfica. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 16-17, 1980.
- CASTILHO, I. Paulistas elegem os objetivos da luta. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 11, 1979.
- CASTRO, M. G. A palavra das mulheres. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 2, 1980.
- CELESTINO. Querem capar as lampiônicas. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 7, 1981.

CHRYSTÓSTOMO, A. Bichas, mulheres e negros no açougue do marketing. *Lampiã da Esquina*, v. 17, p. 3, 1979.

_____. Cinelândia-Alaska- São João: os caubóis, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação. *Lampiã da Esquina*, v. 1, p. 4-5, 1978.

_____. Nossos comerciais, por favor. *Lampiã da Esquina*, v. 23, p. 10, 1980.

_____. O céu está caindo? *Lampiã da Esquina*, v. 15, p. 4, 1979.

_____. O Rei que se cuide. *Lampiã da Esquina*, v. 5, p. 6, 1978.

_____. Um disco macho paca. *Lampiã da Esquina*, v. 2, p. 11, 1978.

COLETIVO.DE.MULHERES-RJ. Anistia para as mulheres. *Lampiã da Esquina*, v. 17, p. 2, 1979.

Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever: Cassandra Rios ainda resiste. *Lampiã da Esquina*, v. 05, p. 8-10, 1978.

COMISSÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Rio: a violência como convém. *Lampiã da Esquina*, v. 20, p. 5, 1980.

Como Aprender com os Índios. *Lampiã da Esquina*, v. 8, p. 5, 1979.

CONFETE, R. IBGE dá golpe nos negros. *Lampiã da Esquina*, v. 20, p. 16, 1980.

_____. Negros – As vítimas da “vadiagem”. *Lampiã da Esquina*, v. 21, p. 11, 1980.

_____. Olga de Alaketo: o objeto de consumo do poder. *Lampiã da Esquina*, v. 18, p. 9, 1979.

_____. Quanto vale o negro brasileiro? *Lampiã da Esquina*, v. 19, p. 10, 1979.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo Do Gueto. *Lampiã da Esquina*, v. 0, p. 2, 1978.

_____. Sinal de Alerta. *Lampiã da Esquina*, v. 5, p. 16, 1978.

Contra o autoritarismo: nota dos grupos feministas que participaram do II Congresso. *Lampiã da Esquina*, v. 23, p. 8, 1980.

Cuba: dez anos de caça às bichas (Redação da revista Somos da FLH). *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 10, 1981.

DANIEL, H. O que é isso, companheiros? *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 10, 1980.

DANTAS, E. Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP – Felicidade também deve ser ampla e irrestrita. *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 9, 1979.

_____. Um palácio de muitas rainhas. *Lampião da Esquina*, v. 37, p. 8, 1981.

_____. Uma praça chamada República. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 6, 1979.

DANTAS, F. J. Qual é a nossa imprensa? *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 5, 1978.

De João do Rio "Sono Profundo" (do livro Alma encantadora das ruas de 1905. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 5-6, 1981.

De presidiário a Dzi Croquete. Lennie Dala chega, assalta a geladeira e abre o verbo: -eu sou muito tihoso. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 6-7, 1978.

De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 17, 1979.

Denúncias nos EUA: a luta contra o homossexualismo. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 4, 1978.

Dignity: agrupamento de cristãos gueis. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 4, 1980.

Dois travestis, uma advogada, três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 6, 1979.

E o Negro, é "beautiful"? *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 8, 1979.

E por esta Argentina, quem chora? *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 16, 1981.

E tem aquela História da luta de classes... *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 11, 1979.

Eloína dá o serviço: operação, implantes, silicone, etc. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 3, 1980.

Então, por que tanta repressão? *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 9-10, 1979.

- Feministas viram a mesa – Mulheres não se envergonham de assumir sua “luta menor”. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 12-13, 1980.
- Fernando Gabeira fala aqui e agora, diretamente dos anos 80 (entrevista). *Lampião da Esquina*, v. 18, p. 5-8, 1979.
- FERREIRA, J. A. Carta “Pauladas na Bixórdia”. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 14, 1978.
- FILHO, J. G. do M. Contra a discriminação. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 3, 1978.
- FOSTER-BROTHER, R. Mulheres do Mundo inteiro. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 4, 1979.
- FREITAS, E. O bicho pega, o bicho come. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 15, 1981.
- Frente de Liberação Homossexual da Argentina: um histórico. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 15-16, 1980.
- FRY, P. Falam os profissionais. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 14, 1978.
- _____. História da imprensa baiana. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 4, 1978.
- _____. Novocabulário guei. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 15, 1980.
- _____; MACRAE, E. Mesmo no Carnaval Baiano, cada macaco no seu galho. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 3, 1978.
- GALF. A posição do Galf. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 5, 1980.
- Go home, gay yankee! *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 12, 1981.
- GONZÁLES, L. Mulher negra, um retrato. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 12, 1979.
- GREEN, J. Autonomia ou não, eis a questão. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 10, 1980.
- GRUPO DE MULHERES DE PORTO ALEGRE. Feminismo em Porto Alegre. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 2, 1979.
- GRUPO SOMOS – uma experiência. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 2, 1979.
- _____. Viva a pintosa! *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 7, 1980.
- _____. O apoio das bichas. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 8, 1980.

_____. Eram os homossexuais astronautas? *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 2, 1979.

GRZICH, M. Dia 31, todo mundo na parai: Axé! *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 12, 1979.

GUIMARÃES, E. O Racha do SOMOS/SP. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 8, 1980.

HEILBORN, M. L. Nós mulheres, nosso corpo. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 11, 1979.

Homossexuais se reúnem em Israel – Conferência Internacional de lésbicas e gays judeus. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 20, 1979.

Incrível, fantástico, extraordinário: Rafaela Mambaba, “alive and well”. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 6-7, 1980.

ISIDORO, O. Vamos rodar a baiana? (Gripo Libertos de Guarulhos). *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 2, 1979.

KÁTIA, A. E. Carta. *Lampião da Esquina*, v. 08, p. 13, 1979.

LACERDA, L. C. Um crime para não esquecer. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 4, 1979.

_____. Vítimas da falta de espaço. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 20, 1979.

Lampião na Paulicéia desvairada. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 9, 1978.

LEICHT, A. The Buenos Aires Affair – roteiro guei de uma cidade em pânico. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 14-15, 1980.

_____. No México, a vez dos “jotos” e “lesbianas”. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 3, 1979.

_____. Por trás do mictório, um policial. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 4, 1980.

Lendo Gente Gay. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 3, 1978.

LIMA, B. DE A. Um candidato fala mais alto. *Lampião da Esquina*, v. 06, p. 4, 1978.

Livros recomendados. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 8, 1979.

Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas, atenção: vocês também têm direitos (A Onu decidiu). *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 11, 1978.

LUTZEMBERGER, J. A demolição da Ecosfera. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 10, 1978.

- _____. Bacanal do esbanjamento. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 10, 1979.
- MADEIRA, B. Cuba: dez anos de caça às bichas (tradução). *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 10, 1981.
- Madureira by night. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 16, 1978.
- MANUEL, C. Chile: denúncias de matança. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 7, 1978.
- MARIZA. Nossas gaiolas comuns. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 2, 1978.
- MARQUES, C. As confissões de um rabino guei. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 14-15, 1979.
- _____. Com o tímido apoio da anistia. *Lampião da Esquina*, v. 00, p. 5, 1978.
- _____. Uma questão de objetividade. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 2, 1978.
- _____. Uma Vitória na Califórnia. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 4, 1978.
- MARTINEZ, N. Moral e bons costumes: uma questão de economia. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 16, 1979.
- MASCARENHAS, J. A. Sobre tigres de papel. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 9, 1979.
- _____. Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 2, 1978.
- _____. Opinião pública na TV. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 9, 1978.
- MATTOSO, G. Fernando Pessoa: Poeta ou “macho-man”? *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 1, 1979.
- _____. Não me espreme que eu sangro. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 5, 1978.
- _____. Nos jornais, um eterno suspeito: o homossexual. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 7, 1979.
- _____. O segredo de Mário de Andrade. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 12, 1979.
- Medicina: doença venérea: o mito e o rito. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 8, 1981.
- MEDINA, B. Vozes no fundo do seringal. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 6, 1979.
- MELGAR, Z.; FREITAS, E. A hora da porrada. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 12, 1981.

Memória guei. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 11, 1980.

MÉNARD, G. A Igreja e o homossexualismo (tradução Francisco Bittencourt). *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 3-4, 1980.

México: que viva el macho. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 8, 1978.

MÍCCOLIS, L. “Snob”, “Le Femme”... Os bons tempos da imprensa guei. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 6-7, 1980.

_____. 28 de junho, um dia de luta. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 4, 1980.

_____. Ai, que São Paulo Gostoso. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 3, 1980.

_____. Minorias de quê? *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 14/15, 1980.

_____. Mulheres comprem brigas. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 6-7, 1980.

_____. Mulheres encontram mulheres. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 12-3, 1980.

_____. Ninuccia Binchi, depois da absolvição. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 6-7, 1980.

_____. Nossas mulheres em Copenhague. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 12, 1980.

_____. Para as mulheres, apenas mais um tabu. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 7, 1978.

_____. Quando as mulheres Respondem. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 7, 1978.

_____. Quem para quem? *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 17, 1980.

_____. Uma igreja para o povo guei? *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 12-13, 1980.

_____.; SILVA, A. Lésbicas vendem mais jornal? *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 2, 1979.

MNU-RIO. Fala o Movimento Negro Unificado. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 10, 1980.

MOREIRA, A. C. Bichices na tevê (plim, plim!). *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 11, 1980.

_____. Carta aberta ao Sr. Karol Woitjila. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 3, 1980.

_____. Como Num Conto de fadas. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 5, 1981.

_____. Deraldo Padilha: perfil de um delegado exibicionista. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 19, 1980.

_____. Homossexuais invadem a SBPC. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 5, 1980.

- _____. Lecy Brandão vai à luta contra o racismo. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 5, 1980.
- _____. O prazer por alguns contos de réis. *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 9, 1980.
- _____. O teatro é uma arte guei? *Lampião da Esquina*, v. 37, p. 13-15, 1981.
- _____. Que trapalhada! *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 11, 1979.
- _____. Um passeio na Zona. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 6, 1981.
- _____. Um roteiro turístico: os buracos do Rio. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 3, 1980.
- Morte na casa dos loucos – Homossexualismo? Diabetes? Assassinato cultural? *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 12, 1981.
- MOSTAÇO, E. O jogo do sistema. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 14, 1978.
- MOTT, L. Histórias de gente humilde. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 3, 1981.
- _____. Notícias do amor-mentira. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 7, 1979.
- Mulheres assassinadas: a história de sempre. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 3, 1980.
- Na tevê, minutos de muita emoção. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 5, 1978.
- Não somos anormais. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 8, 1979.
- NEIVA, H. Tirando as etiquetas. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 13, 1978.
- NETO, A. N. C. Estrelas mil na galeria Alaska. *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 5, 1979.
- NETO, P. Um padre escreve sobre o amor de Jônatas e Davi. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 15, 1979.
- NÓBREGA, R. Esse espírito dos sexos. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 7, 1981.
- Norma Bengell (apaixonada, furiosa, terna, indignada): “Eu não quero morrer muda” – Entrevista. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 8-9, 1978.
- Nós e o Papa: as Denúncias do FUORI (tradução e adaptação por Antônio Carlos Bellap). *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 6, 1980.
- Nós também estamos aí. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 7-8, 1979.
- Nota (seção Bixórdia). *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 16, 1979.

Nota sem título. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 11, 1979.

Notícias do amor-mentira. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 7, 1979.

O caso de Marisa Nunes. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 4-5, 1980.

O Gay-macho: uma nova tragédia americana? (o artigo é uma condensação de um trabalho de Seymour Kleinberg publicado na revista americana Christopher Street e depois no jornal Gay News). *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 9-10, 1979.

O Movimento Louco-Lésbico da França (ou bicha com bicha não dá lagartixa). *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 6-7, 1979.

O nosso jornal do Brasil. *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 4, 1979.

O pessoal do Libertos (um balanço). *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 9, 1979.

O pessoal do Somos(um debate). *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 7-9, 1979.

O que pensa a sociedade civil sobre o assunto? *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 7, 1979.

OLIVEIRA, L.; (MNU). E o 13 de maio? *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 15, 1980.

Organização e Métodos. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 9, 1979.

Os clientes, as transas, os babados: as confissões de um jovem michê. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 11-12, 1980.

Os clientes, as transas, os babados: as confissões de um jovem michê. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 11-12, 1980.

Os órfãos de Sierra Maestra. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 13-14, 1981.

Os que estão conosco. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 2, 1979.

Papa processado. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 11, 1980.

Para o Dr Eiras, fugiu a média, é doente mental. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 12, 1981.

PENTEADO, D. As flores negras da repressão. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 10, 1981.

_____. Bichinhas sonhando com o poder. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 2, 1980.

_____. Começam a nos entender, mas isso nos interessa? *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 12, 1980.

_____. Confissões de um Carmelita descalço. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 7, 1978.

_____. Convergingo: da Mesopotâmia à Richetti. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 14, 1981.

_____. Cristo também está conosco. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 7, 1978.

_____. Cultura Homossexual já existe? *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 9, 1979.

_____. Cultura Homossexual já existe? *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 9, 1979.

_____. E no dia 15, a boneca morre afogada? *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 4, 1978.

_____. Homossexualismo e ecologia. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 11, 1978.

_____. Homossexualismo: que coisa é essa? *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 2, 1978.

_____. Londres, Amsterdam, Berlim: onde o ativismo é pra valer. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 13, 1979.

_____. Ma che cosa é questa?: *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 6, 1979.

_____. Não tem sabiá que aguente. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 6, 1978.

_____. O papel do travesti, este desconhecido - o papel do travesti na emancipação feminina. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 13, 1980.

_____. O travesti, este desconhecido. A função cria o órgão, ou na natureza nada se cria e nada se destrói, tudo se transforma. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 12, 1980.

_____. O travesti, este desconhecido. A função cria o órgão, ou na natureza nada se cria e nada se destrói, tudo se transforma. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 12, 1980.

_____. Portugal: sem bacalhau, mas com muito panelheiro. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 3, 1979.

_____. Radicais: A mão fechada que... *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 15, 1979.

_____. Um apelo da tradicional Família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 2, 1980.

PESTANA, P. S. No paraíso do consumo guei. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 5, 1978.

_____. Pobre Dama do loteação. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 10, 1978.

_____. Uma questão de cultura. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 4, 1978.

PINHEIRO, A. Noticiário esportivo. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 5, 1978.

Por uma imprensa independente. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 3, 1978.

Povo guei se reúne em São Paulo. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 14, 1980.

PRANDI, R. Homossexualismo: duas teses acadêmicas. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 17, 1979.

Propaganda. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 15, 1978.

Quadro sem título. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 14, 1979.

Qual o lugar dos negros no Brasil? Abdias Nascimento responde – Entrevista. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 10-12, 1979.

QUELLET, P. Uma experiência com cristãos gueis (tradução). *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 4-5, 1980.

Queridos companheiros – Grupo Eros. *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 3, 1980.

RAMOS, N. Enfim um jornal maravilha. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 4, 1979.

Receita para ter um filho. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 4, 1978.

Recordações da casa dos mortos. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 13, 1981.

RIBEIRO, D. Repressão – essa ninguém transa. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 7, 1979.

RIBONDI, A. Bicha é família? *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 9, 1980.

_____. Novas histórias de Amor. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 4, 1978.

_____. Pega pra capar em Brasília. *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 5, 1980.

_____. Prostituição na solidão do planalto. *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 7, 1980.

RICARDO; HECTOR. Na Argentina é assim: Paulada nas bonecas: um documento do exílio. *Lampião da Esquina*, v. 7, p. 6, 1978.

Richetti volta às ruas. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 16, 1980.

RITO, L. Essa zona vai acabar. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 7, 1978.

RODRIGUES, J. C. A arte dos negros. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 15, 1980.

_____. Altos sonhos, xará. *Lampião da Esquina*, p. 3, 1980.

_____. Carta. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 2, 1981.

_____. Cartas Marcadas. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 3-4, 1980.

_____. Cinco aspectos da cultura afro-brasileira. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 17, 1979.

_____. Lima Barreto, um escritor libertário. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 15, 1980.

_____. Movimentos Negros. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 2, 1979.

_____. Uma luta de todas as minorias (da maioria). *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 8, 1980.

RODRIGUEZ, D. Copenhague chama. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 10, 1980.

_____. Um jornal com muitas chanas. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 18, 1981.

Rogéria super star – confissões íntimas da camisa 10 dos travestis. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 8-10, 1981.

Rogéria super star: confissões íntimas da camisa 10 dos travestis. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 8-10, 1981.

Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 2, 1978.

SANTOS, S. C. DOS. Nas raízes da tragédia. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 5-6, 1979.

SARTI, C. Não sou mais aquela. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 7-8, 1980.

SCHERPENBERG, K. VAN. Terra papagalorum. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 5, 1979.

SCHWARTZ, J. E se Gilberto Freire também fosse negro? *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 2, 1979.

_____. Glauco Mattoso: um marginal à margem. *v.*, v. 33, p. 17, 1981.

Seção “Cartas na Mesa”. *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 2, 1981.

Seção Bixórdia. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 14, 1979.

Sem essa de entregação. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 9, 1978.

Senhores do Conselho. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 2, 1978.

Sexo nas escolas? Só papai-com-mamãe, e olhe lá! Entrevista com Marta Suplicy. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 10-12, 1979.

SILVA, A. A difícil batalha dos censores contra a realidade. Para o Brasil dos anos 2000, os “bons costumes do séc XIX”. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 5, 1979.

_____. A verdade sobre Garcia Lorca. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 4, 1978.

_____. As palavras: pra que teme-las? *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 5, 1978.

_____. Bahia: os ativistas vão à luta. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 3, 1981.

_____. Compromissos, queridinhas? Nem morta! *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 10-11, 1980.

_____. Contra a loucura de ocasião. *Lampião da Esquina*, v. 10, p. 4, 1979.

_____. De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 5, 1979.

_____. Estamos aqui, plantados à espera da chamada abertura. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 2, 1979.

_____. Estes michês (nem tão) maravilhosos e suas incríveis máquinas de fazer sexo. *Lampião da Esquina*, v. 30, p. 3, 1980.

_____. Lampiônicos: ativistas, astronautas? *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 12, 1981.

_____. Libélulas, mariposas, travestis, damas da noite. *Lampião da Esquina*, v. 32, p. 4-5, 1981.

_____. Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar? *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 13, 1980.

_____. Mulheres do mundo inteiro. *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 5, 1978.

_____. Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 8, 1979.

_____. Nós ainda estamos aqui. *Lampião da Esquina*, v. 28, p. 2, 1980.

_____. O amor entre mulheres. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 13, 1978.

_____. O governo diz que não, mas vem aí a prisão cautelar. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 8, 1980.

_____. O nosso prazer é melhor? *Lampião da Esquina*, v. 0, p. 4, 1978.

_____. Quem salvará nossas crianças? *Lampião da Esquina*, v. 29, p. 3, 1980.

_____. Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 8-9, 1980.

_____. Somos todos inocentes. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 2, 1979.

_____. Tá legal Geni, mas e a mãe, tá boa? *Lampião da Esquina*, v. 22, p. 2, 1980.

_____. Tocaram fogo no mangue. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 3, 1978.

_____. Transsexualismo: um julgamento moral. *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 5, 1978.

_____. Um esquadrão da vida? *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 5, 1980.

_____. Um esquadrão mata-bicha? *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 3, 1980.

_____. Uma cachoeira de grupos Gueis. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 4, 1980.

_____. Violação: Ato de sexo ou de poder? *Lampião da Esquina*, v. 5, p. 11, 1978.

Só para Cavalheiros. *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 5, 1981.

Só teve homem com homem, é a glória? *Lampião da Esquina*, v. 34, p. 11, 1981.

SOMOS; BANDO-DE-CÁ; AUÊ. Carta. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 2, 1981.

SOS Argentina. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 14, 1980.

- Sufoco na argentina – Um histórico da repressão aos homossexuais na terra de videla. *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 14-15, 1980.
- Sugestões para o pesadelo da madrugada. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 20, 1979.
- TAVARES, J. A. L. Aprenda a resistir. *Lampião da Esquina*, v. 18, p. 16, 1979.
- TINÉ, P. ; PERES, M.; JUREMA. Estão matando mulheres. *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 8, 1979.
- TONABERE, F. Nas ruas, no calor da hora. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 3, 1979.
- Transsexualismo no fim. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 16, 1979.
- TREVISAN, J. S. “Que tu tenhas teu corpo” (habeas corpus). *Lampião da Esquina*, v. 17, p. 5, 1979.
- _____. A fábrica de heterossexuais. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 9, 1979.
- _____. A vida é fácil? *Lampião da Esquina*, v. 21, p. 2, 1980.
- _____. Anistia apoia homossexuais? *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 5, 1979.
- _____. Congresso das Genis: esquerda joga bostas nas feministas. *Lampião da Esquina*, v. 23, p. 6-7, 1980.
- _____. Daniel Pastura diz como é e convida:- Experimente! *Lampião da Esquina*, v. 36, p. 6-8, 1981.
- _____. Demissão, processo, perseguição: mas qual o crime de Celso Cúri? *Lampião da Esquina*, v. 00, p. 6-8, 1978.
- _____. Encontros e brigas de vários graus. *Lampião da Esquina*, v. 24, p. 5-6, 1980.
- _____. Estão querendo convergir. Para Onde? *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 9, 1978.
- _____. Histórias que mãe-revolução não contava. *Lampião da Esquina*, v. 33, p. 11, 1981.
- _____. Justiça inocenta Celso Cúri. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 3, 1979.
- _____. Machões entram em pânico. *Lampião da Esquina*, v. 16, p. 7, 1979.

- _____. Morte em São Francisco. *Lampião da Esquina*, v. 8, p. 2, 1979.
- _____. No Vale do paraíba, a caça às bruxas-bichas. *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 7, 1979.
- _____. Nós estupradores. *Lampião da Esquina*, v. 20, p. 3, 1980.
- _____. O que o Cinema nunca Contou. *Lampião da Esquina*, v. 1, p. 11, 1978.
- _____. Pintou Solidariedade. *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 5, 1979.
- _____. Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia. *Lampião da Esquina*, v. 25, p. 9-10, 1980.
- _____. Prefácio de A Contestação Homossexual, de Guy Hocquenghem. *Lampião da Esquina*, v. 31, p. 13, 1980.
- _____. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, v. 11, p. 11, 1979.
- _____. Recadinho a Alice. *Lampião da Esquina*, v. 27, p. 2, 1980.
- _____. São Paulo: a guerra santa do Sr. Richetti. *Lampião da Esquina*, v. 26, p. 18, 1980.
- _____. Tem piranha na Amazônia. *Lampião da Esquina*, v. 9, p. 2, 1979.
- _____. Um produto novo na praça. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 5, 1978.
- _____.; GREEN, J. A Revolta de São Francisco. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 3, 1979.
- Um anistiado conta histórias do cárcere. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 8, 1979.
- Um candidato fala mais alto (Baiardo de Andrade Lima". *Lampião da Esquina*, v. 6, p. 4, 1978.
- Um congresso bem-pensante? *Lampião da Esquina*, v. 35, p. 13, 1981.
- Um dia de luta contra o racismo (nota assinada por entidades incluindo *Lampião*). *Lampião da Esquina*, v. 15, p. 13, 1979.
- Um livro só para homens. *Lampião da Esquina*, v. 14, p. 15, 1979.
- Um texto clássico do feminismo americano – Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, v. 4, p. 12, 1978.

Uma capa com muitas estrelas. *Lampião da Esquina*, v. 12, p. 3, 1979.

Uma entrevista que ninguém ousou publicar- Leyland fala sobre atuação política. *Lampião da Esquina*, v. 2, p. 10-11, 1978.

Viva São Paulo: Um roteiro para mulheres. *Lampião da Esquina*, v. 13, p. 5, 1979.

Zezé Motta, negra e mulher-bicha – Entrevista. *Lampião da Esquina*, v. 19, p. 11, 1979.

ZSU-ZSU VIEIRA. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, v. 3, p. 2, 1978.

Anexo A – Capas do *Lampião da Esquina*

Capas do *Lampião da Esquina* em sequência, da edição zero até a trinta e sete.

 LAMPÃO Edição experimental - Número zero Homo eroticus Um ensaio de DARCY PENTEADO  CELSO CURI processado. Mas qual é o crime deste rapaz?  Duelo de machões Nureyev VS Cassius Clay Exclusivo García Lorca também assume Uma noite no Cinema Iris Colaboram neste número: João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Iaponi Araújo, Aginaldo Silva, Gasparino Damata, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas	 LAMPÃO Ano 1 - Nº 1 - 25 de maio a 25 de junho de 1979 - C\$ 10,00 CINELÂNDIA, ALASKA, SÃO JOÃO AS RELAÇÕES PERIGOSAS  Este é "Gaúcho," um rapaz de vida fácil. Ele matou um homem a socos e pontapés 1 A Igreja e os homossexuais 2 A peça de Darcy Penteado 3 Poemas de Schmidt e Mário de Andrade 4 A verdade sobre o carnaval baiano  A revolta dos fãs de Rivelino COMO ENFRENTAR A NOITE CARIOCA
 LAMPÃO Ano 1 - Nº 2 - 25 de junho a 25 de julho de 1979 - C\$ 10,00 SOU TARDO (LENNIE DALE CONFESSA SOB PROTESTOS GERAIS)   CIDADES DA NOITE: BRASILIA, PORTO ALEGRE, NITEROI UM INÉDITO DE HARRY LAUS NO TEATRO PAULISTA SÓ DA BONECA UM VOO RASANTE SOBRE O NOSSO "PARAISO RACIAL" E MUITAS CARTAS QUENTÍSSIMAS	 LAMPÃO Ano 1 - Nº 3 - 25 de julho a 25 de agosto de 1979 - C\$ 10,00  NORMA BENGELL solta o verbo: -eu não quero morrer muda  LAMPÃO Ano 1 - Nº 4 - 25 de agosto a 25 de setembro de 1979 - C\$ 10,00 MULHERES NA REDAÇÃO LÚCIA RITO & ZSU ZSU VIEIRA MARCELLO MASTROIANNI & PAUL NEWMAN: A ARTE DE SER GUEI - cartas adoidadas - um poema de genet - florianópolis, my love - as senhoras do manguê - os marginais do cinemão - novas histórias de amor
 LAMPÃO Ano 1 - Nº 5 - 25 de setembro a 25 de outubro de 1979 - C\$ 10,00 TRAVESTIS! (Quem atira a primeira pedra?) CLODOVIL HERNANDEZ  ou: quem deve dormir sobre os nossos lençóis de linho  CONFISSÕES DE UM OBJETO SEXUAL ■ LEMBRANÇAS DE CARMEM MIRANDA UMA PASSEATA EM SAN FRANCISCO: 240 MIL GUEIS ■ APRENDA O VERBO: É TRAVOLTEAR ■ DEU A LOUCA NA EMILINHA ■ NEGROS PROTESTAM EM SÃO PAULO CONHEÇA CAVAFI, O POETA GREGO	 LAMPÃO Ano 1 - Nº 6 - Outubro de 1979 - C\$ 10,00 CASSANDRA DIOS AINDA RESISTE Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever  NORMAN MAILER e o voto homossexual Fãs de EMILINHA Aclamam por quem quer PASOLINI aconselha a desobedecer a lei Transexualismo: quem está no banco dos réus? Violação: um estudo dedicado às mulheres Nós também temos uma coluna social (p. 12)

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 1 - Novembro de 1978 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

CRIMES SEXUAIS

Décio Escobar, Fred Feldman, o Cupido de Ouro: uma nova versão para estas mortes

ENTREVISTA: LECY BRANDÃO E A MPE (MÚSICA POPULAR ENTENDIDA)

FRENÉTICOS DANCING GAYS

YUKIO MISHIMA: VIOLÊNCIA E PAIXÃO

ELEIÇÕES: A LOUCA MORRE AFOGADA?

VAMPIRO DE FLORIANÓPOLIS ATACA (PAG. 9)

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 1 - Novembro de 1978 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

Latinamérica: NA TERRA DOS HOMBRÉS, PAULADA NAS BONECAS!

as fotos do verão carioca

Bixórdia no Baile dos Enxutos

A mulher aranha (cruzes!)

Um artigo de LUTZEMBERGER

EMILIANO QUEIROZ: "É comigo mesmo"

Darcy Penteado e Consuelo Leandro: um retrato sincero de Dener

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 2 - Novembro de 1978 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

GAY - MACHO

uma tragédia americana?

A ARTE de despir os nus.

MADUREIRA: a doce vida do subúrbio

LUTZEMBERGER: OS TRAPALHÕES,

INDIOS

eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa até chegaram os brancos centão...

'GAUCHO' uma carta da prisão

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 2 - Novembro de 1978 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

MORAL E BONS COSTUMES?

(LAMPIÃO põe o assunto na berlinda. Leia as opiniões de FRANCO MONTORO, BRUNA LOMBARDI, ELICE MUNERATO, FERNANDA MONTENEGRO, HÉLIO FERNANDES, ROBERTO MOURA, HELENA SANGIRARDI, JOSÉ CARLOS AVELAR, MACKSEN LUIZ, SÔNIA COUTINHO, e donas de casa, bancários, operários da construção civil, etc., etc., etc. . .)

"Abaixo o preconceito!"

Copacabana nua

(É a mãe de um homossexual quem escreve)

(Atenção, guéis do Brasil: o Rio não é mais aquele)

Neste número

• JOSÉ LOUZEIRO • JOÃO ANTÔNIO

• AGUINALDO SILVA • ANTÔNIO CHRYSÓSTOMO

• PETER FRY • JOÃO SILVEIRO TREVISAN

• E o visual de Marisa Caveira

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 12 - Março de 1979 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

minorias exigem em são paulo: FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA

VERUSHKA

vai à luta pelo direito de ir e vir

CARNAVAL: UMA FESTA QUEI?

joão do rio: um oscar wilde tupiniquim

a nova galeria alaska

o veneno de carmem miranda

um bonde chamado desejo

LAMPIÃO
da esquina
Ano 1 - Nº 12 - Março de 1979 - C\$15,00
Litteraria para maiores de 18 anos

AMOR ENTRE MULHERES

(elas dizem onde, quando, como e porquê)

PROCURA-SE

ELAS NÃO SE CARIAM ATALA NEM LUTALLA, NAO SÃO SÓCIOS DO LUME NEM DO LUDWIG:

atenção, das estúpidas de amor: este é o primeiro número

Todo mundo pro barbaquim

Nunca houve uma mulher como Sponxy

As contatadas de um raposo guéi

Um pouco mais do amor, por favor, é Dêi

MUITA BIXÓRDIA!

PODE HAVER CRIME NA PAZ?





LAMPIÃO
Ano 3 Nº 25 Rio de Janeiro, junho de 1980 - Cr\$ 30,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina

A VOLTA DO ESQUADRÃO MATA-BICHA três crimes abalam a comunidade guei




BIXÓRDIA II O SHOW

***** O racha no Somos paulista

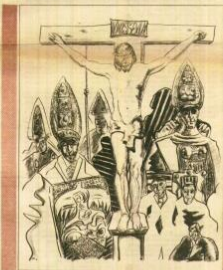
***** O aborto segundo Pasolini

••••• Negros contra o 13 de Maio

LAMPIÃO
ANO 3 Nº 26 Rio de Janeiro, julho de 1980 - Cr\$ 30,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina

A IGREJA E O HOMOSSEXUALISMO
(20 anos de repressão)

RICHETTI AGE EM S. PAULO, E PADILHA VOLTA AO RIO



BICHINHAS SONHANDO COM O PODER **O CONGRESSO MULHER FLUMINENSE**

LAMPIÃO
ANO 3 Nº 27 Rio de Janeiro, agosto de 1980 - Cr\$ 40,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina



MAIS TESAO menos encucação

Alcivael metamorfose de Andrea Casparely

ENFIM: O NU FRONTAL!

Bichas e lésbicas na SBPC Entrevistas: Sartre e Ninuccia Bianchi

LAMPIÃO
ANO 3 Nº 28 Rio de Janeiro, setembro de 1980 - Cr\$ 40,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina

EM AGOSTO FOI ASSIM:

CRIOULO NÃO É GENTE, BICHA E MULHER TEM MAIS E QUE MORRER



censo-80

LAMPIÃO
Rio de Janeiro, outubro de 1980 - Cr\$ 40,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina

3 entrevistas pra derrubar

1ª Cassandra Rios: Pornográfica? Então, leiam a Bíblia!

2ª Roger Peyrefitte: Um listão com Paulo VI. Pimpidou...

3ª Ruddy de Ipanema: Na zona eu me divertia muito mais

E mais: Pega pra capar em Brasília. Quem salvará nossas crianças?

LAMPIÃO
ano 3 Nº 29 Rio de Janeiro, novembro de 1980 - Cr\$ 40,00 • Letra para maiores de 18 anos da esquina

PROSTITUTOS

ESTES MICHÊS (NEM TÃO) MARAVILHOSOS E SUAS INCRÍVEIS MÁQUINAS DE FAZER SEXO!
(Um dossê completo sobre a prostituição masculina)

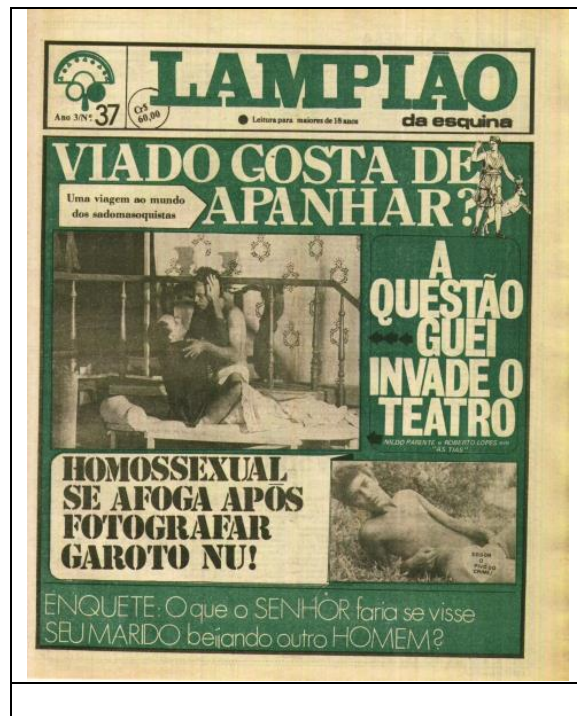


Um juízo pelas minorias

ÁLVARO MAYRINK

Isa de racismo, homossexuais, macumba, mulher submissa, etc... Finalmente: a Justiça do nosso lado.





ANEXO B – Fotos jornal *Lampião da Esquina*

Figura 2. Cinema íris no Rio de Janeiro, ed. 00 p. 9	382
Figura 3. Foto do lançamento do Lampião na Livaria cultura em SP em abril de 1978. p. 9. . a Legenda que acompanha a foto na Edição é: “Lampião’s Bouquet (a partir da esquerda): Peter Fry, João Silvério Trevisan, Celso Curi, Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata , João Antônio Mascarenhas e Darcy Penteado.....	383
Figura 4. Entrevista com o coreógrafo e bailarino Lennie Dale. Da esquerda para a Direita: João Antônio Mascarenhas, Lennie Dale, Antônio Chrysóstomo e Francisco Bittencourt. Edição 2, p. 6.....	384
Figura 5. Winston Leyland em entrevista ao Lampião, Edição 2, pg 2	384
Figura 6. Ilustração que acompanha a matéria “as palavras, para que teme-las de Aguinaldo Silva, Edição 2 p. 5	385
Figura 7. Foto que acompanha a matéria “essa zona vai acabar” de Lúcia Rito, sobre a destruição da Zona do Mangue no Rio, Edição 3 p. 7	385
Figura 8. Foto que acompanha a matéria “essa zona vai acabar” de Lúcia Rito, sobre a destruição da Zona do Mangue no Rio, Edição 3 p. 7	386
Figura 9. Foto de Jessica Collett da semana do orgulho Guei em São Francisco realizada so 14 ao 25 de junho de 1978 Edição 4, pg 3	386
Figura 10. Recorte do Notícias Populares que acompanha a matéria “não me espreme que eu sangro de Gllauco Mattoso Edição 4 p. 5.....	387
Figura 11. Foto do Ato contra a discriminação racial que acontece em frente ao Teatro Municipal em São Paulo em 1978. Edição 4 p. 6	Erro! Indicador não definido.
Figura 12. Fotos que acompanham a matéria “Tocaram fogo no Mangue”, sobre a destruição da zona do Mangue no RJ. Edição 5 página 3.....	388
Figura 13. Foto da entrevista com Cassandra Rios realizada em 1978. Na foto: João Silvério Trevisan, Darcy Penteado e Cassandra Rios Edição 5 p. 8.....	389
Figura 14. Foto da entrevista com Cassandra Rios realizada em 1978. Na foto: Maria Adelaide Amaral, Mirian Paglia e Marisa Corrêa. Edição 5 p. 8	389
Figura 15. Foto de José Lutzemburguer Edição Edição 6 p. 3	389
Figura 16. Número do Candidato a deputado federal Baiardo Andrade de Lima ed. 6 p. 4.....	390
Figura 17. Foto do michê Aníval Fonseca que, após assassinar seu cliente, alegando falta de pagamento, confessa o crime reiterando que era um “homem normal” e que “bicha tem mais é que morrer”. Edição 6 p. 6.....	390
Figura 18. Foto da entrevista com Leci Brandão realizada em 1978. Com José Fernando Bastos e Antônio Chrysóstomo. Edição 6 p. 10	391
Figura 19. Fotos da entrevista com Leci Brandão. Edição 6 p. 11.....	391
Figura 20. Foto de Sherre Hite no I Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições no Rio de Janeiro, 1978 Edição 7 p. 2	392
Figura 21. Fotos do “verão” carioca em 1978, por Dimitri Ribeiro. Edição 7 p. 5	393
Figura 22. Foto que acompanha a matéria “nas raízes da tragédia” Edição 8 p. 6	394
Figura 23. Fotos que acompanham a matéria “Na selva Peruana” Edição 8 p. 6.....	394

Figura 24. Ilustrações que acompanham a matéria “Gay-macho: uma nova tragédia americana?” Edição 8 p. 8.....	395
Figura 25. Foto da Madureira no Rio de Janeiro, ponto de “concentração homossexual”. Edição 8 p. 11	395
Figura 26. Fotos da galeria Alaska e entornos no Rio de Janeiro por U. Detmar, retiradas do livro Ó Copacabana. Edição 9 p. 4.....	396
Figura 27. Fotos do carnaval carioca em 1979 de Jorge da Silva. Edição 10 p. 7	396
Figura 28. Foto da semana de minorias da USP em 1979 Edição 10 p. 9	397
Figura 29. Foto da mesa que debateu questões de homossexualidade na semana de minorias da USP em 1979. Edição 10 p. 9.....	397
Figura 30. Foto da mesa que debateu questões de homossexualidade na semana de minorias da USP em 1979. Edição 10 p.10.....	398
Figura 31. Fotos da entrevista com Ney Matogrosso de Lewi Moraes. Edição 11 p. 5.....	398
Figura 32. Fotos da entrevista com Ney Matogrosso de Lewi Moraes. Edição 11 p. 5.....	398
Figura 33. Fotos de Ana Vitória, do Encontro Nacional de Mulheres no Rio em 1979. Edição 11 p. 9.....	399
Figura 34. Foto do I Encontro da Mulher Paulista em 1979. Edição 11 p. 11	399
Figura 35. Propaganda do Lampião. Edição 11, p. 20. (reproduzida em outras edições)	400
Figura 36. Foto que acompanha matéria sobre mulheres lésbicas no Lampião. Edição 12 p. 7	400
Figura 37. Fotos de protesto de grupos feministas na frente da redação do Jornal do Brasil em função da demissão de uma funcionária por ter denunciado o assédio que sofreu do editor do “Caderno Internacional”, seguida da demissão de outras funcionárias (por alegação de “indisciplina”) que apoiaram a primeira. Edição 13 p. 7	401
Figura 38. Foto de Ninnucia Bianchi, injustamente acusada de assassinar sua companheira no Rio em 1979. Edição 13, p. 8	401
Figura 39. Foto de revolta popular em São Francisco, após o juiz responsável pelo caso do assassinato de Harvey Milk ter impedido a participação popular no júri em 1979. Edição 14, p. 3.....	402
Figura 40. Foto que acompanha matéria sobre operários no ABC paulista. Edição 14, p. 9	402
Figura 41. Foto de Luis Inácio Lula da Silva em 1979. Edição 14, p. 11	403
Figura 42. Foto da entrevista com Abdias do Nascimento. Edição 15 p. 10.....	403
Figura 43. Foto da entrevista com Abdias do Nascimento. Edição 15 p. 11	404
Figura 44. Foto da entrevista com Abdias do Nascimento. Edição 15 p. 12	404
Figura 45. Foto que acompanha a matéria de apresentação do Grupo SOMOS no Lampião. Edição 16 p. 7.....	405
Figura 46. Foto da comemoração do décimo aniversário de Stonewall in 1979. Edição 16, p. 13	405
Figura 47. Fotos da entrevista com Fernando Gabeira em 1979. Edição 18 p. 8	406
Figura 48. Ato em frente a Cinelândia no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1979. Edição 19 p. 10	406
Figura 49. Foto de Zezé Motta no palco, que acompanha sua entrevista ao Lampião em 1979. Edição 19 p. 11.....	407
Figura 50. Foto que acompanha a entrevista de Eloína ao Lampião. Edição 21, p. 3.....	408
Figura 51. Charge que acompanha matéria sobre prisões cautelares. Edição 21, p. 8.....	409

Figura 52. Propaganda do Lampião. Edição 21, p. 19.....	409
Figura 53. Foto do I ENHO em São Paulo em 1980. Edição 22 p. 3.....	410
Figura 54. Foto de Cris Calix do II Congresso da Mulher Paulista em 1980. Edição 23, p. 6.....	410
Figura 55. Foto de mulheres do Grupo de Atuação Feminista do Somos no II Congresso da Mulher Paulista em 1980. Edição 24, p. 8.....	411
Figura 56. Propaganda do Lampião. Edição 24, p. 16.....	411
Figura 57. Foto de Luís Luzardo Corrêa, assassinado por um michê, ex-soldado. Edição 25, p. 4	412
Figura 58. Propaganda do Lampião. Edição 25, p. 19.....	412
Figura 59. Foto de Lélia Gonzáles, no I Congresso da Mulher Fluminense em 1980. Edição 26, p. 12.....	413
Figura 60. Foto de Leila Mícolis e participantes do Encontro de Feministas de Valinhos em 1980. Edição 26, p. 13.....	413
Figura 61. Foto do delegado Richetti em 1980. Edição 26, p. 18	414
Figura 62. Foto de mulheres à frente do Ato contra a “guerra” de Richetti no centro de São Paulo. Edição 26, p. 18.....	414
Figura 63. Foto de Juca Martins/Agência F4 que registra a Operação Rondão dirigida por Richetti em 1980. Edição 26, p. 20	415
Figura 64. Foto de Juca Martins/Agência F4 que registra a Operação Rondão dirigida por Richetti em 1980. Edição 26, p. 20	415
Figura 65. Foto da banca vendendo exemplares do Lampião na 32ª Reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da ciência em 1980. Edição 27, p. 2.....	416
Figura 66. Foto: Leila Mícolis em cima da mesa no Saguão da UERJ em intervenção na 32ª Reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da ciência em 1980. Edição 27, p. 5 ...	416
Figura 67. Foto de Vânia Toledo de Ney Matogrosso na primeira seção de “nus frontais” do Lampião. Edição 27, p.9.	417
Figura 68. Foto de Rudy Pinho. Edição 27, p. 13.....	417
Figura 69. Foto: Peter Orlovsky e Allen Ginsberg. Edição 27, p. 17	418
Figura 70. Propaganda do Lampião. Edição 27, p. 19.....	418
Figura 71. Manifestação do Gay Pride em Londres que foi acompanhada por policiais e Camburões em 1980. Edição 28, p. 9	419
Figura 72. Foto de Rudy Pinho. Edição 29, p. 7	420
Figura 73. Foto de Rudy Pinho. Edição 29, p. 9	420
Figura 74. Rodoviária do Rio de Janeiro, ponto de encontro para sexo entre homens na cidade. Edição 30, p 1980	421
Figura 75. Jane e Eloína (da matéria Brasil: campeão mundial de travestis), por Ricardo Frago Tupper. Edição 32, p. 3	421
Figura 76. Foto de “bichas cubanas” em campo de refugiados. Fonte: Indiantown, reproduzida no Lampião. Edição 33, p. 10.....	422
Figura 77. Foto da “Operação Pelourinho” iniciada pelo GGB em Salvador, 1981. Edição 34, p. 3	422
Figura 78. Marlene Casanova, Cláudia Celeste, Veruska e Rogéria em foto para o espetáculo “Gay Fantasy”, 1981. Edição 34, p. 15	423
Figura 79. Foto de Silvana Afram, do III Congresso da Mulher Paulista. Edição 35 p.12	423

Figura 80. Rogéria, Darcy Penteado e RUdy Pinho no carnaval paulistano em 1981. Foto por Ricardo Fragoso Tupper. Edição 35p. 18 424



Figura 1 – Retrato de Celso Curi, publicado na Edição 0, p. 6, 1978.

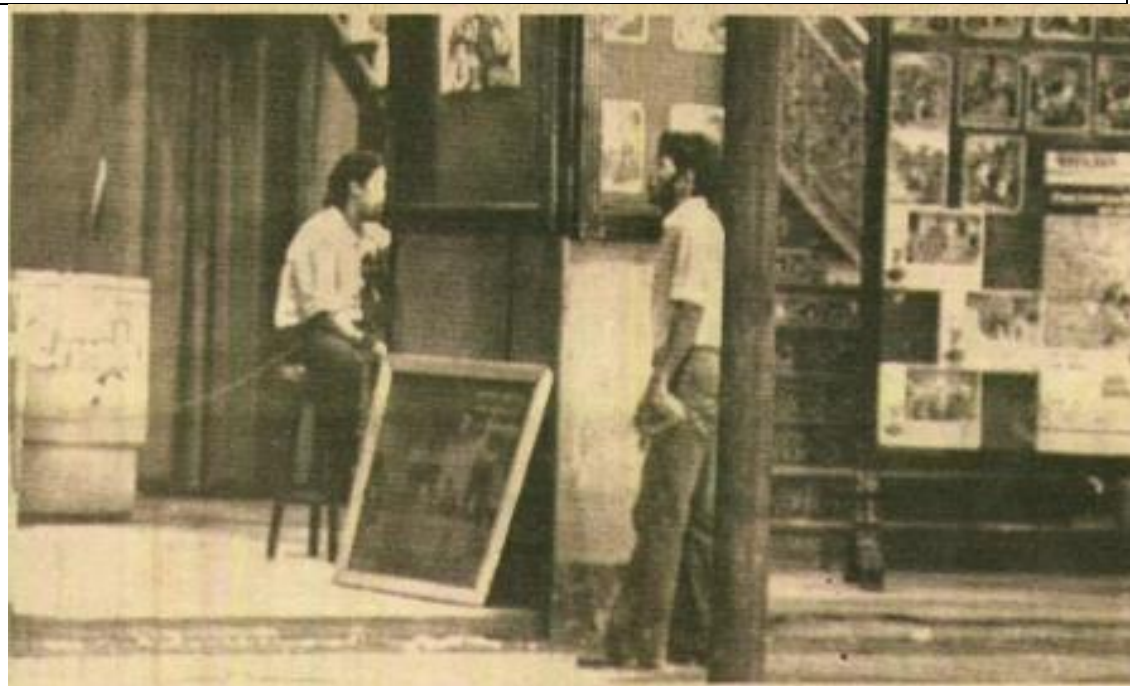


Figura 2 – Cinema Íris, no Rio de Janeiro, publicado na Edição 0, p. 9, 1978.



Figura 3 – Cinema Íris, no Rio de Janeiro, publicado na Edição 00, p. 9, 1978.



Figura 4 – Lançamento do *Lampião* na Livraria Cultura, em São Paulo, em abril de 1978. Publicada na Edição 1, p. 9, 1978. Legenda que acompanha a foto: "Lampião's Bouquet (a partir da esquerda): Peter Fry, João Silvério Trevisan, Celso Curi, Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, João Antônio Mascarenhas e Darcy Penteado".



Figura 5 – Entrevista com o coreógrafo e bailarino Lennie Dale. Da esquerda para a direita: João Antônio Mascarenhas, Lennie Dale, Antônio Chrysóstomo e Francisco Bittencourt. Publicada na Edição 2, p. 6, 1978.



Figura 6 – Winston Leyland, em entrevista ao *Lampião*. Publicada na Edição 2, p. 2, 1978.



Figura 7 – Ilustração que acompanha a matéria “As palavras, para que temê-las” de Aguinaldo Silva. Publicada na Edição 2, p. 5, 1978.



Figura 8 – Foto que acompanha a matéria “Essa zona vai acabar” de Lúcia Rito, sobre a destruição da Zona do Mangue no Rio de Janeiro. Publicada na Edição 3, p. 7, 1978.



Figura 9 – Foto que acompanha a matéria “Essa zona vai acabar” de Lúcia Rito, sobre a destruição da Zona do Mangue no Rio de Janeiro. Publicada na Edição 3, p. 7, 1978.



Figura 10 – Foto de Jessica Collett da semana do orgulho Guei em São Francisco, realizada de 14 a 25 de junho de 1978. Publicada na Edição 4, p. 3, 1978.

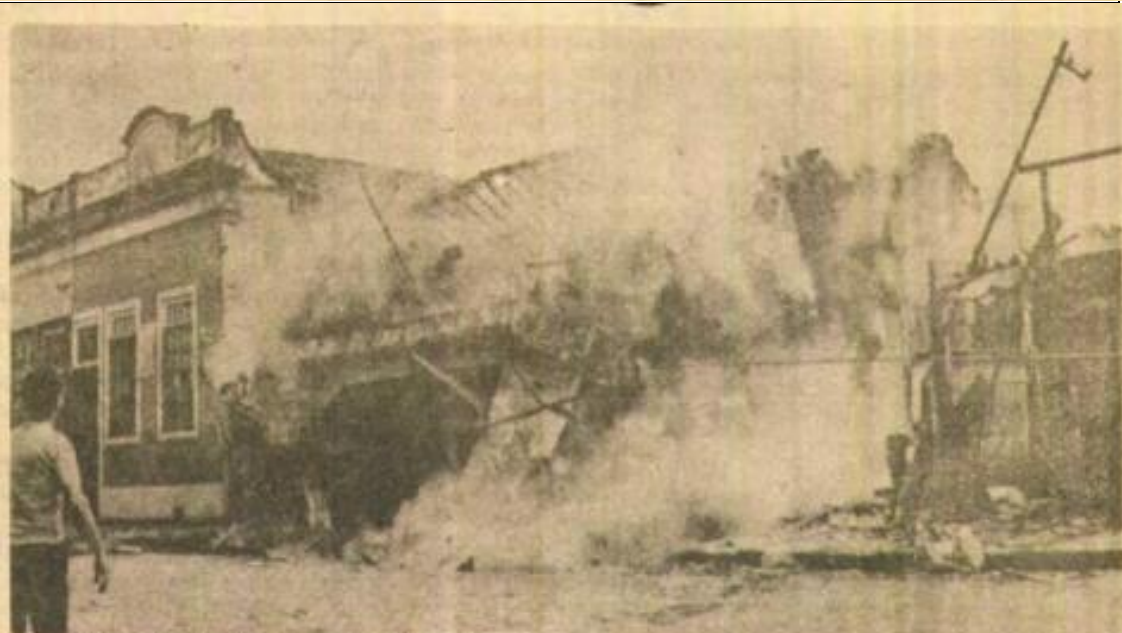


Figura 11 – Recorte do *Notícias Populares* que acompanha a matéria “Não me espreme que eu sangro” de Glauco Mattoso. Publicada na Edição 4, p. 5, 1978.





Velhas cadeiras e armários e muitas camas foram retirados das casas em ruínas do Mangue



O trabalho de demolição foi rápido. Em poucos minutos caíram duas casas de alvenaria

Figura 13 – Fotos que acompanham a matéria “Tocaram fogo no Mangue”, sobre a destruição da zona do Mangue no Rio de Janeiro. Publicadas na Edição 5, p. 3, 1978.



Figura 14 – Entrevista com Cassandra Rios, realizada em 1978. Na foto: João Silvério Trevisan, Darcy Penteado e Cassandra Rios. Publicada na Edição 5, p. 8, 1978.



Figura 15 – Entrevista com Cassandra Rios, realizada em 1978. Na foto: Maria Adelaide Amaral, Mirian Paglia e Marisa Corrêa. Publicada na Edição 5, p. 8, 1978.



Figura 16 – José Lutzenberger. Publicada na Edição 6, p. 3, 1978.

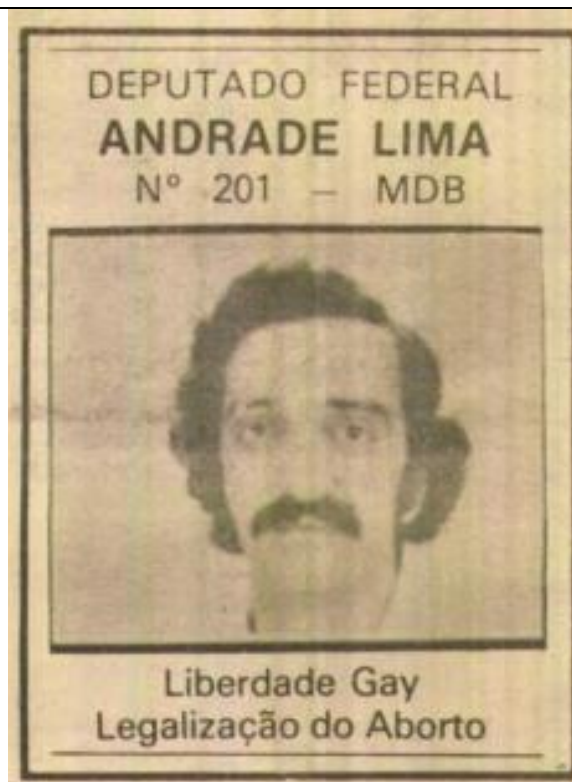


Figura 17 – Número do Candidato a deputado federal Baiardo Andrade de Lima. Publicado na Edição 6, p. 4, 1978.



Figura 18 – Michê Aníval Fonseca que, após assassinar seu cliente alegando falta de pagamento, confessa o crime reiterando que era um “homem normal” e que “bicha tem mais é que morrer”. Publicada na Edição 6, p. 6, 1978.



Figura19 – Entrevista com Leci Brandão, realizada em 1978. Com José Fernando Bastos e Antônio Chrysóstomo. Publicada na Edição 6, p. 10, 1978.



Figura 20– Entrevista com Leci Brandão. Publicada na Edição 6, p. 11, 1978.



Figura 21 – Sherre Hite, no 1º Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições no Rio de Janeiro, em 1978. Publicado na Edição 7, p. 2, 1978.

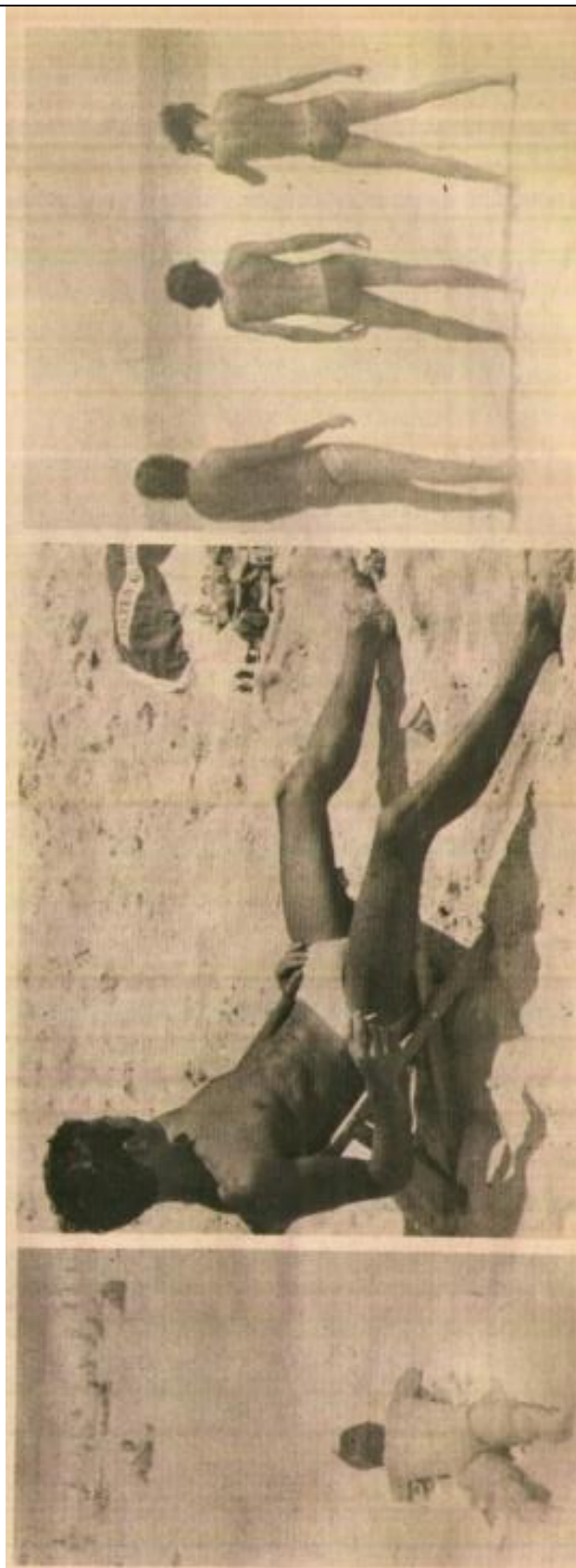


Figura 22 – Fotos do “verão” carioca em 1978, por Dimitri Ribeiro. Publicada na Edição 7, p. 5, 1978.



Figura 23 – Foto que acompanha a matéria “Nas raízes da tragédia”. Publicada na Edição 8, p. 6, 1979.

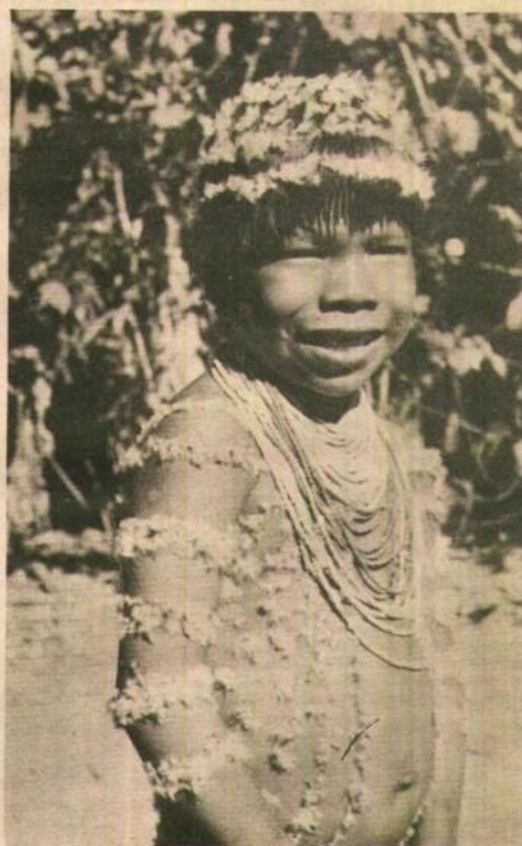


Figura 24 – Fotos que acompanham a matéria “Na selva Peruana”. Publicadas na Edição 8, p. 6, 1979.

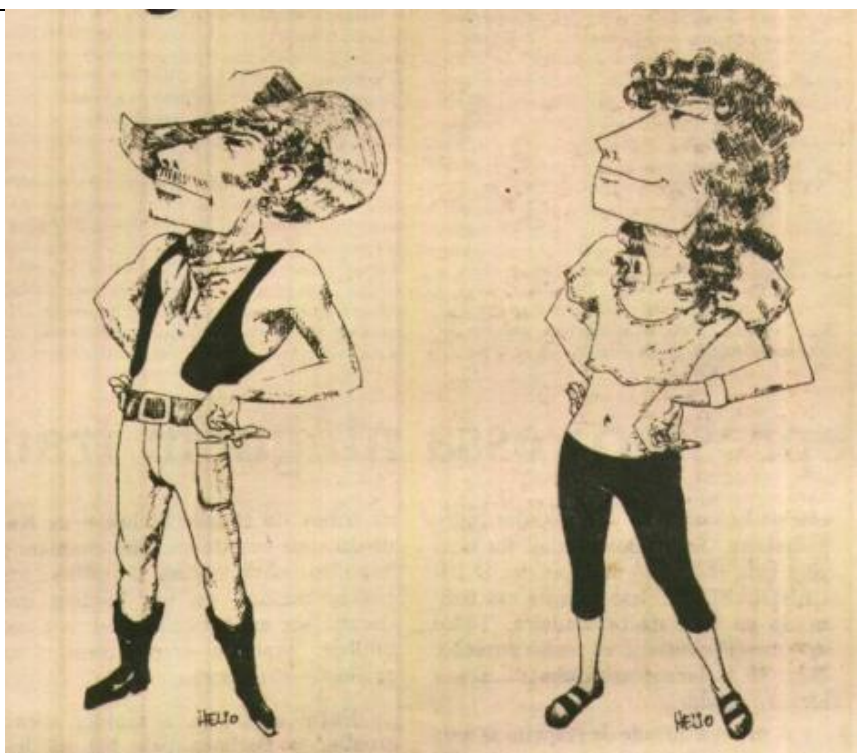


Figura 25 – Ilustrações que acompanham a matéria “Gay-macho: uma nova tragédia americana?”. Publicadas na Edição 8, p. 8, 1979.

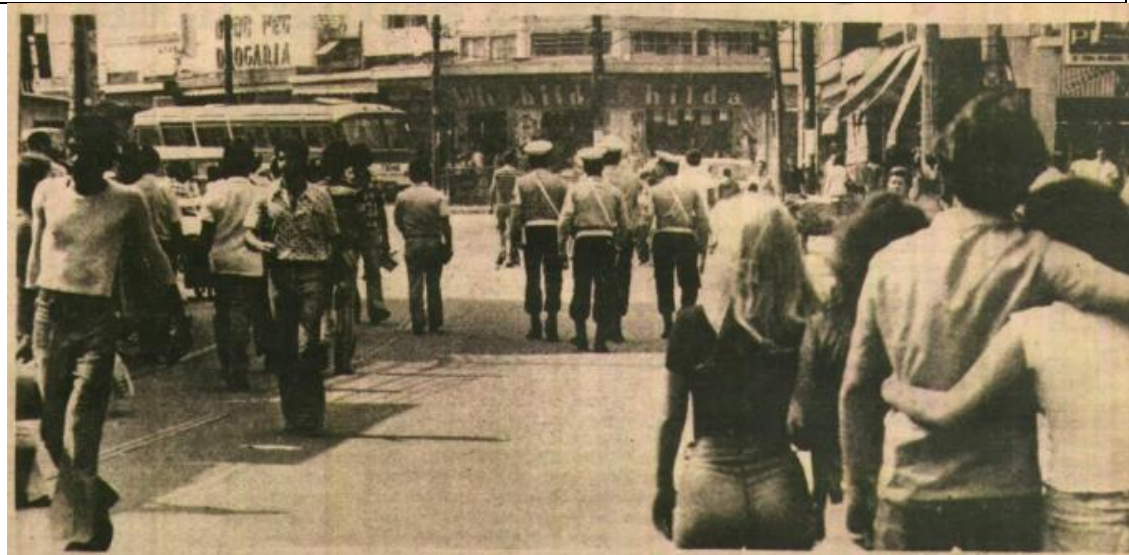


Figura 26 –Madureira, no Rio de Janeiro, ponto de “concentração homossexual”. Publicada na Edição 8, p. 11, 1979.

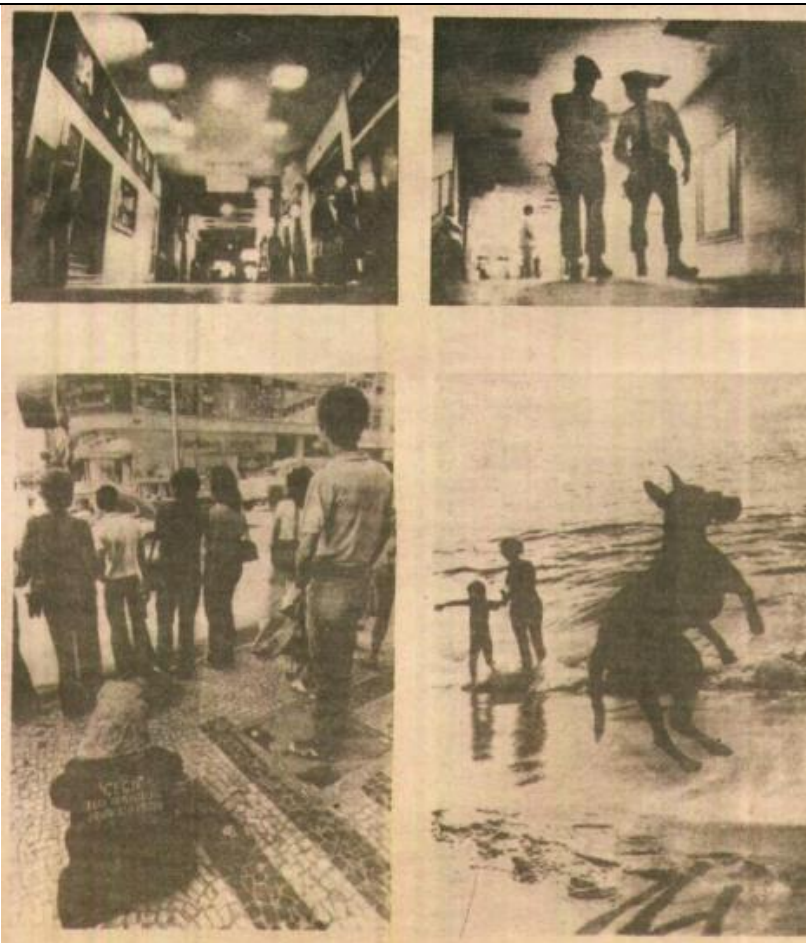


Figura 27 – Galeria Alaska e entornos, no Rio de Janeiro, por U. Detmar, publicadas originalmente no livro *Ó Copacabana*. Publicadas na Edição 9, p. 4, 1979.

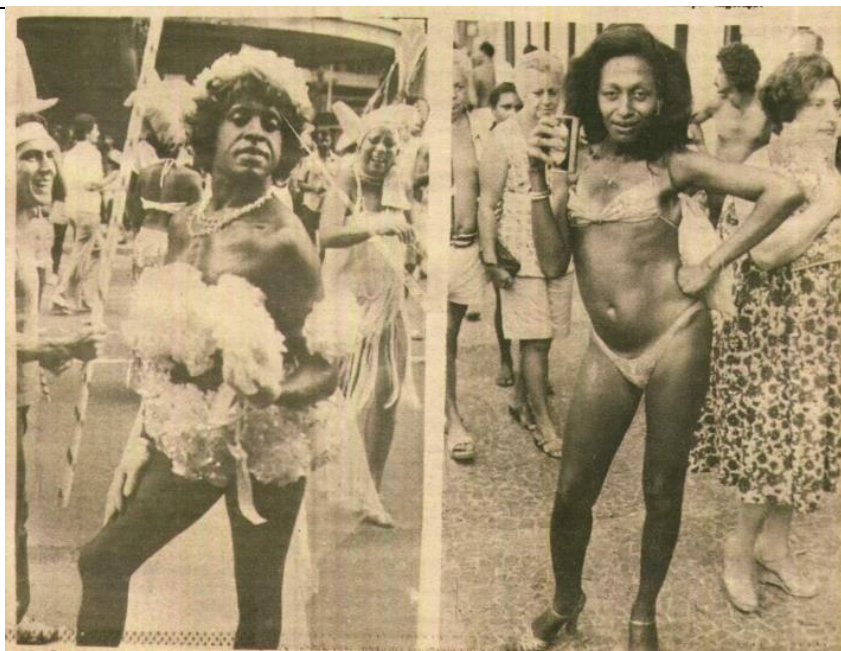


Figura 28 – Carnaval carioca em 1979, por Jorge da Silva. Publicadas na Edição 10, p. 7, 1979.



Mais de 300 pessoas ocuparam o auditório. A maioria participou do debate.

Figura 29 – Semana de minorias da Universidade de São Paulo, em 1979. Publicada na Edição 10, p. 9, 1979.



A mesa, no debate sobre homossexualismo. A partir da esquerda: Glauco Mattoso, Alfredo, Trevisan, o Prof. Cândido Procópio, do Cebrap, o representante do Diretório da USP, Emanuel e Ricardo Piva.

Figura 30 – Mesa que debateu questões de homossexualidade na semana de minorias da Universidade de São Paulo, em 1979. Publicada na Edição 10, p. 9, 1979.



Um detalhe da mesa: Glauco, Alfredo (do grupo Somos), Trevisan, Cândido Procópio e o representante do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais da USP

Figura 31 – Mesa que debateu questões de homossexualidade na semana de minorias da Universidade de São Paulo, em 1979. Publicada na Edição 10, p. 10, 1979.



Fotos de Lewi Moraes

Figura 32 – Entrevista com Ney Matogrosso, por Lewi Moraes. Publicadas na Edição 11, p. 5, 1979.



Ney: de frente, Aguinaldo (de óculos) e José Fernando; de costas, a partir da esquerda: Alceste e Mário Vale; de perfil, Chrysóstomo

Figura 33 – Entrevista com Ney Matogrosso, por Lewi Moraes. Publicada na Edição 11, p. 5, 1979.



Figura 34 – Encontro Nacional de Mulheres no Rio em 1979, por Ana Vitória. Publicadas na Edição 11, p. 9, 1979.



Figura 35 – 1º Encontro da Mulher Paulista em 1979. Publicada na Edição 11, p. 11, 1979.



Figura 36 – Propaganda do *Lampião*. Publicada na Edição 11, p. 20, 1979.



Figura 37 – Foto que acompanha a matéria sobre mulheres lésbicas. Publicada na Edição 12, p. 7, 1979.



Figura 38 – Protesto de grupos feministas em frente à redação do *Jornal do Brasil* em resposta à demissão de uma funcionária após a denúncia de assédio realizado pelo editor do “Caderno Internacional”, seguida da demissão de outras funcionárias apoiadoras alegando-se “indisciplina”. Publicadas na Edição 13, p. 7, 1979.



Figura 39 – Ninnucia Bianchi, injustamente acusada de assassinar sua companheira no Rio de Janeiro, em 1979. Publicada na Edição 13, p. 8, 1979.



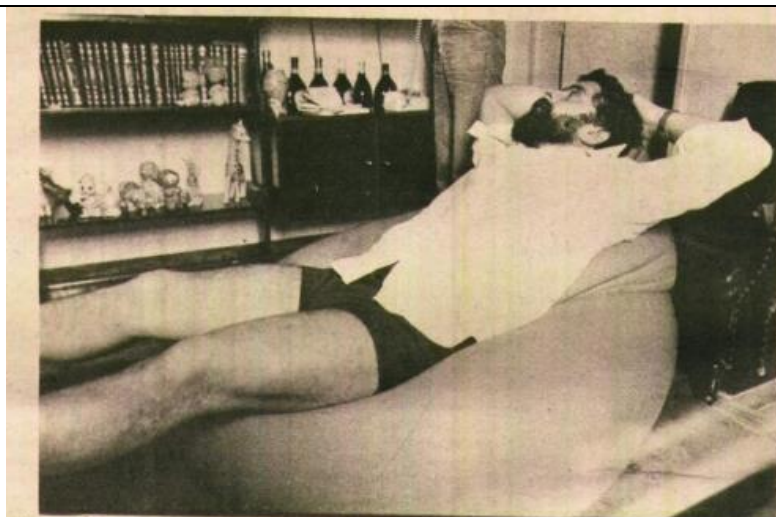
O povo guei invade a prefeitura de San Francisco

Figura 40 – Revolta popular em São Francisco, após o juiz responsável pelo caso do assassinato de Harvey Milk ter impedido a participação popular no júri, em 1979. Publicada na Edição 14, p. 3, 1979.



As massas do ABC: na vanguarda da "normalidade"?

Figura 41 – Foto que acompanha matéria sobre operários no ABC Paulista. Publicada na Edição 14, p. 9, 1979.



Lula: além de tudo um símbolo sexual?

Figura 42 – Luís Inácio Lula da Silva, em 1979. Publicada na Edição 14, p. 11, 1979.



Francisco, Abdias, Gerardo (com o LAMPIÃO) e Aguinaldo

Figura 43 – Entrevista com Abdias do Nascimento. Publicada na Edição 15, p. 10, 1979.

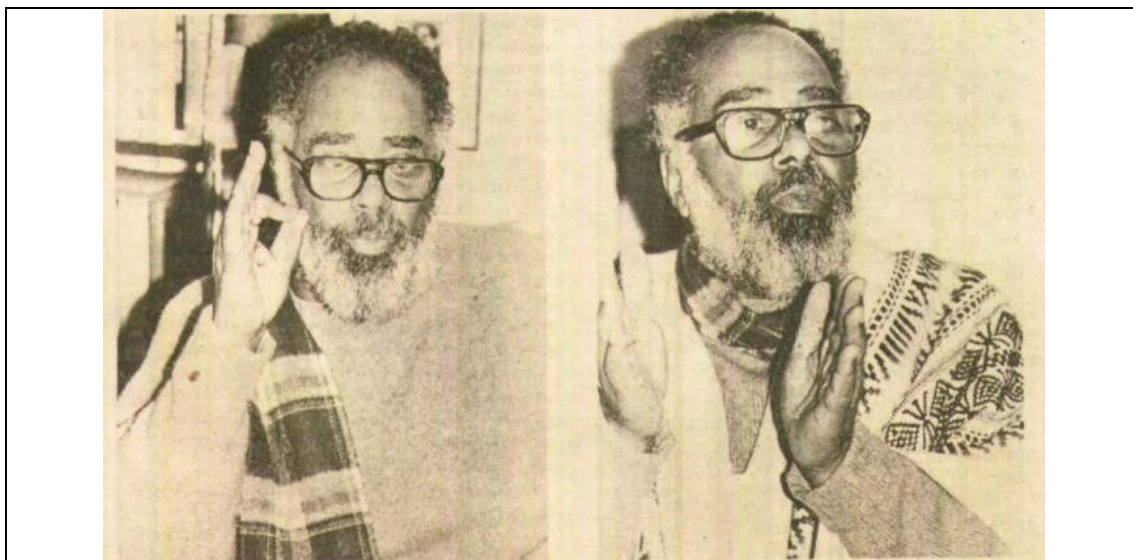


Figura 44– Entrevista com Abdias do Nascimento. Publicada na Edição 15, p. 11, 1979.



Figura 45 – Entrevista com Abdias do Nascimento. Publicada na Edição 15, p. 12, 1979.



Figura 46 – Foto que acompanha a matéria de apresentação do Grupo Somos. Publicada na Edição 16, p. 7, 1979.



Figura 47 – Foto da comemoração do décimo aniversário de Stonewall, em 1979. Publicada na Edição 16, p. 13, 1979.



Figura 48 – Entrevista com Fernando Gabeira, em 1979. Publicada na Edição 18, p. 8, 1979.



Os negros reunidos na Cinelândia, na homenagem a Zumbi (fotos de Januário Garcia)

Figura 49 – Ato em frente à Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1979. Publicadas na Edição 19, p. 10, 1979.



Figura 50 – Zezé Motta no palco. Foto que acompanha a publicação de sua entrevista, realizada em 1979. Publicada na Edição 19, p. 11, 1979.



Figura 51 – Foto que acompanha a entrevista de Eloína ao *Lampião*. Publicada na Edição 21, p. 3, 1980.



Figura 52 – Charge que acompanha matéria sobre prisões cautelares. Publicada na Edição 21, p. 8, 1980.



Figura 53 – Propaganda do *Lampião*. Publicada na Edição 21, p. 19, 1980.



Figura 54 – 1º ENHO, realizado em São Paulo, em 1980. Publicada na Edição 22, p. 3, 1980.



Cris Calix fotografou para LAMPIÃO um dos momentos mais quentes do Congresso das Mulheres na USP

Figura 55 – Cris Calix, no 2º Congresso da Mulher Paulista, em 1980. Publicada na Edição 23, p. 6, 1980.



Figura 54 – Mulheres do Grupo de Atuação Feminista do Somos, no 2º Congresso da Mulher Paulista, em 1980. Publicada na Edição 24, p. 8, 1980.



Figura 57 – Propaganda do Lampião. Publicada na Edição 24, p. 16, 1980.



Figura 58 –Luís Luzardo Corrêa, assassinado por um michê. Publicada na Edição 25, p. 4, 1980.



Figura 59 – Propaganda do Lampião. Publicada na Edição 25, p. 19, 1980.



Lélia Gonzales, uma presença forte no congresso

Figura 60 – Lélia Gonzáles, no 1º Congresso da Mulher Fluminense, em 1980. Publicada na Edição 26, p. 12, 1980.



A platéia de mulheres. Ao centro, de crachá, Leila Miccolis

Figura 61 – Leila Míccolis e participantes do Encontro de Feministas de Valinhos, em 1980. Edição 26, p. 13, 1980.



Richetti, o "despeitado", à frente dos seus homens

Figura 62 – Delegado Richetti, em 1980. Publicada na Edição 26, p. 18, 1980.



As mulheres na passeata contra a repressão policial

Figura 63 – Mulheres à frente do Ato contra a "guerra" de Richetti, no centro de São Paulo. Publicada na Edição 26, p. 18, 1980.



Figura64 – Operação Rondão, dirigida por Richetti em 1980, por Juca Martins/Agência F4. Publicada na Edição 26, p. 20, 1980.



Figura 65 – Operação Rondão, dirigida por Richetti em 1980, por Juca Martins/Agência F4. Publicadas na Edição 26, p. 20, 1980.



Figura 66 – Banca com exemplares do *Lampião* para venda na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em 1980. Publicada na Edição 27, p. 2, 1980.



Figura 67 – Leila Miccolis em cima da mesa no Saguão da Universidade Estadual do Rio Janeiro, em intervenção na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em 1980. Publicada na Edição 27, p. 5, 1980.

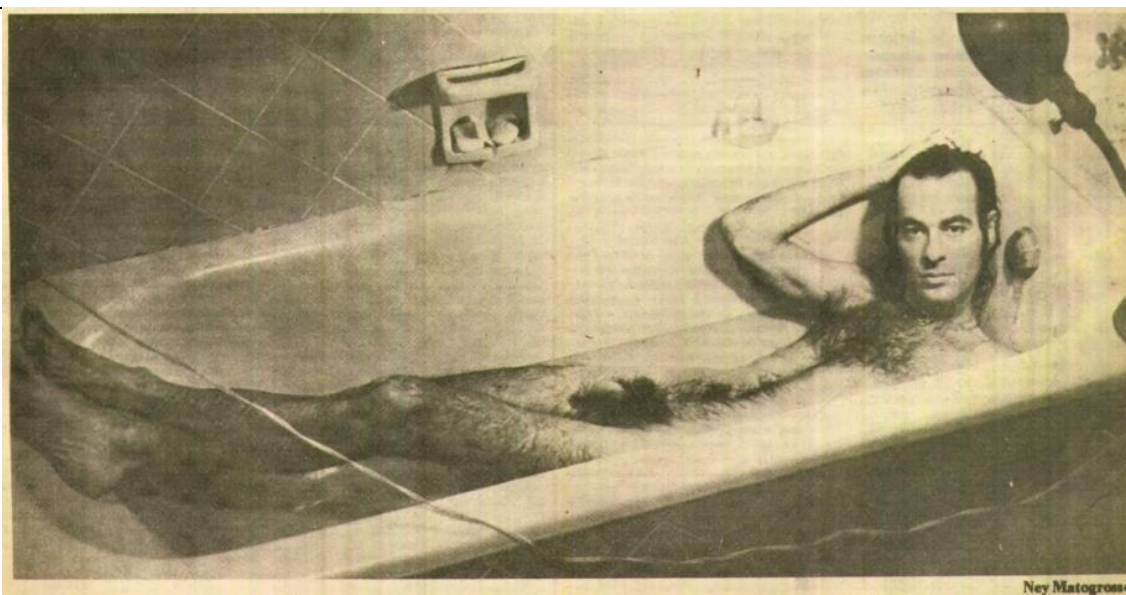


Figura 68 – Ney Matogrosso na primeira seção de “nus frontais” do *Lampião*, por Vânia Toledo. Publicada na Edição 27, p. 9, 1980.



Figura 69 – Retrato de Rudy Pinho. Publicado na Edição 27, p. 13, 1980.

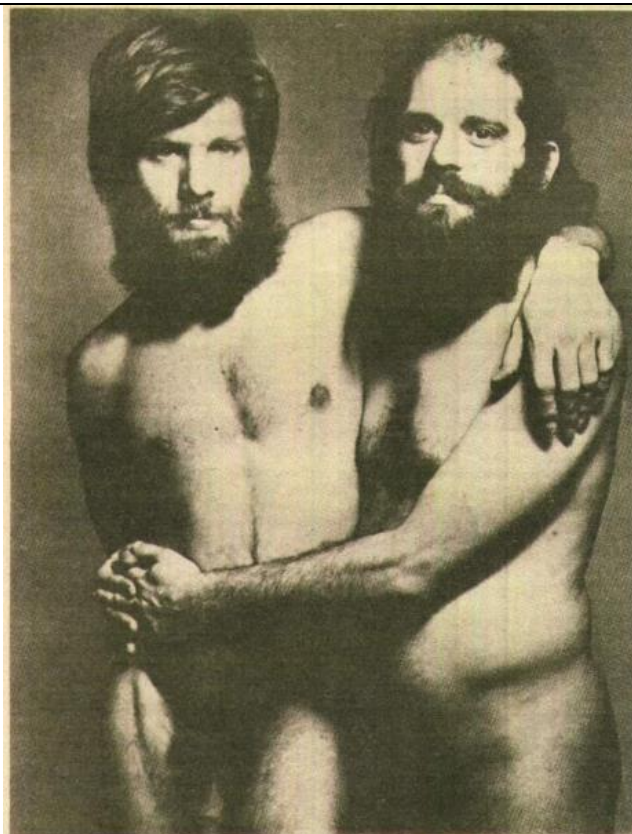


Figura 70 – Peter Orlovsky e Allen Ginsberg. Publicada na Edição 27, p. 17, 1980.

Tânia Rabos: ex-manequim, hoje candidata a mãe do ano

— Tânia, por que você assina *Lampião*?

— Pela independência dos colunistas, pela seriedade dos comentários, pela atualidade do noticiário internacional... Porque *Lampião* me mantém sempre bem informada.

Faça como Miss Rabos: assine o jornal que não tem vergonha de você

Figura 71 – Propaganda do *Lampião*. Publicada na Edição 27, p. 19, 1980.



Figura 72 – Manifestação do *Gay Pride* em Londres, acompanhada por policiais e camburões em 1980. Publicada na Edição 28, p. 9, 1980.



Figura 73 – Retrato de Rudy Pinho. Publicado na Edição 29, p. 7, 1980.



Figura 74 – Retrato de Rudy Pinho. Publicado na Edição 29, p. 9, 1980.



Vista geral da Rodoviária, ponto de encontro em Brasília

Figura 75 – Rodoviária do Rio de Janeiro, ponto de encontro para sexo entre homens na cidade. Publicada na Edição 30, p. 7, 1980.



Fotos dos travestis: Ricardo Fragoso Tupper

Figura 76 – Retrato de Jane e Eloína, que acompanha a matéria “Brasil: campeão mundial de travestis”, por Ricardo Fragoso Tupper. Publicado na Edição 32, p. 3, 1981.



Um grupo de bichas cubanas num campo de refugiados Fort Indiantown Gap, Pennsylvania, nos Estados Unidos

Figura 77 – “Bichas cubanas” em campo de refugiados, publicado originalmente em *Indiantown*. Reproduzida no *Lampião* na Edição 33, p. 10, 1981.

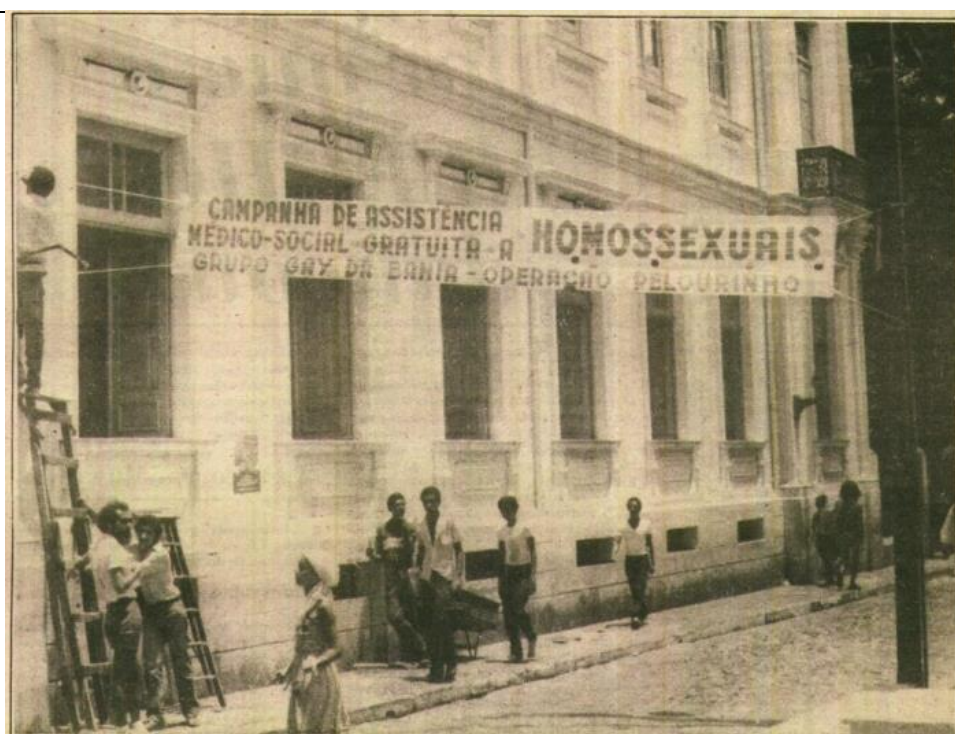


Figura 78 – “Operação Pelourinho” iniciada pelo GGB em Salvador, em 1981. Publicada na Edição 34, p. 3, 1981.



Marlene Casanova e Cláudia Celeste (acima), Verushka e Rogéria (abaixo): muita competência

Figura 79 – Marlene Casanova, Cláudia Celeste, Verushka e Rogéria em foto para o espetáculo “Gay Fantasy”. Publicada na Edição 34, p. 15, 1981.



Figura 80 – 3º Congresso da Mulher Paulista, por Silvana Afram. Publicada na Edição 35, p. 12, 1981.

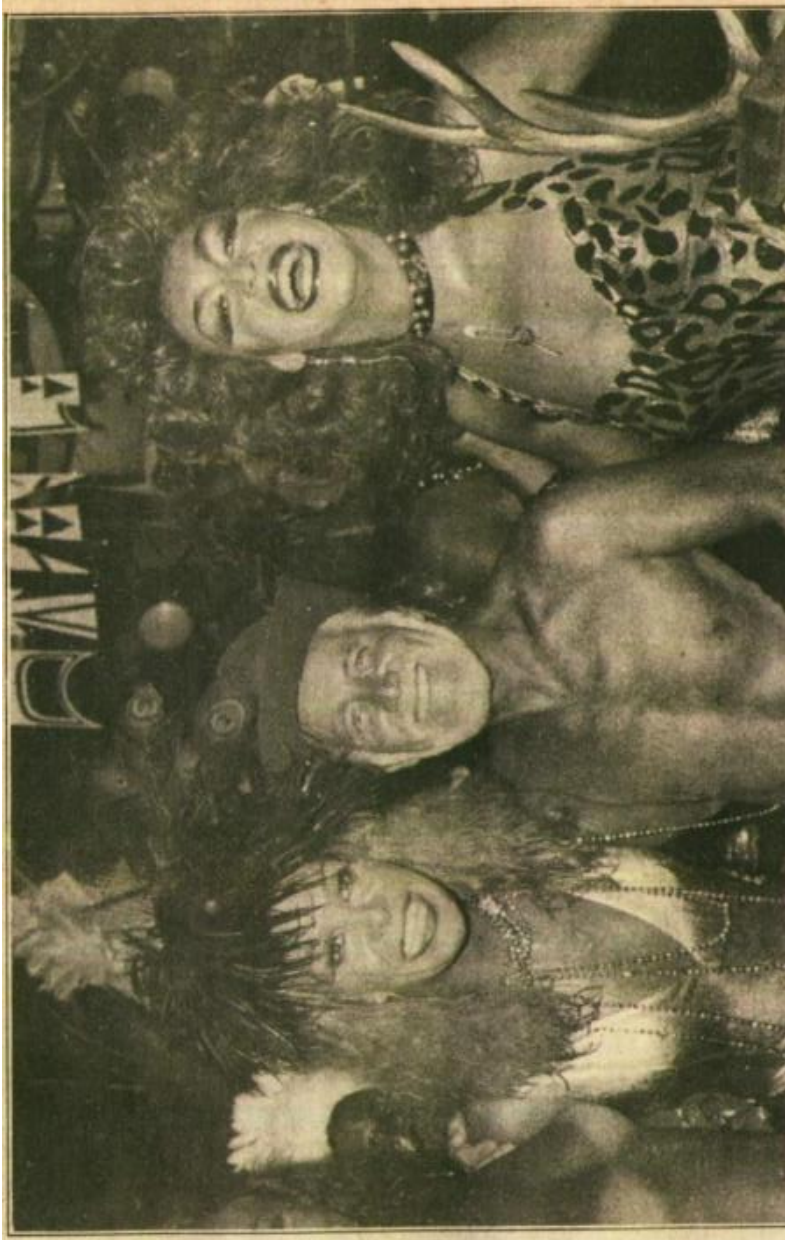


Figura 81 – Rogéria, Darcy Penteado e Rudy Pinho no carnaval paulistano em 1981, por Ricardo Fragoso Tupper. Publicada na Edição 35, p. 18, 1981.